JUDITH NURIA MAIDA (COORDENAÇÃO)
ADHEMAR MARQUES • AMARILDO DINIZ
FLÁVIO BERUTTI • JULIA O'DONNELL
MAURÍCIO PARADA • PAULO CRISPIM ALVES DE SOUZA
PAULO EDISON DE OLIVEIRA • PEDRO M.C. FERREIRA
SILVIA PANAZZO • VITOR H. SCHVARTZ

PNLD 2021 • OBJETO 2
CÓDIGO DA COLEÇÃO
0151P21204
CÓDIGO DO LIVRO
0151P21204136

ENTRE AÇÃO

HUMANAS

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO • VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO

SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE

ENSINO MÉDIO
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Editora do Brasil

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

INTERAÇÃO

MANUAL DO PROFESSOR

HUMANAS

SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE

Judith Nuria Maida (Coordenação)
- Graduada em Geografia e professora da Educação Básica
- Autora e coordenadora de Literatura Infantojuvenil e coleções didáticas de Humanidades (Natureza e Sociedade, História e Geografia, Educação do Campo) da Educação Básica e EJA
- Assessora pedagógica na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Elaboradora de currículos nas redes estaduais e municipais de ensino
- Consultora na implementação da BNCC em escolas e construção de Objetos Educacionais Digitais (OED)

Adhemar Marques
- Especialista em História Moderna e Contemporânea
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor de História em cursos livres

Amarildo Diniz
- Graduado em Geografia
- Autor de livros e materiais didáticos de Geografia e Atualidades
- Consultor de plataforma *on-line* de correção de vestibulares e Enem
- Professor de Geografia em cursos pré-vestibular

Flávio Ber
- Mestre em História
- Especialista em Metodologia da História
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor e coordenador de História

Julia O'Donnell
- Mestre e doutora em Antropologia
- Autora de materiais didáticos de Sociologia para o Ensino Médio
- Professora universitária e pesquisadora

Maurício Parada
- Mestre e doutor em História
- Graduado em História
- Autor e organizador de livros de História
- Professor universitário e pesquisador

Paulo Crispim Alves de Souza
- Mestre em Ciências Humanas e Sociais
- Graduado em História
- Autor de livros paradidáticos de Educação
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia no Ensino Médio

Paulo Edison de Oliveira
- Mestre em Ciências Sociais
- Graduado em Ciências Sociais
- Autor de material didático de Ciências Humanas
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio
- Coordenador escolar de Ciências Humanas no Ensino Médio

Pedro M.C. Ferreira
- Graduado em Geografia
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Finalista do prêmio Professor Nota 10
- Professor de Geografia para Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

Silvia Panazzo
- Pós-graduada em Tecnologias da Aprendizagem
- Graduada em História e Pedagogia
- Autora de materiais didáticos de História para Ensino Fundamental
- Professora de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio

Vitor H. Schvartz
- Doutor em Filosofia com pós-doutorado na área
- Graduado em Filosofia
- Professor de Filosofia e orientador pedagógico no Ensino Médio

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Ensino Médio

1ª edição
São Paulo, 2020

Editora do Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interação humanas : sociedade brasileira : conflitos, tensões e a juventude / Judith Nuria Maida (coordenação). -- 1. ed. -- São Paulo : Editora do Brasil, 2020. -- (Interação)

Vários autores.
ISBN 978-85-10-08374-4 (aluno)
ISBN 978-85-10-08375-1 (professor)

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio) I. Maida, Judith Nuria. II. Série.

20-42872 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2020
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Vicente Tortamano Avanso
Direção editorial: Felipe Ramos Poletti
Gerência editorial: Erika Caldin
Supervisão de arte: Andrea Melo
Supervisão de editoração: Abdonildo José de Lima Santos
Supervisão de revisão: Dora Helena Feres
Supervisão de iconografia: Léo Burgos
Supervisão de digital: Ethel Shuña Queiroz
Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said
Supervisão de direitos autorais: Marilisa Bertolone Mendes

Supervisão editorial: Júlio Fonseca
Consultoria técnico-pedagógica: Marcelo Campos Tiago
Edição: Agueda Guijarro del Pozo, Carlos Félix, Nathalia Simões e Rogério Cantelli
Assistência editorial: Marina Lacerda D'Umbra e Patricia Harumi
Auxílio editorial: Douglas Bandeira
Especialista em copidesque e revisão: Elaine Cristina da Silva
Copidesque: Gisélia Costa, Ricardo Liberal e Sylmara Beletti
Revisão: Amanda Cabral, Andréia Andrade, Fernanda Almeida, Fernanda Sanchez, Flávia Gonçalves, Gabriel Ornelas, Jonathan Busato, Mariana Felix, Martin Gonçalves e Rosani Andreani
Pesquisa iconográfica: [illegible] Freitas e Priscila Ferraz
Assistência de arte: Leticia Santos
Design gráfico: Talita Lima
Capa: Megalo Design
Imagem de capa: AlexSecret/iStockphoto.com, AYakovlev/iStockphoto.com, Dewin ' Indew/iStockphoto.com, Johanna Poetsch/iStockphoto.com e msk.nina/iStockphoto.com
Edição de arte: Paula Coelho e Talita Lima
Ilustrações: Adriano Loyola, Alessandro Passos da Costa, Anderson de Assis, André Toma, Fábio Luiz, Hare Lanz, Laerte Silvino, Luís Moura, Mário Yoshida, Rafael Herrera e Tarcísio Garbellini
Cartografia: Alessandro Passos da Costa, Mário Yoshida, Sônia Vaz e Tarcísio Garbellini
Editoração eletrônica: N Publicações/Formato Editoração
Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Jennifer Xavier, Paula Harue Tozaki e Renata Garbellini
Controle de processos editoriais: Bruna Alves, Carlos Nunes, Rita Poliane, Terezinha de Fátima Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2020

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Editora do Brasil

Rua Conselheiro Nébias, 887
São Paulo/SP – CEP 01203-001
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

Cara professora, caro professor

O manual que você tem em mãos é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e reflexão de educadores que, assim como você, percebem a importância de abordar, com rigor científico e objetividade metodológica, diferentes temas e conteúdos pertinentes às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tendo como objetivo a construção de um saber problematizador, contextualizado e interdisciplinar, as discussões contidas neste manual vão além de um mero conjunto de estratégias ou sugestões didáticas. Ao discutir os princípios teóricos e metodológicos nos quais a coleção está fundada, nós queremos estimulá-lo a, junto aos estudantes, protagonizar o processo de construção do conhecimento e evitar a fragmentação do saber, os reducionismos e as simplificações cognitivas.

O Novo Ensino Médio tem implicado cada vez mais o professor na busca de metodologias ativas e de práticas didáticas interdisciplinares que abarquem distintas formas de aprender e de ensinar – busca que é um dos objetivos indicados na Base Nacional Comum Curricular.

Nesse sentido, o convite que lhe fazemos é o de sermos parceiros na construção de caminhos que estimulem o espírito investigativo e desenvolvam as competências e habilidades necessárias à formação do estudante.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Da mesma forma, a necessidade de preparação para o Enem e os vestibulares em geral é um desafio contemplado não apenas na escolha das temáticas mas também na proposição de questões e atividades que permitam trabalhar de diferentes maneiras os conteúdos que podem ser exigidos.

Esperamos que este manual – e a coleção a qual ele subsidia – seja seu companheiro na construção da cidadania participativa de nossos estudantes, tarefa à qual nenhum de nós pode se omitir na contemporaneidade.

Bom trabalho!

Os autores

SUMÁRIO

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA V
As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: o que são? V
Os conceitos norteadores VII
O paradigma da complexidade cognitiva XVI
A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade XVIII
A questão das fontes e da pesquisa XIX
O estudante e a educação no século XXI XXI
A aprendizagem e a formação integral do estudante XXI
As narrativas curriculares em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XXII
O diálogo com a contemporaneidade XXV
Proposição didático-pedagógica XXVI
Investigação provocativa: problematização como ponto de partida XXVI
O pensamento computacional XXVII
Leitura, produção de texto e o paradigma da intertextualidade nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XXIX
O papel das metodologias ativas XXX

O PAPEL DO PROFESSOR E O TRABALHO PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS XXXI
Ações concretas para a intervenção pedagógica XXXIII
Processo de argumentação e diálogo XXXIII
A prática docente e o conteúdo interdisciplinar XXXVI
Saúde mental e escola XXXVII

NOVO ENSINO MÉDIO XL
As culturas juvenis e o protagonismo do jovem nas sociedades contemporâneas XLI
A escola e os currículos em transformação XLII
As áreas de conhecimento XLIV
Os itinerários formativos XLVI

A OBRA E A BNCC XLVII
Competências gerais XLVIII
Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XLIX

A PROPOSTA DA COLEÇÃO LII
Livro do Estudante LII
Estrutura da obra e recursos LII
Manual do Professor específico LIII
Videotutorial LIII
Cronograma LIV
Quadro de conteúdos LIV

COMO AVALIAR? LVII
Diversidade de formas e de instrumentos de avaliação LVIII

REFERÊNCIAS COMENTADAS LIX

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTE VOLUME LXIII
Objetivos LXIII
Justificativa LXIII
Unidade 1: De onde vem a fome? LXIV
Temas LXIV
Objetivos LXIV
Justificativa LXIV
O trabalho com a BNCC LXV
Competências gerais da Educação Básica LXV
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXVI
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXVI
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias LXVII
Competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias LXVII
Perfil do professor LXVIII
Orientações didáticas LXVIII
Abertura da unidade LXVIII
Percurso 1: Caminhos do Brasil rural LXIX
Percurso 2: Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar LXXX
Unidade 2: Somos uma democracia? LXXXV
Temas LXXXV
Objetivos LXXXV
Justificativa LXXXV
O trabalho com a BNCC LXXXVI
Competências gerais da Educação Básica LXXXVI
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXXXVII
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXXXVII
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias LXXXVIII
Perfil do professor LXXXVIII
Orientações didáticas LXXXIX
Abertura da unidade LXXXIX
Percurso 3: A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais XC
Percurso 4: O Estado brasileiro: dimensões sociopolíticas XCVIII
Unidade 3: Um mundo melhor é possível? CV
Temas CV
Objetivos CV
Justificativa CVI
O trabalho com a BNCC CVI
Competências gerais da Educação Básica CVI
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CVII
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CVIII
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias CIX
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias CIX
Perfil do professor CIX
Orientações didáticas CX
Abertura da unidade CX
Percurso 5: Conflitos entre desenvolvimento e preservação CX
Percurso 6: Violência, juventude e sociedade brasileira CXVIII
Questões de Enem e vestibulares – gabarito CXXVI

REFERÊNCIAS COMENTADAS CXXVII

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: o que são?

Os estudos sobre as experiências, as ideias e as ações protagonizadas pelos seres humanos existem desde a Antiguidade. Porém, foi apenas no século XIX que eles passaram a se definir como ciência, nos moldes teóricos e metodológicos até hoje reconhecidos, ao lado de disciplinas voltadas para o conhecimento do mundo natural.

Na época de sua afirmação como ciência, História, Geografia e Sociologia, entre outras áreas, buscaram delimitar os próprios objetos de estudo recortando a experiência humana a partir de seus próprios conceitos, métodos e critérios de análise, separando-se uma das outras mediante critérios objetivos e centrados na definição de verdadeiros territórios intransponíveis do saber. As disciplinas pautaram-se pelo modelo de neutralidade científica que, então, era visto como fundamental para as ciências exatas e deveria se estender às humanas. Também os paradigmas filosóficos que constituíam os fundamentos das Ciências eram ainda pautados por abordagens positivistas, fundadas em uma estreita comprovação empírica dos fenômenos e na pouca criticidade em relação à análise ideológica da forma como os resultados científicos eram obtidos.

Herdeiro dessa tradição, o ensino escolar das Ciências Humanas foi por muito tempo marcado por uma visão disciplinar e fragmentada do conhecimento, que era "repartido" pelas diferentes áreas então disponíveis. Nessa concepção, predominante ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, cada disciplina explicaria as experiências humanas por meio do estudo de alguma de suas dimensões: a História daria conta do estudo das sociedades no tempo, a Geografia no espaço, a Filosofia trataria dos paradigmas humanos, enquanto a Sociologia se ocuparia das sociedades contemporâneas, com as diferentes formas de cultura e relações de poder.

Especialmente na segunda metade do século XX, as diferentes áreas do conhecimento foram experimentando transformações substanciais na delimitação dos próprios objetos de estudo, estabelecendo diálogos entre diferentes aspectos das experiências individuais e sociais, e [illegible] pesquisa, que passaram a incorporar não apenas textos ou dados oficiais mas também aqueles produzidos nos mais diferentes gêneros textuais e pelos mais diferentes sujeitos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na atualidade, a visão cognitiva neutra e fragmentada já não corresponde nem às concepções de conhecimento presentes nos estudos científicos e epistemológicos nem às demandas para a formação de estudantes que atuem numa sociedade em rápida transformação socioeconômica e tecnológica. De acordo com Edgar Morin (2013, p. 187):

> [...] o conhecimento deve saber contextualizar, globalizar, multidimensionalizar, ou seja, ser complexo. Unicamente, um pensamento capaz de compreender a complexidade, não apenas de nossa vida, de nossos destinos, da relação indivíduo/sociedade/espécie, mas também da era planetária, pode tentar realizar um diagnóstico sobre o curso atual de nosso devir e definir as reformas vitalmente necessárias para mudar de via. Somente um pensamento complexo pode nos armar para preparar a metamorfose simultaneamente social, individual e antropológica.

Para promover aprendizados adequados a esse novo contexto científico, tecnológico e social, as políticas curriculares produzidas em diversos países e os teóricos contemporâneos da educação têm enfatizado a necessidade de adotar paradigmas complexos e interdisciplinares de conhecimento.

No currículo do Novo Ensino Médio brasileiro, os campos do saber que compõem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são: **História**, **Geografia**, **Sociologia** e **Filosofia**. Contudo, para além das trajetórias específicas de construção científica de seus objetos de conhecimento – e justamente por causa delas – essas áreas devem ser pensadas à luz de possíveis diálogos entre conceitos, metodologias e abordagens. O "humano" que as define, afinal, é um só, por mais multidimensional que sejam suas experiências e suas formas de viver e de se expressar.

Por sua vez, o termo "aplicadas" na definição das Ciências Humanas não deve ser entendido de maneira utilitária, como se as competências e habilidades dessa área fossem destinadas à mera "aplicação" dos conhecimentos para executar determinadas tarefas. Na verdade, os sentidos de tal "aplicação" são:

- epistemológicos: em seu itinerário de formação, o estudante deve se apropriar de maneira crítica dos conceitos dessas áreas para que possa desenvolver capacidades de diálogo e de construção de hipóteses e argumentos que o permitam construir conhecimento;
- sociais: um esforço é feito para tentar compreender quais são as necessidades da sociedade, as consequências de viver em sociedade e como promover ações concretas para modificar aspectos da realidade social;
- éticos: dizem respeito à formação humana do estudante, fundada na busca pela compreensão do outro, pela afirmação das individualidades e singularidades humanas, pelo reconhecimento da diferença, pela construção da equidade e pela promoção dos direitos humanos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, nesse sentido, bastante enfática ao afirmar que:

> [...] a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas [...] propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018a, p. 561).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesta coleção, você encontrará em cada volume um convite para que o diálogo interdisciplinar supere a fragmentação e o reducionismo cognitivo, abrindo caminho para que cada temática proponha o diálogo entre conceitos teóricos e processos metodológicos que, até recentemente, eram exclusivos da abordagem de um único componente curricular.

Outro aspecto relevante é a preocupação em trabalhar temáticas que, encontrando eco em conteúdos classicamente assinalados nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, procuram focar na contribuição dos quatro grandes campos do saber de referência da coleção,

priorizando fundamentalmente uma abordagem integrada dos conceitos de tempo, espaço, sociedade, cultura e poder. Assim, tais conceitos não são concebidos apenas a partir de um único componente, mas do cruzamento interdisciplinar e do diálogo permanente entre eles.

Nos tópicos que seguem, você encontrará subsídios e orientações para melhor compreender a proposta das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em nossa coleção e sua aplicação desafiadora, que passa pela emergência do pensamento computacional, pelo desenvolvimento de novas práticas de pesquisa e por novas perspectivas de problematização e contextualização do conhecimento a partir das várias culturas juvenis, foco de nossas atenções e esforços educativos.

Os conceitos norteadores

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, alcançar os objetivos de aprendizagem requer a compreensão de alguns conceitos fundamentais que orientam suas principais áreas do saber. Conceitos como tempo, espaço, sociedade, cultura e poder possuem significados múltiplos e dinâmicos, com longos históricos de debates teóricos e metodológicos.

No entanto, cabe ressaltar que, longe de uma abordagem fragmentada, esses conceitos não aparecem aqui vinculados a uma única área disciplinar. Parte-se do pressuposto de que eles fornecem possibilidades de embasar a tessitura complexa dos fenômenos e processos a serem analisados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, estabelecendo, dessa forma, múltiplos diálogos entre si.

Tempo

Trata-se de um conceito com sentidos bastante diversos quando debatido no âmbito das Ciências Naturais (o tempo dos matemáticos e dos físicos, por exemplo) e das Ciências Humanas e Sociais. No que diz respeito à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o conceito de tempo, embora tradicional estruturante dos estudos históricos, é também utilizado, debatido e problematizado do ponto de vista das demais áreas do saber, já que possibilita ampliar, contextualmente, o alcance dos sentidos de determinada ação ou processo estudado.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Dentre diversos autores e antropólogos, o tempo é compreendido como uma **construção humana**, que auxilia na compreensão dinâmica dos processos de desenvolvimento tendo em vista algumas perspectivas:

- **cronológica**: o tempo tem uma trajetória múltipla, que passa pela construção dos calendários, dos relógios, das cronologias etc.;
- **temática**: dos períodos, dos conceitos e das demarcações de características dos processos humanos;
- **epistemológica interdisciplinar**: das próprias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como áreas do conhecimento que dialogam entre si e que têm no tempo uma categoria conceitual indispensável.

A distinção entre presente, passado e futuro, que organiza a relação que as sociedades contemporâneas têm com o tempo, é resultado de processos humanos – e não simplesmente um dado observado na natureza. Portanto, o diálogo entre essas categorias temporais não se dá de forma estanque, mas relacional, percebendo-se, por exemplo, as marcas do "presente" no entendimento construído acerca das experiências passadas. Ou as marcas do "passado" no desenvolvimento de determinadas ações e processos presentes.

> O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite. Porém, suas articulações mais eficazes – a hora e a semana – estão ligadas à cultura e não à natureza. [...]
>
> A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo. Para a criança, "compreender o tempo significa libertar-se do presente" (Piaget), mas o tempo da história não é nem o do psicólogo nem o do linguista. Todavia o exame da temporalidade nestas duas ciências reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas sim uma construção. (LE GOFF, 1990, p. 12-13).

Para os seres humanos, o tempo é mais do que um dado do mundo físico, medido com a frieza de um relógio. Passado e presente apresentam sentidos lógicos e afetivos que possibilitam perceber processos históricos e ajudam a construir identidades e formular projetos de futuro. Os entendimentos do que seja "passado" e "presente" são assim estabelecidos considerando o fato de não serem categorias conceituais estanques e lineares, mas diretamente relacionadas à própria percepção que indivíduos e grupos sociais têm de suas próprias experiências.

Assim, a consciência do passado pode ser vista como uma dimensão permanente da experiência humana, ligada a processos de aprendizado social e de construção de memória para além da vivência do indivíduo.

> Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. [...] Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse sentido, a consciência do tempo passou por uma ruptura fundamental na modernidade. Até então, as sociedades geralmente conceberam o passado como padrão a ser reproduzido no presente. Já nas sociedades contemporâneas do Ocidente, com base em um processo de racionalização das esferas política, cultural e econômica, tornou-se predominante a ideia de que o tempo deve se orientar para o futuro, sendo o passado concebido de maneira crítica.

Interpretar o "passado" criticamente para estabelecer um posicionamento diante das grandes questões do "presente" é, portanto, uma demanda contemporânea que se coloca para o aprendizado das Ciências Humanas. Por outro lado, também é importante problematizar a concepção de tempo, originária da Modernidade, para que a visão crítica do passado não acabe por naturalizar a ideia de progresso. Essa ideia, que foi formulada em termos filosóficos pelos iluministas durante o século XVIII, tem tido uma profunda influência na sociedade, na política e na cultura moderna, influência essa que pode começar a ser mitigada se o tempo for pensado em uma perspectiva complexa.

Como é possível perceber, os aspectos filosóficos inerentes ao processo de construção das identidades humanas devem ser especialmente privilegiados numa coleção que

procura entender a complexidade das construções espaçotemporais e socioculturais. A reflexão ética sobre as vivências temporais implica perceber os protagonismos individuais e coletivos na transformação das paisagens e na construção das relações sociais.

Em outras palavras, um aprendizado crítico a respeito do tempo envolve também o questionamento dessa concepção, para que ele não seja entendido de maneira reducionista, como um desenvolvimento linear que vai do mais simples ao mais complexo, ou do inferior ao superior, por exemplo. Na experiência humana, o tempo é vivido em cada um de seus "agoras", e não como uma linha de acontecimentos que convergem para alguma finalidade. Tal processo é o que podemos chamar de **diálogo de temporalidades**.

Nesta coleção, o tempo não é, portanto, visto numa mera sequência processual de causa-efeito, mas em um diálogo que excede a relação causal. Buscam-se outros sentidos para experiências do "presente", a partir de releituras do que se convenciona como "passado". O diálogo de temporalidades pressupõe, assim, a construção simbólica das experiências e da narratividade temporal. Ou, como salienta a BNCC:

> Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado. (BRASIL, 2018a, p. 563).

Sendo assim, a narração busca atribuir sentido às experiências dos seres humanos, sem se limitar à mera descrição de processos, mas à compreensão de suas complexidades. O tempo, portanto, pensado como categoria que norteia o processo de construir experiências e atribuir sentido a elas, não se faz dissociado das condições objetivas humanas e do espaço.

Espaço

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Assim como o tempo, espaço é um conceito em permanente discussão nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espaço pode ser definido como o lugar material onde os seres humanos agem. Trata-se de uma construção histórica, uma totalidade desigual e em constante transformação e, portanto, em profunda imbricação com o diálogo de temporalidades que norteia a ação humana na transformação das paisagens.

Ao se abordar o caráter histórico-temporal da formação do espaço, este deve ser diferenciado do conceito de paisagem, que se refere a aspectos morfológicos (ou seja, à forma). A paisagem pode, portanto, ser pensada como a unidade sensível do espaço, a sua materialização efetiva em termos das percepções sensoriais dos seres humanos. Espaço, pelo contrário, diz respeito a uma realidade dinâmica, com estruturas que cumprem funções para as sociedades humanas, formando um "mosaico de elementos de diferentes eras", nas palavras do geógrafo Milton Santos.

> Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações,

> deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

O conceito de espaço reveste-se, assim, de uma íntima conexão com as dimensões temporais e contextuais a ele associadas, bem como com as relações de poder vigentes nas sociedades contemporâneas. Conexões estas que definem não apenas as dinâmicas espaciais mas também a transformação constante das próprias paisagens.

Nesse sentido, o caráter unitário do espaço ganha novas complexidades no mundo contemporâneo, com o processo de globalização e a revolução técnico-científico-informacional. Para Edgar Morin (2013, p. 21):

> [...] a globalização constitui o estado atual da mundialização. Começa em 1989, após a queda das economias ditas socialistas. É fruto da conjunção em círculo retroativo do desenvolvimento desenfreado do capitalismo que, sob a égide do neoliberalismo, se propaga pelos cinco continentes, e do desenvolvimento de uma rede de telecomunicações instantâneas (fax, telefone celular, internet). Essa conjunção efetua a unificação tecnoeconômica do planeta.

Assim, a globalização está profundamente vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a partir de alguns pressupostos básicos desse mesmo desenvolvimento:

- a presença em todos os continentes como paradigma de sua força geopolítica e econômica;
- a construção da complexidade tecnológica instaurada pela ideia de rede;
- a construção da noção de tempo real, que modifica drasticamente o fluxo de capitais e as tomadas de decisão sobre os próprios ritmos e processos produtivos e econômicos.

Os dois últimos pressupostos incidem diretamente na revolução técnico-científico-informacional, que vivencia uma difusão acelerada nas duas primeiras décadas do século XXI. Cada vez mais, a tecnologia redefine identidades espaciais e até mesmo processos de localização geográfica e de transformação da paisagem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Do ponto de vista sociológico e antropológico, no entanto, há também de se considerar as resistências políticas e as tensões sociais decorrentes de todos esses processos, já que, de acordo com os geógrafos espanhóis Joan Font e Joan Rufí (2006, p. 35), "[...] temos que verificar seriamente até que ponto as interconexões entre as forças globais e as particularidades locais alteram as relações entre identidade, significado e lugar".

Essas alterações podem, assim, ser perceptíveis nas diferentes escalas nas quais podemos considerar o espaço geográfico: desde a escala planetária, passando pelos territórios nacionais e pelas regiões, até o lugar onde nos encontramos.

Exemplo disso é o fato de que hoje as pessoas de todo o planeta podem estar interligadas pelos mesmos instrumentos tecnológicos que conectam territórios separados por fronteiras culturais, políticas e econômicas. Para além dos impactos diretamente apreensíveis em nosso cotidiano, tais mudanças trazem novos conflitos, desigualdades e problemas de toda ordem, que precisam ser compreendidos como partes de uma mesma totalidade – o espaço geográfico.



Gordwin ODHIAMBO/AFP

Em casa, menina faz aula virtual de dança durante a pandemia da covid-19. Nairóbi, Quênia, 2020.

São importantes na formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas os conhecimentos relativos à conformação histórica do espaço – os processos de formação e transformação das diversas culturas, dos territórios nacionais e dos alinhamentos geopolíticos, bem como das diferentes visões de tempo que se relacionam com os processos de ocupação do espaço –, que possibilitam ir além da mera constatação de que estamos num mundo multicultural e politicamente delimitado por fronteiras que nem sempre coincidem com os diferentes processos geopolíticos e com as tensões socioculturais decorrentes da globalização.

O estudante deve ser capaz de buscar explicações para esses fenômenos na análise das estruturas e dinâmicas da sociedade global, de maneira a não se tornar apenas um reprodutor de leituras reducionistas e preconceituosas a respeito da diversidade humana e dos conflitos resultantes dela.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (BRASIL, 2018a, p. 563).

Evitar leituras reducionistas implica, portanto, perceber que, por um lado, o espaço fornece as bases materiais para a formação dos indivíduos e dos agrupamentos sociais, e, por outro, que as dinâmicas sociais interferem na organização espacial e na vivência dos próprios processos históricos.

No entanto, as transformações espaciais, quando fruto da ação antrópica, não ocorrem dissociadas das mudanças nas relações entre os seres humanos, fruto da inserção destes em sociedades cada vez mais marcadas por tensões, resistências e acomodações dos indivíduos no que se refere à convivência com as relações de poder vigentes.

Sociedade

A globalização redefine também o que entendemos por sociedade. Esse conceito tem sido importante na nossa própria autodefinição como seres humanos. Desde as tradições filosóficas da Antiguidade Clássica, a vida em sociedade é concebida por meio da relação que temos com nossas necessidades, como espécie, de convivermos coletivamente, já que a existência individual não é capaz de suprir nossas demandas materiais ou imateriais. Na modernidade, o conceito foi desenvolvido com sentidos diversos nas teorias políticas de pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que estabelecem uma distinção entre o Estado e a sociedade civil, na tentativa de compreender as relações entre as necessidades da vida coletiva e a organização política complexa dos Estados modernos.

Nos dias de hoje, a caracterização da sociedade a partir das interdependências da vida coletiva continua sendo importante no campo da Sociologia, para o qual o conceito de sociedade tem uma importância central.

> Atores individuais tornam-se objeto das observações de estudos sociológicos à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência. Por isso, e porque, não importando o que façamos, somos dependentes dos outros, poderíamos dizer que a questão central da sociologia é: como os tipos de relações sociais e de sociedades em que vivemos têm a ver com as imagens que formamos uns dos outros, de nós mesmos e de nosso conhecimento, nossas ações e suas consequências? (BAUMAN; MAY, 2010, p. 17).

Ao mesmo tempo, tal necessidade diz respeito às relações, deliberadas e conscientes, que estabelecemos com a natureza. São esses conjuntos de relações, entre as pessoas e das pessoas com a natureza, que nos produzem como indivíduos e, coletivamente, como sociedades historicamente constituídas.

> A sociedade, da qual faz parte o indivíduo, consiste em um grupo humano, ocupante de um território, com uma forma de organização baseada em tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de ser e valores, responsáveis por [illegible]de cultural. Na construção de sua vida em sociedade, o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhecimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios, fruto de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. (BRASIL, 2018a, p. 565).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A interação entre os indivíduos implica um conjunto de processos culturais, políticos e econômicos que necessitam ser contextualizados. Esses processos, por sua vez, encontram-se inseridos em contextos temporais e espaciais bem definidos. Nesse sentido, o recorte interdisciplinar adotado nesta coleção busca entender as especificidades histórico-culturais e espaciais que definem cada processo de interação, considerando também a dimensão ética envolvida.

Da mesma forma, ao atribuir significados para o mundo, os indivíduos constroem leituras que explicitam seus interesses, suas intencionalidades e os impactos de suas ações nas paisagens. Nas sociedades contemporâneas, nossa socialização é marcada por uma grande fluidez de formas e significados, que tende a produzir indivíduos vulneráveis frente a realidades sociais amplas e complexas.

Diante dessa vulnerabilidade social, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem se constituir uma área do conhecimento que põe em xeque estereótipos e preconceitos, abrindo caminho para uma reflexão acerca das relações de poder e seus impactos no desenvolvimento dos indivíduos e das coletividades. Nesse contexto, cabe a você promover aprendizagens que possibilitem ao estudante conhecer e compreender pontos de vista alheios aos seus. Ao concluir esse conjunto de aprendizagens, o jovem desenvolve a noção de alteridade fundamentada na compreensão do outro, seja nos aspectos socioculturais ou físico-espaciais.

> As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais. (BRASIL, 2018a, p. 566).

A capacidade de estabelecer diálogos é crucial na sociedade contemporânea. No entanto, para que tais diálogos ocorram, é necessário compreender que eles são necessariamente mediados pelas formas que os indivíduos têm de elaborar suas próprias visões sobre si mesmos e sobre a forma como entendem e concebem suas diferenças em relação aos outros indivíduos. Esses processos são inerentes ao desenvolvimento de sistemas simbólicos que operam com os repertórios disponíveis para atribuir significado ao mundo. Para desenvolver claramente a compreensão desses processos, o conceito de cultura precisa ser apresentado aos estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Cultura

A cultura se relaciona com capacidades especificamente humanas de abstração e simbolização das experiências. Dentre as muitas definições contemporâneas do conceito, o antropólogo Marshall Sahlins define cultura como experiências e ações humanas organizadas por meios simbólicos. Segundo ele, o que distingue os seres humanos não é o fato de que vivemos num mundo material, com o qual interagimos – afinal, isso os animais também fazem; a relação do ser humano com o mundo material se define:

> [...] de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única. Por conseguinte, toma-se por qualidade decisiva da cultura [...] não o fato de essa cultura poder conformar-se a pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível. (SAHLINS, 2003, p. 7).

Na modernidade, o conceito de cultura tem uma história problemática em relação a seus possíveis significados. Por ter sido concebida pelos filósofos e cientistas sociais como um

conceito oposto ao de natureza, a valorização da cultura contribuiu para promover uma cisão entre a esfera do que pertence ao "ser humano" e a do que diz respeito ao "natural". Historicamente, esse conceito foi usado tanto para justificar uma relação utilitária e predatória das sociedades com relação à natureza quanto para negar a determinados grupos a condição de seres humanos em sentido pleno, já que seriam povos cuja cultura estaria mais próxima da esfera "natural".

Durante os séculos XVIII e XIX, a "cultura" foi pensada pelas elites das sociedades europeias como "civilização", de modo a afirmar a superioridade cultural do Ocidente diante de sociedades vistas como "bárbaras" ou "primitivas", e como "refinamento", de maneira a inferiorizar as expressões, linguagens e costumes das classes populares por sua "falta de cultura". Decorre daí o costume de julgar esta ou aquela forma de expressão como desprovida de "cultura", ou então de julgar esta ou aquela pessoa como tendo mais ou menos "cultura". Esse uso comum da palavra, geralmente carregado de preconceitos, deve ser contraposto à acepção como entendida pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De acordo com as bases curriculares brasileiras:

> [...] Atualmente, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação e do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais, locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo.
>
> [...] o conhecimento do Outro, da outra cultura, depende da capacidade de se indagar para indagar o Outro, atitude fundamental a ser desenvolvida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse é o primeiro passo para a formação de sujeitos protagonistas tanto no processo de construção do conhecimento como da ação ética diante do mundo real e virtual, [...] uma multiplicidade de culturas. (BRASIL, 2018a, p. 566-567).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Devotos de religiões afro-brasileiras durante ritual em homenagem a Iemanjá. Rio Grande (RS), 2020. Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram registrados em 2019 mais de 350 denúncias de intolerância religiosa no país, sendo 61% dos casos relacionados a religiões de matriz africana.

O estudo atento da maneira como indivíduos ou comunidades atribuem significado à sua própria existência e ao mundo à sua volta é revelador de relações de poder e de formas de intervenção na paisagem. Nesse sentido, o estudo das culturas é importante para a compreensão da diversidade do mundo contemporâneo.

Outra característica importante do conceito de cultura é a historicidade: as culturas são constantemente ressignificadas pelos indivíduos e pelos grupos nos constantes processos de interação com outros grupos e com o ambiente. Nesse sentido, rompe-se com a ideia de que as culturas são definidas de forma estanque, desvinculada das relações sociais e do exercício do poder vigente em dada sociedade.

Poder

O conceito de poder é também fundamental para a compreensão da experiência humana. Em seu sentido mais geral, poder é a capacidade de agir e produzir efeitos na realidade. No contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, seu sentido é mais específico, já que diz respeito a ações que têm seres humanos tanto como sujeitos quanto como objetos.

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do poder social. A capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos é poder social, assim como a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos.

> [...] o meu Poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos. O poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas. (STOPPINO, 1998, p. 933).

Nesse sentido, relações de poder são constitutivas da experiência humana em qualquer de suas dimensões: estão nos processos estudados pela História, na produção do espaço geográfico, nas relações entre indivíduos e sociedade e nas interações entre culturas. Também é importante ressaltar que o poder não é exercido apenas de maneira a forçar o outro a determinada ação mas também por meio do convencimento e da manipulação. O exercício do poder pode se dar, assim, tanto como força de coação física ou moral quanto como discurso legitimador de determinada forma de autoridade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No mundo contemporâneo, o exercício do poder envolve instituições e estruturas sociais complexas, que requerem aprendizagens específicas. Em especial o poder dos **Estados modernos**, ligado a conceitos como os de **território**, **fronteira**, **soberania** e **regime político**.

> A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. (BRASIL, 2018a, p. 567).

O poder envolve, portanto, formas de legitimação da autoridade, bem como de resistência a ela. Seu exercício influencia as maneiras como se organizam os espaços e se definem as relações sociais e econômicas. Assim, o poder, vivenciado em distintas experiências temporais e impactando a organização das paisagens, deve ser pensado numa perspectiva complexa e não fragmentada.

O paradigma da complexidade cognitiva

Os conceitos fundamentais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não têm definições simples ou definitivas. Para que o trabalho com esses conceitos sirva efetivamente à aprendizagem esperada dos estudantes do Ensino Médio, é preciso considerar sempre o caráter complexo da construção do conhecimento.

A palavra "complexo" tem origem no latim *complexus*, que significa "aquilo que é tecido em rede". Fundamentado nesse conceito, o **paradigma da complexidade** pode ser entendido como uma forma de construir conhecimento em rede (e não de maneira isolada, pelo aprendizado sequencial de conteúdos simples).

O ponto de partida é a percepção de que, seja no itinerário formativo de cada indivíduo, seja na produção social de conhecimentos pela humanidade, nenhum conhecimento tem origem em si mesmo. Por exemplo, para que possamos compreender conceitualmente o fenômeno da globalização, precisamos nos apropriar do conhecimento a respeito do que é o tempo histórico, o espaço geográfico, a sociedade, a cultura, o poder, a economia, as fronteiras, os Estados, as regiões, e assim por diante; ao mesmo tempo, a compreensão conceitual da globalização nos permite ressignificar cada um desses conceitos, estabelecendo redes de significados entre eles.

A complexidade é uma realidade presente na construção de cada uma das disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para construir hipóteses, interpretações e conceitos, as diversas disciplinas partem do que já existia anteriormente, dentro e fora de seus domínios específicos. Cada contribuição nova enriquece conhecimentos já estabelecidos, que se conectam em rede.

Assim, não se trata de conectar os conhecimentos para produzir uma síntese simplificadora que dê conta do real, e sim buscar um conhecimento em permanente colaboração. A complexidade tem uma dimensão ética: trata-se de uma postura diante dos fenômenos da realidade que recusa a simplificação e o reducionismo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

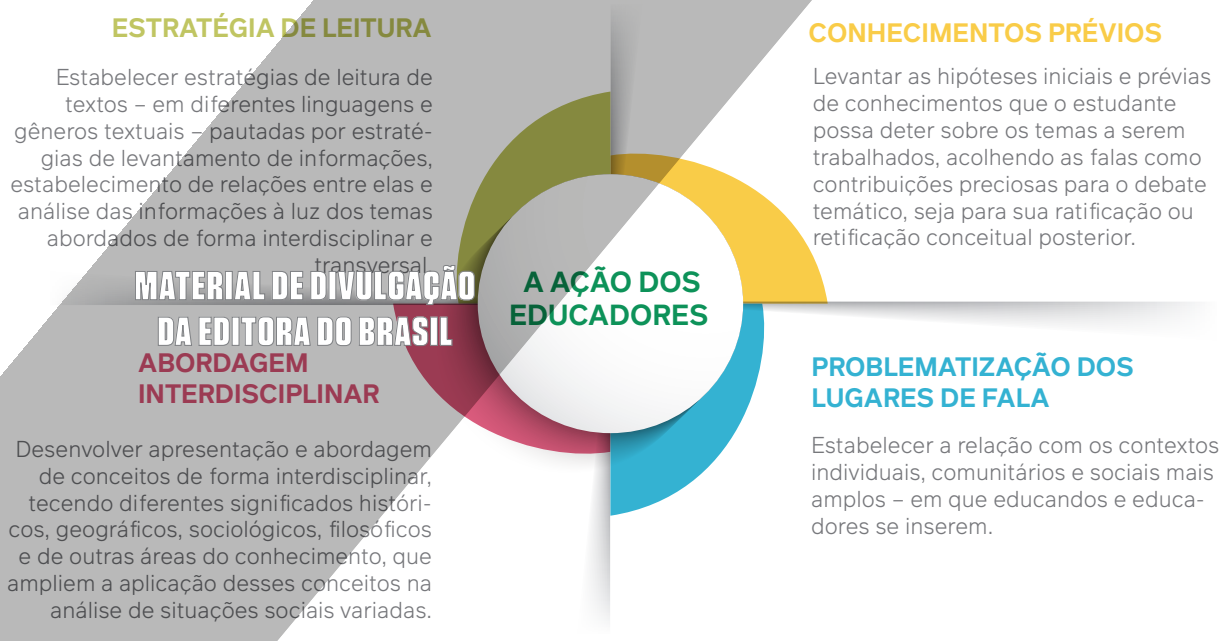
Edgar Morin adverte para o fato de que a fragmentação cognitiva e o consequente retalhamento disciplinar não dão mais conta de compreender a complexidade da vida atual.

> [...] nosso modo de conhecimento fragmentado produz ignorâncias globais. A isso combinam-se as limitações 1) do reducionismo (que reduz o conhecimento das unidades complexas ao dos elementos supostamente simples que as constituem); 2) do binarismo, que decompõe tudo em verdadeiro/falso, ou seja, o que existe é parcialmente verdadeiro ou parcialmente falso ou simultaneamente verdadeiro e falso; 3) da causalidade linear, que ignora os circuitos retroativos; 4) do maniqueísmo, que não enxerga senão oposição entre bem e mal. A reforma do conhecimento exige a reforma do pensamento. A reforma do pensamento exige um pensamento que possa religar as partes ao todo, o todo às partes e que possa conceber a relação do global com o local, do local com o global. (MORIN, 2013, p. 184).

Para Morin, a fragmentação está diretamente ligada a uma situação na qual, em vez de tentar compreender a complexidade de um problema ou de uma situação, obtém-se o efeito contrário, reduzindo o alcance ou simplificando questões que merecem ser pensadas a partir de perspectivas mais amplas, com contribuições de diversas áreas do conhecimento.

Por fim, o paradigma da complexidade cognitiva não diz respeito apenas à forma como a ciência e as universidades constroem seus conceitos. Ele se aplica também às práticas que adotamos visando à formação integral do jovem, hoje concebida como o desenvolvimento de capacidades que requerem diálogo entre diferentes realidades e autonomia na produção do conhecimento. Tecer conhecimento em rede é, assim, uma forma de preparar para um mundo global.

> Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade. (MORIN, 2003, p. 14).



Aleksandr Bryliaev_Shutterstock.com

Assim, favorecer a percepção complexa dos fenômenos exige um compromisso com a superação da fragmentação disciplinar, que impede a compreensão das diferentes relações conceituais possíveis entre os fenômenos estudados. Nesse sentido, a coleção que você, professor, tem em mãos procura enfatizar as tessituras construídas entre diferentes conceitos na abordagem de um tema, enfatizando tanto aspectos interdisciplinares como transdisciplinares.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade

Interdisciplinaridade não significa um processo simplista de abolição das fronteiras entre as disciplinas. Na construção do conhecimento sobre os seres humanos, a Filosofia, a História, a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, entre outros campos disciplinares, continuam possuindo seus próprios métodos, suas teorias, seus conceitos e suas abordagens.

Uma abordagem interdisciplinar tem por objetivo promover um diálogo entre campos específicos, para que a teia complexa de relações que explicam os fenômenos que nos cercam não fique encerrada no campo de uma única disciplina. Na perspectiva adotada nestes volumes, reconhecemos que as explicações fundadas num único campo do saber não respondem à demanda pela construção por parte dos estudantes de uma compreensão complexa da realidade.

Assim, uma primeira definição possível de interdisciplinaridade é que ela é antes de mais nada uma postura de "humildade cognitiva", ou seja, um reconhecimento de que os processos de construção do conhecimento escapam às malhas das teias explicativas disciplinares para compor novos diálogos e novas possibilidades, com conceitos, critérios metodológicos e hipóteses advindas de outros campos científicos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a história recente da ciência e dos conhecimentos a respeito da experiência humana é feita de intensos debates interdisciplinares. Esse diálogo não significa dissolução das disciplinas, mas uma interlocução visando compreender melhor realidades que não reconhecem fronteiras conceituais.

A influência recíproca entre os campos disciplinares é, portanto, um processo que precisa ser consolidado na construção do conhecimento científico. Esta coleção leva em consideração a complexa teia interdisciplinar na qual estão os conceitos, numa reapropriação constante por várias áreas e temáticas.

Nas práticas de aprendizagem, o diálogo entre os campos do saber possibilita a construção de narrativas [illegible] a partir do objeto que está sendo trabalhado, e não a partir de um conceito [illegible] de uma única abordagem. Se a ideia é aprender sobre o que é um Estado nacional, por exemplo, podemos nos apropriar do que a Geografia, a História, a Sociologia, a Ciência Política etc. têm a nos oferecer, de forma a construir uma definição complexa, que extrapola os limites disciplinares tradicionalmente previstos. Isso ocorre por conta da necessidade de compreender o Estado como um fenômeno complexo, construído a partir de configurações territoriais, projetos de poder, formas próprias de estratificação de sociedades, e estudado por autores imbuídos de determinadas visões de mundo e concepções filosóficas. Uma abordagem puramente disciplinar seria, nesse exemplo, buscar uma definição aceita por autores de um desses campos e a tomarmos como a mais "correta". Isso representaria uma abordagem simplificadora da realidade, que encerraria a construção do conhecimento em limites imóveis, enquanto a interdisciplinaridade é dinâmica na formação de cada estudante e pode se relacionar diretamente com suas próprias histórias de vida.

> [...] à intencionalidade que marca a propriedade de estudos dessa natureza encontra-se justamente na possibilidade que encerram de conjugar diversos olhares, de construir uma compreensão multifacetada de aspectos, de

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> produzir um conhecimento que se situa na encruzilhada de vários saberes, possibilitando uma leitura interdisciplinar das ações educativas. (FAZENDA, 2005, p. 113).

A construção de narrativas interdisciplinares parte do pressuposto de que os objetos de estudo vão muito além das barreiras e limites das diferentes disciplinas. Nesse sentido, a proposta interdisciplinar deve considerar a intenção de desenvolver habilidades que possibilitem compreender a complexidade do processo a ser estudado.

Nesta proposta, a formação do estudante é interdisciplinar, já que coloca em diálogo a organização do conhecimento sem dissolver as fronteiras disciplinares. O método de trabalho também adota um entendimento transdisciplinar da realidade, já que na prática cotidiana da construção do conhecimento é preciso extrapolar os limites entre as disciplinas.

Afinal, é para um mundo complexo que estamos formando os estudantes, que precisarão construir conhecimento em sua vida pessoal, social e profissional, sem que respostas prontas lhes sejam oferecidas. Assim, o tratamento metodológico dos conteúdos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve evidenciar:

> [...] a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho. (BRASIL, 2018b, p. 4).

Nos seis volumes desta coleção, você encontrará um tratamento interdisciplinar e integrado das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A abordagem envolve também diálogos com as Ciências da Natureza, pois dimensões culturais e naturais da experiência humana mantêm uma teia complexa de inter-relações, a começar pelo fato de que disciplinas como Biologia ou Química possuem também uma história e são parte das estruturas sociais e de poder das sociedades contemporâneas. A contextualização e a problematização [illegible] é um dos objetivos de uma abordagem interdisciplinar, que diz respeito a todas as áreas do saber.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A questão das fontes e da pesquisa

As abordagens interdisciplinares aproximam as práticas formativas dos estudantes daquelas que têm sido usadas para construir o conhecimento científico. Pode-se dizer o mesmo dos procedimentos de pesquisa, como a problematização, a seleção, a organização e a análise crítica das fontes e a escolha de metodologias de trabalho e de exposição.

Também nesse caso, trata-se de uma demanda de nosso tempo, marcado por novas relações dos indivíduos com as fontes de informação. Hoje, muitas dessas fontes são predominantemente digitais, realidade que facilita o acesso e, ao mesmo tempo, acrescenta outras dificuldades às atividades de pesquisa e de formação. As enciclopédias, por exemplo, que fizeram parte da formação de muitas gerações, são muito menos consultadas pelos jovens do que os mecanismos de busca em ambientes digitais.

Na internet há incontáveis fontes de pesquisa, muitas delas aplicáveis aos objetivos de formação dos estudantes; entretanto, há muitas outras que servem à difusão de desinformação, de reducionismos e de preconceitos. As chamadas *fake news* – informações que distorcem os fatos ou não se fundamentam na realidade empírica, mas cujo discurso é assertivamente construído – são o exemplo clássico do reducionismo e da desinformação diante da complexidade do conhecimento.

Ao mesmo tempo, o caráter extremamente dinâmico da sociedade contemporânea exige uma formação que capacite os indivíduos a formular problemas e a responder a eles, buscando respostas em fontes apropriadas e usando métodos que incluem o diálogo e a construção coletiva de soluções. Assim, para que os estudantes estejam preparados para atuar nessa sociedade, é preciso que sejam capazes de problematizar a própria realidade, desenvolvendo alguns dos procedimentos que constituem a produção do conhecimento científico no mundo contemporâneo. A investigação científica deve ser um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos deles. Nos termos das diretrizes curriculares brasileiras, a investigação científica na Educação Básica supõe:

> [...] o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. (BRASIL, 2018b, p. 7).

No que diz respeito às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o trabalho com fontes inclui tanto a leitura problematizadora e contextualizada de textos quanto os procedimentos de análise de imagens, de abordagem das fontes materiais e imateriais e de estudos de campo. Envolve ainda aprendizados relativos à construção de argumentos e de métodos de exposição. O diálogo com as diversas fontes e métodos deverá, desse modo, capacitar os estudantes para construir seus conhecimentos e elaborar seus argumentos de maneira crítica e consciente, considerando as particularidades de cada fonte, bem como a relação dela com os temas explorados em cada unidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> [...] a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas [...] define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.
>
> De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem hipóteses e argumentos com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a dúvida sistemática – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas. (BRASIL, 2018a, p. 561).

A atitude de pesquisa é, dessa maneira, condição *sine qua non* da aprendizagem. E, ao pesquisar, o estudante sente-se impelido a desenvolver novo comportamento cognitivo, marcado pela busca e pelo levantamento de informações em fontes confiáveis, pelo estabelecimento de relações entre elas, pela contextualização das informações em diferentes teias e redes de conhecimento e pela elaboração de hipóteses conclusivas.

A coleção pauta-se, assim, pelo estudo criterioso das fontes de informação, fundamentado por uma metodologia que comporta o processo de extração de informações, o estabelecimento de vínculos entre elas e sua contextualização.

O estudante e a educação no século XXI

A aprendizagem e a formação integral do estudante

A realidade global do século XXI vem impondo novos desafios aos profissionais da educação. Nesse contexto, o foco na aprendizagem tem se consolidado como base de teorias e diretrizes educacionais em todo o mundo. Trata-se de conceber a educação tendo como pressuposto que o estudante é o sujeito da construção do conhecimento, e esse processo inclui, fundamentalmente, a prática da leitura, entendida aqui num sentido muito mais amplo do que como mera decodificação de um texto.

Com isso, amplia-se o escopo do que os estudantes devem saber – em relação a conhecimentos, habilidades, atitudes e valores – e, principalmente, do que eles devem saber fazer. Afinal, é preciso que o sujeito do século XXI saiba aplicar o aprendizado na resolução dos desafios cada vez mais complexos da vida cotidiana, da prática da cidadania e da atuação em um mundo do trabalho em rápida transformação. São demandas contemporâneas que incidem fundamentalmente nas relações com o outro.

Essa dimensão de percepção, reconhecimento e relação com o outro – a alteridade – deve ser pensada, pelo menos, sob dois aspectos metodológicos. O primeiro se relaciona com a próprima [illegible] al e atitudinal das temáticas propostas, que problematiza a relação co[illegible] de diferentes enfoques. O segundo diz respeito ao desenvolvimento de habilidades que propõem a compreensão da diversidade humana e da pluralidade de culturas, opiniões e significados atribuídos ao mundo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Portanto, as transformações vivenciadas no mundo contemporâneo impõem aos professores a necessidade de trabalhar dimensões da vida dos jovens que não faziam parte das teorias e práticas da educação escolar tradicional. O conceito norteador dessa ampliação dos objetivos da formação escolar, consolidada na legislação e nas diretrizes educacionais brasileiras, é a formação integral.

Em consonância com as novas demandas e diretrizes da educação no Brasil e no mundo, os conteúdos curriculares apresentados nesta coleção estão a serviço do desenvolvimento de competências e habilidades que visam à formação integral dos jovens no que diz respeito não somente à sua capacidade intelectual mas também às dimensões física, social, emocional e cultural deles. Os temas abordados, as metodologias utilizadas e os enfoques propostos priorizam justamente o encontro dos estudantes com diferentes formas de perceber as dinâmicas humanas e os encontros com as diferenças.

Buscar uma formação integral requer do professor um olhar focado na aprendizagem, entendida como desenvolvimento de todas essas dimensões. Para isso, é preciso superar modelos que enfocam o mero processo de aquisição de conceitos, descontextualizados ou não problematizados – por exemplo, a ideia de que existe uma trajetória única e linear que os estudantes devem seguir para atingir determinado saber ou, ainda, as concepções que reduzem o processo de aprendizado a somente uma de suas dimensões. Assim, é preciso romper com a fragmentação das disciplinas para que os conteúdos ganhem sentido por meio do diálogo com as experiências e trajetórias específicas dos estudantes, entendidos como sujeitos do conhecimento escolar.

Aspecto importante dessa formação é a compreensão de que seres humanos são, como afirma Lev Vygotsky, "seres animais que simbolizam", e que, nesse processo, o desenvolvimento de capacidades complexas é instrumento que serve à formação de um ser humano em sua integridade, cujo objetivo é sua autonomia. Trata-se de dotar o estudante de instrumentos de simbolização que permitam ampliar seu universo relacional para a resolução de problemas específicos de cada trajetória de vida.

> A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher etc.) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho. (VYGOTSKY, 1991, p. 59-60).

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a formação integral requer a compreensão de que os processos de simbolização do mundo estão marcados por intencionalidades e relações de poder. A formação crítica e contextualizada no que se refere a fontes e métodos é fundamental para que as competências e habilidades requeridas nessa área sejam cumpridas em cada percurso formativo, a fim de se desvendarem analítica e criticamente tais relações e intencionalidades.

As narrativas curriculares em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O currículo da Educação Básica se transformou radicalmente ao longo do tempo. Os conteúdos que compõem cada disciplina se alteraram e as próprias concepções e expectativas de formação são hoje muito diversas daquelas de gerações anteriores. Não são apenas os desenvolvimentos científicos que causam essas mudanças, já que a epistemologia que sustenta a construção dos currículos está em permanente interação com a sociedade. Portanto, a definição deles sempre envolve relações de poder.

> O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. [...] Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, nesse sentido, situadas num campo "puramente epistemológico", de competição entre "puras" teorias. As teorias do currículo estão

> ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. As teorias do currículo estão no centro de um território contestado. (SILVA, 2010, p. 15-16).

Por exemplo, os livros didáticos de História do Brasil de um século atrás praticamente nada nos diziam sobre as histórias e as culturas de matrizes indígenas e africanas, assim como os manuais de Filosofia da mesma época nada nos contavam sobre as experiências e visões de mundo de mulheres que produziram esse tipo de conhecimento. Essas e outras mudanças foram, em grande medida, respostas das organizações curriculares às demandas de sociedades nas quais o direito à igualdade e o direito à diferença foram postos como objetivos a serem alcançados.

Assim, a definição do currículo em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas implica uma operação cognitiva centrada na formação da subjetividade dos estudantes. Por isso, o desenvolvimento de comportamentos cognitivos deve apontar em um sentido claro: a formação da democracia por meio do desenvolvimento de cidadãos capazes de operar subjetivamente com o diálogo interdisciplinar e a percepção da diversidade social, respeitando às diferentes manifestações dos outros.

Mas não foi apenas o conteúdo dos currículos que mudou. Também foram profundas as transformações nos sentidos e nas relações que o currículo estabelece com os processos de aprendizagem. Não se trata mais de oferecer listas intermináveis de conceitos ou informações que deveriam ser memorizadas e assumidas integralmente como verdade pelos estudantes.

A nova organização do Ensino Médio no Brasil estabelece que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências e habilidades que devem ser disponibilizadas a todos os estudantes. Nesse modelo, as competências e habilidades são comuns a todos, enquanto os currículos são variados, já que dialogam com as exigências da diversidade tanto regional e local como cultural e econômica dos estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Além de competências gerais, a BNCC define aquelas de cada componente curricular. Contudo, elas devem ser abordadas de uma perspectiva interdisciplinar e focada na aprendizagem.

> Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a **flexibilidade** como princípio de **organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do **protagonismo juvenil** e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida. (BRASIL, 2018a, p. 468).

Assim, o currículo não é entendido como um conjunto de conteúdos a serem transmitidos em um percurso linear e unilateral dos professores aos estudantes. Esse modo de pensar está ligado a formas tradicionais de ensino, que não abarcam a diversidade das trajetórias dos estudantes na construção do conhecimento. A concepção curricular proposta aqui parte de determinadas abordagens espaçotemporais e socioculturais e privilegia a compreensão da complexidade dos fenômenos humanos.

Os volumes desta coleção são organizados de modo a possibilitar que a construção do currículo não se encerre no conteúdo da obra. Ela prossegue nas práticas dos professores e dos estudantes, sujeitos desse processo, pois tomam decisões na definição de suas narrativas curriculares.



Sergio Pedreira/Pulsar Imagens

Estudantes e professora interagem em aula de escola pública. Salvador (BA), 2018.

> [...] BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BRASIL, 2018a, p. 16).

A contextualização dos conteúdos em tramas de reflexão temática, bem como a decisão por abordagens interdisciplinares que priorizem um alcance maior dos conceitos em seu diálogo com os processos estudados, constituem-se em um eixo paradigmático adotado em toda a coleção e que se funda na necessidade de engajar os estudantes na aprendizagem da complexidade da vida humana.

O diálogo com a contemporaneidade

As rápidas transformações que caracterizam a sociedade contemporânea não devem nos fazer perder a capacidade de imaginar outros tempos, outras formas de produção e organização do conhecimento, bem como outras possibilidades de vivência social e individual. Essa é a condição fundamental para que possamos dialogar com temporalidades distintas. Em especial, para os jovens que já cresceram integrados à cultura digital, outros tempos podem ser difíceis de conceber sem uma atitude deliberada de busca pelo conhecimento – busca essa que deve ser estimulada nos processos de aprendizagem.

O diálogo de temporalidades está entre as capacidades exigidas dos jovens pela sociedade contemporânea. Para que um diálogo se estabeleça, é preciso que o outro seja reconhecível, problema que se coloca tanto para as temporalidades quanto para os limites dos espaços, das culturas e das sociedades. A busca pelo diálogo é uma busca para compreender o outro que se encontra para além de alguma(s) dessas fronteiras.

A periodização, instrumento de delimitação das rupturas e continuidades no tempo, é um dos instrumentos que servem a esse propósito.

> A importância essencial da periodização deve-se ao fato de que ela aborda, na própria cronologia, o problema central da temporalidade moderna. Desde que o tempo é portador de novidades e surpresas, a questão consiste em articular a variável com o que subsiste. O problema continuidade e/ou ruptura é tão debatido simplesmente por ser consubstancial à nossa concepção do tempo; a periodização permite pensar, a um só tempo, a continuidade e a ruptura. Ela começa por afetar um desses aspectos e, em momentos diferentes, o outro: continuidade no interior dos períodos e ruptura entre eles. (PROST, 2012, p. 107).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ao sermos capazes de imaginar contextualmente um outro tempo, reconhecemos melhor o nosso próprio. E para concebê-lo é importante nos apropriarmos de categorias conceituais interdisciplinares que permitam o entendimento de como os seres humanos, em épocas distintas, produziam paisagens, organizavam-se socialmente e criavam visões de mundo e de poder específicas. No entanto, o diálogo entre temporalidades tem um sentido de aprendizagem do "espaço de experiência" que informa os "horizontes de expectativas" dos estudantes.

Aprender as temporalidades que nos constituem nos capacita a elaborar esperanças, medos, desejos, vontades, inquietudes, cálculos racionais e tudo que compõe o que esperamos para o futuro.

Assim, cruzar temporalidades tem um sentido não apenas historiográfico, de compreensão das sociedades no tempo, mas também envolve aprendizados relativos à formação do sujeito num mundo em que as expectativas são alimentadas em sentidos muito diversos. Desse modo, uma formação que leve em conta o projeto de vida dos estudantes deve capacitá-los a elaborar as próprias experiências e expectativas com maior autonomia.

Proposição didático-pedagógica

Investigação provocativa: problematização como ponto de partida

O ponto de partida do diálogo com outras temporalidades é o presente, momento no qual nos indagamos sobre o futuro e o passado. Problematizar é desnaturalizar o olhar. Trata-se de um ato de conhecimento que envolve as estruturas cognitivas e emocionais do indivíduo e que serve de fundamento ao espírito científico, que permite ir além da opinião.

> O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p. 18).

A problematização é condição para a aprendizagem nas diversas áreas do saber que compõem o currículo escolar e uma das etapas necessárias da pesquisa. No que diz respeito às competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a problematização é o procedimento que permite a desnaturalização, ou seja, a percepção de que as dimensões culturais e sociais do ser humano estão atuando na realidade. Ao problematizar, ativamos nossas hipóteses cognitivas, desconfiamos de juízos preestabelecidos, ativamos nossa curiosidade em busca do que não é perceptível a olho nu.

Trata-se de um ato de grande importância, já que permite, entre outros processos cognitivos, reconhecer desigualdades e preconceitos que, por serem profundamente enraizados, podemos não perceber. Além disso, permite identificar formas de intolerância e discriminação que se sustentam sobre esses preconceitos, muitas vezes "invisíveis" para quem não os [illegible] dimensão da problematização se relaciona à reflexão ética e à construção de noções de justiça. Quem questiona e investiga está optando por não se contentar com a própria opinião preconcebida e, portanto, com seus preconceitos, superando-os em busca de olhares emancipatórios e eticamente responsáveis.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em cada unidade destes volumes, a problematização do tempo presente é o ponto de partida, mesmo quando o conteúdo se situa em outros tempos. Ao final de cada unidade, o presente também será questionado. A proposta é a de formar um olhar capaz de problematizar. Assim, os estudantes produzirão um ato de conhecimento sobre o "humano" que dialoga com outros tempos e espaços, com o objetivo de desnaturalizar o presente.

Para isso, é preciso "provocar a consciência", nos termos da BNCC:

> [...] para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social. (BRASIL, 2018a, p. 569).

O pensamento computacional

Ao longo das últimas décadas, incorporaram-se ao cotidiano das pessoas os instrumentos tecnológicos que possibilitam o uso do processamento de informações na resolução de problemas. Esses processos alteraram profundamente a forma pela qual vivemos os desafios cotidianos, bem como a maneira de olhar a própria dinâmica do dia a dia: algoritmos, sistemas, bases de dados, inteligência artificial, entre outros. Não são problemas que dizem respeito apenas aos matemáticos e programadores, já que interferem em nossas relações interpessoais, no trabalho, no consumo e no modo de construirmos conhecimento.

> A preocupação com os impactos dessas transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita já nas competências gerais para a Educação Básica. Diferentes dimensões que caracterizam a computação e as tecnologias digitais são tematizadas, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores. (BRASIL, 2018a, p. 474).

Diretamente vinculado ao mundo e à cultura digital, mas não necessariamente restrito a eles, o pensamento computacional é uma das dimensões importantes para a implementação de competências e habilidades previstas no currículo escolar. Ainda segundo a BNCC (BRASIL, 2018a, p. 475), o pensamento computacional envolve "[...] capacidades de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções, de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento de algoritmos".

A busca para a solução de problemas recorrendo à interação entre seres humanos e máquinas possibilita, assim, desenvolver as potencialidades do espírito de investigação e da criatividade. Mais do que um instrumento para a pesquisa, trata-se do:

> [...] processo de reconhecer aspectos da computação no mundo que nos rodeia e aplicar ferramentas e técnicas para entender e raciocinar sobre sistemas e processos naturais, sociais e artificiais. Na escola, o pensamento computacional permite que os alunos resolvam problemas, os dividam e criem algoritmos para solucioná-los. (ANDRÉ, 2018, p. 96).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O pensamento computacional é importante também no que diz respeito à formação dos estudantes para o dinamismo e a imprevisibilidade das condições de integração no mercado de trabalho, bem como na análise e intervenção nas diversas situações e circunstâncias cada vez mais imprevisíveis da vida cotidiana. Pouco sabemos hoje como serão as profissões daqui a algumas décadas, tamanho o impacto das novas tecnologias.

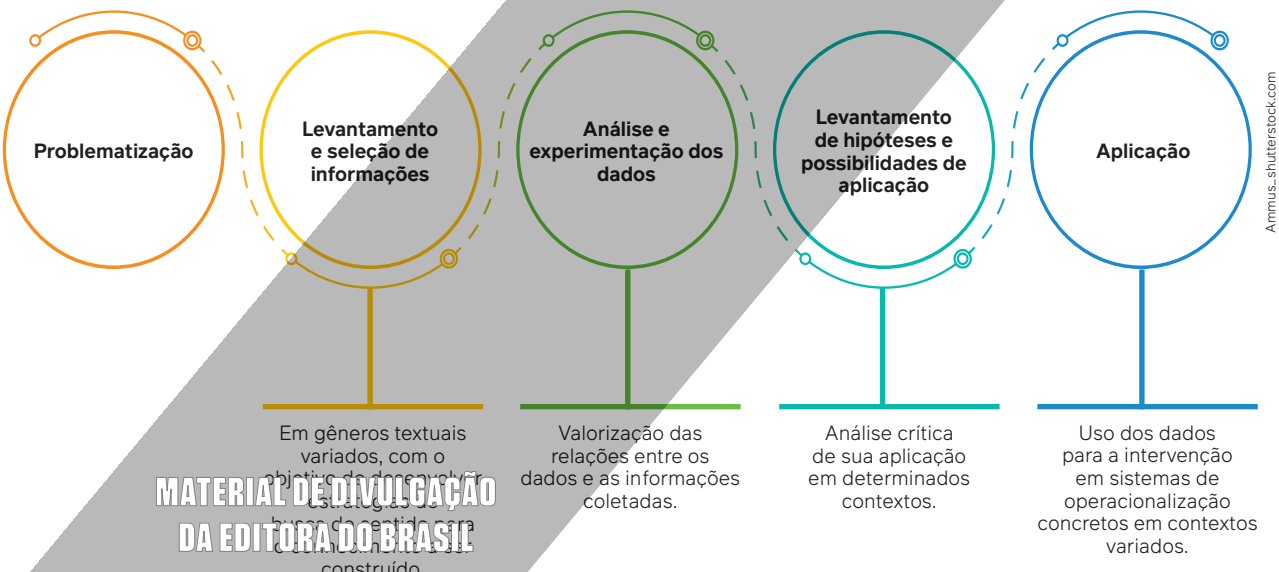
> É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais. (BRASIL, 2018a, p. 473).

Para cumprir esses objetivos de aprendizagem, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem desenvolver capacidades no sentido de formar pessoas para agirem sob a influência da computação. Não se trata de esperar dos professores da área que ensinem aos estudantes como desenvolver sistemas. O objetivo é formá-los para um mundo no qual é preciso

dialogar criticamente com os muitos sistemas computacionais com os quais interagimos constantemente, bem como com as dinâmicas de leitura, produção e circulação de informações decorrentes dessa interação.

> Segundo Dorling, Selby e Woollard (2015), o pensamento computacional deve servir à formação de pessoas para que possam participar e usufruir das oportunidades, das responsabilidades e dos desafios inerentes a uma sociedade na qual a influência da computação se faz cada vez mais presente. É preciso, portanto, que os cidadãos sejam capazes de criar artefatos a partir de análises bem fundamentadas, participar das decisões que afetem suas vidas, organizando um conjunto de valores mediado na consciência da importância de seu próprio aperfeiçoamento e no aprimoramento das relações sociais. (ANDRÉ, 2018, p. 97).

Assim, o pensamento computacional é desenvolvido do ponto de vista metodológico mediante estratégias envolvendo uma série de processos cognitivos que promovam as seguintes ações:



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É preciso também considerar a existência de estudantes com perfis muito diversos quanto à relação com as novas tecnologias e o pensamento computacional. Para muitos jovens, o entendimento da linguagem dos algoritmos e dos sistemas é como o aprendizado de uma língua materna. Para outros, esse universo é praticamente inacessível para além de suas manifestações mais aparentes, sendo tão incompreensível quanto um idioma estrangeiro. Por exemplo, entre aqueles extremamente familiarizados com esse universo, é preciso problematizá-lo para, assim, provocar o estudante a pensar para além de uma linguagem que, em seu cotidiano, aparece como natural. Já no que diz respeito aos que veem os sistemas computacionais como um universo estranho, é preciso provocar questionamentos que possibilitem desfazer os mistérios que cercam essas tecnologias. Entre esses extremos, há muitas situações possíveis, e os professores precisam estar prontos para lidar com a diversidade, pois todos os perfis demandam o desenvolvimento de capacidades peculiares.

Leitura, produção de texto e o paradigma da intertextualidade nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Assim como os algoritmos não dizem respeito apenas às preocupações curriculares da Matemática, leitura e produção de texto não devem ser a preocupação somente de professores da área de Linguagens. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é rica em possibilidades para o desenvolvimento de capacidades relacionadas à leitura e à produção de textos, em diferentes linguagens e gêneros.

É papel da educação escolar, em todas as suas áreas, criar condições para que os estudantes desenvolvam interações com os textos, entendidos como unidades de significado cognitivo, na condição de leitores e de autores. Para formar leitores e autores autônomos, é preciso que os professores se coloquem como mediadores, sem fixar significados prontos, mas promovendo a construção do conhecimento.

Para que os estudantes desenvolvam um processo de leitura, é preciso atentar para os perigos de considerar a leitura do educador como único processo possível e plausível. Nesse sentido, a professora Eni Orlandi (1987, p. 212) faz uma ponderação:

> A relação de interação (leitor/texto/autor) estabelecida na escola, tem como mediador o professor. Uma vez que, segundo a ideologia escolar, o professor é que tem a leitura que se deve fazer (a boa leitura, a legítima), essa relação, além de ser, na maioria das vezes, heterogênea, é, necessariamente, assimétrica: o saber do professor e seus objetivos é dominante em relação ao saber e os objetivos do aluno.

É preciso planejar atividades de leitura que permitam ao estudante não apenas obter informações sobre os temas tratados mas estabelecer vínculos entre essas informações e o contexto de discussão e debate em que os textos se inserem. Nesse sentido, a leitura do texto possibilita que os estudantes se tornem sujeitos do próprio conhecimento. A autonomia deles não significa, no entanto, que a função do professor seja secundária, pelo contrário.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> [...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. Além disso, essa reflexão também nos indica que o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas. (ORLANDI, 1987, p. 275).

Portanto, possibilitar a construção de leitores e autores que se relacionem com textos de maneira autônoma é objetivo a ser buscado na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A formação do estudante como leitor e produtor de textos envolve também a compreensão das linguagens, antigas e novas, que vão além da linguagem escrita.

> As práticas de leitura e produção de textos que são construídos a partir de diferentes linguagens ou semioses são consideradas práticas de multiletramentos, na medida em que exigem letramentos em diversas linguagens, como as visuais, as sonoras, as verbais e as corporais. Já os novos letramentos remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente. (BRASIL, 2018a, p. 487).

Por fim, uma leitura e produção de textos autônoma requer aprendizados relativos à intertextualidade, que são desenvolvidos na área de Linguagens desde o Ensino Fundamental. Intertextualidade se refere às relações que diferentes textos estabelecem entre si. Assim, a formação para uma leitura intertextual significa desenvolver a capacidade de manejar citações e paráfrases, interpretar e criar diferentes estilos e vozes em um texto etc.

A capacidade de autonomia como leitor e produtor de textos está relacionada à intertextualidade. Quanto mais os estudantes são capazes de perceber que textos levam a outros textos, que dialogam entre si e que autores e leitores compartilham uma história social e cultural comum, mais eles podem explorar livremente as possibilidades da linguagem textual.

O papel das metodologias ativas

A educação escolar hoje se orienta para a promoção de aprendizados de competências e habilidades que servem à vida do estudante em sentido integral. Teoria e prática devem ser constantemente relacionadas durante todo o processo formativo deles para que essa orientação resulte em transformação real de suas condições de autonomia.

Assim, desde as realidades locais até os grandes temas globais podem ser objetos de aprendizado que promovem o diálogo entre conteúdos curriculares e demandas pessoais e sociais do estudante, provocadas ou não pelos educadores.

As metodologias ativas são uma alternativa ao modelo tradicional de ensino e se propõem a colocar educadores e educandos em parceria na execução de atividades por percursos distintos que levam a diferentes formas de construção do conhecimento. Além disso, elas desenvolvem o protagonismo dos estudantes, ampliando suas possibilidades de leitura crítica do mundo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Para tanto, é preciso ter em mente o caráter complexo e interdisciplinar do conhecimento, bem como o lugar da problematização como fundamento do espírito científico e de uma relação ética com o conhecimento e o mundo. Acolher questionamentos e provocá-los são parte importante do ofício do professor no contexto contemporâneo.

A indissociação entre teoria e prática e entre o saber e o fazer é característica de um conhecimento comprometido com uma formação para a vida. Isso pode ocorrer em diferentes escalas, desde as problematizações com base no contexto local – a escola, o bairro, a comunidade etc. – até aquelas com uma dimensão global. O papel dos professores é essencial nesse processo, inclusive naquilo que diz respeito ao currículo.

Cada pessoa é um universo de saberes, afetos, experiências e expectativas. Tornar-se capaz de buscar conhecimento autonomamente e de maneira complexa é crucial para que o diálogo entre elas se estabeleça. Assim, cabe ao professor acolher e provocar questionamentos de forma a construir com os estudantes o currículo que se adéqua ao projeto de vida de cada um.

O PAPEL DO PROFESSOR E O TRABALHO PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS

O lugar do professor na educação contemporânea não é mais o de se colocar como o portador do conteúdo a ser transmitido aos estudantes nem o de conduzi-los a uma compreensão preestabelecida do conhecimento humano. A formação do professor deve, portanto, estabelecer diálogo com a complexidade cognitiva em que cada um de nós – como seres humanos e cidadãos – está inserido.

Assim, educar para a autonomia é assumir um papel de mediação do diálogo entre os estudantes e a bagagem intelectual que os precede, tendo em vista o desenvolvimento de suas aprendizagens. Essas aprendizagens não se fazem apenas e tão somente pela sistematização de conceitos previamente dispostos em fontes de referências específicas mas numa abordagem que priorize uma concepção de currículo que pressuponha o diálogo de cada estudante – pensado como autor do próprio conhecimento – com essas mesmas fontes de referência.

Nesta coleção, cada unidade é iniciada por uma problematização desencadeadora de questionamentos e reflexões que serão amplamente discutidos e contemplados. Logo a seguir, três perguntas norteadoras visam, justamente, que o educador possa investigar as hipóteses cognitivas dos estudantes sobre o tema proposto. Assim, as problematizações podem se constituir como verdadeiras fontes de pesquisa para os educadores contextualizarem os assuntos que serão trabalhados partindo dos lugares de fala dos estudantes.

Na concepção desta coleção, o currículo não é um conjunto fechado de conhecimentos a serem transmitidos, mas uma construção dialógica que se estende ao trabalho do professor e aos próprios processos de construção do conhecimento elaborados pelos estudantes. Ao longo das unidades e percursos, é possível perceber claramente que a linguagem adotada – rigorosa conceitual e metodologicamente, e clara do ponto de vista de sua compreensibilidade – permite aos jovens estabelecer diferentes diálogos com os problemas e os contextos apresentados para sua reflexão científica interdisciplinar.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Assim, "diálogo" pode ser definido, de um ponto de vista da linguagem, como fundamento da comunicação verbal com o outro:

> O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. [...] Ora, a relação que se estabelece entre as réplicas do diálogo — relações de pergunta-resposta, asserção-objeção, afirmação-consentimento, oferecimento-aceitação, ordem-execução, etc. — é impossível entre as unidades da língua (entre as palavras e as orações) [...]. Esta relação só é possível entre enunciados provenientes de diferentes sujeitos falantes. Pressupõe o outro (em relação ao locutor) membro da comunicação verbal.
> [...]
> O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores

> imediatos (numa conversa ou numa discussão acerca de qualquer acontecimento da vida cotidiana) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da comunicação cultural). A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião tem sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. (BAKHTIN, 1997, p. 294-295 e 320-321).

Ao dialogarmos, construímos argumentos que se apoiam no que já foi enunciado pelos outros. Assim, não somente nos posicionamos a respeito dos conteúdos abordados nas falas mas também de suas intencionalidades e propostas de intervenção na realidade concreta. Desse modo, o protagonismo juvenil não é algo que deva ser encontrado apenas nos temas ou no desenvolvimento da linguagem educacional. Ele deve ser exercido também metodologicamente, por meio do desenvolvimento de habilidades de análise relacional de argumentos e de posturas atitudinais de escuta, reflexão e proposição ética da dúvida e da discordância.

Esse fundamento da comunicação é também epistemológico, já que o questionamento e o estabelecimento do diálogo estão na base da construção do conhecimento, seja na Filosofia, nas Ciências, nas Artes ou nas práticas da educação escolar. Em relação à formação científica nas escolas, Bachelard (1996, p. 300) afirma que:

> [...] para que a ciência objetiva seja plenamente educadora, é preciso que seu ensino seja socialmente ativo. É um alto desprezo pela instrução o ato de instaurar, sem recíproca, a inflexível relação professor-aluno. [...] Nas disciplinas científicas principalmente, esse tipo de instrução cristaliza no dogmatismo o conhecimento que deveria ser um impulso para a descoberta. Além disso, não propicia a experiência psicológica do erro humano.

O papel do professor é, portanto, o de mediador de diálogos que fazem do conhecimento um processo sempre inacabado de construção. Trata-se de um papel ativo, tanto na fala como na escuta, tanto na problematização como no acolhimento de argumentos e problematizações.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesta coleção, o trabalho com o diálogo é buscado tanto da perspectiva epistemológica como da perspectiva metodológica e ética. Isso se evidencia em vários momentos específicos, dentre os quais se destacam:

- a valorização de diferentes perspectivas ou pontos de vista, expressos por atores e protagonistas diversos, individuais e sociais, em sua relação com o tema trabalhado;
- o enfoque interdisciplinar, que possibilita ao estudante construir argumentos recorrendo a conceitos procedentes de diferentes áreas do conhecimento e que encontram na argumentação um lugar propício para sua formulação complexa;
- a valorização das problematizações, das inferências e das vivências de pesquisa que favorecem diferentes posturas de diálogo entre os indivíduos, e destes com o mundo à sua volta.

Uma vez definida a necessidade de construção de uma teia cognitiva complexa, interdisciplinar e que estabeleça diálogos entre os mais diferentes sujeitos histórico-sociais, importa agora indicar ações concretas que os professores poderão adotar ao trabalhar com estes volumes.

Ações concretas para a intervenção pedagógica

Processo de argumentação e diálogo

A abertura ao diálogo parte da problematização da realidade e envolve, em papéis diferentes, professores e estudantes. Aqui ela é entendida como a capacidade que o indivíduo tem de se sentir mobilizado a estabelecer dúvidas ou questionamentos acerca dos impactos que determinado tema pode ter na sociedade ou em sua própria vida.

Cada unidade desta coleção é precedida por uma **problematização**, que pode ser o ponto de partida para diferentes questionamentos sobre determinado tema. O objetivo central da problematização inicial é pôr em prática a dúvida sistemática, que abre caminho aos jovens para questionar o mundo e a si próprios, superando, assim, o apego a crenças absolutas e a argumentos preconcebidos. Além disso, elas servem para estimular a interação com diferentes pontos de vista e a escuta ativa deles, incluindo a [illegible] relação ao tema trabalhado.

A metodologia da problematização é uma alternativa inovadora, que visa a um ensino que ultrapasse a abordagem tradicional e que inspire e estimule, nos educandos e educadores, uma postura investigativa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Portanto, a problematização possibilita, do ponto de vista metodológico:

- questionar conhecimentos antes considerados inquestionáveis;
- gerar o "estranhamento" necessário à investigação e à exploração científica;
- conhecer diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, ampliando o repertório de dúvidas, os questionamentos ou as visões a respeito dele;
- valorizar as experiências dos estudantes, que são estimulados a assumir o protagonismo de seu processo de aprendizagem;
- oferecer condições para que os estudantes possam inferir conhecimentos de forma contextualizada e autoral.

Os desafios para transformar as problematizações em diálogo fértil à produção de conhecimento são inúmeros. Em uma turma, encontramos pessoas que se diferenciam quanto aos conhecimentos específicos que têm, quanto às habilidades, às atitudes e aos valores, inclusive no que diz respeito à relação com professores, com a escola e com os demais estudantes. Nesse contexto, compreender a diversidade das trajetórias, segundo as quais os estudantes produzem suas inferências, é essencial para a ação pedagógica.

Inferência

Trata-se da operação cognitiva por meio da qual a pessoa produz novas proposições, tendo por base outras que foram colocadas diante dela. Sendo cada indivíduo singular em suas vivências e nos significados que atribuem a elas ao longo da vida, a inferência é uma operação que ocorre de maneira diversa.

Por exemplo, ao tratar de questões relacionadas à cultura estrangeira, as inferências podem variar muito dependendo do tipo de contato que o estudante já teve com essa cultura. Alguém que nunca ouviu falar na existência de um país vai construir seu conhecimento a respeito dele de maneira muito diversa de outra pessoa que já o visitou ou mesmo que nasceu nele. Ou, ainda, alguém que apenas teve contato com abordagens

preconceituosas a respeito de determinada cultura partirá de uma série de pressupostos e visões discriminatórias. Diante de tamanha diversidade de situações, o papel do professor será o de mediar um diálogo que permita que os estudantes formem, cada qual segundo seu percurso peculiar, as capacidades que permitem compreender aquela cultura. Sua intervenção deverá atender a demandas diversas, que só serão identificáveis mediante o estabelecimento de diálogos.

Portanto, para que as operações cognitivas de cada estudante possam se encaminhar para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, você não deve tratar os estudantes de forma homogênea. Assim, as diferentes etapas de cada percurso – perguntas desencadeadoras, problematização inicial, sistematização conceitual, atividades de leitura textual – permitirão aos jovens ampliar seus repertórios de forma individualizada, favorecendo não apenas a construção personalizada de cada conhecimento mas a formação de um repertório coletivo de informações, relações e análises, que irão contribuir para o aprofundamento de processos inferenciais.

A trajetória dos indivíduos é singular e suas inferências irão gerar caminhos totalmente inesperados da perspectiva do professor. Nesse sentido, a coleção sugere algumas abordagens para estimular nos estudantes a construção de processos inferenciais.

- Abordagem contextualizada da sistematização de conceitos prevista ao longo dos percursos, valorizando exemplos práticos e estímulos para que o estudante pesquise sua realidade específica.
- Valorização do diálogo interdisciplinar na construção dos conceitos para a abordagem de um tema, permitindo ao estudante uma compreensão mais ampla e menos fragmentada dos conteúdos.
- Inclusão de questões de leitura e interpretação textual que se vinculam ao posicionamento do estudante em relação aos diferentes gêneros textuais.
- Processos inferenciais que ocorrem de maneira gradual e são pautados pela busca de informações, pelo estabelecimento de relações entre elas e pela análise contextualizada de dados.

Portanto, você deve levar em conta as especificidades da construção individualizada do conhecimento e, ao mesmo tempo, priorizar os desafios das transformações – etárias, psíquicas, culturais, socioeconômicas – que os estudantes vivenciam em seus contextos concretos.

Da mesma forma, para estabelecer diálogos é preciso que você esteja sempre aberto a compreender as **culturas juvenis**, que são plurais e complexas, de maneira a não formar sobre elas uma visão preconcebida e simplificadora.

Culturas juvenis

As culturas juvenis são abordadas nesta coleção por meio da valorização dos interesses dos jovens e das linguagens com que eles se relacionam com o mundo:

- enfrentando os desafios da vida em sociedade, que se traduzem em temáticas de amplo alcance, como meio ambiente, direitos humanos e discriminação;
- construindo linguagens próprias de expressão pautadas pelo diálogo e pela inserção em universos socioculturais diversos;
- propondo alternativas de superação dos problemas apontados pelos próprios estudantes, com base nas temáticas abordadas.

É preciso ter em mente que a origem das proposições por meio das quais os jovens constroem suas inferências está, muitas vezes, nas culturas juvenis. Abrir-se ao

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

diálogo com elas significa, portanto, multiplicar os caminhos possíveis para o estabelecimento de diálogos pedagógicos. Assim, o acolhimento de inquietações e problematizações advindas das vivências e dos projetos de vida dos estudantes pode servir de base para a busca de conhecimento.

O trabalho com a coleção permitirá que você organize a prática do diálogo de forma acolhedora e com caráter construtivo, focado nas competências e habilidades a serem desenvolvidas. Permitirá ainda o desenvolvimento de valores de promoção da resolução não violenta de conflitos, de respeito à pluralidade de pontos de vista e de combate às diversas formas de discriminação.

Na prática, tanto as problematizações que abrem cada unidade do livro quanto as diferentes oportunidades de discussão e debate temáticos propostas ao longo dos percursos e das unidades podem motivar a formulação de outras questões, advindas do diálogo proporcionado pelo papel mediador do professor e pelo estímulo ao protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Mediação

O exercício do papel mediador do professor em relação às aprendizagens protagonizadas pelos estudantes também encontra fundamento na organização curricular proposta para a coleção, seguindo princípios de caráter epistemológico e metodológico.

- Organização de cada volume priorizando uma temática geral diretamente ligada aos desafios vividos pelos seres humanos nos processos de construção das sociedades, aos sentidos interdisciplinares do processo de construção do conhecimento e às vivências cotidianas dos estudantes.
- Liberdade de organização das rotinas de aprendizagem, marcadas pela constante interação dos estudantes e professores com os temas propostos em cada percurso e em cada unidade. Assim, os temas podem ser trabalhados de forma não linear e em diálogo com outras unidades do mesmo volume ou outros volumes da mesma coleção.
- Valorização das diferentes competências e habilidades previstas na BNCC, não apenas nas atividades propostas ao longo e ao final de cada percurso mas no desenvolvimento dos próprios percursos formativos de cada unidade.

Na prática, a aplicação desses princípios organizadores da coleção significa que as mesmas competências e habilidades podem ser trabalhadas e retrabalhadas em momentos diferentes. Dessa forma, você tem a possibilidade metodológica de desenvolver algumas competências e habilidades num determinado momento, para retomá-las depois, ao abordar outros temas. Assim, as mesmas competências e habilidades retornam numa outra perspectiva e se constituem mais uma oportunidade de diálogo transversal e interdisciplinar proposto pela coleção.

Com base nas problematizações e no estabelecimento das próprias narrativas curriculares, você poderá instigar os estudantes a pesquisar, elaborar hipóteses, argumentar e propor novas questões.

As habilidades de leitura são especialmente importantes nessa construção e devem ser uma preocupação permanente dos professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Incentivar os estudantes a estabelecer relações, percebendo as referências intertextuais e as construções argumentativas

dos diferentes textos trabalhados, é uma forma de desenvolver essas habilidades.

Por fim, para que os procedimentos de pesquisa, leitura crítica de fontes e construção de argumentos se tornem parte da vida dos estudantes, é preciso que eles sejam reiterados na abordagem dos mais diversos temas, de maneira a serem percebidos com crescente complexidade.

A prática docente e o conteúdo interdisciplinar

A interdisciplinaridade é a base na qual se estrutura essa obra. História, Geografia, Sociologia e Filosofia não aparecem aqui como campos separados, que cumprem cada qual uma trajetória particular de formação. Pelo contrário, a coleção combina a diversidade de abordagens e estabelece diálogos entre os componentes curriculares pertencentes à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Do ponto de vista da prática docente, a interdisciplinaridade envolve um compromisso ético do educador em romper com a fragmentação cognitiva que, muitas vezes, ainda é presente na associação de um conceito ou abordagem temática com uma única disciplina. Trata-se de uma nova maneira de conceber o conhecimento, na qual o trabalho docente, pensado numa perspectiva interdisciplinar, é concebido em rede. Conforme alerta a professora Angela Kleiman (1999, p. 47):

> [...] a metáfora da rede em construção ajuda-nos a expressar a ideia central de nossa proposta: que a cognição é o resultado de um processo mental e dinâmico e ativo que se desenvolve por meio de conexões entre pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, intuições, enfim, uma rede de associações, e que o aprendiz é sujeito ativo engajado na construção de sua própria rede de conhecimentos. A função mais importante do professor é a de facilitador dessa construção.

O objetivo do trabalho da coleção em tecer redes interdisciplinares implica estimular os estudantes a desenvolver as competências gerais, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as respectivas habilidades que a BNCC define para os três anos do Ensino Médio. Assim, outro princípio epistemológico proposto por Kleiman, e que está presente na coleção, é a interconexão entre temáticas, conceitos e habilidades.

O currículo interdisciplinar não implica dissolução das especificidades de cada componente curricular. Os conceitos, os métodos e os problemas que cada um aborda com mais profundidade são apresentados de maneira contextualizada e integrada. Parte-se da concepção de que o conhecimento humano é construído de maneira complexa, o que exige uma postura de humildade cognitiva. Oferecer uma resposta fechada e simples sobre o que é uma sociedade, uma cultura ou um Estado seria como fechar as portas a novas experiências no campo da cognição.

A adoção de uma abordagem interdisciplinar pode envolver dificuldades específicas, já que tradicionalmente a formação escolar e universitária do professor possui um caráter marcadamente disciplinar.

Um desafio que se coloca é o de oferecer um tratamento contextualizado dos conceitos, que marca uma inovação de ordem epistemológica, pois envolve uma construção por meio de múltiplas abordagens. Por exemplo, não se trata mais de discutir algo como a "cultura" partindo de uma definição "correta", fundamentada em alguma das concepções produzidas pelas disciplinas acadêmicas. O objetivo é construir uma compreensão do que seja "cultura" por meio de diálogos que se estendem pelos três anos do

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ensino Médio, nos quais o conceito será objeto frequente de questionamento. Afinal, "cultura" diz respeito à realidade local dos estudantes e ao mundo digital com o qual eles se relacionam, mas também é intrínseca à discussão sobre as civilizações antigas, sobre a colonização europeia da América ou sobre os problemas ambientais da sociedade contemporânea.

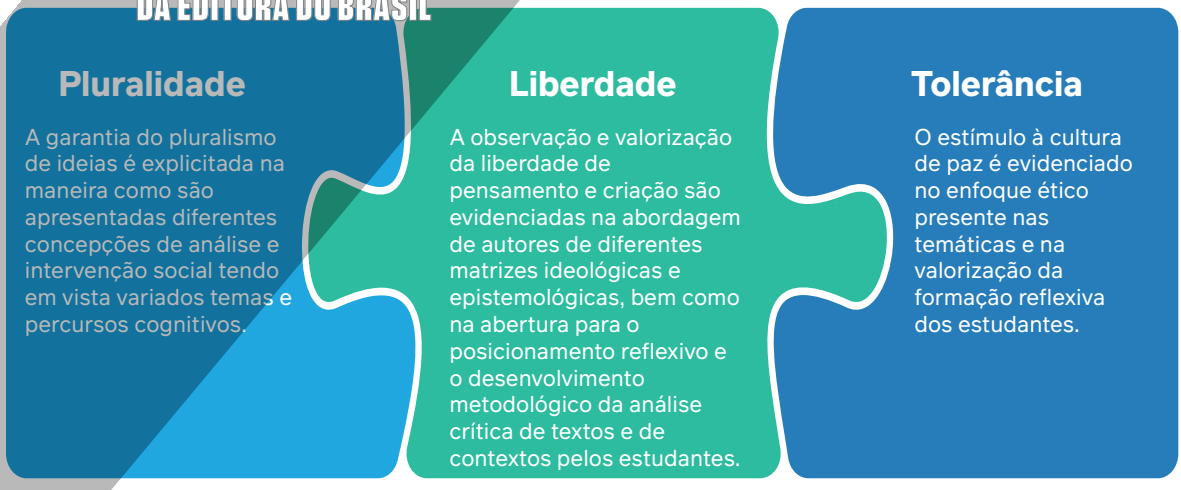
A interdisciplinaridade também coloca o desafio de situar os conceitos fundamentais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no contexto local dos estudantes. Ao organizar os conteúdos de maneira dialógica e problematizadora, a abordagem traz para a prática docente a necessidade de propiciar diálogos, o que significa que você deve levar em conta o universo pelo qual os jovens constroem suas proposições. Por tudo isso, existe a preocupação em garantir a presença de atividades, ao longo dos percursos, que envolvam a exploração conceitual com base no universo de referências presentes na realidade dos jovens.

Nessa mesma perspectiva, o olhar interdisciplinar das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas envolve a preocupação com todas as questões que dizem respeito à produção, manutenção e preservação da qualidade de vida dos estudantes. Afinal, a aprendizagem das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas também deve partir de um pressuposto ético fundamental garantindo a valorização da dignidade humana.

Saúde mental e escola

A educação escolar é um direito que, para ser efetivo, requer a efetivação de outros direitos relacionados diretamente à defesa da vida juvenil contra tudo aquilo que pode ameaçá-la em sua integridade socioeconômica, física ou psicológica. No âmbito da atuação dos professores do Ensino Médio, a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa passa pela garantia dos direitos humanos e da proteção à infância e à adolescência. Sem isso, nem o preparo para a cidadania nem a capacitação para o mercado de trabalho são possíveis. Para que o direito à aprendizagem ética e à dignidade humanas seja garantido, a coleção [illegible] pios ontológicos a seguir.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Andy Chipus_shutterstock.com

Assim, tendo em vista os princípios anteriormente explicitados, é preciso estar atento e atuante na prevenção de violências que são cometidas pelos próprios estudantes, uns contra os outros, ou contra si mesmos.

Bullying, termo da língua inglesa sem tradução precisa em nosso idioma, tem um sentido que remete tanto a "intimidação" quanto a "comportamento cruel" e define situações muito diversas, que ultrapassam o espaço das instituições escolares. Contudo, por ser um espaço central na socialização de crianças e jovens, a escola é um espaço onde o *bullying* é mais frequente e sistemático.

> [...] Em termos gerais, trata-se do emprego de violência física e psicológica realizada contra um indivíduo específico e de modo intencional, ocorrendo em diversos contextos de interação social e envolvendo pessoas de idades distintas, mas cuja prevalência no contexto escolar seria mais investigada. Ao ser erroneamente concebido como parte do desenvolvimento da criança e como algo desde sempre existente nas escolas de todo o mundo, tal fenômeno corre o risco de naturalização. (CHAVES; SOUZA, 2018).

O primeiro passo para atuar na prevenção do *bullying* é, portanto, desnaturalizar sua recorrência em contextos escolares. Isso porque [illegible] prática que pode acarretar graves consequências físicas e, principalmente, psicológicas para os que a vivenciam, seja no papel de agredido, seja no papel de agressor.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar da gravidade, apenas recentemente essa prática passou a ser objeto de preocupações sistemáticas no âmbito das políticas de educação. Uma vez reconhecido como um problema no universo escolar, o *bullying* pode ser objeto de intervenção do professor em sentidos diversos:

1. Por se tratar de comportamentos intencionais visando agredir e provocar danos ao outro, o *bullying* requer do professor uma abordagem ética, que busque desenvolver em todos os estudantes capacidades de empatia e de resolução não violenta de conflitos, o senso de justiça e as noções de direitos e liberdades. Em vários momentos, a coleção deixa explícita a necessidade de o estudante desenvolver a empatia e a alteridade.
2. Por ser um comportamento que se repete no cotidiano juvenil, geralmente levando à estigmatização e ao isolamento, o *bullying* requer uma abordagem mais específica direcionada àqueles que o sofrem. Nesse sentido, é importante acolher as demandas dos estudantes e oferecer apoio nas situações em que isso for necessário.
3. Por se tratar de uma relação fundamentada no desequilíbrio de poder (seja por causa da força física, seja pela coesão do grupo, seja por outros fatores), o *bullying* requer uma abordagem que problematize de maneira abrangente as relações de poder no contexto juvenil, dentro e fora da escola. A mediação de diálogos para a resolução não violenta de conflitos pode ser um caminho para que a problematização tenha também uma dimensão de intervenção no contexto escolar.

O *bullying* não é a única forma de violência sistemática que ocorre entre os jovens no contexto escolar. As diversas formas de discriminação e preconceito também requerem abordagens específicas relacionadas à formação dos estudantes e, quando necessário, intervenção em contextos de violência.

Os preconceitos, entre os quais se destacam os que se relacionam à classe, à raça, à religião, ao gênero, à orientação sexual, à naturalidade ou a alguma condição física, fundamentam formas de discriminação que ultrapassam a experiência escolar e estão presentes, de diferentes maneiras, em toda a sociedade.

O conhecimento sobre eles é objeto das aprendizagens das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas deve ser uma preocupação constante nas práticas pedagógicas, e não somente fazer parte dos percursos curriculares. Assim como no caso do *bullying*, sua recorrência tende muitas vezes a uma naturalização, a ser combatida por meio da formação dos estudantes e do acolhimento de demandas de intervenção por parte do professor. Essa abordagem é priorizada em vários momentos da coleção e, especialmente, na construção de unidades temáticas que valorizam os direitos humanos, a diversidade e a ética.

Também é papel do professor formar, acolher e intervir no que diz respeito à prevenção do suicídio e da automutilação. A manutenção de um ambiente de diálogo, a abertura à escuta e ao acolhimento de demandas dos estudantes, além da adoção de uma postura ativa, intervindo quando necessário, são caminhos possíveis para prevenir a violência autoinfligida.

> [...] Os professores influenciam positivamente quando interagem de forma motivadora e criativa, informando e encorajando nas tomadas de decisão, fomentando a autonomia, sem recorrer a regras e dogmas preestabelecidos que possam defasar-se com o tempo. [...]
>
> Não se sugere aqui, portanto, que educadores tenham a responsabilidade de diagnosticar, ou mesmo sejam exigidos a aplicar qualquer tipo de conhecimento que não seja da área da educação. Porém, considerando que já atuam contemplando os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais de seus alunos, conhecimentos selecionados em saúde mental, baseados principalmente em aspectos de promoção e prevenção, podem ser de grande utilidade na prática educativa, ao empoderar a figura do educador.
>
> O papel do professor:
>
> 1. Reconheça a responsabilidade de formar o aluno como cidadão.
> 2. Contribua para um clima escolar favorável, priorizando os vínculos.
> 3. Contribua, por meio do diálogo, com o combate ao estigma dos transtornos. Evite a segregação de "alunos-problema".
> 4. Discuta abertamente o assunto "saúde mental" com os alunos.
> 5. Discuta casos de sua prática diária com os colegas, para que possa refletir sobre o que fazer diante de situações difíceis apresentadas pelos alunos que interferem na dinâmica em sala de aula, como isolamento social, comportamentos agressivos e violação de regras.
> 6. Estimule os alunos para que desenvolvam habilidades sociais, como fazer amigos e manter amizades.
> 7. Mantenha-se atento à identificação precoce de problemas para o devido encaminhamento dos alunos que necessitam de assistência nessas áreas.
> 8. Construa parcerias com as famílias para acompanhamento do desenvolvimento das crianças e adolescentes, tanto do ponto de vista emocional como da aprendizagem.
> 9. Adapte objetivos acadêmicos, conteúdos curriculares, método de ensino e outros assuntos educacionais às necessidades de cada aluno, visando a um maior rendimento escolar.
> 10. Solicite à diretoria de ensino cursos e material didático na área de saúde mental para complementar seu conhecimento nessa área. (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 20-21).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

NOVO ENSINO MÉDIO

Esta coleção foi elaborada em concordância com o **Novo Ensino Médio** que está sendo implementado no Brasil. Para trabalhar adequadamente o novo modelo, é preciso conhecer as concepções curriculares que o fundamentam, especialmente no que diz respeito à maneira como os conteúdos estão estruturados, bem como ao modo de se estabelecer os diálogos entre eles. A mudança mais evidente em relação a outras formas de organização dos conteúdos é o **caráter flexível da organização dos conteúdos**, já que a obra se fundamenta numa **perspectiva temática e interdisciplinar**.



Kubko/Shutterstock.com

O modelo do Novo Ensino Médio é muito diferente em relação às concepções curriculares anteriores. Em primeiro lugar, não se orienta por um conjunto de grades disciplinares fragmentadas e desconexas entre si, mas sim por áreas do conhecimento que pressupõem determinados itinerários formativos. Se antes cada componente disciplinar propunha uma sequência fechada de conteúdos, comum a todos os estudantes, agora a nova estrutura, flexível e interdisciplinar, possibilita que os jovens se tornem protagonistas na definição de suas trajetórias de formação escolar e na construção de seus projetos de vida.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A ênfase do Novo Ensino Médio no protagonismo juvenil está presente nesta obra em dimensões diversas.

- **Temática:** priorizando abordagens que valorizam diferentes questões e desafios a serem vivenciados pelos jovens.
- **Metodológica:** valorizando questões problematizadoras que dialogam com a própria vida dos jovens.
- **Epistemológica:** valorizando a construção de conceitos e a capacidade de diálogo conceitual com propostas de intervenção em distintas realidades.

Portanto, para além de mudanças de forma, trata-se de uma ruptura profunda com antigos paradigmas da educação no Brasil.

As culturas juvenis e o protagonismo do jovem nas sociedades contemporâneas

Cada jovem que ingressa no Ensino Médio é alguém que vem construindo e reconstruindo sua cultura e visão de mundo de maneira complexa, de acordo com vivências e diálogos que são irredutíveis à categorização de que todos os jovens pertencem a um mesmo universo cultural.

Assim, falar de "culturas juvenis" no plural é recusar o simplismo de considerar todos os jovens como uma categoria homogênea de pessoas definidas somente por sua faixa etária.

> [...] juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (BRASIL, 2011, p. 12).

Os jovens são indivíduos singulares e ativos na construção da própria cultura, produzida e reproduzida para além do escopo da atuação dos professores ou das instituições escolares. Contudo, esse lugar não implica diminuir o papel dos professores na sua formação. Ao contrário, num mundo que convida os jovens a serem ativos na autoconstrução, os professores são essenciais no desenvolvimento da capacidade de fazer desse processo um caminho para a elaboração e a realização dos projetos de vida deles. Assim, os professores são mediadores que estimulam os estudantes a pensar a historicidade de sua condição juvenil.

> Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma **escola que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu **projeto de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos. Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2018a, p. 463).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A tarefa não é fácil e é certamente um dos maiores desafios dos educadores do século XXI. Nesta coleção, o acolhimento aos estudantes é facilitado pelo oferecimento de temas que se relacionam diretamente à condição juvenil de protagonismo nas transformações tão necessárias rumo a uma sociedade democrática, que ofereça condições de equidade a todos os cidadãos.

Afinal, estamos lidando com mudanças aceleradas na socialização das novas gerações. Hoje o consumo, a propaganda e a indústria cultural direcionados à infância e à juventude assumem enorme importância e causam novos desafios para os educadores.

> A forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura "agorista" – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. Numa sociedade e numa cultura assim, nós sofremos com o suprimento excessivo de todas as coisas, tanto os objetos de desejo quanto os de conhecimento, e com a assombrosa velocidade dos novos objetos que chegam e dos antigos que se vão. (BAUMAN, 2013, p. 34).

Em especial, as relações hoje estabelecidas entre as culturas juvenis e a cultura digital nos desafiam a oferecer aprendizados que partam da compreensão de como essas relações se estabelecem. A cultura "agorista", apontada por Bauman, deve ser pedagogicamente "desafiada" a ir além do momento presente, tecendo redes de conhecimento que contextualizam o que foi aprendido e, ao mesmo tempo, desenvolvem utopias de transformação social e de inquietação com as desigualdades do tempo atual.

São culturas extremamente diversas, que variam segundo região, local, nível de renda, gênero, tradições culturais e religiosas, diferenças de acesso à cultura digital, entre outros fatores. Mais do que uma categorização dos jovens com qualquer desses recortes, é preciso reconhecer em cada estudante um protagonista de sua formação, tendo em vista seu projeto de vida.

As culturas juvenis são dinâmicas e se transformam num ritmo acelerado, já que os jovens não são meros reprodutores dos significados que o consumo e a cultura digital lhes oferecem. Eles são também protagonistas da construção de suas culturas e da própria cultura digital, à qual já encontram integrados.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Por se relacionarem com discursos e construções simbólicas com grande poder de persuasão – em especial, aqueles provenientes de interesses de mercado, que compartilham como consumidores –, é crucial que a formação escolar dialogue e produza conhecimento com base nas referências que os jovens têm. O objetivo desse diálogo deve ser o desenvolvimento de uma compreensão crítica das próprias tecnologias e culturas que lhes são oferecidas e por eles acessadas. Essa compreensão crítica passa também pela análise das origens de inquietações e desejos juvenis, bem como de desafios vivenciados pelos seres humanos contemporâneos em temas cruciais como trabalho, meio ambiente, violência e defesa da dignidade humana.

A escola e os currículos em transformação

O Novo Ensino Médio se propõe a recriar a escola – enquanto espaço/tempo de produção do conhecimento – por meio do reconhecimento de que os estudantes têm um papel ativo na sociedade onde vivem. O protagonismo dos jovens no processo de escolarização é entendido como parte de uma concepção a respeito da escola em que todos os atores sociais envolvidos – educadores e estudantes – são protagonistas de diferentes formas na

construção do conhecimento. Sendo assim, a escola deve se abrir às culturas juvenis para possibilitar que os estudantes se tornem interlocutores nas decisões que dizem respeito a seus currículos e a outros aspectos de suas aprendizagens.

Além disso, os currículos devem ser definidos em diálogo com as realidades locais e atendendo à diversidade regional do Brasil. A ruptura com a concepção de um currículo fechado, a ser aplicado igualmente para todos os estudantes brasileiros, tem também esse sentido de abertura ao diálogo com as realidades nas quais os jovens se formam e atuam. Nesse mesmo sentido, as escolhas operadas ao longo da formação dos jovens deverão ser tomadas de acordo com os projetos de vida de cada um deles.

> Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos.
>
> Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. (BRASIL, 2018a, p. 472-473).

O reconhecimento dos estudantes como sujeitos implica, do ponto de vista da aprendizagem no Ensino Médio, ênfase – rigorosa e objetiva – na apresentação de diferentes visões de mundo e abordagens dos processos estudados e na garantia de que suas escolhas tenham um sentido ético, saudável e sustentável.

O objetivo é formar os jovens para o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem sua autonomia, para que tenham condições de atuar como pessoas, cidadãos e trabalhadores em uma sociedade que está em constante transformação.

Autonomia na construção do conhecimento não requer apenas os conteúdos específicos de cada componente curricular mas também capacidade de abstrair, refletir, interpretar, propor e agir diante do mundo. Para isso, o mundo deve se apresentar aos jovens como um campo aberto, o qual eles podem investigar e no qual podem intervir. Isto implica atitude cognitiva pautada pela busca da curiosidade e compreensão de que o conhecimento não está "pronto e acabado", mas se reconstrói permanentemente por meio da ação de cada um.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em consonância com o Novo Ensino Médio, os seis volumes que compõem a coleção não estão divididos segundo os componentes curriculares específicos nem possuem uma seriação ou forma de indicação cronológica linear a ser seguida pelos professores. Cada uma das dezoito unidades estabelece diálogos interdisciplinares e transversais com base em distintos conceitos e procedimentos oriundos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os tempos e os espaços de aprendizagem são definidos pelas relações que se estabelecem entre professores e estudantes que, assim, podem ter na coleção um aliado para a realização do desafio de desenvolver competências e habilidades.

As áreas de conhecimento

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas formam uma das quatro áreas que compõem o Novo Ensino Médio, ao lado de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Além dessas quatro áreas, o modelo prevê a possibilidade da formação técnica e profissional no itinerário formativo dos jovens.

Cada uma das áreas do Novo Ensino Médio abarca um número variável de componentes curriculares, além de conhecimentos originalmente construídos por áreas que não fazem parte da matriz curricular do Ensino Médio – como Direito, Economia, Psicologia e Antropologia. Nessa concepção, não são os componentes que organizam o currículo, mas sim os objetivos de aprendizagens (competências e habilidades) e os objetos de estudo, que dizem respeito à área como um todo.

Nesse novo modelo, os conteúdos conceituais das distintas áreas continuam importantes, mas estão a serviço das aprendizagens, que se desenvolvem num campo interdisciplinar, segundo uma estrutura de áreas. A organização por áreas do conhecimento:

> [...] não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino. (BRASIL, 2018a, p. 32).

A organização por área requer, portanto, diálogo e cooperação entre os professores responsáveis por diferentes componentes curriculares. Dessa maneira, cada unidade desta obra pode e deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, com base em um planejamento cooperativo envolvendo todos os professores.

Cada unidade inclui, com maior ou menor ênfase, conteúdos de todos os componentes curriculares das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Filosofia	Sociologia
Tem lugar fundamental em unidades que abordam temas e períodos diversos, das relações entre as religiões no surgimento das primeiras civilizações até os desafios colocados na relação contemporânea das sociedades com a tecnologia. O componente também discute as definições do "humano" e os paradigmas epistemológicos, que permitem a construção do conhecimento.	Com enfoque nas instituições e nos grupos sociais, a Sociologia trata de questões que dizem respeito a períodos e temas que vão da análise dos diferentes regimes políticos, sociais e econômicos até a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A compreensão de como atuam os diferentes atores sociais e de como se estruturam os poderes na sociedade não se restringe a alguma temática específica e dialoga com todos os demais componentes curriculares.
História	**Geografia**
Aborda principalmente os processos e as dinâmicas em diferentes tempos e sociedades. Os conteúdos desse componente curricular também estão presentes em todas as temáticas, afinal, as dimensões da ação humana são dotadas de historicidade. A dinâmica das transformações diz respeito às discussões sobre o mundo contemporâneo, em cada um dos seus aspectos, tanto quanto é parte dos debates sobre o Mundo Antigo, por exemplo.	Analisa principalmente as relações entre sociedade e natureza e está presente nas mais diversas temáticas que dizem respeito ao ser humano. Os questionamentos a respeito das interações das sociedades com o espaço envolvem desde as dinâmicas da ocupação humana dos diversos continentes até os desafios colocados pela globalização e degradação ambiental no mundo contemporâneo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Também é importante ressaltar que a divisão por áreas não significa que o diálogo interdisciplinar ocorre apenas no interior de cada uma delas. As áreas servem à organização do conhecimento, mas não a seu fechamento em fronteiras intransponíveis. Assim, o

ponto fundamental que a concepção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas prevista na BNCC traz é a possibilidade de ampliar os focos metodológicos e conceituais que antes estavam inseridos ou referenciados a uma única área.

Os diálogos entre as áreas são múltiplos. Atualmente, na epistemologia das Ciências, a separação entre o "humano" e o "natural", ou entre o que é "social" e o que é "biológico", não é mais pensada como uma oposição entre domínios separados. As Ciências da Natureza têm relações muito mais próximas com as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do que tinham no tempo em que seus objetos eram pensados de maneira dissociada, focados na busca de leis específicas em cada disciplina:

> [...] a ciência de hoje não é mais a ciência "clássica". [...] A própria ambição de reduzir o conjunto de processos naturais a um pequeno número de leis foi abandonada. As ciências da natureza descrevem, de ora em diante, um universo fragmentado, rico de diversidades qualitativas e de surpresas potenciais. Descobrimos que o diálogo racional com a natureza não constitui mais o sobrevoo desencantado dum mundo lunar, mas a exploração, sempre local e eletiva, duma natureza complexa e múltipla. (PRIGOGINE; STENGERS, 1991, p. 5).

Essa complexidade é cada vez mais evidenciada em recortes temáticos que, além de abranger conhecimentos de diversas áreas de origem, apontam para a necessidade de entrelaçar distintas perspectivas e conceitos para se compreender cada um dos temas abordados.

Um tema profundamente marcado pelas relações complexas entre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as Ciências da Natureza e suas Tecnologias é o das questões ambientais. Hoje, crises como as que envolvem mudanças climáticas ou epidemias e pandemias apresentam uma dimensão global e forçam uma reavaliação sobre a oposição que as ciências tradicionalmente estabeleceram entre as esferas de atuação humana e o mundo natural.

Existem, portanto, diálogos interdisciplinares fundamentais que ultrapassam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além das questões ambientais contemporâneas, esse diálogo pode ser feito sobre temas e períodos diversos. Questões como as fontes de energia, os diferentes biomas e as transformações ambientais ao longo da história humana requerem um tratamento que ultrapasse os limites que separam essas áreas. Também diz respeito à dimensão humana e social do conhecimento a trajetória de construção das linguagens, da matemática e das ciências ao longo da história.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

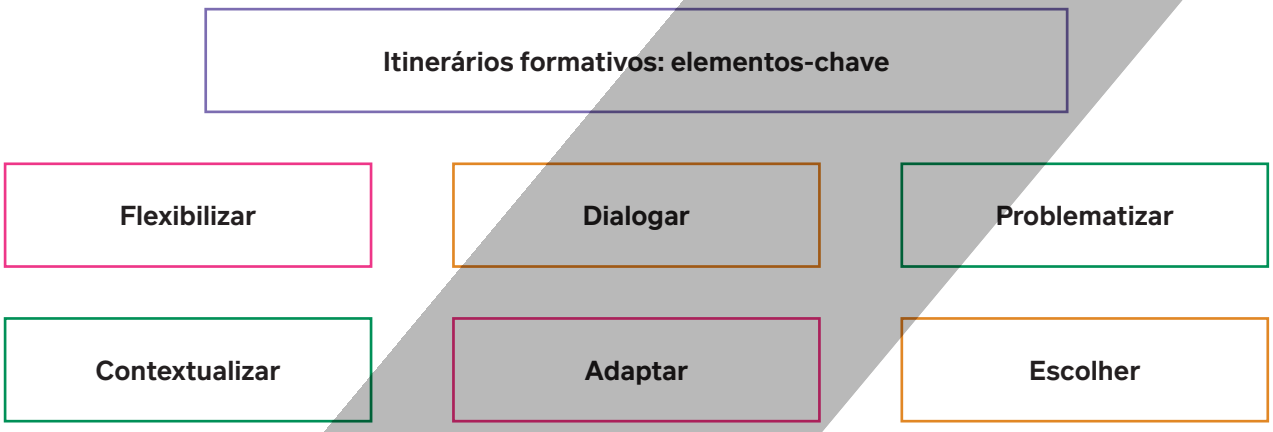
Todas essas trajetórias trazem, portanto, uma implicação teórico-metodológica fundamental: perceber características e comportamentos dos objetos de estudo a serem trabalhados nas aprendizagens. O diálogo entre as diferentes áreas também se justifica pela necessidade de se compreender um mundo em que todas as suas dimensões existenciais cada vez mais se interpenetram, a ponto de não ser mais possível, sob pena de se construírem simplificações frágeis, abordar os principais desafios da contemporaneidade sem essa dimensão interdisciplinar.

Além disso, ao dialogar com a realidade e procurar responder aos desafios de sua comunidade, da cidadania ou do mundo do trabalho, os jovens enfrentarão problemas que não se restringem às fronteiras do conhecimento. Questões sociais, naturais, matemáticas ou de linguagens se apresentam conectadas quando o espaço de construção do conhecimento é o mundo em que o jovem atua – e não somente os conteúdos de uma atividade escolar.

Os itinerários formativos

O currículo apresenta-se como o conjunto organizado de saberes que revela intencionalidades e formas de intervenção na vida humana. Ao se apresentarem sequências didáticas e formas de organização de conceitos e temas, se explicitam determinadas narrativas sobre a própria existência.

Nesse sentido, as organizações curriculares têm um caráter narrativo, já que pressupõem um percurso a ser seguido ao longo de um processo formativo. Com a BNCC, abre-se a possibilidade de definir essas narrativas como parte da formação dos jovens, de maneira que professores e estudantes sejam sujeitos ativos na construção do currículo. O instrumento para organizar essas narrativas são os **itinerários formativos**.



Nessa nova concepção, as delimitações dos diversos campos dão lugar a uma porosidade dos saberes, para que os jovens se apropriem do conhecimento acadêmico e científico que é sistematizado pela escola.

A coleção propõe subsídios temáticos que favoreçam a constituição de percursos narrativos voltados para a formação complexa dos estudantes, tendo em vista os desafios enfrentados pelos [illegible] contemporâneos. Além disso, privilegia uma concepção de itinerário formativo [illegible] ideia de que a formação passa pela problematização dos temas a serem trabalhados, possibilitando a oportunidade de os estudantes se aproximarem dos conteúdos, valorizando opiniões, questionamentos e possibilidades iniciais de reflexão. Além disso, os diálogos interdisciplinares permitem ampliar conhecimentos pela leitura e análise de textos em diferentes gêneros textuais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse novo modelo, a definição dos itinerários formativos se torna parte do projeto da escola. Nessas escolhas, é importante considerar os papéis sociais dos jovens para além de sua condição de estudantes, considerando a construção das identidades bem como a definição de seus projetos de vida, que vão muito além dos papéis colocados na relação com a escola.

Nesse sentido, é necessário que sejam garantidas condições para que possam refletir e dialogar sobre suas experiências individuais na relação com as aprendizagens. Ao dialogarem sobre as narrativas curriculares, os jovens devem ser instigados a valorizar o conhecimento e a confiar em sua capacidade de atingir seus objetivos de aprendizagem. Nesse ponto, é importante ter em mente a abertura às culturas juvenis e ao mundo digital que fazem parte do mundo contemporâneo.

A OBRA E A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular estabelece as aprendizagens essenciais a todos os estudantes da Educação Básica. Como se trata de um documento de caráter normativo, suas proposições devem nortear a elaboração ou adequação dos currículos de todas as instituições escolares do Brasil.

> Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
> Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018a, p. 8).

Alinhada a essas diretrizes, a coleção apresenta as características a seguir.

- **Organização por competências e habilidades:** a coleção está pautada no desenvolvimento das competências gerais e específicas da BNCC, em que as habilidades são desenvolvidas por meio dos eixos norteadores de cada volume.
- **Protagonismo do estudante:** do ponto de vista metodológico, a coleção privilegia a ação do estudante como princípio fundamental da tarefa cognitiva. A aprendizagem individualizada é respeitada e levada em consideração por meio da proposição de diferentes abordagens e experiências. Embora a construção do conhecimento seja uma experiência pessoal e intransferível, o processo é social e interativo. Portanto, as metodologias visam privilegiar a aprendizagem colaborativa, valorizando o trabalho em grupo, o respeito às opiniões, a cooperação e a convivência harmônica necessárias dentro e fora da escola.
- **Estrutura curricular interdisciplinar:** com base nos conceitos adquiridos, o estudante terá condições de estabelecer interrelações entre as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as demais áreas do conhecimento, além de atuar na realidade. O que denominamos "interdisciplinaridade" é, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo curricular.
- **Contextualidade**: os objetos de estudo são abordados de forma contextualizada e vinculados ao cotidiano dos jovens. Para cada temática abordada, há uma problematização desencadeando o processo de contextualização, o questionamento e a motivação.
- **Relevância:** a temática tem um significado relevante para a formação do educando, que se se vê implicado nas questões referentes ao lugar em que vive e ao mundo na contemporaneidade.
- **Não seriação:** a distribuição não seriada dos conteúdos permite o desenvolvimento das competências e habilidades na forma de espiral, em consonância com o desenvolvimento global do educando.
- **Aplicação:** o currículo é desenvolvido visando à construção de conhecimentos por meio dos quais os jovens interpretam distintas situações do cotidiano e as aplicam na prática, no presente e no futuro. É fundamental que o estudante possa visualizar a aplicação

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

dos novos conhecimentos sob pena de perder o interesse pela matéria e de, consequentemente, comprometer a evolução do aprendizado.

- **Valorização e mobilização dos conhecimentos prévios:** considerando a bagagem do estudante, exploram-se os conceitos já internalizados por ele relacionados à temática que será abordada. Para isso, há propostas frequentes de formulação e comprovação de hipóteses que explicitam suas representações acerca dos temas de estudo a fim de fornecer referenciais para a mediação pedagógica do professor ao planejar, propor, realizar atividades, agrupamentos e intervenções, visando à ampliação do repertório cognitivo e conceitual do estudante.
- **Produção do conhecimento:** ocorre pelo confronto direto do estudante com a temática a ser estudada. Essa interação é desenvolvida por meio de uma linguagem científica clara e acessível, mediada pelo professor e facilitada por todos os recursos didáticos desta coleção.
- **Avaliação contínua:** a eficácia do processo pedagógico é medida pela capacidade de produção do estudante. Ela é o critério mais seguro e fundamental da avaliação. Por meio de competências, habilidades, procedimentos, atitudes e valores adquiridos, o estudante terá condições de interferir na transformação da realidade.

Competências gerais

Competências gerais da Educação Básica
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competências específicas e habilidades
Competência específica 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
O que se pretende nessa competência é desenvolver a capacidade dos estudantes de utilizar métodos, elaborar hipóteses, compor argumentos, sistematizar dados, entre outros procedimentos relacionados à construção do conhecimento. Além disso, trata-se de formar uma visão crítica a respeito da própria ciência, tal como se constituiu historicamente, por meio de conceitos dicotômicos como modernidade/atraso, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc. Também faz parte das habilidades relacionadas a essa competência a análise de fontes de diversas naturezas, incluindo textos, obras de arte, mapas, vestígios da cultura material e imaterial etc. O foco dessa competência incide também no processo de tratamento da informação, mediante várias ações cognitivas que incluem a busca e levantamento de fontes de conhecimento para a abordagem de uma temática, a utilização dessas fontes e determinados contextos de aplicabilidade, bem como a análise e interpretação de dados extraídos das fontes.
EM13CHS101 Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
EM13CHS102 Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
EM13CHS103 Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
EM13CHS104 Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
EM13CHS105 Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.
EM13CHS106 [illegible] gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação [illegible] crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Competência específica 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Trata-se de desenvolver a capacidade de comparar e avaliar a ocupação do espaço e a formação das fronteiras, com atenção aos agentes que levam às transformações nas diversas realidades (rurais, urbanas, de zonas limítrofes etc.). Para isso, será preciso trabalhar as diferentes formas de negociações e conflitos, de igualdades e desigualdades e de inclusão e exclusão na produção do espaço. O raciocínio geográfico e estratégico e os conceitos históricos, econômicos, sociológicos e políticos devem ser trabalhados para uma compreensão complexa do território. Entre as habilidades relacionadas a essa competência também estão incluídas a de analisar dinâmicas de mobilidade de pessoas, de mercadorias e de capital, e transformações tecnológicas relacionadas ao território e ao poder que se exerce sobre ele, e a de contextualizar visões dualistas a respeito do território (como aquelas entre cidade e campo e entre nomadismo e sedentarismo).
EM13CHS201 Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
EM13CHS202 Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências específicas e habilidades

EM13CHS203 Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

EM13CHS204 Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

EM13CHS205 Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

EM13CHS206 Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Competência específica 3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

O objetivo dessa competência é capacitar os estudantes a analisar como diferentes grupos, povos e sociedades pensam de maneira distinta os territórios. Para tanto, deverão ser consideradas suas múltiplas formas de apropriação da natureza, de organização social e política, de estabelecimento de relações de trabalho e de troca, bem como de sua cultura e linguagens. Também devem ser considerados os objetos advindos da indústria cultural, incluindo os instrumentos e as práticas próprias da publicidade e da propaganda, que atravessam a cultura contemporânea e, em particular, as culturas juvenis.
Essa competência relaciona-se com as habilidades de problematização dos hábitos socioambientais, com destaque para o combate à poluição e ao consumismo e para a análise crítica das cadeias produtivas e do papel de diferentes agentes relacionados a essas questões. Por fim, trata-se também de comparar e avaliar modelos, de forma a promover uma relação sustentável com o planeta.

EM13CHS301 Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

EM13CHS302 Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

EM13CHS303 Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

EM13CHS304 Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, [illegible] econômicas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS305 Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

EM13CHS306 Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Competência específica 4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

O objetivo dessa competência é que os estudantes compreendam os múltiplos significados do trabalho, da estratificação social e da participação política nos diversos contextos culturais e sociais. Para isso, eles devem analisar contextualmente indicadores como os de emprego e renda, as relações entre transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e as formas de trabalho nos diferentes tempos e espaços.
Também é dada ênfase aos papéis que os seres humanos tiveram na manutenção ou resistência a determinadas formas de exploração do trabalho, bem como na proposição de alternativas aos padrões de produção vigentes em diferentes contextos espaciais, temporais e sociais.
Outro aspecto importante é a reflexão ética sobre os sentidos do trabalho em diferentes sociedades e na contemporaneidade.

EM13CHS401 Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

EM13CHS402 Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

Competências específicas e habilidades
EM13CHS403 Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
EM13CHS404 Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Competência específica 5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Para a promoção de princípios éticos, democráticos e de respeito aos direitos humanos, é preciso formar os estudantes para compreender os contextos culturais nos quais eles foram construídos. Além disso, faz-se necessária uma abordagem com base na vida cotidiana dos estudantes, na qual eles poderão desnaturalizar condutas, costumes, desigualdades, preconceitos e as diversas formas de discriminação. Essa problematização se estende desde o contexto imediato dos estudantes até as políticas públicas de âmbito nacional e internacional. Fazem parte também das habilidades relativas a essa competência a identificação de formas de violência (física, simbólica e psicológica, por exemplo) no sentido de combatê-las, assim como a análise dos novos impasses éticos colocados pelas rápidas transformações no mundo contemporâneo.
EM13CHS501 Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
EM13CHS502 Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
EM13CHS503 Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
EM13CHS504 Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.
Competência específica 6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Essa competência está voltada para o cumprimento de deveres pautados por princípios constitucionais da liberdade de expressão e do respeito aos direitos humanos, que demandam o estímulo à participação responsável e crítica na vida pública. Além disso, trata-se de formar os jovens para o respeito ao livre debate de ideias, para a autonomia de pensamento e para a construção de uma visão crítica da realidade. As habilidades relacionadas a essa competência enfocam ainda identificação e análise das demandas e dos protagonismos de povos indígenas, populações afrodescendentes, incluindo os quilombolas, e populações migrantes e refugiadas, considerando a dimensão histórica desses processos de inclusão pelo desenvolvimento das relações étnico-raciais brasileiras.
EM13CHS601 Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.
EM13CHS602 Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
EM13CHS603 Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
EM13CHS604 Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.
EM13CHS605 Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.
EM13CHS606 Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A PROPOSTA DA COLEÇÃO

Livro do Estudante

Estrutura da obra e recursos

UNIDADE 1

A abertura da unidade é formada por duas páginas duplas. As duas primeiras páginas trazem uma proposta de sensibilização por meio da observação e da leitura da imagem, além da questão problematizadora – que tem por objetivo instigar e provocar os alunos a se debruçar e pesquisar, de forma investigativa, os assuntos necessários à compreensão dessa questão – e um quadro com perguntas norteadoras para a discussão do tema proposto.

As duas páginas seguintes contextualizam a situação-problema e a colocam em diálogo tanto com o tema do volume quanto com os percursos que vêm a seguir. Além disso, destaca-se o quadro **Na BNCC**, que identifica as competências e habilidades da BNCC a serem desenvolvidas na unidade.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Cada unidade tem dois percursos complementares, em que são desenvolvidos os conteúdos relacionados à problematização inicial, com textos, imagens, mapas, gráficos, obras de arte, atividades em diferentes formatos e abordagens, além das seções e dos elementos a seguir.

GLOSSÁRIO

Boxe que traz o significado de algumas palavras e expressões relevantes para a compreensão do texto, com o objetivo de ampliar o vocabulário do estudante.

Análise

Essa seção promove análises de documentos diversos (mapas, textos, imagens, gráficos, entre outros) para ampliar as formas de tratamento do tema e subsidiar distintas abordagens e interpretações.

Vozes

Nessa seção, o estudante encontra o perfil de atores sociais cuja trajetória e importância estão diretamente relacionadas ao tema trabalhado.

Boxe Conhecimentos prévios

Violência simbólica: caracteriza-se pelos mecanismos sutis que emprega e por contar com a cumplicidade de quem sofre a violência e de quem a pratica, muitas vezes sem terem a real consciência disso no processo.

Quadro com contextualização ou definição que retoma um conhecimento importante para compreender o conteúdo que está sendo desenvolvido.

Boxe Destaque

A manipulação do fogo foi uma das tecnologias fundamentais para a constituição da humanidade e um dos grandes passos rumo ao topo da cadeia alimentar. As técnicas de cozimento de alimentos duros, como grãos, a esterilização de germes e parasitas e a proteção contra outros animais foram a base do que se tornou o ápice do conhecimento técnico de nossa civilização.

Quadro que reforça um conteúdo importante para o entendimento e desenvolvimento do assunto tratado.

Prática de pesquisa

Proposta de um projeto de pesquisa científica por meio de metodologias ativas, em que os estudantes desenvolvem o protagonismo e a atitude investigativa.

#Ficaadica

Referências complementares para pesquisa ou consulta, assim como indicações de *sites*, vídeos, livros, entre outros, para ampliar o repertório do estudante.

Atividades

No fim de cada percurso há duas páginas de atividades de reflexão e de sistematização, a respeito do conteúdo estudado.

Questões de Enem e vestibulares

No fim de cada volume há uma seção de atividades do Enem e de vestibulares de acordo com os conteúdos apresentados ao longo das unidades. A indicação das alternativas corretas e comentadas estão no Manual do Professor específico.

Manual do Professor específico

Você encontrará em cada volume desta coleção um Manual do Professor específico, com subsídios importantes para ajudá-lo a:

- estruturar e montar o planejamento;
- desenvolver o programa curricular;
- promover atividades individuais e em grupo, com orientações de gestão de sala de aula, suporte metodológico e recomendações para o fazer pedagógico;
- aplicar atividades e avaliações, com orientações e respostas esperadas para as atividades propostas e gabarito comentado das questões de Enem e vestibulares.

Por meio do manual específico, você poderá ter clareza dos objetivos e justificativas para o trabalho a ser realizado em cada unidade, encontrando explicações detalhadas de como são desenvolvidas as competências gerais, as competências específicas e as habilidades da BNCC. Além disso, terá acesso a uma tabela de assuntos tratados em cada percurso, para se programar e construir o caminho que trilhará em sala de aula. O Manual do Professor específico também apresenta uma oferta diversificada de referencial teórico para consulta e aprofundamento nos temas trabalhados em cada unidade e uma apresentação gráfica convidativa para garantir uma consulta fácil e ágil em sala de aula e nos momentos de planejamento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Videotutorial

A obra é acompanhada de um videotutorial, em que são apresentados os objetivos e a estrutura dos seis volumes, oferecendo subsídios para o planejamento, a preparação e a condução das 18 unidades dentro e fora da sala de aula.

O videotutorial elucida como trabalhar cada unidade, dando informações e sugestões de abordagens dos temas que vão além do Manual do Professor. O vídeo, por se tratar de outra linguagem, também pode apresentar alguns recursos de forma mais clara e acessível.

Cronograma

A coleção foi concebida de modo a oferecer diferentes configurações de utilização durante o ano letivo e ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Os volumes não são seriados, podendo ser utilizados livremente por estudantes e professores de todas as séries do Ensino Médio, a critério dos professores da área e em apoio ao currículo da escola.

Apresentamos as possibilidades de planejamento do curso ao longo de um ano, por meio do cronograma a seguir.

Divisão anual do curso	Utilização por unidades	Utilização por percursos	Práticas de pesquisa (uma por mês)
Bimestral	1 unidade + 1 percurso independente	3 percursos	2 práticas
Trimestral	2 unidades	4 percursos	3 práticas
Semestral	3 unidades	6 percursos	6 práticas

Quadro de conteúdos

Em consonância com a organização dos conteúdos por áreas do conhecimento, os seis volumes da coleção não têm caráter sequencial e são autocontidos. Sua divisão é temática, de maneira que todas as unidades podem dialogar entre si, independentemente do volume em que estão inseridas.

A seguir, você encontra uma breve descrição de cada unidade. As informações detalhadas estão disponíveis no Manual do Professor específico.

Unidade 1 **Que brasis formam o Brasil?**	**Objetivos** • Identificar diferentes características territoriais e socioculturais do Brasil e suas especificidades no contexto global. • Relacionar a formação da sociedade brasileira com as [illegible] paisagens. • Investigar as diversas tradições culturais e práticas de [illegible] socioambiental brasileira.	**Competências gerais:** 1, 2 e 7 **Competências específicas:** 1, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS601
Unidade 2 **O que é ser civilizado?**	**Objetivos** • Definir paisagem e civilização considerando o desenvolvimento histórico de diferentes sociedades. • Relacionar aspectos naturais e culturais na transformação das paisagens e seus impactos para a sociedade.	**Competências gerais:** 1, 2 e 9 **Competências específicas:** 1, 2 e 5 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS105, EM13CHS106, EM13CHS203, EM13CHS206 e EM13CHS502
Unidade 3 **O Estado me controla?**	**Objetivos** • Definir Estado considerando seu desenvolvimento histórico e o impacto na organização espacial e política das sociedades. • Comparar os papéis do desenvolvimento tecnológico e científico em diferentes contextos e situações. • Relacionar o papel do Estado à implementação de distintos modelos de desenvolvimento científico e tecnológico.	**Competências gerais:** 1, 4, 6, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS202, EM13CHS304, EM13CHS401, EM13CHS403, EM13CHS504 e EM13CHS603

Unidade 1 **Os direitos do trabalhador são respeitados?**	**Objetivos** • Definir Revolução Industrial e dividi-la em fases. • Reconhecer impactos da Revolução Industrial nas transformações sociais e das paisagens. • Considerar a Revolução Industrial como um dos paradigmas de construção da ideia de contemporaneidade.	**Competências gerais:** 2, 3, 4 e 5 **Competências específicas:** 2, 3, 4 e 5 **Habilidades:** EM13CHS202, EM13CHS306, EM13CHS404, EM13CHS502 e EM13CHS504

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 2 **O trabalho se modifica no tempo e no espaço?**	**Objetivos** • Definir trabalho tendo em vista suas características específicas. • Relacionar trabalho e transformações das paisagens. • Reconhecer distintas formas econômicas e sociais de organização. • Comparar formas capitalistas e não capitalistas de trabalho tendo em vista seus contextos históricos e sociológicos.	**Competências gerais:** 2, 6, 8 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 4 e 5 **Habilidades:** EM13CHS103, EM13CHS202, EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS403, EM13CHS503 e EM13CHS504
Unidade 3 **Por que trabalhamos?**	**Objetivos** • Descrever processos sociológicos de exploração do trabalho. • Interpretar dados e processos relacionados à organização e à exploração do trabalho. • Analisar processos de exploração do trabalho tendo em vista aspectos filosóficos e sociológicos específicos.	**Competências gerais:** 1, 2 e 6 **Competências específicas:** 1, 4 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS105, EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS404 e EM13CHS606

Unidade 1 **O que é ser capitalista?**	**Objetivos** • Identificar e reconhecer processos vinculados ao surgimento e desenvolvimento das sociedades capitalistas e dos Estados. • Analisar criticamente a expansão marítima e colonial europeia. • Posicionar-se de maneira ética diante de desafios contemporâneos.	**Competências gerais:** 1, 2, 6 e 10 **Competências específicas:** 1, 2 e 4 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS201, EM13CHS204 e EM13CHS401
Unidade 2 **A memória resiste à dominação?**	**Objetivos** • Descrever os processos políticos e econômicos do imperialismo em conexão com a história das relações raciais e do racismo. • Investigar o impacto do imperialismo europeu sobre a organização geopolítica da África, da Ásia, da Oceania e da América. • Refletir sobre as sociedades e identidades que convivem no continente americano.	**Competências gerais:** 1, 3, 4, 7 e 9 **Competências específicas:** 1, 2, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS104, EM13CHS106, EM13CHS204, EM13CHS206, EM13CHS503, EM13CHS601, EM13CHS603 e EM13CHS605
Unidade 3 **Em que mundo queremos viver?**	**Objetivos** • Conhecer as guerras mundiais e o nazifascismo e analisar as estratégias geopolíticas nesses eventos. • Relacionar a Guerra Fria aos interesses geopolíticos por meio da análise de alguns de seus principais conflitos. • Analisar criticamente a globalização e as ameaças à paz mundial. • Descrever processos de uso da mídia e das redes sociais [illegible] lógicos e refletir eticamente sobre eles.	**Competências gerais:** 1, 5, 8 e 9 **Competências específicas:** 1, 2, 4 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS403, EM13CHS603 e EM13CHS604

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 1 **De onde vem a fome?**	**Objetivos** • Relacionar a fome com as questões agrárias no Brasil. • Identificar os arranjos territoriais brasileiros e sua relação com a economia agroindustrial brasileira. • Compreender a dinâmica dos problemas ambientais no campo e suas alternativas sustentáveis.	**Competências gerais:** 1, 2, 6, 7, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS206, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS303, EM13CHS304, EM13CHS306, EM13CHS601 e EM13CHS606
Unidade 2 **Somos uma democracia?**	**Objetivos** • Compreender a história da emancipação política do Brasil. • Conhecer o processo de formação do Estado brasileiro. • Relacionar a democracia com o exercício pleno da cidadania.	**Competências gerais:** 1, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS606
Unidade 3 **Um mundo melhor é possível?**	**Objetivos** • Compreender a relação entre geopolítica e meio ambiente. • Conhecer a história das questões ambientais no Brasil. • Compreender o que é violência, sua gênese e suas marcas na sociedade brasileira. • Propor meios de combate à violência no cotidiano.	**Competências gerais:** 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS602 e EM13CHS606

Unidade 1 **Você é um cidadão global?**	**Objetivos** • Reconhecer os principais conflitos do mundo contemporâneo e relacioná-los a um contexto mais amplo. • Conhecer a função e a atuação de organismos internacionais, alianças geopolíticas, ONGs, entre outros, na política internacional. • Avaliar os impactos éticos decorrentes dos conflitos contemporâneos na organização dos espaços e das sociedades atuais, elaborando o conceito de cidadania global. • Compreender as crises humanitárias e os deslocamentos populacionais de uma perspectiva crítica e ética.	**Competências gerais:** 1, 2, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS201, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS603, EM13CHS604 e EM13CHS605
Unidade 2 **Política para quê?**	**Objetivos** • Reconhecer o processo histórico de formação política do Brasil pós-ditadura tendo em vista seus contextos específicos. • Relacionar as características do desenvolvimento político brasileiro contemporâneo às transformações sócio-espaciais mais recentes. • Avaliar o papel das recentes decisões políticas brasileiras na organização dos espaços e das sociedades atuais.	**Competências gerais:** 1, 2, 5 e 7 **Competências específicas:** 2, 3, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS203, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS304, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS602
Unidade 3 **Por que direitos humanos?**	**Objetivos** • Valorizar os direitos humanos, conhecendo seus fundamentos históricos, filosóficos e sociais. • Analisar os desafios colocados para a defesa da dignidade humana nos contextos brasileiro e mundial contemporâneos. • Compreender a linguagem artística como expressão humana. • Identificar e problematizar diferentes movimentos artísticos, conhecendo seus contextos e formulações estéticas e políticas.	**Competências gerais:** 1, 3, 4, 7 e 8 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS303, EM13CHS502 e EM13CHS605

Unidade 1 **Existe a verdade?**	**Objetivos** • Definir ética, tendo em vista seus diversos pressupostos. • Conhecer diferentes concepções a respeito da verdade. • Conhecer e valorizar o conhecimento científico. • Observar a importância da ciência para a sociedade.	**Competências gerais:** 1, 2, 5 e 7 **Competências específicas:** 1, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS605
Unidade 2 **Eu consigo conviver com o diferente?**	**Objetivos** • Elaborar os conceitos de identidade, diferença, diversidade e pluralidade. • Reconhecer diversas formas de discriminação e de intolerância. • Compreender eticamente, historicamente e sociologicamente o problema do racismo no Brasil. • Analisar o direito à cidade e as dificuldades para sua plena realização. • Avaliar criticamente o pensamento dualista.	**Competências gerais:** 1, 7 e 8 **Competências específicas:** 1, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS103, EM13CHS105, EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS601 e EM13CHS605
Unidade 3 **O desenvolvimento sustentável é possível?**	**Objetivos** • Compreender o conceito de antropoceno. • Relacionar os problemas ambientais globais com o sistema hegemônico e de produção mundial. • Identificar o papel dos organismos internacionais e da sociedade civil na preservação do meio ambiente. • Identificar alternativas sustentáveis na relação com a natureza dos povos tradicionais. • Caracterizar os domínios morfoclimáticos brasileiros.	**Competências gerais:** 1, 2, 7, 8, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS104, EM13CHS105, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS304, EM13CHS305, EM13CHS306 e EM13CHS601

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

COMO AVALIAR?

Avaliar e autoavaliar o trabalho é um procedimento útil e necessário na atividade educativa. Reler, revisar e refazer as tarefas ajuda o estudante e o professor a compreender o que foi aprendido e o que precisa ser melhorado. Entendemos, assim, que a avaliação escolar é um processo contínuo.

Nesta coleção, o foco da avaliação do estudante é o aprimoramento de suas competências e habilidades. Por isso, é necessário que ela seja processual e contínua, privilegiando o caráter diagnóstico, a fim de adotar medidas necessárias para a eficácia da aprendizagem. Considerando que a "avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino" (LUCKESI, 1996, p. 71), entende-se que a avaliação não tem uma finalidade em si mas subsidia ações que visam construir um resultado previamente definido. Dessa forma, sua dimensão de análise é o desempenho do estudante, do professor e de toda a situação de ensino que se realiza no contexto escolar.

É necessário compreender o significado da avaliação como relação dialógica na construção do conhecimento, valorizando o papel mediador do professor, que deve estar consciente de como se processa sua prática avaliativa.

O aprimoramento e a sistematização dos conhecimentos sobre o desenvolvimento do estudante são imprescindíveis ao professor que atua no Ensino Médio. Esses conhecimentos vão habilitá-lo a refinar a capacidade de observação e reconhecimento dos hábitos, desejos, medos, competências, criatividade, formas de relacionamento e dificuldades do jovem.

Como o ensino-aprendizagem é um processo que provoca modificações tanto no estudante como no professor, a avaliação deve ser feita para acompanhar e revelar o crescimento cognitivo dos jovens, em um contexto abrangente, não se restringindo às medições estritamente quantitativas da aquisição de conhecimento. A prática avaliativa deve atuar como estimuladora da autonomia e como fonte de reflexão sobre os caminhos percorridos, podendo, dessa maneira, contribuir para o pleno desenvolvimento social, ético e intelectual do jovem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A avaliação, muitas vezes, exige uma mudança de postura, uma quebra de paradigmas, no sentido de descrever uma atitude voltada para o diálogo, não apenas como um momento de conversa mas também como uma relação de troca que considera o conhecimento como a apropriação do saber tanto pelo estudante como pelo professor, resultando num conhecimento aprimorado e carregado de significados.

Uma vez entendido como um recurso de aprimoramento de indivíduos, o processo avaliativo deixa de ser imposição e passa a ser um ato partilhado e construtivo. Ele deverá ser contínuo, sistemático e cumulativo ao longo do período letivo, de acordo com os objetivos relacionados aos diversos conteúdos. É importante que a avaliação seja feita por meio de indicadores qualitativos, que em geral exigem mais atenção do professor por estarem relacionados a processos e situações de sala de aula que não são facilmente mensuráveis.

Ao avaliar, você não pode perder de vista as interações do jovem com o meio, com os colegas e com os adultos, nem as crenças e os valores que ele traz do grupo social em que está inserido. Essa percepção deve permear sua prática educativa, ajudando a dar sentido à aprendizagem.

As atividades em grupo propostas na coleção constituem ótimas oportunidades para a avaliação. Bem-sucedidas, elas podem criar nos estudantes um sentimento de pertencimento e de realização, e desenvolvem o espírito do trabalho em equipe, de cooperação. Dessa maneira, é possível observar e avaliar o desenvolvimento de capacidades não só intelectuais mas também afetivas, motoras, de inserção social, interação pessoal, liderança, ética e estética.

As atividades individuais, como registros relativos ao processo de aprendizagem, devem ter um enfoque regulador da avaliação, uma vez que explicitam os processos em desenvolvimento, possibilitando o acompanhamento das aquisições e necessidades de cada estudante.

As avaliações externas, por meio de testes padronizados, visam ao monitoramento da educação e são focadas no que diz respeito ao controle dos resultados. Para tanto, a escola é obrigada a repensar suas práticas pedagógicas, o currículo e seus instrumentos de avaliação, entre outros pontos, uma vez que é a todo momento pressionada a desenvolver atividades que possam ir ao encontro da necessidade dos estudantes de apresentar bons resultados nas avaliações em larga escala. Entretanto, pautada pela imposição constante de melhores resultados e da competitividade, interfere de modo direto no movimento interior da escola.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Contudo, as escolas devem conciliar instrumentos diversificados em seus modelos avaliativos, para garantir uma avaliação que possa atingir seu objetivo principal: possibilitar que os alunos tenham materializado o direito de conhecer e interpretar o mundo que os cerca, dialogando com ele.

Enfim, a avaliação deve ser compreendida como um processo comprometido com a regulação e o acompanhamento do trabalho pedagógico, cujo objetivo é a garantia da aprendizagem de todos e de cada um.

Diversidade de formas e de instrumentos de avaliação

Os instrumentos de avaliação, de acordo com as atividades, devem ser, na medida do possível, bem diversificados. Além da tradicional prova escrita, outras formas mais interessantes e eficazes são propostas: pesquisas, estudo dirigido, desenvolvimento de projetos, apresentação de trabalhos, produção de textos, criações artísticas, realização de experimentos, entrevistas, seminários, elaboração de mapas, projeção de simulações, montagem de gráficos, participação em debates, solução de problemas, campanhas comunitárias, ajuda aos colegas e apresentação de propostas.

A avaliação deve ser inspirada em uma pedagogia da produtividade e consequente prazer de aprender e ensinar, fatores relevantes de autoestima. Afinal, é necessário gerar no estudante uma sensação de crescimento e de valor pessoal.

No final do programa curricular, uma avaliação global do desenvolvimento dos estudantes, levando-se em conta todos os objetivos para o período, pode subsidiar o planejamento da continuidade dos trabalhos no próximo ciclo, ao mesmo tempo que oferece aos estudantes e familiares uma síntese dos progressos individuais alcançados. Essa avaliação global deve ser constituída de uma análise criteriosa do processo vivenciado pelo estudante durante o ano, de forma individual e em relação ao convívio coletivo, com base nos registros e nos diversos instrumentos utilizados.

Avaliar e ser avaliado a todo o momento é um componente social de todas as relações. Na escola não pode ser diferente, pois a avaliação desempenha papel capital, constituindo-se ponto nevrálgico do processo pedagógico.

REFERÊNCIAS COMENTADAS

ALMEIDA, Fernando José de; FRANCO, Monica Gardelli. *Avaliação para a aprendizagem:* o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. São Paulo: Ática, 2008. (Série Educação em ação).

Nesse livro, a teoria e a prática sobre avaliação para a aprendizagem são combinadas. Do ponto de vista teórico, a obra reflete por que se avalia, quais as condições necessárias para uma boa avaliação e o que é a avaliação eficaz. No campo da prática, orienta no direcionamento do trabalho desenvolvido em sala para que a avaliação seja, efetivamente, um instrumento pedagógico voltado à aprendizagem.

ANDRÉ, Claudio F. O pensamento computacional como estratégia de aprendizagem, autoria digital e construção da cidadania. *TECCOGS*, São Paulo, n. 18, p. 94-109, jul./dez. 2018.

Artigo que permite conhecer melhor as potencialidades do pensamento computacional na educação, abordando conceitos e formas de aprendizagem que podem ser desenvolvidos nesse campo.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico:* contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Obra que discute como se constrói o conhecimento científico e a forma de pensar questionadora que caracteriza essa construção. Aborda o aprendizado da ciência tanto do ponto de vista de sua epistemologia quanto em suas dimensões psicológica e pedagógica.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Nesse livro, [illegible], o teórico da cultura desenvolve sua concepção dialógica da linguagem, por meio da análise de textos literários, com atenção às inter-relações entre seus múltiplos sujeitos.

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre educação e juventude:* conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Livro composto por 20 capítulos com temas diversos, fruto do diálogo entre o sociólogo Zygmunt Bauman e o editor Riccardo Mazzeo. O livro aborda o papel da educação na sociedade contemporânea, com reflexões que envolvem a indústria cultural, o consumismo e outras questões contemporâneas ligadas às experiências das juventudes.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Esse livro aborda os principais conceitos e debates da sociologia contemporânea. Os autores analisam questões como a liberdade do indivíduo na sociedade, a formação das identidades e as relações de poder, buscando a construção de um olhar sociológico sobre a realidade.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

A BNCC é um documento com diretrizes e conteúdos para normatização do ensino nas escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Foi desenvolvida para orientar professores e coordenadores de escolas de Educação Básica. A BNCC do Ensino Médio deve ser adotada por todas as escolas até 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jun. 2020.

Documento oficial que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

Documento que apresenta as diretrizes curriculares para o ensino nas escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, elaborado para orientar professores e coordenadores. A BNCC do Ensino Médio deve ser universalmente adotada até 2022.

CHAVES, Denise Raissa Lobato; SOUZA, Mauricio Rodrigues de. *Bullying* e preconceito: a atualidade da barbárie. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100214&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 jul. 2020.

Artigo que discute conceitualmente os fenômenos relacionados à violência em contexto escolar conhecidos como *bullying*, chamando atenção para a necessidade de sua desnaturalização, em perspectiva crítica.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

DONATONI, Alaíde Rita (org). *Avaliação escolar e formação de professores*. Campinas: Alinea, 2010.
Coletânea de textos que ajuda a relacionar a avaliação à formação de professores, com um olhar crítico sobre uma prática que ainda necessita ser atualizada em sala, sob o risco de prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, em vez de promovê-lo.

ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo (org.) *Saúde mental na escola:* o que os educadores devem saber. São Paulo: Artmed, 2014.
Esse livro, em que são abordadas questões sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, está repleto de dicas e exemplos que auxiliarão os profissionais da educação na compreensão de questões de saúde mental na escola e em como lidar com elas.

FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade:* história, teoria, pesquisa. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.
A autora busca organizar estudos acerca da interdisciplinaridade desenvolvidos desde a década de 1970, com o intuito de corroborar com a produção de saberes novos/velhos na área da educação.

FERNANDES, Claudia de Oliveira (org). *Avaliação das aprendizagens:* sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014.
Na sociedade contemporânea, a visão dos processos avaliativos ainda está apoiada em concepções quantitativas e conteudistas. Para avançar nessa questão, a obra questiona e desafia os professores da Educação Básica a repensar suas práticas.

FONT, Joan N.; RUFÍ, Joan V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
Utilizando os instrumentos que a nova Geografia Política oferece, os autores analisam temas essenciais da Geografia contemporânea e o fenômeno da globalização.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
Livro clássico sobre a dimensão cultural da colonização europeia e da criação de sociedades mestiças no Novo Mundo. A obra analisa a trajetória colonial do México e permite refletir conceitualmente sobre as relações de poder no contato entre diferentes culturas.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Coletânea de artigos na qual o historiador reflete sobre diversas questões relacionadas às tarefas de escrever e ensinar a história. Dentre os temas abordados estão a memória coletiva, as identidades e as relações de poder.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação:* mito & desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1990.
A autora apresenta a sua teoria de avaliação mediadora e desafia o mito da avaliação classificatória. Assim, ajuda a ressignificar essa prática como acompanhamento da construção do conhecimento dos estudantes. Para isso, apresenta exemplos de situações vividas nas escolas.

KELLAGHAN, Thomas; GREANEY, Vincent. *Uso dos resultados da avaliação do aproveitamento escolar*. Rio de Janeiro: Campus, 2009. v. 5.
Como transformar as conclusões extraídas das avaliações de aproveitamento escolar em políticas e práticas educacionais satisfatórias para o aprendizado dos alunos? Essa questão é o ponto de partida dos autores, que refletem sobre os subsídios que tornam uma avaliação eficaz.

KLEIMAN, Angela. *Leitura e interdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
Com o objetivo de apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, o livro coloca como atividade central a leitura, acompanhada dos subsídios teóricos que a sustentam, dos modos de desenvolvê-la e de alguns exemplos.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2006.
Nessa obra, o historiador debate a formação de um tempo histórico específico da modernidade, que articula passado, presente e futuro com base na concepção de um tempo inédito. Entre as discussões mais importantes estão aquelas sobre a história do conceito de revolução e sobre as relações entre espaços de experiência e horizontes de expectativa.

LACOSTE, Yves. *A geografia:* isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988.
Nessa obra clássica, o geógrafo faz uma contundente análise das relações de poder que são inseparáveis da formação e do desenvolvimento do campo disciplinar da Geografia. Seus questionamentos se dirigem às funções políticas e militares do conhecimento geográfico bem como à falta de debates epistemológicos que permitam a construção de uma geografia crítica.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza:* como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.
O livro discute em termos epistemológicos e políticos os desafios colocados à ciência do século XXI em razão das crises ecológicas e das dificuldades na construção de sociedades democráticas, que demandam um novo entendimento sobre as relações entre seres humanos e natureza.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
O livro analisa as diversas epistemologias construídas sobre o corpo pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e pelas Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Dessa maneira, constrói um diálogo interdisciplinar que permite refletir sobre o corpo humano na interface entre o cultural (antropológico e sociológico) e o biológico.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
O livro analisa em profundidade alguns conceitos fundamentais ligados à construção do conhecimento histórico. Além de conceitos como história, memória, decadência, calendário, também são investigadas algumas das polaridades que organizam o tempo histórico, como passado/presente, progresso/reação e documento/monumento.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar:* estudos e proposições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
O livro apresenta diversos estudos relacionados à avaliação da aprendizagem escolar e orienta sobre como torná-la um instrumento viável e construtivo. Uma obra direcionada a educadores e a estudantes de cursos de Pedagogia e licenciaturas.

MAGER, Robert F. *A formulação de objetivos de ensino*. Porto Alegre: Globo, 1976.
O autor defende, nesse livro, a ideia de que os problemas de desempenho escolar podem ser resolvidos, com frequência, se associarmos adequadamente às situações os conhecimentos científicos resultantes do estudo do comportamento humano.

MALAVASI, Maria Márcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de; SORDI, Mara Regina Lemas de. *Avaliação educacional:* caminhando pela contramão. São Paulo: Vozes, 2012.
Os processos de avaliação em três níveis são abordados pela obra: a avaliação de sistemas (ou de redes), a avaliação institucional e a avaliação do professor em sala de aula.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
A obra propõe uma mudança de paradigma na forma como construímos o conhecimento sobre o mundo. Trata-se de uma das referências mais importantes no debate contemporâneo sobre complexidade e interdisciplinaridade na construção do conhecimento, inclusive na educação escolar.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
Essa obra discute as perspectivas desoladoras da sociedade global do início do século XXI, buscando caminhos para enfrentar os grandes problemas atuais. Para tanto, o autor desenvolve os conceitos de sua proposta de reforma do pensamento, que parte do reconhecimento de seu caráter complexo e interdisciplinar.

NÓVOA, António (org.). *Avaliação em educação*: novas perspectivas. Porto: Porto Editora, 1999.
António Nóvoa faz uma avaliação de seu percurso no campo da História da Educação e oferece pistas para analisar a escola contemporânea e o traçado por ela desenhado com vistas ao futuro.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
O livro analisa a construção do discurso, tecendo reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de Fátima. *A avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
Instituição pública de Portugal, a Escola da Ponte promove, desde 1976, uma forma de aprendizagem fundamentada na autonomia do estudante e na relação solidária com seus pares e comunidade. Nesse livro, o idealizador da Escola da Ponte compartilha seu pensamento sobre como se processa a avaliação e a sua influência na forma como a aprendizagem acontece.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação:* da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
O autor mostra a complexidade do problema da avaliação, o qual se deve à diversidade das lógicas em questão, a seus antagonismos, ao fato de que a avaliação está no âmago das contradições do sistema educativo e, constantemente, na articulação da seleção, da formação, do reconhecimento e da negação das desigualdades.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
O livro é uma importante referência na educação por competências, concepção que tem sido adotada pelos sistemas de ensino no Brasil e no mundo. A interdisciplinaridade, as estruturas curriculares, entre outros temas são debatidos numa obra cujo eixo central é o desenvolvimento de competências como base de uma nova educação.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança:* metamorfose da ciência. Brasília: UnB, 1991.
Nessa obra, os autores propõem transformações no desenvolvimento da ciência no sentido da construção de paradigmas complexos e interdisciplinares.

PROST, Antoine. Os tempos da História. *In*: PROST, Antonie. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
O capítulo analisa a história do tempo como construção social, incluindo a trajetória dos calendários nas épocas antiga e medieval, bem como o surgimento de um conceito de tempo inédito, específico da modernidade. Discute ainda os procedimentos que os historiadores adotam para trabalhar com o tempo social.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
Nessa obra clássica, o antropólogo debate o conceito de cultura como simbolização, contrapondo-se às visões puramente utilitárias da dimensão cultural das práticas humanas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar?:* critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2014.
Quando o assunto é avaliação, a formação dos professores ainda não está sintonizada com as necessidades dos jovens, do dia a dia da escola e das questões que permeiam o século XXI. A obra ajuda a repensar práticas e a transformar a avaliação escolar numa ferramenta mais justa e criativa.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1994.
O livro discute os desafios colocados à sociedade contemporânea diante da crise da modernidade e de seus paradigmas. Entre os temas debatidos estão a consciência política, a ética, a educação e a utopia, os paradigmas da modernidade e a crise que caracteriza a pós-modernidade.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2008.
Numa série de ensaios, o geógrafo discute conceitos e métodos para a compreensão da globalização e de suas dinâmicas. São abordadas as novas contradições na organização do território e as novas características da urbanização.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI:* no *loop* da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
No livro, o historiador analisa as rápidas transformações tecnológicas, culturais e sociais do mundo contemporâneo, abordando a passagem do século XX para o século XXI. Os novos desequilíbrios e conflitos globais, os impactos de tecnologias ligadas à revolução microeletrônica e as questões ambientais e éticas da sociedade contemporânea estão entre os temas.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade:* uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
Livro que analisa a história das diferentes teorias a respeito do currículo escolar, refletindo sobre o saber, o poder e as identidades ao longo dessa trajetória.

STOPPINO, Mario. Poder. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
Verbete sobre poder no mais renomado dicionário de política, elaborado por diversos autores, principalmente das áreas de Ciência Política e Filosofia. Assim como os demais verbetes, o conceito é discutido tanto em sua gênese histórica, quanto em sua pluralidade de usos e implicações nas teorias políticas contemporâneas.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
Reunião de alguns dos principais ensaios do psicólogo Lev Vygotsky. Sua psicologia do desenvolvimento analisa os processos cognitivos na construção do conhecimento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTE VOLUME

O tema central deste volume é a formação histórica e os desafios contemporâneos da sociedade brasileira. São analisados problemas e fenômenos do cotidiano dos jovens sob a perspectiva de que a transformação do presente exige o entendimento de processos históricos complexos dos quais decorrem a fome, os impactos socioambientais, os conflitos agrários, a conjuntura política e a violência no Brasil na atualidade. A reflexão, a postura crítica e a proposição de soluções para tais desafios são valorizadas e estimuladas nos estudantes.

Objetivos

- Conhecer e avaliar a organização da sociedade brasileira e seus desafios sociais, ambientais e políticos contemporâneos em suas múltiplas dimensões.
- Estabelecer relações entre os vários aspectos que configuram a formação do Brasil contemporâneo, em especial sua economia e sociedade.
- Analisar a história da formação do Estado brasileiro, ao longo dos séculos, e dos conflitos políticos em contextos ditatoriais e democráticos, bem como seus desdobramentos.
- Compreender os problemas ambientais do mundo contemporâneo sob uma perspectiva ética e fundamentada em dados e análises científicas.
- Refletir sobre os desafios vividos pela sociedade brasileira contemporânea, especialmente em relação ao protagonismo juvenil.

Justificativa

A compreensão da história e da formação da **sociedade brasileira** exige estudos sob uma perspectiva complexa e interdisciplinar. Partir do presente para averiguar os processos históricos dos quais resultam a realidade atual é uma maneira de mostrar o sentido e a importância dos temas estudados e, assim, envolver os estudantes neles.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse contexto, o estudo dos problemas ambientais e dos modelos agrícolas predominantes no país possibilita compreender as relações entre campo e cidade e entre diferentes atores sociais e políticos na **produção do espaço**, muitas vezes marcada por desigualdades e conflitos.

A análise da formação do **Estado brasileiro** e dos processos e eventos políticos que dele resultam é fundamental para que o jovem compreenda os desafios da **construção da democracia** no presente.

Já a compreensão dos problemas ambientais globais em conexão com a realidade local propicia desenvolver uma leitura complexa das relações entre produção e meio ambiente.

A identificação das diversas formas de violência e o combate a elas também são conteúdos que incentivam e priorizam o protagonismo dos estudantes na **resolução de conflitos**, valorizando a postura ética e a promoção de uma cultura de paz.

UNIDADE 1 De onde vem a fome?

Temas

Percurso	Assuntos tratados	Temas contemporâneos transversais
1 Caminhos do Brasil rural	• A alimentação, a segurança alimentar e os problemas socioambientais brasileiros • A história da questão agrária no Brasil e as origens da concentração de terras • O Brasil Colonial e a economia exportadora • O Brasil Imperial e a Lei de Terras • O Brasil Republicano e a identificação do campo com o atraso • A Revolução Verde e seu desenvolvimento contraditório • A questão agrária no século XX: processos migratórios, urbanização, industrialização e demanda por reforma agrária • O latifúndio, as relações de trabalho e a exploração econômica no campo • As terras indígenas e quilombolas no Brasil e a luta por demarcação e titulação • A luta pela reforma agrária no Brasil: as ligas camponesas e o MST • A violência no campo no Brasil contemporâneo • Diferentes modelos de produção agrícola no Brasil e seus impactos ambientais • As interações campo-cidade na realidade brasileira contemporânea	• Direitos da Criança e do Adolescente • Trabalho • Vida Familiar e Social • Educação Alimentar e Nutricional
2 Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar	• A importância do solo como recurso natural • Processos de formação, composições e horizontes do solo • Os solos brasileiros e suas características • Problemas socioambientais relacionados ao uso do solo: erosão, desertificação, arenização, salinização e agrotóxicos • Devastação ambiental, pecuária convencional e pandemias • Soluções sustentáveis: conservação do solo e sistemas agroecológicos e agroflorestais • Mapas topográficos e zoneamento sustentável • A fome como um problema ético e os bolsões de pobreza no Brasil contemporâneo	

Objetivos

- Relacionar a fome com as questões agrárias no Brasil.
- Relacionar as desigualdades sociais com a história de concentração de terras no Brasil.
- Identificar os arranjos territoriais brasileiros e sua relação com a economia agroindustrial.
- Compreender a dinâmica dos problemas ambientais no campo, em especial aqueles relacionados ao uso do solo.
- Conhecer e valorizar alternativas sustentáveis de produção agrícola.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Justificativa

A unidade tem como objetivo principal a **compreensão da sociedade brasileira**, sob a perspectiva das relações entre as **dinâmicas agrárias** e os **problemas socioambientais**, como a fome, a insegurança alimentar, as desigualdades, os impactos de diferentes modelos agrários sobre a natureza e os problemas relacionados ao uso do solo.

A **alimentação** é um tema importante da unidade, que propicia tanto o questionamento sobre circuitos de **produção**, **distribuição** e **consumo** de mercadorias numa sociedade capitalista quanto o aprendizado sobre aspectos específicos da sociedade brasileira. As relações entre concentração fundiária, exclusão social, migrações e insegurança alimentar são

construídas por meio da análise de processos em **diferentes períodos da história do Brasil**, desde as capitanias hereditárias até os conflitos contemporâneos que envolve, por exemplo, a grilagem de terras na Amazônia. Nesses estudos, a identificação dos arranjos territoriais brasileiros e de suas dinâmicas econômicas, demográficas e as formas de ocupação das terras possibilita compreender a diversidade do espaço agrário brasileiro.

São estudados os processos de **formação do solo** e as **características dos solos brasileiros.** Esses temas propiciam desenvolver a análise dos problemas que as atividades rurais podem ocasionar ao solo, como a **erosão**, a **desertificação**, a **arenização**, a **salinização** e o uso excessivo de **agrotóxicos**. O estudo de como ocorrem esses problemas e a investigação de suas causas naturais e sociais desenvolve a compreensão dos **impactos de diferentes modelos agrícolas** e subsidia a reflexão e formulação de propostas de atuação. Práticas como a agroecologia e a agrofloresta, entre outras, são analisadas para que os jovens conheçam e valorizem **alternativas sustentáveis de produção agrícola** tendo em vista os desafios do futuro.

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 2, 6, 7, 9 e 10
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3 e 6
Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS206, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS303, EM13CHS304, EM13CHS306, EM13CHS601, EM13CHS602.
Competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 1, 3
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias: 3

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é desenvolvida quando o estudante busca informações e aplica os conhecimentos das Ciências Humanas para a compreensão dos principais problemas socioambientais brasileiros, de maneira que ele possa continuar aprendendo e colaborando para superar desafios como a fome, as desigualdades e os impactos ambientais de diferentes modelos de desenvolvimento e atividades econômicas.

Competência geral 2: é contemplada nas atividades que envolvem a pesquisa, a reflexão e a análise para a investigação de causas de fenômenos naturais e sociais relacionados aos solos, às práticas agrícolas e à alimentação, com a elaboração de propostas de minimização de impactos.

Competência geral 6: é trabalhada na valorização da diversidade de modos de vida, saberes e culturas, em especial as práticas agrícolas e sociais que envolvem a interação sustentável com o meio ambiente, incluindo problematizações sobre o sentido e as formas de trabalho e a cidadania em diferentes culturas.

Competência geral 7: é desenvolvida nas atividades de debate e argumentação, com base em informações confiáveis e em temas que desenvolvem a consciência ambiental, o consumo responsável e o conhecimento sobre diferentes formas de interação entre os seres humanos e a natureza.

Competência geral 9: é contemplada no exercício do diálogo, do respeito à pluralidade de pontos de vista e na valorização de diferentes grupos sociais, saberes e modelos de produção que caracterizam o campo no Brasil. Dessa maneira, os jovens podem atuar na busca de alternativas para as desigualdades

e os conflitos que marcam parte das relações sociais no campo brasileiro.

Competência geral 10: é trabalhada em conteúdos e atividades que provocam o jovem a agir com autonomia e responsabilidade em suas vivências cotidianas, considerando problemas como a insegurança alimentar e os impactos socioambientais em suas ações.

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica 1: é desenvolvida quando são analisados processos como a formação da estrutura fundiária brasileira, com base em diversas fontes, como mapas, obras de arte, notícias, textos de opinião e a literatura sobre a vida no campo.

Competência específica 2: é trabalhada quando os estudantes analisam a formação das estruturas agrárias brasileiras por meio da compreensão das relações de poder determinantes em eventos e processos históricos, como a criação e distribuição das capitanias hereditárias e das sesmarias, a expansão territorial realizada pelas bandeiras, a implementação da Lei de Terras e dos incentivos à imigração europeia, a luta dos indígenas e quilombolas por seus territórios e o desenvolvimento transnacional do agronegócio brasileiro.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência específica 3: é contemplada na análise das diversas formas de interação da sociedade brasileira com a natureza. A produção, a distribuição e o consumo de alimentos são analisados em seus impactos socioambientais e na avaliação de diferentes modelos econômicos e agrícolas, incluindo aqueles dos povos e das comunidades tradicionais. Em diversas atividades, os jovens formulam propostas para solucionar problemas socioambientais e o consumo responsável, principalmente de alimentos.

Competência específica 6: é trabalhada quando os jovens participam do debate crítico e plural a respeito de temas como os diferentes modelos agrícolas, as formas de enfrentar problemas sociais e ambientais e as lutas sociais no campo.

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS101: é desenvolvida na análise e comparação entre fontes e narrativas em temas como os diferentes modelos de agricultura praticados, com destaque para o agronegócio e a agricultura familiar.

EM13CHS103: é trabalhada na investigação e argumentação sobre processos sociais, como a formação da estrutura agrária brasileira, e ambientais, como a erosão e a desertificação, com base em dados científicos, destacando-se mapas e dados quantitativos relativos à agricultura brasileira e aos problemas socioambientais.

EM13CHS106: é desenvolvida na leitura de diferentes gêneros textuais, tais como mapas, gráficos, tabelas entre outras imagens, e em atividades que promovem o multiletramento para a compreensão da realidade brasileira, para a comunicação e para a resolução de problemas, contribuindo para o protagonismo do jovem.

EM13CHS201: é contemplada na análise e caracterização de dinâmicas demográficas da sociedade brasileira, como a formação da estrutura agrária, a dinâmica de ocupação de áreas rurais em diferentes regiões, o êxodo rural e a localização das terras indígenas e quilombolas no Brasil, tendo em vista a história da colonização e da concentração fundiária. Também é trabalhada no estudo de dinâmicas econômicas, envolvendo os movimentos de mercadorias e do capital, como no caso das cadeias produtivas do agronegócio.

EM13CHS202: é desenvolvida na análise e avaliação dos impactos de tecnologias como os maquinários agrícolas e os agrotóxicos na

dinâmica das sociedades contemporâneas, incluindo aspectos econômicos, sociais, ambientais e da qualidade de vida das pessoas.

EM13CHS206: é contemplada no estudo das dinâmicas populacionais no campo, que envolvem a análise da ocupação humana e da produção do espaço nas diversas regiões do país, incluindo temas como as sesmarias, as capitanias hereditárias, a economia do açúcar, a pecuária, as bandeiras, os quilombos, a imigração de trabalhadores rurais europeus no século XIX e o êxodo rural.

EM13CHS301: é trabalhada na problematização de práticas cotidianas, sob a perspectiva de seus impactos socioambientais, em temas como a produção e o consumo de alimentos e o uso de agrotóxicos.

EM13CHS302: é desenvolvida no estudo sobre os diferentes modelos de ocupação agrícola da terra no Brasil por meio da análise e avaliação de impactos socioambientais do agronegócio, da agricultura familiar, da agroecologia, das práticas de populações locais, incluindo indígenas e quilombolas, com destaque para os modelos sustentáveis de interação com os biomas brasileiros.

EM13CHS303: é desenvolvida na avaliação e nos debates sobre a produção e o consumo de alimentos, pela promoção da segurança alimentar e pelo uso de recursos renováveis e pela percepção crítica da estreita relação entre consumo e os problemas socioambientais nas interações campo-cidade, no estudo da revolução verde e seu desenvolvimento contraditório.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS304: é desenvolvida na análise histórica dos problemas socioambientais brasileiros, bem como no estudo dos atuais impactos decorrentes de atividades agrícolas e de diferentes atores, incluindo governos, empresas, fazendeiros, grileiros, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, entre outros.

EM13CHS306: é contemplada no estudo comparativo de diferentes modelos de uso dos recursos naturais, como aqueles do agronegócio, da agricultura familiar, da agroecologia e da agrofloresta, incluindo modelos de comunidades tradicionais que promovem práticas sustentáveis, como os indígenas e os quilombolas.

EM13CHS601: é trabalhada na análise das lutas indígenas e quilombolas pela garantia de suas terras, em conteúdos que contextualizam a relação desses povos com seus territórios tradicionais, bem como seus modos de vida, suas práticas agrícolas e suas estratégias de luta por direitos.

EM13CHS606: é contemplada na análise da sociedade brasileira fundamentada em dados econômicos e demográficos, gráficos, entre outras fontes. Diversos mapas são lidos e analisados ao longo dos percursos, em temas como a formação histórica da estrutura agrária brasileira, a localização e a dimensão das terras dos povos e das comunidades tradicionais, entre outros.

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias

Competência específica 3: é desenvolvida quando o estudante exerce autoria elaborando redações com temas que promovem a argumentação crítica, criativa, ética e solidária. Na unidade, os jovens escrevem sobre os fundamentos históricos da estrutura agrária brasileira, relacionando-os aos problemas atuais, bem como sobre as relações de oposição e complementaridade entre campo e cidade na realidade contemporânea.

Competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência específica 1: é trabalhada quando são analisados processos físicos e químicos de formação do solo, em

conexão com os conhecimentos da Geografia Física, assim como na proposição de ações para o uso mais adequado dos solos brasileiros, levando à minimização de impactos socioambientais e à melhoria das condições de vida da população rural e urbana, inclusive no que diz respeito à segurança alimentar.

Competência específica 3: é desenvolvida quando são avaliados os usos do solo e seus impactos na realidade brasileira por meio de situações-problema sobre os impactos socioambientais relacionados à agropecuária e à mineração e sobre a questão da subnutrição, considerando as demandas locais e regionais do país, com especial atenção aos bolsões de pobreza no campo.

Perfil do professor

A unidade poderá ser trabalhada pelo professor de **Geografia**, que terá condições de desenvolver os temas da fome, da segurança alimentar, das estruturas e dinâmicas agrárias brasileiras e dos impactos socioambientais de diferentes modelos agrícolas praticados no país. Processos de formação dos solos, [illegible] das técnicas de transformação da natureza, serão mais bem compreendidos com os conhecimentos, conceitos e métodos propiciados por essa formação.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O professor de **História** também terá a oportunidade de desenvolver o estudo de processos como a formação e dinâmica populacional no campo e os modelos econômicos de diferentes períodos da história colonial, imperial e republicana. Além disso, poderá subsidiar o estudo sobre a violência no campo e sobre as lutas de indígenas e quilombolas para manter modos de vida e formas sustentáveis de interação com a natureza e as lutas pela garantia de suas terras.

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 8–9

Respostas

1. Deve ser enfatizada a diferença na qualidade dos alimentos segundo a situação social dos indivíduos, por exemplo, a maior variedade e a grande presença de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos na dieta de pessoas que têm maior poder aquisitivo; ao passo que as pessoas de baixa renda têm opções limitadas, consumindo muitos alimentos processados e pobres em nutrientes.
2. Utilize essa problematização para que os estudantes observem a cadeia de produção, circulação e consumo, de maneira a visualizar os impactos das características da produção rural na vida das pessoas tanto no campo quanto na cidade. Espera-se que relacionem a fome com deficiências no acesso a alimentos produzidos nas áreas rurais, que podem envolver tanto a produção quanto a distribuição deles, além da renda dos consumidores. No que diz respeito especificamente à distribuição de terras, a relação com a fome está associada ao fato de que a pequena propriedade familiar responde pela oferta de uma ampla variedade de alimentos, enquanto as grandes propriedades do agronegócio produzem primordialmente grãos e carne para o mercado internacional.
3. Ouça os estudantes a fim de propiciar a pluralidade de opiniões. As soluções propostas devem responder tanto aos problemas do campo (a miséria, a superexploração e o êxodo rural provocados pela concentração fundiária) quanto aos problemas que também atingem a cidade (a deficiência no acesso a alimentos de qualidade a baixos custos e os impactos do êxodo rural nas cidades). A questão introduz o tema da reforma agrária, que será desenvolvido ao longo do percurso.

Páginas 10–11

A segurança alimentar

O texto de abertura introduz a questão da persistência do problema da fome no Brasil e no mundo. Com isso, visa estimular o pensamento crítico sobre esse tema tão importante, convidando os estudantes a refletir ativamente sobre o assunto com base em dados, informações e questionamentos. Destaque a informação de que uma em cada quatro pessoas no mundo não

têm uma alimentação nutritiva e suficiente. Ao abordar o tema da qualidade nutricional dos alimentos consumidos pelos mais pobres, é possível fazer uma rápida consulta de preços em supermercados, contrapondo alimentos como vegetais orgânicos/comuns (com agrotóxicos); carnes frescas/processadas (salsichas, *steaks* de frango etc.); sucos naturais orgânicos/refrigerantes; entre outras possibilidades. Ao longo do trabalho desta unidade, preste atenção a falas gordofóbicas e as corrija, salientando que a estética magra não pode ser sempre associada à saúde, assim como a gorda não pode ser sempre associada à doença. A fim de introduzir o assunto desta unidade, pode ser convidado um profissional de nutrição para conversar e tirar dúvidas dos estudantes acerca de alimentação saudável e disfunções alimentares, as quais são muito comuns na adolescência.

A segurança alimentar no Brasil

Respostas

1. Leite, água, feijão e poucos restos de alimentos.
2. Não, pois há escassez de comida na geladeira e faltam grupos alimentares fundamentais à boa alimentação.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante considere em sua resposta a qualidade nutricional. Dietas alimentares pobres ou pouco diversificadas são as principais causas da desnutrição, que não é um problema apenas de quantidade de alimentos consumidos, mas também de qualidade nutricional. Dessa forma, devem ser mencionadas frutas, verduras, legumes, carnes, grãos etc.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. A desigualdade no acesso a alimentos de qualidade e a outros bens e serviços básicos.
2. Uma criança que tenha sofrido deficiência nutricional tem um risco muito maior de vir a desenvolver obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Portanto, a desnutrição é também causa da obesidade e de problemas como hipertensão e diabetes.
3. Políticas públicas que garantam o acesso a alimentos saudáveis e a informações adequadas, além de instrumentos aos quais a população possa recorrer quando o direito à alimentação é negado.
4. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reconheça a insegurança alimentar como um problema grave e persistente na realidade brasileira, relacionado, entre outras coisas, ao modelo capitalista de produção. Assim, é importante destacar também a complexidade de uma solução rural para o problema, já que não se trata simplesmente de produzir uma maior quantidade de alimentos. O simples aumento quantitativo não resolve o problema da segurança alimentar, como demonstram os dados sobre a produção recorde de grãos em 2020. A forma desse crescimento, com concentração de terras e produção voltada para a agroindústria de exportação, não serve ao enfrentamento do problema, que demandaria o desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis por pequenos agricultores.

Percurso 1

Caminhos do Brasil rural

Página 12

Respostas

1. Resposta pessoal. Caso os estudantes vivam em contexto urbano, podem ser relacionados ao mundo rural elementos como os alimentos (frutas, verduras, carnes etc.), a água (geralmente proveniente de mananciais em áreas rurais próximo às cidades) e bens culturais como formas de expressão artísticas (a música sertaneja, por exemplo), entre outras possibilidades. Se o contexto dos estudantes é rural, a pergunta pode ser invertida, referindo-se aos elementos urbanos, neste caso incluindo bens industrializados, produtos da indústria cultural, entre outros.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes que vivem em contexto urbano observem a dependência da cidade com relação ao campo, em especial quanto à produção de alimentos.

Análise: O espaço rural: interação entre produção agrícola e indústria

O boxe visa provocar os estudantes a pensar criticamente sobre a visão dualista e as interações entre campo e cidade, algo que será desenvolvido de diferentes maneiras durante o percurso.

Respostas

1. Primário (os campos cultivados ao fundo); secundário (a agroindústria no centro da fotografia).
2. A presença de grandes construções, a poluição visual, ambiental e sonora, o desmatamento, a maior presença de pessoas vindas de outros locais.

3. Em determinadas regiões do país essa definição não é válida, em razão da grande presença de indústrias, hotéis e outros empreendimentos dos setores secundário e terciário. Ainda assim, porém, a definição pode ser aplicada a diversas áreas rurais do país.

Página 13

As capitanias hereditárias

Introduza o conteúdo sobre a história da estrutura agrária brasileira relacionando-a à colonização europeia. Contextualize as capitanias no início do processo de imposição do domínio europeu sobre o território americano e as populações que já o habitavam. O conceito de uso privado da terra, que não existia para as sociedades ameríndias, foi implantado como parte das políticas da Coroa portuguesa, numa época de formação do capitalismo. Tanto as capitanias quanto as sesmarias são caracterizadas por relações entre o poder real e agentes privados, que se responsabilizam por tornar as terras coloniais lucrativas para a metrópole em troca da posse privada de terras. No caso das donatárias, é importante destacar também o poder político, administrativo e militar dos capitães-donatários, principais autoridades dos primeiros tempos de colonização.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise: O Império Português

Respostas

1. América, Europa, África e Ásia.
2. As sesmarias foram distribuídas visando ao financiamento e à organização da produção agrícola nas terras brasileiras. Por meio desse sistema, Portugal garantia a produção de itens a serem vendidos no mercado europeu, integrando o território brasileiro ao circuito comercial do Império. Essa dinâmica se articulava em meio ao processo de mundialização do mercantilismo, marcado pelo trânsito cada vez mais intenso de pessoas e mercadorias pelos diferentes continentes. Para tornar o tema mais próximo aos estudantes, é interessante pedir exemplos de produtos consumidos atualmente por eles, de modo a observar a continuidade da racionalidade e o caráter global da produção de mercadorias.

Página 14

Respostas

1. A concentração de terras está intrinsecamente relacionada ao poder em mãos de donatários e à concentração existente na estrutura agrária contemporânea.
2. Sim, pois os estados das porções norte e leste da atual Região Nordeste têm fronteiras semelhantes às das capitanias hereditárias retratadas no mapa.

Página 15

Economia do açúcar

Apresente o negócio do açúcar no Período Colonial, considerando sua dimensão atlântica ao articular as margens do oceano em três continentes: na Europa (onde era consumido o açúcar, realizavam-se os investimentos e se concentrava boa parte dos lucros), na África (onde as feitorias europeias organizavam o tráfico de pessoas escravizadas) e na América (onde o açúcar era produzido por pessoas escravizadas para ser vendido na Europa). Destaque também que as técnicas e tecnologias de beneficiamento da cana-de-açúcar eram inovadoras na época, tratando-se de um ramo bastante moderno da economia. A sociedade do açúcar era marcadamente moderna e estava plenamente integrada ao dinamismo da economia capitalista em formação, sendo um dos negócios mais importantes da época.

Ao explorar os diferentes setores da economia, problematize o que levou ao desenvolvimento deles. Os pequenos produtores de alimentos eram indispensáveis para manter a população livre e a escravizada, que se dedicava à produção de açúcar. As drogas do sertão foram, assim como o açúcar, um negócio que os europeus exploraram, porém, tratavam-se principalmente de atividades extrativistas que utilizavam os conhecimentos e a mão de obra dos povos indígenas da Amazônia. Contudo, a finalidade mercantil e o controle português da atividade são características comuns aos diferentes setores exportadores da economia colonial.

As bandeiras foram motivadas, sobretudo, pela captura e escravização de indígenas, que eram explorados pelos próprios organizadores das expedições ou vendidos para proprietários de São Paulo e do Rio de Janeiro. A busca por metais preciosos, a comercialização das drogas do sertão, as expedições contra quilombos, entre outras atividades praticadas pelos bandeirantes, devem ser mencionadas sem que a motivação principal seja descaracterizada.

Página 16

Análise: Monumentos polêmicos

Ao trabalhar o boxe, estimule os estudantes a pensar em outros monumentos que representam visões unilaterais da história e que podem, por isso, sofrer a mesma crítica do Monumento às Bandeiras. Os monumentos aos bandeirantes são muito comuns em estados como São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Além deles, também representam personagens ligados à violência da colonização os navegadores, governadores coloniais, chefes militares, entre outros.

Respostas

1. Argumento favorável: o fato de o monumento homenagear os responsáveis pelo massacre e pela escravização [illegible] contrário: o desaparecimento do monumento levará ao esquecimento da história.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a crítica aos monumentos com a violência do processo de colonização, sendo os bandeirantes personagens diretamente responsáveis por ela. É possível argumentar tanto pela derrubada quanto pela manutenção do monumento, ou ainda pela releitura dele. Por exemplo, o monumento poderia ser transformado para passar a contar também a perspectiva indígena sobre o processo, evitando a identificação dos bandeirantes simplesmente como heróis da construção da nacionalidade. Diversas intervenções já foram feitas nesse sentido com relação ao monumento, como a pichação "Bandeirantes assassinos", em 2013; a colocação de faixas com os dizeres "Guarani" (na frente) e "Bandeirantes de ontem, Ruralistas de hoje" (na lateral), em 2014; e as manchas de tinta vermelha representando o sangue indígena, em diferentes momentos.
3. A representação heroica da figura do bandeirante, em especial no caso do Borba Gato, silencia sobre as perspectivas indígenas e africanas da formação da sociedade brasileira, já que do ponto de vista dos que foram alvos da escravização e do extermínio protagonizados pelos bandeirantes sua ação não foi construtiva, mas fundamentalmente destrutiva. No caso do Monumento às Bandeiras, há uma representação das diferentes matrizes étnicas brasileiras, numa perspectiva de elogio da miscigenação. Porém, também neste caso, a valorização heroica do bandeirante, tido como construtor da nação, silencia sobre sua atuação destrutiva na relação com os indígenas e quilombolas que foram alvos de suas expedições.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 17

A pecuária

Introduza a história da pecuária no Período Colonial de maneira a complementar a análise com base na sociedade do açúcar. A princípio, o gado servia à alimentação, tração animal e produção de couro, atividades que subsidiavam a produção açucareira, dando condições para sua lucratividade. Contudo, o mercado de gado passou a se desenvolver com relativa autonomia, extravasando seu papel complementar da exportação e se tornando um setor importante por si só nas sociedades coloniais.

Análise: A pecuária e o mundo rural

O objetivo é refletir sobre as diferenças e as permanências na forma pela qual a pecuária integra nossa vida, ainda que de modo muitas vezes invisível. O tema pode mobilizar a reflexão em torno da permanente importância do gado em diferentes aspectos da vida econômica, cultural e social do país.

Respostas

1. Na imagem, o gado tem função de transporte de pessoas e produtos. Durante o Período Colonial, o gado era largamente utilizado para tração, sendo um elemento importante da organização social dentro e fora dos engenhos.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem atentar para itens como vestuário (couro) e alimentação (carne, leite etc.).

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes visualizem a importância da pecuária em seu cotidiano, de maneira que imaginem uma realidade diversa da atual. Certamente haveria grandes transformações na dieta da maioria da população. Além disso, haveria uma demanda maior por alternativas à carne, ao leite, ao couro etc., o que poderia levar ao desenvolvimento de outros setores da economia. Podem ser observados tanto aspectos positivos quanto negativos dos impactos da pecuária no cotidiano.

Página 18

Período Imperial

Contextualize a Independência do Brasil como momento importante do processo de formação do Estado nacional, quando não só o Brasil se separa politicamente de Portugal mas também um novo regime de leis é instituído, com base em princípios liberais, primeiramente nas Cortes de Lisboa, consolidando-se com a Constituição de 1824. Diversas legislações (como as que regiam a política, a justiça criminal, as relações comerciais etc.) foram implementadas pouco depois da independência, entre as décadas de 1820 e 1830. Contudo, a legislação agrária ficou sem regulamentação, já que a separação de Portugal encerrou a cessão de sesmarias.

A Lei de Terras

Desenvolva as noções de "terras devolutas" e de "terras produtivas" com base na observação do processo histórico no qual áreas que já são habitadas e organizadas de forma não capitalista (por indígenas, quilombolas, lavradores pobres etc.) são consideradas "devolutas" e apenas se tornam "produtivas" quando integradas à economia capitalista. Ressalte o duplo papel da Lei de Terras, que ao mesmo tempo restringia o acesso à terra a quem tivesse dinheiro (transformando a terra em mercadoria) e dava nova forma legal à expropriação de terras de indígenas, quilombolas e pobres do campo (obrigando-os a vender sua força de trabalho, já que não podiam mais reproduzir seus modos de vida).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Contextualize o predomínio brasileiro no mercado mundial de café durante o século XIX, que se sustentava na produção escravista em grande escala, principalmente nas fazendas do Vale do Paraíba, onde a Mata Atlântica foi rapidamente devastada para dar lugar aos cafezais. A demanda internacional pelo café estava articulada à Revolução Industrial e à urbanização na Europa e nos Estados Unidos, sendo essa bebida usada como estimulante para o trabalho em jornadas exaustivas e repetitivas. Dessa maneira, é possível reforçar as vinculações entre a história agrária brasileira e a dinâmica do mercado mundial capitalista.

Desenvolva com os estudantes os pontos a seguir para aprofundar o tema da Lei de Terras:

- Podemos dizer que a Lei de Terras significou uma mudança na estrutura fundiária brasileira?

Sim, já que estabeleceu um mercado de terras, regulando e limitando o acesso à propriedade agrária.

- Quem se beneficiou com as mudanças trazidas por ela?

Os beneficiários foram os que tinham dinheiro para comprar terras, como aqueles que já eram grandes proprietários rurais.

- Quais foram as consequências para os trabalhadores pobres?

Na impossibilidade da posse de terra para o trabalho, restaram alternativas como trabalhar para grandes proprietários ou migrar para as cidades.

- É possível sentir os efeitos da Lei de Terras na estrutura fundiária do Brasil de hoje?

É possível, pois a Lei de Terras estabeleceu um mercado fundiário marcado pela concentração de terras, característica que persiste até hoje.

Página 19

Análise: A imigração europeia no século XIX

Contextualize o período da migração em massa relacionando-o ao processo de crise e abolição do tráfico negreiro (1850) e da escravidão (1888), o que levou a uma demanda por mão de obra agrária de outras origens. Relacione também a chegada dos imigrantes com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, que espoliou terras tradicionalmente ocupadas por camponeses, desarticulou economias rurais tradicionais e promoveu a proletarização dessas pessoas, que passaram a buscar oportunidades fora do continente europeu.

Respostas

1. Semelhanças: más condições de trabalho; dependência com relação ao proprietário da terra. Diferenças: apesar das dívidas, os imigrantes não eram propriedade do fazendeiro; os imigrantes podiam, em tese, ter acesso ao lucro gerado pela produção, ainda que isso muitas vezes fosse inviabilizado pelas dívidas; os imigrantes não estavam legalmente sujeitos a um regime que permitia torturas, separação de famílias pela venda de pessoas, entre outras práticas comuns no regime escravista.
2. Resposta pessoal. Ao debater a questão e as respostas com [illegible] condições muito diversas e desiguais entre os estrangeiros que trabalham no Brasil. Existem desde executivos de países desenvolvidos, que geralmente não são só acolhidos como têm prestígio social no Brasil, até trabalhadores que sofrem com a exclusão da cidadania, más condições de trabalho e a violência racial, como ocorre com comunidades imigrantes da Bolívia, do Haiti e de diversos países do continente africano.

   Como forma de complementação, pode ser sugerido um trabalho de campo em que as duplas entrevistem estrangeiros que atualmente vivem e trabalham no Brasil. Eles devem perguntar como os estrangeiros avaliam sua situação no país quanto às condições de vida, de trabalho e de acesso a direitos como saúde e moradia. Caso seja difícil encontrar estrangeiros, a entrevista pode ser feita com descendentes de primeiro grau deles, os quais poderão recontar as histórias de suas mães e pais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 20

Economia em arquipélagos

Respostas

1. Nas regiões sudeste e no nordeste, principalmente. A ocupação revela a permanência de aspectos do Período Colonial, quando a cultura da cana-de-açúcar se concentrava na faixa litorânea do território brasileiro, atendendo à demanda da Coroa pela exportação de açúcar. Além disso, as regiões correspondem em grande parte às antigas capitanias de Pernambuco e de São Vicente, as duas regiões que mais prosperaram na produção de açúcar durante esse período.
2. Sudeste, especialmente São Paulo. Com o crescimento do mercado exportador de café, essa região viveu um grande crescimento econômico durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, ganhando grande destaque no cenário nacional. O forte desenvolvimento vivenciado durante esse período fez com que o estado de São Paulo se consolidasse como potência econômica, possibilitando a industrialização e o rápido crescimento urbano com efeitos que persistem até hoje.

Página 21

Período Republicano

Contextualize a construção do regime republicano relacionando-o à afirmação de um ideal de progresso que valorizava a cidade como o futuro e identificava o campo como o atraso. Essa relação pode ser desenvolvida por meio de uma leitura da Bandeira Nacional e de seu lema, que tem inspiração positivista, mas foi escolhido num contexto em que, em meio a profundas instabilidades políticas e um predomínio rural na economia, havia a demanda pela ordem (identificada com uma limitação da participação política) e pelo progresso (identificado com o modelo capitalista, industrial e urbano de desenvolvimento).

Análise: O Jeca Tatu

Para aprofundar este conteúdo pode ser apresentado aos estudantes o filme *Jeca Tatu*, estrelado por Mazzaropi. Com base nas reflexões propostas pelo filme pode ser realizada uma roda de conversa sobre os temas abordados ao longo de percurso, tendo como guia as seguintes questões:

- Como o Jeca Tatu é representado no filme?
- A questão da concentração de terras aparece na história? De que maneira?
- Como é a relação entre o coronel e o Jeca?
- O que significa a guinada final, quando Jeca se torna coronel?

Respostas

1. Resposta pessoal. No senso comum, essas palavras são usadas de maneira preconceituosa contra pessoas pobres das áreas rurais. Problematize essa visão, lembrando que os trabalhadores rurais têm conhecimentos muito importantes, que historicamente são desvalorizados diante da cultura letrada das elites. Além disso, a suposta "preguiça" do Jeca pode ser relacionada a modos de vida não orientados para o lucro, nos quais o trabalho se organiza de formas diversas, já que não é considerado um valor por si só. Portanto, existe tanto um preconceito social quanto uma naturalização do trabalho capitalista na imagem do Jeca como "ignorante" ou "preguiçoso".

Página 22

Respostas

1. Ao transformar profundamente o processo de produção agrícola, a assim chamada Revolução Verde gerou uma forte mecanização do campo. Com isso, foram necessárias cada vez menos pessoas para trabalhar na agricultura, uma vez que grande parte da mão de obra foi substituída por máquinas, visando à eficiência e [illegible] dução.
2. Pontos positivos: [illegible] de, diminuição de perdas por pragas, maior eficiência na produção, maior lucratividade para os produtores. Pontos negativos: aumento do desemprego no campo, aumento do uso de substâncias químicas (como agrotóxicos) e dificuldade de acesso às máquinas por parte dos produtores com menor poder aquisitivo.
3. Não, pois ela não impactou a distribuição de alimentos, apesar do aumento da produção. Além disso, o alto preço das máquinas e insumos impediu que as inovações alcançassem os pequenos produtores, especialmente nas regiões mais pobres do país. O principal destino do maquinário são os latifúndios agroexportadores, cuja produção tem aumentado significativamente, mas não permanece no país, já que sua comercialização ocorre em mercados transnacionais. É desejável também que os estudantes relacionem essa pergunta à permanência do problema da fome no Brasil.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 23

Análise: A falta de trabalho no campo e a vida precária nas cidades

O objetivo é que os estudantes reflitam sobre os impactos das transformações produtivas no campo para além da realidade rural. Nesse sentido, é retomada a proposta da abertura do percurso, de desconstruir a ideia de oposição entre campo e cidade como realidades autônomas e apartadas.

Respostas

1. A imagem à esquerda mostra uma propriedade vazia, sem produção, fronteiriça com um latifúndio, numa paisagem sem pessoas; a imagem à direita mostra uma multidão em uma cidade, com trânsito e grande poluição visual e sonora.
2. As diferenças se relacionam à quantidade de pessoas em cada uma das paisagens. Enquanto em uma não há pessoas, na outra há caos e excesso de pessoas.
3. A relação entre as duas imagens se explica pelo fato de que, em função do alto grau de concentração fundiária e da forte mecanização do campo, os pequenos produtores migraram para as grandes cidades em busca de trabalho. Com isso, as metrópoles, especialmente as periferias, ganharam grandes contingentes de pessoas no decorrer das últimas décadas, sem conseguir absorvê-las no mercado de trabalho ou se organizar urbanisticamente, de modo a garantir a qualidade de vida dos habitantes.

E hoje em dia?

O trabalho com esta seção deve relacionar seu conteúdo, sobre a estrutura agrária do Brasil atual, com os processos históricos analisados anteriormente. Assim, ao abordar a grande importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira, retome a centralidade do açúcar no Período Colonial e do café no Período Imperial, assinalando esta continuidade. No mesmo sentido, ao analisar a concentração agrária, relembre as capitanias hereditárias e as sesmarias no Período Colonial, bem como a Lei de Terras no Período Imperial. Em seguida, ao tratar da violência e da devastação relacionadas aos avanços recentes na fronteira agrícola, remeta à expansão territorial realizada pelas

bandeiras (marcadas pela violência) no Período Colonial e à devastação da Mata Atlântica pela cafeicultura no Período Imperial.

Página 24

Análise: Os boias-frias

Ao falar das condições de trabalho (incluindo a análise dos boias-frias), retome o tema da origem escravocrata do Brasil, sendo a escravidão crucial para a grande produção de gêneros agrícolas, que incluíam a cana-de-açúcar, visando à comercialização do açúcar no mercado internacional. Quando falar da disparidade técnica entre pequenos e grandes produtores (o maquinário, em especial), lembre-se de que o engenho de açúcar era uma aplicação tecnológica no contexto do século XVI, enquanto a pequena agricultura utilizava métodos já então tradicionais (fossem eles de origem indígena, europeia ou africana). Por fim, ao abordar os índices de analfabetismo no campo, retome o estereótipo do Jeca Tatu, no sentido de diferenciar o "iletramento" de ideias como atraso e preguiça, explicando esta situação por suas causas socioeconômicas (como a maior concentração de recursos e maior oferta de serviços públicos e privados no espaço urbano, incluindo as escolas de Educação Básica) e políticas [illegible] do Estado às demandas do campo ao longo da história brasileira).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A atividade visa apresentar aos estudantes as questões que envolvem a precarização do trabalho agrícola. A intenção é que eles possam relacionar a situação dos boias-frias com os processos históricos e sociais desenvolvidos no decorrer do percurso, sentindo-se estimulados a pensar em soluções para esse grave problema.

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante relacione o trabalho dos boias-frias com adjetivos como difícil, pesado, exaustivo, cansativo, entre outros, associados ao conteúdo do texto.
2. A concentração fundiária impede que muitos trabalhadores rurais tenham acesso à terra, ficando, assim, dependentes do trabalho oferecido pelos grandes fazendeiros para que possam garantir sua sobrevivência.
3. Resposta pessoal. As soluções apresentadas devem estar relacionadas com os processos discutidos no decorrer do percurso. As propostas podem incluir o acesso à terra por famílias de trabalhadores rurais, para que se tornem pequenos produtores; a limitação da concentração de terras por grandes proprietários; melhorias trabalhistas como a regulamentação, controle e redução das jornadas; mudanças na forma de remuneração; entre outras.

Página 25

As mulheres e o trabalho no campo

A atividade visa à reflexão sobre as especificidades do trabalho feminino no campo. Para isso, apresenta um texto sobre a importância das mulheres na produção agrícola, oferecendo um ponto de vista pouco usual sobre o assunto.

Respostas

1. De acordo com o texto, a participação feminina pode levar ao aumento de até 40% na produção de alimentos, pois 90% do que elas ganham é revertido em educação e promoção do bem-estar familiar. Isso resultaria em uma melhora das condições de vida no campo e no consequente aumento da produtividade.
2. O preconceito derivado da desigualdade de gênero, o fato de as mulheres trabalharem, em média, 12 horas a mais do que os homens e de serem minoria no comando da produção.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que a desigualdade de gênero também ocorre no meio urbano. Estimule-os a compartilhar exemplos e experiências, de modo a tornar a discussão mais rica e diversificada. Apesar das especificidades, existem problemas comuns na cidade e no campo, como a maior concentração de meios de produção nas mãos dos homens, a desigualdade de salários e a jornada mais extenuante para as mulheres, em razão da "dupla jornada" (trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado).
4. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante elabore propostas que levem em consideração as desigualdades e os problemas específicos enfrentados pelas mulheres do campo. As respostas podem incluir medidas diversas: econômicas (como o acesso à terra), trabalhistas (como a efetivação da igualdade de salários, jornadas e condições de trabalho) ou sociais (como o combate ao machismo nas práticas cotidianas).

Página 26

Demarcação das terras indígenas

Problematize o discurso que afirma que há "muita terra para pouco índio", primeiramente com base na informação de que 13,8% do território nacional é formado por terras indígenas, somadas àquelas que estão em diferentes etapas de demarcação. Contextualize a produção de discursos como esse relacionando-a aos interesses de setores econômicos que envolvem o garimpo, a extração de madeira e o agronegócio, responsáveis pelo avanço sobre terras indígenas. Também problematize esse discurso quanto à ideia de que a função da terra só pode ser avaliada por sua produtividade para a economia capitalista. As formas de vida econômica das sociedades indígenas são baseadas na interação não destrutiva com o meio ambiente, demandando a preservação de florestas e rios. A produtividade e a percepção da terra como mero recurso a ser explorado não fazem parte dessa visão de mundo.

Comente os direitos dos indígenas à terra, à autonomia e ao respeito a suas culturas e formas de vida, relacionando-os à Constituição de 1988. Trata-se de um marco central na garantia da demarcação e proteção das terras indígenas. Na Constituição, são reconhecidas a importância da terra para a atividade produtiva dos grupos indígenas e sua relevância para reprodução física, social e cultural.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 27

As terras quilombolas

Contextualize a formação de quilombos no período escravista da história do Brasil, relacionando-os à busca por liberdade diante do escravismo estabelecido pelos colonizadores europeus (e seus descendentes nascidos no Brasil) nas fazendas e cidades. Ao abordar o tema, em especial na menção ao Quilombo dos Palmares, é importante desfazer leituras equivocadas dele, muito difundidas. Assim como no caso dos indígenas, é preciso situar as falas que buscam deslegitimar as demandas dos povos tradicionais por interesse em suas terras, além de problematizar preconceitos e desnaturalizar a ideia de produtividade em seu sentido capitalista.

Respostas

1. A região nordeste foi a que mais recebeu africanos escravizados durante o Período Colonial, principalmente em função da economia do açúcar (ainda que, no Período Imperial, o sudeste tenha atingido uma escala maior). Esse fato ajuda a explicar a maior concentração de comunidades remanescentes de quilombos na região.
2. Resposta pessoal. Comente com os estudantes que o processo de titulação de terras quilombolas envolve muitas etapas e grande burocracia. Além disso, o reconhecimento da legitimidade das comunidades quilombolas costuma ser mais difícil do que o das comunidades indígenas. Isso acontece porque a identidade cultural quilombola não é amplamente aceita como no caso indígena, fazendo com que essas comunidades enfrentem preconceito durante o processo de titulação.

Página 28

As ligas camponesas

Sobre as ligas camponesas, destaque a atuação do Regime Civil-Militar, que, além da repressão, utilizou o Estatuto da Terra como instrumento para frear as mobilizações, já que prometia condicionar a propriedade da terra ao cumprimento de sua função social. O estatuto nunca saiu do papel, e a agricultura foi modernizada pela Revolução Verde, que concentrou ainda mais a propriedade fundiária. As forças coercitivas do Estado foram utilizadas, naquele contexto, para dar suporte aos interesses dos latifundiários na espoliação e exploração de lavradores.

Página 29

A Constituição de 1988 e a função social da terra

Desenvolva o conceito de função social da propriedade utilizado no Estatuto da Terra

(1964) e na Constituição de 1988 para definir quais terras seriam desapropriadas (mediante indenização) e divididas entre agricultores pobres. A função social é importante por condicionar a propriedade ao uso efetivo da terra, já que boa parte dela é usada para especulação por pessoas que têm sua posse legal sem ocupá-la de fato. É importante enfatizar que comunidades tradicionais que demandam territórios, como indígenas e quilombolas, cumprem funções sociais de possibilitar seu modo de vida, não se tratando de "propriedades improdutivas", e sim de terras que são produtivas num sentido não capitalista.

Respostas

1. A imagem é uma oportunidade para que os estudantes consolidem o conceito de função social da terra. É importante ressaltar que, apesar de definido no Estatuto da Terra de 1964, ele só foi efetivamente implementado com a Constituição de 1988. Os dizeres "Terra para produzir comida / Não ao deserto verde" contrapõem a agricultura familiar (praticada por pequenos proprietários para a produção de alimentos) à agricultura fundamentada na monocultura, na mecanização e na exportação (praticada por grandes proprietários e empresas para a produção de soja, cana-de-açúcar, gado etc.). O protesto reivindica, portanto, que a terra sirva primordialmente à alimentação da população brasileira e não à ampliação dos lucros de alguns poucos proprietários privados.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Contextualize a formação do MST no período de transição do Regime Civil-Militar para a democracia no Brasil. Descreva a estratégia das ocupações de terras que não cumprem sua função social como forma de pressionar a efetivação de leis que existiam no Brasil desde o Estatuto da Terra. Aborde a produção agroecológica de alimentos orgânicos como uma das atividades centrais do MST hoje.

Página 30

Análise: Famílias em acampamentos

Respostas

1. Lona, plástico e pedaços de madeira.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes descrevam as condições de moradia como precárias e inadequadas, entre outros termos.
3. Os acampamentos são parte fundamental da estratégia do MST, centrada na ocupação de terras improdutivas. Por meio deles, o MST visa chamar a atenção do governo para a existência dessas terras, pressionando pela desapropriação e efetivação do princípio da função social da propriedade agrária.

Violência no campo

Evidencie os conceitos de posseiros e grileiros na descrição da disputa por terras devolutas. Destaque os dados sobre os envolvidos em conflitos, com posseiros, sem-terra, camponeses assentados, indígenas e quilombolas sendo os principais vitimados, enquanto 74% dos protagonistas da violência são fazendeiros, empresários e grileiros. Dessa forma, é possível chamar a atenção para a assimetria desses conflitos.

Páginas 32–33

Análise: A produção no campo

Respostas

1. A imagem 1 representa o sistema intensivo; a 2, o sistema extensivo.
2. Na imagem 1: grande extensão de terra e a presença da colheitadeira na plantação de algodão. Na imagem 2: pequeno canteiro com cultivo de hortaliças, o foco sobre a mão de obra humana.
3. Sistema Intensivo: possibilita maior eficiência e volume de produção, mas provoca a erosão e o empobrecimento do solo, além de empregar pouca mão de obra. Sistema extensivo: tem menor impacto sobre o meio ambiente, mas há menor volume de produção.

O que é o agronegócio?

Respostas

Sobre a questão 3, caso não haja consumo de carne bovina, podem ser incluídos outros tipos de alimentos produzidos pelo agronegócio brasileiro cuja procedência é identificável, como grãos, vegetais congelados ou enlatados, ovos etc.

1. As etapas podem incluir: a compra e venda de terras (mercado fundiário); a construção de instalações adequadas para a criação de gado; a reprodução, a alimentação, os medicamentos, entre outras demandas ligadas à criação dos animais; o abate, a

estocagem em frigoríficos, o transporte, o corte, a embalagem, a distribuição para supermercados e açougues; a comercialização ao cliente.

2. O tempo pode variar muito, já que a carne pode ser congelada, o que prolonga sua validade.
3. Resposta pessoal. Oriente os estudantes para que descrevam o resultado de suas pesquisas sobre a origem da carne bovina consumida na casa deles. Peça que primeiro apresentem os resultados sobre a carne bovina, para que possam ser comparados, e apenas depois os resultados daqueles que não encontraram carne bovina em casa ou não a consomem. É importante valorizar as experiências pessoais compartilhadas, com diferentes relatos e pontos de vista. Se possível, localize num mapa as cidades mencionadas, de maneira a observar as diversas regiões envolvidas na produção de carne bovina e, em seguida, de outros alimentos.
4. Resposta pessoal. Cada estudante deve calcular, com base em seus resultados, a distância entre o local de procedência do alimento e o município onde reside. O cálculo da distância pode ser feito por aplicativos de localização, com mapas em um Atlas Geográfico ou no material didático.

Agricultura familiar

Desenvolva o conceito de agricultura familiar relacionando-o à produção agrícola em pequenas propriedades, nas quais as famílias que possuem a terra trabalham de maneira não mecanizada ou pouco mecanizada, com impactos reduzidos sobre o meio ambiente. Contextualize a redução de empregos no setor, tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar, no mesmo período em que há um grande crescimento da produção agrícola no país. Trata-se de uma consequência da mecanização e da concentração de terras que caracterizam a produção rural no Brasil contemporâneo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 34

Agricultura de coivara

A palavra coivara tem origem tupi, remetendo diretamente às técnicas ameríndias de cultivo do solo, anteriores à chegada dos europeus na América. Este conteúdo possibilita abordar as técnicas agrícolas, valorizando os saberes desses povos.

Agricultura familiar × agronegócio?

Retome a compreensão do agronegócio e da agricultura familiar para além de uma oposição entre esses termos. "Agronegócio" e "agricultura familiar" apresentam interesses opostos, por vezes se polarizando em torno de questões como os critérios para oferecimento de crédito rural, que definem qual setor se beneficiará mais das políticas do Estado. Contudo, no modelo econômico atual, ambos são partes complementares da economia do país, igualmente indispensáveis. O agronegócio é central para o capitalismo brasileiro, principalmente por seu papel no comércio internacional. Caso a exportação de gêneros como soja e carne bovina diminuísse drasticamente, o impacto sobre a economia seria imenso. Foi possível observar esse impacto no final de 2019, quando o preço da carne bovina disparou no Brasil devido ao aumento da exportação para a China, que desabasteceu o mercado interno. Por sua vez, a agricultura familiar alimenta os brasileiros, mantém uma interação menos destrutiva com o meio ambiente e garante o sustento de milhões de pessoas, que em muitos casos se dedicam a cuidar das próprias roças, construindo uma relação com a paisagem que não enxerga a natureza apenas como recurso e fonte de lucro.

Página 35

Análise: Campo × cidade?

Respostas

1. Na paisagem à esquerda vemos poucas árvores e muitas construções, incluindo grandes edifícios e avenida. À direita, vemos uma área rural, sem construções nem pessoas, apenas o verde da plantação e da vegetação.
2. Entre outros elementos possíveis, é importante ressaltar que a plantação do cenário rural produz alimentos para abastecer as cidades.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes listem os aspectos do meio urbano ou rural, a

depender de onde moram. Aqueles que vivem na cidade podem mencionar aspectos como os alimentos (frutas, carnes, ovos etc.), a água (geralmente de mananciais rurais próximos aos centros urbanos) etc.; enquanto os do campo poder citar aspectos urbanos como os bens industrializados (veículos, eletrodomésticos, maquinário etc.), as instituições financeiras, os órgãos do poder público e os produtos da indústria cultural (filmes, novelas etc.).

4. Resposta pessoal. A redação deve recorrer aos conceitos trabalhados no percurso, como produção, abastecimento, cadeia produtiva, consumo etc. O mais importante é a compreensão de que campo e cidade são interdependentes.

Páginas 36-37

Atividades

Respostas

1. A Lei de Terras foi a primeira legislação que regulamentou o acesso à propriedade agrária no Brasil. Ela determinava que as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda. Os rendimentos obtidos pelo governo com essas transações seriam destinados ao financiamento da imigração de europeus para trabalhar na lavoura. Portanto, a Lei de Terras contribuiu para a criação de um mercado de terras e de um mercado de trabalho assalariado. Ela é considerada um dos pontos mais importantes da consolidação da concentração fundiária na história brasileira por ter excluído a possibilidade de acesso à terra por pessoas pobres, contribuindo para a proletarização da população brasileira e o êxodo rural.

2. A Constituição de 1988 colocou em primeiro plano a questão da função social da terra. Ela estabelece que as terras que não cumprirem a função social de serem produtivas devem ser desapropriadas e disponibilizadas para a reforma agrária. Esta foi a primeira intervenção na estrutura agrária brasileira desde a Lei de Terras, em 1850, porque entre 1850 e 1988 o único meio de acesso à terra era a compra. Com a nova Constituição, o acesso tornou-se possível também por meio do assentamento em terras desapropriadas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

3. **a)** Há uma grande concentração de terras no país, muitos latifúndios não cumprem a função social da propriedade definida na Constituição e as fazendas são fruto de grilagem de terras públicas.

   b) A menor produtividade e lucratividade dos pequenos negócios, quando comparados aos grandes; a geração de empregos (embora não esteja claro como isso ocorreria, dado que a produção em grande escala é geralmente mecanizada); e o custo menor ao Estado.

   c) Resposta pessoal. Oriente os estudantes para que pesquisem argumentos contrários e favoráveis em artigos de opinião com posicionamentos diversos na imprensa e em *sites* dedicados ao tema, como aqueles dos movimentos sociais do campo.

4. Os boias-frias são trabalhadores que trabalham por empreitada, geralmente quando ocorrem as colheitas, que tornam necessária maior mobilização de mão de obra nas grandes plantações. A jornada de trabalho deles é extensa e extenuante, já que o pagamento é calculado com base na quantidade de cana cortada no dia. O transporte é geralmente realizado em caminhões, e as refeições são feitas apressadamente na própria plantação, sendo a denominação "boia-fria" originada da impossibilidade de comer uma refeição quente nessas condições.

5. A grilagem é a utilização de métodos ilícitos para se apropriar de terras devolutas ou já ocupadas por posseiros. Geralmente, trata-se de grandes empresas e fazendeiros, que contratam empresas ou indivíduos para expulsar, com ameaças, agressões ou mesmo assassinatos, comunidades de lavradores, de indígenas ou outras tradicionais. Após expulsar as famílias, os grileiros utilizam títulos de propriedade falsificados ou obtidos por meios corruptos (como a aliança com agentes do Estado) para legalizar uma posse da terra que é fruto da violência e da ilegalidade. Dessa maneira, podem especular com o valor das terras ou ampliar os negócios numa nova área. A grilagem tem sido comum em todas as regiões do Brasil, com destaque para a Amazônia, onde chama a atenção também pelos impactos ambientais do avanço da grilagem de terras sobre áreas até então preservadas por práticas sustentáveis de comunidades tradicionais.

6. **a)** A diferença é de 27%.

   b) Temporária.

   c) As matas são importantes para a conservação do solo, de mananciais hídricos e da biodiversidade. Além disso, podem abrigar predadores que controlam pragas naturalmente, melhorar as condições ambientais da propriedade, entre outras vantagens.

7. **a)** A grande mortandade de indígenas que viviam próximo do litoral durante o período de chegada dos europeus ao Brasil, em razão de doenças, guerra, escravização e destruição de seu modo de vida; o estabelecimento das principais áreas de produção escravista em áreas litorâneas, gerando processos de incorporação de novas terras nessas áreas desde o século XVI; o desenvolvimento urbano e a concentração demográfica no litoral a partir do século XIX, pressionando as áreas ocupadas por indígenas que tinham conseguido manter suas terras até então.

   b) A distância com relação aos centros mais dinâmicos do capitalismo no Brasil, desde o Período Colonial até os dias de hoje; a integração mais

recente aos circuitos de reprodução econômica do capitalismo; a resistência de modos de vida tradicionais ligadas à floresta.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam a importância das terras indígenas para a garantia dos direitos de autonomia e preservação da cultura e do modo de vida desses povos. É essencial que o problema da terra seja abordado não somente sob a perspectiva da valorização econômica mas também por meio do reconhecimento dos direitos indígenas e sua relevância para a sustentabilidade e a diversidade cultural.

8. a) A agricultura familiar é a principal fonte de alimentos da população brasileira, tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional, impulsiona economias locais, promove o desenvolvimento sustentável e propicia vínculos duradouros entre as pessoas que trabalham no campo e o ambiente rural.

b) A dificuldade em gerar lucro suficiente para que as famílias vivam com dignidade e superem a pobreza.

c) A transformação do agricultor familiar num empreendedor rural, que utilizaria estratégias para organizar seu processo produtivo, agregando valor aos produtos e inserindo-os em novos mercados. Também são mencionadas a criação de associações de pequenos produtores e a busca por mercados mais estáveis para seus produtos.

d) Resposta pessoal. Entre outras possibilidades, o apoio de órgãos que contem com técnicos e pesquisadores que orientem os produtores em suas decisões; a negociação diplomática por melhores condições de acesso dos produtores brasileiros a mercados [illegible] fiscal da produção [illegible] organização de redes de distribuição e feiras em cidades, facilitando a comercialização no mercado interno.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Percurso 2

Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar

Página 38

A importância do solo como recurso natural

Introduza o conteúdo apresentando a importância histórica das técnicas de fertilização e utilização de recursos hídricos no desenvolvimento das civilizações antigas, como as do Egito, da Mesopotâmia e da China. Essas técnicas têm sido essenciais para a segurança alimentar em diversas sociedades do passado e do presente. Contudo, elas podem também produzir efeitos negativos que requerem a atuação do poder público na preservação do solo.

Página 39

A pedogênese

Este conteúdo pode ser trabalhado em parceria com o professor de Química, propiciando um rico diálogo interdisciplinar sobre a composição química dos solos, o papel da água nesses processos e os impactos das características dos solos para a agricultura e demais aspectos da vida humana.

Respostas

1. O intemperismo químico constitui a dissolução da rocha pela ação da água. Portanto, nos climas com maior pluviosidade, é maior a infiltração de água, sendo maior o intemperismo, o que leva à formação de solos mais evoluídos. Nos climas mais secos, com menor precipitação pluviométrica, é menor o intemperismo químico e os solos são menos desenvolvidos.

2. A água é o principal agente do intemperismo químico. Quanto maior sua disponibilidade e renovação no solo, mais completas são as reações químicas desse fenômeno.

3. O estágio 4 apresenta solo mais evoluído, profundo, com os horizontes A e B bem desenvolvidos, sendo mais favorável à agricultura.

Página 40

Composição e horizontes

É recomendado o trabalho deste conteúdo de forma interdisciplinar com a área de Ciências da Natureza no que tange aos processos químicos de formação dos solos, seus impactos na vida humana e os impactos de atividades humanas como a mineração nas características do solo.

Respostas

1. Os horizontes se formaram por meio de alterações na rocha matriz provocadas pelo intemperismo e pela pedogênese.

2. Os horizontes mais importantes para a utilização agrícola são o O, o A e o B.
3. A recomendação é remover cada horizonte, reservá-los e, concluída a mineração, fazer a recomposição do solo com a ordem correta dos horizontes.
4. Com a recuperação do solo no longo prazo, é possível utilizá-lo na agricultura.

Os solos da Zona Intertropical

Desenvolva o conteúdo caracterizando os processos de lixiviação, laterização e erosão de maneira a relacioná-los com as atividades humanas, em especial a agricultura. Também neste caso é recomendado o diálogo interdisciplinar com as Ciências da Natureza no estudo de processos químico-físicos relacionados à dinâmica do solo.

A laterização é o endurecimento do solo pela concentração excessiva de ferro, formando crostas lateríticas. Pela possibilidade de ser intensificado em áreas desmatadas, esse fenômeno pode prejudicar o uso agrícola do solo.

Página 42

Respostas

1. Oriente os jovens para que acessem na internet os mapas dos solos e de relevo, climas e hidrografia do Brasil, estabelecendo comparações entre eles.
2. Entre os tipos de solo mais favoráveis para a agricultura, podem ser mencionados os latossolos, os argissolos e os nitossolos, que são solos evoluídos (portanto, mais profundos) por terem a rocha mais intemperizada.
3. Resposta pessoal. Os latossolos têm maior ocorrência no Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Os argissolos, no Norte e Sudeste. Os nitossolos, no Sul e Sudeste.
4. Resposta pessoal. Na região Mapitoba, os latossolos favorecem o agronegócio. Eles são bastante utilizados na produção de grãos, como soja, milho e arroz; os argissolos e os nitossolos são usados para diversas atividades agropastoris, sendo estes últimos mais férteis, embora bastante sujeitos à erosão.
5. Os tipos de solo com menor potencialidade agrícola são os neossolos (pouco evoluídos) e os espodossolos (arenosos e com baixa fertilidade).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 43

Respostas

1. O massapê é um solo de cor bem escura, muito fértil, bastante encontrado no litoral do Nordeste brasileiro. Ele é excelente para a agricultura e foi muito importante no estabelecimento da produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata do Nordeste a partir do século XVI. A colonização portuguesa se baseou em latifúndios monocultores com exploração do trabalho escravo. A maior parte da produção era destinada a consumidores da Europa.

Intensificação da erosão

Conceitue a erosão destacando seu caráter natural e o papel dos seres humanos em sua intensificação. O texto propicia relacionar a perda de solo por processos erosivos a seu uso em atividades agrícolas. O bioma de floresta apresenta menor perda de solo por erosão, uma vez que a copa das árvores intercepta a água da chuva, que escoa mais lentamente até a superfície. A infiltração de água é maior e o escoamento superficial é menor e mais lento. A maior perda de solo por erosão tende a ocorrer em cultivos temporários ou sazonais, uma vez que a planta é retirada após a colheita, e o solo fica exposto à erosão pluvial e eólica.

Página 45

Respostas

1. O problema ambiental é a intensificação da erosão com formação de voçoroca, uma feição erosiva esculpida pela ação da chuva.
2. Desmatamento indiscriminado e uso incorreto do solo na agropecuária.
3. Resposta pessoal. Entre as sugestões, o reflorestamento com espécies nativas do bioma local e práticas agrícolas com conservação do solo.

Respostas

1. A arenização corresponde à degradação do solo com formação de dunas de areia. Conforme demonstrado no bloco diagrama, os processos erosivos são causados pela água e pelo vento.
2. O solo apresenta textura arenosa, uma vez que foram formados por meio do intemperismo do arenito.

3. A arenização se manifesta na Campanha Gaúcha, sudoeste do Rio Grande do Sul.
4. O processo de arenização compromete o uso do solo para a agricultura e a pecuária devido à fragilidade física, baixa fertilidade e alta vulnerabilidade à erosão.
5. Resposta pessoal. Os estudantes podem citar, entre outras possibilidades, o reflorestamento e a contenção de dunas com a instalação de cercas especiais.

Página 46

Análise: Semiárido em perigo

Respostas

1. Entre as características típicas de áreas desertificadas, podem ser citadas a extensão do solo exposto e o pouco desenvolvimento da vegetação.
2. Os estados com desertificação muito forte são Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia.
3. Resposta pessoal. O estudante deve pesquisar casos concretos de desertificação e suas consequências ambientais e socioeconômicas. Entre as regiões que podem ser estudadas estão o Semiárido do Nordeste e a Faixa do Sahel, na margem sul do Deserto do Saara, na África.

Página 47

Agrotóxicos e impactos socioambientais

Contextualize o uso intensivo de agrotóxicos no Brasil mencionando a Revolução Verde, estudada no percurso anterior. Relacione seu uso ao incremento da produtividade, ao modelo intensivo de agricultura e a graves problemas (entre outros, a contaminação do solo e da água, o envenenamento de animais, o desenvolvimento de pragas mais resistentes e os diversos males à saúde de quem consome os alimentos). Por fim, associe os agrotóxicos à indústria concentrada em poucas empresas, a faturamentos bilionários e negócios globais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Devastação ambiental, pecuária convencional e pandemias

O desmatamento indiscriminado causa o desequilíbrio nos ecossistemas e favorece o contato humano com novos agentes infecciosos, como vírus e bactérias. As cadeias produtivas de criação massiva de animais para o consumo humano levam ao surgimento de vírus e bactérias mais resistentes por seleção natural, que eventualmente podem sofrer mutações e contaminar humanos. As condições propícias para novas epidemias e pandemias se devem também à utilização excessiva de medicamentos para conter doenças decorrentes da baixa imunidade dos animais submetidos a estresse extremo. A pecuária voltada à concorrência no mercado racionaliza seus processos visando ao lucro, de maneira que problemas como esse só têm se tornado uma preocupação quando as consequências já são inevitáveis. Por essas razões, hoje são discutidos tratados mais rigorosos de conservação da biodiversidade em escala global; novos acordos específicos para a proteção de animais ameaçados de extinção; a revisão de padrões de consumo e de comportamentos alimentares, a exemplo da valorização da agricultura orgânica e da agroecologia; e a mudança de racionalidade do modelo econômico, que considere outros valores que não o lucro, a produtividade e a competitividade.

Página 48

Agroecologia

Respostas

1. Resposta pessoal. A importância dos alimentos orgânicos pode ser relacionada aos impactos na saúde humana (em especial por se tratar de alimentos livres de agrotóxicos) e às características da estrutura fundiária, por se tratar de um incentivo à pequena propriedade familiar, relevante por razões sociais (como o combate à insegurança alimentar) e ambientais (tem menor impacto sobre o meio ambiente do que a agricultura patronal, vinculada ao agronegócio).
2. Resposta pessoal. Entre as propostas possíveis estão a produção em maior escala, a eliminação de intermediários na comercialização, estratégias inteligentes de distribuição e a adoção de políticas agrícolas que priorizem a produção agroecológica.

Página 49

Sistemas agroflorestais

Respostas

1. A agricultura tradicional é, por vezes, caracterizada pela monocultura nas propriedades. As modalidades de sistemas agroflorestais podem combinar agricultura, pecuária e silvicultura, o que favorece a biodiversidade e a maior fertilidade do solo, sendo também favorável ao produtor do ponto de vista econômico, uma vez que fica menos dependente de um produto específico.

Página 51

Fome, um problema ético

Ao trabalhar o boxe **Vozes**, registre a frase do autor na lousa e a proponha como reflexão: "A fome é a expressão biológica de um mal sociológico". Comente a importância do médico e geógrafo Josué de Castro como pensador da realidade social brasileira quanto à saúde e à nutrição. Caso queira desenvolver este conteúdo numa pesquisa sobre a fome no Brasil, recomenda-se o diálogo com as Ciências da Natureza, em especial com a disciplina de Biologia. Com base na frase de Josué de Castro, a atividade pode consistir no mapeamento e na análise do problema da subnutrição no Brasil e em suas causas e seus aspectos biológicos e sociológicos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise: Locais de maior pobreza no Brasil

Respostas

1. Entre os bolsões de pobreza: Bico do Papagaio (Norte e Nordeste), Portal do Descobrimento/Vale do Jequitinhonha (Sudeste e Nordeste), Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (Sul e Sudeste) e Zona da Mata Canavieira (Nordeste).
2. Entre as causas da subalimentação estão a baixa renda de parcelas significativas da população, a exclusão sob os pontos de vista social e da cidadania, as falhas nos programas e benefícios sociais, além do desperdício de alimentos e de problemas de distribuição.
3. Resposta pessoal. Neste item poderão ser elencadas ações emergenciais (como a distribuição de alimentos e a garantia de renda a famílias pobres) e estruturais (como a mudança do modelo econômico e o combate às desigualdades) para a promoção da segurança alimentar nos bolsões de pobreza.
4. Sim, porque esses problemas comprometem o aproveitamento agropecuário dos solos, diminuindo a oferta de alimento, o que pode agravar a situação de insegurança alimentar nessas regiões. A Campanha Gaúcha e o Semiárido Nordestino são exemplos de regiões nas quais esses fenômenos acontecem e onde existem bolsões de pobreza.

Página 53

Prática de pesquisa: Fome, um problema de todos nós

Peça aos estudantes que leiam o texto da ONU disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/ (acesso em: 13 ago. 2020).

- **Juntem-se e respondam!:** o texto pode ser lido na aula de apresentação, com toda a turma, seguido de uma discussão sobre o fato de essa ser uma prioridade para 2030 e por quê.

Para passar à próxima etapa do projeto, os estudantes devem ter estabelecido uma visão crítica do primeiro texto, bem como ter certa autonomia na leitura, análise e crítica das fontes apresentadas.

- **Solucionem!:** uma forma interessante de levar os estudantes a compreender a segunda fonte é pedir que façam um fichamento dos principais pontos conceituais.

Para dar conta de um processo tão complexo, algumas etapas podem ajudar o grupo a organizar o pensamento e a criatividade: compreender o problema, propor ideias diversas e rápidas que podem solucioná-lo, selecionar as ideias que parecem mais coerentes e compará-las com iniciativas reais, que o grupo pode pesquisar na internet. Por último, devem ajustar as ideias de acordo com a nova pesquisa feita para finalizar a proposta.

- **Compartilhem!:** conduza a discussão focando nas diferenças e semelhanças entre as propostas apresentadas, e procure resgatar as ideias por trás de cada uma.

Páginas 54-55

Atividades

Respostas

1. O Brasil tem uma grande diversidade de solos, predominando os latossolos e os argissolos. No geral, os solos brasileiros são propícios para a produção de alimentos quando observados em seus aspectos físicos, como profundidade. Contudo, grande parte deles tem baixa e média fertilidade em termos de nutrientes minerais.

   A maior parte do território brasileiro está localizado na Zona Intertropical, onde os solos tendem a apresentar maior profundidade, pois o calor e a maior infiltração de água aceleram o intemperismo. Os solos são propícios para a agricultura, mas menos férteis quando comparados aos das Zonas Temperadas, pois a lixiviação (lavagem do solo pela água da chuva) remove nutrientes. A alternância de períodos chuvosos e secos pode provocar o processo de laterização, uma concentração excessiva de hidróxidos de alumínio e de ferro, que torna o solo quase impermeável.

2. A laterização compromete o uso do solo para a agricultura, pois se trata de um processo que deixa os solos com menos nutrientes e dificulta a penetração de raízes.

3. Reflorestamento, cultivo em curvas de nível, terraceamento, plantio direto.

4. **a)** Curvas de nível.

   b) O plantio segue linhas de mesma altitude no terreno, para reduzir a erosão e aumentar a infiltração de água no solo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

5. Desertificação é o estágio mais grave de degradação ambiental que ocorre em áreas de clima semiárida. Suas características variam a depender da região, mas podem incluir erosão, impermeabilidade, baixa atividade biológica, vegetação incipiente na superfície, redução da evapotranspiração e da umidade e menor regularidade das chuvas. Exemplos de regiões onde o problema ocorre são a Faixa do Sahel, na África, e o semiárido do Nordeste brasileiro.

6. O fenômeno da arenização está muito relacionado com as características do solo da Campanha Gaúcha, no bioma Pampa (ou Domínio das Pradarias), no Rio Grande do Sul. O solo da região apresenta dominância de arenito, que dificulta a fixação da vegetação e está mais sujeito à erosão provocada pelas chuvas e pelo vento. O solo arenoso originou campos de dunas, denominados areais.

7. Salinização é o excesso de sais no solo, causado principalmente pela irrigação excessiva de áreas agrícolas em regiões áridas e semiáridas. A água contém sais, que se acumulam enquanto a água evapora, podendo levar à inviabilização da agricultura. Esse processo ocorre em regiões como o Mar de Aral, entre o Uzbequistão e o Cazaquistão, o Delta do Rio Nilo, no Egito, o semiárido brasileiro e algumas localidades da China.

8. Nas agroflorestas, o plantio utiliza elementos da floresta, não somente do solo mas também hídricos e biológicos. Suas vantagens são a conservação da biodiversidade, maior fertilidade dos solos e menor ocorrência de ervas daninhas.

9. **a)** 1,5 km (a escala do mapa é 1 : 50 000; a distância entre A e B é 3 cm; $3 \times 50\,000 = 150\,000$ cm = = 1,5 km)

   b) A margem a noroeste do rio, mais plana e baixa, podendo aproveitar o alagamento sazonal do rio.

   c) Na porção leste, o terreno é um declive, sendo recomendável o plantio em curva de nível, que aumenta a infiltração de água no solo e evita a erosão, à qual o terreno está sujeito.

10. Entre as questões que permanecem no Brasil muito tempo após a obra de Josué de Castro estão a concentração fundiária, o estímulo para as culturas de exportação e a subnutrição, que atinge parcelas da população em situação de pobreza extrema.

11. **a)** Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Piauí e Pará.

    b) Podem ser relacionadas medidas como a limitação e o controle sobre os agrotóxicos, a promoção da agricultura familiar, orgânica e agroecológica; a reforma agrária, a melhoria das condições de distribuição nas cidades brasileiras, o apoio técnico ao pequeno agricultor, entre outras.

12. **a)** O Vale do Jequitinhonha localiza-se entre o nordeste de Minas Gerais e o sul da Bahia. A área em questão apresenta paisagem planáltica semiárida, com vegetação de Caatinga. Entre as carências socioeconômicas, destaca-se a precariedade das condições de moradia.

    b) A região apresenta baixo índice de desenvolvimento humano e pobreza em termos de rendimentos, o que torna mais difícil o acesso a técnicas que possibilitem melhor adaptação ao ambiente.

    c) Resposta pessoal. Entre as possibilidades, o acesso a técnicas agrícolas desenvolvidas por agências oficiais e voltadas para as condições ambientais do semiárido.

UNIDADE 2 Somos uma democracia?

Temas

Percurso	Assuntos tratados	Temas Contemporâneos Transversais
3 A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais	• O conceito de "interiorização" da metrópole • A singularidade do processo de emancipação política do Brasil • A formação do Estado no Império: o processo de centralização política ao longo do século XIX • Poder Moderador, sufrágio censitário e exclusão popular na configuração do Estado brasileiro • A formação inicial do Estado brasileiro e a contradição entre liberalismo e autoritarismo • A organização jurídica e política dos fundamentos do Estado brasileiro • A exclusão político-social e a dicotomia entre Estado e Nação no Brasil dos séculos XIX e XX • A transição do império para a república e a presença dos militares na história republicana • A primazia das oligarquias agrárias na organização do Estado brasileiro na Primeira República • As transformações da década de 1920 e a necessidade de reconfiguração do Estado brasileiro	• Educação para os Direitos Humanos • Diversidade Cultural • Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras • Trabalho
4 O Estado brasileiro: dimensões sociopolíticas	• Autoritarismo e vivência democrática no Brasil entre 1930 e 1985 • Populismo, trabalhismo e nacionalismo: a reconfiguração do Estado brasileiro durante a Era Vargas • Autoritarismo e cidadania incompleta nos tempos de Vargas: controle da informação e propaganda no Estado Novo • 1946-1964: uma nova reconfiguração do Estado brasileiro e os limites da democracia populista • As contradições do projeto modernizante brasileiro • Estado brasileiro a partir de 1964: o retorno do autoritarismo e as conexões civis • Cultura, poder e cidadania em tempos de ditaduras • [illegible] e o protagonismo juvenil em regimes autoritários • A juventude durante a Ditadura Civil-Militar e seu questionamento • Transições, transações e negociações: do autoritarismo à democracia	

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Objetivos

- Compreender a história da emancipação política do Brasil.
- Conhecer o processo de formação do Estado brasileiro.
- Analisar a política e a sociedade do Brasil Imperial, com foco no processo de transição do escravismo para o trabalho livre.
- Identificar as características do Estado brasileiro republicano nos períodos de Ditadura Civil-Militar.
- Relacionar a democracia com o exercício pleno da cidadania, identificando o protagonismo dos jovens em sua construção.

Justificativa

O estudo da história política do Brasil permite que os estudantes compreendam **os fundamentos políticos e sociais do Estado brasileiro em perspectiva histórica**, conhecendo e analisando eventos e processos formativos com impactos até os dias atuais, como a escravidão, o poder

oligárquico, as mudanças de regime e os períodos ditatoriais da história nacional.

O estudo do **processo de independência** objetiva a compreensão de características cruciais da passagem de colônia a Estado nacional. Em especial, as implicações do **escravismo** nesse processo, os impactos do estabelecimento da **Corte portuguesa** no Rio de Janeiro, o processo de interiorização da metrópole, o papel da imprensa e a influência, na independência brasileira, das revoluções no mundo atlântico.

A **formação do Estado nacional** é analisada por meio da problematização das narrativas construídas para exaltar os "heróis nacionais". Nesse sentido, é estudada a própria produção da memória por líderes políticos, artistas e intelectuais do século XIX, para que os jovens percebam a formação da nacionalidade brasileira como processo de construção, que envolve intencionalidades e conflitos políticos e sociais. Por sua vez, a **Constituição de 1824** é analisada em seus objetivos de estabelecer um regime monárquico representativo liberal, no qual as oligarquias rurais poderiam negociar e definir os rumos do novo Estado nacional.

A análise [illegible] **trabalho livre** também [illegible] entender as causas e as consequências desta que foi a transformação mais importante vivida no país na segunda metade do século XIX. Temas como a expansão da cafeicultura, a pressão britânica, as políticas imigratórias e as leis de emancipação são desenvolvidos para um entendimento das complexidades desse processo e de suas consequências.

O estudo do **Brasil republicano** avança na dimensão sociopolítica dos eventos e processos marcantes da história brasileira. A mudança de regime, os conflitos sociais da **Primeira República** e as profundas transformações da **Era Vargas** são temas que introduzem o problema do autoritarismo e do histórico de ditaduras do Brasil. O período democrático de 1945 a 1964 também é abordado, com destaque para o fenômeno do populismo, a construção de Brasília e os conflitos em torno das reformas de base que motivaram o **Golpe de 1964**. Mas o enfoque principal é identificar as características dos regimes ditatoriais, em especial a montagem de sistemas de controle, vigilância e repressão da população.

Por fim, ao identificarem o **papel das juventudes na reivindicação e construção da democracia**, os jovens poderão refletir sobre a importância do exercício da cidadania e da preservação de um regime democrático. Conhecer a trajetória de experiências autoritárias do passado brasileiro é, assim, um caminho para a reflexão dos jovens sobre sua **atuação cidadã no Brasil contemporâneo**.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 7 e 10

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2 e 6

Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS602, EM13CHS603, EM13CHS606

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias: 1

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é desenvolvida quando os estudantes utilizam conhecimentos das Ciências Humanas para explicar processos sociais e políticos da história do Brasil independente. As atividades propiciam a valorização do uso desses conhecimentos

e práticas para que o jovem problematize a realidade e colabore para a construção da democracia no Brasil.

Competência geral 7: é trabalhada em diversas atividades que promovem o debate sobre temas como o populismo, os diferentes modelos de desenvolvimento econômico e as relações entre futebol e política. Ao discutirem esses e outros assuntos, os estudantes aprendem a fundamentar seus argumentos em informações confiáveis e a respeitar a pluralidade de pontos de vista, adotando um posicionamento ético e respeitoso diante de questões controversas.

Competência geral 10: é contemplada em conteúdos e atividades que promovem a autonomia, responsabilidade e ética dos jovens em suas ações cotidianas, principalmente nos temas da participação política e das relações que estabelecem com as informações e notícias no mundo digital, diante de problematizações como as notícias falsas.

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência específica 1: é desenvolvida na análise de processos históricos brasileiros, em sua dimensão política e socioeconômica, ao longo dos séculos XIX e XX. Em estudos sobre temas como a formação do Estado nacional, a transição do trabalho escravizado para o livre, a crise da monarquia, a intervenção dos militares na política, a crise da Primeira República e a montagem dos sistemas repressivos do Estado Novo e do Regime Militar de 1964, os estudantes utilizam procedimentos e conceitos diversos para compreender, avaliar e se posicionar diante da realidade política e social brasileira, com base em fontes confiáveis e de natureza científica.

Competência específica 2: é trabalhada na análise da dimensão territorial da história da formação do Estado nacional brasileiro. Entre outros temas são abordadas as mudanças nas fronteiras nacionais e nos limites interestaduais na história do Brasil, o papel da expansão econômica e territorial da cafeicultura no Sudeste para a construção do Estado e as políticas territoriais de diferentes governos, como a construção de Brasília no período de Juscelino Kubitschek e as grandes obras de integração durante a Ditadura Civil-Militar.

Competência específica 6: é contemplada nas diversas atividades que promovem debates em temas relacionados à política e à sociedade do Brasil. Por meio de assuntos como o populismo e as políticas de desenvolvimento, os estudantes aprendem a respeitar diferentes posições e a exercer a cidadania com autonomia e consciência crítica.

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS101: é desenvolvida na análise e comparação entre fontes diversas para a compreensão de processos históricos como a formação do Estado nacional, a gênese do autoritarismo da Era Vargas e a repressão política durante a Ditadura Civil-Militar de 1964.

EM13CHS103: é contemplada nas atividades que envolvem a pesquisa, com elaboração de hipóteses e composição de argumentos com base em dados e informações, que incluem diversas imagens, mapas e tabelas, além de fontes escritas de natureza diversa.

EM13CHS106: é desenvolvida no uso de mapas, gráficos, tabelas e imagens para a compreensão crítica e a reflexão acerca de processos históricos e problemas

brasileiros. Entre outros temas, destacam-se os estudos sobre a transição para o trabalho livre, quando são analisadas diversas tabelas e mapas.

EM13CHS205: é trabalhada na análise da dimensão territorial brasileira, em temas como as revoltas regenciais, a expansão da cafeicultura no Período Imperial, a urbanização relacionada à industrialização, a construção de Brasília e os projetos de integração do Regime Militar de 1964.

EM13CHS602: é contemplada na identificação de fenômenos políticos como o clientelismo, o autoritarismo e o populismo na política brasileira, em períodos ditatoriais e democráticos – em especial, os problemas do domínio oligárquico na Primeira República e a construção do autoritarismo nas ditaduras do século XX.

EM13CHS603: é desenvolvida na análise das experiências políticas brasileiras, em particular da formação do Estado nacional. O estudo das relações de poder entre pessoas e instituições, bem como os questionamentos quanto a conceitos políticos possibilitam observar e utilizar os conceitos políticos mais importantes na atualidade, como Estado, poder, governo, deputado, juiz etc.

EM13CHS606: é trabalhada nas análises da sociedade brasileira, com o uso de informações, dados, tabelas, mapas etc. Na unidade, os jovens aprendem aspectos importantes de sua formação e se percebem como protagonistas de sua própria história.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias

Competência específica 1: é desenvolvida quando os jovens mobilizam gêneros textuais (textos acadêmicos, jornalísticos, jurídicos e entrevista) e artísticos (fotografia, tirinha, pintura, charge, plano arquitetônico e cartaz) para entender e explicar a realidade. A análise das pinturas que representam a Independência do Brasil, da propaganda política da Era Vargas, do plano arquitetônico de Brasília e das músicas e imagens dos festivais durante o Regime Militar de 1964 são propícias para o trabalho com esta competência. As atividades relacionam contextos, intencionalidades e aspectos simbólicos para a explicação e interpretação crítica da realidade por meio da compreensão do funcionamento das linguagens artísticas.

Perfil do professor

A unidade pode ser explorada pelo professor de **História**, que pode desenvolver o trabalho atento às mudanças e permanências ao longo da formação do Brasil. Os conteúdos e as atividades relacionados a diferentes períodos da história nacional são abordados de maneira interdisciplinar, mas com uma importante presença dessa disciplina, que focaliza o ser humano no tempo, em suas múltiplas dimensões – em especial a formação do Estado nacional, a transição para o trabalho livre e as diferentes conjunturas, eventos e processos que envolvem o conflito entre forças democráticas e autoritárias durante o século XX no país.

O professor de **Sociologia** poderá trabalhar essas e outras temáticas da unidade de maneira a destacar o papel das relações de poder e a interação de múltiplos atores políticos e sociais na sociedade brasileira contemporânea. Fenômenos atuais como a difusão de *fake news* e os conflitos entre poderes da república podem, assim, receber um tratamento sociológico. Por sua vez, os temas da cultura (como a formação da identidade nacional no século XIX e a propaganda nacionalista de regimes autoritários do século XX) podem ser analisados com base em conceitos e abordagens dos estudos culturais e da Antropologia.

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 56-57

Respostas

1. As observações dos estudantes sobre a imagem podem incluir termos relacionados ao edifício, à cidade de Brasília, à instituição Congresso Nacional ou à política brasileira de maneira geral. Não deixe de registrar alguns termos importantes para a análise do Estado brasileiro a ser desenvolvida ao longo da unidade, como Estado, Congresso, Câmara, Senado, política, poder, deputado, leis e Brasília.
2. Aproveite para fazer uma avaliação diagnóstica do conhecimento dos estudantes a respeito da formação do Estado nacional brasileiro, conteúdo abordado no Ensino Fundamental. Alguns elementos que podem ser relacionados: a expansão colonial europeia; o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e o início das bases do aparelho estatal no país; o processo de independência liderado por D. Pedro I com reprodução das estruturas escravocratas e exportadoras; a Constituição de 1824, que estabeleceu as bases jurídicas e políticas do Estado independente; os conflitos e as revoltas do Período Imperial, a Proclamação da República, em 1889, e a Revolução de 1930.
3. Resposta pessoal. Utilize a questão para introduzir o conceito de política. A fim de estimular os estudantes, podem ser feitos questionamentos complementares, como: A política está apenas no Congresso? Quem faz a política além dos deputados e senadores? Para que serve a política? Para que ela serve?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 58-59

O Estado brasileiro: dimensões políticas

Faça um levantamento dos conhecimentos prévios da turma sobre a organização política do Estado brasileiro. Problematize eventuais manifestações de repúdio aos Poderes instituídos e a retórica de fechamento dos poderes Legislativo e Judiciário, de forma a incentivar uma reflexão crítica sobre o assunto pautada nos princípios do Estado Democrático de Direito, que embasa a Constituição Federal.

Encaminhe uma discussão coletiva sobre como a tripartição de poderes se manifesta na prática. Depois, faça perguntas de forma a estimular a percepção sobre as atribuições do poder em cada situação noticiada e os reflexos das situações na vida coletiva.

Proponha uma visita virtual a cada uma das instâncias dos poderes do Estado em âmbito federal. Para isso, organize a turma em três grandes grupos e proponha a cada um acessar a página eletrônica oficial de um dos três poderes da República. Peça que naveguem pelo respectivo *site* e levantem informações sobre a história de cada instituição/poder, seu funcionamento, os assuntos atuais em discussão e/ou as decisões mais recentes. Posteriormente, organize trios em que cada integrante tenha acessado o *site* de um poder específico para que compartilhem as informações com os colegas.

Defina "poder" como uma relação que se estabelece quando uma pessoa influencia os atos de outra. Incentive os estudantes a procurar diferentes definições para o conceito de poder. Para isso, mobilize os conhecimentos prévios deles e peça que pensem sobre como o poder está presente no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja nas instituições com as quais interagem, como escola, governo etc.

Explique que poder é a imposição da vontade de uma pessoa ou instituição sobre os indivíduos. O poder pode ser exercido à força ou ser aceito por aqueles que o aprovam e se submetem a ele.

A mediação numa relação de poder ocorre quando existe um agente ou uma instituição que atua como intermediário – por exemplo, quando os pais resolvem uma desavença entre irmãos, quando um juiz decide quem tem razão numa questão comercial ou na disputa pela guarda de um filho, quando dois países ameaçam entrar em guerra e organismos internacionais como a ONU promovem reuniões de negociação.

Respostas

1. Resposta pessoal. Utilize essa discussão para desenvolver a reflexão sobre a presença da política na vida cotidiana. É possível aprofundar o tema por meio das seguintes questões:
   - Quais relações de poder fazem parte do dia a dia?
   - De que forma essas relações são mediadas?
   - Em que casos a mediação política é feita pelo Estado?

Percurso 3

A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais

Página 60

Ressalte que o Estado Democrático de Direito é uma forma específica de Estado, que se coloca no papel de promover o bem comum e é aberto à participação dos cidadãos nas decisões que envolvem a vida deles.

Respostas

1. Há muitas pessoas que têm uma visão bastante negativa da atividade política, conforme evidenciado na tirinha da Mafalda. Destaque para os estudantes que a política deve ser repensada em sua dimensão mais ampla como o espaço em que os conflitos podem ser resolvidos com base na negociação e que rever as percepções que definem as políticas públicas é essencial para [illegible] sobre política e seus aspectos negativos, muitas vezes naturalizados, como o clientelismo e a corrupção de agentes públicos. Estimule a reflexão crítica acerca da visão que desqualifica a política como instância da vida coletiva.
2. Resposta pessoal. Ao comentar as respostas, relacione a tirinha à ação da sociedade civil. Trata-se, portanto, de uma atuação política, assim como em outras formas de livre expressão de opiniões.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 61

A Corte portuguesa no Brasil: início do processo de emancipação política

Destaque o caráter transformador e de ruptura que permeia tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial. Portugal era um antigo aliado da Inglaterra, centro da Revolução Industrial e maior potência econômica da Europa na época. A Revolução Francesa teve como um de seus desdobramentos as Guerras Napoleônicas, opondo Inglaterra e França. A invasão de Portugal pela França levou à fuga da Corte, sob proteção da Inglaterra. Para além das implicações geopolíticas, é importante destacar que Inglaterra e França foram importantes modelos para os Estados Nacionais que surgiram na época. Em especial, o sucesso da Revolução Industrial inglesa levou a um predomínio das ideias liberais sobre a economia e a política. Por sua vez, a vitória da Revolução Francesa estabeleceu novos fundamentos políticos, que passaram a servir de base para as Constituições, com ideias como a soberania do povo, a igualdade perante à lei, a separação entre Estado e Igreja e os direitos universais do ser humano.

Respostas

1. A imagem faz referência à chegada do então príncipe regente D. João à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, onde foi celebrada uma missa em homenagem à família real no mesmo dia em que esta desembarcou no Rio de Janeiro. Além de membros da Corte portuguesa, com D. João à frente, o artista teve a preocupação de dar ao acontecimento ares de nobreza, destacando também, ajoelhado e beijando a mão do Regente, o padre José Maurício, celebrante da missa, recebendo a família real no átrio da igreja. Entre os aspectos que podem ser destacados estão as vestimentas e a decoração, com simbolismos tradicionais das cortes europeias. A cerimônia do beija-mãos era comum em celebrações públicas com a presença do monarca. Suas origens remetiam às monarquias europeias, e se tratava de uma demonstração explícita de servilismo, mediante a qual dezenas ou centenas de súditos – nobres, burocratas ou clérigos – faziam fila, prostravam-se diante do soberano e beijavam-lhe a mão num ritual que aludia à teoria do direito divino dos reis, um dos elementos definidores do antigo regime absolutista. A Igreja do Rosário costumava ser a principal igreja que congregava as pessoas negras em cada cidade do Brasil Colonial. Nesse sentido, pode ser destacada a escolha do artista em representar esse momento do cortejo, valorizando uma ideia de harmonia racial no país, muito veiculada no contexto da Era Vargas, quando o quadro foi pintado.

2. A transferência da Corte singularizou o processo de emancipação política do Brasil entre os países da América Latina, sendo este um de seus significados mais importantes. Porém, ao contrário das ideias de harmonia e subserviência expressas na pintura, o período foi marcado por revoluções e conflitos internacionais e internos, como a Revolução de 1817 e a Revolução do Porto. Trata-se também de um período de grande crescimento no tráfico de pessoas escravizadas e na agricultura escravista de exportação, com importantes revoltas negras, principalmente na Bahia.

Páginas 63-64

Respostas

1. O artista destacou edificações arquitetônicas que remontam ao Rio de Janeiro colonial. Na imagem, foram representados trabalhadores, muitos deles provavelmente escravizados, em diversas atividades urbanas associadas ao comércio.
2. Algumas das edificações estão preservadas, com destaque para o Paço Imperial, atualmente um centro cultural, e o chafariz que pode ser observado à direita.

Análise: "Não havia Brasil antes de 1808"

Respostas

1. Segundo o historiador, até 1808 não havia ideia de unidade. Assim, o que se convencionava denominar Brasil era formado por várias províncias dispersas e desarticuladas num vasto território, muito diferentes umas das outras e sem maiores vínculos econômicos ou políticos, o que era agravado pela precariedade das comunicações internas.
2. A Revolução Pernambucana de 1817 foi o principal movimento que questionou a unidade dos domínios portugueses na América durante o período de D. João VI. A Revolução Constitucionalista do Porto (1820) também levou a ameaças de quebra da unidade e teve como um de seus desdobramentos a Independência do Brasil. Após a independência, a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Cabanagem (1835-1840) foram movimentos que envolveram a separação em relação ao Império, ainda que sua motivação principal não fosse essa. Oriente os estudantes para que pesquisem quais foram as motivações dessas revoltas.

A singularidade da independência do Brasil

Para que os estudantes compreendam o conceito de "interiorização da metrópole", é preciso que observem a fragmentação da América Espanhola, quando comparada à preservação da unidade da América Portuguesa. É com base nessa comparação que a historiadora Maria Odila Leite Dias problematiza as razões da viabilização do Brasil como um Estado nacional, já que até 1808 aqui também predominava uma tendência à dispersão.

Respostas

1. Não, pois, nas diferentes regiões do país, continuou prevalecendo um sentimento de autonomia, que se manifestou inclusive em diversos movimentos armados, que tentaram romper com a soberania do Império do Brasil em suas províncias.
2. A Revolução Pernambucana de 1817 se relaciona diretamente com a interpretação de Maria Odila Silva Dias sobre a "interiorização da metrópole", pois o movimento teve como principal motivação o descontentamento das elites de algumas províncias do país com o predomínio dos interesses do Rio de Janeiro na política de D. João VI. A Revolução foi proclamada no Recife, Pernambuco, e recebeu a adesão das províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e de Alagoas. Entre os descontentamentos, destaca-se o aumento da tributação em razão das necessidades de adaptação urbana do Rio de Janeiro para abrigar a Corte portuguesa, como o serviço de iluminação pública.

Página 65

Respostas

1. Na imagem, destaca-se, sobre o Rio Capibaribe, a Ponte Boa Vista. Sua construção remete ao ano de 1640, à época do domínio holandês no nordeste (1630-1654). A ponte, construída sob iniciativa de Nassau, posteriormente, em meados do século XVIII, foi destruída por determinação do então governador da província de Pernambuco. Em 1815, construiu-se no mesmo local a nova ponte, também em madeira, como no tempo dos holandeses, porém com gradis de ferro, como se vê na aquarela de 1863. Na imagem há diversos tipos de pessoas – com destaque para transeuntes, provavelmente trabalhadores escravizados – e barcos que transitam sob a ponte, o que é revelador de que, na segunda metade do século XIX, o local era um dos mais movimentados da cidade.
2. Em termos gerais, a Praieira foi motivada por conflitos partidários no Império entre os conservadores (então no poder) e os liberais, que no Recife se organizavam num jornal localizado à Rua da Praia, que dá nome à revolta. Suas lideranças incluíam grandes proprietários rurais, negociantes abastados e comandantes militares, mas as pessoas pobres do Recife, que contavam com suas próprias lideranças, também participaram

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

intensamente do movimento. Oriente os estudantes para que pesquisem a Praieira em artigos acadêmicos.

3. A Praieira foi uma revolta, mas também é definida como rebelião, insurreição ou revolução, a depender da fonte ou do autor. O movimento é assim caracterizado porque rompeu com as leis do Império em razão de descontentamento com os rumos políticos tomados pelo governo do Partido Conservador e do questionamento das estruturas políticas imperiais por diferentes setores da população pernambucana.

O futuro Estado brasileiro

Respostas

1. Ainda que possam ser consideradas as violações recentes à liberdade de imprensa, que aproximam os dois contextos, hoje a Constituição afirma esse direito, ao contrário do que ocorria sob o reinado de D. João VI.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que os meios de comunicação devem informar os cidadãos e possibilitar o direito à liberdade de expressão de opiniões e visões de mundo.

Página 66

Respostas

1. Na atualidade, uma imprensa efetivamente livre e descompromissada só pode sobreviver em regimes efetivamente democráticos. No contexto de um Estado autoritário, o controle dos meios de comunicação se efetiva sob diversas formas, como pressões econômicas, censura e, eventualmente, prisão de jornalistas.
2. A *Gazeta do Rio de Janeiro* é o primeiro exemplo na história do país de como os meios de comunicação não raramente se subordinam aos interesses de governantes. Assim, ao se tratar de um órgão de comunicação oficial deixa subtender seu papel de divulgador das realizações do governo.
3. Os meios de comunicação devem checar se as informações noticiadas são verdadeiras, diferenciando-as das *fake news* (informações falsas e/ou conspiracionistas). A imprensa tem um papel altamente relevante nas sociedades democráticas, até mesmo por abrir espaço às múltiplas interpretações de um mesmo fato, embora em seus editoriais fiquem evidenciadas suas tendências político-ideológicas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. Porque as transformações radicais ocorridas no Haiti no contexto de sua independência, que resultaram na emancipação da população escravizada, e em enorme violência contra os senhores brancos proprietários de terras, poderiam servir de referência e exemplo em outras regiões escravistas da América.

O Estado brasileiro e a procura de heróis

Nesse momento, é possível sugerir uma pesquisa sobre os personagens oficialmente reconhecidos como "heróis" pelo Estado brasileiro. A escolha desses heróis tem sido objeto de controvérsias há tempos. Entre outras questões, apenas recentemente foram admitidos personagens negros entre os heróis nacionais, sendo o mais famoso deles, Zumbi dos Palmares, alvo frequente de ataques e deslegitimação.

Página 67

Respostas

1. Resposta pessoal. Sugerem-se as seguintes obras para análise:
   - ***A aclamação de D. Pedro I* (1822)**, de Jean-Baptiste Debret: nessa obra, destaque a grande participação popular, com uma multidão saudando o novo imperador no Campo de Santana. A obra foi produzida pouco após o evento, vivenciado pelo artista pessoalmente. A imagem de D. Pedro I que Debret procura promover é a de um imperador popular, que uniu a nação em torno da causa da independência.
   - ***A proclamação da Independência* (1844)**, de François-René Moreaux: essa obra representa o evento da Proclamação de Independência, às margens do Rio Ipiranga. Nela, D. Pedro I aparece cercado por soldados e populares, erguendo seu chapéu, enquanto pessoas se abraçam para celebrar sua decisão de romper com Portugal.
   - ***Independência ou Morte* (1888)**, de Pedro Américo: Esta é a imagem mais difundida da Independência. Ela foi elaborada 66 anos depois do evento, quando seus protagonistas já estavam mortos. Pedro Américo elaborou o evento de maneira a destacar o papel dos militares. Nela, D. Pedro I aparece ao centro, num local mais elevado e destacado, erguendo a espada (e não mais o chapéu) e acompanhado por militares, também montados em cavalos. O povo é representado por um homem do campo, com um carro de boi, que parece observar o evento com surpresa e admiração. A Independência é vista como um evento circunscrito aos políticos e militares, sem participação popular.

Respostas

1. De acordo com a autora, a história escrita na perspectiva positivista é conveniente à manutenção da ordem na medida em que camufla os conflitos sociais,

invisibilizando a atuação dos sujeitos históricos tradicionalmente marginalizados, como camponeses, operários, jovens, mulheres, entre outros. Dessa maneira, o positivismo produz uma histórica asséptica e centrada na atuação dos chamados "grandes homens", carecendo de uma visão crítica dos processos históricos. Essa abordagem impede que se perceba que existiam "outros caminhos possíveis na história", que, em razão da correlação de forças, não se realizaram.

Página 68

Oligarquias e exclusão popular

Ressalte que o Poder Moderador, percebido como "a chave" da Constituição de 1824, sobrepunha-se aos demais. Exercido exclusivamente pelo imperador, permitia a este interferir nos demais poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), pois lhe conferia a prerrogativa de nomear e demitir qualquer autoridade com funções executivas, inclusive os presidentes de províncias (equivalentes aos atuais governadores de estados), dissolver a Câmara e alterar sentenças judiciais.

Página 69

Respostas

1. Hoje em dia o voto é secreto e universal, ou seja, um direito exercido por todos os cidadãos com mais de 16 anos. Além disso, as eleições são diretas, inclusive para o chefe de Estado (o presidente da República). A existência da Justiça Eleitoral poderia ser outra diferença apontada.
2. A Constituição de 1824 estabeleceu a divisão dos poderes e o sufrágio censitário, pressupostos do ideário liberal do início do século XIX. No entanto, ao instituir o Poder Moderador, colocou limites a este ideário liberal, por concentrar nas mãos do imperador uma forte influência no jogo político-institucional. Por essa razão, mesmo se tratando de um regime essencialmente liberal, ele foi encarado como uma preservação de características absolutistas do antigo domínio português.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 70

Mapa: Brasil: rebeliões regenciais – século XIX

Localize no mapa os principais movimentos rebeldes enfrentados pelo Império durante o Período Regencial. A Farroupilha, a Sabinada, a Cabanagem e a Balaiada foram movimentos liderados por setores livres da população, enquanto as revoltas de Carrancas, Malês e Manoel Congo foram movimentos de pessoas escravizadas que buscavam sua liberdade. Ressalte que esses eventos aconteceram simultaneamente, de maneira que em certos momentos o governo brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, não controlava boa parte do território brasileiro.

Além disso, observe que os movimentos liderados por setores livres, na maior parte dos casos, também estavam comprometidos com a continuação da escravidão, ou ao menos com um processo de emancipação lento, que não contrariasse os interesses dos proprietários. Por sua vez, os movimentos de pessoas escravizadas praticamente não tiveram apoio de setores livres. Sua abrangência foi local, pois para os escravizados era muito mais difícil organizar uma revolta num grande território, já que sua mobilidade era controlada pelos senhores para evitar esse tipo de ameaça.

Por fim, ressalte que as revoltas indicadas no mapa são apenas uma seleção daquelas que tiveram maior impacto no período. Outros exemplos de movimentos que envolveram conflitos armados na mesma época são: a Guerra dos Cabanos (Pernambuco e Alagoas, 1832-1835), a Sedição de Ouro Preto (Minas Gerais, 1833), a Rusga (Mato Grosso, 1834) e os diversos motins e revoltas urbanas no Rio de Janeiro, no contexto da abdicação de D. Pedro I (principalmente nos anos de 1831 a 1833).

Respostas

1. O mapa político atual do Brasil é muito diferente daquele de meados do século XIX. Entre as diferenças, podemos destacar: o Paraná era parte da província de São Paulo; o Tocantins era parte da província de Goiás; Mato Grosso do Sul e Rondônia eram parte da província de Mato Grosso; Pará, Amapá, Amazonas e Roraima formavam uma única província (Grão-Pará); e o Acre era parte da Bolívia, sendo incorporado ao Brasil apenas no início do século XX. Ao comentar

essas mudanças, observe que as fronteiras são construções históricas, frutos de processos de negociação e conflito ao longo da formação dos Estados nacionais e de seus desdobramentos.

Conflitos político-sociais e contradições da modernização

O Segundo Reinado é considerado o período de maior estabilidade do regime imperial brasileiro. Em torno dele, e principalmente da figura do imperador D. Pedro II, foi construído um imaginário de um tempo de esplendor. É importante problematizar esta autoimagem construída pelo Império.

Na época de D. Pedro II, ocorreram processos de modernização e desenvolvimento da cafeicultura, porém, esses processos aprofundaram o caráter escravista da sociedade gerando novos conflitos, desigualdades e exclusões. Movimentos como o Quebra Quilos (ocorrido nas províncias do nordeste entre 1872 e 1877) e o Motim do Vintém (que eclodiu no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1880) foram expressões de descontentamento popular com as políticas do Império.

Página 71

Análise: História e representação

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. É preciso considerar que a imagem reflete o olhar que um artista europeu tinha sobre um mercado de pessoas escravizadas. A visão que a obra deixa transparecer é idealizada, criando um ambiente quase asséptico e "normal". No entanto, esse "mercado" era também um ambiente de muita tensão, ansiedade e medo, características de um sistema escravista baseado na violência e na exploração brutal de seres humanos.
2. Como a imagem seria veiculada nos países europeus, por certo o artista não queria chocar a opinião pública ao retratar o "mercado de negros" como se fosse uma atividade absolutamente normal. O apelo que imagens como essa tinham na Europa era apresentar sociedades diferentes e "exóticas", destacando aspectos como as vestimentas (e também a nudez) dos africanos, os frutos tropicais e as paisagens diferentes daquelas europeias.

Página 72

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes mencionem que o Bill Aberdeen assinala o ápice das pressões britânicas contra o tráfico de africanos escravizados, levando à expectativa de que esse comércio não teria mais como continuar por muito tempo. Além disso, por seu caráter repressivo, essa lei tornou a atividade cada vez mais arriscada. Os dois fatores tiveram uma influência direta no preço de pessoas escravizadas. O aumento significativo no número de africanos escravizados que entraram no Brasil após a lei Bill Aberdeen está relacionado a essa verdadeira corrida para comprar antes que os britânicos efetivamente acabassem com o negócio.
2. Com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, extinguiu-se definitivamente o tráfico de africanos escravizados para o Brasil, razão pela qual o número daqueles que entraram a partir de então caiu drasticamente quando comparado aos períodos anteriores. Essa lei proibia um comércio que já era legalmente proibido desde 1831, mas dessa vez a lei foi respeitada pelos senhores, já que não havia mais condições internacionais para manter o tráfico clandestino.

Página 73

Respostas

1. A grande expansão da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba demandou um contingente expressivo de mão de obra para a atividade, incentivando o comércio interprovincial de pessoas escravizadas. Proprietários de regiões em que a agricultura de exportação passava por dificuldades, como o nordeste, começaram a vender a mão de obra escravizada para a dinâmica cafeicultura que então se desenvolvia no sudeste. A crescente demanda, sobretudo após a proibição do tráfico, em 1850, inflacionou o preço dos escravizados.

Trabalho livre e a configuração do Estado brasileiro

Destaque o fato de que, com exceções, o acesso à terra foi bastante limitado, em razão da aprovação da Lei de Terras, em 1850. Contudo, essas condições eram muito mais graves para os negros (em grande parte ainda escravizados) e os indígenas (que tinham suas terras tomadas e eram muitas vezes exterminados por proprietários e pelo Estado).

A análise da expansão da cafeicultura deve considerar as condições internacionais que geraram uma alta demanda por café. A Revolução Industrial, em países da Europa e nos Estados Unidos, provocou uma rápida urbanização e a extensão de jornadas de trabalho, já que não havia leis de proteção ao trabalhador. O café brasileiro foi por muito tempo o mais vendido no mundo e tinha como principal destino os Estados Unidos.

Também é importante enfatizar o papel da expansão da cafeicultura na destruição da Mata Atlântica no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. A rápida devastação da floresta acompanhou o ritmo, igualmente acelerado, da industrialização na Europa e nos Estados Unidos.

Página 75

Respostas

1. O núcleo original da cultura cafeeira no sudeste foi a região do Vale do Paraíba, na divisa entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.
2. Espera-se que os estudantes percebam que a implantação de um sistema ferroviário no país priorizou a articulação entre zonas produtoras de café e os dois principais portos por onde se escoava a produção para o mercado externo (Rio de Janeiro e Santos).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. Espera-se que os estudantes indiquem que o fenômeno da imigração, na atualidade, está diretamente relacionado a problemas como guerras civis, conflitos étnicos, perseguições políticas, questões ambientais e pobreza extrema. De maneira geral, os países europeus atraem muitos imigrantes e refugiados, o que tem suscitado reações nacionalistas e mesmo xenófobas com o intuito de deter esse fluxo. Isso também se verifica nos Estados Unidos, cuja política tem sido dificultar ao extremo a entrada de imigrantes no país, notadamente aqueles de países latino-americanos.

Página 76

Respostas

1. A chamada "Lei Áurea", de 13 de maio de 1888, é considerada pelo autor "uma dádiva" ao ex-proprietários, uma vez que estes não tiveram de arcar com nenhuma obrigação para com os ex-escravizados, como indenizá-los pela exploração brutal de sua mão de obra. Assim, com a expansão do mercado formal de trabalho assalariado, puderam optar por empregar os imigrantes que entravam em grande quantidade no país, além da mão de obra dos libertos, que encontravam precárias condições de empregabilidade.

A instauração da república e a reconfiguração do Estado brasileiro

Saliente que, desde o início do Período Imperial, o Brasil se manteve como um regime civil, no qual os militares estavam efetivamente submetidos aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Dessa forma, o país vinha sendo um caso excepcional de estabilidade nas relações entre civis e militares, já que nas repúblicas hispano-americanas foram muito frequentes os golpes militares e as guerras civis ao longo de todo século XIX.

Esse cenário mudou após a Guerra do Paraguai, que levou à profissionalização do Exército e a uma maior valorização e protagonismo político e social dessa instituição. Ao retornarem das batalhas, os sobreviventes e, sobretudo, os comandantes, passaram a ser vistos por setores da população como possíveis aliados políticos para fazer frente a seus adversários. Assim, a oposição aos ministérios, que sempre aconteceu, era acompanhada pela agitação dos militares, armados e cada vez mais politizados em torno da ideia de se tornarem protagonistas da política nacional. A ideologia que eles passaram a adotar foi, predominantemente, o positivismo.

Ao abordar o papel do positivismo na história desse período, analise com os estudantes as imagens das bandeiras do Brasil, imperial e republicana.

Após a análise da bandeira, ressalte que o Brasil passou por cinco anos de ditadura militar, conhecida como República da

Espada, mas que, após esse período, as oligarquias políticas dos Estados impuseram seus interesses e afastaram a liderança dos militares no país.

Página 79

Respostas

1. Os dados mostram a ínfima participação da população, já que o novo regime restringiu ainda mais o eleitorado ao proibir o voto dos analfabetos. Por isso, o Estado podia ser considerado liberal, já que o liberalismo político permite diversas formas de restrição da participação política, como o voto censitário e a proibição ao voto de analfabetos, sem que isso contradiga seus fundamentos. Contudo, não pode ser considerado democrático, já que esse conceito supõe ampla participação da população nas decisões políticas, seja por via direta, seja pela eleição de representantes, mas em nenhum desses casos a participação era garantida. A democracia era mais formal do que efetiva.

Respostas

Década de 1920: o Brasil quer ser moderno

1. São Paulo, cuja população no período passou de 31 385 habitantes para 579 033, ou seja, um aumento de cerca de 1 800%.
2. O aumento populacional da cidade de Porto Alegre entre 1872 e 1920 vinculou-se não apenas ao desenvolvimento da atividade industrial mas também à expansão do setor de serviços.
3. As respostas dependem dos dados pesquisados, porém, a função [illegible] expressivo aumento populacional nas cidades referidas vincula-se, principalmente, à expansão das atividades industriais e às imigrações em massa. Ambos os fenômenos se concentraram no Sudeste e Sul do país, como se observa no crescimento mais acelerado de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, quando comparado a Salvador e Recife. Os dados a seguir podem ser utilizados para a análise.

Estabelecimentos industriais no Brasil – 1907-1920

Período	Estabelecimentos
1907	3258
1912	9475
1920	13336

Estrangeiros no Brasil – 1872-1950

Período	Estrangeiros
1872	382041
1900	1074511
1920	1513635
1940	1283833
1950	1085287

Fontes: SÉRIES Históricas e Estatísticas. *In*: IBGE, [s. *l.*] Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD105&t=migracoes-estrangeiros-naturalizados-censos-demograficos; https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=8&op=0&vcodigo=IND03101&t=estabelecimentos-industriais-datas-inqueritos-industriais-censo. Acessos em: 19 ago. 2020.

Página 80

A nova reconfiguração do Estado brasileiro

Para encerrar o percurso, primeiramente retome a questão do poder das oligarquias rurais, que foi importante na época da independência, quando D. Pedro tentou concentrar poderes e acabou abdicando sob a pressão das elites brasileiras. Desde aquele período, o liberalismo político era o modelo inspirador para as instituições brasileiras, e as oligarquias rurais souberam utilizar a seu favor os espaços políticos liberais. Mesmo sendo criticado por parte dos republicanos, o poder oligárquico foi reforçado após a Proclamação da República, com destaque para a elite agrária de São Paulo, enriquecida pela expansão do café.

Depois, ressalte a importância que os militares passaram a ter na política desde a Proclamação da República. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, ocorreu um novo tipo de mobilização política de militares, ameaçando as instituições civis. Nesse caso, tratava-se de jovens oficiais de baixa patente que estavam insatisfeitos com a política oligárquica e com os rumos que a República vinha tomando. Conhecidos como tenentistas, eles promoveram uma

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

série de revoltas que abalaram as estruturas políticas do país e abriram caminho para a Revolução de 1930.

Por fim, retome os processos de urbanização e industrialização, que introduziram novas formas de conflito social no Brasil (greves e insurreições operárias), assim como levaram a um anseio de modernização da sociedade brasileira. Na década de 1920, setores do operariado e da classe média exigiam a ruptura do Brasil com suas estruturas políticas centradas nas oligarquias rurais. Ideias anarquistas, comunistas, socialistas e democráticas confrontavam o modelo liberal oligárquico da Primeira República.

Dessa forma, é possível relacionar esses três fatores (crise do poder oligárquico, tenentismo e conflitos ligados à modernização) à mobilização que levou Getúlio Vargas ao poder.

Página 81

Análise: Eleições presidenciais – 1930

Respostas

1. No cartaz podem ser lidos os nomes das seguintes lideranças políticas da época: Washington Luís, último presidente da República Velha, que governou de 1926 a 1930; Antônio Carlos (do Andrada), presidente do estado de Minas Gerais que, ao se sentir preterido na indicação à sucessão presidencial, foi um dos articulares da chapa oposicionista denominada "Aliança Liberal"; Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo e candidato situacionista à sucessão de Washington Luís; e Luís Carlos Prestes, ex-liderança tenentista nos anos 1920, um dos articuladores da chamada "Coluna Prestes", que, por ocasião da eleição presidencial de 1930, encontrava-se no exílio e vinculara-se à ideologia comunista.
2. A pergunta é formulada pelo homem de chapéu e bengala. A resposta é de uma mulher, cujas vestimentas remetem à alegoria da República, considerando-se o barrete frígio que está em sua cabeça. Os três candidatos ao qual o homem se refere são políticos tradicionais. Ao preferir o nome de Luís Carlos Prestes ("o quarto"), a República deixa transparecer sua simpatia pela causa comunista.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 82-83

Atividades

Respostas

1. Porque a partir da transferência da família real uma série de medidas foram tomadas no sentido de romper com o sistema colonial, como o decreto de Abertura dos Portos, em 1808, a criação de uma estrutura político-administrativa e a própria mudança do estatuto colonial, com a elevação do Brasil a Reino Unido, em 1815.
2. Em razão da articulação das elites agrário-escravocratas em torno do príncipe regente, com o objetivo explícito de preservar as estruturas socioeconômicas herdadas do Período Colonial, como o latifúndio, a economia primário-exportadora e a mão de obra escravizada. Ao mesmo tempo, a independência só foi concretizada por meio de embates armados, como as guerras de independência na Bahia e no Grão-Pará. Portanto, ainda que seja adequada para descrever o processo como um todo, essa afirmação deve ser relativizada tendo em vista a existência de conflitos violentos.
3. O liberalismo foi a ideologia dominante no século XIX e serviu de referência à elaboração da Constituição de 1824. No entanto, era preciso matizar essa ideologia com as tendências centralizadoras do primeiro imperador. A tendência autoritária se manifesta na inserção do Poder Moderador, de exercício exclusivo do imperador, no texto constitucional.
4. Embora a Constituição de 1891 tenha assegurado o sufrágio universal masculino, o fim do direito de voto aos analfabetos excluía, na época, mais de 80% da população brasileira. Ao mesmo tempo, a indiscutível hegemonia socioeconômica das oligarquias agrário-estaduais facilitou o mandonismo local, a emergência do fenômeno do coronelismo e o controle e a manipulação política das massas rurais, imensa maioria da população.
5. A reconfiguração político-institucional do Estado brasileiro a partir de 1930 garantiu o centralismo político, viabilizou o processo de industrialização com o Estado como grande agente fomentador e possibilitou o avanço de pautas referentes à legislação trabalhista.
6. **a)** O excessivo unitarismo da Constituição de 1824, a nomeação de presidentes de províncias mediante critérios definidos pelo imperador e a cobrança de impostos pelo governo central sobre a produção das províncias sem que se revertessem em benefício a elas.

   b) A Cabanagem e a Balaiada são rebeliões ocorridas no Período Regencial que se diferenciaram

da Farroupilha não apenas em razão do protagonismo das camadas populares ("cabanos" e "balaios") mas também por apresentar reivindicações que iam além da tradicional pauta de maior autonomia provincial ou de conflitos de interesses entre setores da elite.

7. a) No texto, a autora deixa transparecer a intensa inquietação que tomou conta de amplos segmentos da sociedade brasileira durante a década de 1920. Essas inquietações foram externadas pela vanguarda do movimento modernista quanto à necessidade de o Brasil "ser moderno", entendendo-se que era preciso uma ruptura radical com um passado que pouco explicava o país e não apontava um projeto viável de futuro.

b) A contradição residia no fato de que o país pretendia "ser moderno", mas, ao mesmo tempo, mantinha a maioria absoluta de sua população em condições de vida degradantes, sem acesso à educação escolarizada e sem exercer plenamente sua cidadania. Como "ser moderno" nessas condições?

8. a) Na pintura do francês Moreaux, ainda que de forma idealizada, houve a preocupação em inserir pessoas que, em tese, representariam as camadas populares, coesas em torno de D. Pedro I. Já na obra de Pedro Américo, não houve nenhuma preocupação em fazer alusão à participação popular, exceto pelo homem com o carro de boi, o que reforça a ideia de que a independência se tratou de um "arranjo político" para o qual "o povo" não foi convidado. D. Pedro I está em evidência, com a espada erguida (e não o chapéu), e cercado por militares, que ganham um papel mais destacado. Sem dúvida, as interpretações veiculadas pelas duas obras relacionam-se aos distintos contextos históricos em que foram produzidas. A de Moreaux data de meados do século XIX (época de grandes mobilizações políticas no país), e a de Pedro Américo data dos momentos finais do regime monárquico, quando os militares tinham um protagonismo inédito na política brasileira e as ideias positivistas (que defendiam uma política distante do povo) faziam sucesso entre militares e políticos do país.

b) Na pintura de Moreaux, houve a preocupação de inserir representantes das camadas populares, com o intuito de conferir à ação de D. Pedro I um caráter mais popular; já na pintura de Pedro Américo, apenas alguns aliados políticos de D. Pedro I e a guarda que o acompanhava foram representados, o que acentua o protagonismo militar e minimiza a presença do povo.

c) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que toda imagem carrega em si a visão de mundo de seu idealizador. Nesse sentido, distorções da realidade e tentativas de veicular determinadas impressões estão presentes em filmes publicitários, cartazes etc., quase sempre mascarando conflitos inerentes ao mundo real e promovendo uma imagem idealizada de coesão, unidade, harmonia etc.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Percurso 4

O Estado brasileiro: dimensões sociopolíticas

Página 84

Inicie com uma leitura dialogada da fotografia que destaca o cartaz com a imagem de Getúlio Vargas. Nesse momento, é oportuno discutir com os estudantes o fenômeno do populismo na história contemporânea brasileira. O conceito de populismo é muito utilizado para o entendimento das disputas no contexto do Estado Novo, bem como de seus desdobramentos ao longo dos séculos XX e XXI.

Página 85

O autoritarismo brasileiro

Respostas

1. A expressão "cidadania incompleta e falha" se fundamenta na premissa de que, ao longo do processo histórico brasileiro, as camadas populares têm sido tuteladas ou simplesmente excluídas de qualquer participação política, o que faz com que as políticas públicas implementadas por sucessivos governos as deixem à margem da plena cidadania. Ao mesmo tempo, o patriarcalismo, o mandonismo, a concentração de renda, o racismo e o sexismo reforçam as disparidades socioeconômicas e o processo de exclusão.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes abordem temas como a miséria, a falta de acesso a serviços públicos, a falta de moradia digna, o racismo, a discriminação, as desigualdades e violências de gênero, entre outros.

Página 86

O Estado Novo

O documento foi utilizado por Vargas para legitimar o fechamento do regime,

tendo em vista a necessidade de reprimir os "conspiradores comunistas" que, de acordo com o "plano", pretendiam promover o caos, a destruição e a brutalidade no país. O uso de mentiras e teses conspiratórias pela propaganda política está relacionado não apenas ao golpe do Estado Novo no Brasil mas também à ascensão do nazifascismo na Europa, no mesmo contexto. Adolf Hitler também divulgava a tese de que havia uma conspiração de comunistas e judeus para destruir a Alemanha e que ele precisava agir com violência para detê-los. Esses expedientes também foram recorrentes durante o Regime Militar de 1964, um exemplo foi o episódio do ataque a bomba no Riocentro, um atentado que tinha o objetivo de matar pessoas para culpar a oposição ao regime e impedir a redemocratização.

Página 87

Respostas

1. Resposta pessoal. É provável que os estudantes mencionem redes sociais como o Instagram, Tik Tok, Facebook, mecanismos de busca como o Google, canais do Youtube, entre outras possibilidades. Nesse momento, eles devem atentar para as formas de consumir informação sobre temas de seu interesse.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam que as redes sociais e as páginas mais populares da internet utilizam mecanismos de propaganda direcionada baseada em algoritmos. Assim, eles devem observar que, como qualquer produção humana, a informação defende interesses e premissas de quem as divulga; outro ponto que pode ser ampliado é que, quando buscamos algo para comprar, a inteligência da máquina costuma enviar uma série de sugestões de compra, o que demonstra a publicidade dirigida e o quanto a informação e a manipulação política continuam sendo utilizadas como ferramenta de controle.
3. A manipulação da informação, ou seja, o uso político de notícias falsas, é uma estratégia de grupos autoritários que exercem o poder. Uma ampliação do assunto pode ser estimulada de maneira que a turma perceba a atualidade do debate em meio à onda de notícias falsas e manipulação da informação, as tentativas de regulação no Brasil e no mundo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 88

O que é populismo?

O populismo, como fenômeno político observado na Era Vargas, caracteriza-se pela relação direta entre líder e governados (em detrimento da mediação de instituições como Congresso, Judiciário, imprensa etc.), pelo autoritarismo apresentado como uma tutela do líder sobre a nação e pelo clientelismo e troca de favores nas relações com as oligarquias. Em contextos posteriores, o populismo teve também versões democráticas, inclusive no retorno do próprio Vargas como presidente eleito. Tanto ele quanto Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart foram caracterizados como "populistas", mas esses governos diferem bastante daquele do Estado Novo, já que ocorreram num contexto democrático. Apesar de haver uma identificação desses líderes com as massas, as ideias, os projetos e os governos foram muito diferentes entre si, havendo desde um populismo conservador (Jânio Quadros) até um populismo reformista (João Goulart).

Análise: O populismo getulista

Respostas

1. A imagem pretende provocar a exaltação do líder, já que existe uma centralidade no canto superior esquerdo do cartaz em tamanho maior que o do menino, representado no canto inferior direito da obra.
2. A confiança no líder, a lealdade a ele e ao Estado nacional brasileiro, a crença num futuro harmônico e fraternal, o patriotismo, a ordem, entre outras possibilidades. Uma das principais características de um regime autoritário é o culto ao líder, fartamente utilizado como estratégia de propaganda e comunicação pelo DIP. Além disso, a frase "o amigo das crianças" é representativa dessa ideia de proximidade e intimidade que costuma produzir uma perspectiva e uma identificação paternal em relação ao líder cultuado.
3. As últimas décadas do século XX e o princípio do século XXI podem fornecer exemplos da simbologia utilizada por determinadas lideranças políticas, que procuraram projetar a ideia de uma nação forte e próspera. Debata e analise com os estudantes esse tipo de discurso, os riscos que ele apresenta e outros aspectos que podem ser aprofundados nesse tema.

4. Todas as crianças são representadas como brancas num contexto social em que a maioria da população não tinha essa característica. Existe, portanto, a construção de uma identidade brasileira que valoriza os brancos e apaga a população negra e indígena de seu imaginário nacional. A coesão proposta à época era fundamentada na chamada "tese do branqueamento", com valorização da imigração europeia como estratégia para tornar a população do Brasil mais branca. Ideias eugenistas e racistas estavam no auge naquele período e não deixaram de influenciar a propaganda e as políticas da Era Vargas.

Página 89

Finalmente democracia?

Relacione a queda de Vargas ao final da Segunda Guerra Mundial, quando líderes de regimes ditatoriais de caráter nazifascista foram derrotados na Europa, propiciando um ambiente de questionamento do Estado Novo no Brasil e de avanço de forças democráticas. Pontue, porém, que a queda de Vargas ocorreu graças a outro golpe militar, organizado pelos mesmos militares que o tinham apoiado na época da criação do Estado Novo.

Página 90

Respostas

1. a) Os estudantes devem observar as justificativas dos órgãos competentes e a disputa política em torno do episódio, entre outras relações que podem ser ampliadas e aprofundadas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

b) Os impactos incluem a poluição no mar e nas praias, a perda de biodiversidade, o desequilíbrio de ecossistemas, os prejuízos de atividades econômicas como a pesca e o turismo, problemas de saúde relacionados ao contato com o óleo, entre outras possibilidades.

O governo de Juscelino Kubitschek

Contextualize o governo JK no âmbito internacional, relacionando seu projeto de desenvolvimento com a expansão da indústria e dos negócios dos Estados Unidos na América Latina. Trata-se do início do Período da Guerra Fria (entre EUA e URSS) e, ao mesmo tempo, de uma época de rápido crescimento econômico das nações capitalistas desenvolvidas. O papel da indústria automobilística é particularmente importante, já que ela definiu aspectos do desenvolvimento urbano e rural do país, levando a um modelo de transportes baseado nas rodovias (e não nas ferrovias, relevantes em épocas anteriores) e em modelos urbanísticos que privilegiam o transporte automotivo individual.

Página 91

Análise: Modernização conservadora

Respostas

1. O presidente JK e um representante do povo brasileiro, que por estar descalço e com as roupas remendadas presume-se ser muito pobre.
2. A crítica ocorre quando a charge traz à tona o "outro lado" do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, ou seja, o aumento do custo de vida e a maior concentração da renda. A ironia está no fato de que o "Programa de Metas" causou uma onda de otimismo e euforia, com suas grandes realizações (indústria automobilística e de eletrodomésticos, construção de hidrelétricas e rodovias), sem que com isso viabilizasse transformações socioeconômicas significativas, como a soberania alimentar.

Página 92

Respostas

1. O grupo 4 (baixa renda) e o grupo 3 (média-baixa renda). Ainda segundo a pesquisa, os principais grupos são as mulheres e os negros.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes façam o paralelo com base no projeto de Brasília que excluiu de seu planejamento urbano grandes contingentes de pessoas que vivem nas cidades-satélites e que foram diretamente atingidas pelo desemprego, sobretudo mulheres e negros, em meio à pandemia da covid-19. Estimule o debate de maneira que o grupo pense em soluções e identifique os órgãos que podem atuar para amenizar o impacto social, entre outros temas que podem ser abordados nesse momento.

Página 93

Análise: A construção da capital do Brasil

Respostas

1. O Plano Piloto materializa esses princípios, com a disposição em formato de aeronave, que pretende dividir racionalmente os espaços, com setores de serviços, moradia e trabalho. Além disso, existe uma preocupação com áreas verdes e o aproveitamento da água.

2. De acordo com a perspectiva modernista de urbanização, as superquadras em Brasília estão divididas em áreas comerciais, residenciais e de trabalho em integração com o lazer, de modo que os moradores resolvam boa parte de seu cotidiano de maneira próxima e prática. Nesse caso, por meio das ferramentas de pesquisa, espaços como as escolas, o comércio, os parques, a igreja, as vias (e os sentidos delas), entre outros, podem ser visitados e identificados pela turma.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes entendam e percebam a cidade como um espaço em disputa. Para as pessoas com poder econômico, viver em Brasília pode ser considerado bastante viável, uma vez que há facilidade e racionalidade para acessar os serviços oferecidos pela cidade. Porém, é preciso problematizar essa questão levando em consideração que a maioria das pessoas vive fora do Plano Piloto, em regiões afastadas, além de muitos não possuírem automóveis.

De Juscelino a Jango

Nesse momento, é importante que os estudantes percebam as contradições das lideranças "populistas", seu legado, as críticas que lhe foram feitas, bem como os argumentos e as justificativas para a derrubada de João Goulart. O tema da corrupção e da suposta ameaça comunista segue presente no país, o que pode servir para a ampliação do debate, a verificação e análise crítica dos argumentos, as vozes críticas ao período e seus defensores. Os estudantes devem compreender a natureza autoritária do modelo de Estado proposto pelos projetos militaristas e suas relações sociais com setores importantes das elites brasileiras e internacionais, além de identificar mudanças e permanências nesses discursos. Torna-se essencial que eles percebam as disputas e os interesses de classe que permeiam o debate, além do contexto global da Guerra Fria e os inúmeros conflitos espalhados pelo mundo no período.

Também é possível abordar o tema sob um recorte cultural, como a Bossa Nova, os sambas exaltação, a literatura, o futebol etc.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No âmbito econômico, por meio do embate entre desenvolvimentismo e liberalismo presentes nesses governos. Na esfera política, o papel e a atuação das forças que se opunham aos governantes nesse período, de Getúlio a Jango, destacando os discursos anticorrupção e anticomunista (sendo este último relacionado ao conteúdo sobre o Estado Novo).

Eles devem reconhecer as raízes e a permanência do viés autoritário presente em algumas das instituições brasileiras, bem como as contradições e a pluralidade de sujeitos envolvidos nesse período.

Página 95

Respostas

1. As pessoas participam de uma manifestação de rua em defesa das Reformas de Base, durante o governo de João Goulart.
2. Espera-se que os jovens elaborem argumentos valorizando a democracia e a participação política. As democracias são regimes que, por princípio, podem e devem ser reformadas de acordo com a vontade popular. Quando as demandas populares não são encaminhadas para promover mudanças nas estruturas políticas é porque o regime não é efetivamente democrático. Por outro lado, se não há mobilização de setores da sociedade para exigir mudanças, prevalecem os interesses dos atores políticos que estão mais próximos ao poder do Estado, e não a vontade popular.

Página 96

Respostas

1. De acordo com os números apresentados, o governo João Goulart contava com significativo apoio popular ao seu projeto reformista.
2. A reação conservadora de vários segmentos sociais (proprietários rurais, empresários, representantes do capital internacional, amplos setores da classe média, parte expressiva das Forças Armadas, clérigos conservadores e grande parte da mídia) posicionou-se radicalmente contra as Reformas de Base, sob o pretexto de que estas representariam uma "esquerdização" da política brasileira. O desdobramento desse quadro está na raiz do Golpe Civil-Militar de 1964.

Ditadura e democracia

Ao analisar a repressão política do Regime Militar de 1964, estabeleça uma periodização para analisar os diferentes momentos desse processo. Entre o Golpe Militar e o AI-5, a repressão política deu continuidade a práticas que já vinham ocorrendo desde períodos anteriores, além de promover perseguições a opositores que atuavam na política e nas próprias Forças Armadas.

O ápice da repressão ocorreu entre 1968 e meados da década de 1970, quando teve início o processo de abertura política. Nessa fase, a ditadura perdeu cada vez mais apoio popular e passou por profundos conflitos internos entre os governos que promoviam a abertura gradual e negociada e os setores conhecidos como "linha dura", que passaram a atuar independentemente do governo, realizando atentados a bomba, sequestros, torturas e desaparecimentos.

Por fim, a abertura política não acabou com as violações sistemáticas de direitos humanos no Brasil, que persistiram muito graves em presídios, nas práticas policiais, na atuação de grupos de extermínio e em massacres promovidos por agentes da segurança pública, como a chacina de Acari, o massacre do Carandiru, em 1992, e as chacinas da Baixada e da Candelária, em 1993. A abertura não interferiu nas estruturas militares e da segurança pública no Brasil, além de não ter punido os responsáveis pelas violações dos direitos humanos, situação que possibilita compreender a continuidade dessas práticas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 97

As conexões civis do regime ditatorial

Esse conteúdo é importante para que os papéis de civis e militares na construção do regime sejam observados pelos estudantes. O regime de 1964 não foi estabelecido simplesmente pela vontade e interesse das Forças Armadas, mas foi resultado de uma ampla articulação de forças conservadoras, autoritárias e favoráveis aos interesses dos Estados Unidos, que envolveram os setores civis da população de diversas maneiras. Destaca-se o apoio de políticos civis ao golpe, a participação da classe média na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (organizada por setores da Igreja Católica), o suporte ativo de grandes empresas de comunicação ao regime, além de empresários que apoiaram, inclusive financeiramente, o aparato repressivo.

Página 99

O caminho para a redemocratização

Destaque os muitos grupos que atuaram em diferentes frentes para a redemocratização do país, de forma a aprofundar a análise desse ciclo de lutas, que não se resume à campanha das Diretas Já. As organizações de base da Igreja, os movimentos sindicais e estudantis, os movimentos por reforma agrária, o feminismo, o movimento negro, as primeiras organizações em defesa dos direitos de homossexuais e transexuais, entre outras lutas, estiveram envolvidas profundamente nesse processo.

O conteúdo sobre o Movimento Negro Unificado pode ser desenvolvido com uma atividade sobre o filme *Orí*, de Beatriz Nascimento (1h40min, 1989), que aborda a história das organizações de luta antirracista no Brasil durante o Regime Militar da perspectiva dessa historiadora, que foi pioneira no estudo do movimento negro brasileiro. O documentário inclui trechos de debates que eram realizados pelo movimento negro na época, envolvendo questões como educação, violência policial e a colaboração da ditadura brasileira com o regime de segregação racial do Apartheid, na África do Sul, que era denunciada pelas organizações negras brasileiras. Proponha aos

jovens observarem no filme os sentidos da luta por democracia do movimento negro brasileiro naquele contexto, peça que listem suas demandas e sintetizem a visão de Beatriz Nascimento sobre a história dos negros no Brasil.

Página 100

Vivenciar a política

Encerre a unidade retomando a importância da pluralidade política e da participação e protagonismo dos jovens na construção da democracia, que deve ser entendida como uma tarefa cotidiana. As problematizações finais servem para uma reflexão sobre um dos principais problemas que se colocam hoje para a democracia, no Brasil e no mundo: a difusão rápida e ampla de notícias falsas, boatos, difamações e teses conspiratórias pelos meios digitais.

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante mencione fontes como as redes sociais, sites de notícias, aplicativos de mensagens, entre outras. Problematize as fontes mencionadas (e, possivelmente, outras) quanto à sua confiabilidade. Sabemos quem a produz? As notícias são assinadas por jornalistas e postadas em páginas de órgãos de imprensa ou instituições confiáveis? Destaque a importância de conferir a veracidade de uma notícia antes de contribuir para [illegible].
2. Questione [illegible] consumimos amplamente um conteúdo sem que tenhamos lido a notícia para conhecer seu teor, guiando-nos apenas pelas manchetes. É possível dar exemplos de danos causados por boatos, difamações e notícias falsas no Brasil e no mundo, inclusive relacionados à vida política. Os estudantes devem aprender a acessar informação de qualidade e, ao mesmo tempo, se perceberem como protagonistas da construção da democracia, que depende da atuação de cada cidadão brasileiro na sua realização.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 101

Prática de pesquisa: futebol e política em tempos de autoritarismo

Essa prática de pesquisa consiste num levantamento de fontes da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1988) que possibilitem problematizar as relações entre política e futebol. No final, os estudantes devem expor suas conclusões e debatê-las com a comunidade.

Introduza o tema do futebol perguntando se os estudantes acompanham o esporte, se frequentam estádios ou arenas, se conhecem as atividades de alguma torcida organizada. Em seguida, aborde o tema das relações do esporte com o poder. Pergunte se lembram de algum evento envolvendo o futebol e a política ou algum governo que utilizou o esporte em suas estratégias políticas.

Contextualize o uso político do futebol no período abordado. Alguns esportes são acompanhados por grandes multidões com interesse e mobilização de sentimentos e afetos. Esse é o caso do futebol no Brasil, desde muito antes do Regime Militar. A instrumentalização já havia ocorrido anteriormente, em especial na Era Vargas. Durante a ditadura, ela aconteceu sobretudo no contexto da Copa do Mundo de 1970, na qual o Brasil foi tricampeão.

- **Leiam e pesquisem:** peça aos estudantes fichamentos dos textos selecionados, elaborando uma pequena síntese dos argumentos ao final. Em sala de aula, solicite que exponham os pontos principais de suas sínteses, para que, ao lado das imagens, sirvam como disparadores da discussão em grupo.

Escolha os textos de acordo com a abordagem desejada. Devem ser escolhidos três a quatro materiais, entre textos, vídeos, imagens ou outros conteúdos. Devem estar nessa escolha ao menos um artigo acadêmico sobre o tema e uma imagem para ser analisada. Além dos materiais indicados na prática, podem ser incluídos outros. As capas de jornais celebrando a Copa de 1970 são documentos que propiciam uma análise de imagem e texto no sentido de perceber a narrativa que a

imprensa, alinhada ao regime, construía, relacionando a conquista ao presidente e aos militares.

- **Comparem!:** os estudantes devem debater as questões de maneira a fundamentar argumentos na análise de textos, imagens e outros conteúdos. Procure focalizar os elementos simbólicos das imagens.
- **Compartilhem!:** os estudantes podem promover também uma mesa de debate para acompanhar a exposição dos trabalhos e das conclusões.

Páginas 102–103

Atividades

Respostas

1. A propaganda ajudava na construção da imagem de um líder forte e realizador, característico de governos autoritários que encontram na propaganda e na exaltação de uma liderança um possível caminho para a manutenção do poder. Um exemplo foi a criação do DIP, o departamento de propaganda que produziu uma série de peças publicitárias, como observamos no decorrer deste percurso.
2. Um exemplo foram as cartilhas para a educação que continham a imagem de Vargas em uma posição de destaque, quase sacralizada, uma espécie de guia para o futuro. Podem também ser mencionados os desfiles cívicos, a censura, o rádio, a bandeira e a exaltação nacional, entre outras possibilidades.
3. Segundo a autora, o populismo deve ser pensado como: a comunicação direta, sem mediação das instituições e partidos, entre o líder e seus governados; a relação de tutela, uma vez que não existe mediação social ou política, ou seja, predomina uma troca de favores entre governante e governados; um poder transcendental, em que somente o governante apresenta saber político e social, sendo sua imagem associada a uma espécie de chefe de família ou "pai dos mais humildes".
4. Um modelo fundamentado no estímulo ao consumo, na abertura ao capital estrangeiro, priorizando o modelo rodoviarista, entre outras características, obteve grande êxito no que tange à construção de Brasília e à interiorização do país. Em contrapartida, resultou em inflação, aumento da dívida externa e uma enorme quantidade de trabalhadores que não encontraram espaço na capital federal e não usufruíram dela após sua construção, entre outros pontos que podem ser retomados pelos estudantes.
5. Entre outros fatores, podemos destacar: a ameaça representada pela organização dos trabalhadores, as propostas de reformas de base que colidiam com interesses de grupos econômica e politicamente influentes, o alinhamento de parte da sociedade aos interesses estadunidenses no contexto da Guerra Fria e o "fantasma do comunismo" após a Revolução Cubana, em 1959.
6. Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. No âmbito federal, cabe à Presidência da República chefiar o Poder Executivo; o Poder Legislativo federal é exercido tanto pelos deputados federais (que compõem a Câmara dos Deputados) quanto pelos senadores (que formam o Senado Federal) e essas duas casas legislativas formam o Congresso Nacional. O órgão máximo do Poder Judiciário federal é exercido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), composto de 11 ministros nomeados pelo(a) presidente da República e aprovados pela maioria do Senado Federal.
7. **Etapa 1**

   Resposta pessoal. O artista deve ser escolhido com base no interesse do estudante, e as obras de cada artista devem ser pesquisas em suas páginas oficiais ou em *sites* especializados. Oriente os estudantes para que pesquisem os Festivais da Canção durante o Regime Militar. Utilize diferentes fontes de pesquisa, podendo ser uma delas o *site* Memórias da Ditadura, disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/movimentos-musicais/ (acesso em: 18 ago. 2020).

   Etapa 2

   Resposta pessoal. As artes e a música são formas de expressão que podem ou não denunciar e abordar questões políticas. Isso não as diminui ou desvaloriza, podendo ser um dos centros do debate sobre as formas de expressão da juventude no período.

   Acompanhe o processo de pesquisa, selecione o material com os estudantes, solicite que elaborem uma forma de divulgação, estimule a linguagem visual para que apresentem suas reflexões e análises acerca do período. É possível suscitar o debate sobre a desigualdade numa disputa entre as forças de repressão do Estado e os pequenos grupos armados, que se organizaram após o Golpe de 1964.
8. A cidade de Brasília foi projetada de acordo com uma visão desenvolvimentista voltada para a integração de todos os brasileiros num mesmo projeto de nação. Seus idealizadores imaginavam um futuro menos desigual, mas o que se observa atualmente são profundas disparidades e segregação espacial entre ricos e pobres.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

UNIDADE 3 Um mundo melhor é possível?

Temas

Percurso	Assuntos tratados	Temas contemporâneos transversais
5 Conflitos entre desenvolvimento e preservação	• Os desafios ambientais contemporâneos e a geopolítica do meio ambiente • A degradação ambiental como prática violenta • As relações com o meio ambiente em diferentes sociedades e os conceitos de natureza e cultura • O antropocentrismo e o lugar do meio ambiente no pensamento filosófico contemporâneo • Desenvolvimento capitalista e devastação ambiental • Problemas ambientais globais: buraco na camada de ozônio e aquecimento global • Os papéis dos organismos nacionais e internacionais no controle da devastação ambiental • Protagonismo ambiental juvenil • A relação do Brasil com a questão ambiental em sua história • Os problemas ambientais da perspectiva dos povos indígenas • As políticas ambientais no Brasil: as Unidades de Conservação e o novo Código Florestal	• Ciência e tecnologia • Educação ambiental • Trabalho • Vida familiar e social
6 Violência, juventude e a sociedade brasileira	• O conceito de violência e o problema da violência legítima • Os sentidos ético-filosóficos da prática da violência • Violência e organização econômica • A violência no cotidiano • Desigualdades sociais, concentração de terras e reforma agrária: Brasil, Estados Unidos e México • A Revolução Mexicana e a questão agrária • Violência e desigualdade social no Brasil • A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a violência no Brasil • A violência na sociedade brasileira em perspectiva histórica e sociológica • O patrimonialismo na sociedade brasileira e suas raízes históricas • Violência de gênero no Brasil contemporâneo: explicações, [illegible] adidas para seu enfrentamento • Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio • Futebol, racismo e violência • Protagonismo jovem, cultura e violência: o *funk* e o *rap* no Brasil contemporâneo	

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Objetivos

- Compreender a relação entre geopolítica e meio ambiente, observando e avaliando os principais desafios globais para os problemas ambientais.
- Elaborar os conceitos de natureza e cultura de maneira complexa, dialogando com concepções de diferentes matrizes culturais.
- Conhecer a história das questões ambientais no Brasil e as políticas atuais relacionadas ao tema.
- Compreender o que é violência e identificar suas marcas na sociedade brasileira.
- Propor meios de combate à violência no cotidiano, desenvolvendo o protagonismo do jovem.

Justificativa

O objetivo principal desta unidade é levar os estudantes a compreender os temas "Meio ambiente" e "Violência", recorrentes no cotidiano deles. São questões fundamentais do mundo contemporâneo e, em particular, da sociedade brasileira, marcada por desigualdades, exclusões e estruturas históricas de discriminação social e exploração da natureza.

O estudo de **problemas ambientais globais**, como o buraco na camada de ozônio e o aquecimento global, permite observar as causas, o desenvolvimento, os encaminhamentos políticos e a situação atual desses desafios nas relações entre ser humano e natureza. Por sua vez, a elaboração dos **conceitos de natureza e cultura** permite compreender o meio ambiente sob diferentes perspectivas que não apenas a do modelo econômico dominante em nossa sociedade, que concebe a natureza apenas como recurso a ser explorado. Assim, a dimensão filosófica do debate ambiental é desenvolvida de maneira a problematizar o **antropocentrismo** e a cisão que as sociedades capitalistas têm estabelecido entre um ser humano [illegible] e uma natureza [illegible] realidade externa a ele.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O conhecimento sobre as principais **questões ambientais do Brasil contemporâneo** propicia importantes aprendizagens para que os jovens sejam capazes de analisar situações concretas e políticas públicas a respeito do tema do meio ambiente. Legislações relativas a Unidades de Conservação e ao novo Código Florestal Brasileiro são analisadas de maneira que o jovem conheça e avalie criticamente seus objetivos e resultados.

Por sua vez, a **violência** é abordada em sua conceitualização, no estudo de suas origens históricas no Brasil, na análise das estratégias para seu enfrentamento no Brasil contemporâneo, e na formulação de propostas para o aperfeiçoamento das legislações e das práticas sociais e culturais que reproduzem um quadro de violência estrutural no país.

Em especial, são analisadas as conexões entre **desigualdade**, **exclusão e violência no Brasil**, em perspectiva histórica e sociológica. Os temas incluem o processo de concentração fundiária no Brasil (em contraponto com o que ocorreu nos Estados Unidos), as relações entre violência agrária, patrimonialismo e poder oligárquico (dialogando com o estudo da Revolução Mexicana), a violência de gênero (com estudos sobre a tipificação do feminicídio e a Lei Maria da Penha), a violência e o racismo na história do futebol brasileiro e o **protagonismo dos jovens** no enfrentamento da violência.

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 3, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS602, EM13CHS606

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias: 3

Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 1

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é trabalhada quando os estudantes utilizam os conhecimentos de diferentes disciplinas das Ciências

Humanas para compreender e explicar a realidade brasileira contemporânea em relação ao meio ambiente e à violência.

Competência geral 2: é desenvolvida nas atividades que exercitam a prática da pesquisa, trabalhando a curiosidade intelectual e o conhecimento sobre os métodos e teorias das Ciências Humanas, no estudo de problemas ambientais, como o buraco na camada de ozônio, e as características históricas e estruturais da violência no Brasil, incluindo a formulação de propostas para o enfrentamento dessas questões.

Competência geral 3: é contemplada nas atividades que envolvem a fruição e análise de obras de arte, bem como no estudo das práticas artísticas e culturais dos jovens no Brasil contemporâneo, incluindo expressões como o *rap* e o *funk*.

Competência geral 6: é desenvolvida na valorização de saberes e vivências que fazem parte da realidade dos jovens, permitindo que eles orientem suas decisões pessoais, profissionais e cidadãs de maneira a compreender criticamente as imposições colocadas pelo modelo econômico dominante, ao qual terão de se integrar. Os saberes e vivências valorizados incluem tanto aqueles que pertencem à realidade das juventudes brasileiras quanto aqueles dos povos indígenas, em seus modos de vida, cosmogonias e formas de compreender a interação do ser humano com a natureza.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência geral 7: é trabalhada nas diversas atividades que promovem o debate, a argumentação e a formulação de propostas para o enfrentamento dos problemas relacionados ao meio ambiente e à violência no Brasil contemporâneo.

Competência geral 8: é contemplada nos dois percursos, de maneiras distintas. No estudo sobre o meio ambiente, são abordados os conceitos de natureza e de humano, que possibilitam desenvolver importantes reflexões sobre a diversidade de modos de vida e concepções de mundo, segundo diferentes tradições culturais e religiosas. No tema da violência, são problematizadas práticas que fazem parte da realidade de muitos jovens, como a truculência policial, a misoginia, as brigas de torcida e o racismo no futebol.

Competência geral 9: é desenvolvida nas diversas atividades em grupo, nas quais são trabalhados o diálogo, a escuta ativa, a mediação e resolução de conflitos, e a diversidade e pluralidade de posicionamentos sobre as várias formas de violência enfrentadas pelos jovens brasileiros. Assim, os estudantes aprendem a identificar a violência no dia a dia, a fim de se proteger e tomar decisões éticas para o enfrentamento desses eventos.

Competência geral 10: é contemplada nos conteúdos e atividades voltados para a compreensão das dinâmicas que geram os problemas ambientais, como aquecimento global e nossas ações e comportamentos em relação a ele. Estimula-se a proposição de ações concretas para o enfrentamento de seus impactos e a promoção de estratégias, assim como de políticas específicas para a proteção das florestas brasileiras diante das demandas econômicas de incremento da produtividade e do lucro.

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica 1: é trabalhada na análise de processos socioambientais (como o declínio de civilizações em razão de impactos ambientais), políticos (como a formação das estruturas sociais desiguais do Brasil) e culturais (como as inter-relações entre futebol, racismo e violência na história brasileira). Nesses e em outros temas, os jovens se utilizam de conhecimentos e métodos das Ciências Humanas para

compreender e se posicionar criticamente diante de problemas de sua realidade.

Competência específica 3: é desenvolvida na análise e avaliação do papel de diferentes atores em problemas ambientais contemporâneos que envolvem modelos de produção e consumo insustentáveis em razão de seus graves impactos socioambientais. Nas atividades, os jovens são provocados a elaborar alternativas para esses problemas.

Competência específica 5: é trabalhada quando os estudantes identificam diversas formas de violência física, psicológica e simbólica presentes na sociedade brasileira, em especial aquelas que atingem os jovens. A identificação e o combate à violência também ocorrem no estudo dos problemas socioambientais brasileiros, em temas como o assassinato de ativistas, as invasões de territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais e o estabelecimento de modelos de desenvolvimento predatórios. O racismo também é identificado e combatido quando é analisada a visão de ser humano e de natureza produzida pelo imperialismo europeu.

Competência específica 6: é contemplada nas atividades de debate em torno de temas como as inter-relações entre desenvolvimento econômico e problemas ambientais, as desigualdades e violências de gênero, e o papel do patrimonialismo na formação do Brasil como uma sociedade marcada pela exclusão.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS101: é trabalhada em atividades que envolvem a análise de fontes e narrativas em linguagens diversas, incluindo textos filosóficos e políticos, legislações, literatura e textos acadêmicos das Ciências Humanas, além de fotografias, mapas e outros conteúdos.

EM13CHS102: é desenvolvida na identificação, análise e discussão de conceitos como antropocentrismo, natureza, cultura e violência, de maneira a valorizar narrativas de diferentes agentes. As concepções de matrizes culturais africana e indígena a respeito das interações entre humano e natureza são analisadas de forma a contemplar essa habilidade.

EM13CHS106: é trabalhada na leitura e utilização de mapas, gráficos, infográficos, dados e informações, por meio dos quais os jovens refletem e debatem problemas da realidade brasileira e global.

EM13CHS301: é contemplada nas atividades que problematizam o cotidiano dos jovens em suas interações com o meio ambiente. Temas como o buraco na camada de ozônio, o aquecimento global e as políticas ambientais brasileiras encaminham a elaboração de propostas para um futuro mais sustentável.

EM13CHS302: é desenvolvida na avaliação crítica de impactos socioambientais, em diferentes contextos, incluindo a colonização do Brasil, a expansão da fronteira agrícola durante o regime militar e os conflitos no campo no Brasil contemporâneo. A unidade valoriza, na discussão sobre o meio ambiente, as ideias e concepções dos povos indígenas a respeito desses processos.

EM13CHS305: é trabalhada quando são estudados os papéis e a atuação de diferentes atores da política ambiental, em esfera global e nacional, incluindo conhecimentos sobre o funcionamento de órgãos ambientais brasileiros e a análise de processos de negociação e estabelecimento de protocolos e acordos internacionais na temática do meio ambiente.

EM13CHS503: é contemplada no estudo da violência, partindo de sua definição conceitual, na pesquisa e reflexão sobre suas causas, e na elaboração de estratégias e

mecanismos para seu combate, em especial na realidade brasileira contemporânea.

EM13CHS602: é desenvolvida na caracterização do patrimonialismo, do poder oligárquico e dos processos de modernização autoritária e excludente no Brasil e, de forma mais pontual, no México. São investigadas as conexões entre a história política de diferentes períodos e as violências estruturais no Brasil, incluindo conteúdos sobre a colonização, o pós-Abolição e as políticas do regime militar para a Amazônia brasileira.

EM13CHS606: é trabalhada na análise de dados, mapas, tabelas e infográficos para a compreensão de aspectos da sociedade brasileira relacionados aos problemas e políticas ambientais, e também às diferentes formas de violência históricas no país.

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias

Competência específica 3: é desenvolvida quando os estudantes elaboram cartazes com suas reflexões sobre a violência que atinge os jovens brasileiros e as expõem no espaço escolar. A atividade exercita a autonomia, colaboração, protagonismo e autoria na utilização de uma linguagem artística e em sua publicização, de maneira a promover os Direitos Humanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência específica 1: é trabalhada quando os estudantes analisam fenômenos ambientais contemporâneos, como o aquecimento global e o buraco da camada de ozônio, propondo ações para minimizar os impactos ambientais que os têm produzido.

Perfil do professor

A unidade pode ser trabalhada pelo professor de **Filosofia**, que poderá desenvolver conceitos como os de natureza, cultura, antropocentrismo e violência de uma perspectiva reflexiva e voltada para a problematização de concepções naturalizadas pelas sociedades contemporâneas.

Também é adequado para o desenvolvimento dos conteúdos da unidade o professor de **Geografia**, que terá condições de abordar as causas dos problemas ambientais contemporâneos e seu encaminhamento político e legislativo em âmbito global e nacional. A unidade inclui estudos sobre questões como o buraco na camada de ozônio, o aquecimento global, as políticas florestais brasileiras e as relações entre concentração fundiária, desigualdade social e violência no Brasil.

O professor de **Sociologia** poderá abordar o papel de diferentes atores políticos e sociais nos embates do mundo e do Brasil contemporâneo nas temáticas do meio ambiente e da violência. Destacam-se os estudos sobre as diversas formas de violência no Brasil, incluindo a violência contra a mulher, as manifestações de racismo no futebol e as culturas juvenis no contexto das periferias brasileiras, impactadas por exclusões e desigualdades estruturais.

O professor de **História** poderá desenvolver o conteúdo da unidade relacionando os problemas socioambientais aos processos que os produziram em diferentes abrangências e períodos. O estudo das origens da violência, do patrimonialismo e da corrupção no país, bem como a análise comparativa da formação das estruturas agrárias do Brasil, dos Estados Unidos e do México podem receber um tratamento atento às especificidades dessas experiências históricas.

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 104-105

Respostas

1. Resposta pessoal. Deixe os estudantes debaterem o tema; quanto mais elementos forem sendo trazidos, mais produtiva se torna a proposta. Espera-se que seja mencionada, principalmente, a queimada da floresta. Aproveite para retomar conhecimentos prévios dos estudantes sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, hoje em funcionamento, e quais foram os impactos positivos e negativos decorrentes de sua implantação.
2. Espera-se que os estudantes mencionem que o desenvolvimento econômico requer maior exploração de áreas e de recursos naturais, o que acarreta impactos ambientais.
3. Resposta pessoal. Circule a fala, registrando na lousa as formas de violência mencionadas pelos jovens. Espera-se que citem, entre outras, violência doméstica, assaltos, ameaças, agressões, assassinatos, estupros, violência policial, *bullying* etc., além de diversas formas de violência simbólica e psicológica, incluindo manifestações de discriminação, racismo e homofobia. Os estudantes também devem refletir sobre as estratégias para combatê-las.

Páginas 106-107

Retrato de uma realidade

Problematize o conceito de violência por meio da reflexão sobre os impactos socioambientais de Belo Monte. Que outros eventos e processos relacionados ao meio ambiente podem ser definidos como violência? Os maus-tratos contra animais? A queimada de florestas? Permita que diferentes concepções de violência sejam expostas, seja aquelas que abrangem a natureza, seja as que acontecem entre seres humanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em defesa do meio ambiente

Respostas

1. A imagem mostra uma placa da Funai numa reserva indígena. A placa foi crivada de balas como forma de ameaça e intimidação aos indígenas e aos agentes da fundação, que são responsáveis por defender as reservas de invasões que colocam em risco tanto as comunidades quanto a floresta. A fotografia ilustra as informações do texto, que aborda a violência contra pessoas que defendem o meio ambiente, inclusive na forma de ameaças.
2. Disputa por territórios, falta de clareza institucional sobre a gestão de bens naturais, falta de reconhecimento da posse de terras pelas pessoas que vivem e trabalham nelas, falta de investigação e punição para os crimes (apenas 3,68% tiveram sentenças) e a demanda econômica por recursos da floresta como o ouro e outros minerais.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante relacione a impunidade com problemas sociais e políticos brasileiros, como a ineficiência e seletividade social e racial da justiça, a influência política e social de fazendeiros e empresários, a corrupção de agentes públicos, a tolerância da sociedade para com os crimes contra o meio ambiente e contra os povos indígenas, a falta de pessoal e de estrutura para fiscalizar e observar o cumprimento da lei no dia a dia das reservas, entre outros. O importante é que a impunidade quase total dos crimes seja notada pelos jovens e que suas causas sejam buscadas em problemas da sociedade. O tema será desenvolvido ao longo da unidade.

Percurso 5

Conflitos entre desenvolvimento e preservação

Páginas 108-109

Essa dupla de páginas introduz o tema da insustentabilidade do modelo econômico do capitalismo contemporâneo, que será desenvolvido ao longo de todo o percurso. Nesse momento, é importante que os estudantes observem o caráter global dos problemas ambientais. Retome os casos estudados, da queimada na Amazônia e da violência contra ativistas socioambientais, problematizando as causas e consequências desses eventos.

Faça a mediação do debate e situe esses eventos em perspectiva global, ressaltando que as queimadas e violências contra povos tradicionais e ativistas ambientais têm sido

promovidas por empresas e grileiros interessados nos lucros de mercados internacionais de produtos como madeiras, minérios, carne bovina, soja, entre outros. Além das causas, as consequências também são globais, já que a destruição de florestas pode ter impactos como a perda de biodiversidade e o aquecimento global, que não dizem respeito apenas à região ou ao Brasil, mas sim a um sistema complexo do qual depende a vida de todo o planeta.

Após essa reflexão, leia o infográfico com os estudantes e peça que respondam às questões.

Respostas

1. Os países se integram de maneiras diversas na economia mundial, adotando modelos econômicos e ambientais diferentes, além de terem características naturais e humanas particulares. Em especial, os países desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha e Israel, onde o consumo de recursos naturais por pessoa é muito maior do que a média mundial, têm modos de vida insustentáveis, que não poderiam ser universalizados, pois esgotariam rapidamente os recursos do planeta. No caso do Catar, trata-se de um país pequeno cuja economia é baseada na exportação de petróleo, permitindo hábitos de consumo excepcionais para a parcela mais privilegiada da população.
2. Os recursos estão sendo explorados cada vez mais rápido, agravando profundamente os problemas socioambientais em escala planetária. Entre os cenários que podem ser imaginados estão a aceleração do aquecimento global, a perda de biodiversidade, diversas formas de poluição, problemas para o descarte de resíduos sólidos e crises humanitárias provocadas por catástrofes socioambientais.
3. Resposta pessoal. Aproveite a questão para trabalhar o conhecimento sobre os métodos das Ciências Humanas. Investigações como essa requerem a adoção de categorias e modelos de análise que devem ser objeto de reflexão metodológica. Entre os critérios que podem ser mencionados estão: o consumo de mercadorias que geram impactos ambientais significativos, como a carne bovina e os automóveis; os níveis de consumo de recursos naturais não-renováveis como o petróleo e o gás; as emissões de poluentes em suas várias modalidades; a quantidade e a composição do lixo que é descartado.
4. Resposta pessoal. A questão propõe a problematização do consumo (e de seus impactos ambientais) no cotidiano do estudante. Podem ser estabelecidos critérios para avaliar a "pegada" de cada um. Por exemplo, uma tabela incluindo hábitos como: transporte utilizado no dia a dia (não motorizado/motorizado, coletivo/individual); consumo de itens que estão relacionados a graves impactos ambientais, como eletroeletrônicos e alguns alimentos (a carne bovina, em razão do desmatamento e das emissões, e alimentos silvestres, que podem comprometer a biodiversidade); a destinação do lixo; a reutilização ou não de sacolas; o desperdício de alimentos, energia, água, gás; etc.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A questão ambiental em diferentes tempos e espaços

Introduza o tema da relação entre grupos humanos e meio ambiente em contextos do passado lançando questionamentos como:

- Vocês sabem onde são encontrados os recursos minerais, como a água e o gás que abastecem suas casas?
- O que vocês conhecem sobre a dinâmica climática e hidrológica de onde moram?

Não se espera respostas certas, mas a sensibilização do olhar.

Ao trabalhar a história da Ilha de Páscoa, saliente que se trata de uma civilização que entrou em declínio principalmente por causa dos desequilíbrios ecológicos. Ressalte que a civilização se desenvolveu numa ilha, realidade que impõe limites maiores do que um continente, onde são possíveis migrações sazonais ou definitivas. Por meio desse exemplo, promova uma reflexão que estabeleça um paralelo, considerando o mundo como uma ilha de onde não temos possibilidade de migrar massivamente, o que coloca em destaque questões como os limites de recursos do planeta, a poluição e a perda de biodiversidade.

Apesar de exemplos de desequilíbrio ambiental no passado, o atual modelo de desenvolvimento capitalista industrial tem produzido impactos em escala nunca antes vivenciada pela nossa espécie. O ritmo de

exploração em escala global, o impulso cada vez maior ao consumo e as forças políticas que comandam os rumos econômicos dos principais países do mundo têm gerado impactos que colocam em xeque o futuro das próximas gerações. Tais fatos, todavia, despertam setores da sociedade para a busca de modelos alternativos.

Página 110

Natureza e cultura

Conceitualize com os estudantes **natureza** e **cultura**. Divida o quadro ao meio e registre as palavras que, na visão dos estudantes, se relacionam com cada um dos conceitos. Por exemplo, natureza pode se relacionar com animais, vegetação, mar, céu, fenômenos como as chuvas e o vento, conceitos como meio ambiente e sustentabilidade, entre outras possibilidades. Cultura pode ser relacionada a comportamentos, linguagens, conhecimentos, ideias, expressões artísticas, identidades, educação, ciência etc. As disciplinas científicas também podem ser listadas, relacionadas às Ciências da Natureza e às Ciências Humanas.

Após listar diversos termos referentes a natureza e cultura, questione quais relações existem entre eles. Em geral, eles são vistos como "lados opostos". Estamos separados dos animais e vegetação interfere em nossos comportamentos? Nossas ideias e conhecimentos têm impacto sobre as formas de vida no planeta? O ser humano é objeto de estudos apenas das Ciências Humanas? Por meio de problematizações como essas, os jovens devem perceber que existe uma infinidade de inter-relações entre os dois conceitos, que não podem ser pensados de maneira dissociada.

Em seguida, aborde como as diferentes culturas elaboraram cosmogonias que não separam natureza e cultura. Os exemplos do Egito Antigo, da Índia e do candomblé no Brasil permitem perceber que a separação rígida entre natureza e cultura não faz parte de todas as visões de mundo que os seres humanos produziram historicamente. A abordagem da temática possibilita uma discussão respeitosa sobre a pluralidade religiosa de nossa sociedade. Pergunte aos estudantes se há algum adepto de religiões e crenças que atribuem aos elementos naturais significados sagrados. Valorize a pluralidade e a diversidade cultural na sala; garanta que haja espaço para todos compartilharem experiências pessoais com o tema.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 111

Análise: Respeito à natureza

O discurso referido no boxe está disponível em: https://umagotanooceano.org/ailton-krenak-congresso/ (acesso em: 15 ago. 2020).

Respostas

1. Para o povo krenak, a natureza não é algo de que uma pessoa possa se apropriar, já que ela é parte de nós, humanos (que, por exemplo, somos 70% água), e nós somos parte dela (lado a lado com rios, animais, plantas etc.). Já para os economistas, a natureza é um recurso à disposição dos seres humanos, havendo, portanto, uma separação e uma hierarquia entre esses conceitos.
2. A concepção de natureza do autor é a de "uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo". Ele critica a relação entre sociedade e natureza sob o aspecto da separação entre esses domínios. Nessa separação, o ser humano é entendido como uma unidade (abstraindo sua dimensão natural) e como medida das coisas (que se impõe ao que resta fora dele, a "natureza"). Nessas relações, a natureza é entendida como um recurso à disposição dos seres humanos, provocando catástrofes na vida de povos que se relacionam de outras maneiras com o meio ambiente, como epidemias, pobreza, fome e violência.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante relacione o conceito desenvolvido por Ailton Krenak com os problemas socioambientais contemporâneos e a discussão sobre o declínio de civilizações trabalhada no exemplo da Ilha de Páscoa. É importante que essa noção não se confunda com ideias religiosas sobre o fim do mundo, que geralmente têm causalidades sobrenaturais e sobre-humanas, como a vontade de um Deus ou dos deuses. Pelo contrário,

Ailton Krenak se refere a um fim do mundo produzido pela interação humano-natureza, por estar fundamentada na dominação de uma ideia abstrata de "humano" sobre o que é tido como "natureza". Ailton Krenak propõe que os indígenas e outros povos tradicionais já têm vivido o "fim do mundo" há tempos, na forma de epidemias, pobreza, fome e violência.

Página 112

Antropocentrismo: a natureza a serviço do ser humano

Nesse momento, serão trabalhados os impactos em escala global decorrentes do avanço do sistema capitalista e industrial. Para isso, é importante marcar a diferença entre esse sistema econômico e os antigos, mencionados anteriormente, retomando os conhecimentos prévios da turma sobre o surgimento do capitalismo e seus pilares fundamentais. Apesar de impactos ambientais serem observados em sociedades do passado, não podemos incorrer no anacronismo de caracterizar a questão ambiental como um tema de todas as sociedades do passado, quando sabemos se tratar de uma problemática que surge em meados do século XIX e ganha força durante o século XX.

Elabore o conceito de antropocentrismo em diálogo com as reflexões feitas na atividade sobre o livro de Ailton Krenak. O antropocentrismo é a visão criticada por ele, e que orienta o modelo econômico capitalista com suas concepções dissociadas de humano e de natureza. Relacione o antropocentrismo à visão de mundo que orientou a expansão do capitalismo nos últimos séculos. A exploração dos recursos dos demais continentes pela Europa, a catalogação de pessoas em "raças", entre outros processos, tiveram como pressupostos uma visão de humano dissociada da natureza, que a percebe como simples recurso a ser explorado, vendido, destruído conforme a vontade dos humanos. A visão de "humano", por sua vez, foi construída de forma etnocêntrica, num processo que levou ao racismo moderno.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

As relações entre colonialismo, a espoliação de recursos naturais e o racismo podem ser desenvolvidas por meio da leitura da imagem e da resolução das questões. A visão que o artista tinha da África era a de "um peso sobre a Europa", como afirma o título. A cena principal mostra uma figura feminina branca que representa a Europa desfalecida e frágil, enquanto um personagem masculino negro está de cócoras sobre ela, observando-a com olhar arregalado e assustador, com adereços que remetem aos estereótipos de "bárbaros" que os europeus vinham criando sobre os povos da África. Os objetos na mesa são relacionados ao consumo de ópio, entorpecente de origem colonial muito consumido na Europa naquele período. Além de simbolizar uma suposta má influência das colônias nos costumes e na moralidade europeus, o ópio reforça a ideia de que a mulher está fragilizada, já que ela se encontra dopada. Na leitura, explore também as cenas ao fundo, ainda que algumas sejam de difícil leitura sem um trabalho mais contextualizado.

A ilustração expressa uma visão racista, que coloca como frágil e indefesa uma Europa que vinha invadindo, pilhando e violentando populações na África, enquanto traz como vilão a figura de um africano representado como bárbaro. As figuras ao fundo também remetem à ideia de um "fardo do homem branco", já que o imperialismo (então principal fonte de riquezas das potências europeias) é visto como um sacrifício que os europeus fazem para civilizar povos que resistem porque se recusam a deixar a barbárie (e não porque estão sendo invadidos e colonizados). Nos quadros, a África aparece como um peso porque seus habitantes combatem os colonizadores, apresentam-lhes reivindicações ou tentam impedir que tenham acesso a seus países (como se os europeus tivessem um direito natural de colonizá-los).

O entendimento da natureza como mero recurso deve ser observado historicamente nas práticas colonialistas e imperialistas. Podem ser trabalhados exemplos como a destruição da Mata Atlântica para a instalação de fazendas de açúcar e de café no Brasil, a exploração do marfim pelos belgas no Congo (que contribuiu para a ameaça de extinção dos elefantes), entre outros. O pau-brasil, planta que dá nome ao nosso país, é também um exemplo interessante, já que seu valor comercial na produção de tintas no século XVI levou à rápida destruição das plantas nativas abundantes na Mata Atlântica, de maneira que hoje o pau-brasil está ameaçado de extinção.

Página 113

Análise: Preservar e compreender

Respostas

1. Sua contribuição foi propor um entendimento da natureza tendo em vista suas características. Para Schilling, a natureza deve ser compreendida por ela mesma, e não em função dos interesses e desejos humanos.

O buraco na camada de ozônio

Os impactos humanos sobre a camada de ozônio permitem desenvolver a percepção de que [illegible]is contemporâneos são [illegible] da nossa época. A destruição ocorre por emissões feitas principalmente por aparelhos de refrigeração e aerossóis, produtos industriais que usam tecnologias desenvolvidas nos séculos XIX e XX.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 114–115

Análise: A volta do CFC?

Respostas

1. De acordo com dados apresentados no texto, mais de 20 milhões de casos de câncer e 130 milhões de casos de catarata.
2. O risco é o de que a volta da produção de CFC-11 não seja contida, levando à inviabilização do cronograma de recuperação da camada de ozônio, estabelecido desde os anos 1980.
3. Há esforços internacionais no enfrentamento de problemas ambientais de escala global, como o buraco na camada de ozônio. Por se tratar de um problema causado por gases que eram usados por diversos países em geladeiras, aerossóis, etc., apenas um esforço conjunto de todo o mundo poderia conter o problema, o que de fato ocorreu, embora hoje essas conquistas estejam ameaçadas.

Página 116

Respostas

1. Os gráficos permitem deduzir uma estreita correlação entre a emissão de gás carbônico e as temperaturas verificadas na Antártica ao longo dos últimos 800 mil anos.
2. O aumento na emissão de gás carbônico a partir do final do século XIX e durante o século XX se deve aos impactos da Revolução Industrial. As variações do gráfico 1 tinham causas naturais, enquanto o aumento notado no gráfico 2 é causado por processos sociais, econômicos e tecnológicos, tendo, portanto, causas humanas.
3. Apesar de pequenas reduções em alguns momentos da série, a tendência geral do século XIX ao XXI tem sido a de aumento das emissões, com uma aceleração a partir da segunda metade do século XX.
4. Como abordado no caso do buraco da camada de ozônio, problemas ambientais de alcance planetário requerem conversações internacionais que resultem em tratados, protocolos e outros documentos, no sentido de um compromisso com um esforço global para reverter essa situação.

Páginas 118–119

Articulação internacional para o enfrentamento da questão ambiental

É importante ressaltar que existem esforços para que se consiga atingir modelos mais sustentáveis e redução dos impactos das atividades econômicas. Assim, é possível evitar uma leitura fatalista sobre os desafios ambientais, como se não houvesse "mais nada a fazer". Discursos catastrofistas e alarmistas costumam não produzir bons efeitos do ponto de vista pedagógico e pouco mobilizam os estudantes para reflexão. Por isso a importância de se apresentar soluções já encontradas e construir

caminhos novos a serem trilhados – por exemplo, a Agenda 2030 e os ODS. Enfatize a importância dessas decisões e promova uma reflexão sobre a responsabilidade de todos pelo futuro do planeta.

Análise: Matrizes elétricas

O foco desse boxe não é a questão energética, mas ela se torna imprescindível quando se pretende discutir alternativas aos problemas climáticos. Aproveite esse momento para retomar os conhecimentos sobre o tema, revisitando conceitos como fontes limpas e sujas, fontes renováveis e não renováveis, além das vantagens e desvantagens de cada fonte de energia mencionada nos gráficos.

Respostas

1. Resposta pessoal. As fontes de energia variam em cada região do planeta, a depender de fatores naturais, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos. A maior ou menor disponibilidade de um recurso, o desenvolvimento científico e tecnológico, acordos internacionais, o acesso a tecnologias nucleares, dinâmicas comerciais, problemas ambientais enfrentados, entre outros aspectos, podem contribuir para essas mudanças.
2. Apesar de todos os casos serem bastante dependentes de fontes como carvão, petróleo e energia nuclear (que [illegible] os ambientais), o modelo da Alemanha é relativamente mais seguro por incluir uma participação crescente de matrizes energéticas renováveis.
3. A queima de carvão, que é de longe a principal fonte de energia chinesa, contribui para o aquecimento global e provoca impactos ambientais diversos, relacionados principalmente à poluição atmosférica.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 120

A busca por novos modelos de desenvolvimento econômico

Saliente a existência de discursos opostos em relação às políticas globais de enfrentamento aos problemas do meio ambiente. De um lado, a perspectiva de que essas políticas limitam o desenvolvimento nos marcos do atual regime econômico; de outro, o ponto de vista que considera o próprio modelo econômico um problema, que deve ser superado para o enfrentamento dos desafios ambientais.

Página 122

Respostas

1. Uma grande diminuição da área coberta pela Mata Atlântica.
2. A diminuição é resultante dos processos de colonização e de desenvolvimento da economia capitalista no Brasil ao longo dos séculos.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem as áreas remanescentes com políticas ambientais adotadas ao longo do tempo, em particular, nas últimas décadas, a criação das Unidades de Conservação.
4. A Mata Atlântica tem sido desflorestada desde os primeiros tempos da ocupação portuguesa do território, em processos que se relacionam com a exploração do pau-brasil, do açúcar, do café, da pecuária, entre outras atividades econômicas.

Página 123

Respostas

1. Com curiosidade sobre espécies que não existiam na Europa e com interesse em potencialidades econômicas, como a especulação sobre a existência de ouro, prata e outros metais, a disponibilidade de água e a fertilidade da terra.
2. São os povos indígenas que naquele momento estabeleciam os primeiros contatos com os portugueses na costa sul da Bahia. A salvação tinha sentido religioso, já que a colonização era justificada como esforço de expansão da fé cristã por meio da conversão de povos nativos de outros continentes, em especial, da América.

Mapa: Brasil: densidade demográfica – 2010

Faça uma leitura do texto e do mapa, de maneira a enfatizar a correlação entre as características do processo de colonização e a atual distribuição da população brasileira no território, com forte concentração litorânea e em áreas que no passado foram importantes regiões produtoras de açúcar (litoral do Nordeste, do Rio de Janeiro e de São Paulo), de extração de ouro (Minas Gerais) e

de plantação de café (partes de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais). Um fator posterior que precisa ser considerado na análise da distribuição demográfica atual é a industrialização, concentrada principalmente no Sudeste do país, com destaque para o estado de São Paulo.

Página 124

Uso predatório dos recursos naturais

Contextualize os diferentes momentos do avanço da lógica colonial e comercial sobre o território brasileiro, que no século XVI era quase todo ocupado por povos indígenas. Retome as ideias ligadas à visão de natureza intocada, que mais tarde iria dar embasamento à criação das primeiras áreas de preservação no mundo, no século XIX. Essa visão romantizada, associada ao Éden bíblico, é também muito presente no século XVI, contexto da colonização brasileira. É fundamental lembrar aos estudantes que o território que viria a ser o Brasil era ocupado há milênios por comunidades complexas, muitas delas já desaparecidas quando os colonizadores exploraram a região. Mencione, por exemplo, a fértil terra preta de índio (TPI), comum na Amazônia. Muito estudada pela pelos cientistas, essa terra é resultado do manejo do solo por parte de grupos indígenas com registros de mais de 2 000 anos.

O processo de expansão sobre os territórios indígenas ocorreu sob justificativas diversas, desde a expansão da fé cristã e do poder real no Período Colonial (séculos XVI-XVIII), passando pela justificativa civilizatória do século XIX, até os discursos sobre o desenvolvimento e a integração nacional nos séculos XX e XXI.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 125

Respostas

1. A propaganda foi elaborada pelo governo federal, então no auge da repressão do regime militar por meio do Ministério do Interior e da Sudam. O objetivo era convencer empresas e indivíduos a investir em empreendimentos na Amazônia com promessa de apoio do governo para obtenção de grandes lucros.
2. No *slogan* "Chega de lendas, vamos faturar!", as lendas remetem às concepções de mundo e modos de vida de povos e comunidades tradicionais, em especial, os indígenas, que deveriam dar lugar a empreendimentos lucrativos industriais, agropecuários e de serviços.
3. A região onde se localiza a Floresta Amazônica é representada no mapa por imagens de indústrias e de um boi, que remetem às atividades econômicas incentivadas pela propaganda. Trata-se de uma visão da natureza simplesmente como recurso lucrativo a ser explorado.
4. As políticas do regime militar para a Amazônia (incluindo a abertura de estradas como a Transamazônica; a criação da Zona Franca de Manaus; os incentivos ao avanço da fronteira agropecuária, à derrubada de florestas nativas e ao uso de maquinários e agrotóxicos que caracterizam a Revolução Verde; entre outras) estão na base dos problemas atuais vividos na região. Como demonstrado no cartaz, essas políticas foram concebidas sob uma perspectiva que observava a floresta apenas como recurso a ser explorado economicamente, sem consideração nem pelos modos de vida tradicionais já existentes na região nem pelas problemáticas ambientais.

As políticas públicas voltadas à preservação ambiental no Brasil

Com base nesse tema, o percurso desenvolve as reflexões sobre o Brasil sob uma perspectiva prática, voltada para as políticas públicas ligadas ao meio ambiente. Para além das questões climáticas, o desafio brasileiro reside na conservação ambiental das florestas nativas em meio ao processo histórico de ocupação territorial e ao lugar que historicamente ocupamos na divisão internacional do trabalho. Levante os conhecimentos prévios dos estudantes em relação ao tema da legislação ambiental no Brasil. Pergunte se eles conhecem as regras do Código Florestal e se alguém já visitou alguma Unidade de Conservação. Valorize as vivências e os conhecimentos dos jovens sobre o tema.

Página 126

Respostas

1. A maior concentração de Unidades de Conservação no Brasil está na Região Norte, em áreas florestais da Amazônia. Essa distribuição está relacionada ao avanço mais recente da economia capitalista sobre essa região e à organização e luta de povos tradicionais e de ativistas socioambientais, permitindo que áreas maiores de florestas fossem preservadas. Em regiões como o Nordeste, desde o Período Colonial, houve avanços sobre áreas florestais, de maneira que muito pouco sobrou da Mata Atlântica. No Sudeste e no Sul do país, embora tenham ocorrido processos semelhantes, há uma maior presença dessas unidades, principalmente em áreas litorâneas e serranas de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Centro-Oeste, o rápido avanço da pecuária e da monocultura no século XX devastou grandes áreas dos biomas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal.

Os dois tipos de Unidades de Conservação

Diferencie as áreas de proteção integral das de uso sustentável, do ponto de vista da legislação e das explicações para essa distinção. Destaque a importância da existência de áreas de uso sustentável como as reservas extrativistas, que conjugam a sustentabilidade com a manutenção de seus modos de vida, para que comunidades tradicionais desenvolvam atividades econômicas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 127

O novo Código Florestal Brasileiro

Ampliando

Recomenda-se o trabalho com o longa-metragem *A lei da água*, lançado em 2016 (disponível em: https://vimeo.com/123222594; acesso em: 14 ago. 2020). O filme foi produzido por institutos ligados à preservação socioambiental no Brasil e inclui entrevistas e análises sobre a importância da preservação ambiental no Brasil e sobre os debates em relação ao Código Florestal Brasileiro.

Páginas 128-129

Atividades

Respostas

1. O avanço da soja teve como ponto de partida a Região Sul do Brasil, incluindo em 1973 quase todo o território dessa região, além de partes do Sudeste e do Centro-Oeste. Os biomas predominantes na região eram a Mata Atlântica e o Cerrado. Nas décadas seguintes, a soja avançou em direção ao norte, acompanhando o bioma do Cerrado com grande intensidade e atingindo, mais recentemente, o bioma amazônico. Contudo, a expansão não ocorreu na Caatinga.
2. **a)** Espera-se que os jovens descrevam os diferentes elementos do infográfico. Na parte superior dele há um mapa e um gráfico, em tamanho destacado, com dados sobre o desmatamento na Amazônia nas últimas décadas. Na parte inferior são incluídos gráficos, ilustrações, dados quantitativos e um pequeno mapa. São informações sobre a área total desmatada (comparável à área do Rio de Janeiro), a violência relacionada a conflitos de terra e as consequências do desmatamento.

   b) O desmatamento caiu entre 2004 e 2012, mas passou a ter uma tendência de crescimento a partir de 2013, embora com variações. Em 2018, a taxa foi a mais alta desde 2008. O desmatamento avança principalmente no sul e no leste da Amazônia, nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará (neste, apenas no sudeste), nas áreas que não são Terras Indígenas nem Unidades de Conservação. Esse padrão espacial está relacionado à expansão da fronteira do agronegócio, que ocorreu primeiramente no bioma do Cerrado, atingindo a Amazônia mais recentemente. Sua variação no tempo pode ser relacionada também a mudanças nas políticas ambientais nos últimos anos.

   c) Unidades de Conservação são áreas de preservação ambiental que podem ser destinadas tanto à proteção integral quanto ao uso sustentável por povos e comunidades tradicionais. A ausência de desmatamento em Unidades de Conservação demonstra que elas são cruciais para a preservação do bioma amazônico.

   d) Espera-se que os jovens retomem os conteúdos sobre os outros biomas brasileiros, relacionando o processo atual de avanço da fronteira agropecuária sobre a Amazônia com processos anteriores, como a destruição da Mata Atlântica pela cafeicultura escravista no Período Imperial

e a destruição do Cerrado pela mesma expansão que atualmente atinge o bioma amazônico.

e) Entre outras, a perda de biodiversidade, o aquecimento global, a poluição, a degradação das condições de vida para a população local, a destruição de culturas e modos de vida tradicionais e os impactos negativos em atividades econômicas como o extrativismo florestal e o ecoturismo.

f) Chico Mendes foi um seringueiro e ativista socioambiental que acabou assassinado por fazendeiros. Seu assassinato foi motivado pela defesa das práticas extrativistas tradicionais dos seringueiros (que adotavam e incentivavam uma relação sustentável com a floresta) diante do avanço da fronteira agropecuária na região. Esse crime explicita a diferença entre uma visão integrada do ser humano com a natureza (já que sua atividade pressupõe a preservação da floresta) e uma visão dissociada, na qual a natureza é vista somente como recurso (o que ocorre com os pecuaristas que o mataram, interessados em transformar a floresta em pastagens).

Percurso 6

Violência, juventude e sociedade brasileira

Página 130

Comente com os estudantes sobre a articulação das políticas neoliberais utilizando os dados apresentados, mencionando que elas têm contribuído para um distanciamento crescente entre a base e o topo da pirâmide socioeconômica brasileira, não apenas pela retirada de direitos trabalhistas e sociais históricos mas também pela "uberização" do mundo do trabalho, o que não deixa de ser uma forma de violência contra os mais vulneráveis. Ao levantar essa temática, promova o protagonismo dos estudantes mostrando os vínculos entre neoliberalismo e concentração de riqueza, considerando que, ainda que indiretamente, são atingidos por eles.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam o grau extremo de desigualdade.
2. Resposta pessoal. Deve ser enfatizada a ausência de políticas públicas eficazes e de longo prazo que tenham por objetivo evitar a evasão escolar (que apresenta índices alarmantes sobretudo entre os estudantes da rede pública do Ensino Médio), o que se relaciona em grande parte à necessidade precoce de inserção desses jovens no mercado de trabalho como forma de complementação da renda familiar. Os estudantes devem compreender adequadamente o conceito de Estado, tanto como poder coercitivo e territorial quanto como expressão política da sociedade na forma do Estado democrático de direito. Um Estado que pretenda promover a democracia e os Direitos Humanos deve tomar medidas efetivas para desconcentrar a renda e a propriedade no país. Entre as medidas que podem ser propostas estão mudanças na tributação (como a substituição de impostos sobre o consumo por impostos sobre grandes fortunas e heranças), aumento de salários dos trabalhadores, programas sociais ou voltados para a distribuição de renda; incentivo a pequenos produtores rurais e a microempresários; investimentos em educação pública etc. Outras questões também poderiam ser debatidas ao longo da atividade, como a natureza predatória do capital sobre o trabalho em função da atual hegemonia das políticas neoliberais, a precarização e informalidade que vêm se abatendo sobre o mundo do trabalho, além do desemprego estrutural em grande parte decorrente das contínuas inovações tecnológicas.
3. Resposta pessoal. Há muitos especialistas que percebem a violência, particularmente aquela que vitima jovens das periferias dos grandes centros urbanos, como estrutural e articulada às disparidades sociais que vêm se aprofundando no país.

Página 132

Violência e ação do Estado

Ao trabalhar o conteúdo, é importante que se chame a atenção dos estudantes para a contradição existente na dinâmica do Estado brasileiro, que, em tese, deveria proteger a sociedade contra a violência, mas, não raramente e de maneira seletiva, pratica diversas formas "legítimas" de violência: intimidação (violência psíquica), agressões (violência física), invasão de domicílios (violência à privacidade) ou na repressão às manifestações culturais, como nos bailes *funks* (violência à identidade). Os

principais atingidos por essa violência são os jovens em situação mais vulnerável, nas periferias das grandes cidades.

Análise: Declaração Universal dos Direitos Humanos

Respostas

1. Resposta pessoal. Podem ser mencionadas limitações à realização desses direitos em diversos pontos. No artigo I, quanto à igualdade em dignidade e direitos, em razão da miséria e exclusão da cidadania, e quanto ao espírito de fraternidade, que não condiz com a realidade violenta e excludente do Brasil. No artigo II, quanto à persistência de formas de discriminação, relativas à raça, sexo, religião, etc. No artigo III, no que diz respeito à violência, a injustiças no sistema penal (por exemplo, milhares de pessoas presas sem terem sido condenadas) e a diversos problemas que levam à morte de cidadãos, como a precariedade do sistema de saúde em diversas localidades. No artigo IV, quanto à persistência de trabalhos em condições análogas à escravidão, tanto em contextos rurais quanto urbanos. No artigo V, no que diz respeito à persistência de torturas e castigos cruéis e degradantes no sistema penal e na atuação de agentes da segurança pública e privada, em diversos contextos.
2. Resposta pessoal. É importante que os conceitos da Declaração sejam objeto de reflexão nesse debate. Por exemplo, se a violação diz respeito à tortura, é importante definir o que esse termo significa no contexto da Declaração e para os fins a que ela se propõe. Já [illegible] como discriminação, [illegible] humana, igualdade de direitos, a depender do caso analisado.
3. Resposta pessoal. Com base nos casos concretos analisados, os estudantes devem problematizar as condições atuais de se efetivar a DUDH no Brasil por meio da análise de suas estruturas sociais e levando em conta problemas como a desigualdade e a violência.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 133

Análise: Violência contra jovens

Na condução da atividade, fique atento ao fato de que alguns dos estudantes podem já ter sido direta ou indiretamente impactados por algumas das formas de violência abordadas na atividade. Em caso positivo, preste atenção a possíveis falas preconceituosas de seus colegas, salientando a necessidade de respeito e empatia.

Respostas

1. Os cartazes denunciam a violência que atinge os jovens brasileiros. O primeiro afirma a necessidade de construir uma cultura de paz, enquanto o segundo incentiva e provoca os jovens a se posicionar diante das situações de violência cotidiana e a reagir a elas, para que não sejam naturalizadas pela sociedade.
2. O *Atlas da violência* apresenta dados estatísticos, e portanto com base na realidade, que demonstram os índices de violência contra jovens. Por se tratar de informações coletadas por meio de método científico, podem ser utilizadas como base para políticas públicas.

   Os cartazes denunciam essa mesma realidade de forma visual, poética e artística usando imagens e frases que levam o público a se sensibilizar e refletir sobre essa realidade.
3. Resposta pessoal. Estimule a criatividade dos estudantes para que expressem de forma artística suas emoções, indignações, medos e posicionamentos e proponham ações concretas que levem ao enfrentamento e combate da violência no cotidiano e à construção de uma cultura de paz na sociedade.

Página 134

A sociedade brasileira no início do século XXI e suas contradições

Relacione a escravidão e a concentração de terras às desigualdades socioeconômicas brasileiras com base nos dados apresentados. Além de ampliar o repertório dos estudantes acerca do tema, ao revelar a dimensão do tráfico de africanos escravizados para o Brasil ao longo do século XIX, maior do que até então afirmava a historiografia, o texto pode ser percebido, também, como um elemento de análise histórica que possibilita um debate mais amplo sobre a persistência do racismo estrutural em nossa sociedade. Estimule o protagonismo dos estudantes de modo a ampliar o diálogo entre o tempo presente – no qual são visíveis os perversos desdobramentos do racismo estrutural, tais como o preconceito, a discriminação

étnico-racial e a desvalorização da identidade cultural de matriz africana – e o tempo passado, permeado por mais de trezentos anos de escravidão na formação sociocultural brasileira.

Ao se aproximar do período contemporâneo, o conteúdo promove uma reflexão crítica sobre as verdadeiras "prioridades nacionais" em um país com as características do Brasil. Sugere-se que seja destacada a importância dos investimentos em áreas como saúde, educação e saneamento básico, percebidas como essenciais à construção de uma sociedade menos desigual, com mais coesão social e, por conseguinte, menos violenta.

Página 136

A questão da terra: os Estados Unidos como referência

Desenvolva com os estudantes a análise e comparação entre eventos e processos históricos envolvendo a (des)concentração de terras e o desenvolvimento nacional nos Estados Unidos e no Brasil. Os dois países tinham escalas demográficas e econômicas semelhantes no início do século XIX, mas ao final do século a economia dos Estados Unidos já era nove vezes maior que a brasileira.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 137

Respostas

1. A lei foi um fator importante no desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, que viriam a se tornar a maior potência mundial durante o século XX. A formação de um país de pequenas propriedades desenvolveu o mercado interno e deu condições para a expansão mundial da economia estadunidense.
2. O Homestead Act (1862) promoveu a distribuição de terras devolutas e a imigração em massa, levando a economia estadunidense a deslanchar. A Lei de Terras (1850) atuou em sentido contrário no Brasil, já que impedia o acesso legal da população pobre às terras devolutas. O debate deve respeitar o pluralismo de ideias e os jovens devem utilizar os dados e as informações do percurso.
3. Os jovens devem utilizar o debate da questão anterior para elaborar uma síntese da comparação entre o Homestead Act (1862) e a Lei de Terras (1850), destacando que as leis tiveram sentidos opostos, levando à facilitação do acesso à terra por pequenos proprietários nos Estados Unidos e à concentração de terras no Brasil.

A questão da terra: o México como referência

Contextualize o México do início do século XX como um país em que o poder era oligárquico e a terra era monopolizada por poucos fazendeiros, não diferindo muito do Brasil. A história da Revolução Mexicana pode ser aprofundada com a análise de fotografias e de canções. Uma das canções é *Adelita*, feita em homenagem à Adela Velarde Pérez, que começou suas atividades como enfermeira e terminou como *soldadera* nas tropas do general Pancho Villa. Ela e as demais "Adelitas" foram homenageadas pelo cancioneiro popular e ainda hoje fazem parte da memória popular. Se possível, promova a audição dessa canção folclórica em sala de aula e discuta com os estudantes o significado histórico de sua letra. A canção aborda o contexto de guerra generalizada que caracterizou o México naquele período, permitindo analisar o evento da perspectiva das pessoas que se envolveram nesses conflitos, entrelaçando seus dramas pessoais com os grandes eventos da Revolução Mexicana.

Na atualidade, todo dia 20 de novembro, meninas e adolescentes mexicanas se vestem de "Adelitas", numa espécie de ritual que tem o objetivo de resgatar e manter viva a memória da Revolução. No Museu Nacional da Revolução, na Cidade do México, há diversas obras de arte (pinturas e esculturas) que fazem referência às "Adelitas" da revolução.

Página 139

A questão do patrimonialismo e as desigualdades socioeconômicas

O patrimonialismo está ligado com o termo **corrupção**, mais presente no senso comum, e pode ser construído em diálogo com ele. Contudo, ao contrário de corrupção, o patrimonialismo define práticas que a princípio eram tidas como legais e legítimas no contexto do Estado colonial português e da formação do Estado brasileiro.

Análise: "Falta ao poder temer o povo"

Respostas

1. Resposta pessoal. Podem ser relacionadas ações do Estado como a manutenção de uma imensa concentração fundiária e de uma estrutura tributária que recai principalmente sobre os mais pobres; os seguidos casos de corrupção (licitações fraudulentas, financiamento ilegal de campanhas, etc.), os descasos com serviços públicos essenciais, os seguidos abusos e violações aos Direitos Humanos cometidos por agentes de segurança contra os mais pobres, principalmente os jovens negros de periferias urbanas etc.

Página 140

Respostas

1. Resposta pessoal. Oriente os estudantes para que pesquisem sobre a história do patrimonialismo do Brasil, podendo recorrer a interpretações clássicas das Ciências Humanas, como as obras de Raymundo Faoro (*Os donos do poder*, mencionado no texto), de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, em especial o capítulo "O homem cordial") e Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil contemporâneo*, em particular a história da administração colonial portuguesa). Também podem ser sugeridas análises contemporâneas das áreas de Ciências Sociais e de História do Brasil.
2. Resposta pessoal. O patrimonialismo pode ser entendido como uma forma de violência contra a sociedade, ao provocar sofrimentos como a precariedade de condições de vida, falta de atendimento de saúde, fome, miséria, exclusão da cidadania, analfabetismo etc. Afinal, a reiteração dessas práticas desvia para atores privados, por meios escusos, recursos que são essenciais para a efetivação de direitos dos cidadãos. A correlação entre violência e quadros de pobreza e a desigualdade também permitem perceber o patrimonialismo como causa do agravamento de formas mais diretas de violência como os assaltos e homicídios.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 140-141

Patrimonialismo e sistema tributário brasileiro: outra forma de violência

Para os estudantes compreenderem o sistema tributário brasileiro, se faz necessário trabalhar conceitos como sistema progressivo/regressivo, impostos diretos/indiretos, lucros e dividendos, herança, alíquota etc. Sugere-se a leitura do verbete "imposto" do *Novíssimo dicionário de Economia*, disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf (acesso em: 19 ago. 2020).

Ao final, desenvolva os conceitos de mérito e meritocracia, de maneira a problematizar a desigualdade de "pontos de partida" na concorrência por formação, empregos, renda etc.

Página 142

Respostas

1. Segundo o autor, a meritocracia precisa ser combatida porque, nas condições da sociedade brasileira, ela é um mito que serve para a reprodução de desigualdade. Nesse contexto, ela se torna uma lei do mais forte e promove a exclusão social. Os jovens devem relacionar ao conteúdo da resposta ideias e conhecimentos com base em suas próprias vivências. Por exemplo, podem ser citados exemplos de formas de acesso ao Ensino Superior e a postos no mercado de trabalho que em tese premiam o mérito, mas que na prática funcionam como instrumentos de reforço de desigualdades.

A questão de gênero e as desigualdades socioeconômicas

A questão de gênero – expressão que começou a ser utilizada pelos movimentos feministas estadunidense e inglês na década de 1980 – deve ser abordada em sala

de aula com muito cuidado e sensibilidade, de sorte a evitar, eventualmente, possíveis atitudes preconceituosas e discriminatórias entre os próprios estudantes. Naquela época, os estudos sobre a condição social das mulheres apontavam para uma expressiva desigualdade entre estas e os homens, que aumentava conforme a classe social, a raça e a etnia. Ela se materializava tanto no âmbito público como no privado, traduzindo-se em salários menores pagos às mulheres por funções idênticas àquelas realizadas por homens e na inexpressiva participação feminina na vida política. Ela se estendia também à dupla moral sexual (quando o adultério é aceito socialmente quando praticado por homens, mas não por mulheres) e à desigual distribuição de papéis domésticos.

A desigualdade era (e em muitos casos ainda é) justificada por variados segmentos sociais, tanto na esfera religiosa como em meios "científicos" e políticos, com base numa "inata" e "inevitável" diferença entre os sexos. Portanto, torna-se necessário abordar essa temática com as devidas atenções, compreendendo gênero como uma categoria relacional (ou seja, o feminino e o masculino existem na interface uns com os outros) e não como uma determinação com base no sexo biológico. Nem sempre há uma coincidência entre o sexo biológico e a identidade de gênero de cada pessoa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 143

Respostas

1. Resposta pessoal. Oriente os estudantes para que pesquisem a tipificação de feminicídio no Código Penal Brasileiro e formulem propostas de políticas que realizem de maneira mais efetiva os objetivos da lei de coibir casos graves de violência de gênero. As propostas podem envolver tanto o âmbito da justiça penal (por exemplo, aperfeiçoando o texto do Código) quanto propostas de outra natureza, como espaços de apoio e acolhimento a mulheres vítimas de violência, programas para ressocialização de homens com histórico de violência contra mulheres, espaço maior para o aprendizado dos problemas das desigualdades e violências de gênero na escola, na imprensa e na mídia etc.
2. Resposta pessoal. Os estudantes devem problematizar as desigualdades na divisão das tarefas domésticas com base em suas vivências familiares. Para essa atividade, desenvolva o conceito de "dupla jornada feminina", que se define pelo acúmulo das tarefas domésticas não remuneradas e do trabalho remunerado que contribui para a renda da casa. Nesse caso, as propostas não devem se dirigir à legislação ou ao poder público. Elas devem estar direcionadas à divisão realizada no âmbito doméstico.

Página 145

Respostas

1. Entre 20 e 29 anos (28,2%) e entre 30 e 39 anos (29,8%). Os estudantes devem debater possíveis hipóteses sobre essa incidência. As hipóteses podem estar associadas ao perfil demográfico da população (no qual as mulheres nessas faixas etárias são maioria) e às características do crime, que é praticado por parceiros afetivos (namorados, noivos, maridos) ou ex-parceiros, atingindo geralmente as mulheres adultas que estão em relacionamentos duradouros.
2. Sim, 88,8% dos agressores são companheiros ou ex-companheiros, evidenciando um padrão de agressões no âmbito de relações conjugais.
3. Existe uma maior incidência entre mulheres de baixa escolaridade, ainda que não seja insignificante o número de mulheres com Ensino Superior que são vítimas da violência, evidenciando que o problema abrange todas as mulheres.

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam a linguagem do texto jurídico e observem os objetivos dos artigos, podendo propor seu aprimoramento. O texto da Lei Maria da Penha está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm (acesso em: 15 ago. 2020).
2. Resposta pessoal. Ainda que a violência de gênero continue sendo um grave problema no Brasil, a lei tem ajudado a impedir o estabelecimento ou a continuidade de ciclos de violência como aqueles que quase vitimaram Maria da Penha Maia Fernandes. Oriente os estudantes para que pesquisem dados e informações sobre a violência de gênero no país antes e depois da implementação da lei.

Na mudança... há permanência

Contextualize a obra de Giuseppe Tomasi di Lampedusa num momento de grandes transformações políticas na Itália, que envolviam a negociação, a guerra e o estabelecimento de um novo regime político. A máxima "Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude" pode ser compreendida como um encaminhamento possível dos conflitos políticos e sociais quando uma elite social comanda a formação nacional e a modernização do país de maneira a controlar as mudanças para que, no fundo, fique tudo como está. Esse processo é denominado por muitos autores de "modernização conservadora" e aproxima os exemplos da Itália e do Brasil.

Página 147

Futebol: racismo estrutural e violência

A análise do texto pode trazer à tona as diversas formas de violência que permeiam o futebol, algumas óbvias, outras "invisibilizadas", uma vez que foram "naturalizadas" sob o argumento de que "brasileiro é assim mesmo". O futebol pode ser percebido como um microcosmo da sociedade brasileira, sendo ao mesmo tempo vítima e agressor do racismo estrutural. Os atos de violência que o permeiam se repetem com uma frequência preocupante: "guerras" entre torcidas organizadas, agressões físicas que se traduzem em espancamentos de adversários – percebidos como inimigos que devem ser destruídos –, além dos cantos homofóbicos, misóginos, eivados de preconceitos raciais e mesmo de classe, tão presentes no comportamento de várias torcidas. As vítimas, não raramente, são os próprios jogadores, como no caso do goleiro Aranha, em 2014, que pode servir de "estudo de caso" para que a questão seja debatida com os estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 148

Rap e *funk*: protagonismo jovem e denúncia da violência cotidiana

Ao finalizar o percurso, proponha uma reflexão sobre o protagonismo dos jovens na denúncia e combate à violência. Tanto o *rap* quanto o *funk* têm diversos conteúdos que explicitam as violências sofridas pela juventude periférica brasileira. Algumas letras podem ser trabalhadas, sendo recomendável que haja espaço para os estudantes apresentarem sugestões. Alguns artistas que compuseram letras críticas à situação dos jovens brasileiros são, no *rap*, Racionais MCs (*Quanto vale o* show*?*), Sabotage (*Um bom lugar*) , MV Bill (*Soldado do morro*), Djonga (*Ladrão*), Negra Li (*Brasilândia*), Lado A (*Somos o problema*), além da série de reuniões de artistas intitulada Favela Vive. No *funk*, destacam-se no tema da crítica à violência artistas como Duda do Marapé (*Cai lágrimas*), Menor do Chapa (*O crime taí*), MC Rodson (*Favela é lugar de paz*) e MC Carol (*Delação premiada*).

Página 149

Prática de pesquisa: Unidade de Conservação

Elabore o conceito de Unidade de Conservação antes de iniciar a atividade. Segundo a lei brasileira, Unidade de Conservação é o "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Existem diferentes tipos de Unidades de Conservação, incluindo aquelas de proteção integral – que não permitem a exploração econômica – e as de uso sustentável. O *link* da WWF Brasil traz a definição e os tipos de

unidades: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/ (acesso em: 15 ago. 2020).

- **Juntem-se e pesquisem!:** Os casos apresentados são fictícios, construídos com base em um apanhado de informações reais de diferentes lugares. A divisão dos estudantes entre as três áreas pode ser feita por afinidade, contanto que tenha ao menos um grupo para cada área.
- **Engajem-se e debatam!:** Reserve um tempo para que os grupos organizem suas propostas para as Unidades de Conservação. Não há resposta correta nesse momento. Trata-se de uma sensibilização para a discussão, nesse tópico, sobre a criação das UCs no Brasil. Procure elencar alguns temas que atravessam todas as áreas para a discussão final: papel do turismo; interesses econômicos; grupos humanos diversos; interesses políticos; diferentes graus de devastação. Caso julgue pertinente, os estudantes podem construir e preencher uma matriz de Leopold (popularmente conhecida como Matriz de Impacto Ambiental). Ela é muito utilizada para a quantificação dos impactos socioambientais em estudos que visam ao licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Você encontra detalhes sobre a matriz de Leopold no livro *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*, de Luis Henrique Sanchez (Oficina de Textos). A cada apresentação, relacione no quadro as dificuldades e soluções apontadas pelo grupo, para que na sequência elas sejam comparadas, justificadas e debatidas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 150-151

Atividades

Respostas

1. A violência vitima jovens brasileiros de diversas formas, incluindo a precariedade das condições de vida, a exclusão da cidadania em diversos âmbitos (como o direito à educação, à saúde, à dignidade humana, à segurança alimentar, à moradia, à liberdade, à igualdade de direitos etc.), na atuação arbitrária e ilegal de agentes do Estado na abordagem de jovens negros e periféricos, na violência de gênero que atinge mulheres de todas as idades, e nas múltiplas formas de conflitos sociais e criminalidade urbana e rural, incluindo desde situações como assaltos e brigas de torcida até quadros que se assemelham a guerras, como nos confrontos que envolvem Forças Armadas, milícias e facções criminosas em algumas metrópoles.
2. As desigualdades sociais no Brasil são estruturais, e se relacionam historicamente com a escravidão, a concentração fundiária, o patrimonialismo e o autoritarismo, tendo como uma das consequências os altos índices de violência, em especial contra as populações mais vulneráveis e as juventudes negras dos grandes centros urbanos.
3. Porque a apropriação do público pelo privado tem sido uma prática persistente que produz exclusões, desigualdades e violências estruturais, relacionadas a não realização da cidadania para as parcelas mais pobres da população.
4. A concentração de renda produz quadros de desigualdade social e de falta de perspectivas e de possibilidades de integração econômica para uma grande parcela da população. Nesse quadro, a criminalidade e outras formas de violência se tornam alternativas de sobrevivência, estratégias de ascensão ou formas de expressar a frustração para muitas pessoas, em particular os jovens que vivem em situações de exclusão social.
5. Quando o futebol chegou ao Brasil, a grande concentração de renda e a estrutura de poder oligárquico já produziam uma realidade violenta no país, que foi agravada num processo de modernização seletivo, desigual e excludente. Entre essas exclusões, a mais notável é o racismo, que por muito tempo excluiu os jogadores negros e mestiços do esporte. Apesar de seu elitismo e racismo iniciais, o futebol se popularizou, mas a violência não deixou de fazer parte de sua história, pois as práticas nesse esporte reproduzem as características da sociedade como um todo. Contemporaneamente, a violência relacionada ao futebol pode ser observada, por exemplo, na exclusão de setores populares das arenas esportivas devido aos preços proibitivos; nas brigas entre torcedores, que por vezes resultam em mortes; na atuação arbitrária e brutal de agentes de segurança públicos e privados contra torcedores;

nas expressões de racismo, inclusive contra jogadores; nas desigualdades de gênero e misoginia que atingem as mulheres que praticam o esporte ou são torcedoras; e nos eventos que reproduzem uma cultura homofóbica, ainda muito forte no esporte.

6. Para trabalhar o Texto 2, torna-se importante uma ampla reflexão crítica com os estudantes de modo que percebam que a ausência de políticas públicas efetivamente voltadas a superar estruturalmente as disparidades socioeconômicas de nosso país, assim como o modelo concentrador de renda no capitalismo brasileiro estão na gênese da maior letalidade pelo covid-19 entre a população mais vulnerável.

a) Resposta pessoal. No desenvolvimento da atividade, os estudantes precisarão realizar a pesquisa em *sites* oficiais, em instituições como o IBGE e na imprensa, a depender de seu contexto local.

b) Resposta pessoal. Oriente os estudantes na redação do documento coletivo a ser enviado às autoridades. O protagonismo deve ser deles, que, ao longo da pesquisa, podem levantar outros dados relevantes para o debate da relação entre disparidades socioeconômicas e a chamada "violência invisível". Quanto ao documento a ser elaborado conjuntamente pelo grupo, fica a critério do professor definir o melhor meio para que ele chegue às devidas autoridades públicas a que se destina.

c) Resposta pessoal. Oriente os estudantes para que pesquisem dados e informações confiáveis sobre a pandemia de covid-19 em portais de notícias ou nos órgãos oficiais de seu estado.

d) Resposta pessoal. Com base nos dados obtidos, analise a atuação das autoridades nas esferas municipal e estadual para a contenção dos impactos da pandemia. Estudos acadêmicos, *sites* como da OMS e os de associações médicas, órgãos de imprensa, entre outras fontes, podem ser consultados na atividade.

e) Resposta pessoal. A mesma pesquisa deve ser realizada quanto à atuação do governo federal, com atenção ao cumprimento ou não das determinações da OMS.

7. a) Resposta pessoal. Espera-se que os jovens desenvolvam o tema criticamente, observando que preconceitos direcionados ao *rap* e ao *funk* não se justificam e que a abordagem desses fenômenos culturais deve ser no sentido de conhecê-los em sua complexidade e não julgá-los com base em visões preconcebidas do senso comum.

b) Porque, ao participarem das práticas culturais do *rap* e do *funk*, as pessoas não apenas exploram a música como produto cultural mas também atuam na produção, nas trocas culturais e na elaboração de um modo de ser jovem.

c) Sim, porque nessas formas de expressão os artistas e produtores são os próprios consumidores das músicas e frequentadores dos *shows*, bailes e eventos.

8. Você pode organizar a turma em duplas e trios de maneira a formar 17 grupos, dividindo os 17 temas entre eles, ou pode optar por analisar apenas alguns dos ODS. Garanta um tempo para que os grupos se reúnam e consigam pesquisar as informações solicitadas na internet. Espera-se que cada grupo relacione um ODS aos temas da unidade e elabore uma proposta de política pública que contribua para sua realização. Ao final da atividade, solicite que os grupos apresentem suas propostas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Questões de Enem e vestibulares – gabarito

Páginas 152–154

Unidade 1

1. Alternativa **e**. O texto aborda a investigação da história oral como metodologia para registro e análise das trajetórias de povos indígenas em contextos urbanos. O uso da história oral como fonte documental considera sujeitos históricos indivíduos e grupos para quem a escrita não é uma das principais formas de linguagem. O debate em torno desse método é relativamente recente na historiografia.
2. Alternativa **b**. O anarquismo é uma teoria política surgida no século XIX, cuja principal característica é a defesa da abolição do Estado. Na teoria anarquista, o Estado é um aparato do capitalismo que visa exercer controle sobre os indivíduos. As eleições, nessa concepção, são uma maneira de manter o *status quo* por meio da manipulação dos eleitores.
3. Alternativa **b**. A complexa configuração das metrópoles brasileiras, marcadas pela desigualdade social, deu origem a movimentos sociais urbanos que reivindicam direitos relacionados a moradia, saúde, transporte, educação, entre outros. Esses movimentos populares realizam diversas ações, como mobilizações, protestos ou outras formas de pressão relacionadas ao direito reivindicado.
4. Alternativa **d**. Entre as últimas décadas do século XX e o início do século XXI, notam-se alterações nos movimentos migratórios no Brasil. De acordo com o texto, [illegible] dades médias aumento[illegible]o pela desconcentração da atividade industrial, ocorrida por fatores como políticas de incentivo fiscal, entre outros. Tais fatores atraem a instalação das indústrias para fora dos grandes centros urbanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 2

1. Alternativa **d**. Apesar de ter ocorrido em um contexto de reformas urbanas na capital do Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina foi um levante contra a forma autoritária pela qual o poder público conduziu essa e outras ações. Entre essas políticas estava a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, que fazia parte de uma estratégia de saneamento e saúde pública.
2. Alternativa **d**. O Brasil é um país de grande extensão territorial, com uma ampla diversidade de contextos sociais, políticos e econômicos. De acordo com o texto, os movimentos sociais estão diretamente ligados aos conflitos existentes no cenário em que atuam. Sendo assim, há uma vasta abrangência de causas pelos movimentos sociais do país, ou seja, diversos atores coletivos atuam no território nacional, reivindicando direitos distintos.
3. **a)** É possível afirmar que o período histórico abordado no texto corresponde ao período desde a chegada da Corte portuguesa (1808) até a Independência do Brasil (1822).

   b) À época da independência, havia três grupos políticos importantes: o primeiro defendia a partilha da soberania entre membros do Parlamento e o imperador; o segundo defendia a soberania apenas do Parlamento; e o terceiro (liderado por portugueses) defendia o poder soberano ao imperador e cogitava a reunificação de Brasil e Portugal.

   c) O trecho aborda o caráter conservador da emancipação política do Brasil, uma vez que o projeto de independência não envolvia modificar questões estruturais presentes no contexto colonial, como o sistema econômico escravista.
4. Alternativa **b**. De acordo com o excerto, os aparelhos de repressão estatal da ditadura civil-militar não foram extintos de forma imediata, mas passaram por um desmonte lento e gradual. Esse processo favoreceu a perpetuação de práticas de violência estatal mesmo após a abertura política, sobretudo contra grupos socialmente desfavorecidos.

Unidade 3

1. Alternativa **e**. O texto apresenta estatísticas sobre intolerância religiosa a adeptos de religiões de matriz africana. As ações citadas constituem violência e restringem direitos assegurados pela Constituição brasileira, como a liberdade de credo e o princípio da isonomia entre os cidadãos.
2. Alternativa **c**. Nas sociedades ocidentais contemporâneas o Estado tem o monopólio da violência, ou seja, é o único agente legitimado a repreender ou a confinar. O termo "monopólio da violência" foi cunhado pelo teórico Max Weber, figura importante para o desenvolvimento da Sociologia.
3. Alternativa **d**. O texto aborda a propagação do medo pelo Estado e pela mídia como forma de controle social. Ao incutir o sentimento de medo nos indivíduos sem razões concretas, o Estado tem respaldo para agir de maneira autoritária, com a justificativa de manutenção da ordem. Essa situação reforça o isolamento e a individualização contemporânea.

REFERÊNCIAS COMENTADAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

O livro faz uma introdução à questão da fome numa perspectiva abrangente, apresentando as doenças ligadas à desnutrição, hábitos alimentares, as contradições entre produção agrícola e permanência da fome, além de aspectos geopolíticos.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *Império:* a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2. (Coleção História da vida privada no Brasil).

A obra reúne uma série de artigos produzidos por diversos autores sobre as mentalidades, o cotidiano e a vida privada no Brasil do século XIX. Destaque para o artigo "Caras e modos dos migrantes e imigrantes", escrito por Luiz Felipe de Alencastro e M. L. Renaux.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*: de 1889 a 1930. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981. v. 2.

O livro resgata o processo histórico brasileiro desde a instauração da República até a "Revolução de 1930", destacando as articulações das elites político-econômicas para controlar e subordinar os sujeitos históricos que apresentavam projetos alternativos para o país.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 1998.

A obra é referência por contemplar uma série de questões da prática do professor voltadas ao saber escolar, o entendimento dos currículos, dos conteúdos históricos, do uso dos materiais didáticos, da transposição didática e outros temas próprios da produção escolar indispensáveis à narrativa criada pelo docente na sala de aula.

BLOCH, Marc [...]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Livro essencialmente de metodologia da História. O ponto de partida da obra é uma pergunta feita ao historiador Marc Bloch por seu filho sobre para que servia a história. *Apologia da História* se tornou um clássico que permanece ainda hoje não apenas como uma obra seminal mas também como um livro de "uma atualidade espantosa", segundo Jacques Le Goff.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2. ed. aumentada. Brasília, DF: MMA/SBF.

Na íntegra, o conjunto de regras que balizam a criação e manejo das Unidades de Conservação no Brasil.

BRASIL. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

Pesquisa detalhada do IBGE sobre segurança e insegurança alimentar no Brasil. O estudo apresenta textos, dados estatísticos e gráficos com informações nacionais, regionais e estaduais por segmentos sociais.

CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O livro, que faz parte da célebre Coleção Primeiros Passos, aborda o conceito de natureza sob diferentes perspectivas filosóficas.

CENTRO de Gestão e Estudos Estratégicos. *Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil*. Brasília, DF: CGEE, 2016. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/DesertificacaoWeb.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

Publicação que aborda a degradação dos solos, o fenômeno das secas e a desertificação no sertão semiárido brasileiro, bem como as tecnologias disponíveis para o uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de superfícies degradadas.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

Com a obra, os autores percorrem a história do Brasil desde quando ainda era a ilha de Vera Cruz até os dias atuais, valendo-se de uma abordagem precisa e rica em detalhes na interpretação dos fatos da vida nacional de forma leve e acessível.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975. v. 2.

Ensaio acadêmico fundamental para a compreensão da formação social e política brasileira, que parte das origens portuguesas de nosso patronato político, demonstrando como o Brasil foi governado, desde a colônia, por uma comunidade burocrática que acabou por frustrar o desenvolvimento de uma nação independente.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Qual reforma agrária?* – Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

O autor discute o conceito de reforma agrária e sua adequação em face da modernização do campo, produtividade e urbanização.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Produto de um momento de profunda descoberta do Brasil entre os intelectuais brasileiros, essa publicação se consolidou como um grande ensaio sobre a formação da nossa sociedade, impondo um método de análise e um estilo de escrita que servem de inspiração aos historiadores até hoje.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

LEMOS, Renato (org.). *Uma história do Brasil através da caricatura*: 1840-2001. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001.
Fartamente ilustrada com charges e caricaturas produzidas no período apontado no título, a obra se vale dessas fontes iconográficas para revisitar a história do Brasil por meio do traço corrosivo, ferino e irônico de inúmeros artistas.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
A obra analisa não apenas o processo de industrialização do Brasil mas também as principais abordagens propostas por diversos estudiosos a respeito da gênese e das causas da expansão industrial do país.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. *Terra prometida* – Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
Livro que apresenta um histórico detalhado da questão agrária no Brasil, abordando a influência política dos grandes proprietários rurais, a legislação, os conflitos fundiários e as experiências de reforma agrária no país.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, maio/ago. 2003.
Artigo baseado em dados empíricos sobre a relação entre pobreza, fome e desnutrição no Brasil. Oferece um panorama da distribuição e entrecruzamento desses problemas em diferentes regiões do país.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia*: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.
O livro aborda o processo de ocupação da Amazônia, o estabelecimento de empreendimentos econômicos e [illegible] no Brasil e os conflitos na região envolvendo povos tradicionais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.
A obra aborda as grandes transformações no campo, a exemplo da consolidação do agronegócio, a permanência de desigualdades socioespaciais no meio rural, conflitos fundiários e violência.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Superação da fome e da pobreza rural*: iniciativas brasileiras. Brasília, DF: FAO, 2016.
A publicação traz as principais experiências brasileiras adotadas para combater a fome e a miséria no país. Os resultados dessas iniciativas contribuíram para que o Brasil saísse do mapa da fome da ONU em 2014.

PRIVAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo*: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.
Livro com teor técnico destinado aos profissionais que trabalham na agropecuária no enfrentamento de problemas ambientais como erosão, enchentes, pragas agrícolas e adaptações a períodos de seca.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.
A proposta do autor é explicar por que o Brasil não deu certo, tomando como referência uma série de "decisões malandras" implementadas ao longo do processo histórico do país notadamente por parte de sua "classe dominante infecunda", tendo sido decisivas para mantê-lo no atraso.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar*: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
A obra é resultado de pesquisas atuais sobre o campo do Ensino de História no Brasil e suas implicações no meio acadêmico, no dia a dia da escola e na vida dos professores e estudantes.

RUGENDAS, Johann Moritz. *O Brasil de Rugendas*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
A obra é o volume número 1 da Coleção Imagens do Brasil, sendo ilustrada com 100 gravuras a cores de Rugendas, que traçam um amplo panorama do país na primeira metade do século XIX, quando o artista alemão esteve no Brasil.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 70, p. 87-107, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
Artigo que aborda a Lei de Terras e seus efeitos sobre a estrutura fundiária no Brasil sob uma perspectiva historiográfica.

SILVA, Marcos. *História*: que ensino é esse? São Paulo: Papirus, 2017.
O livro analisa o papel da História como disciplina escolar. Com base nas experiências de pesquisadores da área do ensino, são propostas reflexões sobre o papel político e reflexivo do que é ensinado, que, além de transmitir conteúdos, precisa contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e múltiplos.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
O livro discute a formação da produção capitalista no Ocidente, resgatando sua gênese no contexto histórico das rápidas transformações que assinalaram a transição feudal/capitalista durante a modernidade.

STEENBOCK, Walter. *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013.
A obra reúne artigos que abordam os sistemas agroflorestais ao longo do tempo e em diferentes espaços, apresentando diversas experiências de agricultores.

TEIXEIRA, Wilson. *et al*. (org.) *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
Rico em imagens, gráficos e mapas, o livro apresenta um vasto olhar para as dinâmicas naturais da Terra, em especial a geomorfológica e a climática.

ENTER AÇÃO

HUMANAS

SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE

Judith Nuria Maida (Coordenação)
- Graduada em Geografia e professora da Educação Básica
- Autora e coordenadora de Literatura Infantojuvenil e coleções didáticas de Humanidades (Natureza e Sociedade, História e Geografia, Educação do Campo) da Educação Básica e EJA
- Assessora pedagógica na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Elaboradora de currículos nas redes estaduais e municipais de ensino
- Consultora na implementação da BNCC em escolas e construção de Objetos Educacionais Digitais (OED)

Adhemar Marques
- Especialista em História Moderna e Contemporânea
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor de História em cursos livres

Amarildo Diniz
- Graduado em Geografia
- Autor de livros e materiais didáticos de Geografia e Atualidades
- Consultor de plataforma *on-line* de correção de vestibulares e Enem
- Professor [illegible] sos pré-vestibular

Flávio Beru
- Mestre em História
- Especialista em Metodologia da História
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor e coordenador de História

Julia O'Donnell
- Mestre e doutora em Antropologia
- Autora de materiais didáticos de Sociologia para o Ensino Médio
- Professora universitária e pesquisadora

Maurício Parada
- Mestre e doutor em História
- Graduado em História
- Autor e organizador de livros de História
- Professor universitário e pesquisador

Paulo Crispim Alves de Souza
- Mestre em Ciências Humanas e Sociais
- Graduado em História
- Autor de livros paradidáticos de Educação
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia no Ensino Médio

Paulo Edison de Oliveira
- Mestre em Ciências Sociais
- Graduado em Ciências Sociais
- Autor de material didático de Ciências Humanas
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio
- Coordenador escolar de Ciências Humanas no Ensino Médio

Pedro M.C. Ferreira
- Graduado em Geografia
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Finalista do prêmio Professor Nota 10
- Professor de Geografia para Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

Silvia Panazzo
- Pós-graduada em Tecnologias da Aprendizagem
- Graduada em História e Pedagogia
- Autora de materiais didáticos de História para Ensino Fundamental
- Professora de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio

Vitor H. Schvartz
- Doutor em Filosofia com pós-doutorado na área
- Graduado em Filosofia
- Professor de Filosofia e orientador pedagógico no Ensino Médio

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Ensino Médio

1ª edição
São Paulo, 2020

Editora do Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interação humanas : sociedade brasileira : conflitos, tensões e a juventude / Judith Nuria Maida (coordenação). -- 1. ed. -- São Paulo : Editora do Brasil, 2020. -- (Interação)

Vários autores.
ISBN 978-85-10-08374-4 (aluno)
ISBN 978-85-10-08375-1 (professor)

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio) I. Maida, Judith Nuria. II. Série.

20-42872 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2020
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Vicente Tortamano Avanso
Direção editorial: Felipe Ramos Poletti
Gerência editorial: Erika Caldin
Supervisão de arte: Andrea Melo
Supervisão de editoração: Abdonildo José de Lima Santos
Supervisão de revisão: Dora Helena Feres
Supervisão de iconografia: Léo Burgos
Supervisão de digital: Ethel Shuña Queiroz
Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said
Supervisão de direitos autorais: Marilisa Bertolone Mendes

Supervisão editorial: Júlio Fonseca
Consultoria técnico-pedagógica: Marcelo Campos Tiago
Edição: Agueda Guijarro del Pozo, Carlos Félix, Nathalia Simões e Rogério Cantelli
Assistência editorial: Marina Lacerda D'Umbra e Patricia Harumi
Auxílio editorial: Douglas Bandeira
Especialista em copidesque e revisão: Elaine Cristina da Silva
Copidesque: Gisélia Costa, Ricardo Liberal e Sylmara Beletti
Revisão: Amanda Cabral, Andréia Andrade, Fernanda Almeida, Fernanda Sanchez, Flávia Gonçalves, Gabriel Ornelas, Jonathan Busato, Mariana Felix, Martin Gonçalves e Rosani Andreani
Pesquisa iconográfica: [illegible] Freitas e Priscila Ferraz
Assistência de arte: Leticia Santos
Design gráfico: Talita Lima
Capa: Megalo Design
Imagem de capa: AlexSecret/iStockphoto.com, AYakovlev/iStockphoto.com, Dewin ' Indew/iStockphoto.com, Johanna Poetsch/iStockphoto.com e msk.nina/iStockphoto.com
Edição de arte: Paula Coelho e Talita Lima
Ilustrações: Adriano Loyola, Alessandro Passos da Costa, Anderson de Assis, André Toma, Fábio Luiz, Hare Lanz, Laerte Silvino, Luís Moura, Mário Yoshida, Rafael Herrera e Tarcísio Garbellini
Cartografia: Alessandro Passos da Costa, Mário Yoshida, Sônia Vaz e Tarcísio Garbellini
Editoração eletrônica: N Publicações/Formato Editoração
Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Jennifer Xavier, Paula Harue Tozaki e Renata Garbellini
Controle de processos editoriais: Bruna Alves, Carlos Nunes, Rita Poliane, Terezinha de Fátima Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2020

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Editora do Brasil

Rua Conselheiro Nébias, 887
São Paulo/SP – CEP 01203-001
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

Começo de CONVERSA

O Ensino Médio está mudando e você também

Durante os anos do Ensino Médio, você vai se deparar com **novos desafios** e novas formas de aprender. Neste período de sua formação, as inquietudes e descobertas próprias da adolescência virão acompanhadas da necessidade de construir o seu projeto de vida e tomar decisões para caminhar em direção a ele.

As escolhas relacionadas à vida pessoal e profissional serão mais frequentes, exigindo que você se torne cada vez mais capaz de pensar e agir de maneira autônoma, ética e responsável.

Para ampliar o papel da escola neste momento de escolhas tão importantes, o Ensino Médio está mudando. Agora, cabe também aos estudantes selecionar o caminho do próprio aprendizado de acordo com seus interesses e expectativas pessoais e profissionais.

Diante dos dilemas acerca do Enem, do vestibular e do futuro profissional, sua participação ativa se faz cada vez mais importante para que você reflita e atue sobre o que quer para si mesmo e para o mundo a sua volta.

O Novo Ensino Médio foi pensado para acompanhá-lo durante esse processo, sempre estimulando a **autonomia**, o **protagonismo** e a **responsabilidade**, para que você possa fazer escolhas e tomar decisões em relação aos projetos presentes e futuros, dentro e fora da escola.

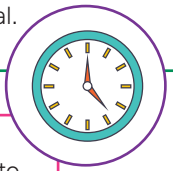
Principais mudanças do Novo Ensino Médio



Estabelecimento de cinco itinerários formativos, relacionados às áreas do conhecimento:
I – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
II – Linguagens e suas Tecnologias;
III – Matemática e suas Tecnologias;
IV – Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
V – Formação técnica e profissional.



Ampliação da carga horária de 2400 horas para 3000 horas, sendo 1200 horas de livre escolha para o estudante se aprofundar em uma área do conhecimento ou se dedicar à formação técnica e profissional.





Os conteúdos das disciplinas continuam obrigatórios, mas abordados especificamente nas áreas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática permanecerão durante os três anos do Ensino Médio.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Foco no desenvolvimento do projeto de vida do estudante, incluindo apoio na escolha dos caminhos que irá seguir no próprio Ensino Médio e em seu futuro pessoal e profissional.

Mad Dog_Shutterstock.com

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

A área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** compreende os componentes de **História**, **Geografia**, **Sociologia** e **Filosofia** em uma perspectiva interdisciplinar.

Na **abordagem interdisciplinar**, as diversas disciplinas interagem para construir um conhecimento que não se detenha nas fronteiras do que é estudado em cada uma delas. Essa abordagem nos capacita a compreender os problemas da realidade recorrendo a conhecimentos desenvolvidos em diversas áreas, de maneira complexa.

O grande objetivo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é levar os estudantes a se perguntar sobre tudo o que nós, seres humanos, fazemos e pensamos – ações, ideias e comportamentos – sob perspectivas múltiplas. Com base nessa análise, o estudante reflete sobre o valor dos Direitos Humanos, a relação entre as sociedades e com a natureza, e debruça-se sobre a própria existência para desenvolver autonomia e reconhecer sua participação e responsabilidade coletiva sobre o mundo.

O que é a BNCC

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** é o documento que define as diretrizes e os conteúdos do ensino em todas as escolas de Educação Básica do Brasil. Ela orienta os professores e os demais responsáveis pela educação escolar nas escolhas relacionadas à aprendizagem dos estudantes.

A BNCC não define qual será o percurso que você fará ao longo de sua formação escolar, mas ela estabelece o que você deve aprender no decorrer desses anos. Dentre as definições da BNCC, o objetivo para o Ensino Médio é levar os estudantes a desenvolver **competências gerais** em todas as áreas do conhecimento, além de **competências específicas** e **habilidades** que dizem respeito a cada área. Essas competências e habilidades devem ser desenvolvidas ao longo dos três anos do Ensino Médio, de acordo com a trajetória definida por professores e estudantes.

Os itinerários formativos e a carga horária

No Ensino Médio, você terá contato com disciplinas que não existiam no Ensino Fundamental e poderá escolher em qual área quer desenvolver mais sua aprendizagem por meio dos itinerários formativos, relacionados aos eixos estruturantes: investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, processos criativos, empreendedorismo. Durante três anos, serão oferecidas 3 mil horas de aulas; dessas, 1800 correspondem aos conteúdos da BNCC, que são os mesmos para todos os estudantes. As outras 1200 horas você pode decidir a qual área deseja dedicar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Formação Técnica e Profissional. Dessa maneira, você poderá seguir itinerários diversos na construção do conhecimento e se tornar protagonista do próprio processo de formação.

Sobre o volume

A correspondência aos códigos da BNCC podem ser encontrados na página 156.

Este volume tem como tema central a sociedade brasileira em seu processo de formação histórica e em seus desafios contemporâneos. São estudados problemas como a fome, os impactos socioambientais de diferentes modelos agrários, as consequências da colonização, da formação do Estado nacional e dos conflitos políticos em períodos ditatoriais e democráticos, e a violência no Brasil atual. O objetivo é elaborar uma compreensão crítica da realidade brasileira e de suas conexões com o mundo contemporâneo.

Eixo norteador: Tensões, Resistências e Protagonismos Brasileiros.

Objetivos

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

- Conhecer e analisar a sociedade brasileira e os seus desafios sociais, ambientais e políticos.
- Estabelecer relações entre os vários aspectos que configuram a formação do Brasil contemporâneo: as atividades econômicas, a transformação das paisagens, a formação rural e urbana e a construção do Estado.
- Analisar a história da formação do Estado nacional brasileiro durante o século XIX e dos conflitos políticos em contextos ditatoriais e democráticos do século XX, bem como os desdobramentos políticos, sociais, culturais e econômicos desses processos.
- Compreender os problemas ambientais do mundo contemporâneo sob uma perspectiva ética e fundamentada em dados e análises científicas.
- Refletir sobre os desafios da sociedade brasileira atual, especialmente em relação ao protagonismo juvenil.

Justificativa

Estudar os problemas ambientais e os modelos agrícolas do Brasil possibilita compreender as relações entre campo e cidade e os diferentes atores sociais e políticos, marcados por desigualdades e conflitos. A análise da formação do Estado brasileiro e dos processos políticos dos séculos XIX e XX é importante para que o jovem observe, em perspectiva histórica, os desafios da construção da democracia no presente. Já a compreensão dos problemas ambientais globais incentiva a proposição de soluções concretas para o seu enfrentamento. A análise e a reflexão sobre as formas de violência proporcionam a construção de uma cultura de paz e o protagonismo dos estudantes no combate a situações violentas no cotidiano.

Unidades	Percursos	Objetivos	Justificativas	Competências e habilidades da BNCC
1 **De onde vem a fome?** Esta unidade tem por objetivo analisar as relações no espaço agrário brasileiro, sob uma perspectiva socioambiental.	**1** **Caminhos do Brasil rural** **2** **Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar**	• Relacionar a fome com as questões agrárias no Brasil. • Relacionar as desigualdades sociais e a concentração de terras no Brasil. • Identificar os arranjos territoriais brasileiros e sua relação com a economia agroindustrial. • Compreender a dinâmica dos problemas ambientais, em especial aqueles relacionados ao uso do solo. • Conhecer e valorizar alternativas sustentáveis de produção agrícola.	• A alimentação é um tema importante da unidade, que propicia o questionamento sobre circuitos de produção, distribuição e consumo de mercadorias numa sociedade capitalista. Em especial, as relações entre concentração fundiária, exclusão social, migrações e insegurança alimentar são construídas com base na história do Brasil, desde as capitanias hereditárias até os conflitos contemporâneos que envolvem a grilagem de terras na Amazônia.	Gerais: 1, 2, 6, 7, 9 e 10 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3 e 6 EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS202 EM13CHS206 EM13CHS301 EM13CHS302 EM13CHS303 EM13CHS304 EM13CHS306 EM13CHS601 EM13CHS606
2 **Somos uma democracia?** Essa unidade trata da história política do Brasil, desde a independência até o término do Regime Militar e a formação da Nova República.	**3** **A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais** **4** **O Estado brasileiro: dimensões sociais e políticas**	• Compreender a história da emancipação política do Brasil. • Conhecer o processo de formação do Estado brasileiro. • Analisar a política e a sociedade do Brasil Imperial, com foco no processo de transição do escravismo para o trabalho livre. • Identificar as características do Estado brasileiro republicano nos períodos de Ditadura Civil-Militar. • Relacionar a democracia com o exercício pleno da cidadania.	• A compreensão, em perspectiva histórica, dos fundamentos políticos e sociais do Estado brasileiro possibilita que os estudantes conheçam e analisem as consequências de fenômenos como a escravidão, o poder oligárquico, as mudanças de regime e os períodos ditatoriais da história nacional.	Gerais: 1, 7 e 10 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2 e 6 EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS205 EM13CHS602 EM13CHS603 EM13CHS606
3 **Um mundo melhor é possível?** O objetivo principal desta unidade é a compreensão dos desafios relacionados aos temas do meio ambiente e da violência, especialmente na vida dos jovens na sociedade brasileira, marcada por desigualdades, exclusões e estruturas de discriminação históricas.	**5** **Conflitos entre desenvolvimento e preservação** **6** **Violência, juventude e sociedade brasileira**	• Compreender a relação entre geopolítica e meio ambiente, avaliando os principais desafios globais para os problemas ambientais. • Elaborar os conceitos de natureza e cultura a partir de diferentes matrizes culturais. • Conhecer a história das questões ambientais no Brasil e as políticas atuais. • Compreender o que é violência e identificar suas marcas na sociedade brasileira. • Propor meios de combate à violência no cotidiano.	• O estudo de problemas ambientais brasileiros e globais possibilita refletir sobre as causas e consequências nas relações entre ser humano e natureza. A partir desse conhecimento, é possível propor ações concretas na busca de soluções para a crise ambiental.	Gerais: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 3, 5 e 6 EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS106 EM13CHS301 EM13CHS302 EM13CHS305 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS606

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SUMÁRIO

UNIDADE 1 **De onde vem a fome?** 8

A segurança alimentar 10
A segurança alimentar no Brasil 10

Percurso 1 – Caminhos do Brasil rural 12
Análise: O espaço rural: interação entre produção agrícola e indústria 12
Uma história que vem de longe 12
Período Colonial 13
Análise: O Império Português 13
Economia do açúcar 15
Análise: Monumentos polêmicos 16
A pecuária 17
Análise: A pecuária e o mundo rural 17
Período Imperial 18
A Lei de Terras 18
Análise: A imigração europeia no século XIX 19
Economia em arquipélagos 20
Período Republicano 21
Análise: O Jeca Tatu 21
Revolução verde 21
Análise: A falta de trabalho no campo e a vida precária nas cidades 23
E hoje em dia? 23
Análise: Os boias-frias 24
As mulheres e o trabalho no campo 25
Demarcação das terras indígenas 26
As terras quilombolas 27
A luta pela terra 28
[illegible] 28
A Constituição de 1988 e a função social da terra 29
O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra 29
Análise: Famílias em acampamentos 30
Violência no campo 30
Os sistemas agrícolas 31
Agricultura intensiva e extensiva 32
Análise: A produção no campo 32
O que é o agronegócio? 32
Agricultura familiar 33
Agricultura de coivara 34
Agricultura familiar × agronegócio? 34
Análise: Campo × cidade? 35
Agropecuária e meio ambiente 35
Atividades 36

Percurso 2 – Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar 38
A importância do solo como recurso natural 38
A pedogênese 39
Composição e horizontes 40
Os solos da Zona Intertropical 40
Problemas socioambientais 43
Intensificação da erosão 43
Arenização 45
Desertificação 46
Análise: Semiárido em perigo 46
Salinização 47
Agrotóxicos e impactos socioambientais 47
Propondo soluções, encontrando alternativas 48
Agroecologia 48
Sistemas agroflorestais 49
Mapas topográficos e zoneamento sustentável 50
Fome, um problema ético 51
Análise: Locais de maior pobreza no Brasil 51
Prática de pesquisa: Fome, um problema de todos nós 53
Atividades 54

UNIDADE 2 **Somos uma democracia?** 56

O Estado brasileiro: dimensões políticas 58

Percurso 3 – A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais 60
A Corte portuguesa no Brasil: início do processo de emancipação política 61
"Verniz de Europa" ou "ares africanos"? 62
Análise: "Não havia Brasil antes de 1808" 63
A singularidade da independência do Brasil 63
O futuro Estado brasileiro 65
O Estado brasileiro e a procura de heróis 66
Oligarquias e exclusão popular 68
Conflitos político-sociais e contradições da modernização 70

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Análise: História e representação ... 71
Trabalho livre e a configuração do Estado brasileiro ... 73
A instauração da república e a reconfiguração do Estado brasileiro ... 76
Década de 1920: o Brasil quer ser moderno ... 79
A nova reconfiguração do Estado Brasileiro ... 80
Análise: Eleições presidenciais – 1930 ... 81
Atividades ... 82

Percurso 4 – O Estado brasileiro: dimensões sociopolíticas ... 84
O culto ao Estado forte ... 84
O autoritarismo brasileiro ... 85
O Estado Novo ... 86
O que é populismo? ... 88
Análise: O populismo getulista ... 88
Finalmente democracia? ... 89
O governo de Juscelino Kubitscheck ... 90
Análise: Modernização conservadora ... 91
As contradições do projeto modernizante de JK ... 91
Análise: A construção da capital do Brasil ... 93
De Juscelino a Jango ... 93
Ditadura e democracia ... 96
As conexões civis do regime ditatorial ... 97
Modelo de desenvolvimento, juventude, repressão e resistências ... 98
O caminho para a redemocratização ... 99
Vivenciar a política ... 100
Prática de pesquisa: Futebol e política em tempos de autoritarismo ... 101
Atividades ... 102

UNIDADE 3 **Um mundo melhor é possível?** ... 104

Retrato de uma realidade ... 106
Em defesa do meio ambiente ... 107

Percurso 5 – Conflitos entre desenvolvimento e preservação ... 108
A questão ambiental em diferentes tempos e espaços ... 109
Natureza e cultura ... 110
Análise: Respeito à natureza ... 111
Antropocentrismo: a natureza a serviço do ser humano ... 112
Análise: [illegible] ... 113
A emergência d[illegible] ... 113
O buraco na camada de ozônio ... 113
Análise: A volta do CFC? ... 114
O aquecimento global ... 115
Sincropia: por uma mudança radical na relação ser humano-natureza ... 117
Articulação internacional para o enfrentamento da questão ambiental ... 118
Análise: Matrizes elétricas ... 118
A busca por novos modelos de desenvolvimento econômico ... 120
Biomas originais ameaçados ... 121
Uso predatório dos recursos naturais ... 124
As políticas públicas voltadas à preservação ambiental no Brasil ... 125
O novo Código Florestal Brasileiro ... 127
Atividades ... 128

Percurso 6 – Violência, juventude e sociedade brasileira ... 130
Violência e ação do Estado ... 132
Análise: Declaração Universal dos Direitos Humanos ... 132
Análise: Violência contra jovens ... 133
A sociedade brasileira no início do século XXI e suas contradições ... 134
A gênese das desigualdades socioeconômicas no Brasil ... 134
A questão do patrimonialismo e as desigualdades socioeconômicas ... 139
Análise: "Falta ao poder temer o povo" ... 139
A questão de gênero e as desigualdades socioeconômicas ... 142
Na mudança... há permanência ... 145
Prática de pesquisa: Unidade de Conservação ... 149
Atividades ... 150

Questões de Enem e vestibulares ... 152
Índice remissivo ... 155
Competências e habilidades da BNCC trabalhadas neste volume ... 156
Referências ... 158

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

UNIDADE 1



gustavomellossa/Shutterstock.com

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

DE ONDE VEM A FOME?



O arroz com feijão acompanhado da "mistura" (acompanhamentos) – geralmente uma carne, hortaliça e legume – é um dos pratos tradicionais do Brasil.

1. Será que pessoas de classes sociais distintas têm acesso a alimentos de mesma qualidade e na mesma quantidade?
2. Qual é a relação entre fome e a distribuição de terras?
3. Quais as possíveis soluções para as questões agrárias no Brasil?

Na BNCC

Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 2, 6, 7, 9 e 10, as competências específicas de Ciências Humanas 1, 2, 3 e 6 e as habilidades EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS206, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS303, EM13CHS304, EM13CHS306, EM13CHS601, EM13CHS606.

A segurança alimentar

Embora a alimentação seja fundamental à sobrevivência humana, seu acesso ainda é um desafio para muitos. Segundo a ONU, em 2019, mais de dois bilhões de pessoas (um quarto da população mundial) sofriam de subnutrição por não ter uma alimentação nutritiva e suficiente. Dentre elas, cerca de 820 milhões sofriam de fome.

A insegurança alimentar abrange qualquer situação de acesso escasso aos alimentos, de restrições quantitativas até a má qualidade dos alimentos. Isso significa, por exemplo, que a obesidade pode ser um sintoma de insegurança alimentar, pois, muitas vezes, os alimentos de menor qualidade, ricos em gorduras e açúcares, são consumidos em excesso por serem mais baratos do que produtos mais nutritivos.

Tudo isso nos alerta para o fato de que o acesso à alimentação não se resume apenas a ter comida na mesa, mas tê-la com a qualidade e na quantidade adequadas.

A **insegurança alimentar** atinge pessoas que não têm acesso a quantidades suficientes de alimento nutritivo e saudável. É determinada pela falta de comida, baixa renda para adquirir alimentos ou uso incorreto dos alimentos disponíveis. Pode ser leve, moderada ou grave. A insuficiência alimentar grave ocorre quando faltam alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para a família, inclusive para as crianças.

Desnutrição: falta de nutrição; refere-se às pessoas que apresentam absorção insuficiente de nutrientes, geralmente causada por doenças infecciosas frequentes.

Subnutrição: alimentação insuficiente; corresponde à dificuldade de obter alimento suficiente para atingir os níveis de energia mínimos para uma vida saudável.

Fome: sensação física muito desconfortável provocada pelo consumo deficiente de calorias; é sinônimo de subnutrição crônica, ou seja, quando o quadro de subnutrição é prolongado, superior a um ano.

A segurança alimentar no Brasil

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

De acordo com o Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional, publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2018, o Brasil está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. Ainda assim, infelizmente, a fome é [illegible] presente entre nós. Apesar dos avanços tecnológicos, econômicos e sociais das últimas décadas, a falta de comida atinge milhões de pessoas no país. Segundo a pesquisa, cerca de 5,2 milhões de brasileiros estavam em estado de subnutrição. Já conforme o IBGE, 7,2 milhões de brasileiros sofriam de insegurança alimentar severa em 2013, cerca de 3,6% da população.

Observe, como exemplo, a fotografia abaixo, tirada na cozinha de um lar brasileiro.



Domingos Peixoto/Agência o Globo

Moradora do Rio de Janeiro (RJ) em situação de pobreza, 2017. No Brasil, a insegurança alimentar severa ocorre quando falta comida em quantidade, qualidade e regularidade.

1. Que alimentos você consegue identificar?
2. A imagem representa uma pessoa em situação de segurança alimentar? Por quê?
3. Faça uma lista dos alimentos básicos aos quais, em sua opinião, todas as pessoas deveriam ter acesso diariamente. Que grupos alimentares devem estar presentes nessa lista?

Leia a seguir um trecho da entrevista concedida pela nutricionista e pesquisadora Fátima Carvalho sobre o problema da insegurança alimentar no Brasil.

Segurança alimentar

Fátima – No caso brasileiro, não temos indisponibilidade de alimentos. O nosso problema alimentar e nutricional é determinado pela desigualdade no acesso a alimentos de qualidade e outros bens e serviços básicos por parte de grande parcela da população. No Brasil, a insegurança alimentar e nutricional tem duas faces muito características: uma é a desnutrição. A outra é a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares etc.), que vêm crescendo de forma alarmante e são causas importantes de morte hoje no país. Essas duas expressões da insegurança alimentar estão intimamente relacionadas. Os estudos são incontestáveis em mostrar que uma criança na fase precoce da vida, que tenha sofrido deficiência nutricional, tem um risco muito maior de vir a desenvolver obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Esse é o grande desafio que temos pela frente, de não só garantir o acesso à alimentação. É fundamental ainda municiar a população, por meio de informações adequadas, para a seleção de uma alimentação saudável. Por isso, são necessárias políticas públicas que possibilitem o acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis e a informações adequadas e, por outro lado, assegurar instrumentos aos quais a população possa recorrer quando o seu direito à alimentação não é atendido.

CARVALHO, Fátima. No Brasil, a insegurança alimentar tem duas faces: uma é a desnutrição, a outra é a obesidade. *Portal do Envelhecimento*, São Paulo, 12 maio 2014. Disponível em: https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/no-brasil-inseguranca-alimentar-tem-duas-faces-uma-e-desnutricao-outra-e-obesidade/. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Qual é, segundo a entrevistada, a principal causa da insegurança alimentar no Brasil?
2. De que maneira a desnutrição e a obesidade, as "duas faces" da insegurança alimentar brasileira, se relacionam?
3. Que soluções a pesquisadora aponta para o problema da insegurança alimentar brasileira?
4. Em sua opinião, essas medidas são suficientes para que o problema seja definitivamente resolvido? Explique.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A pesquisa da FAO indica, ainda, que, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, fenômenos como a fome, a desnutrição e a obesidade têm maior impacto nas pessoas com baixa renda, mulheres, povos indígenas, população negra e famílias rurais.

Outro fato interessante é que, ao contrário do que podemos imaginar, o aumento no volume da produção de alimentos não acarreta a diminuição da fome. Em 2020, por exemplo, o Brasil registrou uma safra recorde de grãos, produzindo nada menos que 240 milhões de toneladas de produtos como milho, soja, feijão e arroz. Isso não resultou, porém, na diminuição do preço desses alimentos nem do número de pessoas com acesso insuficiente a alimentos no país.

Há, certamente, muitos fatores envolvidos nesse paradoxo. Ao longo desta unidade, nós nos debruçaremos sobre um deles: a estrutura física, social e econômica do Brasil rural. Por meio da análise da formação da estrutura fundiária brasileira e das muitas formas de produção no campo, será possível entender alguns dos elementos que fazem da fome um desafio constante para o país.

PERCURSO 1

Caminhos do Brasil rural

O **espaço rural** corresponde tradicionalmente às áreas destinadas principalmente ao setor primário da economia, que abrange a agricultura, a pecuária, a silvicultura (reflorestamento comercial), o extrativismo vegetal, a caça e a pesca.

Todavia, na atualidade, muitas outras atividades dos setores secundário (indústria) e terciário (serviços e comércio) também são realizadas no espaço rural, a exemplo da agroindústria e do turismo rural.

Mas qual o percentual de brasileiros que vive no campo atualmente? O IBGE calcula que apenas 15% dos brasileiros vivem em zonas rurais. O Brasil de hoje é, nesse aspecto, predominantemente urbano. Isso não significa, contudo, que o mundo rural tenha pouca importância no panorama político, econômico e social do país. Ao contrário. Como veremos a seguir, a história do Brasil é, em seus mais variados aspectos, indissociável das dinâmicas fundiárias, produtivas e culturais que se desenvolveram (e ainda se desenvolvem) no ambiente rural.

1. Que elementos de sua vida estão diretamente relacionados ao mundo rural?
2. Como seria sua vida sem eles?

Análise

O espaço rural: interação entre produção agrícola e indústria

Analise a fotografia abaixo e, com base na observação dela e em seus conhecimentos das atividades dos setores secundário e terciário realizadas no espaço rural, responda às questões.

1. Quais setores de atividade estão representados na fotografia?
2. Quais são os possíveis impactos das atividades dos setores secundário e terciário na paisagem rural?
3. A definição de espaço rural como uma região destinada ao setor primário é válida nos dias de hoje? Justifique.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Usina canavieira em Quirinópolis (GO), 2020. Conforme o Censo Agropecuário (2017), São Paulo, Goiás e Minas Gerais são os maiores produtores de cana-de-açúcar.

Uma história que vem de longe

Falar da questão agrária no Brasil implica refletir sobre os processos de ocupação, posse e distribuição das terras em seus aspectos espaciais e temporais. Por isso, é necessário retomar momentos distintos da história brasileira para compreender como se constituíram as bases de processos sociais cujas consequências se fazem sentir até hoje.

Período Colonial

As capitanias hereditárias

O conceito de uso privado da terra não existia no território brasileiro antes da chegada dos portugueses. Com o objetivo de viabilizar a ocupação produtiva da colônia e produzir riquezas, a Coroa implementou o **sistema de sesmarias** no Brasil, inserindo-o no circuito do mercantilismo que se desenvolvia na Europa.

Cada capitania foi entregue a um membro da nobreza lusitana. Entre esses membros, havia altos funcionários da Coroa e homens enriquecidos com o comércio nas Índias. Chamados de donatários, foram incumbidos de arcar com o custo da construção de vilas e da implantação da infraestrutura produtiva.

Dada a extensão de cada capitania, o donatário tinha também o direito de ceder a posse de parcelas da terra a outros colonizadores, replicando em escala local o sistema de sesmaria. Assim como os donatários, os sesmeiros (como eram chamados aqueles que recebiam sesmarias), também eram escolhidos em função da sua riqueza e assumiam a obrigação de desenvolver e cultivar as terras sob seu controle. Podemos dizer, portanto, que as sesmarias eram ramificações locais das capitanias hereditárias, diferenciando-se destas por serem menores e definidas pelo donatário das capitanias, não pela Coroa.

Sistema de sesmarias: as sesmarias eram lotes de terras virgens distribuídos, em nome do rei de Portugal, a beneficiários dispostos a cultivá-las. Criado em Portugal no século XIV, o intuito desse sistema era regular a distribuição de terras para a atividade agrícola. Nele, o Estado português repassava a particulares a função de produzir alimentos e, em troca, cedia a eles parcelas de terra. Garantia, assim, a produção de comida para o abastecimento interno sem precisar arcar com a maior parte dos custos. O sistema foi implementado no Brasil a partir de 1530, quando, em meio ao declínio do comércio com as Índias, a Coroa começou a investir de forma sistemática na ocupação da nova colônia.

Análise

O Império Português

O Império Português no século XVI e suas principais rotas comerciais



Alessandro Passos da Costa

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico:* Geral e Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 90.

1. Quais continentes eram conectados pelas rotas comerciais do Império Português no século XVI?
2. A partir do mapa, é possível estabelecer uma relação entre a presença de sesmarias nas colônias e a mundialização do capitalismo? Justifique.

É importante ressaltar que os donatários não eram proprietários das capitanias, mas se responsabilizavam por seu controle, sua ocupação e seu desenvolvimento. Para isso, recebiam do governo português o poder de atuar como autoridade judicial e administrativa, controlando a escravidão indígena, a aplicação de penas e o recolhimento de impostos. Em troca, recebiam a posse da terra e o direito de transmiti-la a seus filhos, mas não tinham autorização para vendê-la. O acordo previa, ainda, a distribuição dos lucros gerados por cada capitania entre a Coroa e o donatário, numa parceria que dava forma ao sistema de administração indireta implementado pelo governo português.

O funcionamento do sistema de sesmarias revela muitos aspectos relativos à organização social do Brasil no Período Colonial. Que parcelas da população tinham chance de receber terra? Quem detinha o efetivo poder sobre o território da colônia? Como ocorriam as relações de trabalho dentro desse sistema? Essas questões nos ajudam a analisar o sistema em sua complexidade e entender sua importância na (re)produção de desigualdades na história brasileira.

Brasil: capitanias hereditárias



Tarcísio Garbellini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul.-dez. 2013. p. 30.

1. De que maneira as consequências da divisão em capitanias e do sistema de sesmarias persistem na estrutura agrária do Brasil de hoje? Explique.
2. Com base na leitura do mapa, a divisão do território em capitanias hereditárias influenciou as divisões políticas posteriores do Brasil?

Economia do açúcar

Respondendo às demandas do governo português, as sesmarias eram cedidas visando ao desenvolvimento de atividades agrícolas que atendessem ao mercado europeu. Nesse cenário, o cultivo da cana-de-açúcar passou a ser muito incentivado, pois, além de o clima brasileiro ser favorável ao plantio, a Coroa portuguesa já havia acumulado boa experiência com sua produção em outras colônias. Somava-se a isso a valorização do açúcar na Europa, o que garantia ao governo português a certeza de obter grandes lucros com sua comercialização.

Dando início à produção açucareira, os sesmeiros implementaram em quase todo o litoral brasileiro o sistema de ***plantation***, cuja organização se baseava em quatro pilares: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado e exportação para a metrópole.

Com isso, os sesmeiros transformavam-se em peças-chave no desenho da colonização do Brasil, operando a junção de interesses públicos e privados. Ao longo do tempo, muitos deles se tornaram grandes detentores de terra, passando a compor, ao lado dos donatários das capitanias, a elite colonial.

Mas será que só de *plantation* vivia a colônia? Como se organizava o abastecimento interno?

De fato, havia por todo o território colonial muitas outras atividades produtivas que envolviam diferentes grupos sociais. Em torno dos engenhos, por exemplo, circulava uma série de trabalhadores de origens diversas – brancos que não eram senhores de terra, negros livres, indígenas e mestiços – que desempenhavam atividades de natureza variada. Eram contadores, capatazes, pequenos comerciantes e agricultores que ocupavam pequenos lotes de terra e produziam para vender nas feiras locais.



Statens Museum for Kunst, Copenhague

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Frans Post. *Engenho de açúcar na capitania de Pernambuco*, 1660. Óleo sobre tela, 97 cm × 113 cm.

Ao norte do território colonial, na região amazônica, desenvolveu-se, no mesmo período, uma bem-sucedida atividade de extração de frutas, sementes e raízes. Conhecidos como drogas do sertão, produtos como o cacau, o guaraná e o urucum passaram a chamar a atenção dos portugueses que miravam o próspero mercado de especiarias na Europa. Na maioria das vezes, a extração das drogas do sertão era feita pelas missões jesuítas que adentravam o território colonial, aproveitando o conhecimento e a mão de obra indígena. Paralelamente, os **bandeirantes** realizavam a mesma atividade, visando ao mercado das vilas que cresciam ao longo de todo o litoral. Vigorando entre os séculos XVI e XVII, a economia das drogas do sertão coincidiu com o período de decadência da busca por especiarias no Oriente. Isso fez com que o comércio desses produtos ganhasse destaque no quadro da economia colonial, assumindo um importante papel no processo de ocupação das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Bandeirantes: homens que, no Período Colonial, avançaram em expedições (as bandeiras) pelo interior da América do Sul em busca de riquezas minerais – sobretudo ouro e prata – e de indígenas para escravização. Suas expedições contribuíram, em grande parte, para a expansão territorial do Brasil além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, ocupando o Centro-Oeste e o Sul do Brasil. Eram sobretudo mamelucos, isto é, mestiços de europeus e indígenas, que conquistaram o interior à custa de milhares de vidas indígenas dizimadas nas guerras e na captura de nativos. A história oficial os exaltou como homens destemidos que adentraram territórios até então inalcançados pelos portugueses, silenciando quanto à violência de suas ações.

Análise

Monumentos polêmicos

Para muitos paulistas, Raposo Tavares, Fernão Dias, Cardoso de Almeida e Anhanguera são apenas nomes de rodovias. Mas há coisas que nem o asfalto é capaz de esconder: o passado questionável dos personagens de nossa história. Esculpidos como heróis em áreas públicas, os bandeirantes hoje representam algo ultrapassado e ofensivo. [...]

A contestação de homenagens a homens com biografia racista, misógina e assassina não é um fenômeno de hoje. [...]

Símbolo mítico de uma São Paulo movida a trabalho, e imbuídos de uma suposta índole aventureira e desbravadora, os bandeirantes [...] exploraram muito mais do que territórios no interior do país: capturavam e escravizavam indígenas e negros encontrados pelo caminho, quando não os matavam em confrontos sangrentos, dissipando etnias. Estupraram e traficaram mulheres indígenas, além de roubar minas de metais preciosos nos arredores das aldeias.

[...] um dos monumentos mais controversos é a estátua de Manuel de Borba Gato, [...] no bairro de Santo Amaro.

[...]

Boa parte da população conhece Borba Gato como avenida ou estação de metrô, mais do que como o assassino que foi.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato, inaugurado em 1963, no bairro de Santo Amaro. São Paulo (SP), 2020.

NUNES, Brunella. Estátua do Borba Gato: como lidar com monumentos polêmicos do passado. *UOL TAB*, [São Paulo], 10 jun. 2020. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/10/derrubar-ou-manter-como-lidar-com-os-monumentos-polemicos-do-passado.htm. Acesso em: 8 ago. 2020.

O Monumento às Bandeiras

Inaugurado em 1953 na cidade de São Paulo, é um dos mais conhecidos elementos da paisagem paulistana e um dos maiores monumentos da América do Sul. De autoria do escultor Victor Brecheret, a obra é uma homenagem aos bandeirantes, que desbravaram o país no Período Colonial. Suas formas representam portugueses, negros, mamelucos e índios puxando uma canoa utilizada em monções.

Recentemente, alguns ativistas têm questionado a pertinência da presença desse monumento na paisagem, já que os bandeirantes praticavam grande violência contra indígenas e negros, escravizados aos montes durante as expedições. Veja abaixo duas opiniões acerca dessa polêmica: a de Jurandir Augusto Martin, indígena guarani e professor da Escola Estadual Indígena Djekupe Amba Arandu, e a de Deborah Neves, historiadora e funcionária da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

"A simbologia dessas homenagens tem valor e mesmo que ela não seja tão representativa como foi no passado, ainda fortalece a lembrança. Não faz sentido ter esses símbolos. Eles deveriam ser derrubados", afirma Martim.

[...] "Ao mesmo tempo que acho que eles têm que ser contestados e até derrubados se for a vontade geral, acredito que é possível ressignificá-los no espaço urbano. Simplesmente apagar da história vai nos fazer esquecer dela", afirma Deborah Neves.

OLIVEIRA, Regiane. Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil? *El País*, São Paulo, 4 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/politica/1504310652_774711.html. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Quais são os argumentos apresentados a favor da derrubada do monumento? E contra?
2. Qual é sua opinião sobre isso? Justifique.
3. Considerando que monumentos ajudam a moldar a memória coletiva dos eventos históricos de um povo, que aspectos da nossa história os monumentos citados silenciam?

A pecuária

Outra atividade importante durante o Período Colonial foi a pecuária. Criado, de início, ao redor dos engenhos, o gado servia para alimentação, produção de couro e tração animal nos trabalhos para obtenção do açúcar. Mas, com o rápido crescimento do cultivo da cana, não demorou para que fosse preciso encontrar pastagens cada vez mais distantes para a criação do gado, que ocupava o espaço que poderia servir para plantio. Os vaqueiros (como eram chamados os criadores de gado) passaram, então, a adentrar o sertão em busca de terras, seguindo o fluxo dos rios e expandindo **involuntariamente** o território colonial.

> **[...] o sistema de doação de capitanias hereditárias e sesmarias dividiu o território brasileiro em grandes parcelas de terra distribuídas entre um pequeno número de pessoas.**

GLOSSÁRIO

Involuntário: de maneira não intencional.

Inicialmente concentrada na Região Nordeste, a pecuária chegou ao Sul e ao Sudeste com a consolidação da economia mineradora, em meados do século XVIII, aproveitando-se do surgimento de diversos centros urbanos que movimentavam a demanda por abastecimento do mercado interno. Com o declínio da mineração, por volta da década de 1770, a pecuária se espalhou por outras regiões do Brasil. Firmava, assim, uma sólida posição no desenvolvimento da economia colonial, crescendo com base em uma lógica alheia ao interesse metropolitano, que era primordialmente voltado à produção para exportação.

Ainda que a economia colonial fosse bem mais diversa do que podemos pensar à primeira vista, a posse de terras permanecia vinculada aos interesses da Coroa. Beneficiando exclusivamente homens escolhidos por sua boa condição econômica, o sistema de doação de capitanias hereditárias e sesmarias dividiu o território brasileiro em grandes parcelas de terra distribuídas entre um pequeno número de pessoas.

Análise

A pecuária e o mundo rural

A história da pecuária brasileira começa no século XVI, com a chegada ao país das primeiras cabeças de gado, vindas de Cabo Verde.

A pecuária se popularizou em 1550, quando a criação de gado se tornou expressiva e se difundiu pelo Nordeste.

A criação de gado foi fundamental para a colonização do Brasil, pois os animais demandavam muito espaço, o que estimulou a expansão das fronteiras.

Desde então, a pecuária está profundamente enraizada em muitos aspectos da cultura brasileira, indo muito além da alimentação.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Considerando essa informação, responda:

1. Qual é a função exercida pelo gado retratado nessa obra de arte de Frans Post? De que maneira ela se relaciona com as atividades desenvolvidas no Período Colonial?
2. Existem exemplos da presença do gado (e/ou dos produtos dele advindos) no seu cotidiano? Quais?
3. O que mudaria na sua vida caso a criação de gado não existisse?



Museu do Louvre, Paris

Frans Post. *Carro de boi*, 1638. Óleo sobre tela, 61 cm × 88 cm.

Período Imperial

Terras devolutas: terras não distribuídas a um donatário ou que, por estarem improdutivas, eram devolvidas ao governo. Vale lembrar, porém, que a ideia de terra produtiva estava associada aos usos econômicos capitalistas, desconsiderando muitas outras formas de utilização (simbólica, social ou como parte do ecossistema). Isso significa, por exemplo, que terras ocupadas por indígenas ou por quilombos não eram consideradas produtivas. Hoje em dia, são consideradas terras devolutas as terras sem uso pelo poder público e que tampouco integram uma propriedade privada.

Em 1822, com a proclamação da Independência do Brasil, Portugal perdeu o poder de operar a distribuição de terras no território brasileiro. Com isso, encerravam-se, automaticamente, os contratos de cessão das capitanias e das suas respectivas sesmarias, abrindo-se um hiato na regulação fundiária brasileira. Registre-se, no entanto, que desde meados do século XVIII, todas as capitanias haviam se transformado em "capitanias reais", ou seja, administradas diretamente por funcionários designados pela Coroa, o que evidenciou uma clara tendência de centralização político-administrativa.

Diante da ausência de qualquer legislação que regulamentasse o acesso à terra, os grandes produtores passaram a se apossar de terrenos, aproveitando para expandir os limites sob seu domínio com a incorporação de **terras devolutas**. No interior do país, onde a precária ligação com os portos gerava grande dificuldade para escoar a produção, diversos lotes de terra foram ocupados por pequenos e médios produtores, que passaram a plantar em regime de subsistência. Assim, inúmeras propriedades brasileiras mantiveram-se ilegais por muitos anos, só sendo regularizadas mais tarde.

A Lei de Terras

Em 1850, uma nova lei viria alterar radicalmente aquele panorama. Conhecida como Lei de Terras, a nova regulamentação definia o acesso à propriedade no Brasil, determinando que as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda. De acordo com a mesma lei, os rendimentos obtidos pelo governo com essas transações seriam destinados ao financiamento da vinda de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura. Com isso, resolviam-se duas questões de primeira importância para o governo imperial: a restrição do acesso à terra apenas para aqueles que tinham dinheiro para comprá-las e a criação de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista, que já estava em franco declínio – vale lembrar que, no mesmo ano, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil. Assim como acontecia em diversos países no mesmo período, a terra ganhava valor de mercado na economia brasileira, transformando-se em uma valiosa mercadoria.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

A Lei de Terras foi promulgada em um momento de grande prosperidade da economia cafeeira, que se desenvolvia sobretudo na região do Vale do Paraíba, no sudeste do país. Replicando a dinâmica produtiva do Período Colonial, o cultivo do café se baseava no tripé composto de: latifúndios monocultores, mão de obra escravizada e mercado exportador. Porém, o enfraquecimento crescente da escravidão, fruto da pressão abolicionista internacional e da ação dos próprios escravizados, obrigava os fazendeiros a buscar alternativas de mão de obra que garantissem a produção. Ressalte-se, ainda, que a Lei de Terras dificultou aos ex-cativos, libertos com o fim da escravidão em 1888, tornarem-se pequenos agricultores com terras próprias para o cultivo de subsistência, situação que também desfavoreceu os imigrantes cuja pobreza impedia a compra de pequenas propriedades para o mesmo fim.

Escravizados em colheita de café. Região do Vale do Paraíba do estado do Rio de Janeiro, c. 1882.

Análise

A imigração europeia no século XIX



Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo

Chegada de imigrantes italianos ao Porto de Santos (SP), 1908.

Calcula-se que milhões de europeus tenham chegado ao Brasil durante o século XIX. A maior parte deles se destinou ao trabalho nas lavouras, onde eram contratados pelo sistema de parceria. Nesse sistema, os fazendeiros custeavam a vinda dos imigrantes, que já chegavam ao Brasil com essa dívida. Eles trabalhavam em um pedaço de terra da fazenda e dividiam os lucros e os prejuízos da colheita com o fazendeiro. Com um rígido controle por parte dos patrões, esses trabalhadores muitas vezes não podiam sair das fazendas, ficando, assim, obrigados a comprar do fazendeiro os itens necessários à sua sobrevivência (como roupas, alimentos e remédios). Desse modo, o imigrante sempre estava endividado e não conseguia obter lucros com seu trabalho. Esses motivos fizeram com que o sociólogo José de Souza Martins afirmasse que as condições de trabalho dos imigrantes que chegaram para trabalhar nas fazendas de café eram muito próximas à escravidão.

1. Reflita sobre a afirmação do sociólogo, apontando semelhanças e diferenças entre o regime de trabalho do escravizado e o do imigrante nas lavouras brasileiras do século XIX.
2. Na sua opinião, o Brasil é, hoje, um bom destino para um trabalhador estrangeiro? Por quê?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Imigração japonesa: café, exploração do trabalho e êxito da pequena propriedade familiar

Enganados pela propaganda de uma suposta prosperidade nos cafezais brasileiros, os primeiros japoneses desembarcaram do navio Kasato Maru, no porto de Santos, em 1908. De lá, foram levados para fazendas no interior paulista, como Canaã, Guatapará, Dumont e São Martinho. A maioria era homens.

Poucos anos após a abolição da escravatura, as condições de trabalho na cafeicultura paulista eram dramáticas. O trabalho árduo começava às 6 horas da manhã, e os japoneses ainda enfrentavam a concorrência dos imigrantes europeus.

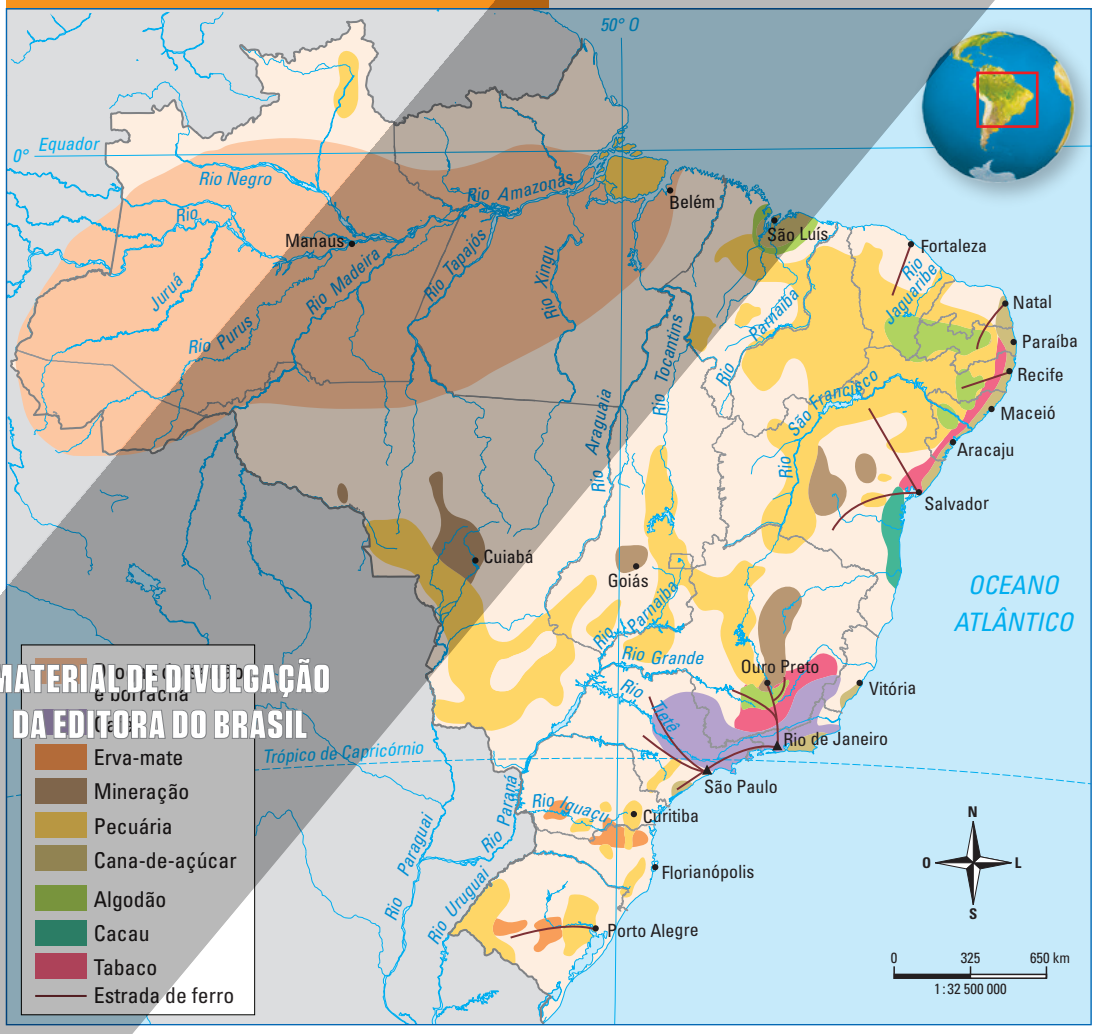
A presença japonesa nos latifúndios paulistas foi curta. A comunicação com os fazendeiros era dificultada pelas diferenças culturais e de língua. Os imigrantes tinham acesso à alimentação de má qualidade e era comum a subnutrição. Os rendimentos eram muito baixos. As condições de moradia eram péssimas, ultrajantes, muitas famílias eram alocadas em antigas senzalas. Não demorou para os japoneses fugirem da barbárie nos cafezais. Muitos migraram para outras regiões rurais de São Paulo e outros, para áreas urbanas em busca de outras profissões. No século XX, os japoneses desenvolveram a agricultura familiar e fundaram cooperativas agrícolas, entre os exemplos estão o Cinturão Verde (horticultura), em municípios da Grande São Paulo; a criação de aves e produção de ovos, em Marília, Tupã e Bastos (SP); o chá, no Vale do Ribeira (SP); a soja (PR); a pimenta-do-reino (Pará); e a juta (Amazonas).

Economia em arquipélagos

Entre o final do século XIX e início do século XX, a economia brasileira apresentava uma dinâmica espacial em arquipélagos, na qual cada região era especializada em um produto primário destinado ao mercado externo. Foram exemplos a produção cafeeira, no Sudeste (RJ, SP e MG), a borracha natural, na Amazônia, e a cana-de-açúcar, na Zona da Mata nordestina. Todavia, não existia integração entre as regiões. A sinergia entre elas viria com a posterior industrialização do país, quando as diversas matérias-primas passariam a abastecer as fábricas de regiões mais industrializadas, como o Sudeste.

O mapa a seguir representa a economia em arquipélagos no Brasil do final do Império e início da República.

Brasil: economia em arquipélagos – fim do século XIX e início do século XX



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Alessandro Passos da Costa

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2011. p. 43.

Com base na análise do mapa, responda:

1. Quais regiões apresentam produção de cana-de-açúcar? Que fatores explicam a concentração nesses locais?
2. Qual é a região com maior produção de café? Quais são as consequências dessa concentração para o desenvolvimento econômico da região?

Período Republicano

O problema da concentração fundiária permaneceu durante todo o Período Republicano. Paralelamente, houve uma aceleração no processo de urbanização em algumas regiões do país, levando à consolidação de um discurso que colocava cidade e campo como faces opostas do desenvolvimento nacional.

O mundo rural passava a ser representado como o espaço do atraso e da ignorância.

Em meio a esse processo, os defensores da República tentavam associar o novo regime político a um ideário de progresso, fazendo coro com as novas ideias científicas que circulavam pela Europa e que os levavam a valorizar o incipiente processo de urbanização e industrialização ocorrido em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em contrapartida, o mundo rural passava a ser representado como o espaço do atraso e da ignorância.

Análise

O Jeca Tatu

Em 1918, o escritor Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, homem do campo preguiçoso e engraçado que fazia de tudo para não ter de trabalhar. Mas o autor não via sua apatia como algo natural, e sim como resultado do descaso do governo com a população pobre da área rural. "Jeca Tatu não é assim, ele está assim", dizia ele, afirmando que sua preguiça era, na verdade, fruto do seu mau estado de saúde. Com isso, buscava chamar atenção para a carência de serviços básicos de saúde para os moradores do campo, dando início a uma verdadeira campanha pela melhoria das condições de vida dessa parcela da população.

O Jeca Tatu tornou-se muito popular, protagonizando campanhas publicitárias e cartilhas para campanhas de saúde pública. Em 1959, o personagem virou filme, no qual foi representado por Amácio Mazzaropi (1912-1981), considerado até hoje o maior comediante do cinema brasileiro.

1. Você já ouviu falar que alguém é "jeca" ou "caipira"? O que esses adjetivos significam para você? Por que será que eles são usados [illegible]?



Laerte Silvino

A imagem do Jeca Tatu foi utilizada como exemplo de concientização e importância do saneamento público.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar disso, a produção econômica e a organização agrária não sofreram transformações entre o final do Império e as primeiras décadas da República – o Brasil continuava a ser um país essencialmente rural, dependente da monocultura cafeeira. Como resultado, os sucessivos governos republicanos trataram de garantir o poder dos fazendeiros, estabelecendo um sistema político e eleitoral que visava perpetuar seu poder. Não por acaso, muitos dos presidentes da República do período eram representantes diretos das elites rurais. Esse cenário foi essencial para que a questão fundiária se mantivesse intacta durante as primeiras décadas da República, garantindo relativa tranquilidade aos grandes proprietários de terra.

Revolução verde

Na década de 1950, em meio ao governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o país passou por um forte ciclo de desenvolvimento, alavancado pelo estímulo à industrialização e pela entrada de empresas multinacionais. Instalaram-se no Brasil filiais de empresas estrangeiras que passaram a controlar setores industriais importantes, como o de eletrodomésticos, automóveis e máquinas agrícolas. Os efeitos sobre o mundo rural não tardaram a chegar, dando início a um processo de modernização da produção agrícola nacional.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Mecanização agrícola em área produtora de soja e milho. O milho é fundamental para alimentação humana, produção de ração (aves e suínos) e como matéria-prima para a indústria (alimentos). Primavera do Leste (MT), 2020.

Esse processo não acontecia de forma isolada. Assim como outros países pouco desenvolvidos, o Brasil entrara na rota do que ficou, mais tarde, conhecido como "revolução verde" – uma série de inovações tecnológicas no setor agropecuário formuladas com o intuito de aumentar a produtividade. Faziam parte das técnicas da revolução verde a modificação genética de sementes, novas formas de fertilização do solo e a utilização de agrotóxicos e máquinas, de modo a diminuir consideravelmente o tempo da colheita.

A elaboração desse conjunto de técnicas se deu nos Estados Unidos logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando diversas partes do mundo enfrentavam o grave problema da fome. A revolução verde ofereceu, então, soluções para produzir mais alimentos no mesmo espaço de terra, aumentando rapidamente a quantidade de comida disponível no mundo. Os efeitos foram imediatos. Na Índia (um dos países a adotar as novas técnicas), a produção saltou de 9,8 milhões de toneladas de trigo em 1964 para 18 milhões de toneladas em 1969.

No Brasil, as técnicas foram massivamente adotadas após 1964, durante a ditadura civil-militar, fazendo com que a produção agrícola fosse um dos pilares do chamado **"milagre econômico"**. Em 1972, é criada a **Embrapa** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), empresa pública responsável por grande parte do desenvolvimento da biotecnologia aplicada na agropecuária brasileira.

Milagre econômico: é o nome dado à época de crescimento econômico elevado durante o governo militar no Brasil, entre 1968 e 1973.

1. Qual é a relação entre a quantidade de trabalhadores, o tamanho da plantação e as inovações trazidas pela revolução verde?
2. Liste os aspectos positivos e negativos trazidos pela revolução verde à produção rural no Brasil.
3. Será que os benefícios da produção em larga escala atingiram igualmente toda a população brasileira?

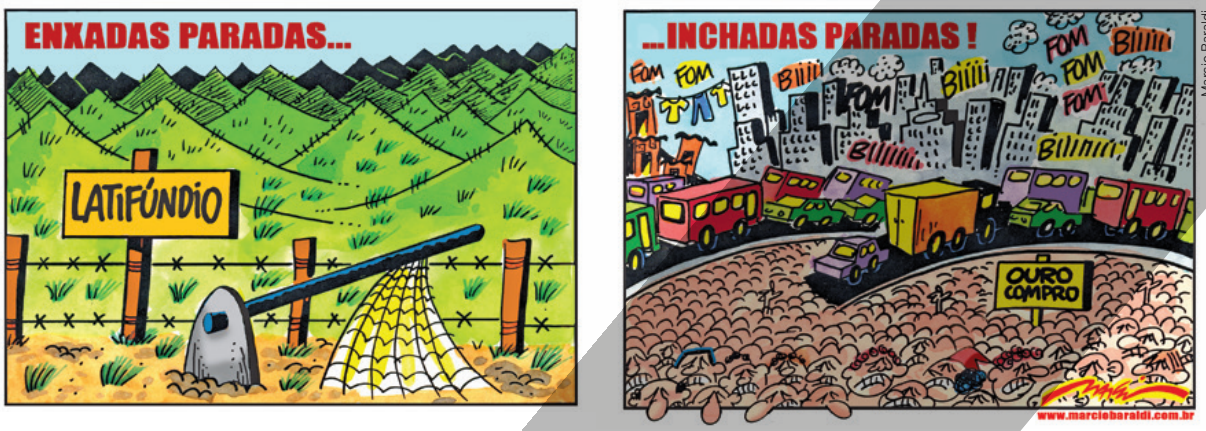
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Mas havia também problemas. Financiada pelo capital estadunidense, a revolução verde dos países em desenvolvimento tinha o objetivo de diminuir o preço dos produtos agrícolas no mercado internacional. Afinal, com o drástico aumento na produção e a consequente abundância de oferta de determinados itens, o preço certamente cairia, favorecendo a indústria alimentícia dos países mais desenvolvidos.

Além disso, as técnicas implementadas trouxeram diversos danos ao meio ambiente. Entre eles, estão o rápido esgotamento do solo, a alteração de ecossistemas para a implantação da lavoura, a elevação da utilização da água, a redução da diversidade genética (uma vez que a prioridade era o cultivo de produtos homogêneos para otimizar a produção) e o desmatamento em larga escala. Outro fato importante é que, diante do enorme lucro gerado pela produção em grande escala, muitos proprietários de terra buscaram aumentar ainda mais seus domínios, avançando, muitas vezes, sobre áreas até então preservadas. É o que chamamos de expansão da fronteira agrícola, que levou à ocupação de grandes parcelas do Centro-Oeste e da região amazônica pela agricultura.

Análise

A falta de trabalho no campo e a vida precária nas cidades



1. Descreva os principais elementos de cada uma das duas imagens apresentadas na charge.
2. Quais são as diferenças entre as paisagens retratadas?
3. A legenda de cada uma das imagens sugere uma relação entre elas. Tendo em vista o que foi discutido no texto, explique qual é essa relação.

E hoje em dia?

Passados quase 500 anos da distribuição das capitanias hereditárias, chegamos ao século XXI com um paradoxo de difícil solução: por um lado, a atividade agropecuária tem uma importante participação na economia do país, gerando empregos, garantindo o abastecimento interno e alcançando importantes índices no mercado exportador (atualmente, ocupamos o primeiro lugar no mundo em produção de café, cana-de-açúcar, laranja e bovinos, além de segundo e terceiro, respectivamente, na produção de soja e milho); por outro, o modelo fundiário e o sistema produtivo estimulam o problema histórico da concentração de terras, levando ao aumento da [illegible].

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Vejamos, então, alguns dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, que nos ajudam a entender qual é o panorama da questão fundiária no Brasil de hoje.

Um primeiro dado importante é o aumento das terras dedicadas à atividade agropecuária. Em 2006 (data do censo anterior), as terras destinadas a essa atividade ocupavam 36,75% do território nacional. Onze anos depois, esse percentual subiu para 41%, revelando um avanço da fronteira agrícola no decorrer da última década. Entretanto, apesar do crescimento da área rural, houve redução no número de propriedades, o que mostra um aumento da concentração fundiária no decorrer dos últimos anos.

Em 2017, 1% das propriedades agrícolas do país ocupava quase metade da área rural brasileira.

Esse dado é reforçado pela informação de que, em 2017, 1% das propriedades agrícolas do país ocupava quase metade da área rural brasileira. São, ao todo, 51203 estabelecimentos com mais de mil **hectares** que concentram nada menos que 47,6% de toda área ocupada por fazendas no Brasil. O número é mais alto do que o registrado no censo anterior, quando a área ocupada pelas grandes propriedades era de 45% do total. Os estabelecimentos menores (aqueles com até 10 hectares), por sua vez, representam 50% de todas as propriedades rurais do país, ocupando apenas 2,3% de todo o território rural.

É preciso, ainda, refletir sobre outro ponto importante. Será que todos os produtores rurais tinham acesso aos produtos e maquinários necessários para esse tipo de produção? Qual terá sido seu efeito sobre as relações de trabalho no campo? Será que os benefícios da produção em larga escala atingiram igualmente toda a população?

GLOSSÁRIO

Hectare: unidade de medida de área equivalente a 10 000 metros quadrados. Corresponde, mais ou menos, a um campo de futebol de tamanho oficial.

Análise

Os boias-frias

Boias-frias são os trabalhadores do campo que são contratados por empreitada, geralmente no período da colheita. O nome se deve ao fato de que esses trabalhadores levam de casa a própria refeição (na gíria, "boia"), comendo-a fria na hora do almoço.

Além de não terem acesso a garantias ou direitos trabalhistas, as condições de trabalho costumam ser muito precárias. A jornada costuma variar de 10 a 11 horas por dia, com apenas um pequeno intervalo de 30 minutos para almoço e descanso. Nos últimos anos, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar causou o desemprego de milhares de boias-frias em estados como São Paulo. Leia no relato abaixo a descrição de um dia de trabalho dos boias-frias em uma fazenda no Paraná.

Falta pouco para as 6h, e no horizonte já é possível avistar os boias-frias descendo do ônibus em uma propriedade rural próxima a Paranacity, no Noroeste do Paraná. Há homens e mulheres das mais diversas faixas etárias. [...]

O tempo não dá trégua e os boias-frias trabalham em ritmo acelerado, tanto que por volta das 9h o chão já está forrado. "Ninguém pode perder tempo porque o tanto que a gente recebe no fim do mês depende da quantidade de cana cortada por dia", explica o experiente cortador de cana Geraldo Soares dos Santos enquanto enxuga o suor da testa com a manga da camiseta. [...]



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Boias-frias em colheita de cana. Campos dos Goytacazes (RJ), 2019.

Às 10h, o motorista do ônibus aciona a buzina indicando que é a hora da boia. Todos, independente da localização, abrem suas bolsas e mochilas. [...]

Passado um curto período de descanso, a buzina toca de novo. Alguns cortadores logo desaparecem em meio ao canavial, enquanto outros começam a amolar os facões.

O corte de cana prossegue até as 16h30, quando os boias-frias ouvem novamente a buzina do caminhão e deixam [illegible] pertences e rumam em direção ao ônibus. É hora de ir pra casa e passar o pouco que restou do dia com a família. [...]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

ARIOCH, David. O cotidiano do boia-fria. *In:* ARIOCH, David. *David Arioch – Jornalismo cultural*, Paranavaí, 16 abr. 2010. Disponível em: https://davidarioch.com/2010/04/16/o-cotidiano-do-boia-fria/. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Que adjetivos você usaria para descrever a jornada de trabalho dos boias-frias?
2. É possível relacionar as condições de trabalho dos boias frias ao problema da concentração fundiária no Brasil? Explique.
3. Pense em possíveis medidas para melhorar as condições de trabalho dos boias-frias.

As mudanças constatadas pelo censo não se restringem ao tamanho das propriedades; elas abarcam também o sistema produtivo. Segundo a pesquisa, em 2017, 77% dos estabelecimentos rurais foram classificados como unidades de agricultura familiar. Somados, eles abrangiam 23% da área destinada à agropecuária e empregavam 67% do total de trabalhadores de estabelecimentos agropecuários do país. Apesar de expressivo, esse número é menor que o de 2006, quando a agricultura familiar respondia por 84,4% das propriedades rurais no país.

Esses dados revelam a existência de um forte desequilíbrio entre o número de estabelecimentos agrícolas e a extensão das terras no Brasil. Você consegue imaginar quais são as consequências desse desequilíbrio?

A mais evidente delas é a redução do emprego no campo. De fato, o censo de 2017 constatou que a população economicamente ocupada na agricultura foi reduzida, com o desaparecimento de cerca de 1,4 milhão de postos em relação a 2006. Esse dado está relacionado com o crescimento da mecanização agrícola. Entre 2006 e 2017, registrou-se o aumento de 50% no número de tratores nas propriedades rurais do país. Contudo, o número de estabelecimentos que possui tratores ainda é muito baixo: são menos de 15%. Isso nos mostra que a concentração de terra **reverbera** também em uma concentração do acesso à tecnologia, aumentando progressivamente a distância entre os grandes e os pequenos produtores.

GLOSSÁRIO
Reverberar: repercutir; refletir.

Chama atenção também o fato de que 23% dos produtores rurais não sabem ler nem escrever. Além disso, a falta de acesso à energia elétrica atinge nada menos do que 16,5% dos estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, podemos afirmar que a concentração fundiária se articula a outras formas de produção de desigualdade, consistindo em um desafio que abrange muitas camadas históricas.

Mas o Brasil não está sozinho. A América Latina tem, atualmente, o pior índice de distribuição de terras do mundo. Segundo a Oxfam, 51,19% de todas as terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais. O caso mais extremo é o da Colômbia, onde 0,4% das propriedades concentram mais de 67% da terra produtiva. O Brasil, por sua vez, ocupa o quinto lugar no *ranking* latino-americano, figurando entre os países com maior concentração fundiária do mundo. Para termos uma ideia do que isso significa, basta pensarmos que, se formassem um país, os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km², área maior que a da Arábia Saudita.

As mulheres e o trabalho no campo

Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que o empoderamento da mulher do campo pode representar um aumento de quase um terço na produção agrícola. Responsáveis por mais de 40% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento, 90% do que as mulheres rurais lucram são reinvestidos em educação e no bem-estar da família. Elas são cerca de 14 milhões no campo, nas lavouras, [nas] comunidades quilombolas e indígenas, nas reservas extrativistas, [e] muitas delas [são] protagonistas da agricultura familiar no Brasil.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a igualdade na tomada de decisões entre homens e mulheres é a base necessária para a igualdade de gênero. A FAO constatou que quando as mulheres rurais têm acesso igual ao dos homens a recursos, oportunidades, serviços e educação, a produção agrícola cresce consideravelmente, além de [ocorrer] uma significativa redução de pessoas abaixo da linha de pobreza.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

45% da [produção] [plantados e colhidos] pelas mãos femininas. Segundo o Censo Agropecuário, 12,68% dos estabelecimentos rurais têm mulheres como responsáveis, bem como 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar. Na realidade dessas mulheres, protagonistas do desenvolvimento rural, ainda há muito preconceito com a desigualdade de gênero e com tantos outros problemas que herdaram da vida. Elas trabalham cerca de 12 horas semanais a mais do que os homens e, geralmente, não são as donas da terra. Apenas um quinto delas tem o comando da sua produção.

MULHERES rurais podem aumentar cerca de 1/3 da produção agrícola. *In*: MATO GROSSO DO SUL. *Agraer*. Campo Grande, 8 mar. 2018. Disponível em: http://www.agraer.ms.gov.br/mulheres-rurais-podem-aumentar-cerca-de-1-3-da-producao-agricola-no-brasil/. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Quais são, de acordo com o texto, os possíveis benefícios do aumento da participação feminina na produção agrícola?
2. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio agrícola?
3. Na sua opinião, esses desafios são semelhantes àqueles presentes no meio urbano? Justifique.
4. Que medidas poderiam contribuir para que essas dificuldades fossem minimizadas?

Demarcação das terras indígenas

Você já ouviu a expressão "muita terra para pouco índio"? Ela costuma ser usada por quem acredita que não é correto reservar parcelas de terra para a moradia de povos indígenas, sob o argumento de que é preciso torná-las produtivas. Mas será que o uso da terra deve ser pensado somente em função de sua produtividade? Que outros fatores você acha que podem (e devem) ser levados em conta?

Essas questões deixam claro que as Terras Indígenas são um aspecto muito importante para a compreensão da questão fundiária no Brasil. Com a chegada dos portugueses, os povos originários que aqui viviam sofreram diversas formas de violência, sendo escravizados, dizimados por doenças ou expulsos de seus territórios. Durante a maior parte da história brasileira, o Estado apostou no processo de assimilação dos povos indígenas. Isso significa que não foram criadas políticas voltadas à preservação cultural, na aposta de que, com o tempo, eles se integrariam à sociedade brasileira, deixando de ser indígenas.

A partir da Constituição de 1988, porém, essa postura mudou. O Estado passou a reconhecer a identidade cultural própria dos povos indígenas, assegurando seu direito de permanecer identificados como indígenas. Além disso, determinou como direito originário (ou seja, anterior à criação do Estado brasileiro) o uso da terra que tradicionalmente ocupam.

O instrumento legal que define e garante a posse da terra pelos povos indígenas se chama **demarcação**. É por meio dele que o Estado brasileiro delimita quais são as terras a serem ocupadas e qual sua extensão, além de assegurar a proteção dos limites, impedindo a ocupação por não índios. A Constituição de 1988 estabeleceu um prazo de cinco anos para a demarcação de todas as Terras Indígenas do país. Isso, contudo, não ocorreu, e as terras se encontram até hoje em diferentes situações jurídicas.



Carlos Barretta/Fotoarena

Ritual e dança tupinambá pelo direito dos povos indígenas e demarcação de terras realizado na praça Roosevelt. São Paulo (SP), 2019.

Além dos problemas nos processos de demarcação, muitos povos têm enfrentado a invasão de garimpeiros, grileiros, fazendeiros e empresas madeireiras, o que tem levado a diversos episódios de violência e de desrespeito aos direitos a eles assegurados pela Constituição. Enfrentam, ainda, o problema de terem suas terras entrecortadas por estradas e linhas de transmissão de energia ou inundadas por usinas hidrelétricas. É também bastante comum que sofram os efeitos daquilo que acontece nas cercanias, como poluição de rios, desmatamentos, queimadas etc.

Outro aspecto importante é que diversas pesquisas têm revelado que a demarcação de Terras Indígenas é fundamental para a preservação das florestas e manutenção dos estoques de carbono, que ajudam a regular o clima e evitar que o aquecimento da Terra seja ainda mais intenso. Não por acaso, a demarcação de Terras Indígenas vem sendo defendida em todo o mundo como uma política de combate ao aquecimento global.

No Brasil, existem, hoje, pouco mais de 700 Terras Indígenas em diferentes etapas do processo de demarcação. Elas estão em diferentes regiões do país e somam, juntas, 13,8% de todo o território nacional. 98,25% delas se localizam na região da Amazônia.

As terras quilombolas

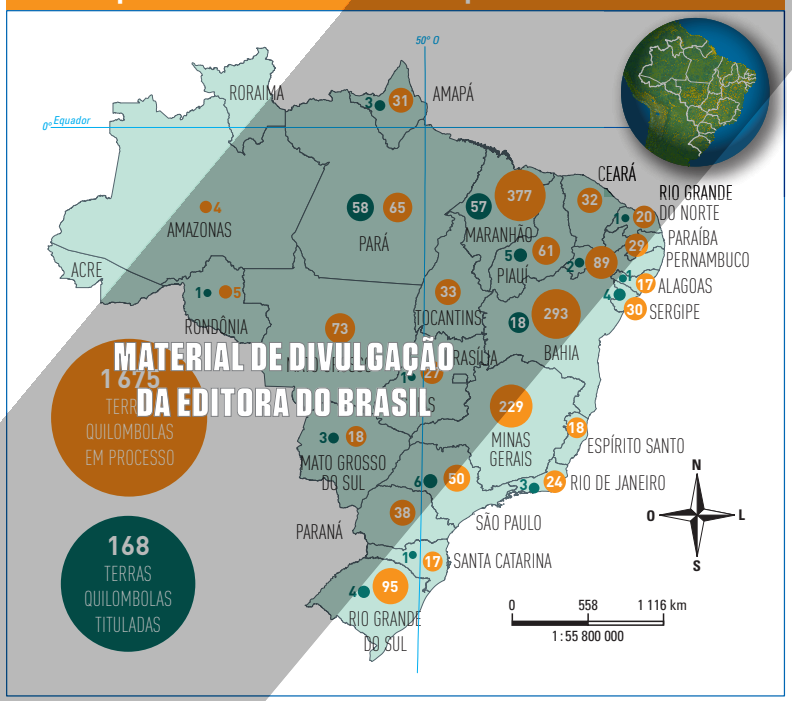
Os quilombolas são os descendentes de moradores de quilombos, comunidades formadas pelos escravizados fugitivos durante o período escravista no Brasil. Há registro de muitos quilombos ao longo da história brasileira, com tamanhos diversos. O Quilombo dos Palmares, por exemplo, chegou a ter uma população estimada em 20 mil pessoas no século XVII.

As comunidades quilombolas atuais são grupos sociais cuja identidade étnica – ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais – os distingue do restante da sociedade.

Assim como no caso das Terras Indígenas, a Constituição de 1988 assegurou aos descendentes dos quilombolas o direito à posse da terra, em reconhecimento à importância de sua preservação social e cultural. Para termos uma ideia da relevância desse reconhecimento, basta atentarmos para o fato de que existem, hoje, cerca de 16 milhões de quilombolas no país – uma população maior que a de 24 estados brasileiros.

Ainda assim, apenas em 2003 foi promulgado o primeiro decreto voltado à regulamentação de regras para a identificação, o reconhecimento e todo o processo de titulação das terras ocupadas por essas comunidades. A medida foi criada para tentar frear a ocupação das terras quilombolas por fazendeiros, madeireiros e grileiros, de modo a garantir a sobrevivência das comunidades que nelas vivem. Assim como no caso das Terras Indígenas, o órgão responsável pela demarcação e titulação das terras quilombolas é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Terras quilombolas: tituladas e em processo no Incra - 2017



Alessandro Passos da Costa

Fonte: COMISSÃO Pró-índio de São Paulo. Terras quilombolas. Disponível em: http://comissaoproindio.blogspot.com/2017/06/terras-quilombolas-confira-o-balanco-de.html. Acesso em: 3 ago. 2020.

O mapa acima representa o número e a localização de terras quilombolas já tituladas e em processo de titulação.

1. A Região Nordeste é a que possui mais comunidades quilombolas. Que fatores históricos podem explicar essa concentração?
2. Formule hipóteses para explicar a grande desproporção entre terras tituladas e em processo de titulação.

A luta pela terra

Apesar de ter se consolidado com o decorrer do tempo, a concentração fundiária no Brasil motivou, em diferentes momentos da história, a luta de trabalhadores rurais por uma distribuição menos desigual da terra.

As Ligas Camponesas

O primeiro movimento social de luta pela terra organizado foram as Ligas Camponesas, associações de trabalhadores rurais surgidas em 1946, que exerceram intensa atividade especialmente no período de 1955 até a queda do presidente João Goulart, em 1964. Originárias da zona da mata pernambucana, em um engenho de fogo morto (ou seja, que já não produzia), as Ligas Camponesas não tardaram a se espalhar por outras regiões do país. Elas nasciam num momento em que a produção agrícola começava a sentir os efeitos da mecanização, levando ao desemprego milhares de trabalhadores rurais.

Reforma agrária: termo usado para designar a reorganização da estrutura fundiária do país por meio da redistribuição das propriedades rurais.

Assumindo uma atuação política ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, passaram a ter a distribuição de terras como principal bandeira de luta, despertando a ira dos grandes latifundiários. Começava, ali, uma longa disputa em torno do tema da **reforma agrária**.

As Ligas Camponesas foram em grande parte acolhidas por João Goulart, mas duramente reprimidas durante a ditadura civil-militar. Como resposta às suas mobilizações, em novembro de 1964, o governo promulgou o Estatuto da Terra – uma lei que visava apaziguar os ânimos dos movimentos sociais por meio da regulamentação da reforma agrária. Para tanto, a nova legislação definia que a terra deveria atender a uma função social, explicitando a ideia de que, diferente de outros tipos de patrimônio, ela teria de atender às demandas da sociedade em termos de produção de alimento.

Isso, porém, não chegou a sair do papel. Durante os 21 anos de ditadura civil-militar, não houve qualquer movimento no sentido de promover mudanças na estrutura fundiária brasileira – o que levou muitos analistas a concluir que a inclusão da reforma agrária no Estatuto da Terra não passou de uma estratégia para frear as revoltas camponesas e, com isso, tranquilizar os grandes proprietários de terras.

Apenas em 1985, no governo do presidente José Sarney, o tema da reforma agrária foi retomado; novos movimentos sociais surgiram e passaram a pressioná-lo para pôr em prática [illegible] prevista no Estatuto da Terra. Ao mesmo tempo, porém, um grupo de políticos criou a União Democrática Ruralista, que representava os interesses dos grandes proprietários de terra. O embate entre esses dois grupos levou a um novo congelamento das discussões em torno da reforma agrária, fazendo com que o tema só fosse efetivamente enfrentado três anos mais tarde.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Arquivo/Estadão Conteúdo

Camponeses durante discurso na praça Dantas Barretos. Recife (PE), 1970.

A Constituição de 1988 e a função social da terra

Em 1988, no contexto de elaboração da nova Constituição, a questão da função social da terra foi colocada em primeiro plano. Nesse sentido, foi criado um instrumento que, pela primeira vez desde a Lei de Terras (1850), gerou um impacto efetivo sobre a estrutura fundiária brasileira. Trata-se da possibilidade, legalmente prevista, de que terras que não cumprem sua função social (ou seja, que não produzem), possam ser desapropriadas e disponibilizadas para a reforma agrária. Isso significa que, caso seja detectada uma grande extensão de terra não produtiva, o governo pode, mediante o pagamento de uma indenização ao ex-proprietário, dividi-la em lotes destinados ao assentamento de trabalhadores rurais. Assim, se entre 1850 e 1988 o único meio de acesso à terra era a compra, a partir da nova Constituição, o acesso poderia ser também por meio do assentamento em terras desapropriadas. No Brasil, o **Incra**, fundado em 1970, é o responsável pela compra de terras e implantação da reforma agrária.



Cintia Barenho

Faixa critica a silvicultura (reflorestamento comercial) que ameaça a biodiversidade no bioma Pampa. Um dos impactos ambientais é a alta absorção de água do lençol freático pelas florestas plantadas. Candiota (RS), 2007.

1. Relacione a frase presente na imagem ao princípio da função social da terra.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar de ter significado um importante avanço perante a questão da concentração fundiária, a nova lei não estabelecia quais critérios seriam utilizados na definição do que é uma terra improdutiva – o que acabou por gerar diversos conflitos entre proprietários e movimentos sociais, prejudicando o andamento do processo de reforma agrária. Além disso, o processo de regularização fundiária das famílias assentadas em terras desapropriadas não se mostrou efetivo. Segundo estimativa do Incra, somente 15% das famílias assentadas possuem título de propriedade da terra.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

É impossível tratarmos da questão da reforma agrária no Brasil sem fazer referência a um dos seus principais atores: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mais conhecido como MST. O MST nasceu em 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná, durante um encontro nacional que reuniu trabalhadores rurais e lideranças envolvidas na luta pela democratização do acesso à terra. Fruto do processo de abertura política após o fim da ditadura civil-militar, o MST ganhou espaço, transformando-se rapidamente em um dos maiores movimentos sociais do país.

Sua mais conhecida forma de atuação são as ocupações de terra. Com integrantes espalhados por 24 estados brasileiros, o MST mapeia terras públicas ou privadas que não estejam cumprindo sua função social e as ocupa, instalando acampamentos. Com isso, visa chamar a atenção do governo para as terras improdutivas, reivindicando sua desapropriação para fins de

reforma agrária. Quando a desapropriação de fato ocorre, as famílias ganham o acesso legal à terra e o acampamento, feito com barracas de lona, dá lugar ao assentamento.

O MST estruturou a produção dos acampamentos na forma de cooperativas, incorporando a agroecologia entre suas principais bandeiras. A produção de orgânicos para o mercado nacional e internacional passou a ser uma das atividades centrais do movimento. As lideranças do MST veem a agroecologia como uma forma de viabilizar a reforma agrária, permitindo que os trabalhadores assentados possam produzir de forma competitiva visando a um mercado específico. Atualmente, o MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina e exporta 30% dessa produção para países como Espanha, Estados Unidos e Nova Zelândia.

Com suas ocupações e marchas, o MST conseguiu dar grande visibilidade ao problema fundiário no Brasil e pressionar sucessivos governos com relação ao encaminhamento da reforma agrária. Por outro lado, existem muitas críticas aos métodos usados nas invasões, que resultaram, diversas vezes, em episódios de violência.

Análise

Famílias em acampamentos

Observe a imagem ao lado e responda:

1. De que são feitas as instalações do acampamento apresentado na imagem?
2. Como você descreveria as condições de moradia nesse acampamento?
3. De acordo com o que foi discutido no texto, qual é a importância dos acampamentos para o modelo de atuação do MST?



Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena

Acampamento do MST. Lagoinha (SP), 2014.

Violência no campo

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Como vimos, a questão do acesso à terra é foco de muitas polêmicas e tensões. Não por acaso, um dos principais problemas sociais do campo no Brasil é a violência, pois, infelizmente, muitos dos conflitos em torno da questão fundiária terminam em episódios de agressão e até mesmo morte.

Um dos principais problemas sociais do campo no Brasil é a violência.

Uma das maiores fontes de violência nas áreas rurais brasileiras são os conflitos entre posseiros e grileiros. Os posseiros são, em geral, agricultores que, com suas famílias, ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas – ou seja, terras do governo que não estão sendo utilizadas. Eles têm o direito de ocupar a terra, desde que estejam produzindo, mas não são proprietários da terra. Vale lembrar que muitos posseiros foram assentados em processos de reforma agrária e ocupam o lote enquanto aguardam o registro em seu nome.

Os grileiros, por sua vez, são geralmente grandes empresas ou fazendeiros que utilizam a força e a violência para se apropriar de terras devolutas ou terras ocupadas por posseiros. Atuam contratando pessoas para expulsar indígenas ou posseiros que estejam na terra, e depois conseguem títulos de propriedade, muitas vezes falsificados. Com isso, tornam-se donos da terra, transformando-a em objeto de especulação imobiliária ou em instrumento para seus negócios.

Segundo o documento *Conflitos no campo – Brasil*, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, o número de assassinatos no campo aumentou ao longo da última década, o que indica que os conflitos na área rural estão longe de ter uma solução. Em 2019, por exemplo, foram registrados 1 254 conflitos por terra (uma média de mais de três conflitos por dia), envolvendo 578 mil pessoas e resultando em 28 assassinatos.

Entre os envolvidos nos conflitos notificados, os posseiros correspondiam a 33,2% das ocorrências, seguido dos camponeses sem terra (28%), camponeses assentados/proprietários (14,3%), indígenas (13,1%) e quilombolas (10,1%). Já os protagonistas da violência são em grande medida os fazendeiros, empresários e grileiros (74% dos casos), seguidos de mineradoras, madeireiras, hidrelétricas e o Estado (26% dos casos). O Norte e Nordeste são os campeões em ocorrências, com 67% do total do país.

Vozes

Dorothy Stang (1931-2005) foi uma religiosa estadunidense naturalizada brasileira. Iniciou seu ministério no Brasil em 1966, na cidade de Coroatá (MA), e pouco tempo depois começou a acompanhar o cotidiano e a luta de trabalhadores rurais da região amazônica. Atuava em ações que visavam à geração de emprego e ao reflorestamento, numa perspectiva que valorizava a integração entre o trabalho humano e o meio ambiente. Para isso, ela atuava também na mediação de conflitos fundiários na região, dialogando com lideranças camponesas, religiosas e políticas na busca de soluções.

Defensora da reforma agrária, seu trabalho era reconhecido internacionalmente, e em 2004 foi premiada pela Ordem dos Advogados do Brasil por sua luta em defesa dos direitos humanos.

Sua atuação ao lado dos movimentos sociais fez com que recebesse muitas ameaças de morte. Poucos meses antes de ser assassinada, em 2005, Dorothy Stang declarou: "Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar". Ela morreu aos 73 anos, numa estrada próxima ao município de Anapu (PA).



Carlos Silva/MAPRESS/Estadão Conteúdo/AE

Dorothy Stang, Anapu (PA), 2004.

Os sistemas agrícolas

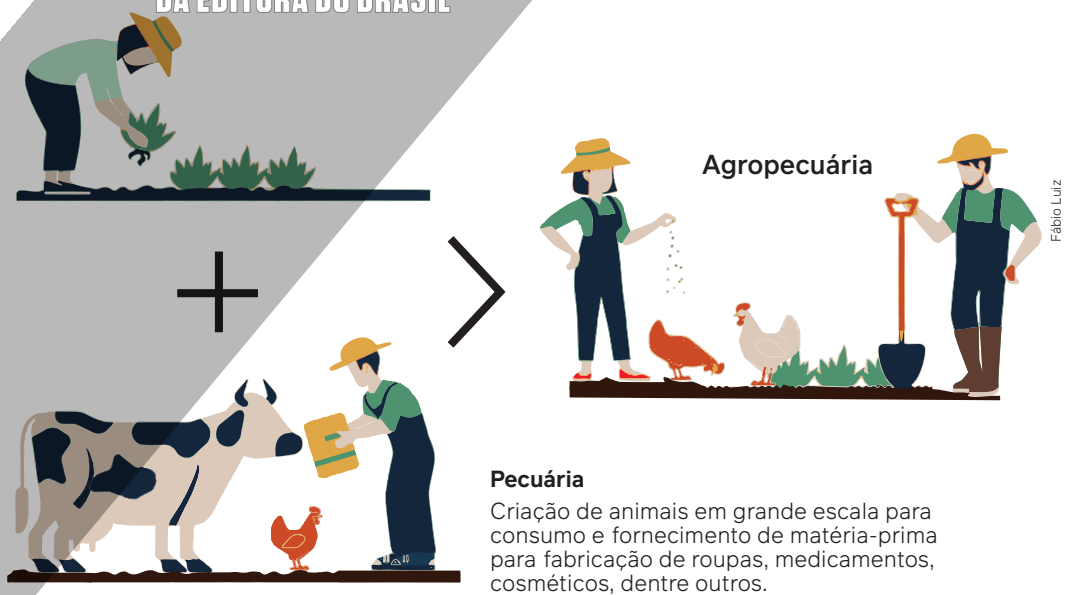
Vamos agora conhecer melhor as modalidades de produção rural, entendendo suas características e as relações entre elas.

Primeiramente, é importante compreender alguns conceitos fundamentais.

Agricultura

Todas as fases da plantação: preparação do solo, colocação de sementes, utilização de adubo, eliminação de pragas, colheita e venda de produtos no mercado.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Agropecuária

Fábio Luiz

Pecuária

Criação de animais em grande escala para consumo e fornecimento de matéria-prima para fabricação de roupas, medicamentos, cosméticos, dentre outros.

A agricultura pode ser dividida em dois grandes grupos, conforme o objetivo da produção: a **agricultura de subsistência** (que tem a maior parte da produção consumida pelos próprios produtores) e a **agricultura comercial** (que tem a produção voltada para o mercado). Esta última pode, conforme a quantidade de produtos plantados, ser classificada como **monocultora** (quando dedicada a um único produto) ou **policultora** (quando dedicada a vários produtos).

Além do objetivo e da quantidade de produtos, outro critério utilizado para classificar a atividade agrícola é o sistema produtivo, que leva em consideração a produtividade por hectare e o montante de investimento utilizado na produção. Esse critério divide a atividade agrícola em dois grandes grupos: o **sistema intensivo** e o **sistema extensivo**.

Agricultura intensiva e extensiva

O sistema intensivo é o modelo mais praticado na agricultura brasileira. Ele se caracteriza pelo uso de técnicas modernas no preparo do solo, no cultivo e na colheita, de modo a obter a maior produtividade possível por metro quadrado. Esse sistema é criticado por agredir o meio ambiente em razão de práticas como o desmatamento para a implantação de pasto ou monocultura, o uso de agrotóxicos e a erosão e o empobrecimento do solo após sucessivos plantios.

O sistema extensivo, por sua vez, é o que menos agride o meio ambiente. É o sistema tradicional, em que são utilizadas técnicas rudimentares que garantem a recuperação do solo e a produção em baixa escala. Ele é, em geral, usado pela agricultura familiar e pela agricultura orgânica. No primeiro caso, a produção é destinada à subsistência e somente o excedente é vendido; há uso de agrotóxicos, mas em baixa escala. Já o modelo de agricultura orgânica dispensa o uso de agrotóxicos.

Análise

A produção no campo



Sergio Ranalli/Pulsar Imagens

Colheita mecanizada de algodão. Cambé (PR), 2019.



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Colheita de couve em propriedade familiar. Coari (AM), 2019.

1. De acordo com a descrição anterior, relacione cada uma das imagens a um dos sistemas de produção.
2. Que elementos de cada imagem fazem referência aos respectivos sistemas produtivos?
3. Quais são os pontos positivos e negativos de cada um dos sistemas?

O que é o agronegócio?

A palavra agronegócio se refere à soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, como as operações de produção na fazenda, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.

O agronegócio se constitui, portanto, de todas as etapas da cadeia produtiva: vai desde o preparo do solo até a comercialização final dos produtos, abrangendo as **agroindústrias**, a fabricação de máquinas agrícolas, dentre outros. Podemos dizer, então, que o agronegócio abarca os três setores da economia: o primário (produção rural); o secundário (agroindústrias e indústrias de insumos agrícolas); e o terciário (transporte e comercialização dos produtos agropecuários).

A importância do agronegócio é indiscutível no Brasil e no mundo. Em termos de economia, ele é responsável por 42% de tudo o que o nosso país exporta. Atualmente, somos um dos maiores exportadores mundiais de soja, açúcar, suco de laranja, milho, algodão, carne bovina, carne de aves e carne suína. Além disso, o setor responde pela ocupação de 12% de toda a população economicamente ativa: são veterinários, agrônomos, engenheiros agrônomos, químicos, biólogos e muitos outros profissionais que atuam em diferentes momentos da cadeia produtiva. Também cabe destacar o papel do agronegócio brasileiro na geração de riquezas, pois ele é responsável por mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a área plantada do país cresceu 53% entre 1990 e 2015. No mesmo período, a produção agropecuária aumentou 260% e a produtividade (capacidade de produção por hectare), 160%. Esses números não deixam dúvidas sobre o avanço do sistema intensivo de produção, visando ao abastecimento do mercado interno e externo. Por esse motivo, muitos ambientalistas veem no agronegócio um grande risco ao meio ambiente, associando-o ao progressivo desmatamento de áreas preservadas e ao rápido esgotamento do solo.

Diante desses dados, você consegue imaginar quais foram as mudanças provocadas pelo agronegócio na paisagem física e social do meio rural brasileiro? Será que o campo pode, ainda, ser associado ao atraso, como acontecia um século atrás?

GLOSSÁRIO

Agroindústria: o complexo de atividades relacionadas à transformação e industrialização de matérias-primas oriundas da pecuária e da agricultura.

1. Reflita sobre quais são as etapas para que a carne bovina chegue até seu prato. Liste todas elas, indicando as categorias profissionais e as empresas envolvidas.
2. Quanto tempo você imagina ser necessário para que toda essa cadeia seja cumprida?
3. Você sabe de onde vem a carne que você e sua família consomem?
4. Tente descobrir e calcular quantos quilômetros ela percorreu até chegar a sua casa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Agricultura familiar

A agricultura familiar é um modelo de produção em que o cultivo da terra é realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, essencialmente, membros da própria família. Com base em pequenas e médias propriedades e utilizando sobretudo o sistema extensivo de produção, ela está presente em quase 80% dos estabelecimentos agropecuários do país.

Estima-se que, atualmente, a maior parte dos alimentos consumidos no Brasil seja proveniente da agricultura familiar. Apesar disso, o Censo Agropecuário de 2017 revelou que esse modelo produtivo vem encolhendo. Em 11 anos, os estabelecimentos de agricultura familiar cresceram 16%, contra 69% de produção intensiva. Esse quadro se aplica a todas as regiões do país, com exceção do Nordeste, onde tradicionalmente prevalecem os pequenos produtores rurais.

Isso se reflete também na dinâmica dos postos de trabalho da área rural. Os mesmos dados mostram que houve redução de 1,4 milhão de vagas de trabalho no campo entre os censos de 2006 e 2017. Já o impacto no sistema de produção familiar foi a perda de 2,2 milhões de postos de trabalho. Esses números se devem principalmente à mecanização do trabalho no campo, resultando na migração de grandes contingentes de trabalhadores rurais para as periferias urbanas.

Agricultura de coivara

A agricultura de coivara é praticada por diversas comunidades tradicionais do país – indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhas – e se define por um sistema marcado por poucos anos de cultivo no terreno, seguido de muitos anos de repouso.

Rotação de solos: conhecida também como rotação de culturas, essa técnica consiste em alternar as espécies cultivadas na mesma área a cada plantio. Isso faz com que a necessidade de adubação mude a cada ciclo, exaurindo menos o solo.

Nessa técnica, o preparo do terreno começa com a derrubada e a queima da floresta nativa. Com o solo irregular, desnivelado e cheio de cinzas, o terreno fica pronto para o plantio. A plantação funciona com um rodízio entre diferentes culturas, como o arroz, o milho, a mandioca e o feijão, num sistema de **rotação de solos** que melhora a fertilidade e ajuda a controlar as pragas.

Mas a agricultura de coivara não se define apenas por seus aspectos técnicos. Ela tem também um importante componente cultural, que reflete formas particulares de conceber a relação com a natureza e de organizar o trabalho em comunidade.



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Remoção da mata nativa e coivara para ampliação da roça em aldeia guarani. Salto do Jacuí (RS), 2015.

Vejamos um exemplo concreto. Entre os índios asurinis, que vivem no Parque do Xingu, a agricultura de coivara é a principal atividade de subsistência. De acordo com a divisão social do trabalho, cabe aos homens preparar o solo (derrubar e queimar as árvores) e às mulheres o plantio e a colheita. Os homens de um mesmo grupo doméstico mantêm relações de cooperação, abrindo suas roças próximas umas das outras. Na derrubada são convidados todos os homens da aldeia para colaborar e os responsáveis pela roça servem a todos um mingau. Toda a produção cabe às mulheres, que transformam os produtos do cultivo em alimento e distribuem a todos os grupos domésticos, seguindo as regras de parentesco.

Muitas pessoas afirmam que a característica extremamente rudimentar dessa técnica agrícola leva ao rápido esgotamento do solo e à derrubada de grandes áreas de mata. Por outro lado, especialistas afirmam que a coivara garante a preservação dos ecossistemas florestais. Segundo eles, o sistema permite a rápida regeneração florestal após o fim do período de plantio, estimulando a criação de uma paisagem heterogênea e promovendo a diversidade local.

Agricultura familiar × agronegócio?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É muito comum que a agricultura familiar e o agronegócio sejam vistos em lados opostos da disputa pelo campo. Mas será que essa oposição existe, de fato? Não seria possível pensar nesses dois modelos com base em suas complementaridades?

Agricultura patronal: é um modelo de agricultura em que a mão de obra é composta por trabalhadores contratados, fixos ou temporários, geralmente em propriedades médias ou grandes.

Um primeiro ponto a ser ressaltado é o fato de o agronegócio não ser uma forma de produção. Como vimos, ele é uma grande cadeia produtiva que vai muito além da produção agropecuária propriamente dita. Nesse sentido, podemos dizer que a agricultura familiar se opõe à **agricultura patronal** (que é o modelo dominante dentro da grande rede a que chamamos agronegócio) no que se refere à gestão do trabalho e ao sistema produtivo.

Outro ponto importante é que a agricultura familiar tem sua produção quase totalmente voltada ao mercado interno, que depende dela para suprir mais da metade do seu abastecimento. O agronegócio, por sua vez, tem grande parte de sua produção destinada à exportação, constituindo-se em um dos mais importantes pilares da economia nacional. Isso revela que ambos têm papéis igualmente fundamentais na sociedade brasileira, não cabendo, portanto, tratá-los como rivais.

Afinal, o agronegócio e a agricultura familiar mobilizam não apenas produtos distintos mas também diferentes atores sociais e repertórios culturais. O equilíbrio entre eles é, portanto, fundamental ao abastecimento do mercado interno e externo, e também à preservação da diversidade socioambiental em todo o território nacional.

Análise

Campo × cidade?

É muito comum que o campo e a cidade sejam pensados em lados opostos, como se fossem realidades sociais totalmente diversas. Mas será que essa oposição se sustenta?



Cassiohabib/Shutterstock.com

Vista aérea da cidade de Salvador (BA), 2020.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Serra de São Vicente. Santo Antônio do Leverger (MT), 2020.

1. Descreva as paisagens apresentadas nas imagens acima, destacando os principais elementos de cada uma.
2. É possível encontrar nelas elementos de interseção entre a vida rural e a urbana? Quais?
3. Caso você more em uma área urbana, liste aspectos do seu dia a dia que têm relação com o mundo rural. Caso você more em uma área rural, faça o mesmo exercício, porém listando aspectos relativos ao mundo urbano. Em ambos os casos, leve em conta alimentos, vestuário e consumo cultural.
4. Com base nessas reflexões, escreva uma redação com o tema: "Campo e cidade: oposição ou complementaridade?". Não se esqueça de usar as informações e os argumentos desenvolvidos ao longo deste percurso.

Agropecuária e meio ambiente

Nas últimas décadas, no mundo e no Brasil, a expansão da agropecuária extensiva e intensiva causou impactos profundos na produção e no acesso aos alimentos pelas sociedades.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Por um lado, a menor produtividade de alguns sistemas extensivos não garantiu a segurança alimentar [illegible] dos países subdesenvolvidos. Por outro, em países emergentes como o Brasil, a chegada do meio técnico, científico e informacional ao campo, com sistemas intensivos de alta produtividade, atendeu às demandas do mercado globalizado e da indústria, mas não resolveu o flagelo da insegurança que atinge uma parcela significativa da população do país.

A agropecuária trouxe complexas implicações para o meio ambiente, como a remoção dos biomas naturais, a intensificação da erosão do solo, a desertificação e a contaminação massiva por agrotóxicos. No próximo percurso, à luz dos conhecimentos dos problemas socioambientais rurais e da permanência da subnutrição, vamos investigar as experiências que conciliam sustentabilidade, produtividade e segurança alimentar.

#Ficaadica

À sombra de um delírio verde, de An Baccaert, Cristiano Navarro e Nicola Mu (29 min). Documentário que mostra a exploração de indígenas guaranis kaiowás do Mato Grosso do Sul em plantações de cana.

Censo Agropecuário de 2017 (IBGE). Compilação dos dados referentes ao censo de 2017, com muitos gráficos e informações interessantes para entender o Brasil rural da atualidade. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 3 ago. 2020.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. O que foi a Lei de Terras, promulgada em 1850? Por que ela é considerada um dos pontos mais importantes da consolidação da concentração fundiária na história brasileira?
2. Quais foram as mudanças implementadas pela Constituição de 1988 com relação à reforma agrária? Por que podemos dizer que essa foi a primeira tentativa de intervenção na estrutura fundiária brasileira desde a Lei de Terras?
3. Leia a seguir dois textos que retratam posições antagônicas sobre o mesmo tema, a reforma agrária no Brasil.

> A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.
>
> Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).
>
> ALMANAQUE do Estudante Especial 19 – Tudo sobre o Enem. São Paulo: On Line Editora. p. 20.

> O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio, mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito mais barato e gera muito mais do que apoiar a reforma agrária.
>
> LESSA, C. Disponível em: www.observadorpolitico.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).
>
> ALMANAQUE do Estudante Especial 19 – Tudo sobre o Enem. São Paulo: On Line Editora. p. 20.

   a) Com base na leitura do primeiro trecho, cite os argumentos apresentados a favor da reforma agrária.
   b) Sobre o segundo trecho, que argumentos contrários à reforma agrária podemos identificar?
   c) Procure se informar, em diversas fontes, sobre outros argumentos favoráveis e contrários à reforma agrária no Brasil. Com base nesse estudo, elabore um comentário pessoal sobre como o problema do acesso à terra pelos trabalhos pode ser resolvido.
4. Explique as condições de trabalho dos boias-frias.
5. O que é grilagem de terras? Em que região do Brasil ela é predominante? Quais são os impactos ambientais dessa prática?
6. Analise os dados da tabela a seguir e faça o que se pede.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Brasil: utilização das terras

Pastagens	45%	• plantadas em boas condições: 63% • plantadas em más condições: 7% • naturais: 17%
Lavouras	18%	• temporárias: 87% • permanentes: 13%
Matas	29%	• naturais (preservação permanente • ou reserva legal): 74% • naturais: 17% • plantadas: 8%
Outros	8%	

Fonte: IBGE. *Censo Agro 2017:* resultados definitivos. [*S. l.*]: IBGE, [2018?]. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 7 ago. 2020.

   a) Qual é a diferença de percentual entre as terras ocupadas por pastagens (pecuária) e por lavouras (agricultura)?
   b) Qual é o tipo de lavoura predominante?
   c) Explique a importância da existência de matas e de outros ecossistemas nas propriedades rurais.

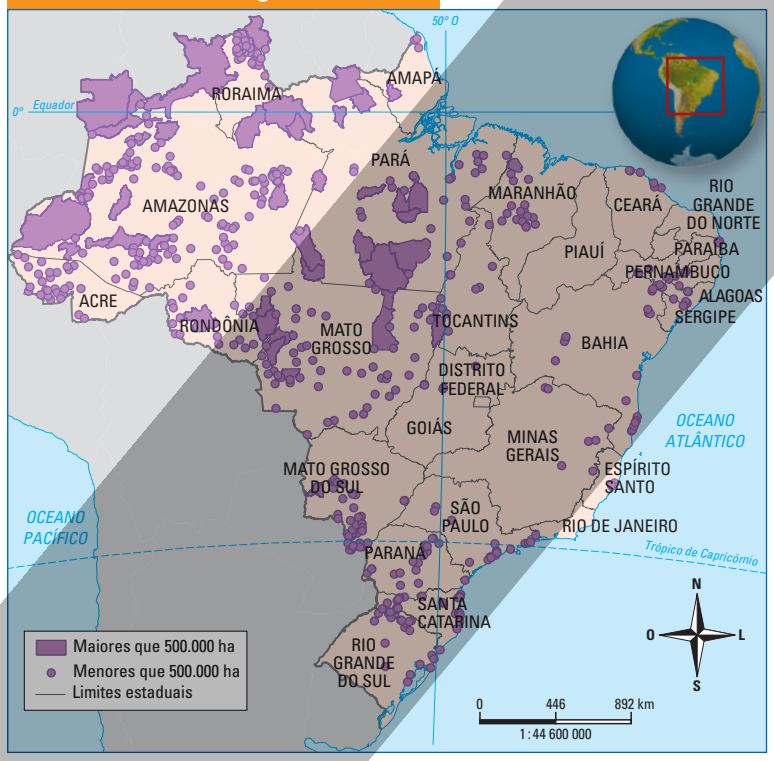
7. O mapa ao lado mostra a distribuição das Terras Indígenas pelo território brasileiro. Observe-o com atenção e responda às questões.

a) Quais fatores podem explicar a baixa incidência de Terras Indígenas na faixa litorânea do Brasil?

b) Quais fatores podem explicar a predominância de Terras Indígenas na Região Norte do país?

c) Em sua opinião, seria desejável que houvesse mais Terras Indígenas no Brasil? Justifique.

Brasil: Terras Indígenas – 2017



Alessandro Passos da Costa

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 107.

8. O texto abaixo, publicado no *site* da Embrapa, discute alguns dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar brasileira na atualidade.

Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação

Estima-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas das nossas casas é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção. [...]

O tamanho limitado compromete a viabilidade financeira desses estabelecimentos, uma vez que a escala de produção se torna um problema estrutural para esse agricultor. Estudos indicam que, em média, o valor bruto de produção mensal por propriedade familiar é de 0,46 salário mínimo, o que coloca grande parte dos produtores em situação de extrema pobreza. No Nordeste, por exemplo, 72% dos produtores não geram lucro suficiente para [illegible] a mão de obra familiar acima da linha de pobreza. Inevitavelmente, essa realidade tem reflexo danoso na sustentabilidade dos estabelecimentos rurais familiares. [...]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É necessário desmistificar a noção de que o agricultor familiar busca, basicamente, a subsistência e, além disso, quebrar as barreiras que impactam sua transformação em empreendedor rural. Agricultores devem estar atentos ao modo como tomam suas decisões e devem identificar estratégias para organizar seu processo produtivo, com o intuito de agregar valor a seus produtos e maximizar a inserção nos mercados. Sob essa ótica, torna-se também importante criar estratégias que viabilizem diferentes formas de associação dos pequenos produtores, a fim de melhorar sua capacidade de negociar compras de insumos, bem como encontrar mercados mais estáveis para seus produtos. [...]

Agricultores familiares bem-sucedidos contribuem não apenas para o fortalecimento do desenvolvimento regional mas também para a fixação do homem no campo, conferindo maior segurança, qualidade e oferta de alimentos, medidas que, em síntese, ampliam a sustentabilidade agrícola.

BITTENCOURT, Daniela. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo a inovação. *In:* EMBRAPA, Brasília, DF, 23 jan. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao. Acesso em: 3 ago. 2020.

a) Identifique, no texto, os fatores que tornam a agricultura familiar importante para o país.

b) Quais são os principais desafios enfrentados para a manutenção e o crescimento das propriedades dedicadas à agricultura familiar?

c) Que soluções o texto sugere para a superação dos desafios apontados?

d) Pense em possíveis estratégias para que pequenos produtores possam aumentar sua inserção nos mercados.

PERCURSO 2

Espaço rural, meio ambiente e segurança alimentar

No percurso anterior, acompanhamos o processo de formação da estrutura fundiária brasileira, dos tempos coloniais até os dias de hoje. Com isso, foi possível compreender as principais características da produção agropecuária no país, bem como muitos dos seus desdobramentos sociais e culturais.



André Dib/Pulsar Imagens

Plantação irrigada com águas do Rio São Francisco. Lagoa Grande (PE), 2018. Os rios perenes sempre foram importantes para o desenvolvimento da agricultura, pois facilitam a irrigação.

Os atributos naturais do Brasil tornam o território favorável à atividade agropecuária. O país apresenta grande extensão de solos agricultáveis, predomínio de tipos climáticos com altos índices pluviométricos, temperatura e luminosidade elevadas, além da excelente disponibilidade de água superficial (dominância de rios perenes) e subterrânea (aquíferos).

Mas o aproveitamento dos atributos naturais é igual para todos os proprietários rurais no país? Fatores como distribuição das terras, desigualdade socioeconômica e questões culturais podem favorecer ou dificultar o acesso a fertilizantes para áreas com solos de baixa fertilidade, a técnicas de conservação do solo e à água para a irrigação das lavouras.

A importância do solo como recurso natural

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os proprietários rurais, por vezes, são responsáveis pelos problemas ambientais que impactam a produtividade agrícola mas também podem ser vítimas deles.

O solo sempre foi um recurso natural essencial à humanidade. As primeiras civilizações da Mesopotâmia, do Egito e da China tiveram impulso graças ao desenvolvimento de técnicas que permitiram a fertilização do solo e a obtenção de recursos hídricos essenciais à agricultura. Ele é fundamental na produção agropecuária e na garantia de segurança alimentar, além de constituir a base física para moradias e infraestruturas. Todavia, seu uso e ocupação sem as iniciativas de conservação vêm provocando seu rápido esgotamento em diversas partes do planeta, gerando perdas decorrentes de processos erosivos, empobrecimento em nutrientes e modificações nos ecossistemas.

No Brasil, o desequilíbrio revela-se em várias regiões, a exemplo da desertificação instalada em vastas áreas do sertão semiárido do Nordeste e das cicatrizes de **voçorocas** no interior paulista. Os proprietários rurais, por vezes, são responsáveis pelos problemas ambientais que impactam a produtividade agrícola mas também podem ser vítimas deles. Em muitos casos, até a produção de alimentos para o próprio consumo pode ser comprometida.

Qual é o papel do Estado na conservação do solo? Cabe ao Estado, por meio do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento e das respectivas secretarias estaduais e municipais, além de organismos como a Embrapa, divulgar aos proprietários rurais técnicas e tecnologias avançadas que possibilitem práticas agropecuárias mais sustentáveis; e também fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental vigente, a exemplo do Código Florestal, por parte dos proprietários.

GLOSSÁRIO

Voçoroca: escavação no solo ocasionada pela erosão do lençol de escoamento superficial.

A pedogênese

Denominamos pedogênese o processo de formação do solo e sua organização em horizontes.

Mas como será que o solo se forma? Você já pensou sobre isso?

Para o solo se formar, é preciso que ocorra, inicialmente, a alteração das rochas por meio de **intemperismo** químico, físico e biológico. Por isso, suas características dependem muito das condições climáticas. Nas áreas secas, com menor infiltração de água e ocorrência de intemperismo químico, como desertos e áreas semiáridas, os solos são rasos e pouco desenvolvidos. Nas regiões úmidas, devido a maior infiltração de água, o intemperismo químico é acentuado, permitindo o desenvolvimento de solos mais profundos ou evoluídos.

O relevo também é um fator importante na formação dos solos. Os terrenos planos e com colinas favorecem a infiltração da água, e o intemperismo mais intenso resulta em solos mais espessos e propícios à agropecuária. Um dos exemplos são os latossolos da Zona Intertropical (faixa entre o Equador e os trópicos de Câncer e Capricórnio). Já nas áreas montanhosas, o escoamento da água é mais superficial, resultando em menor infiltração e fazendo com que os solos se desenvolvam menos. Nessas áreas, são comuns os neossolos e os cambissolos (como veremos mais adiante).

Intemperismo: é a desagregação continuada das rochas. O *intemperismo químico* é promovido pela água no estado líquido, que dissolve gradativamente os minerais da rocha, sendo dominante em climas úmidos (equatorial, tropical, subtropical e temperado). As principais reações são ionização, decomposição por ácido carbônico, hidrólise e oxidação. O *intemperismo físico*, por sua vez, consiste na fragmentação ou fraturamento das rochas pela variação de temperatura (dilatação e contração), sendo dominante em climas secos (árido e semiárido) – é também comum no clima subpolar devido ao congelamento e degelo sazonais. Já o *intemperismo biológico* é a ação de plantas e animais na desagregação das rochas. As raízes, por exemplo, contribuem para a abertura de cavidades e fraturas, e os animais são responsáveis por substâncias que, incorporadas à água, atingem as rochas.

Evolução do solo com o tempo



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: SALLES, Ignez Helena Fabiano. *Conceitos de Geografia Física*. São Paulo: Ícone Editora, 1997. p. 86.

Com base na análise do esquema acima, faça o que se pede.

1. Qual é a relação entre intemperismo químico e condições climáticas?
2. Pesquise o papel da água, do ponto de vista químico, na formação do solo.
3. Qual estágio da evolução do solo (1, 2, 3 ou 4) é mais favorável para o desenvolvimento da agricultura? Justifique.

Composição e horizontes

Os solos são constituídos por agregados minerais (areia, silte e argila), água, ar, matéria orgânica decomposta e seres vivos (microrganismos e macro-organismos). Esses agregados minerais são resultantes de uma rocha matriz que sofreu intemperismo. Com a pedogênese, eles são organizados em horizontes paralelos à superfície. Um perfil de solo bem desenvolvido apresenta os horizontes O e A. O horizonte C é a alterita. Ao conjunto da superfície que sofreu alteração (solo e alterita) dá-se o nome de *manto de alteração* ou *regolito*.

Horizontes do solo



Luis Moura

Camada ou horizonte O: integrado por fragmentos de plantas e animais em diferentes estágios de decomposição, sendo rico em organismos vivos.

Horizonte A: marcado pela expressiva concentração de matéria orgânica já decomposta e agregados minerais. Presença abundante de organismos vivos e raízes. Em regiões agrícolas, encontra-se em contato quase direto com a superfície, uma vez que o horizonte O costuma ser removido.

Horizonte B: predominantemente formado por agregados minerais. Apresenta abundância de organismos vivos e raízes, porém com teor de matéria orgânica bem menor que no horizonte A.

Horizonte C: trata-se da transição entre solo e rocha (alterita), constituindo uma mistura de material intemperizado com fragmentos de rochas.

Horizonte R: rocha matriz a partir da qual o solo se formou.

Fonte: LEPSCH, Igo Fernando. *Formação e conservação do solo*. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. p. 19-20.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Analise o perfil de solo apresentado anteriormente e responda às questões a seguir.

1. Os horizontes do solo são camadas que foram depositadas uma sobre a outra ou se formaram por modificações da rocha matriz? Justifique.
2. Quais horizontes são fundamentais à conservação do solo para uso agrícola?
3. No caso da mineração, em que se explora um recurso localizado na rocha matriz, quais são suas recomendações para recuperar o solo após o término da exploração mineral?
4. No caso de recuperação do solo após a mineração, é possível seu uso agrícola em longo prazo? Justifique.

Os solos da Zona Intertropical

Os solos mais adequados para fins agrícolas têm alta quantidade de matéria orgânica decomposta, pH neutro, variedade de nutrientes minerais, além de ar e água em níveis suficientes.

Na Zona Temperada, existem solos muito férteis, como o tchernozion (Ucrânia e Rússia), utilizados na agricultura intensiva para a produção de trigo. No inverno é praticamente impossível a produção agrícola devido às baixíssimas temperaturas. Assim, ela apresenta limitação sazonal.

Já na Zona Intertropical, onde se localiza a maior parte do território brasileiro, é possível praticar agricultura durante todo o ano. Nessas áreas, muitos solos apresentam maior profundidade, pois o calor e a maior infiltração de água aceleram o intemperismo. Mas cabe observar que eles são menos férteis em relação aos das Zonas Temperadas. Isso em decorrência da maior lixiviação, isto é, a lavagem do solo pela água da chuva, que leva à remoção de nutrientes. Durante a lixiviação, a água realiza sua percolação vertical no solo e os compostos solúveis são removidos. Após períodos de lixiviação, com a alternância de período chuvoso e período seco, o solo pode sofrer o processo de laterização, que é a concentração excessiva de hidróxidos de alumínio e de ferro, que torna o solo quase impermeável (crosta laterítica, crosta ferruginosa ou canga).

Desse modo, os solos intertropicais precisam de manejo adequado para seu aproveitamento. Em algumas regiões, o desmatamento indiscriminado e o pouco cuidado com a conservação são responsáveis pela intensificação dos processos de **erosão**, lixiviação e laterização. Isso pode se observado na Amazônia e no Cerrado, por exemplo. O empobrecimento do solo em nutrientes e sua impermeabilidade dificultam a atividade agrícola e a própria recomposição da vegetação natural, levando a grandes transformações na paisagem.

Embora os solos brasileiros sejam muito viáveis para a produção de alimentos devido a seus aspectos físicos, como profundidade, a maioria deles tem baixa e média fertilidade em termos de nutrientes minerais. No domínio dos cerrados, são imensas as áreas com solos pobres em nutrientes, ácidos e com alto teor de alumínio. Isso faz com que a atividade agrícola no Brasil dependa bastante de modificações nas características químicas do solo, como o uso de fertilizantes, calagem (adição de cal para a correção da acidez) e irrigação. Os tipos predominantes de solo no país são os latossolos e os argissolos.

Biswarup Ganguly/Alamy/Fotoarena

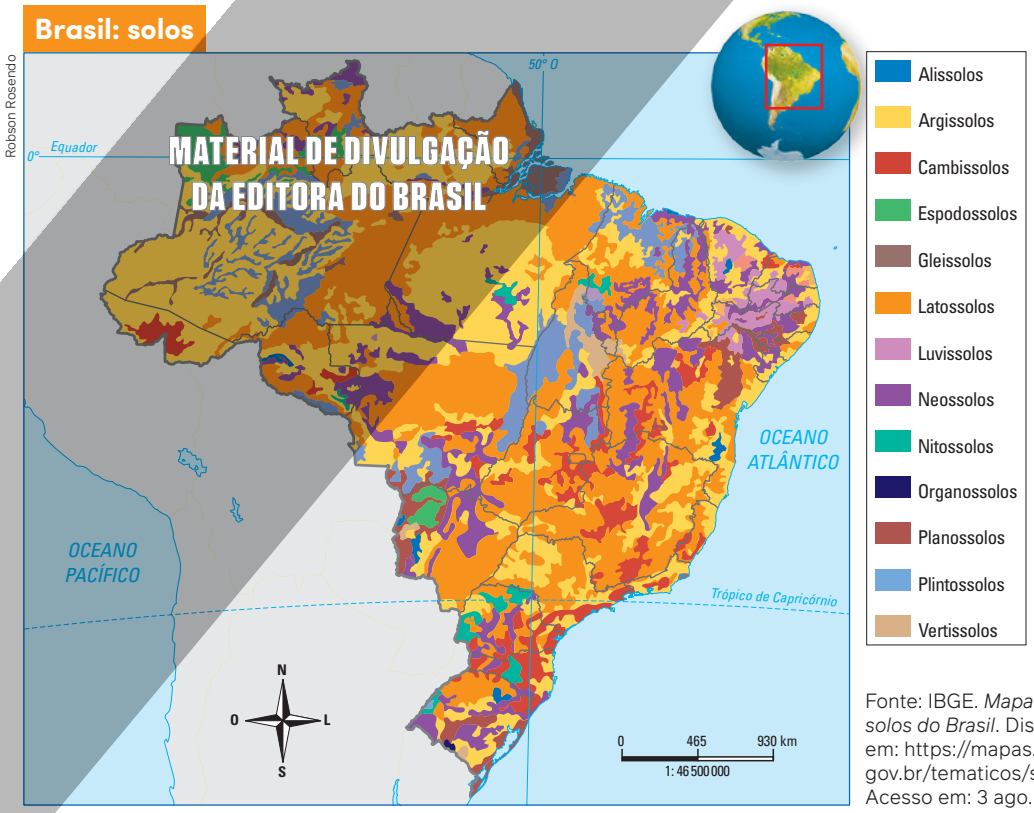


Ravina em solo degradado e laterizado. A degradação avançada do solo praticamente inviabiliza a utilização na agropecuária e o custo de recuperação é muito elevado, fazendo com que áreas degradadas fiquem abandonadas, principalmente nos países subdesenvolvidos. Garbeta, Índia, 2019.

Erosão: é o desgaste da superfície por meio da remoção de partículas minerais e matéria orgânica. A erosão depende de forças ou agentes externos que modelam o relevo conforme os tipos climáticos; ela pode ser pluvial (água da chuva), fluvial (água dos rios), abrasão marinha (ondas e correntes marinhas), eólica (vento) e glacial (geleiras).

Brasil: solos

Robson Rosendo



Fonte: IBGE. *Mapa de solos do Brasil*. Disponível em: https://mapas.ibge.gov.br/tematicos/solos. Acesso em: 3 ago. 2020.

Brasil – Alguns tipos de solo	
Tipos	**Características**
Latossolos	Formam-se em superfícies aplainadas de baixa declividade (inclinação). Como há maior infiltração de água e lixiviação, a rocha é mais intemperizada e os solos mais evoluídos (profundos), o que favorece a agropecuária. Os latossolos são gestados em climas equatoriais, tropicais e subtropicais, estando associados aos biomas florestais e savânicos. A coloração dos latossolos varia desde vermelho-escura (indicador de alta ocorrência de ferro) até amarela (ocorrência de alumínio).
Argissolos	No passado foram chamados de podzólicos. São solos evoluídos, argilosos e se desenvolvem principalmente em áreas colinosas.
Neossolos	Solos rasos, de baixa profundidade, pouco desenvolvidos ou evoluídos. Não apresentam horizonte B e têm muitos fragmentos de rocha no horizonte C. Comuns em áreas montanhosas com alta declividade. Uma das áreas de ocorrência é o semiárido do Nordeste.
Cambissolos	Solos rasos ou de baixa profundidade, com horizonte B pouco desenvolvido ou incipiente. São frequentes em áreas com alta declividade, como as escarpas de falha da Serra do Mar, na região Sudeste.
Espodossolos	Solos hidromórficos (muito saturados de água e ricos em matéria orgânica), pobres em nutrientes minerais e ácidos. Muitos são arenosos. Frequentes nas planícies e tabuleiros litorâneos, além da área da bacia do Rio Negro (Amazonas).
Gleissolos	Solos hidromórficos ricos em matéria orgânica. Destaca-se a Planície do Rio Amazonas, incluindo a Ilha de Marajó (PA).
Plintossolos	Alta concentração de óxidos de ferro, argissolos e suscetíveis à laterização. São frequentes na Amazônia Ocidental, Tocantins e Maranhão.
Nitossolos	Solos bem desenvolvidos, férteis, com alto teor de ferro, coloração vermelho-escura e formados pelo intemperismo de rochas vulcânicas (basalto e diabásio). Ocorrência nos planaltos e chapadas da Bacia do Paraná (áreas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso).
Vertissolos	Solos argilosos com evolução restrita, argilosos e horizonte B pouco desenvolvido.

Fonte: EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de solos (SiBCS). *In*: Embrapa solos. Rio de Janeiro: Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs. Acesso em: 3 ago. 2020.

Com base na leitura do mapa e da tabela, faça o que se pede.

1. Levante informações sobre aspectos físicos dos tipos de solo do Brasil apresentados na tabela (relevo, onde se encontram, fertilidade e vínculo com condições climáticas e hídricas).
2. Identifique os tipos de solo que você julga terem maior potencialidade agrícola. Justifique.
3. Descreva a distribuição geográfica dos solos que você selecionou utilizando o mapa.
4. Associe os solos selecionados com a produção agrícola, tema que você estudou no primeiro percurso.
5. Selecione dois tipos de solo que teriam menor potencial agrícola.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Alguns solos favoreceram a atividade agrícola ao longo da história brasileira. Um exemplo é o "massapê" – denominação popular para vários tipos de solo (vertissolos, latossolos e argissolos) localizados na planícies e nos tabuleiros litorâneos da Zona da Mata, subregião tropical úmida do Nordeste brasileiro. Entre suas características gerais, é formado por rochas como granito, gnaisse e calcário, sendo argiloso e rico em matéria orgânica decomposta. Na atualidade, esses solos são utilizados na produção de cana-de-açúcar, coco e cacau.

Destacam-se, também, no Brasil, o nitossolo (antiga terra roxa estruturada) e o latossolo roxo, que são bem desenvolvidos, formados pelo intemperismo de rochas magmáticas extrusivas ou vulcânicas (basalto e diabásio), ricos em nutrientes minerais, com alto teor de ferro e coloração vermelho-escura.

A existência das "terras roxas" pode ser explicada considerando-se o tempo geológico profundo. Na Era Mesozoica, com a separação entre a América do Sul e a África durante a deriva continental, ocorreu intenso vulcanismo na Bacia Sedimentar do Paraná. Desse modo, esses solos férteis concentram-se hoje nos planaltos e nas chapadas da Bacia do Paraná, em trechos dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo (Centro-Oeste), Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além do Triângulo Mineiro.

Eles favoreceram o desenvolvimento da economia cafeeira entre o final do século XIX e o início do século XX, principalmente em São Paulo. Portanto, foram importantes no processo de desenvolvimento da economia do Sudeste, região que se tornou o principal polo econômico do país durante o período. Hoje, são ocupados também por outras culturas, como laranja e cana-de-açúcar no interior paulista, soja no Mato Grosso do Sul e em Goiás, além de uva vinícola na Serra Gaúcha.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Plantação de milho sobre solo fértil. Boa Vista das Missões (RS), 2018.

1. Qual é a importância do solo massapê na história brasileira? Relacione-o com as características da história da ocupação de terras e da estrutura fundiária no país. Se necessário, pesquise sobre o assunto.

Problemas socioambientais

Uma vez compreendido o processo de formação dos solos, é importante refletir sobre os muitos problemas ambientais decorrentes das formas de uso deles. No percurso anterior, estudamos diversos sistemas agrícolas adotados no Brasil sob os pontos de vista econômico e social. Mas qual é o impacto desses sistemas sobre o meio ambiente?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Intensificação da erosão

Um dos principais problemas gerados pela atividade agropecuária é a aceleração dos processos erosivos – que vão desde a retirada de uma pequena camada de solo até a formação de verdadeiras crateras.

A erosão é um processo natural, ou seja, ela existe na natureza sem a interferência do ser humano.

A erosão é um processo natural, ou seja, ela existe na natureza sem a interferência do ser humano. Porém, à medida que o ser humano altera a composição da superfície terrestre, a erosão e os seus efeitos são intensificados, provocando graves prejuízos ao solo.

Nos ambientes naturais, a vegetação mais densa amortece o impacto da água da chuva, fazendo com que ela escoe lentamente até a superfície; além disso, boa parte infiltra no solo e é absorvida pela mata. Logo, a quantidade de água que escoa superficialmente é menor e tem menos velocidade.

Nas áreas rurais, a menor perda de solo por erosão ocorre em ambiente natural, a exemplo de uma floresta como a Mata Atlântica. A erosão varia conforme o uso do solo, aumentando em pastagens e cultivos permanentes, como o café. A maior perda de solo por erosão ocorre em cultivos temporários, como o algodão, já que, após a colheita, o solo fica exposto caso não se adotem técnicas de conservação.

Erosão: tipos e exemplos de formas de relevo

Erosão pluvial
Provocada pelo impacto da água da chuva.

Sulco

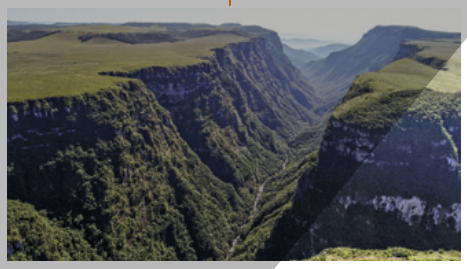


Adriano Kirihara/Pulsar Imagens

Bofete (SP), 2017.

Erosão fluvial
Decorrente da ação dos rios, pode dar origem a vales e cânions (vales profundos).

Cânion



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Cambará do Sul (RS), 2019.

Erosão marinha (abrasão)
Causada pela ação das marés, ondas e correntes marinhas nos litorais.

Falésia



Delfim Martins/Pulsar Imagens

Beberibe (CE), 2018.

Erosão glacial
Provocada pela movimentação de geleiras.

Vale esculpido por geleira



DEA/G. GNEMMI/Getty Images

Maciço do Monte Rosa, na fronteira Itália-Suíça, 2018.

Erosão eólica
Causada pela ação do vento, dominante em regiões áridas e semiáridas.

Cogumelo



Hans Von Manteuffel/Pulsar Imagens

Parque Nacional do Catimbaú. Buíque (PE), 2018.

O desmatamento em larga escala e as práticas agrícolas inadequadas levam à intensificação da erosão. Manifestam-se três níveis de feições erosivas na superfície: os sulcos (cicatrizes pequenas no solo), as ravinas (feições médias) e as voçorocas (feições de grande dimensão esculpidas pela intensificação da erosão pluvial). A erosão sem controle é um risco para a produtividade agrícola e a segurança alimentar, principalmente em regiões pobres.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Qual é o problema ambiental representado na fotografia?
2. Quais são as possíveis causas desse problema?
3. Dê sugestões para recuperação da área.



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Área agrícola em Manoel Viana (RS), 2018.

Arenização

Outro fenômeno que leva à perda de solo agricultável é a arenização. Ela consiste na degradação do solo com a formação de dunas de areia. O fenômeno concentra-se na Campanha Gaúcha (região do bioma Pampa ou Domínio das Pradarias), na porção sudoeste do estado do Rio Grande do Sul.

As causas da arenização dos solos são controversas e complexas. As características naturais favorecem muito o fenômeno, uma vez que a região apresenta dominância de arenito, rocha sedimentar formada pela compactação de areia sob paleoclimas áridos e semiáridos, no passado geológico. Isso, por sua vez, deu origem a solos com textura arenosa e depósitos areníticos, que dificultam a fixação da vegetação e são mais vulneráveis, sob o atual clima subtropical, às erosões pluvial (água da chuva) e eólica (vento).

A arenização na Campanha Gaúcha

A Campanha Gaúcha é uma região cuja ocupação portuguesa remonta ao século XVIII. A ocupação levou à supressão de grandes extensões de pradarias (campos naturais) e de matas ciliares (florestas localizadas nas margens de rios). Além disso, a arenização também foi agravada em algumas propriedades pelo uso inadequado do solo para pecuária bovina e ovina, uma vez que o pisoteio do gado estimula a erosão, e para agricultura.

A exposição do solo arenoso originou campos de dunas, denominados areais. Entre as estratégias para conter a arenização em propriedades rurais gaúchas estão o reflorestamento inicial com espécies pouco exigentes em nutrientes, a melhoria da fertilidade do solo e a implantação de cercas para [illegible]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

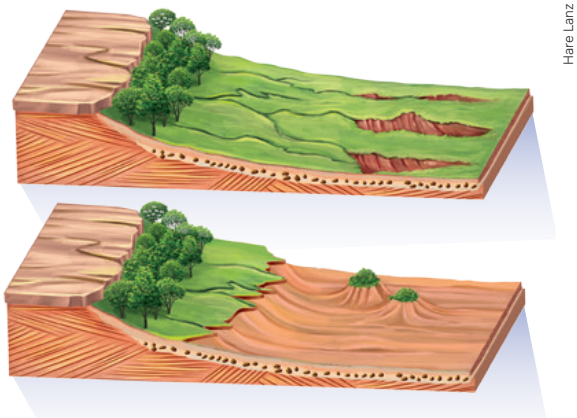


Mauricio Simonetti/Pulsar Imagens

Área de pasto em processo de arenização. Quaraí (RS), 2020.

1. Descreva o processo de arenização por meio da interpretação do diagrama.
2. Liste as características do solo que sofreu arenização apresentado na fotografia acima.
3. Qual porção do estado do Rio Grande do Sul sofre com a arenização?
4. O fenômeno pode dificultar a produção agropecuária? Justifique.
5. Você tem sugestões para o enfrentamento do problema? Explique.

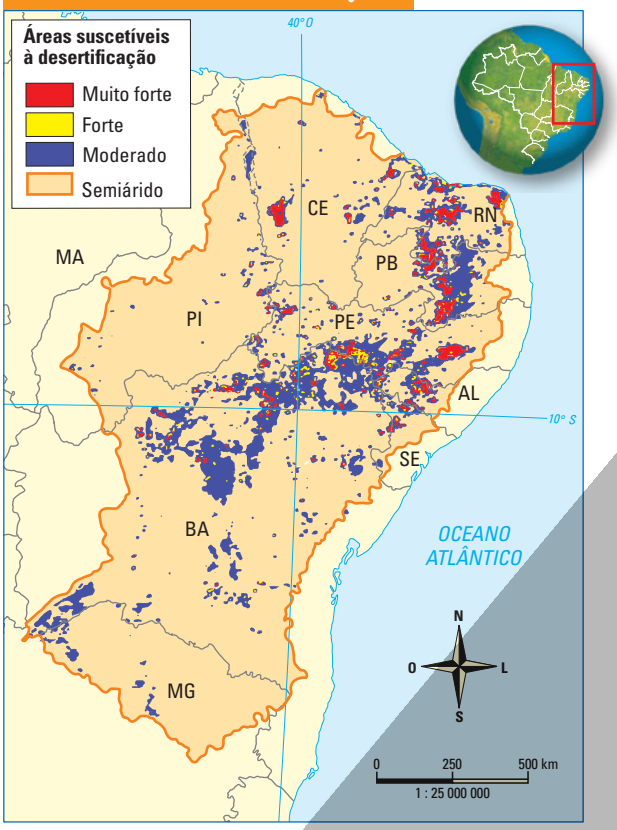
Formação de areais no Pampa gaúcho



Hare Lanz

Fonte: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. *Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 271.

Brasil: semiárido, áreas vulneráveis à desertificação



Mario Yoshida

Fonte: Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. *Delimitação do Semiárido nordestino*. Jan., 2005. Disponível em: http://mapas.mma.gov.br/mostratema.php?temas=semiarido. Acesso em: 13 ago. 2020.

Desertificação

O processo de **desertificação** pode ser definido como o estágio mais avançado de degradação ambiental, principalmente do solo, em uma região semiárida. Nas últimas décadas, a desertificação avançou aceleradamente nas bordas semiáridas dos grandes desertos do planeta, a exemplo da **Faixa do Sahel**, ao sul do deserto do Saara, na África.

No Brasil, a região mais atingida é o sertão semiárido do Nordeste. São exemplos os municípios de Gilbués (PI), Cabrobó (PE) e Irauçuba (CE). As causas da desertificação são o desmatamento desenfreado e o uso inadequado do solo para a agropecuária, sem práticas de conservação. A pecuária extensiva é um dos principais problemas, uma vez que o gado consome grande quantidade de vegetação natural. No Brasil, cerca de 45% do bioma Caatinga foi desmatado, o que torna imensas áreas suscetíveis à desertificação. E superfícies desertificadas são de difícil e custosa recuperação, quase inviabilizando o uso agropecuário.

As áreas desertificadas apresentam características que variam de uma região para outra conforme o tipo do solo, condições climáticas, bioma e ocupação antrópica. Eis algumas características dessas áreas: solo com várias feições erosivas (sulcos e ravinas), impermeável (baixa retenção de água) e com baixa atividade biológica; vegetação incipiente na superfície; redução da evapotranspiração e da umidade e menor regularidade das chuvas.

Análise

Semiárido

Analise a fotografia e o mapa acima para responder às questões.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Delfim Martins/Pulsar Imagens

Desertificação do solo na região de Gilbués (PI), 2013.

1. Com base na leitura da fotografia, quais as características de uma área desertificada?
2. Com base na leitura do mapa, identifique quais estados brasileiros estão mais suscetíveis à desertificação.
3. Pesquise as consequências da desertificação para as pessoas que vivem em áreas atingidas por esse processo no Brasil e no mundo.

Salinização

A salinização corresponde à concentração em demasia de sais no solo. A principal causa é a irrigação excessiva de áreas agrícolas localizadas em regiões áridas e semiáridas. Com a adição excessiva de água (que contém sais) e a evaporação intensa, ocorre uma progressiva acumulação de sais no solo – inviabilizando, com o tempo, a própria agricultura.

Entre as áreas mais atingidas pela salinização no mundo estão o entorno do Mar de Aral (Uzbequistão e Cazaquistão), o Delta do Rio Nilo, o semiárido brasileiro e algumas localidades da China.

Agrotóxicos e impactos socioambientais

No percurso anterior, vimos que o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira vem crescendo no decorrer das últimas décadas. Utilizados desde a Revolução Verde, eles contribuíram para o incremento da produtividade, passando a ser um dos pilares da agricultura de modelo intensivo.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo em termos absolutos.

Por outro lado, o uso excessivo dessas substâncias provoca diversos impactos no solo e, de maneira mais ampla, em todo o meio ambiente. Entre os principais problemas gerados estão a contaminação do solo e dos recursos hídricos (lençóis freáticos, aquíferos subterrâneos, lagos e rios), o envenenamento de animais (como a morte massiva de abelhas polinizadoras), a modificação nos processos de seleção natural – que estimula o surgimento de pragas mais resistentes –, a intoxicação de trabalhadores rurais e os danos à saúde do consumidor.

Atualmente, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo em termos absolutos. Poucas empresas transnacionais controlam mais de 50% do mercado de agrotóxicos do país e, juntas, elas reúnem um faturamento de aproximadamente 15 bilhões de reais por ano, constituindo um dos principais elos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro.

Devastação ambiental, pecuária convencional e pandemias

Nas últimas décadas, a devastação dos ecossistemas com alta biodiversidade fez com que o ser humano entrasse cada vez mais em contato com microrganismos que podem causar doenças graves. Entre os mais conhecidos estão vírus como o HIV e o ebola, ambos oriundos de animais das florestas africanas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em 1918, a gripe influenza, que ficou conhecida por gripe espanhola, na verdade teve origem nos Estados Unidos, espalhou-se por vários países durante a Primeira Guerra Mundial e vitimou 50 milhões de pessoas em um período em que a medicina e o saneamento básico eram incipientes. Em 2020, a pandemia de Sars-CoV-2, originada na China, atingiu vários continentes, com grandes impactos na saúde e na economia mundial.


A18 | QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2020 O ESTADO DE S. PAULO

Metrópole

NOTÍCIA NO SEU TEMPO

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Nas duas últimas semanas, o número de casos da covid-19 fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de locais afetados triplicou. Agora, são mais de 118 mil casos em 114 países e pelo menos 4.291 mortes. A OMS vinha relutando, por temer que medida criasse pânico

Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo coronavírus

Estadão Conteúdo/AE

Manchete do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a pandemia da covid-19. São Paulo (SP), 2020.

O crescimento da criação massiva de aves, suínos e bovinos para atender à demanda dos mercados nacionais e internacionais tem causado vários problemas de ordem sanitária e de saúde. A avicultura, a suinocultura e a pecuária bovina intensiva com confinamento utilizam alimentação selecionada, medicamentos, hormônios, modificações genéticas e pesticidas com o objetivo de combater doenças e elevar a produtividade. Todavia, a consequência é a seleção natural de microrganismos cada vez mais resistentes e que podem evoluir contaminando seres humanos. Entre os casos mais conhecidos estão a doença da vaca louca, causada pela proteína príon, nos anos 1980 e 1990; a gripe aviária (H5N1), que causou diversas epidemias; e a gripe suína (H1N1), em 2009.

Propondo soluções, encontrando alternativas

Diante da gravidade dos problemas que impactam o meio ambiente e a produção agrícola, pessoas de todo o mundo vêm buscando alternativas que viabilizem a recuperação dos solos e o desenvolvimento de técnicas de plantio sustentável.

Para a recuperação de locais que sofreram erosão intensa, desertificação ou arenização é preciso o trabalho de profissionais de várias áreas, como Agronomia, Geografia e Biologia, que elaboram estratégias cuja implementação deve envolver os governos, a sociedade civil nas áreas rurais e a comunidade científica. Além disso, o apoio de organismos internacionais é importante para, em um trabalho conjunto, viabilizar sua aplicação e difusão.

O problema da erosão está entre os mais antigos e recorrentes nas terras dedicadas à produção agrícola. Por isso, trabalhadores rurais e pesquisadores desenvolveram, ao longo do tempo, diversas técnicas para combatê-lo.

A mais conhecida delas é o **reflorestamento**, que consiste no plantio de espécies nativas conforme o ecossistema da região, principalmente nas áreas com maior declividade (topos de morros, áreas montanhosas e encostas com alta declividade) e nas margens de rios.

Outro método bastante utilizado é o **cultivo em curvas de nível**, no qual o plantio é feito conforme as linhas de mesma altitude no terreno, com o objetivo de reduzir a erosão e aumentar a infiltração de água no solo.



Fabio Colombini

Plantação de uva em São Joaquim (SC), 2019.

O **terraceamento**, ou cultivo em socalcos, também é bastante utilizado. Ele consiste na criação de terraços por meio do parcelamento de rampas niveladas em terrenos muito íngremes, de modo que as águas das chuvas, ao escoarem pela superfície, vão perdendo força e, assim, removem menos sedimentos do solo e causam menos impactos sobre ele.

Há também o **plantio direto**, técnica de combate à erosão que avançou bastante no Brasil, principalmente a partir da década de 2000 nas culturas temporárias ou sazonais, como a soja e o milho. Nela, são deixados restos orgânicos (folhas, galhos e raízes) em decomposição sobre o solo, formando um cobertor orgânico que o protege da erosão pluvial.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Agroecologia

Com o propósito de reduzir ou eliminar os impactos sociais e ambientais, há em várias regiões do mundo um aumento de práticas agropecuárias sustentáveis.

Denominamos **agricultura orgânica** ou sustentável aquela que não utiliza agrotóxicos, nem fertilizantes industrializados, nem transgênicos. Essa modalidade de cultivo, que aduba o solo com matéria orgânica, diminui o impacto sobre o meio ambiente e produz alimentos mais saudáveis para o consumo humano. No mundo, é cada vez maior o número de consumidores que preferem comprar produtos orgânicos.

É muito importante que os produtos orgânicos tenham certificação adequada. Uma questão polêmica são os preços dos produtos orgânicos, geralmente bem mais caros do que os produtos convencionais, por serem produzidos em menor quantidade e com maiores limitações de distribuição. Há, então, um paradoxo: por um lado, os preços limitam o acesso de grande parte da população aos produtos; por outro, é uma alternativa mais rentável às pequenas propriedades.

1. Você acha que a popularização dos alimentos orgânicos é importante? Por quê?
2. Quais medidas poderiam ser tomadas para que os produtos orgânicos se tornassem mais acessíveis?

Outra técnica importante na agricultura orgânica é o controle biológico de pragas, que consiste em utilizar predadores naturais para reduzir as pragas das plantações, dispensando o uso de agroquímicos convencionais.

Sistemas agroflorestais

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs), ou agroflorestas, são formas de uso ou manejo da terra nas quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais. Eles se caracterizam, assim, pela integração entre conservação da biodiversidade e produção agrícola, visando compatibilizar o desenvolvimento econômico da população rural com a conservação do meio ambiente.

Nesse sistema, o plantio se beneficia dos elementos disponibilizados pela floresta. Entre eles estão, por exemplo, o solo com maior teor de matéria orgânica, a atividade biológica intensa, a maior disponibilidade de recursos hídricos e a menor frequência de pragas em razão dos predadores naturais presentes no ecossistema.

Os sistemas agrossilvipastoris apresentam diversas vantagens em relação aos sistemas tradicionais de uso da terra, pois promovem maior fertilidade dos solos, maior biodiversidade e menor ocorrência de ervas daninhas. Além disso, podem ser implantados em pequenas, médias e grandes propriedades.

Sistemas agrossilviculturais

Agrossilvicultura
Combina silvicultura (reflorestamento comercial) com cultivos agrícolas sazonais ou perenes.



Fabio Colombini

São Miguel Arcanjo (SP), 2015.

Silvipastoril
Combina silvicultura com pastagem e criação de animais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Mais Floresta (https://www.maisfloresta.com.br)

Ribas do Rio Pardo (MS), 2015.

Agrossilvipastoril
Combina silvicultura com cultivos agrícolas e criação de animais.



Gerson Gerloff

Itaara (RS), 2018.

1. Quais as principais diferenças entre os sistemas agrossilviculturais e a agricultura tradicional?

Mapas topográficos e zoneamento sustentável

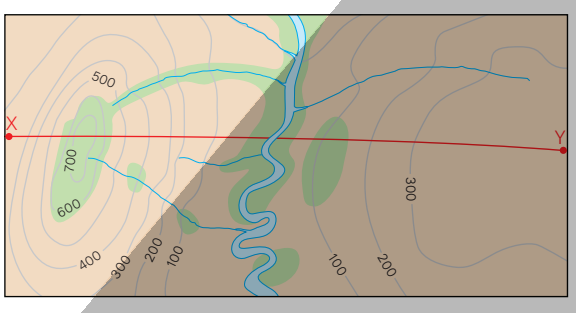
O relevo constitui a base física para a ocupação humana na cidade e no campo. Assim, a interpretação de **mapas topográficos** e seus perfis é importante no planejamento agrícola, urbano e ambiental.

Eles apresentam como elemento principal as **curvas de nível** (isoípsas): linhas que unem pontos de mesma altitude na superfície. A equidistância corresponde à diferença de altitude entre as curvas, que não varia. Por exemplo, se a equidistância for de 50 metros, as altitudes que vão aparecer nas curvas podem ser de 50, 100, 150, 200 metros etc.

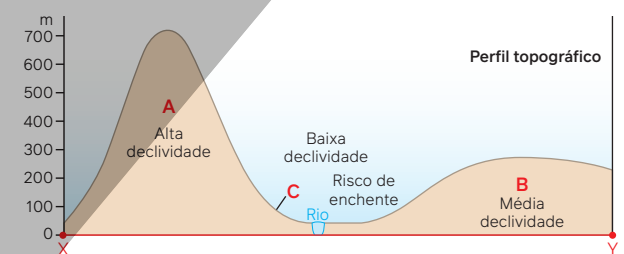
Além das curvas, os mapas topográficos costumam apresentar elementos de hidrografia. No mapa, determinamos as margens direita e esquerda de um rio da nascente (à montante) para a foz (à jusante). Os mapas podem apresentar vegetação natural, agropecuária, áreas urbanas e vias de transporte.

Os mapas topográficos e seus perfis auxiliam no zoneamento sustentável, ou seja, na definição de atividades socioeconômicas adequadas conforme o tipo de relevo, solo, recursos hídricos e biomas existentes em uma área. A sustentabilidade permite conciliar a conservação ambiental com a produtividade da economia. A seguir, comparamos três áreas com características diferentes do ponto de vista físico, as atividades recomendadas e as atividades não recomendadas conforme o impacto ambiental.

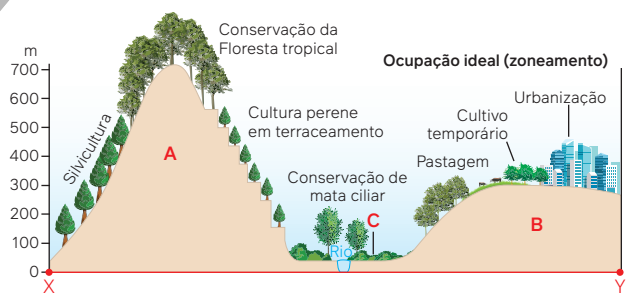
Topografia e zoneamento sustentável



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Tarcísio Garbellini



Área A. Não são recomendadas: construção de moradias rurais e urbanas devido à vulnerabilidade a deslizamentos; agricultura mecanizada; e pecuária bovina. Recomenda-se: conservação de ecossistemas nativos; reflorestamento ecológico com espécies nativas; ecoturismo e turismo rural; reflorestamento comercial (silvicultura); e agricultura em curvas de nível ou terraceamento nas vertentes mais íngremes com cultivos perenes (café, laranja e outras arbóreas frutíferas).

Área B. Recomenda-se: construção de habitações rurais e urbanas; e agricultura mecanizada com cultivos perenes e temporários, pecuária bovina de corte.

Área C. Não são recomendados: atividades industriais, que possam causar poluição nos recursos hídricos, e estabelecimento de moradias rurais e urbanas devido à vulnerabilidade a enchentes. Recomenda-se: conservação das matas ciliares, ripárias ou de galeria ao longo do rio; e agricultura irrigada aproveitando a água do rio – mas apenas após a mata ciliar.

Fonte: *Topografia*. Ensino Médio. 1º Ano. 1º bimestre. São Paulo: Lumax Participações/Universitário, 2015. p. 32. (com atualizações)

Fome, um problema ético

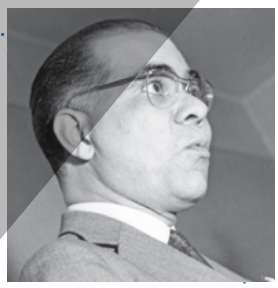
No início desta unidade, falamos brevemente sobre o problema da fome no Brasil e no mundo. Agora, após conhecer as principais características físicas, econômicas, históricas e sociais da produção agrícola brasileira, podemos retomar esse assunto tão importante de modo mais aprofundado.

Entre as muitas questões que esse tema suscita, uma pergunta se impõe: Por que a fome persiste em meio a um mundo fortemente globalizado e marcado pela abundância de produção de alimentos? Quais são os caminhos possíveis para a compreensão – e a superação – desse difícil paradoxo?

Vozes

O geógrafo, médico e sociólogo **Josué de Castro** escreveu, em 1946, o livro *Geografia da fome*. Ele foi escrito em uma época em que a fome era considerada um fenômeno natural e, portanto, impossível de ser solucionado.

Para desconstruir esse discurso, Josué de Castro viajou por todo o Brasil investigando as características alimentares das diferentes regiões. Analisou o processo de colonização de cada área, os sistemas de produção de alimentos e o aparecimento de doenças nos moradores, e concluiu que a fome não é igual em todos os lugares, ela varia conforme fatores geográficos, sociais, culturais e econômicos. O autor chegou, assim, a um diagnóstico para o problema: "A fome é a expressão biológica de um mal sociológico".



Equipe AE/Estadão Conteúdo/AE

Josué de Castro.
São Paulo (SP), 1957.

Uma pesquisa de 2018 divulgada pela Embrapa nos ajuda a responder essa questão. Ela revelou que, em 2018, cada brasileiro desperdiçou, em média, 41 quilos de alimento. No total, foram quase 37 milhões de toneladas de comida jogadas fora em todo o país. Esse montante representa nada menos que 50% de todo o lixo recolhido no Brasil no mesmo período. Isso revela que não há falta de alimento em termos absolutos, e sim um grave problema de acesso e distribuição dos gêneros alimentícios.

Análise

Locais de maior pobreza no Brasil

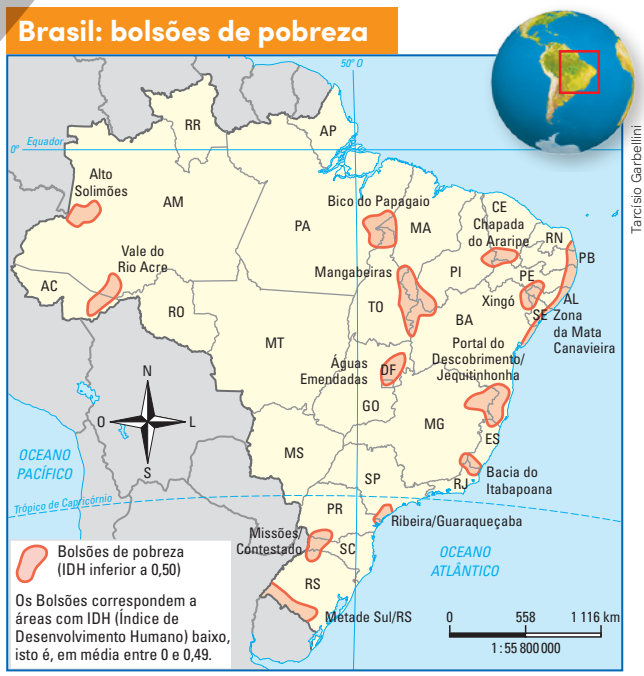
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os bolsões de pobreza são áreas com IDH mais baixo, ou seja, menor escolaridade, menor expectativa de vida e menor renda *per capita*.

1. Identifique um bolsão de pobreza por região do Brasil.
2. Quais as causas da permanência da subalimentação nessas áreas?
3. Quais ações você sugere para melhorar a segurança alimentar nos bolsões de pobreza brasileiros?
4. Problemas ambientais como erosão, desertificação e arenização podem agravar a insegurança alimentar em alguns bolsões de pobreza? Justifique.

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. p. 135.

Brasil: bolsões de pobreza



Tarcísio Garbellini

O Brasil tem uma sólida estrutura agropecuária, figurando entre os principais exportadores de alimentos do mundo. Essa estrutura, porém, organizou-se historicamente em torno de um sistema fundiário excludente, manteve grande parte dos trabalhadores rurais submetidos à precarização e provocou graves problemas ambientais. No século XX, mesmo com a industrialização e a modernização parcial da agropecuária, os conflitos fundiários e a insegurança alimentar persistiram.

Apesar de ser um problema histórico e persistente, a questão da fome só passou a receber a devida atenção na década de 1990, quando a Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria, levou à ampliação dos estudos sobre a subnutrição no país e ao engajamento solidário da sociedade civil na distribuição de alimentos em determinados períodos do ano.

Os anos 2000 assistiram a um expressivo desenvolvimento de pesquisas sobre segurança alimentar, visando à aferição mais rigorosa da questão do acesso aos alimentos de diferentes parcelas da população. Esses avanços não impediram, contudo, que a insegurança alimentar continuasse sendo um sério problema para segmentos da sociedade brasileira submetidos à pobreza extrema.

Brasil – Segurança e insegurança alimentar (2013)

Situação de segurança alimentar	Descrição	Porcentual de domicílios
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais	77,4%
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos	14,8%
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos	4,6%
Insegurança alimentar grave ou severa	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)	3,2%

Fonte: BRASIL. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios* – Segurança Alimentar 2013. IBGE: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

Tudo isso nos mostra que o caminho para a erradicação da fome no Brasil não é simples nem curto. Afinal, longe de ser um fenômeno isolado, a persistência da fome articula elementos políticos e ambientais. As últimas décadas mostram que a coordenação de esforços em diferentes áreas de atuação pode ter resultados efetivos. Resta, então, o desafio coletivo de garantir a continuidade desses esforços, de modo que a produção de alimentos e o acesso à comida possam, finalmente, encontrar o equilíbrio em um futuro próximo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

#Ficaadica

A carne é fraca, de Denise Gonçalves (54 min). Documentário impactante do Instituto Nina Rosa sobre a criação de animais para o consumo humano, trabalho, saúde humana e meio ambiente. Entre os entrevistados estão Washington Novaes (jornalista), Dogomir Marquezi (jornalista) e Eder Jofre (ex-pugilista).

Atlas da questão agrária brasileira, de Eduardo Paulo Girardi. Apresenta textos e mapas sobre a questão agrária em múltiplos aspectos: ambientais, fundiários e relativos à espacialidade da produção agropecuária brasileira. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

Rotten. Série documental composta de 2 temporadas com 6 episódios cada. Muitos episódios abordam o agronegócio, o sistema econômico, a atuação das empresas transnacionais, o comércio internacional, as relações de trabalho e os impactos ambientais. Alguns temas abordados são: cacau, açúcar, apicultura, água mineral, amendoim, sobrepesca e criação de aves.

Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS). A Embrapa Solos apresenta um detalhamento da nova classificação de solos do Brasil. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs. Acesso em: 3 ago. 2020.

Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões, de João Carlos Canuto (Embrapa). O livro discorre sobre questões conceituais e exemplos práticos de sistemas agroflorestais já implantados.

Prática de pesquisa

Fome, um problema de todos nós

Nesta prática de pesquisa, com base na leitura e análise do Segundo Objetivo da ONU para mudar o mundo, você proporá cinco medidas para erradicar a fome no Brasil. A ONU estabelece a erradicação da fome e da desnutrição em crianças e adultos como seu segundo objetivo para 2030. Pensar em políticas públicas para a erradicação de um problema tão complexo como a fome significa pensar na interferência concomitante de diferentes setores da sociedade para propiciar uma situação estável de bem-estar para todos.

- Organização: turma dividida em 4 grandes grupos.
- Duração sugerida: 5 aulas
- Material: computador com acesso à internet; livros; caderno; caneta; lápis.

Juntem-se e respondam!

Leia a seguir os cinco itens listados para cumprir o objetivo Fome Zero e Agricultura Sustentável da ONU disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods2/ (acesso em: 26 jun. 2020). Depois, pesquisem *sites* e artigos científicos para responder às perguntas a seguir.

- Qual é a origem desse documento e como ele foi elaborado?
- A linguagem usada deixa transparecer alguma visão de mundo?
- Quais são as principais ideias apresentadas pelo texto sobre a questão da fome?
- Haveria outras formas de se propor ou resolver a questão?
- Que impactos as informações da fonte podem desempenhar na vida das pessoas ou grupos?

O texto supracitado assume um ponto de vista específico, o de seu autor, para tratar do problema da fome e sua erradicação. É importante se lembrar de que essa é apenas uma das muitas visões possíveis e que, para propor uma ação eficiente, é preciso levar em conta outras fontes.

Solucionem!

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Escolham uma das fontes a seguir e comparem-na com as visões identificadas no texto da ONU.

- Fome no mundo: Como pode ser solucionada? Disponível em: https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-como-ser-solucionada/. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. (2001). Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo em Perspectiva, 15(4), 119-129. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400013. Acesso em: 26 jun. 2020.
- Segurança Alimentar 2013 (IBGE). Pesquisa detalhada do IBGE sobre segurança e insegurança alimentar. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

Com base nas diferentes visões sobre o tema e as soluções apresentadas por cada fonte, o grupo irá propor cinco medidas que considerar eficientes para erradicar a fome. Pensem que problemas coletivos se desenrolam em diversas frentes; por exemplo, não basta estabelecer que todos têm direito à comida, é preciso saber de onde ela vem, como chegará às pessoas e quem pagará por ela. Algumas etapas podem ajudar o grupo a se organizar: compreender o problema, propor ideias diversas e rápidas que podem solucioná-lo, selecionar as ideias que parecem mais coerentes, compará-las com iniciativas reais e ajustar as ideias de acordo com a nova pesquisa feita para finalizar a proposta.

Compartilhem!

Escrevam um texto com as conclusões do grupo acerca da problematização inicial desta unidade. Lembrem-se de todos os pontos da pesquisa e façam uma exposição oral para a turma.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Quais são as características dos solos brasileiros?
2. A intensificação da laterização do solo pode comprometer seu uso para a agricultura?
3. Mencione técnicas utilizadas para combater a erosão do solo.
4. Com base na observação da imagem, faça o que se pede.
   a) Que técnica está sendo utilizada para combater a erosão?
   b) Mencione uma vantagem dessa técnica quanto à composição do solo.



Sergio Ranalli/Pulsar Imagens

Plantação de milho. Matelândia (PR), 2018.

5. O que é desertificação? Cite duas regiões do mundo onde ocorre esse fenômeno.
6. Quais são as características da arenização na Campanha Gaúcha (RS)?
7. O que é salinização? Cite duas regiões do mundo onde ocorre esse problema.
8. Quais são as vantagens dos sistemas agroflorestais?
9. A imagem ao lado é um modelo fictício de mapa topográfico. Responda os itens a seguir com base nas informações que ele apresenta.
   a) O mapa apresenta escala numérica de 1 : 50 000 (1 cm no mapa corresponde a [illegible] realidade). Sabendo que a distância entre os pontos A e B na carta é de 3,0 cm, qual é a distância real em quilômetros entre esses dois pontos?
   b) Qual margem do rio é mais indicada para culturas temporárias ou sazonais? Explique.
   c) Quais são as características da porção leste da carta? Quais são as recomendações de uso sustentável do solo para essa área?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



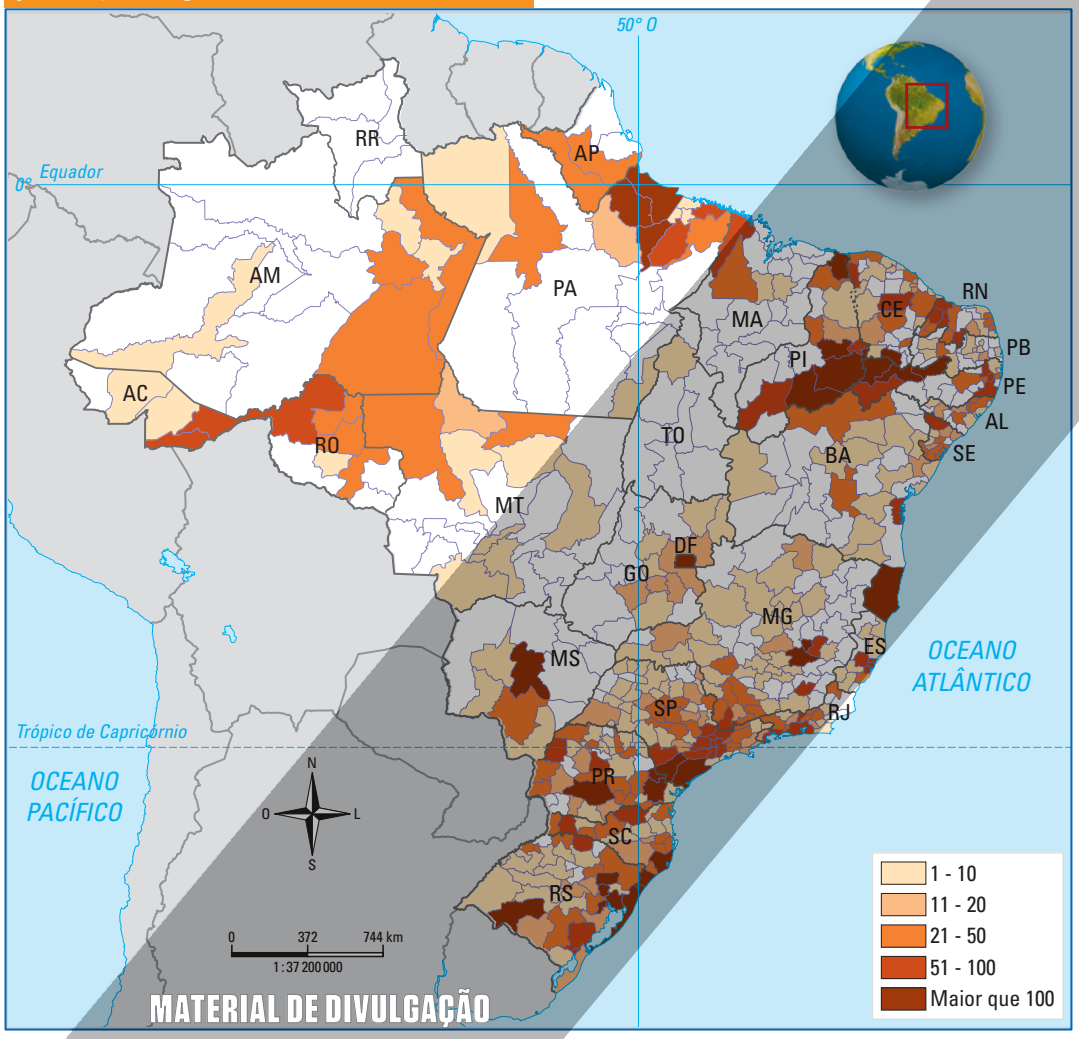
Tarcísio Garbellini

10. Com base na leitura do fragmento do livro *Geografia da fome*, de Josué de Castro, identifique problemas ambientais e socioeconômicos que permanecem nos dias de hoje no Brasil.

> Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque desses produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço dessas manipulações econômicas. Por trás dessa estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome.
>
> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 270.

11. A partir da leitura do mapa, responda aos itens a seguir.

Brasil: distribuição das unidades de produção orgânica – 2018



Fonte: INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. *Texto para discussão*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 1990. p. 28. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

a) Identifique cinco estados brasileiros que apresentam microrregiões com mais de 100 propriedades com produção orgânica.

b) Quais são as medidas necessárias para estimular a produção de cultivos orgânicos no Brasil?

12. Com base na análise da fotografia, faça o que se pede.

a) Identifique características ambientais e socioeconômicas.

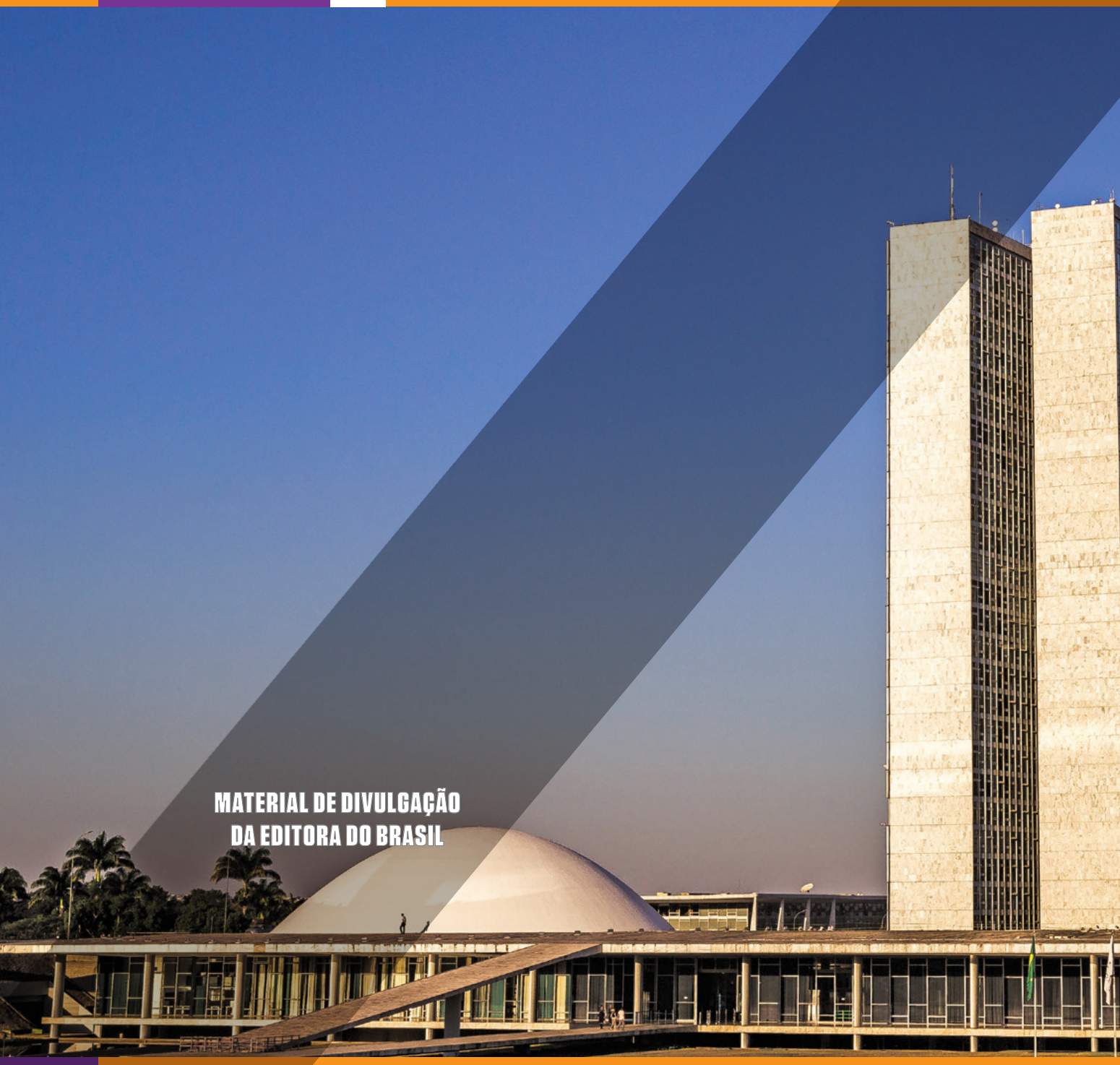
b) Como esses dois elementos se relacionam?

c) Dê sugestões para melhorar a produtividade agrícola de pequenas propriedades localizadas em bolsões de pobreza.


Chico Ferreira/Pulsar Imagens

As margens do Rio Jequitinhonha são utilizadas para o plantio de lavouras. Itinga (MG), 2018.

UNIDADE 2



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SOMOS UMA DEMOCRACIA?



Thi Soares/iStockphoto.com

Congresso Nacional. Praça dos Três Poderes, Brasília (DF), 2018. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário norteiam as ações políticas do nosso país.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

1. Qual é a relação entre a imagem e a democracia brasileira?

2. Como ocorreu a formação do Estado brasileiro?

3. Você se interessa pela política de seu país?

Na BNCC

Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 7 e 10, as competências específicas de Ciências Humanas 1, 2 e 6 e as habilidades EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS602, EM13CHS603, EM13CHS606.

O Estado brasileiro: dimensões políticas

Quando pensamos sobre a política e a estudamos, precisamos considerar sua presença em nosso dia a dia, além de sua forma institucionalizada, ou seja, sua organização por meio do Estado. Quando observamos esse cotidiano em diferentes tempos e espaços, podemos perceber que, nos ambientes em que se estabelecem relações de poder, a política está presente. Nesse sentido, devemos considerá-la como parte de nossa vida, sendo construída por meio das relações e embates estabelecidos no espaço familiar, nos movimentos sociais, na organização de associações, sindicatos, coletivos, nas escolas e universidades, entre outros espaços.

Nesta unidade vamos refletir sobre as dimensões políticas do Estado brasileiro e das relações de poder entre diferentes atores sociais, sobretudo nos espaços urbanos entre o século XIX e meados do século XX. O Estado Democrático de Direito é fruto de uma construção e luta consolidada segundo a Constituição de 1988. Às instituições cabe o papel de regulação, defesa e proteção dos cidadãos, ou seja, as decisões políticas mediadas pelo Estado obedecem a regras e rituais que buscam controlar e manter a delimitação de direitos e garantias – ainda que algumas vezes isso ocorra somente em teoria – de todos os brasileiros.



Jr Manolo/Fotoarena

Participação e luta por direitos protagonizadas por jovens estudantes em Maceió (AL), 2019. As faixas e bandeiras traduzem mensagens que buscam mobilizar as pessoas, levando-as a pensar sobre a educação e o futuro desses jovens cidadãos brasileiros.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Chamamos de Estado Democrático de Direito a entidade política que, mediante coação e sanção previstas em textos normativos desenvolvidos por meio de mecanismos legítimos de poder, garante aos cidadãos a plena participação na vida política, o livre exercício de seus direitos e a garantia de condições para uma vida digna.

No Brasil, o artigo 5º da Constituição de 1988 estipula os paradigmas jurídicos para a efetivação desse modelo de Estado. Um deles, a tripartição dos poderes, ou seja, sua divisão em Executivo, Legislativo e Judiciário, deve atuar de forma harmônica, cada um deles servindo de contraponto aos demais.

Esse modelo tripartite, portanto, defende o princípio de harmonia e equilíbrio entre os poderes. Contudo, esse exercício de poder não é simples formalidade; pelo contrário, a maneira de implementar as medidas tomadas pelos agentes públicos que os compõem tem impacto direto na vida da população ou de grupos sociais específicos.

Leia uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à Medida Provisória (MP) decretada pelo Poder Executivo federal em decorrência da pandemia de covid-19:

ECONOMIA

STF derruba trechos de MP sobre questões trabalhistas durante pandemia

Fonte: STF derruba trechos de MP [...]. *Uol Economia*, São Paulo, 29 abr. 2020. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/29/stf-derruba-trechos-de-mp-sobre-questoes-trabalhistas-durante-pandemia.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

Ao derrubar uma série de trechos da MP, um dos três poderes da República, o Judiciário, cuja instituição máxima é o Supremo Tribunal Federal (STF), considerou que doença ocupacional é aquela diretamente relacionada à atividade desempenhada pelo trabalhador ou definida pelas condições de trabalho a que está submetido. O trabalhador tem, portanto, direito ao afastamento do trabalho por doença ocupacional e ao auxílio-doença.

Você percebeu como essa decisão do STF repercute nos direitos dos trabalhadores?

Além disso, trata-se de uma decisão político-institucional, ou seja, determinada por uma das instituições que formam o poder do Estado, que tem plena autonomia apenas nos Estados Democráticos de Direito.

Percebeu também como o Estado Democrático de Direito, uma conquista histórica da civilização, é importante no cotidiano das pessoas?

A relação entre os poderes interfere em nossa vida como cidadãos (isto é, sujeitos sociais com direitos e deveres), sendo uma dimensão da política, a chamada "política institucional", caracterizada pela **normatização** da vida em sociedade. Essa normatização se dá por meio da atuação das instituições do Estado, com base em leis, sistemas de justiça, mecanismos de controle social etc.

Política: um conceito

A palavra política não pode ser entendida separada da ideia de "poder". O poder, por sua vez, às vezes é confundido com o Estado, instituição normatizadora da vida em sociedade. Entretanto, o poder não é unicamente o Estado, pois está disseminado por toda [illegible] dade política não se dá exclusivamente no Estado. [...] O termo política, por que ora foi cunhado na atividade social desenvolvida por homens adultos da *polis* grega. Toda a vida social grega estava assentada na atividade política. [...] Hoje o caráter mais evidente do conceito atual de política diz respeito, por um lado, à gestão dos negócios públicos e, por outro, às ações da sociedade civil a fim de ter suas reivindicações atendidas.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 336.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nos regimes democráticos, a autoridade de tais poderes e de quem os exerce **emana** da sociedade, por isso o poder também pertence ao corpo social, do qual todos nós fazemos parte. Portanto, as relações de poder mediadas pela política não se restringem à organização do Estado; elas permeiam todas as relações sociais (entre pais e filhos, professores e estudantes, chefes e subordinados etc.) e não provocam somente conflitos, pois podem envolver negociações e acordos entre as partes.

GLOSSÁRIO

Emanar: vir; originar-se.
Normatizar: estabelecer normas.

1. Reúna-se com um colega e, juntos, aprofundem a discussão sobre o que caracteriza um regime democrático. Em seguida, compartilhem as conclusões com a turma.

PERCURSO 3

A formação do Estado brasileiro: aspectos sociais e espaciais

GLOSSÁRIO
Intransigente: que é rigoroso; inflexível.

A atual Constituição, promulgada em 1988, definiu que no Brasil existe um Estado Democrático de Direito, o qual, conforme observado na abertura da unidade, garante o respeito às liberdades civis e, por conseguinte, a defesa **intransigente** dos direitos humanos, que são protegidos por meio de um ordenamento jurídico. Isso parte da premissa de que todo poder emana do povo e deve ser exercido por representantes democraticamente eleitos, mas sem perder de vista que o exercem sob estreitos limites, temporariamente, e em nome da soberania popular.

No entanto, é fundamental que você compreenda que esse modelo de Estado não pode nem deve ser naturalizado, como se estivesse aí desde sempre. Considere que ele é fruto da resistência, da resiliência e mesmo de lutas e conquistas populares, marcadas por recuos e avanços, frustrações e sonhos, derrotas e vitórias.

Sabe-se que um dos papéis do Estado – considerando-se sua gênese fundamentada nos princípios liberais e nos posteriores avanços democráticos – é garantir o bem comum. Será que o Estado Nacional implantado no Brasil após a independência, em 1822, cumpriu esse papel? Naquela época, quem era considerado cidadão?

E na atualidade, o Estado Democrático de Direito que existe em nosso país cumpre esse papel? Questões dessa natureza, entre outras, serão objeto de estudo ao longo deste e do próximo percurso.

Um estudo sobre a historicidade do Estado brasileiro revela que as conquistas de nosso povo nos 200 anos pós-independência se deram na instância política, ou mesmo em não poucas ocasiões contra determinadas políticas públicas, isto é, que foram implementadas pelo Estado.

O filósofo grego Platão (428 a.C.-347 a.C.) afirmara que "o preço a pagar por tua não participação na política é seres governado por quem é inferior". Com isso, ele estava nos alertando para o fato de que a participação política em seu tempo, assim como na atualidade, é um exercício que deve ser praticado na esfera pública em todos os momentos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Leia a tira a seguir e responda às questões.



© Joaquín Salvador Lavado (QUINO)
TODA MAFALDA/Fotoarena

1. A associação entre "política" e "palavrão" feita pela personagem revela o senso comum sobre o tema? Por quê?
2. Para você, o cartunista se valeu da personagem para fazer uma crítica social?

Em síntese, o atual Estado Democrático de Direito foi resultado do intenso protagonismo da juventude brasileira, que, em vários contextos históricos, como na militância contra a ditadura civil-militar (1964-1985), na campanha Diretas Já, em 1984, ou ainda na mobilização dos chamados "caras-pintadas", que culminou no *impeachment* do presidente Collor, em 1992, revelou sua disposição de participação política. Preservá-lo e aprimorá-lo, portanto, é tarefa que se impõe àqueles – inclusive aos mais jovens – que são comprometidos com a defesa dos direitos humanos, da cidadania e da democracia.

A Corte portuguesa no Brasil: início do processo de emancipação política

A formação do Estado nacional brasileiro se inseriu no contexto histórico mais amplo do processo de emancipação política, que foi deflagrado em razão da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em janeiro de 1808. O sistema colonial, que foi profundamente abalado por esse episódio, vinha se tornando cada vez mais **anacrônico** em função da nova dinâmica internacional decorrente da chamada "dupla revolução": Revolução Industrial e revoluções liberais-burguesas, para as quais a Revolução Francesa foi o modelo clássico. Mas por quais razões a "dupla revolução" inviabilizou a continuidade do sistema colonial?

GLOSSÁRIO

Anacrônico: que não se adapta a uma época; obsoleto; retrógrado.

Em primeiro lugar, ele se alicerçava no monopólio do comércio colonial por parte da burguesia mercantil metropolitana. Porém, a Revolução Industrial inglesa – iniciada na década de 1780 –, ao consolidar o sistema de fábricas, garantiu um contínuo aumento da produtividade e a diminuição dos custos de produção, impulsionando o livre comércio e o interesse no acesso direto aos mercados coloniais.

O contexto histórico que antecedeu a construção do Estado brasileiro foi referenciado por alguns marcos cronológicos específicos da conjuntura europeia do início do século XIX. Esta, ao determinar a transferência da família real portuguesa para o Brasil, foi decisiva para singularizar o caso brasileiro, isto é, dar uma especificidade a seu processo de emancipação política quando comparado aos demais países da América Latina: o Brasil manteve sua unidade territorial, preservou a estrutura escravista e constituiu-se como uma monarquia, diferentemente da América Hispânica, que se fragmentou em várias repúblicas, nas quais foram implantadas repúblicas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Após a chegada da Corte portuguesa, o príncipe regente D. João decretou a Abertura dos Portos brasileiros ao comércio com as nações "amigas" (leia-se, especificamente, a Inglaterra), rompendo-se, dessa maneira, o "exclusivo comercial", em prejuízo da burguesia mercantil portuguesa.



Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, Niterói

Armando Vianna. *Chegada de Dom João à Igreja do Rosário*, 1937. Óleo sobre tela, 80 cm × 100 cm. Após desembarcar no Rio de Janeiro em 8 de março de 1808, o cortejo que acompanhava a família real caminhou da atual Praça XV de Novembro até a Igreja do Rosário, na atual Rua Uruguaiana, para uma celebração religiosa.

1. Que aspectos podem ser observados na imagem, no que diz respeito à paisagem e aos tipos humanos representados?
2. Qual é o significado histórico da transferência da Corte portuguesa para o Brasil?

Em 1810, com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, os interesses econômicos britânicos em relação ao mercado brasileiro foram definitivamente consagrados. Garantiu-se aos produtos ingleses comercializados no Brasil tarifas alfandegárias de 15%; para os demais países, a taxa de importação era de 24% e as próprias mercadorias portuguesas pagavam 16% de direitos alfandegários, isto é, uma tarifa maior do que aquela reservada aos produtos industriais ingleses. Iniciou-se, assim, a hegemonia do capital britânico sobre a economia nacional, situação que se manteve mesmo após o processo emancipacionista e a organização do Estado brasileiro.

Por outro lado, a consolidação dos interesses do capital britânico inviabilizou qualquer desenvolvimento manufatureiro em nosso país. Afinal, como competir com os produtos industriais ingleses que entravam tão facilmente no mercado brasileiro?

Após a independência, oficializada em 1822 – e que, em tese, deveria garantir a plena soberania econômica brasileira –, o mesmo tratado de comércio foi renovado, em 1827, por mais 15 anos, obstáculo intransponível ao avanço industrial de nosso país pelo menos até meados do século XIX.

Numa perspectiva histórica mais ampla, o ano de 1808 é cercado de grande simbolismo: tratou-se do marco inaugural do processo emancipacionista, uma vez que se configurou a chamada "inversão brasileira", com o Brasil abrigando a Corte portuguesa, enquanto Portugal era ocupado por tropas francesas.

Estabelecida a sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro – capital da colônia desde 1763 –, toda uma série de medidas foram decretadas no sentido de superar o regime colonial. Dentre essas, destacaram-se a liberalização comercial, e, a partir de 1815 – em razão da nova conjuntura europeia que se seguiu à derrota definitiva da **França napoleônica** –, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

França napoleônica: corresponde ao período do Império Napoleônico (1804-1815) em que Napoleão Bonaparte governou a França na qualidade de imperador, implementando uma política expansionista com a qual conquistou territórios e buscou tornar a França o centro de poder europeu, rivalizando com a Inglaterra. Sem conseguir derrotar e ocupar militarmente o país rival, em 1806 Napoleão decretou às nações do continente um bloqueio comercial às mercadorias britânicas, como estratégia para prejudicar o desenvolvimento industrial inglês. Oscilando entre a neutralidade e a adesão a um dos lados do embate, a monarquia portuguesa selou aliança com a Inglaterra e rumou para o Brasil, sua principal colônia. O Império Napoleônico chegou ao fim em 1815, após ser derrotado na Batalha de Waterloo.

"Verniz de Europa" ou "ares africanos"?

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro em *Trato dos viventes*, foi pelo Rio de Janeiro que entrou a maioria absoluta dos 1 471 800 africanos escravizados que chegaram ao Brasil entre 1811 e 1850, o que transformou a cidade no maior porto escravista da América.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar do "verniz de Europa" que se pretendeu dar ao Rio de Janeiro durante a permanência da Corte portuguesa, paradoxalmente, a cidade ganhou "ares africanos", uma vez que em sua paisagem urbana o número de africanos ou afro-brasileiros, escravizados ou libertos, que se dedicavam a múltiplos trabalhos, aumentou de forma exponencial na primeira metade do século XIX.

Na perspectiva das classes dominantes da época, em meio à brutalidade da escravidão, era preciso "preservar a ordem e a civilidade".

Essa expressiva densidade demográfica de matriz africana demandou uma ampliação dos mecanismos de disciplinarização: na prática, isso se traduziu em maior controle social e na repressão à circulação e perseguição de capoeiras e aquilombados. Afinal, na perspectiva das classes dominantes da época, em meio à brutalidade da escravidão, era preciso "preservar a ordem e a civilidade".

A transferência da Corte e a estruturação de todo um aparato burocrático na cidade do Rio de Janeiro provocaram grandes transformações no espaço urbano: aterramento de pântanos, iluminação com lampiões a óleo, calçamento de ruas da cidade, urbanização de bairros, além da implementação de vistorias sanitárias em residências e lojas comerciais e a construção de palacetes, jardins e pontes. O objetivo era dar ao Rio de Janeiro os tais "ares europeus", o que explica, por exemplo, a criação do Jardim Botânico, da Academia Real de Belas Artes e da Real Biblioteca.

1. Que aspectos podem ser observados na imagem em relação às edificações e aos tipos humanos representados?
2. O Largo do Paço, retratado na imagem, localiza-se na atual Praça XV de Novembro, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Pesquise e identifique se algumas das edificações representadas pelo artista foram preservadas.



Pinacoteca do Estado de São Paulo

Johann Jacob Steinmann. *Largo do Paço*, 1839. Gravura, 11,7 cm × 16,8 cm.

Análise

"Não havia Brasil antes de 1808"

O jornalista Leandro Loyola, em texto escrito em janeiro de 2008 – 200 anos após a chegada da Corte portuguesa –, destaca que, se não fosse o estabelecimento da Corte no Brasil, no contexto da independência a colônia provavelmente teria se fragmentado, a exemplo do que ocorreu com a América Espanhola.

> Muitos historiadores afirmam que as medidas de abertura tomadas por dom João e a presença da Família Real contribuíram para o Brasil começar a se formar como um país e manter sua integridade territorial após a Independência de Portugal. "Não havia ideia de unidade, não havia Brasil antes de 1808", diz o historiador João Paulo Garrido Pimenta, da Universidade de São Paulo. "A vinda da Família Real tornou possível essa unidade do Brasil." Parece um detalhe, mas é um ponto fundamental. Desde o descobrimento, o que chamamos hoje de Brasil não era uma nação, nem mesmo um país. Era um conjunto de províncias muito diferentes umas das outras, com pouca comunicação entre si e com vocações econômicas distintas. [...]
>
> "Não vejo como a colônia pudesse manter-se unida sem a presença, em seu território, da fonte de legitimidade representada pela monarquia", diz o historiador José Murilo de Carvalho. De acordo com ele, se a Família Real não tivesse se mudado para o Rio e se dom João não tivesse feito tudo o que fez, o Brasil teria se esfacelado no processo de independência. "Teríamos, em vez do Brasil, uns cinco países independentes."

LOYOLA, Leandro. [...] D. João VI. *Época*, São Paulo, 2008. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR81336-6014,00.html. Acesso em: 12 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Por que o historiador João Paulo Garrido Pimenta, citado no texto, afirma que "não havia Brasil antes de 1808"? Fundamente sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto.
2. A instalação da Corte portuguesa no Brasil foi decisiva para a consolidação de sua unidade geopolítica, numa época em que ela foi questionada por movimentos que a puseram em risco. Com um colega, faça uma pesquisa e identifiquem um movimento de caráter separatista ocorrido no Brasil na primeira metade do século XIX, destacando a motivação de seus protagonistas.

A singularidade da independência do Brasil

Com a transferência da Corte portuguesa, ganhou forma o que a historiadora Maria Odila da Silva Dias conceituou como "interiorização da metrópole". De acordo com essa premissa, o fato de o Rio de Janeiro haver se tornado a nova sede do governo português – como se fosse uma "nova Lisboa" –, mexeu com a estrutura social, impôs novos valores e outra cultura. Ao mesmo tempo, uma extensa e crescente burocracia deveria ser mantida.

E como manter esses custos que foram agravados pela montagem de um aparato administrativo, diplomático e jurídico-policial, além das despesas decorrentes de obras de melhorias urbanas? De fato, a "interiorização da metrópole" resultou no aumento da carga tributária que incidia sobre as províncias, o que gerou um enorme descontentamento entre as elites do norte-nordeste. Nessas regiões, prevalecia um forte sentimento de autonomia local em relação ao centro-sul do Brasil, não apenas devido às enormes distâncias mas também pela precariedade das vias de comunicação internas.

GLOSSÁRIO

Consubstanciar: fortalecer; consolidar.

Ingerência: intromissão em determinada situação; interferência; intervenção.

1. Considerando-se o conceito de "interiorização da metrópole" e seus desdobramentos, é possível afirmar que há 200 anos já existia no Brasil um sentimento de unidade e um conceito de nação? Justifique com informações extraídas do texto.
2. Em duplas, façam uma pesquisa sobre a Insurreição Pernambucana, ocorrida em 1817, e procurem identificar se a eclosão desse movimento se relaciona ao conceito de "interiorização da metrópole". Fundamentem suas conclusões nos elementos argumentativos dos textos pesquisados.

Esses descontentamentos, que opunham a "nova Lisboa" às províncias, iriam se estender até a primeira metade do século XIX, traduzindo-se numa série de revoltas regionais contra o governo central. Essas questões tiveram como pano de fundo o que parecia ser aos olhos das elites provinciais uma excessiva **ingerência** do Rio de Janeiro sobre as economias regionais.

Esse quadro se agravou à medida que novos cargos foram criados na administração pública, até mesmo para empregar o grande número de portugueses que haviam migrado e dependiam do Estado para a subsistência, **consubstanciando-se** a partir de então em um dos vícios da estrutura política brasileira, o patrimonialismo, e na consequente desordem entre as esferas pública e privada.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Acervo de Iconografia/Instituto Moreira Salles

Luís Schlappriz. *Ponte da Boa Vista*, c. 1863. Litografia colorida, 26,9 cm × 33,9 cm. Na imagem, um detalhe de Recife, cidade que foi palco da Insurreição Praieira (1848-1850).

É nessa perspectiva que podem ser compreendidos movimentos que eclodiram em várias regiões, mesmo após a independência, a qual, em tese, deveria garantir a unidade nacional. Entre eles, merecem destaque a Confederação do Equador, de 1824, e a Revolução Praieira, de 1848, ambas tendo como epicentro a província de Pernambuco, ou mesmo a Revolução Farroupilha, que, entre 1835 e 1845, levou até mesmo ao separatismo e à instauração da República no Rio Grande do Sul.

1. Identifique os principais aspectos do cenário urbano e os tipos humanos retratados na imagem da página anterior.
2. Com um colega, façam uma pesquisa sobre a "Praieira" e identifiquem os motivos da revolta, a condição socioeconômica de suas lideranças e seus projetos.
3. Considerando-se os elementos de análise pesquisados, pode-se afirmar que a "Praieira" foi uma revolta? Fundamentem sua resposta e compartilhem os resultados com a turma.

O futuro Estado brasileiro

As transformações pelas quais o Rio de Janeiro passou após a chegada da Corte acentuaram as disparidades socioeconômicas, revelando abismos intransponíveis. Não ocorreram mudanças estruturais, uma vez que se manteve o modelo econômico primário-exportador, alicerçado no latifúndio e na exploração da mão de obra escravizada.

A partir de 1808, as novas autoridades adotaram na estruturação político-administrativa – embrião do futuro Estado brasileiro –, o modelo das instituições portuguesas nas áreas das finanças, da justiça e da segurança. A necessidade de novas leis, regulamentos e atos administrativos levou à criação da Imprensa Régia, em maio de 1808. Encarregada de publicar documentos oficiais e obras científicas e literárias, a imprensa oficial nasceu sob a marca da censura, que tinha a preocupação de analisar o conteúdo de livros, folhetos e textos, além de impedir que fossem impressas ou divulgadas ideias contrárias ao governo, à religião católica e ao que se considerava "bons costumes". Era preciso, desde o início, evitar qualquer tipo de propagação de **jacobinismo**, isto é, das ideias radicais e republicanas emanadas da Revolução Francesa.

Também nessa época foi lançado o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, considerando-se ter sido criado por um órgão do governo, serviu como veículo de propaganda e legitimação do Estado e da monarquia portuguesa, evidentemente restringindo a liberdade de expressão.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Jacobinos: vem do latim *Jacobus*; em francês, *jacobins*; e, em português, **jacobinos**. Esse termo surgiu no contexto da Revolução Francesa (1789) e originalmente referia-se à vanguarda revolucionária, que se identificava com os ideais mais radicais, extremistas e democráticos. Antes mesmo da eclosão do processo revolucionário, os partidários dessa tendência político-ideológica, geralmente oriundos da pequena burguesia e que durante a revolução buscaram o apoio das camadas populares urbanas – os *sans-culottes* –, reuniam-se em Paris, no convento dominicano de Saint Jacques, isto é, *Jacobus* em latim.


N.° 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Dolorina sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.
HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribárão ao Texel, não po-
dem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela
sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios gene-
ros, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, qu
em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos lo
go que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do cor
rente. Estas ultimas annuncião que os Janizaros em Constantinopla se declarárão con
tra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado
—— Hamburgo está tão exhaurido pela passagem de tropas que em muitas casa
não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover s

Gazeta do Rio de Janeiro

Primeira página do número 1 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal do Brasil, 1808.

1. Na atualidade, pode-se afirmar que existe imprensa livre e independente se ela for controlada por órgãos governamentais, como ocorria com a *Gazeta do Rio de Janeiro*? Justifique.
2. Em sua opinião, qual deve ser o papel da imprensa numa sociedade democrática?

10 de setembro de 1808: uma data marcante para a história da imprensa brasileira. Ainda que sob o controle do Estado, foi nesse dia que começou a circular o primeiro jornal brasileiro: *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nestes mais de 200 anos de história, a imprensa, em vários momentos, alinhou-se às diretrizes dos governantes; porém, em não poucas oportunidades, corajosamente, protagonizou resistências e denunciou abusos de vários governos.

1. Qual é a relação entre o exercício do poder do Estado e os meios de comunicação?
2. Como foi o processo de criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*?
3. E, na atualidade, em tempos de redes sociais e *fake news*, qual deve ser o papel dos meios de comunicação?

Em 1820, eclodiu em Portugal um movimento político que teve como epicentro a cidade do Porto e que ficou conhecido pela expressão Revolução Constitucionalista. De perfil liberal e liderado pela burguesia mercantil, evidenciou-se no movimento a influência da "onda revolucionária" cuja gênese encontrava-se na Revolução Francesa de 1789.

Além de propor a constitucionalização do reino português e a consequente limitação ao poder monárquico, foi exigido que D. João VI regressasse a Portugal.

Com o retorno de D. João VI a Portugal, no início de 1821, convergiram para seu filho, D. Pedro, várias aspirações contraditórias, sobretudo as das elites agrário-escravocratas, que temiam uma independência que trouxesse consigo convulsões sociais.



Coleção particular

Autoria desconhecida. *Toussaint Louverture*, 1789. Gravura.

É interessante observar que, mesmo às vésperas da independência, as elites brasileiras viam com desconfiança uma ruptura total com a antiga metrópole, temendo a liberação de forças radicais e convulsões sociais que, no limite, colocassem em risco a estrutura latifundiária e escravista. Na perspectiva dessas elites, havia um perigoso precedente representado pelo Haiti.

No contexto da independência dessa ex-colônia francesa localizada nas Antilhas, denominada originalmente Saint-Domingue, a maior parte dos grandes proprietários rurais que explorava suas terras com o trabalho de africanos e afro-brasileiros escravizados – tal como ocorria no Brasil – foi dizimada. Sob a liderança de Toussaint Louverture (1743-1803), a população escravizada de Saint-Domingue conseguiu um feito único: uma independência acompanhada de radicais transformações sociais, nas quais o Haiti foi o primeiro país das Américas a abolir a escravidão.

Assim, Toussaint Louverture tornou-se "O maior revolucionário negro das Américas", segundo vários pesquisadores, entre os quais o historiador Cyril Lionel Robert James, autor de *Os jacobinos negros*.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Por que a "revolução do Haiti" assustou as elites em vários países da América Latina, inclusive no Brasil?

Era procedente o temor das elites brasileiras. Em síntese, independência sim, mas sem transformações socioeconômicas e muito menos abolição da escravidão. Nesse sentido, o príncipe regente D. Pedro representou e legitimou essas aspirações com o episódio do 7 de setembro de 1822. Nessa perspectiva, pode-se perceber a independência brasileira como um "arranjo político", uma "transação negociada", para garantir a continuidade da monarquia e a preservação da unidade geopolítica do país, tornando o "caso brasileiro" único quando comparado aos demais movimentos emancipacionistas ocorridos na América Hispânica.

O Estado brasileiro e a procura de heróis

O contexto histórico que permeou a formação do Estado em nosso país se fez acompanhar também da ideia de que a nação brasileira já estava plenamente consolidada, o que não encontrava correspondência na realidade concreta. Afinal, dos aproximadamente 4 milhões de habitantes do país, cerca de 50% eram escravizados, africanos ou afro-brasileiros, que, por certo, nem sequer foram considerados brasileiros. Dos 2 milhões restantes, 700 mil eram negros libertos e 600 mil, indígenas. Se a estes forem somados os mestiços e brancos pobres,

percebe-se que o número de "cidadãos ativos", isto é, aqueles que tinham determinada renda, representava uma ínfima parcela da população.

À época da independência, em razão do forte regionalismo herdado do Período Colonial e, de certa maneira, com a "interiorização da metrópole", as pessoas sentiam-se muito mais pernambucanas, mineiras, paulistas, baianas, paraenses, sul-rio-grandenses etc. do que propriamente brasileiras. As enormes distâncias e a precariedade das vias de comunicação entre as províncias contribuíam para reforçar o isolamento e o regionalismo, comprometendo o conceito de identidade nacional. Este foi forjado ao longo do século XIX e mesmo durante o século XX.

Coleção particular



Jean-Baptiste Debret. *Aclamação de Dom Pedro I no Campo de Sant'Ana*, c. 1830. Litografia colorida à mão, 49 cm × 34 cm. A iconografia da época – e mesmo a que foi produzida posteriormente – preocupou-se em heroicizar a imagem do primeiro imperador, conferindo-lhe um protagonismo que transcendeu a sua efetiva atuação histórica.

1. Com um colega, façam uma pesquisa iconográfica por meio da qual se constate a preocupação de determinados artistas, como Debret, Pedro Américo e François-René Moreaux, com a "heroicização" de D. Pedro I. Após fundamentarem suas conclusões em elementos de análise [illegible] partilhem o resultado com a turma.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A ênfase no protagonismo de D. Pedro no episódio do 7 de setembro e sua atuação como personagem decisivo no contexto da organização do Estado brasileiro contribuíram para que houvesse uma **heroicização**. Conforme observou a educadora Eliane Teixeira:

> A história assim escrita é uma grande sucessão de acontecimentos que se baseiam em fatos isolados, preocupada, sobretudo, com guerras, batalhas, personagens, grandes feitos, grandes heróis. Todos mortos. E assim, a história tratada a distância, **assepticamente**, quase nada ou nada mesmo explica, embora exerça marcada influência na compreensão do histórico em todos quantos têm acesso à escola, o que é extremamente conveniente à manutenção da ordem.
>
> LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 22.

1. Por que a autora afirmou que o estudo da história com ênfase no protagonismo dos "heróis" é "conveniente para a manutenção da ordem"?

GLOSSÁRIO

Assepticamente: no texto, a palavra tem o sentido de história sem conflitos, isenta de qualquer disputa social, ou seja, não contaminada por qualquer tipo de ideologia.

Heroicização: construção histórica bastante comum na historiografia de tendência positivista, com o intuito de atribuir a determinados personagens uma dimensão heroica, a fim de supervalorizar suas ações como se fossem os únicos protagonistas da história e, dessa maneira, camuflar o papel histórico de outros atores sociais.

Oligarquias e exclusão popular

Como as estruturas socioeconômicas do país herdadas do Período Colonial – escravistas, latifundiárias e com predomínio das oligarquias agrário-regionais exportadoras – não sofreram nenhuma alteração no contexto da independência, foi natural que a organização do Estado brasileiro, por meio de suas instituições, refletisse exatamente os interesses dessa elite econômica. O modelo de Estado implementado procurou conciliar o liberalismo, ideologia hegemônica na época que tinha suas raízes nos processos revolucionários do século XVIII, mas com as tendências autoritárias de nosso primeiro imperador.

Dessa forma, com a garantia de determinadas liberdades individuais, a divisão dos poderes e as eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado (este último vitalício e escolhido pelo chefe do governo em lista tríplice após votação nas províncias), definiu-se que o imperador teria o exercício exclusivo do chamado Poder Moderador. Considerado a "chave da Constituição de 1824", esse poder garantia ao imperador uma série de prerrogativas, entre as quais intervir nos demais poderes, dissolver a Câmara dos Deputados e nomear e demitir os presidentes de províncias.

Veja um trecho da Constituição de 1824.

Constituição política do imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)

CAPITULO I.

Do Poder Moderador.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

[...]

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador

I. Nomeando os Senadores [...]

V. Prorrogando, ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demitindo livremente os Ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados [...].

IMPERIO do Brazil. [Constituição (1824)]. *Constituição Politica do Imperio do Brazil*. Manda observar a Constituição Politica do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.



Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Primeira Constituição Imperial do Brasil, 1824.

Por certo, era um liberalismo "repaginado", que, em nosso país e em flagrante contradição com seu pressuposto básico de que "todas as pessoas nascem livres e iguais", teve de conviver com uma estrutura escravocrata.

Outra questão que suscitou debates no contexto da organização do Estado brasileiro foi definir quem eram os brasileiros: Escravizados, libertos, indígenas, mestiços e brancos pobres teriam lugar na nova ordenação jurídica? Como modernizar as instituições sem acabar com a escravidão? Como defender o liberalismo e, ao mesmo tempo, preservar o sistema escravocrata? Como considerar que os negros – ainda que libertos – fossem percebidos como detentores de direitos?

Por fim, mais um problema se colocou aos legisladores que procuraram instituir o Estado: como parte expressiva das elites provinciais daquela época era constituída por indivíduos analfabetos, a Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, não poderia excluir o direito de voto a eles. Conforme observou a cientista política Maria D'Alva Kinzo (1951-2008),

> [...] o votante dava pessoalmente os nomes das pessoas em quem queria votar aos secretários das mesas [de votação], os quais formavam com ele a cédula que, depois de lida, era assinada pelo votante com uma cruz. [...]
>
> [Esse modelo decorria] por um lado da noção corrente na época de que o voto constituía um ato público e uma forma de o eleitor manter abertamente suas opiniões, embora, na verdade, funcionasse como uma forma de controlar o voto. [...]
>
> E assim as eleições se faziam, aceitando a mesa [de votação, cujos membros eram escolhidos pelas autoridades locais] o voto de quem queria e recusando outros a pretexto de falta de condições legais, iniciando e terminando a votação no momento que lhe aprouvesse, e apurando os votos como lhe convinha.

KINZO, Maria D'Alva G. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980. p. 51 e 70.

1. Aponte duas diferenças do atual sistema eleitoral brasileiro em relação àquele definido pela Constituição de 1824.
2. Faça uma pesquisa para responder à seguinte questão: Como a Constituição de 1824 conseguiu equilibrar as tendências autoritárias do imperador com o ideário liberal então hegemônico?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

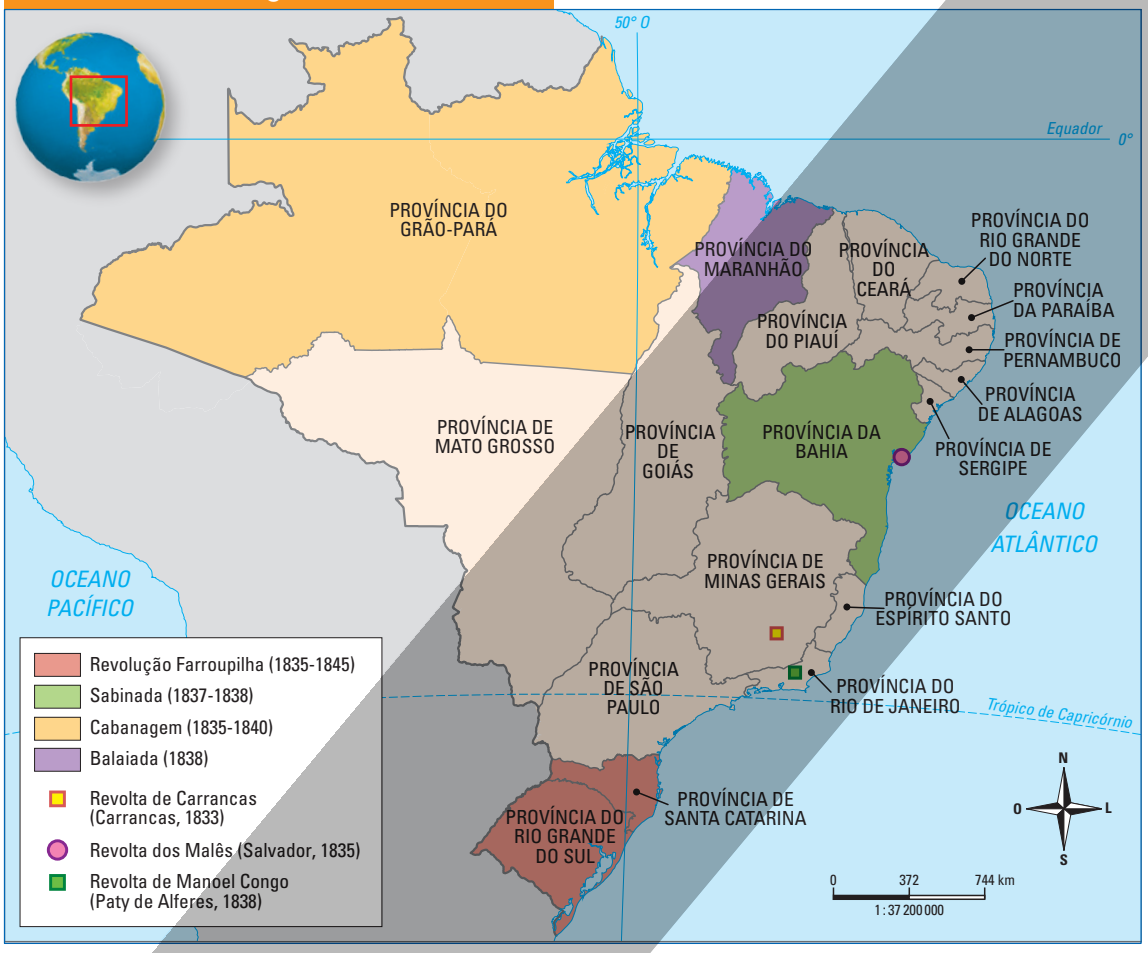
Apesar de o [illegible] ter sido consagrado na Constituição de 1824, esta tendência encontrou resistência por parte de setores que se identificavam com a ideologia liberal, o que resultou numa série de conflitos decorrentes de vários movimentos políticos.

Nesse contexto – de aprofundamento das tensões políticas e oposição sistemática dos liberais, que exigiam reformas –, em 7 de abril de 1831 o imperador optou pela abdicação. Ela representou a derrota dos grupos portugueses que até então gravitavam em torno de Pedro I, consolidando o processo de emancipação política iniciado em 1808.

Livres do autoritarismo monárquico, as elites agrário-escravocratas trataram de reestruturar o Estado brasileiro para consolidar em definitivo seu poder.

Livres do autoritarismo monárquico, as elites agrário-escravocratas trataram de reestruturar o Estado brasileiro para consolidar em definitivo seu poder. Os conflitos internos, então entre segmentos distintos das próprias elites, giraram em torno da maior ou menor autonomia provincial. O Período Regencial (1831-1840), que se seguiu à abdicação do primeiro imperador, e que foi definido de acordo com a Constituição de 1824, foi marcado pelo acirramento dos conflitos entre as tendências unitárias, isto é, centralizadoras, e as reivindicações dos governos provinciais por mais autonomia. Em parte, essa questão explica a série de insurreições ocorridas, algumas inclusive de caráter separatista, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Brasil: rebeliões regenciais – século XIX



Alessandro Passos da Costa

Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico*: geral e Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 128.

Parlamentarismo às avessas: expressão utilizada para designar a experiência parlamentarista brasileira, que, diferentemente do modelo clássico britânico, no entanto, exercício do Poder Moderador, o direito de nomear e demitir o presidente do Conselho de Ministros.

Revolta dos Malês: ocorrida em Salvador, em 1835, foi organizada por negros escravizados e refletiu uma luta histórica e secular contra o escravismo. O historiador João José Reis, autor do livro *Rebelião escrava no Brasil*, observou que ela resultou da ação de africanos muçulmanos, os "malês", o que a torna única na história da escravidão na América. No idioma iorubá, falado pela nação nagô, o vocábulo correto é *imale;* aportuguesado, originou **malê**, que significa "senhor" e se referia aos negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em língua árabe.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A série de revoltas contra o governo central pode ser explicada pela disputa entre as elites regionais pelo controle provincial. Outras, que tiveram um caráter mais social (Cabanagem, Balaiada e **Revolta dos Malês**), resultaram de reações contra o escravismo, a pobreza e a exclusão social.

1. Consulte o mapa político atual do Brasil – com o registro das divisas entre os estados. Quais são as principais diferenças que podem ser apontadas em relação ao mapa do Período Regencial?

Conflitos político-sociais e contradições da modernização

O longo Segundo Reinado (1840-1889) caracterizou-se pela consolidação da monarquia constitucional – fundamentada no chamado **Parlamentarismo às avessas** –, pela preservação da estrutura latifundiário-escravista, um modelo econômico essencialmente primário-exportador, e pela consolidação da unidade político-territorial.

Ao mesmo tempo, ocorreu a inserção brasileira nos quadros mais amplos do capitalismo global como uma economia dependente. Essa dependência se expressava por meio de maior ou menor aceitação de nossos produtos de exportação no mercado internacional, cujos preços eram definidos principalmente por agentes externos. Mas ela se traduziu também na necessidade de atrair capitais estrangeiros, britânicos principalmente, a serem investidos na modernização da infraestrutura – ferrovias e melhorias portuárias, por exemplo –, no sistema financeiro e no setor de serviços.

Ao longo do século XIX, as contradições entre os interesses das elites agrário-escravocratas brasileiras e os do capitalismo britânico em torno da questão da continuidade do tráfico atlântico e, no limite, do próprio trabalho de escravizados se evidenciaram.

Afinal, para a burguesia industrial inglesa, o fim da escravidão nas chamadas áreas periféricas era essencial à expansão do mercado consumidor. Nesse sentido, o primeiro passo era extinguir o tráfico de africanos escravizados, o que se impunha sob a lógica do capitalismo. Essa questão, no entanto, foi travestida de "razões humanitárias", o que é pouco convincente considerando-se que ao longo da época mercantilista, entre os séculos XVI e XVIII, ou seja, durante 300 anos, os ingleses notabilizaram-se como importantes artífices no comércio escravista.

Análise

História e representação

A imagem a seguir é de um "mercado de escravizados". Em duplas, analisem e discutam as questões.

1. É possível imaginar que a realidade de um "mercado de escravizados" fosse bem diferente daquilo que foi representado pelo artista europeu? Por quê?
2. Por que o artista teria amenizado a dura condição de africanos escravizados recém-chegados a um porto brasileiro?



Cole ção particular. Foto: Bridgeman Images/Fotoarena

Johann Moritz Rugendas. [illegible] 1835. Litografia, 19,2 cm × 28,5 cm.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em 1831, por pressão da Inglaterra, aprovou-se uma lei antitráfico, que, no entanto, não foi efetivamente cumprida. Exatamente na década de 1830, o café se tornou o principal produto da pauta de exportações do país e a demanda pela mão de obra escravizada se intensificou, para atender não apenas às lavouras cafeeiras em expansão mas às tradicionais culturas de exportação, como algodão, açúcar, tabaco etc. Tratou-se, assim, como se dizia na época, de "uma lei para inglês ver".

Com a intensificação das pressões inglesas contra o tráfico, a tendência era de que o próprio trabalho de escravizados, no médio prazo, estivesse condenado por uma simples razão: a alta taxa de mortalidade entre a população escravizada, agravada pela baixa natalidade, reduzia constantemente o número de cativos, conforme mostra a tabela ao lado.

Ano	Percentual da população escravizada (em relação ao total da população)
1801	74%
1850	31%
1872	15%
1887	5%

Fonte: FRANCO JÚNIOR, H.; CHACON, P. P. *História econômica geral e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1980. p. 269.

Em 1845, as pressões contra o tráfico internacional de africanos escravizados se intensificaram ainda mais, quando o próprio Parlamento britânico aprovou o Bill Aberdeen, uma lei que concedia à marinha inglesa prerrogativas para interceptar navios que estivessem transportando pessoas escravizadas, punir os traficantes e declarar livres os cativos. No entanto, a lei não surtiu o efeito desejado, conforme informa a tabela ao lado.

Ano	Número de escravizados que entraram no Brasil
1842	17 435
1843	19 095
1844	22 849
1845	19 453
1846	50 324
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000
1851	3 387
1852	700
1853/56	128 (média anual)

Fonte: DOWBOR, L. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977. p. 103.

1. Levante uma hipótese que justifique a razão pela qual o número de africanos escravizados aumentou consideravelmente após a decretação do Bill Aberdeen, em 1845.
2. Por que o número de africanos escravizados que entrou no Brasil a partir de 1850 reduziu-se drasticamente?

Em 1850, o governo brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, extinguindo definitivamente o tráfico atlântico, prática comercial que se iniciara mais de 300 anos antes. Essa lei ia ao encontro das aspirações do capitalismo britânico e pode ser compreendida em razão de outro contexto [illegible] Revolução Industrial europeia, que, a partir de então, tornou-se crescente e passou a suprir a necessidade cada vez maior de mão de obra nas grandes lavouras, em especial a cafeeira.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A extinção do tráfico de africanos para o Brasil impactou no preço dos escravizados já enraizados em nosso país, além de estimular o comércio interno deles, de regiões então em declínio econômico, como o nordeste – cujos produtos tradicionais de exportação (açúcar, tabaco e algodão) enfrentavam queda de preços no mercado internacional –, para as grandes áreas cafeeiras do sudeste.

Preço médio de escravizados (em mil-réis) na área cafeeira do Vale do Paraíba			
Ano	**Homens**	**Mulheres**	**Média**
1835	375	356	367
1845	384	371	378
1855	1075	857	966
1865	972	1145	1059
1875	1256	1106	1181

Fonte: DOWBOR, L. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977. p. 103.

1. Em grupos, pesquisem e discutam o aumento expressivo no preço de escravizados comercializados no Vale do Paraíba entre 1845 e 1855.

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, a questão do prolongamento do tráfico atlântico foi essencial para que se preservasse a própria unidade geopolítica do país. Para ele, as elites provinciais – que dependiam da continuidade de fornecimento de africanos escravizados para a dinamização de suas lavouras – não se arriscariam a enfrentar as pressões britânicas sem o apoio de um governo fortemente centralizado, que teria mais chances de negociar de forma gradual – e sem maiores conflitos – a questão do tráfico atlântico e a preservação do próprio sistema escravista.

Nesse sentido, pode-se concluir que a própria consolidação do Estado Nacional brasileiro ao longo do século XIX esteve nitidamente associada à construção de políticas públicas vinculadas ao controle social, ao domínio econômico e à permanência do sistema escravista.

Trabalho livre e a configuração do Estado Brasileiro

Após a **Guerra do Paraguai** (1864-1870), na qual, ao lado da Argentina e do Uruguai, o Brasil se envolveu no maior conflito ocorrido na América do Sul, acelerou-se uma série de transformações que, no limite, levaram a uma reconfiguração do Estado brasileiro.

A Guerra do Paraguai

Com base em abordagens historiográficas mais recentes, o conflito passou a ser associado ao processo de consolidação dos Estados nacionais argentino, paraguaio, uruguaio e brasileiro na região platina. O ponto de partida foi a Guerra Civil Uruguaia, ocorrida a partir de 1862, na qual os dois grupos que se enfrentaram – "colorados" e "blancos" –, tinham posições divergentes. Os primeiros eram favoráveis à livre navegação na Bacia Platina, o que vinha ao encontro das pretensões brasileiras, uma vez que os rios da região eram a única forma de articulação entre o governo central, sediado no Rio de Janeiro, e a província de Mato Grosso. Já os "blancos" contavam com o apoio do ditador Solano López, disposto a intervir na região para assegurar o acesso ao p[illegible] escoamento da produção paraguaia. Por fim, López também estim[illegible]s argentinos, sobretudo das províncias de Corrientes e Entre Ríos, contra o governo central de Buenos Aires.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Segundo o historiador brasileiro Francisco Doratioto:

> [...] a guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há 'bandidos' ou 'mocinhos' como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93.

Ao mesmo tempo, uma nova riqueza econômica se consolidou no país, a cafeicultura, mais precisamente na Região Sudeste, cujo setor mais dinâmico concentrava-se no chamado "Oeste Paulista", embora não houvesse uma correspondência geográfica entre este e o verdadeiro oeste da província de São Paulo. Basta lembrar que o epicentro da cultura cafeeira nessa região era a cidade de Ribeirão Preto. Os cafeicultores paulistas exploravam suas terras valendo-se, sobretudo, do trabalho livre dos imigrantes e começaram a se ressentir do excessivo centralismo e ingerência do Estado brasileiro.



Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles

Partida para a colheita de café no Vale do Paraíba, c. 1885. Fotografia de Marc Ferrez.

Apesar de a cultura cafeeira em nosso país remontar ao final do século XVIII, foi a partir da terceira década do século XIX que o produto ganhou força expressiva nas exportações. Na década de 1830, o café assumiu o primeiro lugar entre os principais produtos exportados, com 43,8% do total. Na última década da monarquia, isto é, entre 1881 e 1890, ele correspondia a 61,5% do total exportado.

Como em outras atividades econômicas até então desenvolvidas, a expansão da cafeicultura foi acompanhada de grande devastação dos recursos naturais, atingindo de forma predatória enormes áreas da Mata Atlântica. Atualmente, esta corresponde a pouco mais de 8,5% de sua cobertura original. Conforme observou o ambientalista Djalma Weffort:

> Ficamos por mais de 500 anos derrubando as florestas e agora temos de inverter essa curva e começar a recuperar. Conservar o que existe é importante, mas só isso não basta.

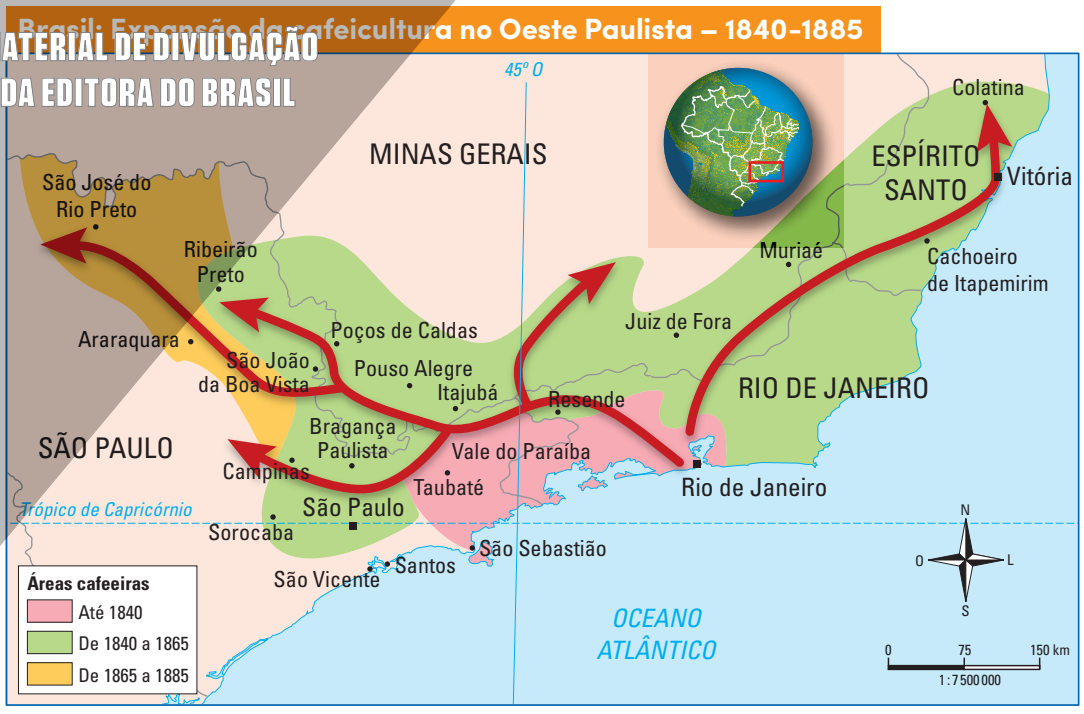
WEFFORT, Djalma. [Entrevista cedida a]HAMADA, Heloise. Mata Atlântica ainda "sobrevive" em 134 mil hectares no Oeste Paulista. *G1*, Presidente Prudente, 27 maio 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2016/05/mata-atlantica-ainda-sobrevive-em-134-mil-hectares-no-oeste-paulista.html. Acesso em: 12 ago. 2020.

Ao mesmo tempo, o avanço da cafeicultura na direção oeste da província de São Paulo foi seguido pela implantação e dinamização de uma extensa malha ferroviária graças à aplicação de capitais britânicos, articulando-se os principais núcleos produtores aos portos do Rio de Janeiro e de Santos.

Assim, nas últimas décadas do século XIX foram lançadas as bases de um crescimento capitalista alicerçado principalmente na dinâmica economia cafeeira paulista, que, com a reconfiguração do Estado brasileiro e a instauração da república, criou as condições favoráveis ao processo de industrialização.

Com a dinamização da economia cafeeira verificou-se a transferência do eixo econômico do nordeste para o sudeste, onde a elite cafeeira se dividiu entre os tradicionais "barões do café" do Vale do Paraíba, que utilizavam predominantemente a mão de obra de escravizados, e a emergente "burguesia cafeeira do oeste paulista", mais empreendedora, que se valia da mão de obra imigrante, contexto responsável pela transição para o trabalho livre e assalariado.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Fonte: MULTIRIO. *A Expansão Cafeeira para o Oeste Paulista*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Educação. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/exp_cafeeira.html. Acesso em: 12 ago. 2020.

1. Identifique o núcleo original da cultura cafeeira na Região Sudeste.
2. Com um colega, façam uma pesquisa sobre a instalação das primeiras linhas férreas do Brasil e verifiquem se há correspondência entre o traçado delas e as áreas de expansão da cafeicultura. Em seguida, compartilhem as conclusões com a turma.

A expansão da cafeicultura no oeste paulista foi decisiva para que surgisse uma fração da elite agrária que desejava uma reconfiguração do Estado brasileiro, em favor do federalismo, isto é, da maior autonomia provincial.

No processo de transição da mão de obra escravizada para o trabalho assalariado no Brasil torna-se necessário considerar as múltiplas razões que levaram milhões de europeus a abandonar os países de origem. Calcula-se que, entre 1830 e 1920, mais de 60 milhões de europeus emigraram para outros continentes, principalmente a América, afetados pela mecanização da agricultura e pela dissolução da indústria artesanal, além da pobreza e do desemprego. Desse total, cerca de 32 milhões entraram nos Estados Unidos. No caso brasileiro, entre 1890 e 1920 chegaram a nosso país 3,6 milhões de imigrantes, na maioria italianos, portugueses e espanhóis. Porém, considerando-se o período entre 1820 e 1975, o Brasil recebeu 5 674 569 imigrantes, segundo dados do IBGE.

Acervo do Memorial do Imigrante, São Paulo


MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Desembarque de imigrantes no Porto de Santos. Santos (SP), 1907. "Fazer a América!" – era este o sonho dos milhões de imigrantes, sobretudo italianos, que atravessaram o Atlântico e vieram trabalhar não somente na cafeicultura mas também nos espaços urbanos em expansão.

1. Na atualidade, o fenômeno da imigração e dos refugiados está presente em várias partes do mundo. Como essa questão tem sido encaminhada pelo governo dos países mais afetados por essa realidade? Faça uma pesquisa sobre o tema justificando sua resposta com elementos da pesquisa.

Para o Brasil, especialmente no que diz respeito às regiões Sudeste e Sul, o processo imigratório ampliou o mercado interno, possibilitou certa diversificação econômica, incrementou o setor de serviços, intensificou a urbanização e introduziu novos hábitos e valores culturais na sociedade, tornando-a mais plural e dinâmica.

Paralelamente, nas últimas décadas do século XIX, o país passou por um processo de industrialização, ainda que tímido e restrito à produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos, bebidas, artigos têxtis, vestuário, calçados etc., sendo beneficiado por alguns fatores:

liberação de capitais e crescimento do setor de serviços e de transportes, com ampliação ferroviária e melhoria dos portos.

Se os imigrantes, de maneira geral, conseguiram se inserir no mercado de trabalho livre, então em expansão no país na passagem do século XIX para o século XX, o mesmo não se pode afirmar dos negros libertos. Eles tornaram-se cada vez mais "invisíveis" em nossa sociedade, uma vez que o Estado, tanto no contexto da monarquia como da recém-implantada república, não desenvolveu políticas públicas de integração social.

Vozes

Nascido na Bahia, André Rebouças foi um dos primeiros negros brasileiros a ingressar numa universidade, em 1854, formando-se em Engenharia Militar. Mais tarde, especializou-se na construção de estradas de ferro e portos, na Europa.

Neto de um alfaiate português e uma negra alforriada, André Rebouças empenhou-se no movimento abolicionista a partir de 1870 e foi um dos fundadores da Sociedade Abolicionista da Escola Politécnica, onde atuou como professor.

Com José do Patrocínio (1853-1905), redigiu o Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, publicado em 1883, no qual qualificou a instituição da escravidão como juridicamente ilegal e defendeu a abolição sem indenização aos proprietários.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

Rodolfo Bernardelli. *Retrato de André Rebouças*, 1857. Óleo sobre tela, 48 cm × 40 cm.

Diferentemente do que defenderam André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre outros líderes abolicionistas, após a abolição os negros libertos se viram sem acesso à terra e desprovidos dos conhecimentos técnicos exigidos pelo novo mercado de trabalho. Segundo o sociólogo Jessé Souza:

> O dado essencial de todo esse processo foi o abandono do liberto a sua própria sorte (ou melhor, ao seu próprio azar). Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. E foi exatamente isso que aconteceu entre nós. [...]
>
> Para os grandes senhores de terra, a libertação foi uma dádiva: não apenas se viram livres de qualquer obrigação com os ex-escravos que antes exploravam, mas puderam "escolher" entre a absorção dos ex-escravos, o uso da mão de obra estrangeira que chegava de modo abundante ao país – cuja importação os senhores haviam conseguido transformar em "política de Estado" – e a utilização dos nacionais não escravos. [...] em São Paulo, a concorrência dos imigrantes, especialmente dos italianos, [...] foi devastadora para os libertos.
>
> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017. p. 74-75.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Por que o autor afirma que o "13 de maio" foi uma dádiva para os grandes senhores de terra?

A instauração da república e a reconfiguração do Estado brasileiro

O episódio ocorrido no dia 15 de novembro de 1889, que culminou na Proclamação da República, representou uma ruptura institucional que levou ao colapso de uma monarquia cujas bases de sustentação vinham se desagregando desde o término da Guerra do Paraguai, em 1870.

A partir daquela data, emergiu no país um movimento republicano que nos anos seguintes ganhou a adesão de amplos segmentos da sociedade brasileira: uma parte do Exército, influenciada pela **ideologia positivista** e representada por militares como o tenente-coronel Benjamin Constant; os fazendeiros do oeste paulista, que se identificavam com um projeto federalista; e os representantes das classes médias, inconformados com o sufrágio censitário e defensores da mudança do regime como fator essencial à modernização do país.

Apesar de esses grupos não serem homogêneos e terem divergências sobre como deveria ser organizado o novo regime – o que resultou em conflitos posteriores –, em novembro de 1889 foram capazes de se mobilizar politicamente e, sem encontrar grande resistência e valendo-se do desprestígio da monarquia, articularam um rápido movimento político que a derrubou. Registre-se que as tradicionais oligarquias agrárias, último grupo de sustentação do regime monárquico, inconformadas com a Lei Áurea, de 1888, nada fizeram para salvar a coroa de D. Pedro II.

A República nasceu, assim, de um golpe militar que contou com o apoio de segmentos civis. Sua implantação, assim como a reconfiguração do Estado brasileiro, não foi resultado de transformações revolucionárias populares, mas sim de uma rearticulação de forças conservadoras.

Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo



Benedito Calixto. *Proclamação da República*, 1893. Óleo sobre tela, 1,24 m × 2,00 m. Na obra, o artista exalta um movimento político que não contou com adesão popular. Nos traços do pintor, o marechal Deodoro da Fonseca é representado aclamado pelos militares e alguns civis, conferindo ao episódio uma dimensão heroica, sem respaldo na realidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar dos discursos de "ordem e progresso" e de que os novos tempos republicanos trariam a modernidade, [illegible] foi mais exclusão das camadas populares, controles sociais mais rigorosos e repressão sistemática aos movimentos ocorridos nos espaços urbanos ou rurais que ousaram questionar o novo regime.

De origem francesa e vinculada ao nome do filósofo Auguste Comte (1798-1857), a ideologia positivista está alicerçada no princípio de que o conhecimento científico é a única forma de alcançar o conhecimento verdadeiro. Assim, essa corrente filosófica contrapunha-se ao pensamento teológico-metafísico – fundamentado em crendices e superstições – e também às concepções transcendentais do idealismo e do Romantismo do século XIX. Para Comte, apenas o sólido avanço científico seria capaz de "libertar" e transformar a sociedade, garantindo uma nova ordem e o progresso da humanidade.

Para os positivistas brasileiros, a implementação dessa nova "ordem e progresso" – estampada na bandeira do Brasil – seria uma tarefa que caberia aos militares, cuja contrapartida, no campo político, seria a consolidação de uma república de perfil autoritário.

Durante a longa República Oligárquica (1894-1930), as oligarquias agrário-estaduais, com destaque para aquelas situadas no eixo Minas-São Paulo, valeram-se do Estado para se perpetuar no poder, garantir seus interesses de classe, o mandonismo local, a concentração fundiária e a exclusão social.



pongsakorn chaina/Shutterstock.com

As bandeiras do Império (ao lado) e da República, mantendo as mesmas cores e um grafismo similar, evidenciam que, em 1889, o país mudou apenas para permanecer, estruturalmente, como havia sido desde a organização do Estado brasileiro: concentrador da riqueza, patrimonialista e alicerçado no mandonismo local, além de excludente do ponto de vista social, ou seja, na mudança... a permanência.

Por outro lado, a República trouxe consigo a esperança – que logo se desfez – de que o Brasil finalmente realizaria seu potencial e vislumbraria novos horizontes para o povo. A partir de então, procurou-se apagar a memória dos tempos monárquicos e exaltar a participação dos militares na ordem republicana, que passaram a ser percebidos no imaginário de boa parte da população como "esteios da nação", ou "anjos tutelares" de uma república instaurada por um golpe de caráter militar há 130 anos", conforme observou o historiador Daniel Aarão Reis Filho, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, em 18 de julho de 2020.

Ao mesmo tempo, os novos donos do poder não tiveram qualquer preocupação em promover a efetiva cidadania, como se ela não fosse necessária à construção da nação brasileira.

A República, que se inaugurou com a Constituição de 1891, ao se definir como federativa, garantiu a ampla autonomia dos estados, o que, na prática, favoreceu a hegemonia das oligarquias agrário-estaduais. O texto constitucional que reconfigurou o Estado nacional estabeleceu o sufrágio universal, porém, masculino e reservado aos maiores de 21 anos alfabetizados. Num país onde mais de 80% da população era analfabeta, a maioria absoluta foi excluída da cidadania e da participação política. E mais: considerando que até 1930 cerca de 70% dos brasileiros viviam no meio rural, esse dispositivo favoreceu, de maneira geral, o mandonismo dos chamados "coronéis".



Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Thierry Frères. *Drapeau et pavillon bresiliens*, 1768-1848. Litografia, 29 cm × 23,3 cm. Gravura retirada do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Eleições presidenciais (1894-1930)

Candidato vencedor	nº de votantes (em milhares)	% de votantes sobre a população
Prudente de Morais (1894)	345	2,2
Campos Sales (1898)	462	2,7
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4
Afonso Pena (1906)	294	1,4
Hermes da Fonseca (1910)	698	3
Venceslau Brás (1914)	580	2,4
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5
Artur Bernardes (1922)	833	2,9
Washington Luís (1926)	702	2,3
Júlio Prestes (1930)	1890	5,6

Fonte: CARVALHO, J. M. Os três povos da República. *In*: CARVALHO, Maria Alice R. de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 72.

1. De acordo com a Constituição de 1891, o Estado brasileiro foi definido como democrático e liberal. Analisando a tabela, pode-se afirmar que a democracia foi de fato exercida? Justifique sua resposta.

Considerando-se os dados da tabela anterior, pode-se afirmar que o Brasil teve, durante a Primeira República, uma estranha "democracia", que, por meio do "voto universal", assegurou e reforçou o conservadorismo e a exclusão política da maioria da população brasileira.

É preciso ressaltar também que a reconfiguração do Estado a partir de 1891 garantiu a plena autonomia das oligarquias regionais, que se beneficiaram do federalismo que se sobrepôs ao antigo centralismo dos tempos da monarquia.

Década de 1920: o Brasil quer ser moderno

A partir da década de 1920, em razão das transformações socioeconômicas pelas quais o país passou, como a aceleração do processo industrial e a crescente urbanização, novos atores sociais – burguesia industrial, classe média e operariado – ganharam protagonismo, o que os levou a questionar a hegemonia política das oligarquias agrário-estaduais e a exigir uma nova reconfiguração do Estado brasileiro.

Brasil: expansão urbana (1872-1920)

Cidades	1872	1890	1900	1920
Rio de Janeiro	274 972	522 651	811 443	1 157 873
São Paulo	31 385	64 934	239 820	579 033
Salvador	129 109	174 412	205 813	290 443
Recife	116 671	111 550	113 106	238 843
Porto Alegre	43 998	52 421	73 674	179 263

Fonte: MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. p. 37.

A expansão [illegible] associada à entrada de imigrantes no país, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1893, por exemplo, 55% da população da cidade de São Paulo era de imigrantes, majoritariamente italianos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Considerando-se os dados da tabela, qual cidade apresentou maior crescimento percentual entre 1872 e 1920?
2. Faça uma pesquisa e identifique duas razões que justificam o crescimento exponencial da população de Porto Alegre no período apresentado.
3. Em duplas, pesquisem dados que justifiquem a concentração populacional exatamente nas capitais indicadas na tabela.

A maior densidade demográfica em determinadas cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX pode ser explicada em razão da dinamização do processo de industrialização, então em curso no Brasil. Registre-se que esse processo ganhou impulso durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pois a indústria brasileira, estimulada pela expansão do mercado interno, substituiu a europeia em alguns setores que deixaram de produzir em razão do conflito.



Instituto de Estudos Brasileiros

Capa de Di Cavalcanti para o catálogo da Exposição da Semana de Arte Moderna de 1922.

Ainda na década de 1920, marcada por tantas transformações socioeconômicas, eclodiu um movimento artístico, literário e musical que, em nome do modernismo, buscou outra estética. Sua vanguarda, que lançou as bases dessa renovação na célebre Semana de Arte de São Paulo, em fevereiro de 1922, entendia que "era moderno" se apropriar do vanguardismo europeu, porém, não no sentido de copiar o que se fazia na Europa, mas "deglutir" as influências externas, que, somadas à realidade brasileira, produziriam uma nova configuração na literatura, nas artes e na música.

Nesse sentido, o Modernismo pode ser percebido como a expressão de uma modernização mais ampla, que tomou conta do país, sobretudo na década de 1920.

De forma crítica, **dissonante** e sarcástica, os modernistas pretenderam derrubar os **mitos ufanistas**, a arte acadêmica, a literatura romântica e parnasiana, contribuindo para que, finalmente, passados mais de 400 anos da chegada das naus portuguesas à Terra Brasilis se produzisse no país o conhecimento de um Brasil real, que até então não havia aparecido nas manifestações oficiais de nossa cultura.

A nova reconfiguração do Estado brasileiro

Em oposição à República Oligárquica e a tudo aquilo que ela representava, houve o crescimento de novos grupos sociais, como a burguesia industrial e o proletariado urbano, cada qual com os próprios projetos políticos para o país. Em razão da industrialização, da urbanização e da expansão do setor de serviços, também a classe média, formada por funcionários públicos, profissionais liberais, militares e comerciantes, questionou por diversos meios a hegemonia oligárquica.

Cisão intra-oligárquica: ruptura ocorrida no interior das próprias oligarquias, ou seja, entre os próprios dirigentes oligárquicos.
Mitos ufanistas: eventos e personagens da história que enaltecem o protagonismo dos grupos sociais hegemônicos e seus representantes, alçando-os à condição de heróis, e difundem uma visão idealizada dos processos sócio-históricos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse contexto, verificou-se uma convergência entre a crescente insatisfação e o inconformismo dos grupos médios e urbanos e os chamados "tenentes", jovens oficiais do Exército que eram contrários aos desmandos e ao conservadorismo da cultura política do país. Eles protagonizaram uma série de levantes militares, conhecidos pela expressão "revoltas tenentistas", entre as quais o episódio dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e a Coluna Prestes, entre 1924 e 1927. Toda essa "agitação revolucionária" esteve na raiz da Revolução de 1930, movimento político que eclodiu no país no final da década.

GLOSSÁRIO
Dissonante: que expressa discordância.

Nos anos 1920, o movimento operário ganhou um protagonismo crescente, mobilizando o proletariado urbano com uma pauta que pretendia ir além da simples crítica às oligarquias ao incluir temas sociais, como o direito à greve, e a implantação de uma legislação trabalhista.

Foi nesse quadro de crescente inquietação político-social que ocorreu a sucessão presidencial de 1930. Ela foi marcada pela ruptura entre as oligarquias do eixo Minas Gerais-São Paulo, que tradicionalmente se alternavam no exercício do poder presidencial: os partidos republicanos mineiro e paulista se desentenderam na indicação de quem deveria suceder Washington Luís (1926-1930), o último presidente da Primeira República.

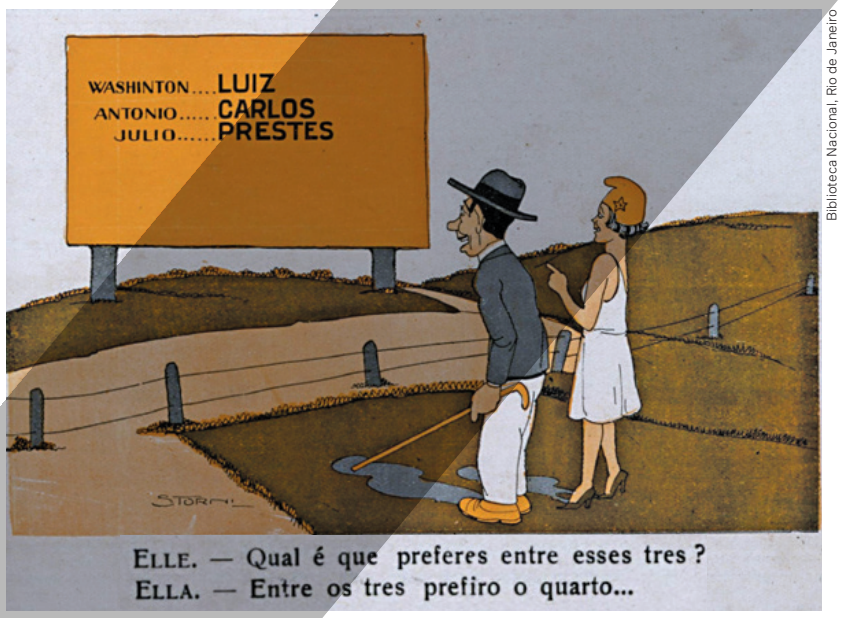
Essa **cisão intra-oligárquica** proporcionou o surgimento de uma candidatura oposicionista sob a liderança do gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954), aglutinada em torno da Aliança Liberal, que reuniu as principais correntes políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Realizadas as eleições, em 15 de março de 1930, o candidato situacionista, o governador de São Paulo, Júlio Prestes, foi eleito com 59,51% dos votos, derrotando Getúlio Vargas, candidato das oligarquias dissidentes, que teve 40,49% dos votos. Mais uma vez a oposição havia sido derrotada. Entretanto, com a eclosão de um movimento político deflagrado em 3 de outubro de 1930, Vargas acabou assumindo o poder.

Análise

Eleições presidenciais – 1930

A imagem de Storni foi publicada na revista *Careta* em 1929, às vésperas das eleições presidenciais realizadas em 15 de março de 1930, e é uma crítica à "Política do Café com Leite", que vigorou durante a Primeira República. À época da realização das eleições, o presidente era o paulista* Washington Luiz e, pelos acordos da Política do Café com Leite, deveria apoiar um candidato mineiro (Antônio Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais). Porém, com a ruptura do eixo Minas-São Paulo, o presidente indicou o governador paulista Júlio Prestes. Valendo-se de um jogo com os nomes apontados no cartaz, o cartunista Storni, de forma irônica, sugere que, dos três, a República – alegoricamente representada por uma mulher com um capuz no qual se destaca a estrela do comunismo – prefere o quarto, isto é, **Luiz Carlos Prestes**, importante líder comunista da época.



Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Analise a imagem e responda às questões.

1. Faça uma pesquisa e identifique os nomes das lideranças políticas que estão listadas no cartaz.
2. O que se pode inferir com base no diálogo entre os dois personagens?

*Washington Luiz era nascido no Rio de Janeiro, conhecido como o *paulista de Macaé*.

Compreender as características e a redefinição do papel do Estado no Brasil após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 é parte dos estudos de nosso próximo percurso. Analisamos até aqui várias ações e práticas das instituições brasileiras, que demonstram uma nação com grandes desigualdades, inúmeros conflitos e resistências na luta por direitos e acesso às instituições, além de desafios que seguiram presentes no século XX.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Como estudante dos anos finais, ao considerarmos a política como a possibilidade de atuar e transformar as relações sociais e as instituições, convidamos você, estudante, a continuar seus estudos sobre as instituições, as ações e as transformações sociais e políticas que caracterizaram a consolidação do Brasil urbano e industrial a partir da Revolução de 1930 no próximo percurso.

#Ficaadica

Guerra de Canudos, de Sérgio Rezende (165 min). Em 1893, o líder messiânico Antônio Conselheiro e seus seguidores organizaram o arraial do Belo Monte (Canudos), no sertão da Bahia, o que deflagrou uma pronta reação do Estado brasileiro, incapaz de conviver com a diferença e temeroso de que o exemplo de Canudos se espalhasse e servisse de referência ao resto do país.

Guerra do Brasil, de Sylvio Back (79 min). Entre 1864 e 1870, a América do Sul foi palco de um dos maiores e mais violentos conflitos armados do século XIX: a Guerra do Paraguai. O documentário, de 1987, apresenta uma versão desse confronto, na qual são revistas determinadas narrativas que mitificaram certos personagens históricos, como Duque de Caxias.

O Brasil Império. Esse texto é uma síntese do processo de independência e da formação do Estado nacional brasileiro, destacando a progressiva dependência da economia do país aos interesses do capitalismo britânico. Disponível em: https://www.mundovestibular.com.br/estudos/historia/o-brasil-imperio. Acesso em: 12 ago. 2020.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Embora a emancipação política do Brasil tenha sido oficializada em 1822, por que se pode afirmar que 1808 marca o início desse processo?
2. Por que se pode afirmar que a independência do Brasil teve o caráter de um "arranjo político"?
3. Por que se pode afirmar que na configuração do Estado brasileiro se procurou conciliar liberalismo e autoritarismo?
4. Por que a reorganização do Estado brasileiro, em 1891, no contexto da implantação da república, não contribuiu para a afirmação da cidadania plena no país?
5. Por que a chamada Revolução de 1930 desempenhou um papel importante na reconfiguração do Estado brasileiro?
6. Leia o texto e depois faça o que se pede.

Rebeliões em série desmentem a lenda da "índole pacífica" do povo brasileiro

A proliferação de rebeliões nas províncias na época da Regência refletiu um desejo de autonomia em relação ao governo central, o qual nomeava os presidentes de província, cobrava impostos e nem sempre aplicava os recursos financeiros na própria província que havia sido tributada. Essa questão permite entender especificamente a Revolução Farroupilha, que não foi, sob nenhum aspecto, um movimento popular.

No caso das rebeliões ocorridas no Norte e no Nordeste, outros fatores ainda interferiram: a existência de massas pobres e livres, os deserdados do sistema; a escravidão; o declínio das principais exportações como o algodão, fumo e açúcar; a estagnação econômico-social da região. Nessas regiões, além de reivindicações políticas por mais autonomia provincial, somaram-se os graves problemas sociais. É o caso da Cabanagem e da Balaiada. [...]

Desmentindo a lenda que fala da "índole pacífica e acomodada" do povo brasileiro, as grandes massas brasileiras de despossuídos lutaram sempre, durante séculos.

LOPEZ, L. R. *História do Brasil Imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 54-56.

a) Aponte três razões que explicam a proliferação de rebeliões no Brasil da primeira metade do século XIX.

b) Rebeliões como a Cabanagem e a Balaiada se diferenciaram, por exemplo, da Farroupilha? Explique.

7. Leia o texto a seguir e responda às questões.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No Brasil [illegible] a Europa deixou de ser nosso espelho e referencial. O brasileiro tinha que ver a sua cara, o que significava entender sua cultura e sua história. Para isso devia se sensibilizar, prestar atenção em sua própria cultura e parar de macaquear os outros países. O importante agora era o Brasil se encarar. Voltar às próprias raízes e começar a se valorizar enquanto nacionalidade. [...]

Na década de 1920, começara-se a discutir a urgência de se modernizar o país. Mas o que significava ser moderno? Seria estar de acordo com a moda? Para estar de acordo com a moda, bastava copiar o modelo dos outros?

Ou será que ser moderno significava se atualizar, sem necessariamente copiar? Se assim fosse, podia-se ser moderno e original. Essas questões começaram a ser formuladas pelos intelectuais e artistas modernistas. Todos estavam de acordo num ponto: o Brasil precisava ser moderno. Mas como?

VELLOSO, Monica. *Que cara tem o Brasil?* – As maneiras de pensar e sentir o nosso país. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p. 31-32.

a) Quais inquietações a autora deixa transparecer em seu texto?

b) Qual grande contradição pode ser subentendida com base na afirmativa da autora de que o Brasil queria ser moderno, mas não sabia como?

8. Veja a seguir duas pinturas cujo tema é a Proclamação da Independência. Procure observar os detalhes delas, os protagonistas e o que os artistas procuraram evidenciar.
Em seguida, leia com atenção o quadro apresentado na página seguinte, que faz referência às obras de Moreaux e Pedro Américo. Nele são destacados o contexto histórico em que as obras foram realizadas, assim como os respectivos estilos artísticos e as articulações dos personagens em torno de D. Pedro I. A seguir, responda ao que se pede.



Museu Imperial, Petrópolis

François-René Moreaux. *A Proclamação da Independência*, 1844. Óleo sobre tela, 244 cm × 383 cm.



Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Pedro Américo. *Independência ou morte*, 1888. Óleo sobre tela, 451 cm × 760 cm.

	***A Proclamação da Independência* (1844)**	***Independência ou morte* (1888)**
Contexto histórico da produção	• Início do Segundo Reinado. • Período marcado pela consolidação da unidade nacional e da própria monarquia após os conflitos do Período Regencial. • A antecipação da "maioridade" em 1840 deveria refletir um clima de confiança e otimismo em relação ao país. • Preocupação com a legitimidade do imperador D. Pedro II. • Obra inserida no movimento romântico do século XIX, que procurou exaltar o sentimento nacionalista.	• Final do Segundo Reinado. • Período marcado pela crise do regime monárquico, pelo avanço do movimento republicano, pela questão abolicionista e por inquietações militares. • Desgaste da autoridade de D. Pedro II e inviabilidade de um Terceiro Reinado. • Obra feita sob encomenda pelo governo da província de São Paulo para ocupar o salão de honra do atual Museu Paulista, então em construção. • Obra inserida na chamada "escola romântica", já consolidada em fins do século XIX, que procurava resgatar os chamados "temas históricos".
Estilo artístico, mensagem subliminar e organização pictórica da paisagem	• Apresentação de D. Pedro I como um "herói popular" aclamado pelas multidões. • Representação do imperador como alguém capaz de reforçar a coesão social e o sentimento de identidade nacional. • O termo "proclamação" no título da obra remete à ideia de consenso e otimismo com o futuro do país. • À direita, no canto superior, algumas [illegible] "toque tropical" à paisagem, assim como o céu de azul intenso.	• Idealização do passado e preocupação em heroicizar a figura de D. Pedro I, como se a independência resultasse de sua vontade individual. • Composição da cena, dos personagens e da própria paisagem sem uma preocupação maior em ser fiel à história: o casebre que aparece à direita e o uniforme de gala dos Dragões da Independência nem sequer existiam em setembro de 1822. • Em viagens longas e estafantes, como a que a comitiva fazia em setembro de 1822, não se utilizavam cavalos, mas jumentos e mulas, que eram mais resistentes.
Protagonistas e articulação em torno de D. Pedro I	• D. Pedro I é representado em meio à multidão que o aclama como se o príncipe regente fosse "um igual", numa perspectiva liberal, então hegemônica na primeira metade do século XIX, quando a obra foi criada. • Os protagonistas, articulados em torno de D. Pedro I, são representados com uma multiplicidade de trajes; apenas um personagem parece ser negro.	• D. Pedro I é representado como se o "grito" fosse uma imposição militar que deveria ser prontamente acatada por todos, ideia que é fortalecida pela aparente pressa da guarda em colocar-se ao lado do até então príncipe regente. • Aparecem D. Pedro I e cerca de 40 pessoas, entre membros da guarda do príncipe, o próprio Pedro Américo, que se autorretratou (de cartola, erguendo um guarda-chuva), além de três populares à esquerda, apartados da cena.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

a) Como D. Pedro I foi retratado em cada uma das obras? As diferenças nas representações podem ser explicadas pelos distintos contextos históricos em que foram criadas?

b) Quais grupos sociais podem ser identificados nas cenas representadas pelos artistas?

c) Em sua opinião, na atualidade é comum que as agências de publicidade produzam e divulguem, por meio de filmes publicitários e cartazes, por exemplo, imagens que distorcem a realidade e criam um mundo idealizado e sem conflitos sociais e/ou étnicos? Justifique sua resposta com exemplos.

PERCURSO

4

O Estado brasileiro: dimensões sociopolíticas

No percurso anterior, estudamos a política e o processo de construção e consolidação do Estado brasileiro a partir da chegada da Família Real em 1808 e identificamos a herança do racismo estrutural nas instituições do país. Vimos, ainda, as lutas regionais e as transformações na estrutura urbana e populacional, o processo de independência, a Proclamação da República etc. Considerando a política uma disputa de ideias, projetos e ações, estudamos e aprofundamos as contradições e as desigualdades nos diferentes períodos que marcam o processo de construção do país. Além disso, refletimos sobre as questões atuais e as problematizamos, entre elas a insatisfação e a luta por mudanças nos modelos político-institucionais, observadas na abertura deste estudo, a luta contra o racismo institucional em diferentes períodos, as constituições de 1824 e 1891, entre outros temas que vamos aprofundar neste percurso, como o estudo sobre o século XX no Brasil a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930.

A figura de Vargas carrega um peso significativo na história do país, uma vez que, sob seus governos, foram implementadas ações que buscaram a dinamização da economia, a afirmação do ideal nacionalista e a configuração de um Estado mais autoritário. Dessa perspectiva, a aceleração do processo de industrialização, o estabelecimento de instituições para o desenvolvimento econômico e social, a formulação das leis trabalhistas e a criação do salário mínimo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Petrobras são fundamentais para entender e pensar o país na atualidade.

Acervo Iconographia



Desfile em homenagem ao Dia do Trabalho. Rio de Janeiro (RJ), 1942.

São marcas desse período: o culto à figura do líder, o estímulo ao nacionalismo com bandeiras e manifestações cívicas, eventos em estádios de futebol que reuniam milhares de pessoas e preocupação em transmitir a ideia de aproximação entre civis e militares.

O culto ao Estado forte

A presença de Vargas na política nacional perpassou um longo período, entre 1930 e 1954, quando o então presidente se suicidou. Durante os 19 anos de poder getulista (1930-1945 e 1951-1954), o país atravessou momentos de euforia, instabilidade e repressão, que, no entanto, transformaram a concepção e o modelo de desenvolvimento: eles passaram a ser considerados de uma perspectiva desenvolvimentista, ou seja, com a participação e o fomento da economia sendo liderados e estimulados pelo Estado e suas instituições, além de outras transformações urbanas, sociais e culturais que vamos abordar durante este estudo.

O autoritarismo brasileiro

Quando estudamos o processo histórico brasileiro da perspectiva da organização política e da disputa pelo poder, identificamos seguidas rupturas institucionais, quedas de governos eleitos, ditaduras, formas variadas de censura, prisões, entre outras violações de direitos, além do impedimento da participação popular nas disputas políticas, características que ditaram os rumos do país em diferentes contextos.

De acordo com a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, uma das explicações para a violência, a desigualdade e a naturalização das diferenças no Brasil pode ser compreendida, sobretudo, por sua herança escravista:

> Também não é boa ideia fazer o oposto: relegar ao passado e ao "outro", que viveu antes de nós, tudo que nos incomoda no presente. Racista é "alguém outro" (não eu mesmo), o patrimonialismo é uma herança da nossa história pregressa, a desigualdade foi consequência da escravidão, e ponto-final. O certo é que é impossível jogar num tempo distante e inatingível todas as nossas mazelas atuais. Desde o Período Colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência.
>
> SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 24.

1. O que a autora quis dizer com "cidadania incompleta e falha"?
2. Cite exemplos dessa cidadania incompleta que você encontra no cotidiano.

O sistema com práticas de mandonismo local, como as exercidas pelos tradicionais coronéis da Primeira República, que eram considerados "salvadores da pátria" e figuras paternalistas, remete a um modelo que aboliu a escravidão sem plano de inclusão para os negros libertos.



Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro

Em registro fotográfico do princípio do século XX, a família do coronel O'Donnel, Parnaguá (PI), 1912. O mandonismo local, o patrimonialismo, a troca de favores e a influência política caracterizaram o fenômeno do coronelismo no Brasil da Primeira República.

O modelo desenvolvimentista, liderado e controlado pela ação do Estado, era parte da estratégia de Getúlio Vargas para disciplinar as camadas populares e construir uma ideia de coesão social, percebida como essencial para a definição da identidade nacional.

Esse cenário político entre 1930 e 1945 ficou marcado por inúmeras tensões no âmbito doméstico, como os embates entre integralistas e comunistas, intelectuais de diferentes tendências ideológicas, que tinham como pano de fundo no cenário global a ascensão do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e do stalinismo na União Soviética, entre outras referências.

O projeto varguista buscava desenvolver e integrar nacionalmente o território brasileiro com o desejo de tornar a nação social e politicamente unificada e integrada. As formulações naquele momento contaram com ajuda e participação da imprensa e seu controle sobre a informação.

A herança autoritária, o contexto global com impactos sociais e econômicos, a busca por unidade e desenvolvimento foram alguns dos pilares do período, no qual a preocupação em resgatar elementos que criassem unidade em um país marcadamente diverso em paisagens, pessoas e manifestações culturais era um dos eixos centrais do projeto de poder representado por Vargas.

Naquele cenário, grupos historicamente silenciados, como negros e indígenas, foram valorizados e incorporados, ao menos no discurso, a um modelo de unidade e construção de símbolos nacionais.

Por outro lado, a expansão dessas ações por diversos estados do país, como Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros, estimulou e viabilizou uma série de movimentos educativos e culturais significativos em escolas, clubes de futebol e núcleos artísticos que revelaram o protagonismo e a amplitude, por exemplo, da luta de negros contra algumas mazelas do processo histórico brasileiro, como o racismo estrutural, uma das bases do autoritarismo brasileiro.

O Estado Novo

O projeto nacionalista de Vargas ganhou contorno autoritário e repressivo a partir do Estado Novo, em 1937. Mais uma vez na história republicana do país as instituições estatais foram reconfiguradas por uma Constituição outorgada que, no mesmo ano, rompeu com a Carta de 1934 e, de maneira avassaladora, centralizou o poder nas mãos do Executivo. O Congresso foi dissolvido, os governadores de estados afastados e substituídos e o Judiciário tornou-se meramente decorativo.



Acervo Iconographia

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em transmissão radiofônica na noite de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, ao lado de civis (como Francisco Campos, à direita, que redigiu a Constituição de 1937) e militares (como o general Eurico Dutra, seu ministro da Guerra, de braços cruzados), anunciou a implantação do novo projeto autoritário.

Com a implantação do Estado Novo, revogou-se a Carta Constitucional de 1934, que instituíra algumas conquistas de caráter democrático, como extensão do direito de voto às mulheres, pluralidade sindical, divisão dos poderes, alternância de poder etc.

No plano da comunicação e da propaganda do novo modelo de Estado foi criado, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que funcionava como instrumento de promoção pessoal do presidente, de sua família e de autoridades em geral. Esse órgão organizava eventos, controlava e censurava peças de teatro, filmes, livros e impedia a divulgação de qualquer notícia considerada ofensiva ao governo. Paralelamente, montou-se uma máquina de divulgação das realizações do Estado com o objetivo de celebrar a **doutrina** autoritária que dava sustentação ao regime.

GLOSSÁRIO

Doutrina: conjunto de ideias e valores que defendem determinado ponto de vista e são ensinados ao povo.

O controle da informação, a propaganda e a promoção pessoal do presidente foram marcas do modelo de comunicação de Vargas, sobretudo durante o Estado Novo. Atualmente, buscamos informações em diferentes fontes, como livros, jornais, revistas e principalmente na internet. Páginas da internet, redes sociais, canais de vídeos, mecanismos de buscas, entre outras possiblidades, são acessados diariamente.

Considerando o controle da informação como ferramenta política, forme dupla com um colega e respondam às questões.

1. Que páginas, redes sociais e canais de informação você costuma acompanhar?
2. Nessas fontes que você consulta, as informações são livres de propagandas e interesses político-econômicos? Converse com seu colega de dupla e, juntos, justifiquem a resposta com exemplos.
3. Qual é a importância do controle da informação para a legitimação de projetos políticos autoritários?

A divulgação dos feitos do Estado Novo foi veiculada pelo rádio, veículo de comunicação que alcançava todo o território nacional. Foram criados vários programas que exaltavam as realizações do governo e promoviam determinados artistas considerados exemplos para o fortalecimento da identidade nacional. A integração das diferentes regiões também foi promovida nos programas de rádio. A Rádio Nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro, contava com um time de artistas e cantores que arrastavam multidões.

O culto à [illegible] – que ocorreu e[illegible] história brasileira – era promovido e divulgado pelos órgãos sob o controle do DIP, acompanhado da promoção de concursos literários e musicais cuja finalidade era a exaltação ao regime.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



20th Century-Fox/Getty Images

Carmem Miranda, artista **multifacetada**, arrebatava multidões com vestidos, turbantes e adereços exóticos que exaltavam e valorizavam elementos da cultura brasileira. Seu protagonismo se inseriu na lógica mais ampla do projeto nacionalista do Estado Novo. Fotografia para divulgação de um filme, 1941.

GLOSSÁRIO

Multifacetado: em sentido figurado se refere àquilo que contém várias facetas, múltiplas aparências, diversos atributos.

O que é populismo?

No contexto do Estado Novo e do período varguista, o populismo pode ser compreendido como uma tentativa de conciliar interesses distintos, como os dos trabalhadores e os dos proprietários dos meios de produção, por meio da mediação e tutela do Estado. No contexto brasileiro daquele período, segundo a professora e filósofa Marilena Chauí, algumas características do modelo populista devem ser destacadas: a comunicação direta entre o líder e seus governados, sem mediação de instituições e partidos; a relação de **tutela**, uma vez que não havia mediação social ou política, predominava na troca de favores entre governante e governados; um poder transcendental: somente o governante teria saber político e social e sua imagem era associada a uma espécie de chefe de família ou "pai dos mais humildes".

Ainda segundo ela, esse tipo de relação de poder busca disfarçar, por meio da tutela e do **clientelismo**, a forma autoritária que caracteriza a sociedade brasileira, uma vez que essas relações são assimétricas, ocorrem de maneira desigual entre as partes.

O populismo no Brasil se reproduziu de várias formas: trabalhista em Vargas, conservador em Jânio Quadros, reformista em João Goulart, entre outros, uma vez que apenas os governantes podiam e sabiam fazer "seu" povo alcançar liberdade e justiça social.

GLOSSÁRIO

Clientelismo: relação com base na troca de favores e atrelada a relações de poder.

Tutela: controle.

Análise

O populismo getulista

Considere a ideia de identidade e unidade nacionais expressa pelo regime, o uso estratégico da propaganda, da educação e da comunicação como meio de promoção do líder e do sistema para analisar a imagem e responder às questões a seguir.



CPDOC/FGV, Rio de Janeiro

Essa fonte iconográfica foi parte do material de divulgação organizado pelo DIP, em 1940, com o título "Getúlio Vargas, o amigo das crianças".

1. Analise a forma e o conteúdo da imagem considerando os personagens representados.
2. Quais valores são enaltecidos na imagem? Com quais objetivos?
3. Considerando o conceito de populismo, por que podemos afirmar que a ideia de uma liderança forte, que deveria ser cultuada e exaltada, esteve presente ao longo das últimas décadas da história brasileira?
4. Pela observação atenta da imagem, é possível perceber que havia uma preocupação do governo em apresentar o Brasil como uma nação coesa do ponto de vista étnico? Fundamente sua resposta valendo-se dos elementos da fonte iconográfica.

Finalmente democracia?

O Estado Novo encontrou seu esgotamento em 1945, quando ocorreram protestos por liberdade de expressão e o desejo de uma nova Constituição, aos quais se somaram alguns fatores externos: o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente vitória dos Aliados sobre o nazifascismo.

Vargas tentou organizar uma transição para manter o controle: viabilizou a reorganização partidária, concedeu anistia a presos e lideranças políticas – como ao líder do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes – e, não tendo alcançado êxito em seu projeto continuísta, lançou como candidato à sua sucessão o general Eurico Gaspar Dutra, que acabou eleito para o mandato entre 1946 e 1951.

Um contexto de democracia liberal foi implantado pela Constituição de 1946, a quinta da história do país, que buscou garantir os direitos e as liberdades previstos na Carta de 1934 e extinguiu atos repressivos previstos na Constituição de 1937 (a "polaca"), que vigorou durante o Estado Novo. Na nova Constituição de 1946, os três poderes foram restabelecidos, reconheceu-se o direito de greve dos trabalhadores urbanos e os direitos individuais, entre outros avanços, que vigoraram até a ditadura civil-militar de 1964.

O apoio ao presidente eleito não durou muito. Em 1946, Getúlio rompeu com o governo Dutra. Em fins de 1949, Vargas lançou sua candidatura para as eleições do ano seguinte, com uma plataforma baseada no desenvolvimento e no bem-estar social.

Em fins de 1949, Vargas lançou sua candidatura para as eleições do ano seguinte, com uma plataforma baseada no desenvolvimento e no bem-estar social.

Eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com mais de 48% dos votos, Vargas estava de volta. Com uma plataforma nacionalista e estatizante, cujo maior símbolo foi a criação da Petrobrás, em 1953, empresa estatal responsável pelo monopólio da extração e gestão do petróleo, Vargas retomou o **projeto nacional-desenvolvimentista**, com forte estímulo estatal aos setores econômicos considerados essenciais à soberania nacional.



Acervo Iconographia

Getúlio Vargas com a mão suja de petróleo, na Refinaria de Mataripe. São Francisco do Conde (BA), 1952.

GLOSSÁRIO

Projeto nacional-desenvolvimentista: expressão utilizada para designar projetos governamentais no âmbito econômico que se contrapõem aos paradigmas da economia liberal clássica, e que faz a defesa enfática do papel norteador, regulador e interventor do Estado como instrumento indispensável à expansão econômica.

O *slogan* da campanha, "O petróleo é nosso", foi exaustivamente utilizado em diversas cidades do país a favor da nacionalização desse recurso energético, essencial ao modelo urbano-industrial que Vargas desejava aprofundar em sua segunda passagem pelo governo (1951-1954).

Entretanto, o projeto estava inserido em um contexto de intensa polarização ideológica que então ocorria no Brasil e no mundo. De um lado, a oposição a Vargas reunia grupos alinhados ao capital internacional, críticos ao modelo nacionalista, que se vinculavam aos Estados Unidos no cenário da Guerra Fria. Do outro, havia aqueles que apoiavam a plataforma presidencial alicerçada no tripé nacionalismo-estatização-trabalhismo.

A oposição de grupos alinhados aos interesses financeiros do capital internacional, a pressão de militares não legalistas pelo afastamento do presidente, a oposição intransigente no Congresso Nacional de forças conservadoras representadas sobretudo pela União Democrática Nacional (UDN), partido que encarnava o ideal liberal em oposição ao nacionalismo getulista, além das críticas contundentes dos principais veículos de comunicação com denúncias de corrupção contra o governo, aprofundaram a crise político-institucional.

Aparentemente sem saída, e com pouco apoio, Vargas isolou-se no Palácio do Catete, sede da Presidência da República, e suicidou-se em 24 de agosto de 1954 "para entrar definitivamente na história" e mudar a correlação de forças do período.

1. Estudamos até aqui que uma das campanhas mais relevantes do período varguista foi a da defesa do petróleo e da soberania nacional. Esse recurso energético é base da produção industrial, entre outras funções, relacionadas ao modelo de vida e de consumo urbano e capitalista. Considerando esse aspecto, bem como a importância e a presença desse recurso energético em nosso cotidiano, forme com os colegas um grupo de três pessoas e, juntos, façam o que se pede.
   a) Pesquisem as manchas de óleo que surgiram no litoral do Brasil, em algumas praias do Nordeste, em 2019. Analisem e problematizem as explicações dos órgãos e das autoridades competentes sobre o assunto, a punição ou não dos responsáveis, entre outras informações relevantes para a compreensão do fato.
   b) Quais foram os impactos sociais e ambientais desse crime ambiental?

Em sua carta-testamento, entre outros pontos, Vargas destacou: "Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O governo de Juscelino Kubitschek



Eugênio Silva/O Cruzeiro/EM/D.A

Juscelino Kubitscheck faz o juramento solene durante a cerimônia de posse, realizada no Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro (RJ), 1956.

Em 1956 tomou posse o presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Político experiente, ex-governador de Minas Gerais, JK, como era conhecido, teve sua vitória questionada pelas forças udenistas de oposição, que não aceitavam a continuidade do modelo getulista, um temor infundado como se percebeu à medida que o governo JK se concretizou (1956-1961). O argumento foi de que Juscelino não conseguira mais de 50% dos votos, o que, por sinal, não era exigido pela Constituição de 1946.

O projeto desenvolvimentista mas pouco nacionalista de JK estava ancorado no *slogan* "50 anos de progresso em 5 de governo", e retomou o desejo de integração e crescimento nacional, iniciativas que contaram com grande volume de capital estrangeiro.

O Plano de Metas do governo partia do pressuposto de que era necessária a reconfiguração do Estado para que este se tornasse o grande indutor de um conjunto de medidas que prometiam fazer o país avançar e crescer cinquenta anos em cinco. JK conseguiu articular um amplo conjunto de alianças em torno de seu projeto, que acelerou

o processo de industrialização e ampliou o consumo de produtos e bens, como eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, entre outros, além de criar uma atmosfera positiva e propícia para o andamento de suas propostas, notadamente a de ampliar de forma expressiva a integração do território nacional por meio de uma extensa rede de rodovias.

Análise

Modernização conservadora

A charge ao lado faz uma crítica ao governo de Juscelino Kubitscheck. Analise-a e responda às questões.

1. Quem são os personagens representados na imagem?
2. Considerando-se que o Plano de Metas prometia grandes realizações, podemos concluir que a charge faz uma crítica social. Por quê?



Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Capa da revista *Careta* nº 2 698, ano LII, de 12/3/1960, que satiriza o Plano de Metas. O diálogo dos dois personagens apresenta o seguinte texto:

META DE FAMINTO

JK

– Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

Jeca

– Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

As contradições do projeto modernizante de JK

As políticas desenvolvimentistas do governo de JK construíram e consolidaram uma estrutura social e política contraditória. Uma das maiores contradições foi o projeto e a construção da nova capital federal (a cidade de Brasília), que gerou grandes levas de migrantes – os "candangos" – oriundos do meio rural e do Nordeste, a maioria para trabalhar como mão de obra na construção civil. Sem condições de viver na nova capital, que eles próprios ajudaram a construir, dirigiram-se para regiões periféricas, formando as cidades-satélites, hoje regiões densamente povoadas com inúmeros problemas sociais decorrentes de um modelo de construção e urbanização que priorizou e incluiu, naquela perspectiva de desenvolvimento, uma pequena parcela da população brasileira.



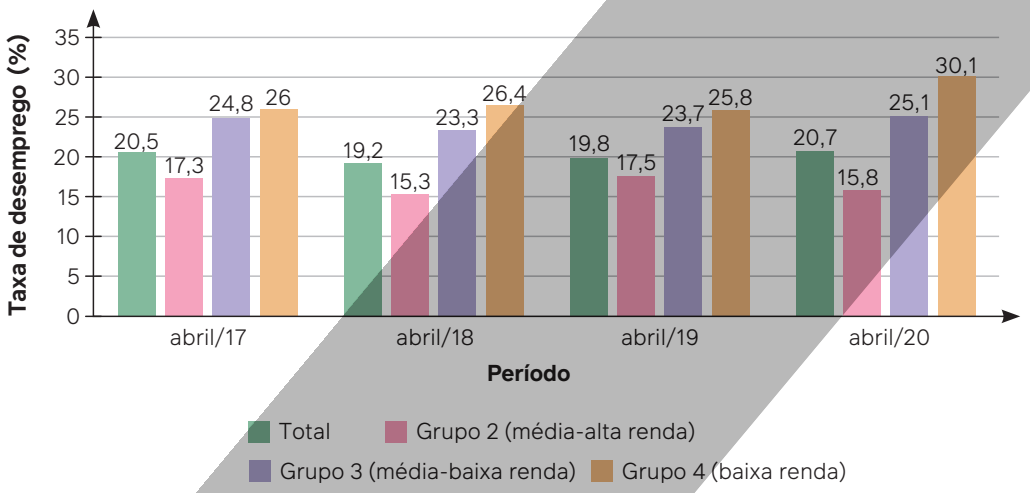
Eugênio Silva/O Cruzeiro/EM/D.A

Trabalhadores, conhecidos como "candangos", na construção da nova capital. Brasília (DF), 1959.

Os dados abaixo são da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED-DF), divulgada em maio de 2020.

Com base nos dados do gráfico e do que estudamos sobre a ocupação e a formação de Brasília, pesquise, analise e responda às questões a seguir.

Distrito Federal, Brasil: taxa de desemprego – abr. 2017-abr. 2020



Tarcísio Garbellini

Fonte: PED-DF (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Mercado de Trabalho no Distrito Federal. Ano 30, nº 01. Disponível em: http://www.trabalho.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Boletim-PED-Abril-de-2020.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

1. Quais são os principais grupos atingidos pelo desemprego nesse período?
2. Considerando os dados da pesquisa e o processo de construção da capital federal, iniciado pelos candangos no governo de Juscelino Kubitschek, debata a desigualdade espacial na cidade em relação ao desemprego e reflita sobre ela, levantando possíveis causas e propondo soluções para esse problema.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Uma das inspirações que marcaram o projeto urbanístico da nova capital do país foi o Quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado na Grécia, em 1933. Desse encontro resultou a Carta de Atenas, na qual o tema "Cidade funcional" foi amplamente discutido. O conceito de urbanismo moderno, redigido pelo francês Le Corbusier (1887-1965), considerava a cidade um organismo funcional, que deveria ser organizada de maneira a facilitar o trabalho e o lazer.

> As cidades, tal como existem hoje, estão construídas em condições contrárias ao bem público e privado. A história mostra que sua criação e seu desenvolvimento obedeceram a razões profundas, superpostas ao longo do tempo, e que elas não apenas cresceram, mas frequentemente se renovaram no decorrer dos séculos, e sobre o mesmo solo. A era da máquina, ao modificar brutalmente determinadas condições centenárias, levou-as ao caos. Nossa tarefa atual é arrancá-las de sua desordem por meio de planos nos quais será previsto o **escalonamento** dos empreendimentos ao longo do tempo. O problema da moradia, da habitação, prevalece sobre todos. Os melhores locais da cidade deverão ser reservados a ela, e se estes foram devastados pela indiferença ou pela **concupiscência**, tudo deve ser feito para recuperá-los.
>
> LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993. p. 63.

Esse conceito, por sua vez, foi a base teórica de Lúcio Costa (1902-1998), urbanista responsável pelo desenho do plano-piloto da cidade de Brasília. A despeito das contradições atuais e do processo de construção, a cidade permanece como obra que exemplifica, sob vários aspectos, os princípios da Carta de Atenas.

GLOSSÁRIO

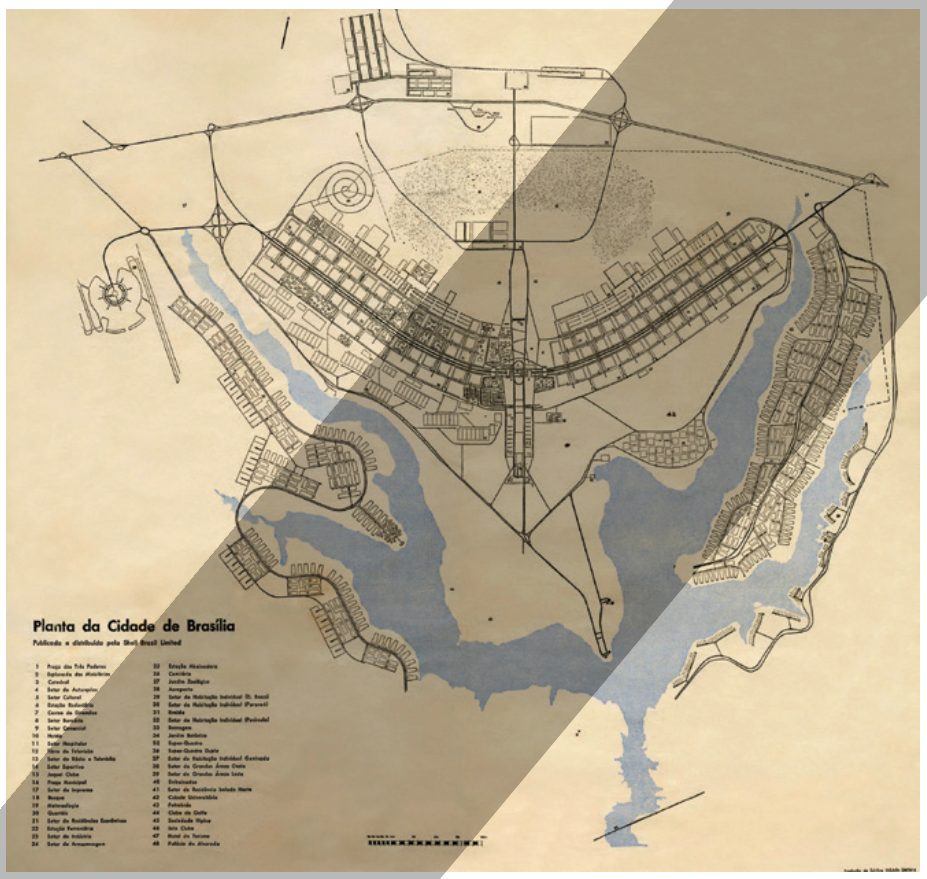
Concupiscência: ambição ou desejo desmedido por bens materiais.

Escalonar: colocar dados ou funções de forma ordenada, por níveis, segundo determinado critério; distribuição de um todo em partes ou fases, ao longo de um dado período.

Análise

A construção da capital do Brasil

Observe a representação do plano-piloto da cidade de Brasília. Forme dupla com um colega. Leiam novamente o fragmento da Carta de Atenas e pesquisem para responder às perguntas a seguir.



Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília

Planta do plano-piloto de Brasília, de 1957. O projeto é de autoria de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

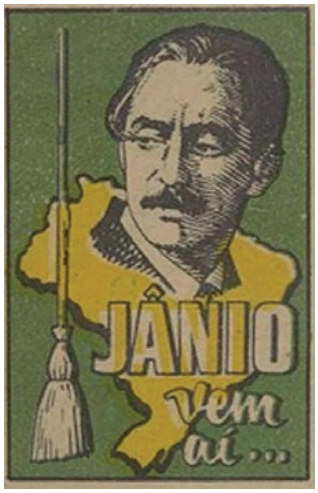
1. Com base no conceito de urbanismo moderno e nos princípios da Carta de Atenas, identifiquem, no projeto da cidade, os elementos que caracterizam a concepção moderna de urbanismo.
2. Após identificarem os elementos e as formas desse projeto, aprofundem o estudo sobre o que foi projetado para as superquadras da cidade e discutam se essa concepção de organização urbana tem implicações na vivência cotidiana dos cidadãos.
3. Considerando a história da construção da capital e o modelo desenvolvimentista que vigorou no período, vocês consideram que os objetivos de aproximar e facilitar a vida das pessoas em cidades projetadas sob a concepção modernista foram alcançados? Justifiquem.

De Juscelino a Jango

A década de 1960 no Brasil seguiu instável em razão do aprofundamento da radicalização política, em meio ao cenário internacional da Guerra Fria e das forças políticas que disputavam as perspectivas e ideias para o país. Juscelino encerrou o mandato com apoio popular, mas o país ficou com endividamento externo como resultado da política econômica.

Como contraponto a esse modelo, as forças conservadoras se aglutinaram em torno da candidatura do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, que, com o apoio da UDN, foi eleito presidente da República para o mandato 1961-1966.

Coleção particular



O cartaz da campanha de Jânio Quadros, em 1960, tinha como centro a vassoura, que representava a ideia de varrer e acabar com a corrupção, entre outros simbolismos de apelo popular.

Jânio vinha de uma carreira bem-sucedida em São Paulo, havia sido eleito em um pequeno intervalo de tempo vereador, deputado estadual, prefeito e governador, sucessivamente, qualificando-se para a candidatura presidencial.

Sua plataforma não negava as conquistas getulistas, contudo tinha como centro de estratégia um discurso anticorrupção, contra o desperdício de gastos públicos e a inflação. Consolidou-se, assim, a imagem populista de "salvador da pátria", aquele que com uma "vassoura" (símbolo de sua campanha presidencial) iria varrer toda a "corrupção".

Casos como o de Jânio Quadros nos ajudam a entender que as disputas e as narrativas do sistema político nacional já eram instáveis e imprevisíveis muito antes das grandes manifestações de 2013. Ao analisar as disputas políticas em diferentes contextos, como no período getulista e nos governos subsequentes, percebemos que a divergência e a instabilidade dos acordos e a multiplicidade de Cartas constitucionais são típicas, quase **perenes**.

A despeito de algumas experiências bem-intencionadas durante seu mandato, como tentativas de combate à inflação mediante austeridade fiscal, contenção de ajustes salariais e encaminhamento da renegociação de parte das dívidas internacionais do país, a instabilidade político-social e a insatisfação com os rumos da economia aumentaram. Em 25 de agosto de 1961, menos de sete meses após a posse, Jânio Quadros renunciou. Sabe-se que o presidente apostava no grande apoio popular; ele imaginava que seu pedido de renúncia não seria aceito pelo Congresso Nacional, uma vez que o vice-presidente, João Goulart, despertava enormes suspeitas junto aos setores conservadores.

A raiz autoritária do Estado brasileiro novamente se revelou, sobretudo na disputa em torno da legalidade ou não da posse do vice-presidente João Goulart, ou Jango, como era conhecido pelas camadas populares, pelo fato de ser herdeiro político de Getúlio Vargas.

Nesse contexto, a radicalização política se manifestou entre os que eram favoráveis e os que eram contrários à posse de Goulart. De um lado, estudantes, movimento sindical, trabalhadores urbanos e rurais, parte expressiva da intelectualidade e alguns segmentos da classe média. Do outro, grandes proprietários rurais, militares de alta patente, a maioria do empresariado e parte expressiva da classe média, todos atemorizados com o risco de esquerdização que o governo de Jango poderia representar. Essas questões foram a raiz da ditadura civil-militar de 31 de março de 1964 que derrubou o presidente.

GLOSSÁRIO

Perene: neste contexto, o que permanece, que segue acontecendo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Acervo/Folhapress



O presidente João Goulart (à esquerda) após receber a faixa de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e que assumiu interinamente a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Brasília (DF), 1961.

Desde a posse, em 1961, o governo João Goulart conviveu com crise financeira, política e institucional, além de amplas mobilizações dos setores populares organizados a favor de reformas, apoiadas por parte expressiva do movimento estudantil, de intelectuais e setores alinhados à esquerda, em oposição aos interesses de parte dos empresários, da classe média urbana, dos setores militares e dos meios de comunicação, entre outros, que combatiam o governo e denunciavam uma suposta ameaça comunista.

Um exemplo dessa radicalização no cenário político foram as Reformas de Base, cujo ponto central era a viabilização da reforma agrária.



C. Bosco/Acervo UH/Folhapress

Um dos momentos de mobilização popular em torno das Reformas de Base. Rio de Janeiro (RJ), 1964.

1. O que as pessoas da imagem estão fazendo?
2. Qual é a importância de reivindicar reformas em uma democracia? Justifique sua resposta.

As Reformas de Base, por sua vez, eram vistas de maneiras distintas pelos grupos em disputa naquele contexto. Havia setores que apoiavam mudanças sociais e econômicas nas questões fundiária, bancária, fiscal, entre outras. Setores contrários entendiam que essas mudanças eram uma ameaça à tradição, um plano autoritário de poder, e em nome da moralização política acusavam o governo de corrupção, tema novamente utilizado no país como justificativa para a quebra constitucional e democrática.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Pesquisas realizadas pelo Ibope às vésperas do golpe militar de 1964 mostram que João Goulart contava com forte apoio popular ao ser deposto. Uma delas apontou que 15% consideravam seu governo ótimo; 30%, bom; e 24%, regular. Para 16%, a administração Goulart era ruim ou péssima. Outra pesquisa em oito capitais, entre 9 e 26 de março, indicou que 49,8% dos entrevistados admitiam votar em Jango caso a Constituição fosse alterada e ele saísse candidato à reeleição.

O Ibope revelou que 59% dos entrevistados eram a favor das Reformas de Base anunciadas por Jango no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março. As medidas incluíam a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias e a encampação das refinarias estrangeiras. Em mensagem ao Congresso, o presidente havia proposto a reforma universitária e a reforma eleitoral, que daria direito de voto aos soldados e aos analfabetos.

POPULAÇÃO apoia Jango e as reformas. *In*: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. [*S. l.*], c2015-2017. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas. Acesso em: 13 ago. 2020.

GLOSSÁRIO

Agenda ufanista: reforço da agenda nacionalista de exaltação à pátria.

Habeas corpus: significa, literalmente, "apresente o corpo". Trata-se de uma garantia constitucional, que tutela a liberdade de locomoção das pessoas, sendo considerado uma norma cabível de ser aplicada sempre que alguém estiver sofrendo constrangimento ilegal no seu direito de ir e vir, quando estiver na iminência de sofrer tal constrangimento, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

1. Segundo os dados apresentados no texto, às vésperas do início da ditadura civil-militar de 1964, o presidente João Goulart contava com apoio popular? Justifique sua resposta com elementos do texto.
2. O que mobilizou os segmentos sociais contrários às Reformas de Base? Por quais razões se posicionaram contra as reformas?

Entre o final de março e começo de abril de 1964, uma articulação que envolvia setores da sociedade civil, militares, apoio internacional, sobretudo dos Estados Unidos, boa parte dos veículos de comunicação, entre outros articuladores, foi fatal à continuidade do Estado Democrático de Direito no Brasil. O país sofreu um golpe de Estado com inúmeras violações aos Direitos Humanos, incluindo tortura; fechamento do Congresso; articulação com governos autoritários vizinhos; uma **agenda ufanista**, desenvolvimentista e de modo geral ambígua; além de disputa interna entre os militares pela condução do processo.

Ditadura e democracia

A partir de 1964, o regime autoritário se instalou no Brasil novamente. A Constituição de 1946 foi extinta e substituída pela Carta Constitucional de 1967. O instrumento utilizado para transmitir um aspecto de legalidade em meio ao regime ditatorial foram os atos institucionais, utilizados fartamente pelo Poder Executivo para oficializar o Estado de exceção no Brasil, cujo ponto máximo ocorreu no final da década de 1960 e início da década de 1970.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi imposto ao país em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, e deu poderes ao presidente de suspender direitos políticos, cassar mandatos de quem exercia cargos eletivos, extinguir garantias legais, como o ***habeas corpus***, entre outras arbitrariedades. Essas medidas extremas do AI-5 contribuíram para a radicalização dos mecanismos de resistência, acelerando a formação de grupos que se dispunham a combater a ilegalidade do regime.

Podemos concluir que o modelo autoritário, a instabilidade política e as violações aos direitos democráticos foram comuns e presentes na região em meio ao contexto de disputa da Guerra Fria.

Precisamos compreender as conexões e o apoio de setores da sociedade civil brasileira, fundamentais para o entendimento do período. Também as razões de nos referirmos ao regime implantado no Brasil entre 1964 e 1985 como ditadura civil-militar deve ser esclarecido.


jornal da tarde
O ESTADO DE S. PAULO
As aventuras de um jornal que ia sair às ruas
BRASIL ENTRA NO 5.º ATO

Arquivo/Estadão Conteúdo

Capa do *Jornal da Tarde* de 13 de dezembro de 1968. Na noite de sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, o país entrou em nova [illegible] AI-5, uma vitória dos defensores da linha dura, a ditadura tornou-se, como observou o jornalista e escritor Elio Gaspari, "escancarada".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ditadura civil-militar ou ditadura militar

A partir da década de 2000, novas pesquisas no campo das Ciências Humanas ampliaram as interpretações sobre o regime ditatorial implantado no país em 1964. Elas se baseiam em elementos até então pouco considerados para compreender a complexa trama histórica desse passado recente. Tais estudos consideram novos objetos e fontes de pesquisa que buscam desnudar comportamentos sociais em regimes autoritários e argumentam que parte da sociedade brasileira compartilhava das ideias e dos valores do Regime Militar. Assim, em contextos diversos, esses estudos indicam que houve ações de indivíduos ou grupos sociais civis que colaboraram para o regime ditatorial ou o legitimaram. Em decorrência dessa perspectiva, a qual leva em conta que as decisões e ações dos militares que atuavam no governo eram aceitas por grupos sociais hegemônicos, como veículos da imprensa, alguns intelectuais e empresários e setores da Igreja Católica, cunhou-se o termo ditadura civil-militar. Essa corrente teórica propõe analisar as ambiguidades, as resistências, os consentimentos de grupos civis no processo de construção social do período de 1964 a 1985. Nessa linha de interpretação, destacam-se os trabalhos historiográficos de Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, entre outros.

Para o historiador Carlos Fico, embora o regime ditatorial tenha tido um caráter civil-militar, as decisões políticas tomadas ao longo da vigência da ditadura couberam aos militares, uma vez que eles controlavam o exercício do poder político. Ainda que diferentes, as correntes teóricas que estudam o tema atestam, com base em evidências científicas, que esse período recente da história do país correspondeu à vigência de um Estado de exceção, em que direitos individuais foram suprimidos por uma política de Estado que empreendeu perseguições, prisões, torturas e morte de opositores.

As conexões civis do regime ditatorial

As conexões civis naquele período devem ser consideradas no estudo do tema, para contrapor a falsa visão de que o golpe e os desdobramentos do regime de exceção foram impostos apenas por decisão dos militares. Importantes atores políticos, como Carlos Lacerda, governador da Guanabara, Ademar de Barros, governador de São Paulo, Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, o ex-presidente Juscelino Kubitscheck, o deputado federal Ulisses Guimarães, entre outros, apoiaram o processo no primeiro momento, mesmo que depois alguns deles, frustrados com a permanência dos militares no poder, tenham reconsiderado seu apoio ao regime ditatorial de 1964.

Movimentos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, reuniu consideráveis segmentos das elites e da classe média paulistana, inúmeros órgãos de imprensa e setores conservadores da Igreja Católica – todos esses movimentos também ajudaram a potencializar a ruptura democrática no país. A ideia inicial de combate ao regime nomeando-o apenas como "militar" deve ser reconsiderada, uma vez que a ditadura aqui instaurada procurou se legitimar sob o argumento de que com o "movimento de 1964" pretendia defender a democracia e impedir o surgimento de uma experiência socialista e autoritária.

Esse argumento é carregado até hoje de sentidos e significados distintos. Uma série de grupos segue defendendo o ocorrido pela premissa de que um golpe preventivo deveria ser instaurado para evitar que o país mergulhasse em um modelo comunista – o que não se sustenta ao analisarmos o contexto histórico do governo João Goulart. Outros denunciam os crimes e as práticas arbitrárias do regime. Finalmente, há aqueles que, embora o tenham apoiado integralmente, procuram se desvincular dessa experiência [illegible].

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Muitos apoiadores acreditavam que o regime ditatorial e a experiência autoritária implantada seriam de curta duração e imaginaram que tudo voltaria à normalidade democrática com a realização de novas eleições presidenciais.

Por outro lado, estudantes secundaristas e universitários, artistas, intelectuais e todos que se identificavam com os projetos reformistas de Jango resistiram de diferentes maneiras ao Estado de exceção.

Vamos conhecer a seguir alguns sujeitos, grupos e fatos sobre a ditadura civil-militar no Brasil.


O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891 - 1927)

ANO LXXXV — SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1964 — NUM. 27.253

Enquanto há liberdade

EUA insistem na libertação dos aviadores

Kadar diz ter o apoio do povo mas rejeita o sistema multipartidário

Chile: aumenta o desejo de união contra Allende

Adido comercial albanês expulso da Hungria

Negociações entre Somália e Etiópia

O preço dêste exemplar é 30 cruzeiros

A PARTIR DE HOJE
passe duas horas na hungria

EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DA HUNGRIA

CINEMA - ARTE POPULAR - PAISAGEM HÚNGARA - LIVROS - RESTAURANTE HÚNGARO

PARQUE IBIRAPUERA
PAVILHÃO DA BIENAL

20 DE MARÇO A 8 DE ABRIL - DAS 16 ÀS 22 HS. - FECHADA ÀS 2as. FEIRAS

Arquivo/Estadão Conteúdo

A imprensa teve um papel importante na preparação do regime ditatorial de 1964. Na fotografia, capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 20 mar. 1964, noticiando uma manifestação de caráter político, porém com forte viés conservador e religioso, realizada no dia anterior e que ficou conhecida por "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" como um movimento que defendia a ação militar. Tratou-se de um movimento que defendia uma intervenção militar, com extensa cobertura e apoio de parte da imprensa, revelando como esta atuou no processo de desestabilização do governo de Jango, sob o argumento de uma possível ameaça comunista.

Modelo de desenvolvimento, juventude, repressão e resistências

A retórica nacionalista, em meio ao modelo autoritário, foi usada como incentivo a inúmeros projetos divulgados no país em nome do interesse nacional. Essa ocupação de territórios gerou uma série de contradições e violações aos direitos da população, além do grande impacto social e ambiental causado por projetos como a Transamazônica, inaugurada em 1972, ainda inacabada e faltando vários trechos a serem asfaltados, e a rodovia Belém-Brasília, em 1974.



Arquivo CB/D.A Press

Trabalhadores no canteiro de obras da rodovia Transamazônica, c. 1970.

No período varguista, o comércio da borracha, de alcance internacional, produziu um grande fluxo migratório interno em busca de trabalho e riqueza. Contudo, esse desenvolvimento, em diferentes tempos, seguiu a lógica de uma ocupação estimulada pelo poder público, de viés imediatista, que produziu enorme quantidade de regiões e cidades com grande desigualdade social, prática de grilagem e violência contra indígenas e ribeirinhos.

Durante os regimes ditatoriais, havia órgãos do aparelho do Estado que eram controlados e coordenados por civis, o que reforça a tese de que os projetos ditatoriais sempre contaram com o apoio de amplos segmentos sociais, que forneceram quadros técnicos responsáveis pela gestão de determinados setores da economia.

Embora a repressão continuasse a se aprofundar no país, sobretudo a partir do AI-5, a economia cresceu e avançou em diversos setores, enquanto o processo inflacionário foi controlado durante algum tempo. O rigoroso arrocho salarial foi um dos pilares do que se convencionou denominar "milagre econômico", mais precisamente entre 1969 e 1973, quando o PIB apresentou crescimento significativo.



Acervo/Folhapress

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Sindicalistas durante protesto contra arrocho salarial. São Paulo (SP), 1968.

Por outro lado, muitos entendem que o "milagre" teve um alto preço, uma vez que ampliou a concentração de renda e aumentou a dívida externa. A fragilidade do modelo foi percebida em meio à crise global do petróleo, em 1973, que expôs a vulnerabilidade da política desenvolvimentista do período e levou o regime a iniciar a última década enfraquecido, o que facilitou a transição para a volta da democracia.

O Serviço Nacional de Inteligência (SNI), responsável pelo controle da informação, o Centro de Informações do Exército (Ciex), a Operação Bandeirante (Oban), entre vários outros, eram organismos formados para combinar e articular a coleta de informações, operações e interrogatórios, com o objetivo de aprofundar a repressão e o controle do regime sobre os diversos atores sociais que o questionavam. Ressalte-se que boa parte deles contou com o financiamento do setor privado para suas operações, o que corrobora o apoio civil ao governo, no âmbito nacional e internacional.

A juventude desse período, assim como a sociedade em geral, circulava e vivenciava diferentes realidades nos espaços urbanos, valendo-se de uma extensa rede cultural que se formava. Festivais de música transmitidos em rede nacional com grande público, peças de teatro, cinema, mobilização estudantil, entre outros eventos, sinalizavam o aumento da insatisfação e o desejo por mudanças.



Claudemiro/Acervo UH/Folhapress

Apresentação de Gilberto Gil e Os Mutantes durante o 3º Festival de Música Popular Brasileira. São Paulo (SP), 1967.

O caminho para a redemocratização

A transição para a redemocratização foi fundamentada na ideia de que a abertura política deveria ser "lenta, segura e gradual". A luta e o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita representou uma das etapas desse processo. As manifestações e a insatisfação contra o regime aumentaram e ganharam fôlego a partir do final dos anos 1970, alcançando diversos segmentos da vida pública nacional.

No entanto, assim como no contexto final do Estado Novo, também na transição da ditadura civil-militar para o regime democrático verificou-se o que o professor Daniel Aarão Reis Filho denominou de "transição transicional (por ter sido longa) e transacional (baseada em negociações)".

Os movimentos por liberdade democrática se ampliaram para setores organizados, como os sindicatos, e se traduziram em diversas greves de trabalhadores. Na mesma época, surgiu o Movimento Negro Unificado, com uma pauta que denunciava a repressão e o racismo estrutural da sociedade brasileira. Também na década de 1970, mais precisamente em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia mobilizou intelectuais e artistas [illegible], além de alguns meios de comunicação, entre outros grupos, que buscaram e conquistaram avanços significativos: o fim do AI-5, em 1978, e a anistia, em 1979, que garantiu o retorno de exilados e a libertação de presos políticos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Ademir/Folhapress

Integrantes da Marcha do Movimento Negro Unificado. São Paulo (SP), 1979.

O Movimento Negro Unificado (MNU, na década de 1970), de modo similar à Frente Negra (década de 1930), buscou denunciar os crimes da ditadura civil-militar, particularmente os cometidos contra a população negra, mobilizando-se contra o racismo velado que ainda hoje é encontrado no Brasil e em diversos países, como se pode constatar pelas manifestações políticas ocorridas em 2020 em nosso país, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, mesmo em plena pandemia da covid-19.

Quando estudamos as violações e a violência que caracterizaram a formação social e histórica do país, percebemos o desafio de buscar soluções para evitar a repetição de erros contra os direitos e a dignidade do ser humano. O futuro está aberto e em disputa para que outro mundo seja possível por meio do estudo, do protagonismo e da organização política dos jovens estudantes do século XXI.

Vivenciar a política

Imaginar a política e participar de debates e disputas de ideias não precisa ocorrer, necessariamente, por meio de instituições. Há inúmeras formas de participação em nosso tempo que são facilitadas e estimuladas pelo avanço das plataformas e dos recursos de comunicação. Atualmente, redes de ativismo, candidaturas coletivas, grupos autônomos, entre outras possibilidades, são parte das disputas e das novas formas de pensar e praticar a política. Muitos jovens se informam pelas redes sociais, em canais que consideram criativos e passam a segui-los, buscando notícias e informações disponibilizadas nesses meios e que criam outras possibilidades.

Essa nova realidade, por sua vez, gerou uma série de debates em torno da qualidade do que buscamos para nos informar, incluindo a criação de "bolhas" nas redes, nas quais as pessoas só escutam e acompanham o que consideram de seu interesse e não veem opiniões diferentes, além da profusão de informações falsas, um fator que acrescenta complexidade ao tema.



lev radin/Shutterstock.com

Jovens se reúnem em manifestação contra as mudanças climáticas. Nova York, Estados Unidos, 2019.

1. Onde você pesquisa sobre política quando acessa a internet e, especificamente, as redes sociais?
2. Por que é importante buscar olhares divergentes e fontes confiáveis sobre temas da política no cotidiano?

Acreditamos que, após transitar pelos dois percursos e entender como ocorreram a configuração e as diversas reconfigurações do Estado Nacional brasileiro, desde sua formação – no já longínquo ano da Independência política (1822) –, compreender as tentativas de viabilizar regimes democráticos e os contextos históricos que levaram às rupturas institucionais, além dos processos de redemocratização que se seguiram a elas, você pode perceber que a política está presente tanto nas instituições, como no Estado, quanto nas relações que estabelecemos com nossa cidade, família, amigos, na escola e em demais lugares, entre outros espaços de negociação e disputas que caracterizam as relações políticas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

#Ficaadica

Acervo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Acervo com imagens, vídeos e material audiovisual em geral sobre a ação e o funcionamento do DIP durante a ditadura do Estado Novo. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip. Acesso em: 13 ago. 2020.

Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Reportagem que aborda o contexto do Estado Novo em relação aos imigrantes de diversas nacionalidades, perseguidos no período, e a relação entre esses grupos. Disponível em: https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/. Acesso em: 13 ago. 2020.

Memorial da Democracia. Página com um panorama geral sobre a perspectiva desenvolvimentista entre os governos Vargas, JK, Jango e a ditadura civil-militar. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/nacional-desenvolvimentismo. Acesso em: 13 ago. 2020.

Memórias da Ditadura. Acervo digital com imagens, artigos, reportagens, áudios e demais referências sobre o período da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/. Acesso em: 13 ago. 2020.

O ano em que meus pais saíram de férias, de Cao Hamburger (110 min). Filme que aborda o cotidiano de uma criança em meio ao contexto da ditadura civil-militar e o envolvimento de seus pais na resistência.

Prática de pesquisa

Futebol e política em tempos de autoritarismo

Existe relação entre futebol e política? "Homem do povo" e "apaixonado por futebol" eram algumas das formas pela qual a imprensa da época do Regime Militar tratava o presidente Médici.

A vitória da seleção brasileira sobre a seleção italiana na Copa do Mundo de Futebol em 1970 foi bastante explorada pela propaganda de seu governo em *slogans* do tipo "Ninguém segura este país" ou "Brasil; ame-o ou deixe-o".

Nesta prática de pesquisa, você fará um levantamento de fontes que demonstram e aprofundam a relação entre a ditadura civil-militar brasileira, que durou de 1964 a 1985, e o futebol. Em seguida, você será convidado a traçar paralelos entre esse período e a atualidade. Depois, em um encontro na escola, vai expor suas conclusões e debatê-las com a comunidade.

- Organização: grupos de 3 a 4 estudantes.
- Duração sugerida: 4 aulas.
- Material: computador com acesso à internet; vídeos; livros; caderno; papel; caneta e lápis.

Leiam e pesquisem

Forme um grupo com três colegas. Acessem as fontes indicadas a seguir e pesquisem o contexto dos anos 1960 aos 1980 e as relações entre o Regime Militar e o futebol.

- **A taça é nossa: futebol e identidade brasileira na ditadura militar**, de Eduarda Goldstein, Emelly Duarte e Nicoli Tassis. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-2013-historia-do-jornalismo/a-taca-e-nossa-futebol-e-identidade-brasileira-na-ditadura-militar/view. Acesso em: 13 ago. 2020.
- **Anistia ampla, geral e irrestrita: um estudo sobre a relação entre futebol, luta pela anistia e torcidas organizadas**, de Isabel L. Berté. No *site* em que se encontra a matéria (Ludopédio), é possível encontrar inúmeros documentos visuais e textos comentados sobre o tema "futebol em tempos de ditadura civil-militar". Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/anistia-ampla-geral-e-irrestrita-um-estudo-sobre-relacao-entre-futebol-luta-pela-anistia-e-torcidas-organizadas/. Acesso em: 13 ago. 2020.

Depois, com a ajuda do professor, tomem nota dos seguintes pontos:

- o que cada autor buscou expressar;
- como cada material abordou a relação entre futebol e ditadura civil-militar;
- se expuseram uma visão ou visões sobre o Brasil e o futebol;
- se a visão de cada autor diverge ou converge.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Comparem!

Pensem em momentos, nos dias atuais, em que futebol e política se encontraram. Vocês podem considerar a candidatura de ex-jogadores, o apoio de jogadores ou clubes a políticos ou a postura coletiva e organizada de diversas torcidas. Comparem essas atuações com as pesquisadas no período da Ditatura Civil-Militar:

- relacionem política com futebol nos casos estudados, de acordo com as fontes analisadas;
- levantem uma hipótese que explique essas relações no passado e no futuro, fundamentada na análises das fontes que vocês fizeram.

Compartilhem!

Organizem, com o professor e os colegas, uma exposição temática para apresentar as análises e conclusões do grupo. Vocês podem preparar cartazes com as imagens icônicas que encontraram ou apresentar músicas e vídeos em espaços nos quais possam ser assistidos por pessoas da escola e da comunidade.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Durante o Estado Novo, as estratégias de propaganda buscavam alcançar efeitos por meio de um discurso ufanista e personalista em torno da figura de Getúlio Vargas. Explique a importância da propaganda nesse contexto e dê exemplos de ações do governo no período.
2. Com base em seus estudos, quais elementos simbólicos eram utilizados pelo governo durante o Estado Novo? Justifique a resposta exemplificando com materiais ou órgãos que ajudavam a disseminar o apoio ao governo.
3. Quais elementos caracterizam o debate sobre o conceito de populismo no Brasil, segundo a filósofa Marilena Chauí?
4. No governo de Juscelino Kubitschek foi implantado um modelo de desenvolvimento considerado nacional e desenvolvimentista. Explique esse modelo destacando os avanços e limites dos projetos executados naquele período.
5. Retome e explique as causas que deram origem à ditadura civil-militar de 1964.
6. Quais são os três poderes do Estado brasileiro? A quem cabe exercê-los no nível federal?
7. Considere os textos e as imagens e siga as etapas.

Etapa 1

Com base na análise das imagens, pesquise informações sobre os Festivais da Canção e da Jovem Guarda, escolha alguns artistas, identifique as influências estéticas e musicais deles e analise os temas de suas músicas.

Etapa 2

Prepare um material para exposição que apresente o cenário musical e fotografias dos jovens daquele período, com discussão sobre as músicas e letras em um contexto contra a repressão. Em seguida, discuta com a turma, com a mediação do professor, se a arte deve obrigatoriamente ser engajada em períodos de autoritarism

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Dirceu Leme/O Cruzeiro/EM/D.A Press

A cantora Nara Leão durante apresentação da música "A Banda", no I Festival Internacional da Canção. Rio de Janeiro (RJ), 1966.

Texto 1 – Festivais da Canção revolucionaram a MPB

Os Festivais da Canção, que tiveram seu auge no fim dos anos 1960, foram eventos musicais que possuíam um apelo similar a uma final de Copa do Mundo dos dias de hoje, tamanha a mobilização da população que, literalmente, vestia a camisa de seu cantor e/ou música preferida, comportando-se como um verdadeiro torcedor.

Em abril de 1965 foi realizado o primeiro festival de música popular brasileira transmitido pela TV Excelsior, em São Paulo.

Devido ao sucesso retumbante, a emissora promoveu, no ano seguinte, a segunda edição do evento, novamente cercado de pleno êxito. [...] Em 1967 foi realizado o III Festival de Música Popular Brasileira, pela TV Excelsior, a versão mais famosa de todas, que revelou vários novos compositores e intérpretes que acabaram escrevendo um pouco da história da música brasileira, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Elis Regina.

FESTIVAIS da canção. *In*: MÚSICA BRASILIS, [*S. l.*], 2009. Disponível em: https://musicabrasilis.org.br/temas/festivais-da-cancao. Acesso em: 13 ago. 2020.

Texto 2 – A "Jovem Guarda" e o protagonismo juvenil

A Jovem Guarda foi um movimento cultural dos anos 1960 e que mudou o comportamento dos jovens da época. Foi iniciado a partir de um programa de televisão [...] e tinha como apresentadores os cantores Erasmo Carlos, Wanderléia, Roberto Carlos. Como estilo musical, a Jovem Guarda sofreu influências do *rock and roll* e do *soul* e se inspirava nas músicas de Elvis Presley, Rolling Stones e Beatles.

Apesar de muito popular entre os jovens da periferia, a Jovem Guarda não era bem vista pelos críticos musicais por considerá-la com rimas e melodias pobres, além de alienantes. Mesmo assim, o movimento tornou-se um dos mais populares do Brasil e influenciou outros gêneros musicais.



Kanai/Acervo UH/Folhapress

Wanderléa, Erasmo Carlos e Roberto Carlos, integrantes da Jovem Guarda, durante *show* de comemoração do aniversário de Roberto Carlos. São Paulo (SP), 1967.

JOVEM Guarda. *In*: EDUCA MAIS BRASIL. [*S. l.*], c2020. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/jovem-guarda. Acesso em: 13 ago. 2020.

8. Utilize o texto e as imagens a seguir na resolução da atividade.

Na atualidade, Brasília se insere numa região metropolitana complexa, a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal e Entorno. Quanto à sua população, as classes alta e média vivem predominantemente no bem planejado Plano Piloto, enquanto a classe média baixa e os pobres habitam as antigas cidades satélites (hoje regiões administrativas) e uma constelação de municípios localizados em Minas Gerais e Goiás. Moradias precárias e congestionamentos de trânsito causados pelos movimentos pendulares entra as cidades são frequentes.



Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Vista aérea do Eixo Monumental com Torre de TV à direita, Fonte Luminosa e Lago Paranoá ao fundo. Brasília (DF), 2013.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Comunidade Estrutural, favela construída sobre um lixão. Brasília (DF), 2011.

Em que medida o Distrito Federal, do urbanista Lucio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer (um socialista), hoje se distancia dos ideais modernistas e sociais com que foram concebidos originalmente? Justifique.

UNIDADE 3



Lilo Clareto

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL?



Uma das ilhas do Rio Xingu, desmatada e queimada para o enchimento do lago da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Altamira (PA), 2015.

1. A imagem retrata uma cena violenta? Por quê?
2. Qual é a relação entre desenvolvimento e problemas ambientais?
3. Em seu cotidiano, você consegue identificar e combater alguma forma de violência?

Na BNCC

Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1, 3, 5 e 6 e as habilidades EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS602, EM13CHS606.

Retrato de uma realidade

Delfim Martins/Pulsar Imagens



Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o Rio Xingu ao fundo. Vitória do Xingu (PA), 2014.

A fotografia de abertura desta unidade mostra uma família observando, de dentro de um rio, o fogo em uma ilha fluvial amazônica. O fogo era decorrente das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, bacia hidrográfica amazônica, no Pará, em 2015. A construção dessa usina, em debate no Brasil desde a década de 1980, gerou (e continua gerando) muitos conflitos socioambientais.

Uma fotografia, porém, é o retrato de um instante. Revela detalhes ricos de uma cena, mas pouco nos informa sobre o contexto que a envolve. Assim, à primeira vista, podemos dizer que se trata de mais um retrato do progresso e do desenvolvimento econômico brasileiro, que se aproveita dos recursos hídricos abundantes na Amazônia para a geração de energia limpa e renovável. Por outro lado, podemos descortinar séculos de conflito socioambiental no Brasil.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Para muitos estudiosos do assunto, o avanço do Estado brasileiro sobre as populações tradicionais e indígenas amazônicas é também uma forma de violência. Por um lado, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte proporcionaria energia para milhões de cidadãos e empresas. Por outro, grupos indígenas viam nela uma ameaça ao equilíbrio ambiental de sua região e, em alguns casos, viam-se pressionados a deixar seus territórios ancestrais.

A construção dessa usina fez com que o município de Altamira crescesse vertiginosamente em pouquíssimo tempo, atraindo imigrantes e absorvendo a mão de obra para o empreendimento. Municípios amazônicos costumam ser muito afetados pela construção de hidrelétricas, pois a chegada de novos habitantes causa impacto nos serviços públicos e na disponibilidade de moradias. Ocorrem também impactos culturais e tensões sociais.

Ao término da obra, o desemprego aumentou. Como havia uma crise econômica no país, eram escassas as oportunidades de trabalho em outras regiões. Logo, os índices de violência saltaram. Em 2017, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Altamira registrou um índice de 113 homicídios a cada 100 mil habitantes, o segundo maior do Brasil.

O mesmo estudo revelou que o índice de homicídios cresceu 329% no Pará entre 1996 e 2017. A violência está relacionada às consequências da construção da Usina de Belo Monte, à crise socioeconômica e aos intensos conflitos fundiários numa área de desflorestamento da Amazônia.

Em defesa do meio ambiente

Defender o meio ambiente é uma missão arriscada na América Latina. Ameaças e assassinatos são comuns na disputa por territórios e, não raro, os crimes sequer são registrados. Para apresentar o panorama de sete países da região – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México e Peru –, um grupo de 30 jornalistas mapeou quase 1 400 episódios de violência cometidos nos últimos dez anos contra líderes ambientais e suas comunidades, e apenas 50 (3,68%) tiveram sentenças judiciais.

[...]

Editor do *site* InfoAmazonia, Gustavo Faleiros destaca que os principais alvos de ataques são indígenas e quilombolas, e não ambientalistas, fragilizados pela falta de clareza institucional sobre a gestão de bens naturais.

Fábio Nascimento



Placa da Fundação Nacional do Índio (Funai) crivada de balas, no limite da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, onde foram registrados ataques e intimidações à comunidade local. Fotografia de 2019.

– São pessoas caçadas, expulsas de suas casas, porque a posse de sua terra não é reconhecida – lamenta o jornalista, que integrou a equipe responsável pelo levantamento. – A crise econômica acirrou a corrida pelo ouro e o tráfico de minerais. Além disso, vimos que o conflito fundiário tem relação direta com o desmatamento.

GRANDELLE, Renato. Pesquisa identifica mais de 1 300 casos de violência contra defensores do meio ambiente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jun. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-identifica-mais-de-1300-casos-de-violencia-contra-defensores-do-meio-ambiente-23752917. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Observe a imagem que acompanha a notícia. Como ela ilustra as informações do texto?
2. Segundo [illegible] da violência no campo brasileiro?
3. A notícia co[illegible] dos casos de violência no campo tiveram sentenças judiciais. Em sua opinião, a que podemos atribuir a impunidade dos crimes praticados no campo?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A violência no Brasil, seja relacionada ao meio ambiente, seja às pessoas, é, infelizmente, uma marca em diferentes tempos e espaços. Como veremos nesta unidade, no campo ou na cidade diversos aspectos violentos distinguem muitas gerações. Situar o Brasil em um contexto maior, comparando os processos que ocorrem aqui com outros países do mundo é fundamental para construirmos um olhar mais aprofundado. Afinal, os conflitos socioambientais não são exclusividade nossa.

E para você, o que é violência? Existem formas sutis de violência? Qual é o limite de exploração da vida humana e dos recursos naturais necessários para garantir o desenvolvimento econômico? O que pode ser feito em busca de uma sociedade menos violenta e ambientalmente mais sustentável?

Não há respostas simples para essas questões e tantas outras que se desdobram delas. Nesta unidade, nossa proposta é desenvolver um olhar aprofundado para as questões que envolvem violência e meio ambiente, no Brasil e no mundo, de modo a lhe dar ferramentas para que você se posicione criticamente diante dos dilemas que sua geração enfrenta.

PERCURSO 5

Conflitos entre desenvolvimento e preservação

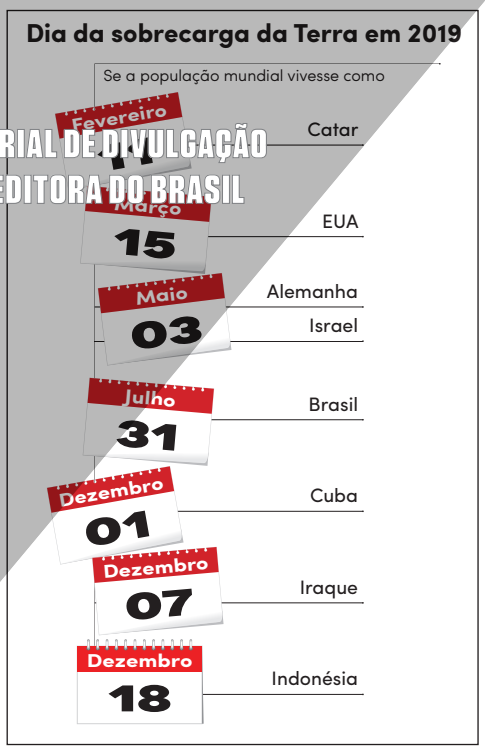
Como vimos na atividade de abertura desta unidade, a questão ambiental está imbricada à história do Brasil. Os séculos de ocupação de nosso território e o avanço das atividades econômicas pela vegetação original foram ocasionando feridas que continuam abertas. Além dos biomas ameaçados, os povos indígenas e os povos tradicionais também sofrem com esse avanço. Nesse contexto, políticas públicas passaram a ser desenvolvidas com o objetivo de diminuir os impactos ambientais e sociais de empreendimentos.

A questão ambiental, como veremos neste percurso, não é uma exclusividade do Brasil. Em diferentes épocas e países, a urgência de encontrar alternativas sustentáveis ao desenvolvimento tem pautado a agenda política do século XXI.

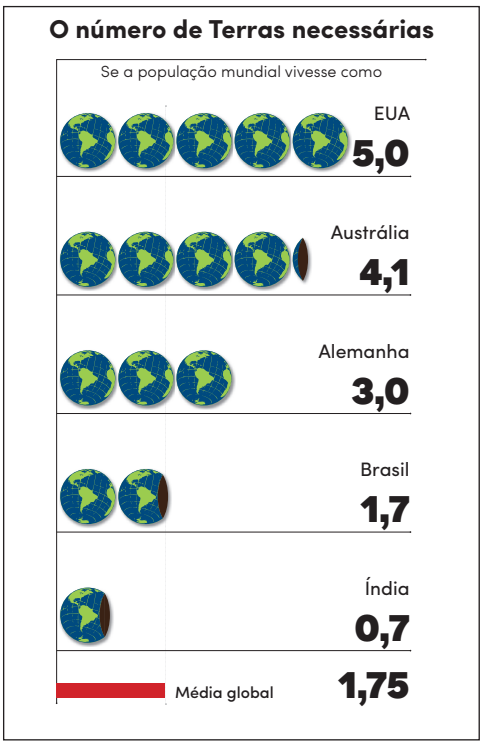
A Global Footprint Network é uma instituição formada por um grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva, localizada nos Estados Unidos. Em uma série histórica que vem sendo feita desde 1970, ela é responsável por monitorar os recursos naturais ainda disponíveis no planeta.

Por meio do cálculo da pegada ecológica – que contabiliza uma média da quantidade de recursos naturais usada para suprir as necessidades de uma população –, o instituto passou a alertar a população sobre o Dia da Sobrecarga da Terra a cada ano. Trata-se do dia do ano a partir do qual usamos os recursos naturais do planeta além de sua capacidade de reposição.

Em 29 de julho de 2019, a instituição afirmou que a humanidade entrou "no vermelho" – ou seja, a partir dessa data até o último dia do ano usamos os recursos naturais além da capacidade que a Terra teria de nos repor. Desde o início dessa medição, a cada ano estamos antecipando esse dia no calendário anual.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Fonte: HUMANIDADE já esgotou os recursos renováveis de 2019. *Deutsche Welle*, Berlim, 29 jul. 2019. Disponível em: https://p.dw.com/p/3MuVT. Acesso em: 4 ago. 2020.

1. Em sua opinião, por que o Dia da Sobrecarga da Terra é atingido por cada país em uma data diferente do ano?
2. Segundo as imagens anteriores, qual seria o risco ao planeta se todos adotássemos o modo de vida igual à média dos estadunidenses?
3. Como diz o texto, a Global Footprint Network propõe uma espécie de calculadora para mensurar o impacto de nosso modo de vida sobre os recursos naturais finitos da Terra. Se você fosse responsável por elaborar os critérios de investigação dessa pegada ecológica, quais informações você julgaria mais relevantes?
4. Você considera que sua pegada ecológica é compatível com o ritmo de renovação dos recursos da Terra?

A questão ambiental em diferentes tempos e espaços

A história da humanidade pode ser compreendida também como a história do domínio do ambiente natural por parte dos seres humanos. O conhecimento das dinâmicas naturais (como cheias de rio e as estações do ano) e da distribuição de recursos naturais (solos férteis, minerais, animais, entre outros) acompanhou nossa espécie desde os primórdios e continua acompanhando. Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que o conhecimento sobre o meio ambiente, portanto, é tão antigo quanto a própria história humana.

Muitos exemplos mostram que agrupamentos humanos tiveram desafios no equilíbrio ambiental de seus territórios e na gestão dos recursos naturais em diferentes contextos históricos. Séculos antes do desenvolvimento urbano e industrial capitalista (que, como veremos, gerou grandes desafios ambientais à atual geração), por exemplo, sociedades inteiras colapsaram ambientalmente, como a população rapanui, da atual Ilha de Páscoa, e os maias, que habitavam territórios da América Central.

Cientistas de diversas áreas buscam analisar vestígios de imponentes civilizações antigas para compreender as razões desses declínios. Os estudos interdisciplinares mais recentes apontam que algumas razões de caráter ambiental podem ter disparado crises sociais e econômicas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Lisa Strachan/Shutterstock.com

Estátuas *moai*. Ilha de Páscoa, Chile, 2007.



DarthArt/iStockphoto.com

Ruínas antigas em Palenque, México, 2007.

A Ilha de Páscoa, conhecida atualmente pelas ruínas dos *moais* (imagem à esquerda), é um dos inúmeros exemplos de declínio de uma sociedade. Ela chegou a ter milhares de habitantes e uma pujante sociedade, mas viu sua população reduzir drasticamente a partir do século XV devido à escassez de recursos naturais. Alguns estudiosos ainda afirmam que a introdução de ratos trazidos nos navios dos europeus, a partir do século XVI, tenha aumentado ainda mais o desequilíbrio ambiental na ilha. A civilização maia, representada na imagem à direita, também

começou a entrar em declínio alguns anos antes do contato com os espanhóis no final do século XV. Pesquisas recentes ligadas à **paleoclimatologia** apontam severas secas como causa importante para explicar o início dessa decadência.

Apesar das experiências de crises ambientais no passado, vivemos na história contemporânea um elevado grau de desequilíbrio entre o consumo e a renovação dos recursos naturais, o que ameaça as futuras gerações em escala global. Nosso atual modelo de desenvolvimento econômico – que se intensificou a partir do século XIX – tem se consolidado em âmbito global e não parece dar muitos sinais de mudança brusca de rumo, apesar das crises econômicas e ambientais que se ampliaram nesse período.

Natureza e cultura

Estudar a questão ambiental irremediavelmente nos leva a uma pergunta: O que é natureza? O modelo de desenvolvimento econômico, cultural e científico ocidental vem apontando uma distinção entre o que é cultural e o que é natural; como se fossem duas categorias distintas e "separáveis".

Natureza e cultura, entretanto, são conceitos complementares e, se existem distintamente, só o fazem em sua **intrínseca** relação. O que chamamos de natureza, por si só, já é uma abstração humana e, portanto, fruto de nossa cultura. Se a concepção de natureza é uma manifestação cultural, ela varia no tempo e no espaço: diferentes sociedades atribuem significados distintos à natureza. **Cosmogonias** do passado e do presente indicam diferentes formas na concepção de natureza.

Na imagem abaixo, vemos uma representação da cosmogonia egípcia. A deusa Nut aparece como uma gigantesca figura feminina com o corpo coberto por estrelas, representando o céu. Arqueada ela envolve sob seu corpo outros deuses, representando a terra, o ar e alguns elementos naturais. O Sol e a Lua, representados na área externa, aparecem viajando em barcas – remetendo à alternação entre o dia e a noite. Seres com características antropozoomórficas – cabeças de animais e corpos humanos – também são comuns em representações egípcias.



G. Dagli Orti/De Agostini Picture Library/Bridgeman Images/Fotoarena

Detalhe do sarcófogo de Butehamon (escriba real da necrópole de Tebas) representando a criação do mundo. Séculos XI-X a.C.

A sacralização dos elementos da natureza aparece ainda em diversas outras culturas, que se desenvolveram antes e depois da civilização egípcia. O Rio Ganges, que atravessa parte do território da Índia, é um elemento sagrado para a cultura hindu, sendo considerado a morada da deusa Ganga. Em suas águas, os devotos oferendam flores, comida e mergulham em datas sagradas. Atualmente, o Ganges está bastante poluído, sobretudo às margens de cidades industriais do país. O governo indiano apresentou um plano bilionário para limpeza e preservação do rio, mas ainda não conseguiu implementá-lo.

GLOSSÁRIO

Cosmogonia: conjunto de histórias, narrativas e mitos relacionados à concepção de criação de mundo e ao funcionamento do cosmos, típicos de determinadas culturas.

Intrínseco: aquilo que faz parte da essência de algo; inerente.

Paleoclimatologia: ciência que estuda o passado climático do planeta. Para isso, parte da análise de vestígios naturais (chamados tecnicamente de proxies) que ajudam a compreender as condições climáticas do passado. Esses vestígios costumam ser encontrados em anéis de árvores, testemunhos de gelo, sedimentos de lagos, fósseis, rochas, entre outros.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Cultos ligados ao candomblé no Brasil também atribuem significado sagrado a muitos elementos da natureza, como rios, mares, florestas e montanhas. Os orixás são muitas vezes associados a elementos naturais, e os adeptos da religião costumam fazer oferendas em dias considerados sagrados.

Iemanjá, que no idioma iorubá significa "mãe cujos filhos são peixes", é um orixá feminino do panteão iorubá e divindade muito cultuada nos centros de umbanda e candomblé no Brasil. Ela está associada às águas do mar, e no dia 2 de fevereiro muitos adeptos das religiões de matrizes africanas e mesmo simpatizantes comemoram o dia oferecendo-lhe flores e presentes, que são ofertados ao mar.



André Toma

Representação de Iemanjá.Segundo o Censo Demográfico de 2010, 588 797 brasileiros se declararam adeptos da umbanda, candomblé e religiões afro-brasileiras.

Análise

Respeito à natureza

Ideias para adiar o fim do mundo

O dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para poderm[illegible] formas de organização (com toda essa pressão externa). [...]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Devía[illegible]mo uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser. Esse contato com outra possibilidade implica escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como "natureza", mas que por alguma razão ainda se confunde com ela. Tem alguma coisa dessas camadas que é quase-humana: uma camada identificada por nós que está sumindo, que está sendo exterminada da interface de humanos muito-humanos. Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 21, 33-34.

1. Como a visão de natureza do povo krenak difere da visão dos economistas com base na análise do autor do texto?
2. Como o autor do texto apresenta sua concepção de natureza? Qual aspecto da relação entre sociedade e natureza ele critica?
3. Tendo como base nossas discussões neste percurso e os argumentos desse texto, o que você entende pelo "fim de mundo", mencionado no título do texto?

Antropocentrismo: a natureza a serviço do ser humano

Antropocentrismo é uma concepção filosófica que situa e explica o ser humano como centro do Universo e, ao mesmo tempo, segundo a qual tudo o mais deve estar ordenado e a ele subordinado.

GLOSSÁRIO

Hegemônico: dominante; que lidera ou exerce supremacia.

O atual modelo de desenvolvimento econômico se iniciou no século XVI, tornando-se **hegemônico** e global a partir do século XIX, com maior intensificação no século XX. As mudanças econômicas e políticas que o mundo viveu foram também mudanças culturais. A visão de mundo – e, portanto, do que é natureza – foi se alterando.

Durante o século XIX, no auge da Segunda Revolução Industrial e do avanço do imperialismo europeu sobre a África, Ásia e Oceania, a natureza era vista pelos ocidentais como sinônimo de atraso. A associação dos povos tradicionais africanos, que viviam outra relação com o ambiente natural, ao atraso e à selvageria era muito comum à luz do desenvolvimento científico da época. A visão cartesiana e antropocêntrica, disseminada nesse contexto, opunha a ideia de civilização à natureza. A imagem a seguir é uma ilustração feita por um alemão retratando a visão europeia sobre o continente africano. Qual visão esse artista tinha da África? Há um vilão? Por que ele seria considerado assim?



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Roger-Viollet/Glow Images

Ilustração de Wellner intitulada "A África pesa sobre o resto da Europa", publicada pelo jornal alemão *Lustige Blätter*, em 1896.

Além disso, intensificou-se um olhar econômico e estratégico sobre a natureza. A expansão territorial europeia avançou sobre os territórios africanos e asiáticos, buscando recursos naturais às suas indústrias (o látex no Congo Belga; a mineração e a instalação de *plantations* monoculturas em substituição à mata nativa em tantos outros países). A natureza passou a ser vista como objeto a ser dominado e, nessa ótica, deveria servir, sobretudo, ao desenvolvimento econômico.

No decorrer do século XIX e principalmente no início do XX, esse modelo de desenvolvimento foi se mostrando incompatível com o equilíbrio ambiental. Assim, as grandes cidades europeias e estadunidenses começavam a apresentar problemas como poluição e trânsito.

Nesse contexto, surgiram os primeiros discursos de valorização dos ambientes naturais, em certo contraponto às concepções cartesianas até então presentes, e discussões que levariam ao surgimento das primeiras áreas de preservação, como veremos mais adiante neste percurso.

Análise

Preservar e compreender

No texto a seguir é citado o filósofo alemão Joseph Schilling. Ele defendia a ideia de que os seres naturais devem ser pensados e observados tendo em vista as próprias características e desenvolvimento específicos, e não em função de critérios propostos por outros seres. Essa postura filosófica – bastante comum na primeira metade do século XIX – influenciaria a defesa da construção de novos paradigmas que fariam da observação e da preservação da natureza critérios importantes para a compreensão do mundo pelos seres humanos. Leia o texto com atenção.

Olhar filosófico: a natureza deve ser compreendida por ela mesma

No século XIX, começa a haver uma mudança gradativa nas abordagens filosóficas sobre as relações entre os seres humanos e o restante do mundo natural. Trata-se da tendência cada vez mais crescente de superar o pensamento medieval e renascentista de que o mundo havia sido organizado em função dos interesses e desejos dos seres humanos. Era comum no século XVI, por exemplo, classificar os cogumelos em mortais ou não mortais para os seres humanos. Nenhuma característica específica destes seres era levada em conta, a não ser na relação direta com os seres humanos.

O filosofo alemão Joseph Schilling (1775-1854), em sua obra *Proposições consecutivas para a Filosofia da natureza*, afirma que "A natureza é pura e simplesmente ativa, se em cada um de seus produtos estiver o impulso para o desenvolvimento infinito".

PECORARO, Rossano. *Os filósofos*: clássicos da Filosofia. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 107.

1. Segundo o texto, qual foi a contribuição do filósofo Joseph Schilling na mudança de perspectiva em relação ao olhar filosófico sobre a natureza?

A emergência da questão ambiental

No início do século XX, diversos ambientes naturais começaram a revelar desequilíbrios de grandes proporções. Os impactos ambientais passaram a ter dimensão global, o que suscitou amplos debates, e a busca por soluções para eles começou a ocorrer [illegible] internacional.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



akg-images/Album/Fotoarena

Eugen Bracht (1842-1921). *Hermannshütte perto de Hörde*, 1907. Óleo sobre tela, 1,12 m × 1,22 m. Um dos primeiros pontos trazido pela Revolução Industrial, com reflexos no meio ambiente, foi a relação do ser humano com a natureza.

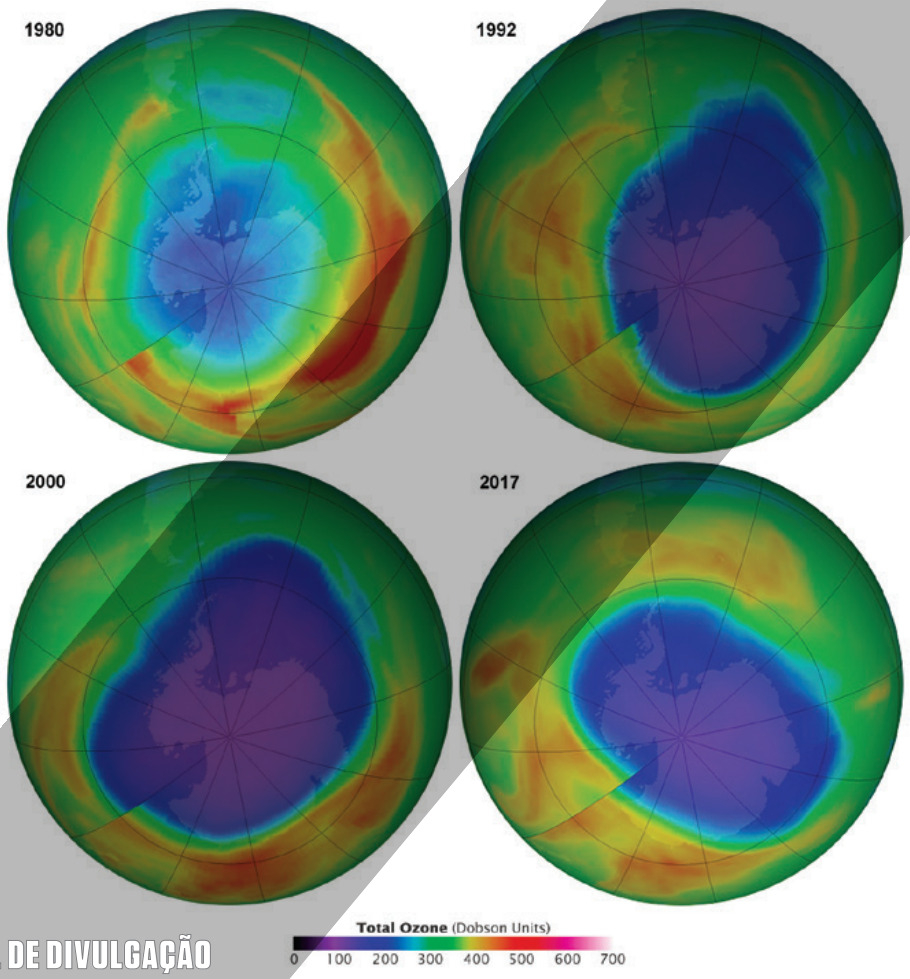
O buraco na camada de ozônio

Os problemas ambientais globais que inicialmente chamaram a atenção dos estudiosos do clima, ainda no final da década de 1980, estavam relacionados aos impactos das atividades humanas e suas implicações na atmosfera. Entre eles estavam os danos causados pela ação do ser humano ao gás ozônio da atmosfera.

O ozônio é um gás que se acumula em uma região específica da atmosfera, a **estratosfera**. Ao mapearem as mudanças que estavam ocorrendo, cientistas de diversas áreas do conhecimento (geógrafos, físicos, climatologistas, entre outros) diagnosticaram uma diminuição do nível do ozônio na estratosfera, sobretudo em regiões próximas à Antártida.

Uma das funções do ozônio na atmosfera é reter os raios ultravioletas emitidos pelo sol, nocivos a várias formas de vida, inclusive a humana. Os estudos apontavam que a causa principal desse problema estava relacionada à emissão de um gás chamado clorofluorcarbono (CFC), utilizado sobretudo em aparelhos de refrigeração e em aerossóis.

Assim, uma série de esforços internacionais foram firmados com a intenção de controlar esse problema, que ficou conhecido como **buraco na camada de ozônio**. Em 1987, foi firmado o Protocolo de Montreal, que propunha a substituição das substâncias responsáveis pelo dano à camada de ozônio por outras menos nocivas. O Brasil aderiu ao protocolo em 1990, ratificando todas as emendas do acordo.



Representação gráfica elaborada pela Nasa, a partir de imagens de satélite, mostra a evolução do buraco na camada de ozônio entre 1980 e 2017. Na legenda, lemos "Total de ozônio (unidades Dobson)". Essa é a unidade de medida da densidade atmosférica [illegible]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise

A volta do CFC?

O texto a seguir chama a atenção para a crescente preocupação da comunidade científica internacional quanto ao fato de que a barreira protetora natural do planeta volta a correr riscos. Leia-o com atenção.

A preocupante volta do CFC, o gás que provoca o buraco na camada de ozônio

O buraco na camada de ozônio, símbolo da causa ambientalista a partir dos anos 1980, diminuiu depois de um esforço mundial para reduzir a emissão de gases poluentes. Mas cientistas sinalizam que o risco a essa barreira protetora natural está de volta.

[...]

Cientistas afirmam que os níveis detectados dessa substância hoje podem indicar uma piora ainda maior no futuro. "É possível que as novas emissões sejam a ponta do iceberg", diz químico e meteorologista Matt Rigby, da Universidade de Bristol. "Pode haver muito mais que está preso nesses materiais e que vai acabar sendo liberado para a atmosfera nas próximas décadas".

[...]

Se as medidas para diminuição da produção de CFC pelo Protocolo de Montreal não tivessem sido tomadas, o Pnuma calcula que o consumo de CFC teria alcançado 3 milhões de toneladas em 2010 – o que seria suficiente para que o buraco aumentasse até ocupar 50% da camada.

As consequências seriam "20,5 milhões de casos de câncer de pele e 130 milhões de casos de cataratas oculares", segundo o órgão da ONU. Os especialistas esperam que o buraco seja reduzido para os níveis de 1980 até o ano de 2070 – mas o cronograma está em risco caso a volta na produção CFC-11 não seja contida.

A PREOCUPANTE volta do CFC, o gás que provoca o buraco na camada de ozônio. *BBC Brasil*, 25 nov. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46321447. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. Quais seriam os riscos à saúde humana caso o Protocolo de Montreal não tivesse sido assinado?
2. Em relação ao buraco na camada de ozônio, qual perigo o texto anuncia para o futuro? O que já se sabe sobre isso?
3. Tendo em vista o que foi estudado até o momento, como o buraco de ozônio e os esforços internacionais no combate ao problema podem apontar caminhos para o enfrentamento das atuais questões ambientais vividas por nossa geração?

O aquecimento global

Com o passar dos anos, a discussão dos danos causados ao ozônio atmosférico, que, em razão dos esforços ambientais foram sendo controlados, foi perdendo espaço para a crescente preocupação com o aumento das temperaturas globais. Projeções climáticas passaram a apontar que haveria aumento expressivo da temperatura atmosférica nas próximas décadas caso a emissão de gás carbônico continuasse nos níveis que estavam sendo apresentados. O aquecimento global, portanto, passou a pautar as discussões em âmbito internacional.

Assim, o desafio enfrentado pelos países passou a englobar estratégias que visavam à diminuição da concentração de gás carbônico na atmosfera. O carbono é emitido sobretudo pelas atividades industriais, pela utilização de combustíveis fósseis (seja em termelétricas, seja nos veículos automotivos) e pela queimada de florestas para a expansão da agropecuária.

O gás carbônico é responsável, entre outras coisas, pela retenção do calor refletido pela superfície terrestre (em consequência da incidência dos raios solares). Assim, projeções da Organização Meteorológica Mundial (OMM) indicam um aquecimento da temperatura média do planeta em até 5 °C caso se mantenha a emissão dos atuais níveis de gás carbônico no mundo.

O aumento da temperatura da Terra pode acelerar o degelo no Ártico, aumentar o nível do mar, provocar ondas de calor mais intensas, aumentar a frequência de ciclones considerados muito fortes, entre outras consequências.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

IPCC: sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, criado em 1988 sobre facilitar as avaliações do estado de conhecimentos científicos, técnicos e socioeconômicos sobre as mudanças climáticas.

Embora minoritária no campo acadêmico, uma corrente de cientistas afirma que o aquecimento global não existe como é propagado. Esses pesquisadores questionam os métodos utilizados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (**IPCC**) e por demais cientistas da área; outros afirmam que as atividades humanas são **irrisórias** para justificar o aumento da temperatura global. Os esforços internacionais, todavia, destacam o reconhecimento da urgência climática que se apresenta e buscam alternativas para que o planeta possa continuar se desenvolvendo economicamente sem que isso impossibilite a manutenção das atividades futuras da humanidade.

GLOSSÁRIO

Irrisório: insignificante; irrelevante.

Vozes

Luiz Carlos Molion é PhD em Meteorologia pela Universidade de Wisconsin (Estados Unidos) e professor associado da Universidade Federal de Alagoas e, atualmente, é uma das vozes que se contrapõem ao discurso hegemônico do aquecimento global. Contestando os modelos matemáticos utilizados por muitos cientistas, ele compõe o chamado grupo dos *negacionistas*, que não associa as mudanças da temperatura da Terra às ações humanas.

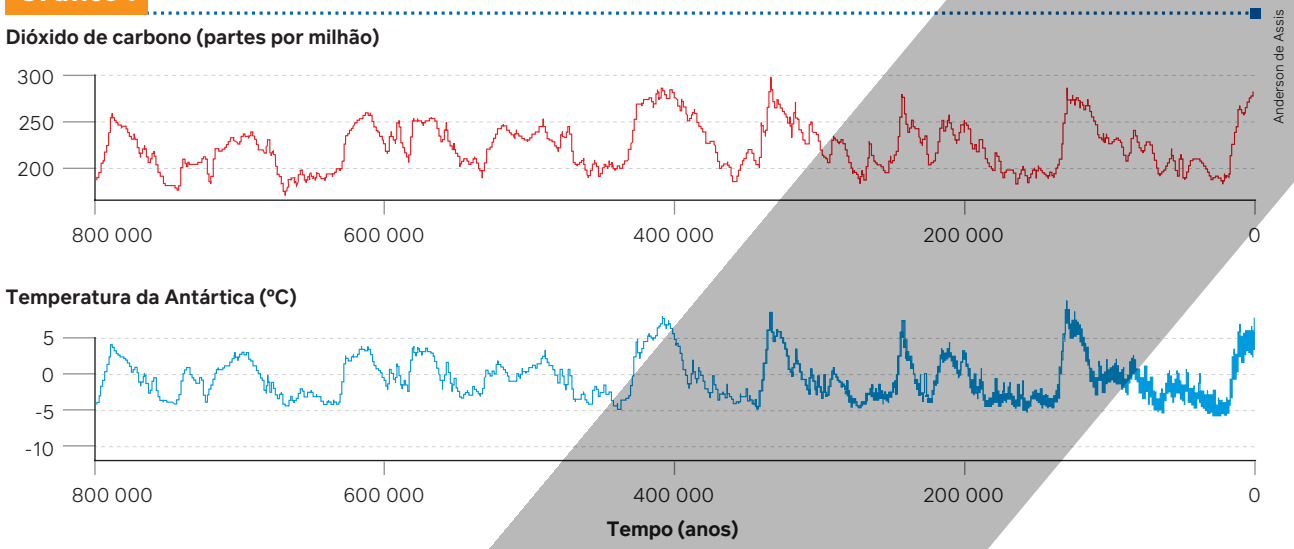


Luiz Carlos Molion, 2019.

Geraldo Magela/Agência Senado

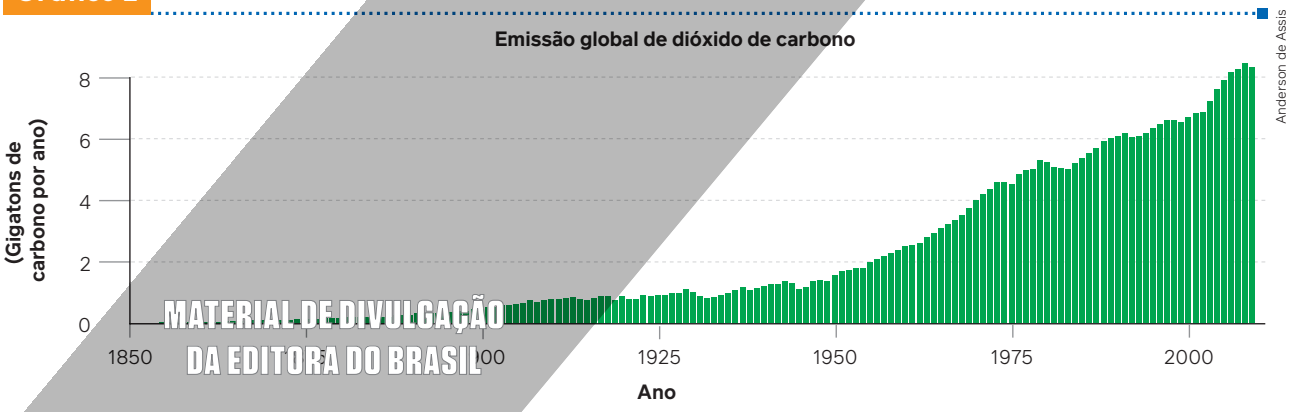
Observe os gráficos a seguir.

Gráfico 1



Fonte: NASA EARTH OBSERVATORY. *Changes in the carbon cicle*. [*S. l.*]: NASA, 16 jun. 2011. Disponível em: https://earthobservatory.nasa.gov/features/CarbonCycle/page4.php. Acesso em: 3 ago. 2020.

Gráfico 2



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: NASA EARTH OBSERVATORY. *Changes in the carbon cicle*. [*S. l.*]: NASA, 16 jun. 2011. Disponível em: https://earthobservatory.nasa.gov/features/CarbonCycle/page4.php. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. O que podemos deduzir sobre a relação entre gás carbônico e temperatura da Antártica de acordo com os dados do gráfico 1?
2. De acordo com o que você estudou neste percurso, o que pode explicar o aumento na emissão de gás carbônico a partir do final do século XIX registrado no gráfico 2? Qual é a diferença principal entre a causa dessa variação e da variação indicada nos estudos paleoclimáticos apontados no gráfico 1?
3. Analisando o gráfico 2, qual é a tendência em relação à emissão de gás carbônico na atmosfera?
4. Tendo em vista as discussões realizadas neste percurso, em que sentido devem caminhar os esforços políticos para reduzir a emissão desse gás?

Sintropia: por uma mudança radical na relação ser humano-natureza

Sintropia é um termo que deriva do grego e pode ser traduzido como: o grau de organização, previsibilidade e "harmonia" dos elementos que constituem um sistema. Ela é o oposto do termo **entropia**, o grau de desordem e desarranjo de sistemas fechados. Vejamos um exemplo:

No sistema de plantio monocultor, que ocupa grande parte das terras cultiváveis no Brasil, há apenas uma espécie a ser cultivada. Sua enorme concentração atrai pragas e empobrece o solo em determinadas substâncias que são prediletas a essa cultura. Essa característica leva a que muitos produtores façam um inevitável uso de substâncias químicas (agrotóxicos e defensivos agrícolas) durante a produção e insumos para restabelecer a fertilidade após a colheita. Num sistema como esse é nítida sua entropia (nível de desorganização), pois, se algumas dessas minuciosas etapas do agronegócio não for realizada, toda a produção pode ser comprometida. Pelo que estudamos neste percurso, podemos dizer que o modelo de desenvolvimento hegemônico tem gerado uma entropia em escala global.

Na busca pela sintropia, propriedades rurais e comunidades têm repensado o atual modelo de produção, experimentando novas concepções e novas formas de se relacionar com os recursos naturais.

A comunidade Nossa Senhora de Guadalupe

A comunidade surgiu no final da década de 1970 no contexto da colonização da região norte do estado do Mato Grosso. Formada por migrantes da Região Sul – em sua grande maioria oriundos do Paraná – a Guadalupe, como é conhecida pelos habitantes da cidade de Alta Floresta, vem trabalhando na agricultura familiar há décadas e, desde o início dos anos 2000, algumas famílias investem na transição da produção para o modelo agroecológico, pautado pela produção orgânica de hortaliças, leite, café e pela realização de plantios agroflorestais, tendo no conceito da sintropia sua principal base.

A produção é comercializada nas feiras livres da cidade e abastece os principais mercados da região. Apoiada por diversas organizações não governamentais, é beneficiada por meio da captação de recursos por fundos nacionais e internacionais de fomento à agricultura familiar e produção orgânica de baixo impacto.

Atualmente, essas famílias se organizam por meio da Associação Guadalupe Agroecológica (A[illegible]s produtivas, a comunidade conta com roteiros ligados ao turism[illegible] bem como com uma escola comunitária (educação do campo e da floresta) que atende estudantes do Ensino Infantil e do Fundamental, voltada à formação das futuras gerações para a prática do bem viver rural com base em metodologias inovadoras de ensino.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Google Earth

Nesta imagem de satélite (2020), as áreas com tons mais claros sofreram significativas alterações humanas. Os tons em verde mais escuro são áreas de floresta. Observe que Alta Floresta (MT) é um município localizado na fronteira entre a área já alterada e a área da floresta.

Articulação internacional para o enfrentamento da questão ambiental

No âmbito diplomático, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a costurar acordos na tentativa de amenizar os problemas ambientais globais. A questão ambiental começou a interessar a todos os países na medida em que o esgotamento dos recursos e o colapso ambiental significariam também o colapso do próprio sistema econômico.

Os acordos internacionais firmados na ONU servem como diretriz para que os países se comprometam com regras e metas a serem cumpridas. Realizada em 1972, a primeira grande conferência nesse sentido ficou conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, inaugurando uma série de outras iniciativas similares.

Em 1997, houve outra conferência internacional que acabou se tornando um marco: o Protocolo de Kyoto. Ali, pela primeira vez na história, países industrializados se comprometeram com a redução de emissões de gases poluentes na atmosfera, sobretudo os gases de efeito estufa (GEE). O acordo ainda inaugurou um incipiente comércio de carbono, o que mais tarde viria a ser chamado de crédito de carbono. De acordo com esse modelo, países que não atingissem suas metas de redução de emissão de GEE poderiam compensar isso com a "compra" de carbono de outras nações, normalmente financiando projetos de preservação ambiental. O Brasil ratificou o documento em 2002.

Alegando que o investimento na redução da emissão de gases poderia afetar a economia, importantes países com elevadas taxas de poluição em escala global, como os Estados Unidos, não assinaram o compromisso, enfraquecendo a união mundial em torno da questão climática.

Matriz energética: é o termo que se refere à participação de determinadas fontes de energia na composição geral da produção energética em determinado país.

Todas as soluções propostas para a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera passam, sem dúvida, pela reorganização da **matriz energética** mundial.

A maior parte dos países utiliza os combustíveis fósseis como recurso predominante para gerar energia. O petróleo, o gás natural e o carvão são considerados "fontes sujas", pois sua queima – etapa indispensável ao funcionamento das termelétricas e dos motores a combustão nos veículos automotivos – libera toneladas de gás carbônico para a atmosfera.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Assim, os esforços internacionais caminham no sentido da chamada transição energética, isto é, a substituição das "fontes sujas" por outras "limpas" e, sobretudo, renováveis. Isso implica movimentar recursos financeiros para financiar pesquisas e tecnologia para as novas usinas e, o mais difícil, enfrentar os interesses da indústria petroleira mundial.

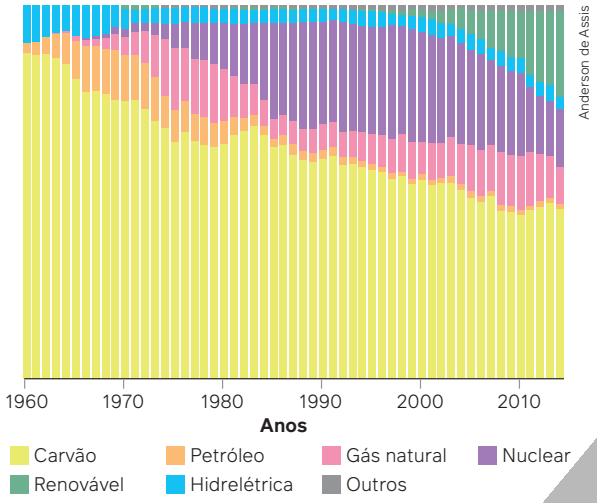
O Brasil enfrenta seus desafios em relação a esse tema também, pois é dotado de um enorme potencial hidrelétrico (uma fonte de energia limpa e renovável). Entretanto, as grandes obras de construção de usinas enfrentam muitas vezes a resistência de ambientalistas e de povos locais por causa de suas consequências, por exemplo, o impacto na rede hidrográfica, o deslocamento populacional forçado e a emissão de metano pela decomposição da matéria orgânica submergida nos reservatórios. Nas últimas décadas, ocupou o centro desse debate a construção da Usina de Belo Monte, no Pará, representada na imagem de abertura desta Unidade.

Análise

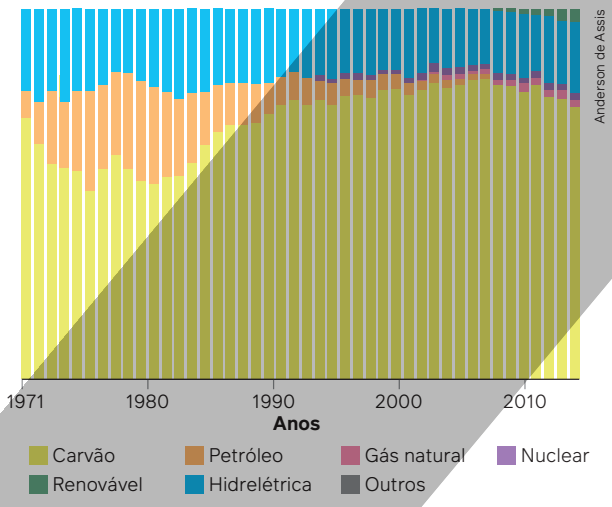
Matrizes elétricas

Observe o histórico das matrizes elétricas (que se referem apenas à proporção das fontes utilizadas na geração de energia elétrica) de alguns países. Perceba, por meio da leitura dos gráficos, como a distribuição das fontes de energia variou nas últimas décadas em cada um dos países pesquisados.

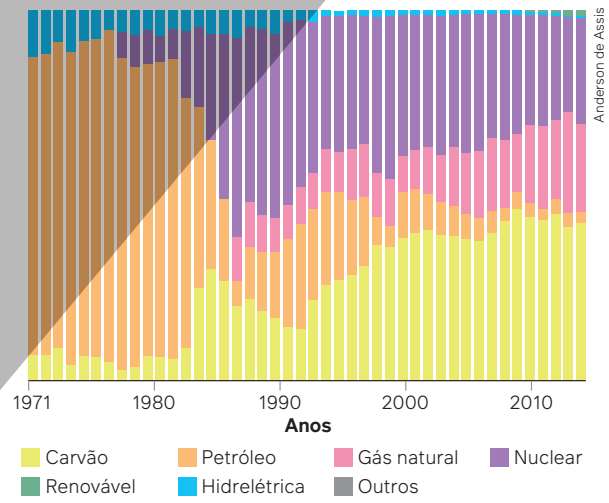
Alemanha: matriz energética



China: matriz energética



Coreia do Sul: matriz energética



Após a leitura dos gráficos, responda às questões a seguir.

1. Em sua opinião, por que há diferença na participação das fontes de energia em cada país?
2. Qual das três matrizes parece ser estrategicamente mais segura? Com base em que critérios você elaborou sua resposta?
3. Qual impacto a matriz energética chinesa pode desempenhar nas questões ambientais globais considerando as informações apresentadas no quadro?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. Hidrelétricas, carvão, petróleo: como cada país gera sua energia. *Nexo*, [São Paulo], 21 nov. 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/27/Hidrelétricas-carvão-petróleo-como-cada-país-gera-sua-energia. Acesso em: 3 ago. 2020.

A urgência climática e os sinais de esgotamento dos recursos naturais se tornaram um imperativo ao planeta. Se durante a década de 1990 os acordos ainda não tinham tanta força na reorganização das políticas energéticas e ambientais dos países, nos anos 2000 eles passaram a abranger metas mais concretas e envolver cada vez mais países nessa luta.

COP: abreviação de **Conferência das Partes**, reunião que ocorre anualmente desde 1995 e da qual fazem parte 197 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Durante a **COP 21**, realizada em Paris, em 2015, foi firmado o mais importante acordo entre as nações no comprometimento à redução da emissão de gases-estufa na atmosfera. A meta principal definida em Paris estipulava que os países se comprometessem a impedir que o aumento da temperatura do planeta ultrapasse os 1,5 °C. Esse pacto ficou conhecido como o Acordo de Paris. Tratou-se de um inédito consenso entre os países envolvidos na reunião, tornando 2015 um marco nos esforços internacionais no combate ao aumento da temperatura do planeta.

Após a celebração desse acordo e a mudança nas perspectivas para o enfrentamento do aquecimento global, em 2016 a eleição estadunidense mudou um pouco o cenário. Donald Trump, presidente que tomou posse em 2017, anunciou que os Estados Unidos deixariam o Acordo de Paris.

Afirmando ter sido eleito para representar os interesses de cidades industriais estadunidenses e de acordo com os pressupostos da própria campanha baseada no *slogan* "America First" (Primeiro a América), Trump procurou reafirmar a soberania dos Estados Unidos, que, segundo sua ótica, estaria sendo ameaçada, reiterando que o acordo era um fardo econômico injusto imposto aos trabalhadores, empresas e contribuintes estadunidenses.

A saída do acordo vem ocorrendo de forma gradual, e a previsão é que deve ser concretizada em novembro de 2020, coincidindo, portanto, com as eleições presidenciais estadunidenses, que podem novamente alterar os rumos dessa decisão.



Kevin Lamarque/Reuters/Fotoarena



Carlos Barria/Reuters/Fotoarena

As políticas ambientais dos países também são reflexos de visões de mundo de seus governantes e dos interesses dos grandes grupos econômicos que os apoiam. Em 19 de março de 2015, o ex-presidente estadunidense Barack Obama, na fotografia à esquerda, assinou um decreto presidencial fixando em 40% a redução da emissão de gás carbônico no país pelos próximos 10 anos, como parte dos compromissos firmados no Acordo de Paris. Dois anos depois, conforme registrado na fotografia à direita, no dia 28 de março de 2017, Donald Trump, recém-eleito, assinou outro decreto, derrubando o antigo compromisso. Na ocasião, para se justificar, afirmou: "Temos aqui um grupo muito impressionante para celebrar o começo de uma nova era de energia, produção e criação de empregos".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A busca por novos modelos de desenvolvimento econômico

Apesar de haver avanços, as soluções à questão ambiental estão longe de chegar a um consenso. Existem críticas de todos os "lados" às políticas ambientais que visam diminuir os impactos das atividades econômicas no meio ambiente. Muitos encaram que os acordos e as legislações ambientais são um freio ao desenvolvimento econômico, uma vez que estabelecem regras e controle sobre a economia. Nesse campo do debate, alguns governos afirmam que ONGs estrangeiras e a própria ONU atentam contra a soberania do país quando o pressionam a criar regras e leis que considerem compromissos globais de preservação ambiental, mas que não estariam em sintonia com os ditos interesses nacionais.

Outros, entretanto, defendem que não há possiblidade de solucionar as questões ambientais enquanto não se mudar radicalmente o modelo de desenvolvimento capitalista e se repensar nosso modo de vida. Como vimos no início deste percurso, os recursos do planeta não são infinitos, e no ritmo que usamos a natureza, estamos caminhando para um futuro insustentável, tendo pouco efeito, segundo essa linha de pensamento, os acordos firmados internacionalmente, já que todos apontam para a manutenção do modelo capitalista com apenas algumas compensações ambientais.

Vozes

Jovem ativista pelo clima Greta Thunberg inspirou milhares de pessoas a se unirem à greve climática global.



Daniele COSSU/Shutterstock.com

Greta Thunberg, 2019.

Os protestos solitários que Greta Thunberg promovia a cada sexta-feira em Estocolmo e que se transformaram em um movimento de milhões de pessoas por ações contra as mudanças climáticas fizeram com que a ativista sueca de 16 anos fosse escolhida a Pessoa do Ano pela revista americana *Time*.

Ela é a pessoa mais nova a ser eleita pela publicação e comemorou no Twitter. "Uau, isso é inacreditável", escreveu. "Divido essa grande honra com os ativistas do clima de todos os lugares".

No anúncio, feito nesta quarta [11 dez. 2019] no programa de TV *Today*, da rede NBC, a revista justificou a seleção afirmando que a jovem "inspirou 4 milhões de pessoas a se unirem à greve climática global em 20 de setembro de 2019, na que foi a maior manifestação climática da história da humanidade". [...]

Greta começou a se mobilizar em agosto do ano passado [2018], quando deixou de ir à escola para se manifestar em frente ao Parlamento sueco. Para a ativista, não fazia mais sentido frequentar as aulas, uma vez que não haveria futuro devido às mudanças climáticas. [...]

Começou ali o movimento #FridaysForFuture (sextas-feiras pelo futuro), hoje organizado em cerca de 30 países, incluindo o Brasil.

De lá para cá, Greta foi recebida e elogiada por celebridades, ambientalistas como Jane Goodall (famosa pela dedicação aos chimpanzés na Tanzânia) e líderes como o ex-presidente americano Barack Obama, para quem Greta é um exemplo.

JOVEM ativista pelo clima Greta Thunberg é escolhida Pessoa do Ano pela Time. *Folha de S.Paulo*, [São Paulo], 11 dez. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/jovem-ativista-pelo-clima-greta-thunberg-e-escolhida-pessoa-do-ano-pela-time.shtml. Acesso em: 3 ago. 2020.

Biomas originais ameaçados

A história de ocupação da Mata Atlântica é um exemplo de como o Brasil construiu seu território e seu desenvolvimento devastando grande parte dos biomas originais. Foi o primeiro bioma brasileiro [illegible] e explorado economicamente desde a chegada dos europeus. A história de sua ocupação e sua exploração pode servir de exemplo para estudarmos o que ocorreu posteriormente nos outros biomas e nos ensinar lições valiosas sobre os danos que o modelo de desenvolvimento baseado na busca do lucro a qualquer custo pode gerar à natureza.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

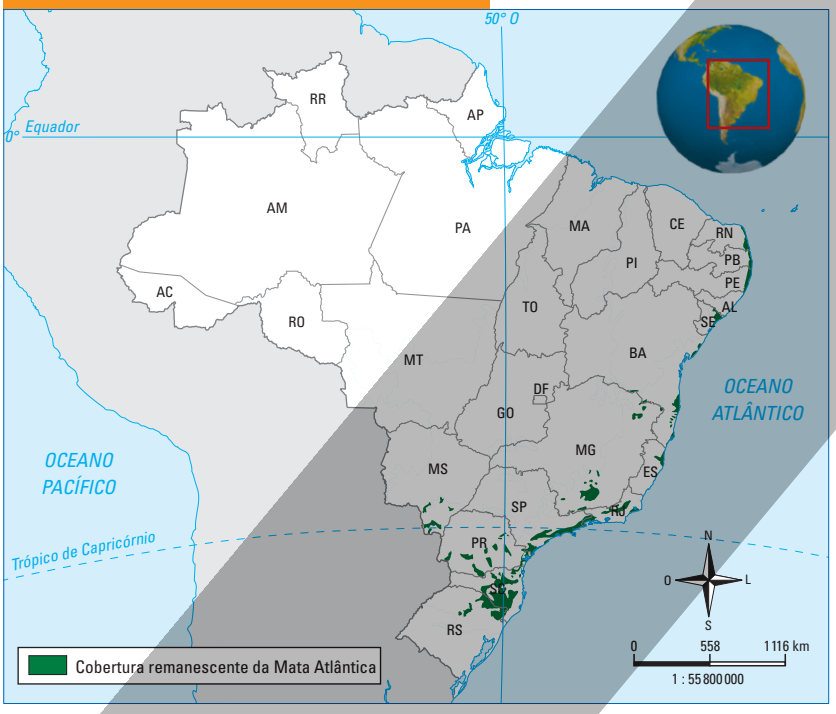
Brasil: Mata Atlântica original



Mário Yoshida

Fonte: FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. Atlas SOS. Disponível em: http://mapas.sosma.org.br. Acesso em: 3 ago. 2020.

Brasil: Mata Atlântica atual – 2016



Alessandro Passos da Costa

Fonte: FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. Atlas SOS. Disponível em: http://mapas.sosma.org.br. Acesso em: 3 ago. 2020.

1. O que a comparação dos mapas mostra sobre a devastação da Mata Atlântica no Brasil?
2. O que pode ter levado a Mata Atlântica à situação atual?
3. Elabore uma hipótese para explicar as razões pelas quais sobraram alguns remanescentes desse bioma em pontos específicos do território brasileiro.
4. O que pode ter acontecido nos últimos séculos para que mais de 90% da floresta fosse devastada? Quando esse processo se iniciou?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Águas são muitas; infinitas”

A Mata Atlântica foi a primeira visão que os portugueses tiveram do Brasil quando atingiram a costa do atual território da Bahia em abril de 1500. A bordo de sua nau, o responsável pelo registro escrito da viagem, Pero Vaz de Caminha, redigiu uma carta que viria a se tornar um valioso registro do início da ocupação do território. Lendo a carta, podemos analisar aspectos importantes da mentalidade europeia do final do século XV, expressos em seus relatos sobre a natureza e sobre a população do local. Se por um lado havia uma ideia cristã da busca pelo éden, pelo paraíso, logo associado ao Brasil, por outro, o empreendimento colonial estava inserido na incipiente lógica capitalista, a saber: a busca pelo lucro.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1º de maio de 1500, é considerada a “Certidão de Nascimento” do Brasil. Tendo como destinatário o rei de Portugal, em suas 27 páginas, o escrivão-mor da esquadra de Pedro Álvares Cabral faz um relato minucioso do encontro da “nova” terra. Leia, a seguir, um trecho desse documento.

> Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores; verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. Todavia os que vi não seriam mais que nove ou dez, quando muito. Outras aves não vimos então, a não ser algumas pombas-seixeiras, e pareceram-me maiores bastante do que as de Portugal. Vários diziam que viram rolas, mas eu não as vi.

Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves! [...]

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé. [...]

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

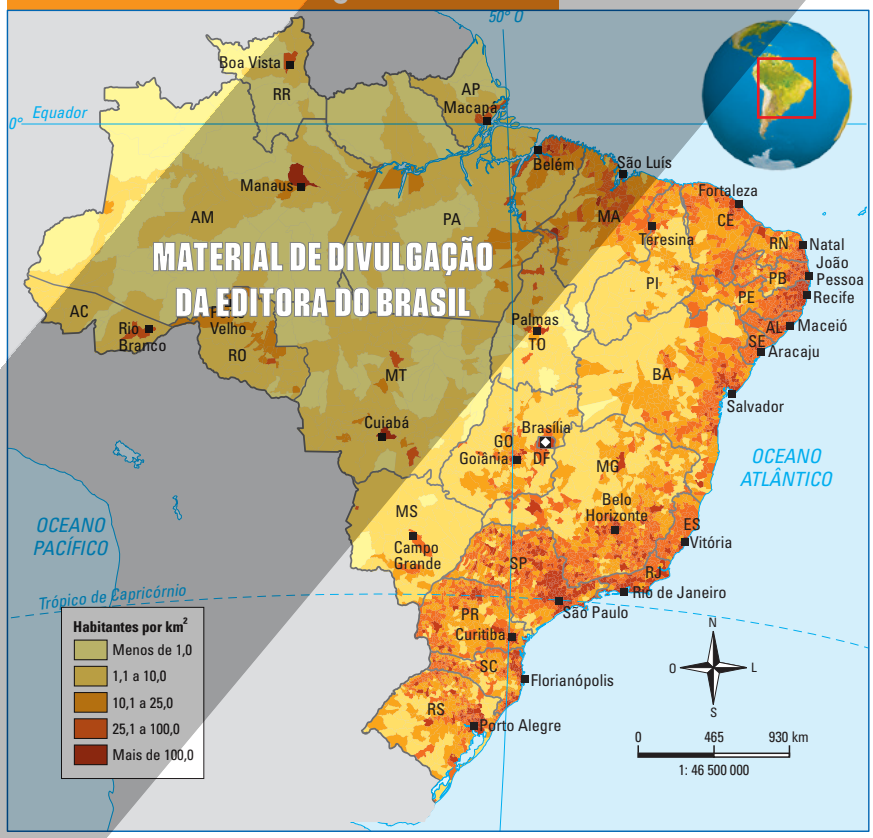
Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. [Brasília, DF]: Portal Domínio Público, [20--?]. p. 10, 14. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

1. Como os recursos naturais brasileiros aparecem retratados nessa carta?
2. Em relação à carta, quem é "esta gente" a que se refere Pero Vaz de Caminha? O que significa "salvar esta gente" no contexto específico da história brasileira?

Brasil: densidade demográfica – 2010



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Mario Yoshida

Fonte: IBGE. *Atlas escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p. 114. Disponível em: http://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_densidade_demografica.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

Ao analisar a densidade populacional brasileira, é possível refletir acerca do processo histórico de ocupação do território. A ocupação efetiva por parte do Estado brasileiro do chamado "sertão" se concretizou no século XX, quando expedições foram mapear os recursos do interior, abrir estradas e pistas de pouso e lotear terras para assentar agricultores. Retome os mapas referentes à distribuição da Mata Atlântica pelo território brasileiro e observe como as mais altas densidades demográficas se concentram justamente na região onde originalmente se distribuía esse bioma.

Um dos primeiros produtos a ser amplamente explorado nas terras que hoje formam o Brasil foi o pau-brasil. A atividade extrativista do pau-brasil inaugurou um longo processo de avanço sobre a Mata Atlântica por meio do extrativismo abusivo dos recursos da floresta. Os europeus processavam a madeira do pau-brasil para a produção de uma tinta vermelha, usada principalmente para tingir as roupas da corte europeia durante séculos.

Uso predatório dos recursos naturais



Ministério do Interior, SUDAM

Propaganda brasileira de 1970, feita pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada em 1966, e que concedia incentivos fiscais para a ocupação da região amazônica.

É importante sempre lembrar que o território onde hoje é o Brasil, sobretudo na região da costa brasileira, era povoado havia milênios por numerosos grupos indígenas. A ideia de uma natureza intocada, que recobria todo o território quando os europeus chegaram, é falsa. Durante os milênios de ocupação indígena dessa porção da América do Sul, observa-se o manejo contínuo da floresta por parte desses povos. A disseminação de sementes e espécies, métodos de preparação do solo e cultivo, além de tantas outras intervenções na floresta, passaram a ser descobertas e estudadas por cientistas de diversas áreas.

Entretanto, o modo pelo qual a maior parte dos indígenas se relacionava com os recursos se diferenciava radicalmente daquele implantado pelos portugueses. Estes últimos, inseridos em uma lógica de comércio que começava a se articular em escala global, viam na natureza os recursos econômicos indispensáveis à manutenção política do reino.

Com as caravelas aportadas no litoral brasileiro, vieram novas tecnologias, que ajudaram a acelerar o processo de derrubada da floresta. O machado de ferro, por exemplo, passou a substituir o machado de pedra utilizado até então pelos indígenas no manejo da floresta. Mas qual foi a relevância dele para essa mudança? Acontece que, dessa maneira, os indígenas poderiam cortar uma árvore de pau-brasil em 15 minutos, enquanto com o machado de pedra faziam o mesmo trabalho em 3 horas. Assim, muitos indígenas passaram a ser usados como mão de obra no corte incessante da madeira em troca de alguns produtos europeus, em regime conhecido como escambo. Vale ressaltar que a tecnologia sozinha não é responsável por mais ou por menos cortes de árvores. O que movia a máquina de cortes era uma mentalidade baseada na busca pelo lucro fácil vindo dessa matéria-prima.

A extração do pau-brasil foi apenas uma das inúmeras atividades econômicas que se sucederam na Mata Atlântica. A instalação de latifúndios monocultores de cana-de-açúcar e de café, a mineração de ouro, prata, diamante, ferro e outros minérios e o crescimento de numerosos núcleos urbanos foram ocupando o lugar da floresta atlântica brasileira. Se, por um lado, os recursos da floresta geraram dinheiro para quem pôde usufruir deles, por outro, do ponto de vista ambiental, os danos foram extremamente graves, como vimos logo no início deste texto.

A imagem da página anterior foi produzida pelo Estado brasileiro no início da década de 1970, quando o país vivia os efeitos da euforia e ufanismo do "milagre econômico". Sobre o texto do cartaz, faça o que se pede a seguir.

1. Com base nas informações do cartaz e tendo em vista o que estudamos até aqui, discuta o objetivo do texto. Mencione qual seria o público-alvo e quais argumentos são utilizados para atingi-lo.
2. Em sua opinião, qual é o significado da frase: "Chega de lendas, vamos faturar"?
3. Por que a Floresta Amazônica não aparece representada nesse mapa? Qual "visão de natureza" está por trás dessa mensagem?
4. Quais consequências socioambientais esse modelo de ocupação da Amazônia propagado na década de 1970 pode ter acarretado para a situação atual? Explique tendo como argumentos as ideias apresentadas neste percurso.

Mas não foi só a Mata Atlântica o único bioma brasileiro a ser explorado. O modelo de desenvolvimento econômico baseado na extração exaustiva dos recursos da floresta e na instalação de fazendas foi reproduzido em todo o território nacional, subtraindo parcelas importantes dos biomas originários.

A partir da década de 1930, quando o Estado brasileiro passou a assumir estratégias para a interiorização do território, diversas expedições militares e geográficas eram organizadas para abrir estradas, mapear os recursos e delimitar com mais precisão as fronteiras nacionais. Em muitas delas, numerosos grupos indígenas passaram a ser contatados, alguns com pouquíssimo ou nenhum convívio com os brancos. Novamente, séculos depois da carta de Caminha, o agora Estado brasileiro se depara com terras a serem conquistadas e indígenas a serem "salvos" e incorporados à civilização.

Sobretudo a partir da década de 1960, o Estado brasileiro, principalmente durante o Regime Militar, passou a fomentar projetos de ocupação da porção oeste do país, novos empreendimentos foram avançando pelo Cerrado e pela Amazônia. Com algumas diferenças pontuais, a lógica era a mesma do que se observou na Mata Atlântica: a escolha e retirada de madeiras de alto valor (em especial no caso da Amazônia); a derrubada da mata com fogo e a instalação de latifúndios, principalmente, monocultores. O avanço dessa ocupação segue espremendo a floresta ao norte do país. Nesse contexto, a área de contato entre [illegible] pecuária e a floresta nativa é o que chamamos de fronteira agrícola.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

As políticas públicas voltadas à preservação ambiental no Brasil

Você já pensou quais são os desafios enfrentados pelo governo para propor a criação de Unidades de Conservação (UCs)? Quantos interesses estão em jogo? Como conciliar preservação socioambiental com desenvolvimento econômico? Como considerar a diversidade natural de um território do tamanho do Brasil e os diferentes estágios de degradação em que ele se encontra?

Por isso o governo precisa contar com uma equipe multidisciplinar de cientistas, pesquisadores, empresas e moradores locais para criar um plano de manejo das Unidades de Conservação e adequar as regras à situação de cada local.

A primeira área de preservação no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia (RJ), em 1937. Nas décadas posteriores, outras áreas de preservação foram sendo criadas, mas ainda de modo incipiente e descentralizado. Como sabemos, no Brasil, os ambientes tidos como selvagens e intocados – alguns dos critérios utilizados pelo Estado na escolha das áreas que devem virar parques – eram na verdade territórios de diversas populações tradicionais e indígenas.

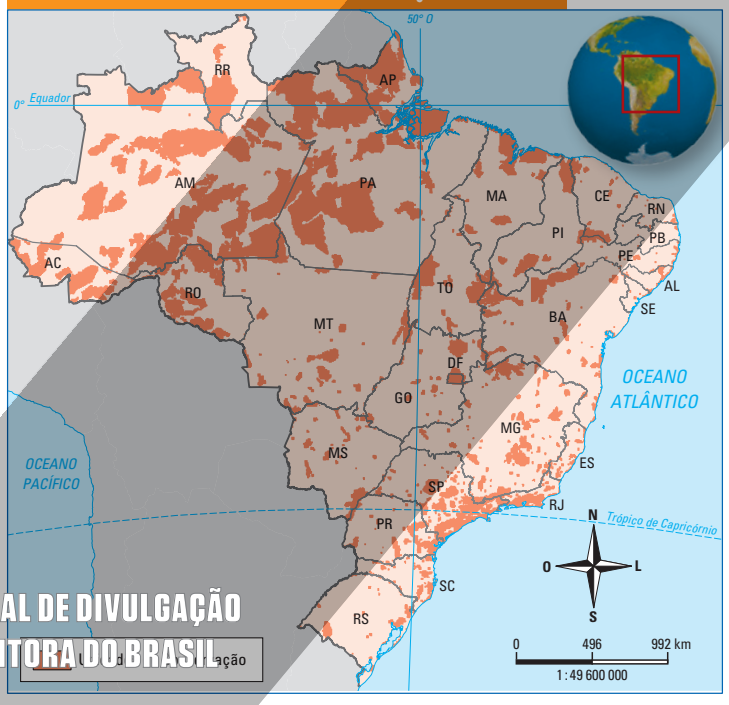
Muitas áreas de preservação passaram a ser criadas sobrepostas aos territórios de povos que praticavam suas atividades de sustento havia gerações, utilizando de forma sustentável os recursos locais. Houve, e ainda há, muitos conflitos relacionados à transferência dessas populações para instalação de parques.

A estruturação de uma política pública nacional voltada à criação de Unidades de Conservação só foi estabelecida no ano 2000, após pressão de diversas organizações sociais que exigiam maior clareza e eficácia nas políticas públicas federais.

Assim, em 2000 foi aprovado na Câmara o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Por meio dessa lei fica exigido que a criação de áreas de conservação seja feita após rigorosos estudos científicos, consultas às populações locais, planos de manejo, entre outros aspectos.

1. Observando o mapa a seguir, onde se localizam a maioria das Unidades de Conservação no Brasil? Elabore uma hipótese para explicar essa distribuição.

Brasil: Unidades de Conservação – 2017



Alessandro Passos da Costa

Fonte: EMBRAPA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). *Atribuição das terras no Brasil*. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/. Acesso em: 3 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os dois tipos de Unidades de Conservação

Um dos principais ganhos do Snuc foi incorporar populações tradicionais como parte importante na gestão e no manejo de algumas Unidades de Conservação. Após a luta e a pressão de diversas comunidades e, sobretudo, após a luta da Aliança dos Povos da Floresta, liderada por Chico Mendes, o governo passou a entender que parte importante da preservação ambiental passava também pelo reconhecimento de que grupos tradicionais pudessem ser responsáveis pelo manejo dos recursos, ao mesmo tempo em que o governo reconheceria o direito de posse, já que a maioria dessa população não detém a propriedade das terras que secularmente ocupam.

De acordo com o Snuc, as Unidades de Conservação podem ser divididas em duas grandes categorias: as de **proteção integral** e as de **uso sustentável**. Grosso modo, essa divisão leva em conta a proibição ou não de atividades econômicas no interior dos territórios. As áreas de proteção integral (nas quais se incluem os parques, por exemplo) são aquelas onde não pode haver exploração direta dos recursos naturais e, tampouco, moradores fixos em seu interior. As áreas de uso sustentável (nas quais se inserem as reservas extrativistas), por sua

vez, combinam preservação ambiental à gestão dos recursos naturais feita pelas comunidades locais, que têm direito à posse desse território.

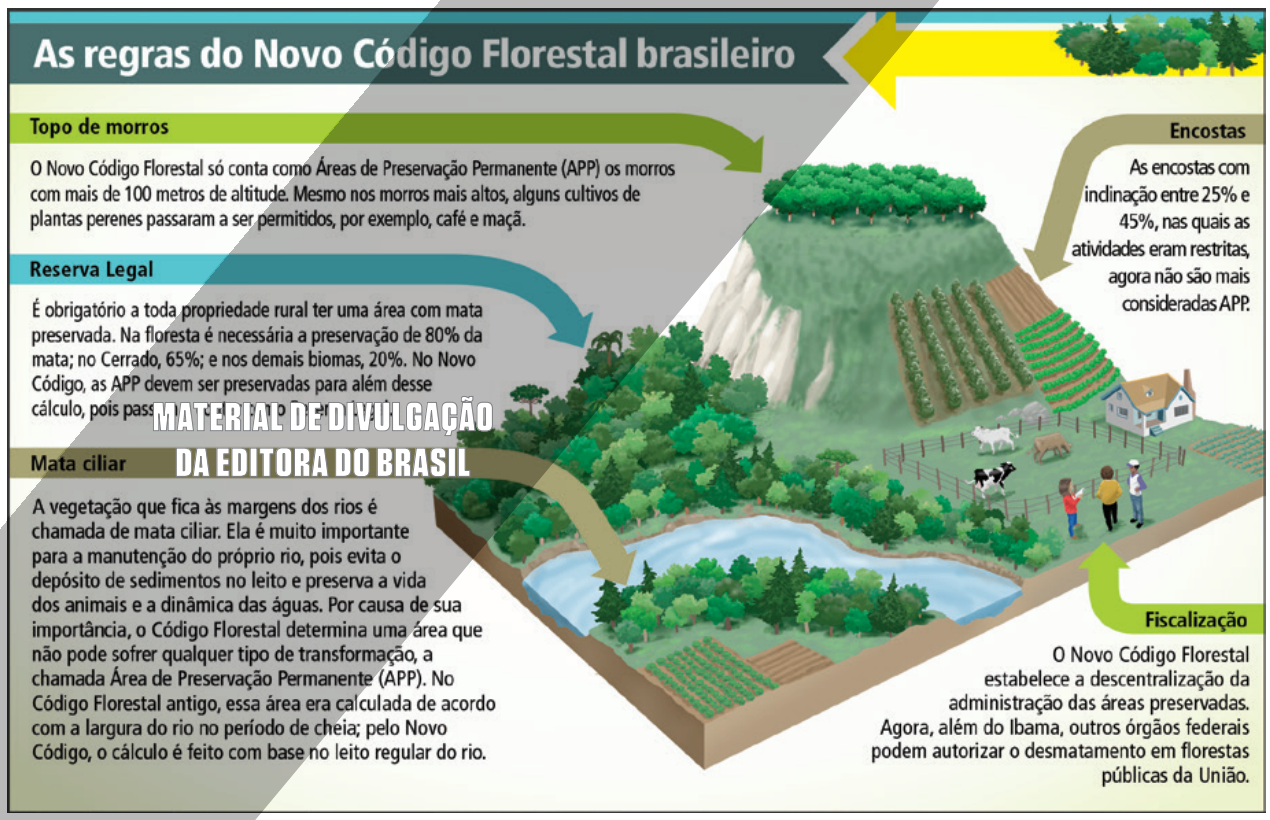
O novo Código Florestal Brasileiro

O Snuc é o conjunto de leis que regulamenta a criação das Unidades de Conservação no Brasil. À exceção das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), que são áreas particulares, as demais são áreas públicas – algumas com direito de posse de populações tradicionais e outras, mais recentemente, concedidas à gestão particular por determinado período. Todas elas, entretanto, não deixam de ser propriedade do Estado.

Para além das UCs no Brasil, as propriedades rurais também precisam cumprir com regras de preservação dentro de seus limites. As regras que definem a forma e o que deve ser preservado no interior das propriedades rurais estão descritas no **Código Florestal Brasileiro**.

O novo Código Florestal Brasileiro foi aprovado em 2012 após longas discussões no Congresso Nacional. A proposta inicial previa anistia aos proprietários que haviam desmatado de forma ilegal suas fazendas no passado, além da porcentagem de vegetação a ser preservada. Ambientalistas criticavam a proposta por ser pouco rigorosa com a preservação ambiental, e a bancada ruralista a criticava por considerá-la economicamente inviável.

O Código Florestal Brasileiro garante atenção especial às matas ciliares, nascentes e topos de morros (onde se localizam muitas dessas nascentes). A manutenção da proteção dos córregos de água garante que os rios não sequem e forneçam água para as propriedades por onde correm.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Adriano Loyola

Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 12.651/2012. *Código Florestal*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

#Ficaadica

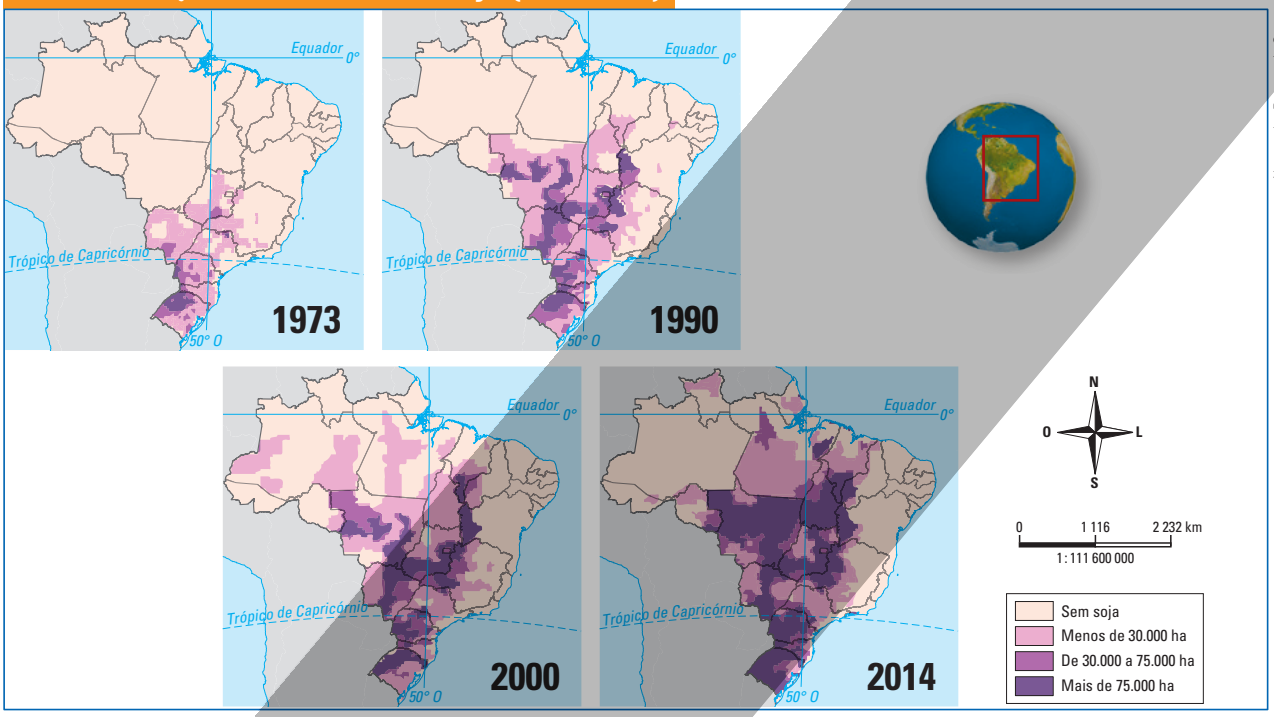
Uma verdade inconveniente, de Davis Guggenheim (100 min). O documentário foi um marco na discussão dos problemas climáticos globais. Apresenta uma visão dos impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente e aponta para a urgência na busca de soluções.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Leia os mapas abaixo e faça o que se pede.

Brasil: avanço das fronteiras da soja (1973-2014)



Alessandro Passos da Costa

Fonte: Maureen Santos, Verena Glass (org.). *Atlas do agronegócio* [...]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018. p. 15. https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Disponível em: Acesso em: 3 ago. 2020.

Descreva o percurso do cultivo de soja no território brasileiro destacando os biomas sobre os quais esse cultivo se expandiu.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Biomas brasileiros



Alessandro Passos da Costa

Fonte: MINISTÉRIO do Meio Ambiente; IBGE. Biomas do Brasil. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15842-biomas.html. Acesso em: 3 ago. 2020.

2. Observe o infográfico a seguir, ele contém várias informações sobre o processo de desmatamento recente na Amazônia e sobre conteúdos estudados neste percurso. Você deverá produzir uma **análise** desse infográfico, relacionando-o com os temas estudados e se posicionando sobre eles. Para isso, organizamos um roteiro que pode lhe ajudar na elaboração do texto. Veja:

a) Descreva o infográfico, levando em consideração as seguintes questões:

- Como ele está organizado?
- Quais informações apresenta?
- Quais linguagens são usadas?

b) Faça uma análise do desmatamento no **tempo** e no **espaço** amazônico e, em seguida, responda:

- Como ele variou ao longo da última década?
- Por onde ele avança?
- Quais são suas hipóteses para explicar esses padrões?

c) Explique o que são as Unidades de Conservação e, usando elementos do mapa, registre sua importância na contenção do avanço do arco do desmatamento.

d) Como o histórico de ocupação de outros biomas brasileiros pode servir de base para orientar as políticas públicas para a Amazônia?

e) Quais consequências sociais e ambientais o desmatamento desenfreado da Amazônia pode gerar?

f) O infográfico traz números ligados à violência na região. Um caso emblemático dessa violência foi a morte de Chico Mendes. Faça uma pesquisa para descobrir as causas de seu assassinato e explique de que modo ele explicita o conflito por diferentes visões de natureza que se chocam no Brasil.

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

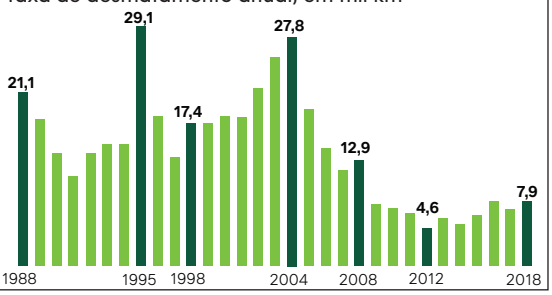


MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Evolução do desmatamento

O desmatamento na Amazônia caiu 78% até 2012. Porém essa tendência se inverteu. Em 2018, foi registrada a maior taxa de destruição dos últimos 10 anos.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, ANO A ANO
Taxa de desmatamento anual, em mil km²



Fábio Luiz

Desmatamento

A Amazônia já perdeu **19%** da sua área. Desde 1988 foram destruídos **423.621** km² de floresta.

A área da floresta derrubada equivale a **10** vezes a área do estado do Rio de Janeiro.

(43.595 km²)

Violência

O Brasil está entre os países mais perigosos do mundo para atuar em defesa dos direitos humanos, dos territórios, das florestas e dos rios.

1.587 pessoas foram assassinadas em conflitos pela terra de 1985 a 2017.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO

- Aceleração do aquecimento global
- Perda da biodiversidade
- Secas na Amazônia e em outras regiões
- Acirramento de conflitos no campo

Fonte: GREENPEACE. Mobilização em solidariedade aos povos indígenas. Disponível em: https://conexaoverde.greenpeace.org.br/system/files/br/document/7c0018cc-d98b-4f79-92dd-3751eadcf95f.pdf. Acesso em: 1 jul. 2020.

PERCURSO 6

Violência, juventude e sociedade brasileira

GLOSSÁRIO
Abissal: imenso; vasto.

Na sociedade brasileira atual, as disparidades sociais têm se tornado cada vez mais evidentes. A distância entre a base e o topo da pirâmide social torna o Brasil um dos países mais desiguais do mundo e, não por acaso, com índices alarmantes de violência que vitimiza parte expressiva de nossa juventude. Para ter uma ideia dessa **abissal** desproporção, considere os dados a seguir.

- Apenas cinco brasileiros possuem uma riqueza igual à da metade da população brasileira (cerca de 110 milhões de pessoas).
- Os 5% mais ricos (aproximadamente 11 milhões de pessoas num total de 220 milhões) recebem por mês o mesmo que os demais 95% juntos, ou seja, os demais 210 milhões de habitantes.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une*: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. p. 21-24. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/. Acesso em: 4 ago. 2020.

1. Você conhecia essa intensa disparidade socioeconômica que caracteriza a sociedade brasileira no princípio do século XXI? Discuta o assunto com os colegas.
2. Para você, que ações o Estado brasileiro poderia tomar para diminuir essas discrepâncias na distribuição da riqueza no país?
3. Em sua opinião, há alguma relação, ainda que indireta, entre as disparidades socioeconômicas e a violência que permeia a sociedade brasileira na atualidade e que atinge, sobretudo, os jovens mais vulneráveis?

Ao transitar pela multiplicidade de temas que foram objeto de estudo ao longo do percurso anterior, é possível perceber que várias das graves contradições socioeconômicas que desafiam a sociedade brasileira neste início do século XXI têm raízes estruturais. Embora muitas [illegible]s, ou seja, apresentadas como se fossem "naturais", é necessário lembrar que elas foram historicamente construídas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Nelson ALMEIDA/AFP

Pessoas em situação de rua dormem em frente a uma loja de produtos eletrônicos. São Paulo (SP), 2017.

É preciso considerar que o perfil de nossa sociedade, assim como o de qualquer outra, resulta, conforme assinalou o historiador francês Marc Bloch (1886-1944), da ação dos "homens no tempo". Exatamente por não compreender essa questão com clareza, não são poucos os que internalizam a ideia de que "as coisas são assim mesmo". Dessa forma, assumem uma atitude fatalista, como se nossas **iniquidades** sociais decorressem de uma imposição do destino. Esquecem-se de que, se elas foram historicamente construídas, também podem ser historicamente desconstruídas, o que depende de todos nós, como sociedade civil organizada.

GLOSSÁRIO

Iniquidade: injustiça; o que é contrário à equidade.

É importante ressaltar que determinados processos históricos que condicionaram a formação de nossa sociedade, transformando-a no que é atualmente, resultaram das escolhas feitas pelos vários sujeitos históricos. Foram eles que tomaram decisões ao longo do tempo. No entanto, sempre havia outras escolhas possíveis, que poderiam ter levado a resultados bem diversos. Portanto, o conhecimento das características e especificidades de nossa sociedade nos tempos atuais, destacando-se o que a diferencia de outras, deve se constituir no ponto de partida para que, como cidadãos críticos, conscientes e participativos, possamos agir no sentido de superar muitas das questões que nos inquietam no presente e que, ressalte-se, conduzem a uma sociedade potencialmente violenta.

Considerando o tema central do percurso – **violência, juventude e sociedade brasileira** – torna-se importante apresentar um conceito do que é violência. No Brasil, há um grupo de pesquisa que aprofunda os conhecimentos acerca da violência chamado Núcleo de Estudos da Violência (NEV), um centro de apoio à pesquisa científica voltado para a discussão de temas relacionados à violência, à democracia e aos direitos humanos, fundado em 1987 e localizado na Universidade de São Paulo (USP).

O cientista social brasileiro Sérgio Adorno, diretor do NEV, conceituou **violência**. Importa ressaltar que o sociólogo se refere à violência que não é consensual ou legitimada, isto é, aquela que não é exercida pelo Estado, considerando-se que este, em tese, detém o monopólio legítimo do uso da força, que, não raramente, traduz-se em violência.

> Quando estamos falando em violência, estamos falando em modalidades do emprego, não consensual ou legitimado, do uso da força para impor a vontade de uns contra outros, mediante recurso de meios determinados, inclusive força física. Seus resultados compreendem danos à integridade física, psíquica, à identidade, à privacidade de quem quer que tenha sido vítima dessas modalidades de ação. [...] Além do mais, vimos assistindo a internacionalização e multiplicação das formas de violência, em torno de conflitos religiosos e étnicos, de seu emprego cotidiano nas relações intersubjetivas (por exemplo, nas relações [illegible] filhos, entre esposos e companheiros), no crime cada vez mais organizado, sustentado pelo uso recorrente de armas de fogo cada vez mais letais. Não é estranho que, para além dos fatos, a violência na contemporaneidade tenha se convertido em linguagem, presente nas conversas cotidianas, na mídia impressa e eletrônica e estetizada nos vídeos, nas canções, na obra de arte em geral.
>
> ADORNO, Sérgio. Entrevista com Sérgio Adorno. [Entrevista cedida a] *Aurora*: revista de arte, mídia e cultura, São Paulo, 7. ed., p. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/entrevistas/download/ed7/7_entrevista.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É preciso destacar que no Brasil – um Estado Democrático de Direito, com instituições político-jurídicas alicerçadas na Constituição de 1988 – há limites muito bem demarcados para a ação das forças do aparelho estatal sobre os indivíduos. Seu emprego, em uma democracia, impõe-se por meio das instituições do Estado na esfera da segurança pública, as quais devem ser pautadas exclusivamente pelo que está previsto nas instâncias jurídicas desse mesmo Estado.

Nas sociedades fragmentadas e polarizadas (semelhantes à nossa), a violência não se manifesta no cotidiano das pessoas somente de forma explícita, isto é, traduzida em agressões físicas, insultos verbais, tortura psicológica que compromete a autoestima, assaltos, *bullying* (inclusive no âmbito escolar), pedofilia, estupros, espancamentos e homicídios. É comum que ela se manifeste também de forma mais sutil em diversos países, por exemplo, por meio de medidas econômicas, adotadas pelos Estados, que favorecem ainda mais a concentração da renda e inviabilizam a construção de uma sociedade justa e equilibrada.

Violência e ação do Estado

A disseminação das várias formas de violência resulta, em parte, da ação do próprio Estado. Vale salientar que a violência se expressa de maneiras distintas em bairros centrais e periféricos, com consequências não raramente trágicas, sobretudo para os jovens das comunidades dos grandes centros urbanos. Tem-se aí grande contradição, considerando-se que cabe ao Estado preservar, proteger e garantir a segurança, a igualdade civil e os direitos humanos básicos dos indivíduos.

A disseminação das várias formas de violência resulta, em parte, da ação do próprio Estado.

Por outro lado, é comum encontrar uma visão bastante limitada e equivocada desse tema, partindo do pressuposto – indefensável, registre-se – de que "os direitos humanos devem existir apenas para os humanos direitos", quando na verdade são fruto da "ação dos homens no tempo", e, nesse sentido, devem ser percebidos como uma conquista universal inegociável.

Essa contradição se torna ainda mais evidente quando comparada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento elaborado e promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948. Esse documento foi ratificado à época pelos 58 países-membros fundadores da organização, inclusive o Brasil, e posteriormente referendado por todos os 194 países que atualmente fazem parte da ONU.

Análise

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nesta etapa dos estudos, selecionamos os cinco primeiros artigos de um total de 30 que compõem a DUDH, com o intuito de destacar as contradições entre os princípios éticos e morais que nortearam a elaboração do documento e a realidade que permeia a sociedade brasileira atual, na qual, conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação, nem sempre este conjunto de princípios e direitos é respeitado.

> Artigo I
>
> Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros em espírito de fraternidade.
>
> Artigo II
>
> Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. [...]
>
> Artigo III
>
> Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
>
> Artigo IV
>
> Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
>
> Artigo V
>
> Ninguém será submetido à tortura ou à tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
>
> [...]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2009. p. 4-6. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

1. O Estado brasileiro garante a todos os brasileiros o pleno direito aos cinco primeiros artigos da DUDH? Levante uma hipótese que fundamente sua conclusão e, em seguida, compartilhe com os colegas da turma.
2. Com a orientação do professor, debata o tema com os colegas e faça referência a um episódio de seu conhecimento em que ficou evidenciado o desrespeito a um dos artigos da DUDH na sociedade brasileira contemporânea.
3. Forme um grupo de estudo com alguns colegas. Discutam quais seriam as pré-condições para o pleno cumprimento do disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O *Atlas da Violência 2019* é um documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ele apontou, dentre outros problemas, a desigualdade na distribuição dos assassinatos entre negros e brancos em nosso país. Enquanto a taxa de homicídios entre os primeiros é de 43,1 por 100 mil habitantes, no segundo grupo ela fica em 16 por 100 mil. De todas as vítimas de assassinatos a cada ano no país, 75,5% são negras.

Ao mesmo tempo, foi confirmada a tendência histórica de agravamento de homicídios no Brasil principalmente entre jovens, destacando um aumento de 6,7% no total entre 2016 e 2017, indicando que o número global de jovens vitimados por homicídios em 2017 foi de 35 783.

Análise

Violência contra jovens

Forme um grupo com alguns colegas. Debatam os questionamentos a seguir e depois registrem as respostas.

1. Que formas de violência os cartazes denunciam?
2. Qual é a relação entre o conteúdo dos cartazes e as situações mencionadas nos dados estatísticos do *Atlas da Violência 2019*?
3. Elaborem um cartaz com alternativas para solucionar o quadro de violência que atinge os mais jovens. Indiquem duas políticas públicas que poderiam ser adotadas pelo Estado brasileiro que contribuam para a superação da violência cotidiana contra a população jovem mais vulnerável.



jovensconectados.org.br



Pastorais da Juventude do Brasil

Esses cartazes traduzem com eloquência as diversas dimensões da violência na sociedade brasileira, em especial a que vitimiza os mais jovens. Eles constituem importantes fontes documentais porque, ao "serem interrogados", fornecem elementos para compreendermos a dinâmica da violência social.

É essencial levantar algumas questões que ajudem na compreensão do perfil atual de nossa sociedade, que tanta violência impõe à juventude, buscar a gênese desse fato, as múltiplas dimensões que assume e apontar alguns caminhos visando sua superação.

As múltiplas formas de violência disseminadas em nossa sociedade colocam o Brasil no topo dos países mais violentos do mundo.

Reverter e superar suas inúmeras características e encontrar as raízes de grande parte da violência cotidiana são desafios que se impõem para a elaboração de um projeto civilizatório efetivo no Brasil, que viabilize a construção de uma nação na qual haja verdadeira coesão social. Por certo, esse projeto depende em grande parte das respostas que o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada conseguirem elaborar no tempo presente. O primeiro passo na direção de uma reversão das disparidades socioeconômicas da sociedade brasileira e consequente superação dos alarmantes quadros de violência deve ser: conhecer melhor sua historicidade, características e singularidades.

Uma sociedade que naturaliza indicadores de extrema violência – como os que fazem referência aos mais de 30 mil jovens que, em média, são anualmente vitimados por homicídios – e tem uma atitude passiva diante desses números é injusta no presente e compromete irremediavelmente seu futuro.

A sociedade brasileira no início do século XXI e suas contradições

Historicamente, desde que se constituiu como Estado independente em 1822, o Brasil destacou-se como um dos países mais desiguais do mundo. O tráfico negreiro foi mantido até 1850, a escravidão até 1888 e as consequências para a população negra da sociedade brasileira perduram até os dias atuais.

Estudos do historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, publicados no livro *O trato dos viventes*, indicam que apenas entre 1811 e 1850 entraram no Brasil 1471800 africanos escravizados. No mesmo período, os números indicam que 22600 entraram nos Estados Unidos, e nos países que se constituíram após a emancipação política colonial da América Espanhola, 542900.

Esse número expressivo resultou não apenas da permanência de uma estrutura escravista em nossa sociedade – com todas suas inúmeras sequelas –, mas da consolidação de uma economia essencialmente primário-exportadora, naquela época alicerçada na agricultura cafeeira, que se dinamizou sobretudo a partir de 1830.

Entretanto, novos estudos sobre o tema sugerem que os números podem ter sido ainda maiores, uma vez que o trabalho de escravizados se disseminou em várias regiões do país, diretamente relacionado ao racismo estrutural implantado na sociedade. Passados mais de [illegible] oficial da escravidão, o racismo estrutural se traduz em formas variadas de preconceito, discriminação e violência.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nos anos que se seguiram após a abolição, garantiu-se a exclusão política da imensa maioria da população brasileira, principalmente a porção negra. Ao analisarmos a Constituição de 1824, a primeira da história do Brasil, percebe-se que foi imposto o sufrágio censitário, reservando o controle do aparelho estatal àqueles que tinham renda mais elevada. Vale salientar que, na época, a população brasileira era estimada em cerca de 4 milhões de habitantes, dos quais 50% eram escravizados, muitos nascidos aqui.

A gênese das desigualdades socioeconômicas no Brasil

Tanto no período monárquico (1822-1889) quanto nos mais de 130 anos de República, o Brasil se consolidou como um país capaz de gerar grandes riquezas; atualmente, é uma das 10 maiores economias do mundo. Concomitantemente, por uma série de razões e escolhas políticas inadequadas para as camadas populares, também se transformou em um país incapaz de distribuir as riquezas geradas para a população de maneira que possibilite a superação da pobreza.

A concentração da riqueza e da renda, que está na raiz de grande parte da violência que permeia a sociedade, resulta de questões estruturais, de longo prazo, cuja gênese se encontra na própria formação socioeconômica do Brasil. Porém, elas se agravam na atualidade por problemas conjunturais. Circunstâncias diversas, como aumento da informalidade e desrespeito aos direitos dos trabalhadores são alguns exemplos.

O grau de concentração de renda se traduz em crescentes desigualdades sociais. Estas, para muitos autores, como o jurista Oscar Vilhena Vieira, não devem ser percebidas como um acidente na história de dada sociedade, mas resultante de deliberadas escolhas políticas e institucionais que comprometem a própria coesão social do país e um projeto civilizatório de nação.

A comprovação das distorções mencionadas sobre a distribuição de renda ocorre quando se investiga os dados brasileiros. Por exemplo, entre 2014 e 2019, o rendimento da metade mais pobre da população brasileira, que ganha até R$ 2.400,00 por mês (71,2 milhões de adultos) caiu 17%. No mesmo período, o rendimento dos 10% mais ricos, que ganham entre R$ 8.400,00 e R$ 41.700,00 por mês (12,8 milhões de adultos) cresceu 2,5%. Por fim, no mesmo período, o rendimento do 1% mais rico, que ganha acima de R$ 160.000,00 por mês (1,4 milhão de adultos) aumentou 10%.

Ao continuarmos a análise das informações sobre a concentração de renda no país, encontramos mais discrepâncias sociais. O 1% mais rico da população brasileira (pouco mais de 1,4 milhão de pessoas num total de, aproximadamente, 220 milhões) recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional. Ao mesmo tempo, cerca de 80% da população (aproximadamente 165 milhões de pessoas) vive com uma renda *per capita* inferior a dois salários mínimos mensais. Além disso, ainda há mais de 16 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, o que, segundo os critérios do Banco Mundial adotados pelo IBGE, corresponde a menos de US$ 1,90 por dia.

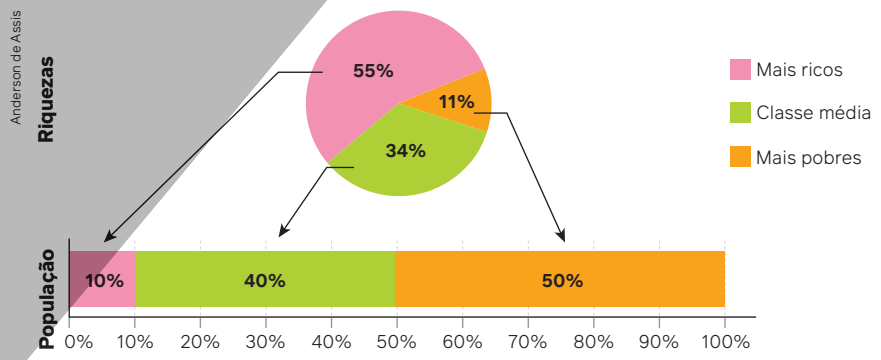
A. M. Teixeira/Shutterstock.com



A forma de ocupação do terreno revela as desigualdades geomorfológicas e sociais. Na imagem pode-se ver que no morro, mais suscetível à erosão e, portanto, perigoso para a construção de habitações, encontram-se as casas de uma favela. Já a planície, um terreno mais seguro e estável onde predomina a [illegible] ocupada pela classe média alta. Rio de Janeiro (RJ), 2018.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Brasil: distribuição da riqueza – 2014-2019



Fonte: ROSSI, Clóvis. Desbota o arco-íris de Mandela. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 maio 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2019/05/desbota-o-arco-iris-de-mandela.shtml. Acesso em: 4 ago. 2020.

A questão da terra: os Estados Unidos como referência

GLOSSÁRIO

Devoluto: desocupado; desabitado; ainda não incorporado.

Ao estudarmos as disparidades socioeconômicas do Brasil, é necessário lembrar que, além de causas mais distantes que remetem ao passado colonial, suas origens podem ser localizadas no século XIX. Nesse período, uma série de políticas públicas comprometeram não apenas a dinâmica econômica do país, mas inviabilizaram transformações sociais estruturantes.

O modo como as terras públicas **devolutas** foram incorporadas ao processo produtivo é um tema central para a compreensão de que não houve efetiva inserção de parte expressiva da população brasileira à economia capitalista então em expansão.

Algumas análises comparativas podem nos ajudar a compreender melhor esse fenômeno, considerando, por exemplo, os casos brasileiro e estadunidense, conforme sistematizado a seguir.

- No início do século XIX, havia equivalência entre o tamanho das economias brasileira e estadunidense. A população dos dois países também era equivalente: o Brasil tinha cerca de 4 milhões de habitantes, enquanto os Estados Unidos tinham pouco mais de 4,5 milhões.
- No final do século XIX, a economia estadunidense era nove vezes maior do que a brasileira! Além disso, em 1900, a população brasileira era de 17,4 milhões, enquanto a dos Estados Unidos chegou a 76,2 milhões!

A pergunta que historiadores, economistas, cientistas políticos e outros estudiosos do tema continuam se fazendo diz respeito ao papel desempenhado pelos Estados nos dois casos. É provável que se encontrem, naquele período, as razões da assimetria entre as duas economias no final do século XIX, que apenas se aprofundou ao longo do século XX.

Uma das principais razões para as disparidades entre o tamanho das duas economias por volta de 1900 encontra-se no encaminhamento antagônico que as lideranças políticas dos dois países deram à questão das terras públicas devolutas, e como estas foram incorporadas às atividades econômicas.

Nos Estados Unidos, em 1862, o governo aprovou o chamado Homestead Act, que assegurou a cada chefe de família, gratuitamente, 160 acres (aproximadamente 640 000 m²) – livres de qualquer despesa – desde que se comprometesse a cultivar a propriedade e nela permanecesse por não menos de 5 anos. Foi a maior reforma agrária da história do Ocidente, uma vez que possibilitou que grandes extensões de terra se tornassem pequenas e médias propriedades rurais. Como decorrência, promoveu o maciço acesso da população livre ao processo produtivo, estimulou a ida para os Estados Unidos de milhões de imigrantes europeus que sonhavam com a oportunidade de se tornarem *farmers*, isto é, agricultores independentes ou fazendeiros, garantiu o abastecimento de alimentos e matérias-primas às cidades da costa Leste, além de ampliar em larga escala o mercado interno para as indústrias que, por volta de meados do século XIX, começaram a se expandir, sobretudo na região norte da costa atlântica.



Library of Congress, Washington, DC.

Anúncio de venda de terrenos nas regiões de Iowa e Nebraska, nos Estados Unidos, 1872.

Na mesma época, o Brasil aprovou a Lei de Terras (1850), pela qual as terras devolutas poderiam ser obtidas somente se compradas do governo, beneficiando a elite latifundiária. Assim, segregaram-se os negros libertos e os imigrantes europeus recém-chegados do acesso à terra. Com isso, dificultou-se o surgimento de pequenas propriedades, consolidando a concentração fundiária e favorecendo a desigualdade e a violência no campo.

Não por acaso, enquanto entre 1830 e 1920 os Estados Unidos receberam cerca de 32 milhões de imigrantes europeus, que ajudaram a criar riquezas e fortaleceram seu mercado interno, no mesmo período entraram no Brasil cerca de 5 milhões de imigrantes.

1. É possível estabelecer uma relação entre o Homestead Act e a expansão do capitalismo estadunidense? Pesquise o tema, mas justifique sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto.
2. Com a orientação do professor e após debater o tema com os colegas, é possível afirmar que as diferentes políticas adotadas por Brasil e Estados Unidos, em meados do século XIX, sobre a questão da terra, explicam as posteriores desigualdades entre esses países?
3. Depois de pesquisar o tema, fundamente sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto. Em seguida, compartilhe-a com os colegas.

A questão da terra: o México como referência

Um paralelo com uma nação latino-americana, o México, também é oportuno para singularizar o caso brasileiro sobre a questão da terra e sua distribuição. Até o início do século XX, o México era um país onde, conforme havia ocorrido no Brasil, as leis permitiam a venda de terras devolutas e de antigas terras comunitárias que ancestralmente pertenciam às comunidades indígenas, denominadas *ejidos*. Isso favoreceu a concentração fundiária e a consolidação das chamadas *haciendas* e inviabilizou o surgimento de pequenas e médias propriedades agrícolas.

GLOSSÁRIO

***Pueblos*:** denominação local para povoados indígenas.

A sobrevivência de grupos indígenas remanescentes e de camponeses pobres que também perderam suas terras diante do avanço do capitalismo agrário passou a depender do trabalho nas grandes *haciendas*, não raramente remunerados com produtos (cerais ou milho) que garantiam [illegible] dos trabalhadores e suas famílias.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O fragmento a seguir dimensiona tal realidade:

> O primeiro efetivo golpe contra as comunidades indígenas veio com a Lei Lerdo de 1856, que proibia a propriedade coletiva da terra. A desestruturação das propriedades comunais indígenas foi responsável pela expulsão dos camponeses de seus ***pueblos***, determinando, de um lado, a diminuição da agricultura de subsistência (o milho, para dar um exemplo) e, de outro, sua transformação em trabalhadores assalariados em fazendas que produziam para exportação. Para que eles permanecessem nas fazendas, foi inventado um sistema perverso que começava com dívidas contraídas pelos trabalhadores em mercadinhos dentro das fazendas [...] e terminava com sua obrigação de permanecer no local até pagar a dívida, que era hereditária.
>
> PRADO, M. Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 103-104.

As precárias condições de trabalho no campo, a impossibilidade de acesso às terras e as crescentes tensões sociais deram origem a um processo revolucionário desencadeado em 1910.

Entre 1910 e 1917, período mais dinâmico da revolução, as camadas populares foram as principais protagonistas do movimento, chamando a atenção para a urgência da luta em prol do campesinato, ao defender a pauta de uma ampla reforma agrária.

A Revolução Mexicana foi a primeira revolução social e popular da América Latina; nela destacou-se a luta camponesa sob a liderança de Pancho Villa, na região norte do país, e Emiliano



Instituto Nacional de Antropologia e História, Cidade do México

Pancho Villa (1878-1923), sentado ao centro, e Emiliano Zapata (1879--1919), à direita, em fotografia de 1914, destacaram-se como as principais lideranças camponesas da Revolução Mexicana, cujo projeto social mais significativo implicava ruptura estrutural com a secular exploração de que eram vítimas as populações pobres do campo, muitas de origem indígena.

Zapata, ao sul. Sob o lema *Tierra y Libertad*, eles reivindicaram o direito de as comunidades indígenas resgatarem as terras ancestrais e defenderam uma rigorosa reforma agrária propondo a extinção das *haciendas*, iniciativas que foram sistematizadas no Plano de Ayala, de 1911.

Emiliano Zapata foi assassinado em 10 de abril de 1919, em Chinameca, no estado de Morelos, vítima de traição e do inconformismo dos setores conservadores do país. Pancho Villa, guerrilheiro e comandante militar, personificou uma das mais importantes dimensões do processo revolucionário, tornando-se um obstáculo à hegemonia burguesa e dos grandes proprietários rurais, que foram apoiados pelos Estados Unidos desejosos de restabelecer os tradicionais modelos de exploração social. Vítima de traição, foi assassinado em Parral, no estado mexicano de Chihuahua, em 20 de julho de 1923.

Sem articulação com o movimento operário, então em expansão no México, o processo revolucionário não se consolidou nem alcançou o ideal zapatista de *Tierra y Libertad*, embora durante curto período, entre 1913 e 1915, o projeto de uma nova sociedade mais justa e igualitária esteve próximo de se realizar, quando foi feita uma série de transformações estruturais, dentre as quais:

- reforma agrária, com distribuição de terras;
- reconhecimento das propriedades coletivas pertencentes às comunidades indígenas;
- nacionalização de fábricas e engenhos;
- criação de escolas agrícolas;
- aumento de impostos sobre grandes heranças;
- controle estatal sobre as águas.

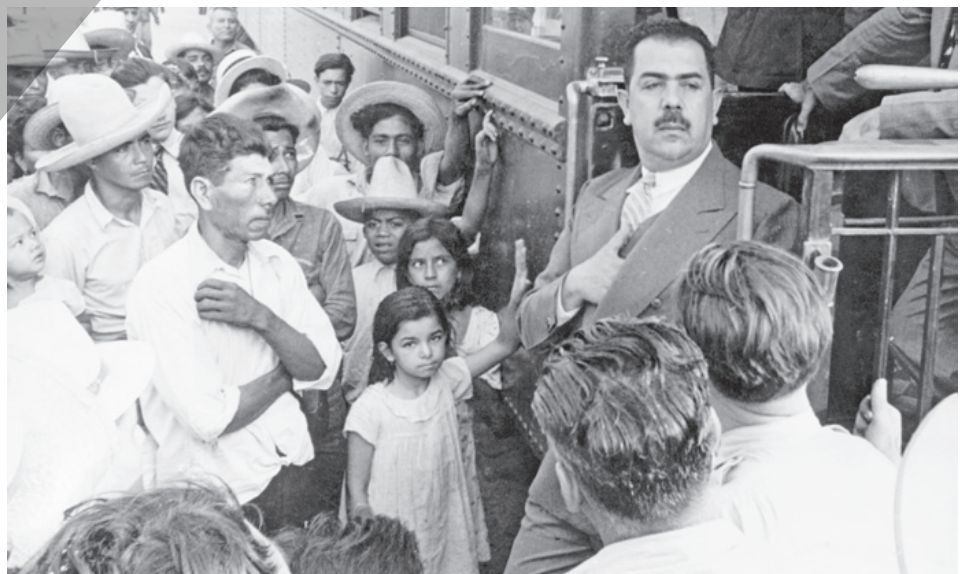
A partir de 1915, com as lideranças camponesas **hesitando** em assumir a totalidade do poder, as forças conservadoras e as diversas facções das elites econômicas representadas por latifundiários, banqueiros e industriais, que contaram com a simpatia de amplos setores da classe média e de instituições como a Igreja Católica e o Exército, além do apoio político-diplomático e econômico dos Estados Unidos, iniciaram uma reação que culminou no esvaziamento do caráter popular do processo revolucionário.

No entanto, a semente da reforma agrária havia sido lançada e a luta se estendeu até o governo [illegible] de Lázaro Cárdenas, entre 1934 e 1940, quando a questão da distribuição de terras foi retomada e ocorreram alguns avanços em favor do campesinato. Tal como no contexto do processo revolucionário do princípio do século, a articulação política dos grandes grupos conservadores e das elites político-econômicas, que controlavam as instituições governamentais, inviabilizou tentativas mais amplas de mudanças estruturais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

GLOSSÁRIO

Hesitar: não ter certeza de; demonstrar dúvida sobre algo.



Bettmann/Getty Images

Lázaro Cárdenas em fotografia da década de 1930.

A questão do patrimonialismo e as desigualdades socioeconômicas

Uma questão que tem perpetuado as desigualdades socioeconômicas no Brasil é a que diz respeito à consolidação do chamado **patrimonialismo**, uma concepção de poder em que as esferas pública e privada se confundem, em benefício da segunda, e cujas origens remontam à formação do próprio Estado brasileiro, cuja governança, em tese, deveria ser regida pela impessoalidade e por práticas republicanas.

Isso significa que, historicamente, os grandes grupos econômicos sempre controlaram as estruturas de poder estatal e se valeram de mecanismos para garantir que as instituições estatais atendam prioritariamente aos interesses privados, comprometendo, portanto, o bem público. No caso do Estado brasileiro no século XIX, o patrimonialismo fica bem evidenciado quando se analisa a Lei de Terras de 1850, citada anteriormente. Essa situação permanece até os dias atuais.

Análise

"Falta ao poder temer o povo"

> [...] países que um dia levaram seus dirigentes à guilhotina e à forca (como a França e a Inglaterra) conseguiram civilizar minimamente sua classe dirigente. Eles a civilizaram através de certo medo pelo povo que se inscreve no imaginário do poder. Com guilhotina ou não (pois isso pode ser visto apenas como metáfora), uma coisa é certa: no Brasil, falta ao poder temer o povo.

SAFATLE, Vladimir. O cinismo é uma forma de racionalidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/06/1893339-o-cinismo-e-uma-forma-de-racionalidade.shtml. Acesso em: 4 ago. 2020.

1. Após a leitura atenta do texto, é possível inferir que as classes dirigentes que controlaram o Estado brasileiro nem sempre se preocuparam com as demandas das camadas populares, não as consideraram, desrespeitaram-nas e investiram recursos públicos no que lhes pareceu mais prioritário e que, muitas vezes, beneficiaram outros segmentos sociais que não os mais vulneráveis. Após debater a questão com os colegas, pesquise e registre no caderno uma ação do Estado que confirme essa afirmativa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O sociólogo, jurista e historiador brasileiro Raymundo Faoro (1925-2003), em estudo clássico intitulado *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, publicado originalmente em 1958, destacou que a estrutura patrimonialista que se implantou no país desde os tempos da independência tem origens ainda mais remotas, vinculadas à própria colonização portuguesa.

De acordo com Faoro, o patrimonialismo sempre foi uma constante em nosso processo histórico, desde a época em que éramos um país essencialmente agrário-exportador e mesmo no acelerado processo de industrialização e urbanização pós-1930.

Esse patrimonialismo esteve presente tanto em períodos autoritários de nossa história como nas fases democráticas, independendo, portanto, da natureza do regime, uma vez que as pressões da ideologia liberal não quebraram o modelo. A marca desse sistema é a negação da impessoalidade das instituições do Estado, dentre as quais o Ministério Público, a Polícia Federal, o Congresso Nacional, as diversas instâncias do judiciário etc. Nessa perspectiva, esses órgãos são percebidos como se estivessem a serviço dos governantes de plantão e de seus eventuais aliados no setor privado e no mundo dos negócios, e não como instituições cuja autonomia é plenamente assegurada pelo texto constitucional.

A cultura do patrimonialismo, assim, estaria no núcleo da própria organização do Estado brasileiro.

A cultura do patrimonialismo, assim, estaria no núcleo da própria organização do Estado brasileiro, uma vez que ao longo de nosso processo histórico, de maneira geral, este sempre teria sido cooptado pelas elites econômicas e pelos que eventualmente estejam à frente dos governos.

"A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente [...] Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi."

Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*.

[...] Há exatos 60 anos, ao analisar a formação político-econômica brasileira, o jurista e historiador Raymundo Faoro apontava para a existência de um estamento burocrático, o qual, ao longo dos séculos, dominou politicamente a nação na medida em que construiu um Estado patrimonial no Brasil para atender aos seus interesses. Em outros termos: os quadros políticos e administrativos, tanto os civis quanto os militares, historicamente se perpetuaram no poder na medida em que exerceram a dominação política sob a forma de poder patrimonialista (administrando os negócios públicos de acordo com os seus interesses privados, considerando o que é público como pertencente ao detentor do poder). Sob esta ótica, altos burocratas, militares e membros da elite política seriam os verdadeiros "donos do poder" no Brasil [...].

SILVA, Bruno Souza da. Os Donos do Poder? *Blog* Legis-Ativo. *In: Estado de S. Paulo*. 18 jul. 2017. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/os-donos-do-poder/. Acesso em: 12 ago. 2020.

1. Não poucos brasileiros, ainda nos tempos atuais, entendem ser natural que determinada pessoa que ocupe um cargo público beneficie a si mesmo e a seus familiares e/ou amigos mais próximos, prática que remete ao patrimonialismo. Em sua opinião, ações dessa natureza, que deformam as próprias instituições republicanas são aceitáveis? Elas contribuem para a construção da cidadania plena? Como se contrapor a elas? Pesquise o tema e fundamente sua resposta valendo-se também dos elementos argumentativos do próprio texto.
2. Forme um grupo com alguns colegas. Discutam se o patrimonialismo, ainda que indiretamente, pode ser entendido como uma forma de violência contra o conjunto da sociedade. Se acham que sim, por quê? Após debaterem o tema e fundamentá-lo, compartilhem a resposta com a turma.

GLOSSÁRIO

Facultar: facilitar; permitir.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

O descompromisso do Estado em relação aos negros libertos no contexto da abolição da [illegible] pode ser percebido na perspectiva do patrimonialismo. Ou seja, o Estado brasileiro, cooptado pelas elites agrárias da época, não apresentou nenhuma política pública que garantisse aos recém-libertos qualquer política compensatória. Por extensão, o acesso à terra lhes foi negado, nenhuma indenização foi concedida a eles ou seus descendentes pelos séculos de trabalho compulsório, nenhum mecanismo lhes **facultou** a inserção no mercado formal de trabalho. Assim, materializou-se o mais absoluto descaso e descompromisso com aquela que, à época, era a mais grave questão social do país.

O Estado brasileiro, cooptado pelas elites agrárias da época, não apresentou nenhuma política pública que garantisse aos recém-libertos qualquer política compensatória.

Embora a resistência dos grupos historicamente excluídos seja uma constante em nossa história, fato é que nosso processo histórico é pródigo em exemplos de desrespeito ao povo brasileiro pelas classes dirigentes e pelo próprio Estado.

Patrimonialismo e sistema tributário brasileiro: outra forma de violência

O patrimonialismo pressupõe que os interesses públicos – que dizem respeito à maioria da população – deixam de ser prioritários, uma vez que as várias instâncias do poder estatal transformam-se numa rede de relações que sempre favorecem, em última análise, os grupos privados, como se estes fizessem do Estado uma espécie de "patrimônio pessoal".

É dessa forma que se explicam as isenções fiscais e os subsídios para grandes empresas; a consolidação de um sistema tributário regressivo que onera excessivamente os mais pobres e a classe média por meio de impostos indiretos que não taxam proporcionalmente os mais ricos; a isenção de impostos sobre lucros e dividendos; além da baixíssima tributação sobre as grandes heranças, que, no Brasil tem alíquota máxima de 8%, enquanto em países como Estados Unidos e Reino Unido esse tipo de tributação chega a ser superior a 40%.

O atual sistema tributário brasileiro pode ser percebido como um dos mecanismos que favorecem a consolidação de um Estado patrimonialista, considerando-se as distorções de seu sistema. No Brasil, não se tributa de forma similar aos países de economia capitalista desenvolvida e que muitas vezes são considerados por nossas elites sociais modelos de civilização, como Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Suécia, entre outros; no entanto, se esquecem desse incômodo detalhe que diz respeito à questão tributária.



Duke

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na charge, de forma [illegible] denunciou a promiscuidade entre o público e o privado, que historicamente permeia a ação de parte da classe política brasileira.

Com o patrimonialismo, consolidou-se no país um perverso mecanismo que bloqueia a inclusão e a ascensão socioeconômica das classes menos favorecidas. As demandas sociais dessas classes deveriam ser atendidas por políticas que priorizem a educação pública e universal de excelência, a expansão e maior capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS), obras que garantam o saneamento básico à totalidade da população, transporte urbano coletivo de qualidade, além de programas de habitação subsidiados para as famílias mais pobres.

O Estado patrimonialista contribui para a perpetuação de um modelo excludente.

Percebe-se, assim, que a pobreza e a desigualdade não são inevitáveis, mas resultam em grande parte de políticas públicas ou da ausência destas – isso significa que as políticas injustas são um reflexo de como as estruturas do poder se articulam. Transformar a realidade social pela distribuição de riqueza de forma mais equilibrada, com certeza resultará de novas escolhas políticas feitas pela sociedade e de uma classe dirigente efetivamente comprometida com a construção de um modelo social mais fraterno e menos violento.

Ao não atender demandas básicas para a construção de um projeto civilizacional inclusivo e mais igualitário, o Estado patrimonialista contribui para a perpetuação de um modelo excludente que reproduz os quadros de pobreza da maioria da população, concentra a riqueza e não

Como falar em mérito se os pontos de partida são absurdamente desiguais?

oferece pontos de partida mais homogêneos para os jovens da sociedade brasileira, o que torna ilusório falar em "meritocracia". Afinal, como falar em mérito se os pontos de partida são absurdamente desiguais?

Em síntese, o patrimonialismo possibilita ao Estado – que não gera riqueza, apenas a transfere –, de maneira geral, utilizar os recursos públicos sem considerar a necessidade de superação das disparidades sociais. Apesar de esses recursos virem dos impostos pagos pelo conjunto da sociedade, a ação do Estado patrimonialista beneficia, conforme observado, os interesses privados, o que é uma clara deterioração do projeto republicano. Nesse momento, vale salientar o sentido e significado da palavra **república**, que vem do latim *res publica* e significa "coisa pública".

O primeiro passo na construção de uma sociedade mais equilibrada e fraterna é reconhecer que vivemos numa sociedade extremamente violenta, como demonstrado pelos números apresentados ao longo do percurso, e que essa violência tem a própria historicidade.

O conceito de **meritocracia** pressupõe que todo indivíduo, valendo-se de suas capacidades e competências, é capaz de prosperar sem precisar de ajuda da sociedade ou do próprio Estado. Isso quer dizer que com base em qualidades individuais como inteligência, talento, esforço, capacidade de trabalho – enfim, pelo próprio mérito –, qualquer pessoa pode alcançar os objetivos a que se propõe.

No entanto, para que a meritocracia seja válida, é preciso que todos os indivíduos tenham "pontos de partida" homogêneos, isto é, que desde a infância as condições sejam mais igualitárias.

O historiador brasileiro Sidney Chalhoub, professor da Unicamp e da Universidade de Harvard, observou, no texto a seguir, que entre nós a meritocracia é um mito.

> A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 7 jun. 2017. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/a-meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub. Acesso em: 4 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Por que, segundo o autor, a ideia de meritocracia precisa ser combatida entre nós? Fundamente sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto e considere sua vivência.

A questão de gênero e as desigualdades socioeconômicas

Você sabe o que significa gênero? Leia a seguir como ele é definido no *Dicionário de Conceitos Históricos*, escrito por historiadores que atuam no Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina da Universidade de Pernambuco.

> [...]
>
> A definição mais corrente de gênero é a que o considera uma categoria relacional, ou seja, gênero é entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. [...] Assim, não há uma essência masculina ou uma essência feminina imutáveis e

determinadas por características biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas [...].

Historicamente, o conceito de gênero surgiu para se contrapor a uma visão que enfatizava as diferenças biológicas, ou sexuais, entre homens e mulheres, que acabava *naturalizando* a dominação masculina. [...]

SILVA, Kalina V.; SILVA, Vanderlei. *Dicionário de Conceitos Históricos.* São Paulo: Contexto, 2014. p. 166.

De acordo com novos pressupostos, a palavra **gênero** passou a ser reconhecida como uma categoria de análise para questionar uma suposta diferença essencial entre os sexos e, portanto, a ideia de que mulheres são mais emocionais, frágeis e passivas, enquanto os homens seriam, "naturalmente", mais racionais, fortes e ativos. As diferenças seriam o produto de uma construção social, que determinaria uma dada situação histórico-cultural e política.

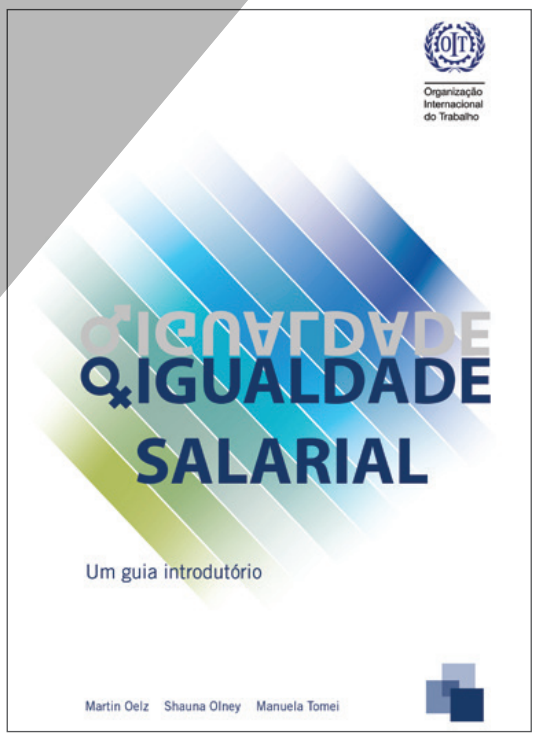
O conceito de gênero, atualmente, é entendido como algo em construção, uma vez que a identidade sexual, antes marcada pela dicotomia entre masculino/feminino, tem se ampliado por considerar que o sexo biológico e a identidade subjetiva nem sempre coincidem. Nesse sentido, o conceito ampliou-se para abranger homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis etc., que não se identificam como homens ou mulheres.

Em 2018, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão vinculado à ONU, valendo-se de dados levantados em escala global, apontou que as mulheres são responsáveis por 76,2% do total de horas de trabalho de cuidado não remunerado, o que corresponde a mais que o triplo dos homens. De acordo com o mesmo relatório, esse trabalho não remunerado é percebido como o principal obstáculo para que as mulheres entrem e permaneçam no mercado de trabalho ou sejam promovidas, o que, evidentemente, é mais um fator de desigualdade em relação aos homens.

Outra questão a ser considerada relacionada ao gênero é a violência que atinge tantas mulheres em nosso país, não raramente pelo simples fato de... serem mulheres, conforme se pode constatar pela análise dos dados apresentados a seguir.

- Segundo o Mapa do Fórum Nacional de Segurança Pública de 2018, a cada 2 horas uma mulher é assassinada e a cada 2 minutos [illegible] violência no Brasil.
- O **feminicídio** [illegible] aumento, atinge sobretudo mulheres na faixa etária em torno dos 30 anos; 61% são negras e 70,7% têm no máximo o Ensino Fundamental.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Organização Internacional do Trabalho, OIT

Capa da publicação *Igualdade Salarial: um guia introdutório*, lançado em 2013 pela Organização Internacional do Trabalho.

1. O Código Penal Brasileiro tipifica o feminicídio como crime hediondo, mas mesmo assim ele tem aumentado. Forme um grupo para discutir o assunto. Em seguida, elaborem uma proposta que contribua para reverter esse assustador quadro de violência em nosso país. Após fundamentarem a proposta, apresentem-na aos colegas da turma.
2. Discuta com os colegas do grupo os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens na divisão das tarefas domésticas. Depois, respondam como está organizada essa divisão de trabalho na casa de cada um de vocês. Por fim, compartilhem os dados obtidos com a turma e, dependendo dos resultados, proponham uma alternativa mais equânime para o trabalho do cuidado não remunerado feito por homens e mulheres no âmbito doméstico.

GLOSSÁRIO

Feminicídio: homicídio de mulher em razão de gênero, ou seja, motivado pelo fato de a vítima ser mulher.

GLOSSÁRIO

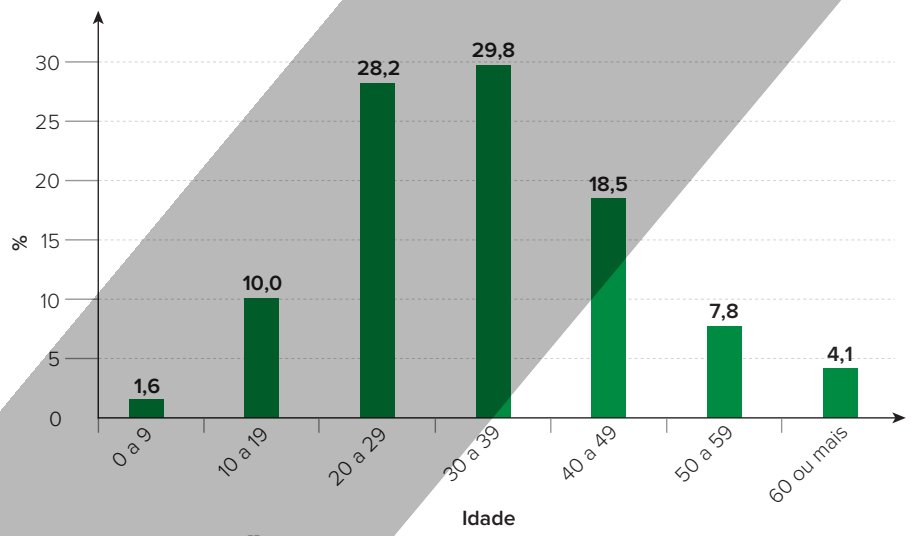
Misoginia: repulsa, desprezo ou ódio de mulheres. Essa forma de aversão mórbida e patológica ao sexo feminino está diretamente relacionada com a violência praticada contra a mulher.

Além da violência doméstica, as mulheres também sofrem com a exploração sexual, sobretudo vinculada ao turismo de estrangeiros em nosso país, em razão da objetificação e sexualização do corpo. Atualmente, diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, se mobilizam para denunciar essa prática que vitimiza muitas mulheres brasileiras, sobretudo jovens moradoras de periferia.

Nesse esforço, tem se destacado a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), da Rede Feminista de Juristas, do Coletivo de Mulheres Defensoras Públicas do Brasil e outras dezenas de entidades e coletivos que têm se preocupado, inclusive, com a imagem do Brasil no exterior, como se aqui fosse o paraíso para esse tipo de turismo, que tem também um caráter **misógino**.

Segundo relatório do Disque 100, de 2012 a 2016 o Brasil registrou 175 mil denúncias de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, quatro denúncias por hora em um intervalo de quatro anos.

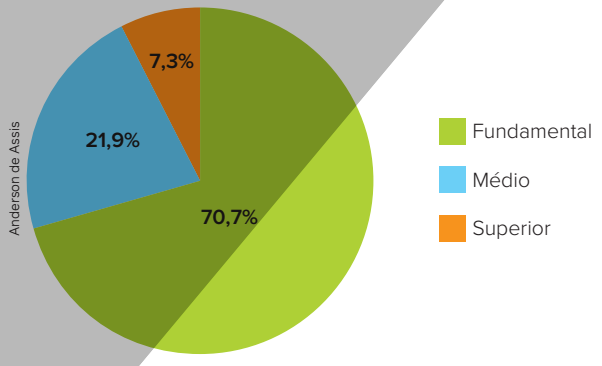
Brasil: vítimas de feminicídio por faixa etária – 2017-2018



Anderson de Assis

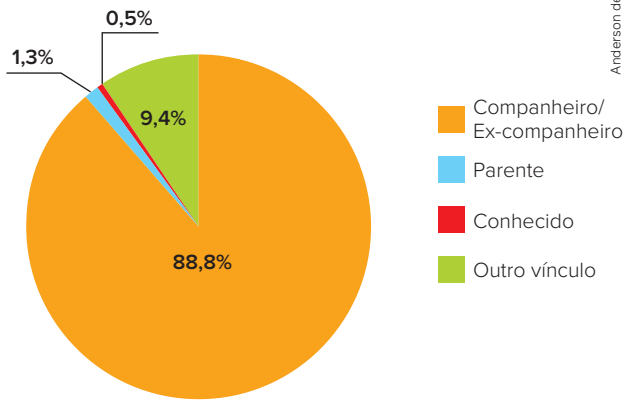
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Brasil: vítimas de feminicídio por escolaridade – 2017-2018



Anderson de Assis

Brasil: vítimas de feminicídio por vínculo com o autor do crime – 2017-2018



Anderson de Assis

Fonte: FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*, São Paulo, ano 13, 2019. p. 112-113. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

1. Em quais faixas etárias o feminicídio é mais intenso no Brasil? Levante uma hipótese para a maior incidência desse crime nessas faixas etárias. Compartilhe a resposta com a turma.
2. Há alguma relação entre a violência contra as mulheres e o grau de proximidade delas com as pessoas que a praticam? Pesquise o tema e use elementos argumentativos dos textos pesquisados para fundamentar sua resposta.
3. Existe alguma relação entre o grau de violência contra as mulheres e o nível de escolaridade? Pesquise informações sobre o assunto e fundamente a resposta com elementos argumentativos dos textos pesquisados.

Vozes

A cearense Maria da Penha Maia Fernandes (1945-) é uma ativista brasileira que se dedica a lutar pelas mulheres vítimas de violência doméstica. Formada em Farmácia (UFC, 1966), Maria da Penha concluiu mestrado na mesma área na USP, em 1977, ano em que se casou com um colega. Eles retornaram a Fortaleza e tiveram três filhas. Segundo ela, a violência física e psicológica do marido começou após o nascimento das meninas.

Em 1983, ela foi vítima de bárbara agressão: enquanto dormia foi atingida por um tiro nas costas. A versão do marido de que se tratou de uma tentativa de assalto foi rejeitada pela perícia. Em consequência do tiro, Maria da Penha se submeteu a cirurgias, porém, ficou paraplégica.



J. Duran Machfee/Futura Press

Maria da Penha Maia Fernandes. São Paulo (SP), 2012.

Sua luta por justiça objetivando a punição do agressor e que seu caso servisse de referência para outras mulheres brasileiras se estendeu por quase 20 anos. O exemplo de Maria da Penha e a repercussão de seu caso, inclusive internacional, deu origem a um projeto de lei que foi sancionado como Lei Maria da Penha, que tipifica o crime de feminicídio, estabelece punições cabíveis aos agressores e indica a necessidade da criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher.

Por sua atuação, Maria da Penha Maia Fernandes tornou-se um ícone no contexto da resistência feminina contra a opressão de gênero e teve seu nome, em 2007, cotado para receber o Prêmio Nobel da Paz.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Você e os colegas devem pesquisar a Lei Maria da Penha e selecionar dois artigos que lhes pareçam de grande importância. Após fundamentar a escolha, o tema deve ser objeto de um debate mais amplo, que envolva toda a turma.
2. Por que iniciativas como a que culminou na promulgação da Lei Maria da Penha são importantes para combater a violência de gênero? Pesquise, individualmente, o tema e responda baseando seus argumentos nos dados e elementos dos textos pesquisados. Em seguida, compartilhe com os colegas de turma.

Na mudança... há permanência

O romance *O Leopardo*, do escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), foi publicado em 1958. É considerado, pela crítica literária, uma das obras-primas da literatura italiana.

A obra é ambientada no período do processo de unificação política da Itália e consequente nascimento do Estado italiano, em fins do século XIX. A narrativa centra-se na figura de Dom Frabrizio Salina, personagem principal, nobre proprietário de terras na Sicília, numa época em que os sinais de decadência dessa aristocracia eram evidentes, até mesmo pela ascensão de uma rica e próspera burguesia industrial no norte da Península Itálica.

Na narrativa, um dos personagens mais importantes é Tancredi, sobrinho de Dom Fabrizio, um indivíduo prático e oportunista que tem a percepção do tempo histórico e de que a unificação é irreversível. Portanto, torna-se necessário aderir aos novos tempos, e seu oportunismo faz com que, embora tendo uma origem aristocrática, participe dos conflitos armados que permearam a unificação italiana lutando ao lado dos "camisas vermelhas", grupo armado de perfil mais popular e democrático, organizado por Garibaldi. Diante da preocupação de seu tio Dom Fabrizio com os riscos que a unificação poderia representar para os aristocratas, Tancredi procura tranquilizá-lo afirmando:

> "Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude".

Em outras palavras, na mudança... há permanência.

A máxima da obra *O Leopardo* pode ser percebida da mesma forma em relação ao processo histórico brasileiro, em vários de seus momentos aparentemente "decisivos". Sabe-se que todo processo histórico carrega consigo a possibilidade de ruptura, mas também de continuidade, e ao longo da história do Brasil essa é uma realidade que não deve passar despercebida se pretendemos compreender melhor a sociedade brasileira no presente.

É evidente que em seus quase 200 anos de país independente, o Brasil passou por profundas transformações nas suas mais diversas instâncias (políticas, econômicas, sociais, demográficas, culturais etc.).

Conforme observado anteriormente, em 1822, quando da independência e subsequente organização do Estado brasileiro, o país tinha cerca de 4 milhões de habitantes. Quase 200 anos depois, em 2020, a população passou de 210 milhões de habitantes. Daquela época até por volta de 1930, éramos um país de economia essencialmente primário-exportadora, embora não exclusivamente, prova disso é que o café respondia por mais de 70% de nossas exportações.

A partir dessa mesma década, com o avanço da produção industrial, consolidou-se uma burguesia industrial, ampliaram-se os grupos médios e urbanos, e expandiu-se o proletariado em algumas cidades, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, então capital da República.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Alex Silva/Estadão Conteúdo/AE

Viaduto do Chá. São Paulo (SP), 1928.

No entanto, nas questões estruturais, as transformações históricas de nosso país foram tímidas, ao mesmo tempo que se estabeleceram, continuamente, mecanismos de controle das camadas populares pelos "donos do poder", expressão empregada pelo escritor e jurista Raymundo Faoro para designar os representantes das classes dirigentes que, conforme comentado, sempre detiveram o monopólio do poder político, na perspectiva do Estado patrimonialista.

Futebol: racismo estrutural e violência

Na virada do século XIX para o século XX, com a República recém-implantada, boa parte das elites econômicas, sociais, políticas e mesmo intelectuais sonhava com a modernização do país. Tratava-se, no entanto, de uma modernização seletiva e desigual, uma vez que excluía a maioria da população das possíveis **benesses** dela decorrentes.

GLOSSÁRIO

Benesse: benefício; ganho; vantagem.

Nessa perspectiva, grandes investimentos foram feitos pelo poder público em muitas capitais, sobretudo no Rio de Janeiro, em setores como urbanização e higienização. Mais uma vez, as grandes questões sociais mencionadas ao longo do percurso foram esquecidas. Em síntese, cuidava-se das aparências e esquecia-se do essencial.

Foi nesse contexto de transformações que o futebol chegou ao Brasil, introduzido em 1895 pelo estudante paulistano, descendente de ingleses, Charles Miller (1874-1953). Originalmente, em fins do século XIX e início do século XX, a prática desse esporte restringia-se aos filhos das elites nas cidades brasileiras. Negros, mestiços e operários não tinham acesso a ele. No entanto, acabou tornando-se popular conforme foi sendo incorporado pelos excluídos.



Acervo Iconographia

Time de jogadores do Fluminense Football Club. Rio de Janeiro (RJ), anos 1910.

Apesar de sua elitização, o esporte tornou-se um fenômeno popular à medida que a urbanização avançava no país. Assim, começaram a surgir times formados por operários, artesãos, imigrantes, mesticos e negros, contrapondo-se à lógica elitista e excludente, o que pode ser percebido como forma de resistência dos excluídos. A resistência à inserção de negros era tão grande, que, em [illegible] República, Epitácio Pessoa, proibiu a presença deles na seleção brasileira para "não comprometer a imagem do país no exterior".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No entanto, estes sujeitos históricos não apenas se apropriaram de uma manifestação cultural aristocrática, mas, ao fazê-lo, ressignificaram-na, ou seja, reinventaram-na, acrescentando-lhe a irreverência e o improviso, conferindo-lhe uma identidade própria, que passou a singularizar o "jeito brasileiro" de jogar futebol.

Não foram poucos intelectuais, como o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), que perceberam esse "jeito brasileiro" que começou a se impor já nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo nesta última, quando negros e mestiços passaram a ser aceitos não apenas nos clubes mas também na seleção brasileira. Vale salientar, no entanto, que esse fato não deve ser confundido com mobilidade social, pois o racismo ainda perpetuava para esses jogadores.

A expansão urbana de São Paulo a partir das últimas décadas do século XIX, ao se fazer acompanhar da ideologia do progresso e da modernidade, contribuiu para a disseminação de formas variadas de atividades e provas esportivas, que reforçavam os laços de identidade entre seus moradores e a própria cidade. Isso pode ser comprovado pela cobertura que a imprensa da época dava a elas, com destaque para as seguintes modalidades: automobilismo, motociclismo, ciclismo, boxe, esgrima, ginástica, natação, regatas, turfe e, com o tempo, o futebol. O cartão de visita deste último, aliás, para lhe valorizar mais aos olhos de nossas elites europeizadas, era o fato de ter vindo da "civilizadora Inglaterra".

Rap e *funk*: protagonismo jovem e denúncia da violência cotidiana

O *rap* e o *funk* possibilitam novas formas de sociabilidade e assumem uma centralidade na vida social de muitos jovens.

Inúmeras pesquisas indicam que muitos jovens, sobretudo os das periferias das grandes cidades, não frequentam cinema de forma regular, como gostariam. A maioria deles nunca foi ao teatro, museus ou galerias de arte e o acesso às salas que contemplam música erudita e dança clássica, que poderiam fornecer novas referências e valores, de maneira geral também é vedado a eles. Junte-se a isso a especulação imobiliária, que diminuiu drasticamente os espaços de convivência social, e tem-se um quadro de não inclusão, não pertencimento e não cidadania.

É compreensível que todas essas questões comprometam a construção de uma autoimagem positiva, encolhendo ainda mais a perspectiva de um futuro no qual eles se vejam como sujeitos relevantes.

É nesse cenário que muito jovens que se dedicam ao *rap* ou ao *funk* não o fazem em tempo integral. Muitos deles ainda estão na escola, outros, desde a adolescência, já ingressaram no mercado de trabalho mesmo que de forma precária. Assim, esses jovens veem na música uma forma de vivência e resistência social, expressão juvenil, construção de identidade, denúncia de perversas realidades do cotidiano e uma maneira de dar visibilidade às tensões e contradições da sociedade em que vivem.

Além de alternativa de simples divertimento e de protagonismo numa sociedade que lhes veda o exercício da cidadania plena, alguns dos jovens que se dedicam ao *rap* e ao *funk* têm também a esperança de serem atores sociais ao participar de grupos musicais, muitos dos quais acabam assimilados pela própria indústria cultural.

O *rap* e o *funk* possibilitam novas formas de sociabilidade e assumem uma centralidade na vida social de muitos jovens por meio dos eventos culturais que promovem, resgatando a autoestima, ressignificando identidades positivas e viabilizando interações socioafetivas.

#Ficaadica

Educação e pesquisa: O *rap* e o *funk* na socialização da juventude, de Juarez Dayrell. Artigo do sociólogo e educador, fundador e integrante do Observatório da Juventude da UFMG, no qual ele chama a atenção para a importância que o *rap* e o *funk* assumiram como formas de expressão e de protagonismo de parte da juventude brasileira na contemporaneidade. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009. Acesso em: 12 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Guerras do Br[illegible], de [illegible] (130 min). Série documental com cinco episódios que, em seu conjunto, detalha como o Brasil foi formado por séculos de conflito armado, desde a chegada dos europeus na América até a violência nos dias de hoje.

Jornal da Unicamp: A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, de Manuel Alves Filho, 7 jun. 2017. Entrevista com o historiador Sidney Chalhoub. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub. Acesso em: 4 ago. 2020.

O veneno está na mesa, de Silvio Tendler (49min22s). Publicado pelo canal Cine Amazonia. O documentário traz o relato de especialistas e agricultores sobre a agricultura brasileira, os agrotóxicos e o atual modelo empregado no Brasil.

Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade, organizado pelo Instituto Patrícia Galvão (Instituto Patrícia Galvão; Paulinas). O livro é uma coletânea de artigos, escritos por especialistas, com o objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha e os trabalhos que vêm sendo realizados pelas áreas de segurança, Justiça e assistência psicossocial, assim como pelo ativismo social e religioso, de modo que as mulheres saibam identificar um caso de violência doméstica, conheçam seus direitos e descubram como acessá-los.

VOX, de Christina Dalcher (Editora Arqueiro). O livro conta uma história distópica, na qual um governo autoritário se instala nos Estados e começa a tirar os direitos das mulheres até chegar ao ponto em que cada mulher pode falar apenas 100 palavras.

Prática de pesquisa

Unidade de Conservação

Nesta prática de pesquisa, você será um agente socioambiental e cuidará de uma área específica. Além de analisar os processos de ocupação humana e o desenvolvimento da região, seu trabalho será criar uma estratégia de conservação que dialogue com as populações locais, norteie e gerencie práticas econômicas e culturais e corrija rumos de manejo ambiental e preservação do território.

- Organização: turma dividida em 3 grandes grupos.
- Duração: 5 aulas.
- Material: caderno; caneta ou lápis; prancheta; computador com acesso à internet.

Juntem-se e pesquisem!

Organizem-se em três grandes grupos de trabalho. Cada grupo deve escolher uma das áreas a seguir.

Área 1

Área com elevado grau de devastação de recursos hídricos e vegetais. É próxima a dois grandes centros urbanos e sofre a ameaça de avanço de loteamentos para a construção de condomínios de alto padrão. Recentemente foi inaugurado um *resort*. O empreendimento emprega 42 pessoas que moram na região e movimenta indiretamente dezenas de outros estabelecimentos comerciais. Há muitas espécies de animais em extinção, além de espécies endêmicas. Os especialistas alertam que a presença humana na área pode prejudicar ainda mais essas espécies.

Área 2

Área isolada das grandes cidades, com cavernas, cachoeiras e mirantes. Moradores residentes no local há muito tempo não possuem nenhum documento de propriedade da terra. Eles têm recebido, de mineradoras, ofertas de compra de seus terrenos com valores abaixo do mercado. Algumas famílias já venderam suas terras, outras resistem à chegada das mineradoras. Os moradores mais antigos se dizem responsáveis pela manutenção da flora e da fauna. Os mais jovens estão saindo do local em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos, o que indica diminuição demográfica na região.

Área 3

Região isolada dos grandes centros urbanos do estado, com presença de grupos indígenas. Estudos recentes descobriram pinturas rupestres de interesse arqueológico mundial em grutas e cavernas da região. Há ainda espécies raras de mamíferos que estão em risco de extinção e foram descobertos fósseis importantes que podem ajudar a explicar detalhes do passado geológico. Os indígenas da região são bastante hostis ao contato com brancos, tanto pesquisadores como fazendeiros ou agricultores. No último contato, um grupo de pesquisadores foi atacado com flechas e obrigado a recuar.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em seguida, pesquise, com os colegas de grupo, três aspectos básicos de cada área escolhida: vegetação (para compreender o grau de especificidade e degradação); fauna (para estudar que espécies podem estar em risco); e ocupação humana (para entender alguns dos aspectos econômicos, culturais e sociais).

Engajem-se e debatam!

Agora que vocês se aprofundaram nos diversos aspectos e forças de atuação da área escolhida, proponham uma solução para a preservação/recuperação do bioma utilizando as questões a seguir e justificando cada uma delas.

1. Como vocês classificariam a situação de ameaça ambiental dessa área?
2. A área pela qual vocês estão responsáveis se caracteriza pela importância ambiental, sociocultural ou histórica?
3. Se vocês fossem criar uma Unidade de Conservação nesta área, ela poderia ser aberta ao turismo?
4. Se vocês fossem criar uma Unidade de Conservação nesta área, ela poderia abrigar povos morando e praticando agricultura?
5. Se já houver população humana habitando a área, qual é a proposta em relação à permanência/remoção dela?

Cada grupo deverá apresentar seus resultados à turma organizando as informações numa exposição oral de dois a três minutos. Depois, todos podem debater livremente o tema "Desafios para se criar uma Unidade de Conservação" comparando alguns dos resultados obtidos pelos grupos.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Quais as principais formas de violência que atingem os jovens na sociedade brasileira atual?
2. Como as diversas formas de violência disseminadas em nossa sociedade podem ser relacionadas com as questões estruturais?
3. Por que se pode afirmar que o patrimonialismo está na gênese de várias formas de violência da sociedade brasileira?
4. Que razões explicam o fato de os níveis de concentração de renda estarem na raiz de várias formas de violência da sociedade brasileira?
5. Escreva um breve texto comentando a seguinte afirmação: desde que chegou ao Brasil, o futebol, apesar de seu grande apelo popular, tem sido palco privilegiado de diversas formas de violência.
6. As disparidades socioeconômicas se traduzem em diversas formas de violência, algumas de difícil percepção, por não receberem a devida visibilidade nos grandes meios de comunicação.

Texto 1

Morador de bairro rico vive até 23 anos mais que na periferia paulistana

O Mapa da Desigualdade reafirma a gravidade das diferenças de condições de vida da população paulistana. O levantamento anual realizado pela Rede Nossa São Paulo mostra que quem vive em Moema, região [illegible], tem expectativa de chegar aos 80 anos de idade. Já os moradores de Cidade Tiradentes, no extremo leste, têm expectativa de 57 anos. "O dado é tão grave que a diferença de 23 anos entre Moema e Cidade Tiradentes é como se a gente andasse um quilômetro em direção à periferia e perdesse um ano de vida. Isso dentro da mesma cidade", lamentou o coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo, Jorge Abrahão. [...]

"[O dado] revela uma desigualdade cumulativa. Quando você tem uma idade média ao morrer baixa, é que naquele distrito você está tendo um grau elevado de homicídios juvenis, de mortalidade infantil, tem problemas de saúde, de saneamento básico. Esse dado concentra uma série de dimensões da nossa vida. Por outro lado, se nós somos capazes de ter um bairro em que esse número é elevado, significa que a gente tem o conhecimento instalado na cidade para ter espaços em que você tenha uma idade elevada ao morrer. Isso pode ser replicado, mas depende da coragem dos políticos de enfrentarem isso, concentrando esforços nos lugares mais necessitados", explicou Abrahão. [...]

GOMES, Rodrigo. Mapa da desigualdade: morador de bairro rico vive até 23 anos mais que na periferia paulistana. *In: Rede Brasil Atual*, São Paulo, 5 nov. 2019. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/mapa-da-desigualdade-23-anos/. Acesso em: 4 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Texto 2

Periferia lidera número de mortos por covid-19 na cidade de São Paulo

Os bairros da periferia de São Paulo lideram o número de mortes confirmadas ou suspeitas de contaminação pelo novo coronavírus. Segundo dados divulgados pela prefeitura da capital paulista, 1207 óbitos relacionados à covid-19 foram registrados entre os dias 23 de fevereiro e a última segunda-feira [13/4] no município.

Do total de mortos, a maioria residia em bairros situados em regiões carentes da cidade. O distrito que teve a maior quantidade de vítimas foi Brasilândia, na zona norte, com 33 casos. Em seguida estão: Sapopemba (28), Itaquera (27) e São Lucas (24). Grajaú, Jaraguá, Freguesia do Ó, Cangaíba e Cidade Tiradentes tiveram 22 mortos cada um.

O aumento das mortes na periferia representa uma mudança no mapa do coronavírus na cidade. No início da pandemia, em março, os casos da doença em São Paulo eram concentrados em bairros nobres, como Pinheiros, Jardim Paulista, Itaim Bibi e Perdizes, na zona oeste.

A Secretaria Municipal da Saúde avalia que houve uma migração do vírus para a periferia. Segundo a pasta, no início da pandemia, os casos eram importados. Ou seja, os infectados pegaram a doença no exterior e trouxeram para a cidade. No segundo momento, com a transmissão comunitária, a doença se espalhou pelo município chegando aos extremos da capital. [...]

MUNHOZ, Fábio. Periferia lidera número de mortos por covid-19 na cidade de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2020. Disponível em: https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/04/periferia-lidera-numero-de-mortos-por-covid-19-na-cidade-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 26 maio 2020.

a) Faça uma pesquisa para verificar se a disparidade na expectativa média de vida também se repete entre os bairros ricos e periféricos da capital de seu estado e/ou na própria cidade em que você mora.

b) Após a pesquisa, a turma deve redigir um documento a ser enviado às autoridades públicas do estado solicitando explicações das disparidades e a implementação de soluções para contornar essa forma de violência contra os mais pobres.

c) Com seu grupo de estudo, façam um levantamento do comportamento da covid-19, para verificar se o observado na cidade de São Paulo se reproduziu também na capital de seu estado.

d) Como as autoridades públicas de seu estado e de sua cidade atuaram para evitar um número maior de mortos em decorrência da covid-19 nas áreas periféricas das grandes cidades? Pesquise e se informe a respeito.

e) O que o governo federal poderia ter feito para mitigar os efeitos mais devastadores da covid-19 nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos?

7. Leia o texto a seguir e responda às questões.

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza. [...]

Nas periferias dos grandes centros urbanos, efervescência cultural protagonizada por parcelas dos setores juvenis. Ao contrário da imagem socialmente criada a respeito dos jovens pobres, quase sempre associada à violência e à marginalidade, eles também se posicionam como produtores culturais. Entre eles, a música é o produto cultural mais consumido e em torno dela criam seus grupos musicais de estilos diversos, dentre eles o *rap* e o *funk*. Nesses grupos estabelecem trocas, experimentam, divertem-se, produzem, sonham, enfim, vivem determinado modo de ser jovem.

DAYRELL, Juarez. O *rap* e o *funk* na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*. v. 28, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009. Acesso em: 4 ago. 2020.

a) Em sua opinião, por que o *rap* e o *funk* são percebidos de forma preconceituosa? Justifique sua resposta valendo-se de elementos argumentativos.

b) Por que se pode afirmar que o *rap* e o *funk* são formas musicais que expressam o protagonismo dos jovens da periferia das grandes cidades?

c) Por meio do *rap* e do *funk*, muitos jovens, além de consumidores de cultura, tornam-se também produtores de cultura? Fundamente sua resposta.

8. Em 2015, a ONU lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parte da agenda 2030. Eles são um conjunto de diretrizes para nortear políticas públicas em diferentes países, com o objetivo de que, em 2030, "o mundo seja um lugar melhor".
Leia atentamente o texto a seguir.

Uma agenda para a geração de hoje e para as gerações futuras

Nós estamos anunciando hoje 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se a uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos criando juntos um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, nos dedicando coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo.

Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, sua soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Vamos implementar a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração de hoje e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e enfatizamos que a Agenda deverá ser implementada de uma forma consistente com os direitos e obrigações dos Estados sob o direito internacional.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. *In:* NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 4 ago. 2020.

Conforme orientação do professor, vocês se organizarão em grupos e ficarão responsáveis por determinado ODS. A tarefa de vocês é se aprofundar no ODS do grupo e associá-lo às questões discutidas nesta unidade.
Feito isso, apresentem à turma uma proposta de política pública (brasileira ou internacional) referente ao ODS pesquisado e aos temas trabalhados. Pesquisem quais são os 17 ODS e os relacionem com o conteúdo desta unidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Questões de Enem e vestibulares

Unidade 1

1. (Enem 2019)

Para dar conta do movimento histórico do processo de inserção dos povos indígenas em contextos urbanos, cuja memória reside na fala dos seus sujeitos, foi necessário construir um método de investigação, baseado na história oral, que desvelasse essas vivências ainda não estudadas pela historiografia, bem como as conflitivas relações de fronteira daí decorrentes. A partir da história oral foi possível entender a dinâmica de deslocamento e inserção dos índios urbanos no contexto da sociedade nacional, bem como perceber os entrelugares construídos por estes grupos étnicos na luta pela sobrevivência e no enfrentamento da sua condição de invisibilidade.

MUSSI, P. L. V. Tronco velho ou ponta da rama? A mulher indígena terena nos entrelugares da fronteira urbana. *Patrimônio e Memória*, n. 1, 2008.

O uso desse método para compreender as condições dos povos indígenas nas áreas urbanas brasileiras justifica-se por:

a) focalizar a empregabilidade de indivíduos carentes de especialização técnica.

b) permitir o recenseamento de cidadãos ausentes das estatísticas oficiais.

c) neutralizar as ideologias de observadores imbuídos de viés acadêmico.

d) promover o retorno de grupos apartados de suas nações de origem.

e) registrar as trajetórias de sujeitos distantes das práticas de escrita.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

2. (Espcex-SP 2018) No início do século XX, os trabalhadores brasileiros se organizaram para defender seus direitos. Duas ideologias oriundas do século XIX predominavam nessa época: o comunismo e o anarquismo. Avalie as afirmações abaixo.

I. Defendia a conquista do Estado e o estabelecimento de uma ditadura.

II. Era contrária à existência do Estado.

III. Valorizava o partido político como meio de organizar as lutas.

IV. Não concordava com as eleições, pois via nestas um meio de manipulação do povo.

A opção que apresenta os fatos relacionados à doutrina do anarquismo é:

a) I e II. **c)** I e IV. **e)** I e III.

b) II e IV. **d)** II e III.

3. (Uece-CE 2019)

O inchaço das grandes cidades brasileiras, em decorrência da migração da população campesina, fez surgir realidades caóticas nas metrópoles. Em razão disso, importantes movimentos sociais urbanos surgem contestando a lógica político-territorial brasileira, responsável por deixar milhões de pessoas em condições precárias, ou, até mesmo, sem moradia.

DIAS, Luan Guilherme; SILVA, Juvêncio Borges. *Pensar*, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 1-13, abr./jun. 2018, p. 5. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/rpen/article/download/6450/pdf.

Sobre movimentos sociais urbanos, é correto dizer que:

a) são organizações governamentais criadas para mediar os interesses do Estado junto às populações moradoras das periferias das cidades, com o objetivo de ajudá-las a conquistar seus direitos.

b) são movimentos populares, na cidade, que ajudam a transformar a realidade social, mobilizando a sociedade a partir de protestos e/ou pressão ao círculo oficial do poder, visando garantir direitos sociais básicos.

c) seus objetivos fundamentais de criação e de existência, em todas as sociedades, são a cooperação e a cogestão dos interesses das populações urbanas e dos governos.

d) possuem relação harmoniosa com o Estado em função da relação de satisfação estabelecida entre a vontade coletiva e a dos grupos que dominam os recursos materiais da sociedade.

4. (Enem 2017)

O fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Esses novos processos se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares, que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (adaptado).

A redefinição dos fluxos migratórios internos no Brasil, no período apontado no texto, tem como causa a intensificação do processo de:

a) descapitalização do setor primário.

b) ampliação da economia informal.

c) tributação da área residencial citadina.

d) desconcentração da atividade industrial.

e) saturação da empregabilidade no setor terciário.

Unidade 2

1. (Enem 2019)

A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. *Bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava

a) a alta de preços.

b) a política clientelista.

c) as reformas urbanas.

d) o arbítrio governamental.

e) as práticas eleitorais.

2. (Unicentro-PR 2019)

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a [illegible] as sociais, articuladas [illegible] conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade.

GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997. *Apud* TASCNHER, Gisela. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1):47-52, janeiro/abril 2010, p. 49.

Acerca dos movimentos sociais, é correto afirmar que, no Brasil,

a) os movimentos sociais foram substituídos pelos partidos políticos que, a partir de 2004, passaram a monopolizar as demandas de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

b) o único movimento social revolucionário ainda atuante é o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

c) o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), especialmente em São Paulo, não pode ser caracterizado como um movimento social, pois visa apenas à obtenção de moradia para os seus membros.

d) os movimentos sociais caracterizam-se pela abrangência das causas defendidas por diferentes atores sociais coletivos.

e) os movimentos sociais são ações sociopolíticas constituídas por atores sociais coletivos pertencentes unicamente à classe dos trabalhadores rurais sem terra e ao movimento dos sem-teto.

3. (Fuvest-SP 2020)

A semente da integração nacional seria, pois, lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar. A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a "vontade de ser brasileiros" dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo Império nos trópicos. A luta entre as facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido no poder central. Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade.

Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

a) Caracterize o período histórico de que trata o texto.

b) Descreva os projetos dos principais grupos políticos do período.

c) Explique a frase: "Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes, relegados para a posteridade".

4. (UFRGS-RS 2019) Leia o trecho abaixo, sobre a história do Brasil contemporâneo.

O desmonte do DOI e do aparelho repressivo como um todo foi realizado de forma gradual e ambígua, de maneira a preservar a impunidade daqueles que cometeram crimes em nome da segurança nacional. [...] Esse processo, embora tenha desarticulado o núcleo da repressão política, possibilitou a sobrevivência de muitas das práticas repressivas criadas ou consolidadas durante a ditadura militar, que passaram a ser disseminadas pela sociedade, tendo como alvo preferencial os membros dos setores desfavorecidos. [...] A volta à

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

democracia política se fez, portanto, sob o signo do enorme abismo social cavado durante os anos do milagre econômico e da contenção social das camadas populares através da repressão policial.

JOFFILY, Mariana. Mecânica do interrogatório político. *In*: CARDIA, Nancy & ASTOLFI, Roberta (org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 388.

Assinale a alternativa que indica essas características.

a) O fim das práticas de violência estatal no processo de consolidação da democracia política no país e a diminuição da desigualdade social gerada pelas políticas econômicas da ditadura civil-militar.

b) A continuidade da desigualdade social herdada da ditadura civil-militar e da violência estatal contra os setores mais desfavorecidos durante o período democrático.

c) A desmilitarização das polícias brasileiras e a adoção de um amplo consenso nacional em torno da defesa dos direitos humanos e democráticos fundamentais.

d) A continuidade inalterada dos órgãos de repressão do período ditatorial e sua centralidade para a vida política e social do país.

e) O desmonte do aparelho repressivo autoritário e a responsabilização judicial de seus integrantes ao longo do período democrático.

Unidade 3

1. (Enem 2019)

A maior parte das agressões e manifestações discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas ocorrem em locais públicos (57%). É na rua, na via pública, que deveriam lugar mais de 2/3 das agressões [...] próximos às casas de culto dessas religiões. O transporte público também é apontado como um local em que os adeptos das religiões de matrizes africanas são discriminados, geralmente quando se encontram paramentados por conta dos preceitos religiosos.

REGO, L. F.; FONSECA, D. P. R.; GIACOMINI, S. M. *Cartografia social de terreiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

As práticas descritas no texto são incompatíveis com a dinâmica de uma sociedade laica e democrática porque

a) asseguram as expressões multiculturais.

b) promovem a diversidade de etnias.

c) falseiam os dogmas teológicos.

d) estimulam os rituais sincréticos.

e) restringem a liberdade de credo.

2. (Uece 2019) A forma moral e legal de violência, legitimada nas sociedades ocidentais contemporâneas, é a

a) civil, que se dá entre pessoas.

b) conjugal, que ocorre na esfera doméstica.

c) de Estado, por meio de repressão e confinamento.

d) dos educadores, que ocorre na escola.

3. (Unemat-MT 2017)

O medo invade, por não se saber medo de que, o imaginário do indivíduo de forma tão voraz que não se percebe, verdadeiramente, suas profundas razões. Esse sentimento de insegurança e de medo é que justifica ao Estado tomar medidas simbólicas cada vez mais autoritárias, fortalecendo o imaginário da ordem, causando uma diminuição dos espaços sociais, o isolamento gradativo e voluntário das vítimas [...], exacerbando o individualismo, característicos da sociedade contemporânea.

GRAZIANO SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos. *Globalização e sociedade de controle*: a cultura do medo e o mercado da violência. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 149.

No texto acima, o autor faz uma reflexão sobre uma das facetas da atualidade que se expressa em torno do medo. Ao fazê-lo, sugere que

a) o medo é uma característica do Homem e graças a ele a humanidade conseguiu sobreviver nas primeiras etapas de sua evolução, na savana africana, em meio a outras espécies bem maiores e mais selvagens.

b) a relação entre medo e individualismo é uma das premissas da sociedade capitalista, desde o seu nascimento no século XIX, pois "medo de passar fome", "medo de não ter onde morar" e outros medos impelem os indivíduos ao mercado de trabalho.

c) o papel do Estado na atualidade é manter uma relação de equilíbrio entre os vários grupos que compõem a sociedade e, nesse sentido, a ideologia do medo deve ser combatida para o bem-estar de todos.

d) o medo é uma forma de controle social que se dá através da produção do discurso da insegurança generalizada, em que o Estado e a mídia se constituem como protagonistas centrais neste processo e, de sua aceitação muitas vezes voluntária, pela coletividade.

e) o aumento da insegurança e do medo, na contemporaneidade, está vinculado ao aumento da pobreza, o que tem levado muitos jovens que não conseguem emprego a buscar na criminalidade formas de sustento e reconhecimento social.

Índice remissivo

A

agricultura 10, 12, 19, 22, 24-25, 31-34, 37-41, 45, 47-50, 53-54, 75, 117, 134, 137, 148-149

agronegócio 32-34, 47, 52, 117, 128

agrotóxicos 22, 32, 35, 47-48, 117, 148

antropocentrismo 112

aquecimento global 26, 115, 120, 129

arenização 45, 48, 51, 54

atmosfera 113-116, 118, 119

autoritarismo 69, 82, 85-86, 101-102

B

bioma 29, 35, 42, 45-46, 50, 108, 121-123, 125, 128-129, 149

bolsões de pobreza 51, 55

C

cafeicultura 19, 73-75

camada de ozônio 113

cana-de-açúcar 12, 15, 17, 20, 23-24, 35, 42-43, 124

capitania 13-15, 17-18, 23

Código Florestal 38, 127

coivara 34

Constituição 26-27, 29, 36, 58, 60, 68-69, 78-79, 86, 89-90, 95-96, 131, 134

Corte portuguesa 61-63

cultura 17, 63, [illegible] 117, 151

curvas de nível 48, 50

D

democracia 56, 57, 61, 79, 89, 95-98, 100, 131, 154

desenvolvimentista 84, 85, 89-91, 93, 96, 98, 100, 102

desertificação 35, 38, 46, 48, 51, 54

desigualdade 11, 14, 23, 25, 38, 81, 84-85, 92, 98, 130, 133-135, 137, 139, 141-143, 148, 150, 154

Direitos Humanos 96, 131-132

ditadura 22, 28-29, 61, 85, 89, 94, 96-97, 99, 101

E

economia 12, 15, 17-18, 20, 23, 33-34, 37, 43, 47, 50, 62, 64, 71, 74, 81, 84, 89, 94, 98, 118, 120, 134, 136, 141, 146

emancipação 61, 69, 82, 134

erosão 32, 35, 38, 41, 43-45, 48, 51, 54, 135

escravizado 15, 16, 18, 19, 26, 27, 62, 65, 66, 69-75, 134

espaço 12, 16, 17, 21-22, 29, 38, 58, 62, 75, 77, 99-101, 107, 109-110, 129, 148, 150-151

Estado Novo 86-89, 99-100, 102

F

fome 8-11, 22, 51-54, 111

fronteira 17, 22-23, 44, 117

I

independência 18, 60, 62-64, 66-68, 81-84, 100, 139, 146

indivíduo 69, 96, 131-132, 142, 146

intemperismo 39-42

J

juventude 61, 98-99, 130-131, 133-134, 148

L

Lei de Terras 18, 29, 36, 137, 139

Ligas Camponesas 28

M

matriz energética 118-119

meio ambiente 22, 31-33, 35, 38, 43, 47-49, 52, 107, 109, 113, 118, 120, 127

meritocracia 142, 148

N

nacionalista 83-84, 86-87, 89-90, 96, 98

natureza 34, 43, 108, 110-113, 117, 120-125, 129

P

patrimonialismo 64, 85, 139-142, 150

pecuária 12, 17, 20, 31, 33, 36, 45-47, 50

Período Colonial 13-18, 67-68, 85

políticas públicas 11, 53, 60, 73, 76, 108, 125-126, 133, 136, 141, 151

populismo 88, 102

preservação 26-27, 34, 36, 66, 70, 73, 108, 110, 112-113, 118, 120, 125-127, 149

Q

questão ambiental 108-110, 113, 115, 118-120

R

racismo 84-86, 99, 134, 147

reflorestamento 12, 29, 31, 45, 48-50

reforma agrária 27-31, 36, 95, 136-138

Reformas de Base 95-96

República 20-21, 59, 64, 76-81, 84-85, 90, 93, 134, 146-147

revolução verde 21-22, 47

S

salinização 47, 54

segurança alimentar 10-11, 35, 37-38, 44, 51-53

ser humano 43, 47, 99, 112-113, 117, 132

sesmaria 13-15, 17-18

silvicultura 12, 29, 49-50

Sistemas Agroflorestais 49, 52, 54

sociedade 26-28, 34-35, 48, 52-53, 59, 65, 75-77, 88, 96, 99, 107, 109, 110-111, 130-135, 138, 140-142, 146, 148, 150

solo 22, 31-35, 38-50, 52, 54, 92, 109, 117, 124

T

tempo 15, 22, 24, 26, 28, 31, 33, 38-39, 43, 47-48, 58, 60, 66, 71, 73-74, 77-79, 85, 92, 94, 98, 100-101, 106-107, 109-111, 116, 123, 126, 129, 131-134, 139-140, 146-149

território 13-18, 23, 25-26, 34, 37-38, 41, 62, 63, 86-87, 91, 98, 106-110, 112, 121-129, 149

trabalhadores rurais 28-29, 31, 33, 47-48, 52

U

Unidades de Conservação 125-127, 129

V

violência 15-16, 26, 30-31, 85, 98-99, 105-107, 111, 129-135, 137, 140, 142-145, 147-148, 150-151

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências e habilidades da BNCC trabalhadas neste volume

Competências Gerais da Educação Básica
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio: competências específicas e habilidades	
1.	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
(EM13CHS101)	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com base nos conhecimentos das ciências humanas e sociais aplicadas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS102)	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
(EM13CHS103)	Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
(EM13CHS106)	Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
2.	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
(EM13CHS201)	Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
(EM13CHS202)	Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio: competências específicas e habilidades	
(EM13CHS205)	Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.
(EM13CHS206)	Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.
3.	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
(EM13CHS301)	Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.
(EM13CHS302)	Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.
(EM13CHS303)	Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.
(EM13CHS304)	Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.
(EM13CHS305)	Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
(EM13CHS306)	Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).
5.	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.
(EM13CHS503)	Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
6.	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
(EM13CHS601)	Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.
(EM13CHS602)	Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
(EM13CHS603)	Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
(EM13CHS606)	Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Referências

Unidade 1

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. Ed. rev. em jul. 2019. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária: FFLCH-USP, 2017.
Esse atlas contém um estudo minucioso dos impactos da utilização de agrotóxicos no país e seus vínculos com problemas de saúde da população.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* – O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
Livro clássico – aborda a fome no Brasil com enfoque interdisciplinar integrando Geografia, História e Medicina – mostra uma regionalização do problema no país.

CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo*. São Paulo: Moderna, 2004.
O livro apresenta e discute dados sobre a violência no campo do Brasil em diferentes momentos da história, chamando a atenção para suas consequências em toda a sociedade brasileira.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1997.
O livro mostra uma nova perspectiva histórica da formação da sociedade brasileira, possibilitando ao leitor repensar as estruturas atuais e os desafios impostos pela necessidade do desenvolvimento social, econômico e político.

EMBRAPA SOLOS. *Solos do Brasil*. [Rio de Janeiro]: Embrapa, [2018]. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs/solos-do-brasil. Acesso em: 20 ago. 2020.
A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) explica conceitos básicos relativos aos solos e descreve as características pedológicas do país segundo as normas do Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos (SiBCS).

GUERRA, Antônio José T.; CUNHA, Santa B. da. *Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
O livro aborda as relações entre a Geomorfologia e outras disciplinas, como a Pedologia e a Biogeografia, além de problemas como desertificação, arenização e deslizamentos.

LAPIS utiliza metodologia inédita para monitorar processo de desertificação no Brasil. *Ufal*, [Maceió], 2 jul. 2019. Disponível em: https://ufal.br/ufal/noticias/2019/7/lapis-utiliza-metodologia-inedita-para-monitorar-processo-de-desertificacao-no-brasil. Acesso em: 20 ago. 2020.
O Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Universidade Federal de Alagoas, apresenta novo mapeamento do fenômeno da desertificação no país no semiárido brasileiro.

LEPSCH, Igo Fernando. *Formação e conservação do solo*. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
Livro clássico sobre formação, características, classificação e utilização dos solos, além de questões ambientais relacionadas a eles.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
Nesse clássico da Sociologia nacional, o autor analisa os regimes de trabalho que estruturaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, demonstrando a relação entre a escravidão e as dificuldades no processo de modernização do país.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. *Geografia do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2003.
O estudo aborda o processo de modernização do campo, seus impactos socioeconômicos, a estrutura fundiária e a luta pelo acesso à terra.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
O livro apresenta uma reflexão sobre o processo de constituição da propriedade territorial no Brasil, com foco na transição do regime de terras públicas para o domínio privado no século XIX.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 2

BOTELHO, A. V.; REIS, L. M. *Dicionário histórico Brasil*: Colônia e Império. Belo Horizonte: O Autor, 2001.
O trabalho trata de vários aspectos da história socioeconômica, político-administrativa e cultural dos referidos períodos, visando proporcionar uma compreensão melhor da dinâmica social e, assim, possibilitar ao sujeito histórico fazer uma análise mais crítica de sua realidade.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
Pelas imagens, o autor nos oferece um curioso passeio pelo momento de implantação do regime republicano. Entre texto e ilustrações, aprendemos como os mitos de origem criados para a República, seus heróis, a bandeira verde-amarela e nosso hino traduzem com fidelidade as batalhas travadas pela construção de um rosto para a República brasileira.

CHAUÍ, Marilena de S. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
Ensaio que relaciona as origens e a capilaridade do populismo na construção social e na organização

política brasileira em diálogo com seu conceito sobre o mito fundador nacional no país, criado como comprovante de uma narrativa que justifique a dominação de classe no Brasil.

DE DECCA, Edgar S. *1930*: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
Obra clássica da historiografia brasileira, propõe uma visão polêmica e inovadora da Revolução de 1930, seu contexto, seus agentes, seus desdobramentos históricos e políticos e, principalmente, a maneira pela qual essa revolução foi construída como conceito, por meio de um discurso ideológico delimitado.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
Nesse livro, Celso Furtado estuda a América Latina com duplo enfoque – histórico e econômico –, destacando as estruturas criadas pelos europeus, voltadas para os interesses da metrópole, as consequências da inserção no sistema internacional de trabalho como continente fornecedor de matérias-primas, a fase de industrialização, as reformas agrárias em alguns países, a economia de Cuba e as dificuldades de formação de mercados comuns continentais.

KINZO, Maria D'Alva G. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.
A autora propõe uma aprofundada análise a respeito da ideia de representação política e autoridade, com destacado espaço para a reflexão sobre o sistema eleitoral no Brasil.

MELO NETO, João Cabral de. *Auto do frade*: poema para vozes. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
Na obra, evidencia-se a aproximação entre a linguagem teatral e literária, que remete à tradição dos autos medievais. Centrada na figura de Frei Caneca, protagonista [illegible], o poema [illegible] momentos finais do líder [illegible]ador, de 1824.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

PEREIRA, Júlio César M. da Silva. *À flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: Iphan, 2007.
Originalmente tese de dissertação de mestrado (UFRJ, 2006), essa obra destaca a importância do Valongo como "espaço da memória".

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
Obra constituída por textos de seis autores, com destaque para "Nação e ensino de História no Brasil", do historiador Jaime Pinsky, no qual ele faz uma crítica histórica à mitificação da ideia de nação brasileira, cujas raízes estão, em teoria, na Insurreição Pernambucana, que culminou com a expulsão dos holandeses em 1654.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
Obra que amplia e analisa a narrativa construída em torno da ditadura civil-militar no país, sobretudo em relação à tentativa de apagamento das conexões civis de sustentação do regime, do apoio de múltiplos setores, do debate em torno do modelo de resistência armada, além de outras ligações.

RODRIGUES, Maria das Graças S.; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. "Saio da vida para entrar na história" – pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e [...]. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 11, n. 15, jun. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/65805. Acesso em: 20 ago. 2020.
Artigo que aborda os pontos de vista, a responsabilidade enunciativa coletiva e a polêmica pública da carta-testamento de Getúlio Vargas, ampliando o entendimento e as disputas do período.

SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
Obra que busca interpretar e aprofundar as origens e os elementos que fazem do Brasil um laboratório de governos e experiências autoritárias, sobretudo por meio de seu racismo estrutural, construído com base no modelo escravista.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
O livro do sociólogo Jessé Souza parte de análises consagradas de diversos outros autores para discorrer sobre a formação da sociedade brasileira e suas características desde séculos atrás até hoje.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30*: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Até 1930, os rumos da política brasileira eram traçados por dois grupos econômicos: os cafeicultores paulistas e os pecuaristas mineiros, que se revezavam no poder. Era a chamada "Política do Café com Leite", típica de um país eminentemente agrário e incapaz de atender às aspirações de uma classe média urbana emergente, que também queria sua parte nesse café da manhã. Com Getúlio Vargas, a Revolução de 1930 acabou com a aliança do "café com leite" e criou as bases para a industrialização, trazendo o país para o século XX.

Unidade 3

ADORNO, Sérgio. Entrevista com Sérgio Adorno. [Entrevista cedida a] Aurora: revista de arte, mídia e cultura, São Paulo, 7. ed. p. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/entrevistas/download/ed7/7_entrevista.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.
Na obra, o autor aborda temas sobre a violência na história e explica por que ela pode ser considerada intrínseca à sociabilidade, discutindo suas especificidades na sociedade contemporânea.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2. ed. aumentada. Brasília, DF: MMA, 2002.
Documento oficial com o conjunto de regras que organiza a criação e a gestão das Unidades de Conservação no Brasil.

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar História?* São Paulo: Ática, 2007.
Destacando a importância da relação entre o presente e o passado, o autor chama a atenção para o fato de que o estudo da História possibilita compreender melhor os problemas que angustiam os seres humanos no presente ao buscar as raízes deles no passado e entender sua gênese.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. [Brasília, DF]: Portal Domínio Público, [20--?]. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003. Acesso em: 14 ago. 2020.
Considerada a "certidão de nascimento" do Brasil, a carta oferece uma descrição detalhada, pela perspectiva europeia, do primeiro contato com os nativos, bem como da fauna e flora encontrada na costa atlântica brasileira.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
O livro aborda o histórico da criação das primeiras unidades de conservação ambiental no mundo de uma perspectiva filosófica que desconstrói o conceito de natureza intocada. O autor mostra como as legislações ambientais brasileiras se inspiraram no modelo estadunidense de preservação ambiental e os impactos sociais decorrentes disso.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
O livro desenvolve um olhar geográfico para a ocupação da Amazônia nos últimos cinco séculos. Passando por diversos "períodos" do desenvolvimento econômico desse território e, sobretudo, analisando a relação do Estado brasileiro com esse processo, o geógrafo levanta importantes elementos para a compreensão dos dilemas atuais enfrentados na região.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
Esse livro, escrito por um dos maiores nomes ligados à questão indígena atualmente, Ailton Krenak, narra lembranças do autor e tece reflexões e comentários acerca da relação ser humano e natureza em diferentes tempos e espaços.

MENDONÇA, Francisco de Assis. *Geografia e meio ambiente*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
O livro desenvolve uma leitura ligada à relação ser humano e natureza em diferentes contextos históricos. Passando por um questionamento sobre o "alarmismo" que a mídia faz em relação à questão ambiental e mostrando o papel das ciências, artes e política nesse debate, o autor apresenta caminhos para uma reflexão geográfica mas também interdisciplinar sobre o tema.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une*: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1596810088relatorio_a_distancia_que_nos_une-1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.
Relatório que apresenta um cenário atual do Brasil, marcado definitivamente pelas desigualdades. Ao mesmo tempo, pelos levantamentos estatísticos apontados, possibilita uma reflexão crítica e suscita um debate público sobre os mecanismos possíveis para atenuar as distâncias na sociedade brasileira em direção a um país mais justo e solidário.

PECORARO, Rossano. *Os filósofos*: clássicos da Filosofia. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
Parte da coleção de três volumes que apresenta ensaios clássicos da Filosofia, esse livro expõe ao leitor a vida e a obra dos principais filósofos da sociedade ocidental.

PRADO, M. Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.
O livro aborda aspectos históricos, políticos e sociais da América Latina para compreender os conflitos e as características do desenvolvimento dessa região desde o colonialismo.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Petrópolis: Firmo, 1994.
O autor aborda o indisfarçável racismo contra o negro nos primórdios do futebol brasileiro, numa obra cujo pano de fundo são as transformações pelas quais a sociedade brasileira passou na primeira metade do século XX, e que se situa no mesmo patamar de marcos interpretativos fundadores do Brasil, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
Na obra, o historiador Nicolau Sevcenko chama a atenção para esse verdadeiro fenômeno social que é o futebol, e como ele tomou conta das principais cidades do país nas primeiras décadas do século XX ao contribuir para articular a relação entre esporte, cidade e identidade.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2014.
Voltado a estudantes e interessados em História, o dicionário apresenta definições de verbetes e dos principais conceitos que compõem essa área do conhecimento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

ISBN 978-85-10-08375-1